

ÍNDICE

PREFÁCIO	13
I PORTUGAL	
Sessão Solene Comemorativa do 24.º Aniversário do 25 de Abril [25 de Abril de 1998]	35
Cerimónia Inaugural da Exposição Mundial de Lisboa — Expo'98 [21 de Maio de 1998]	45
Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas [10 de Junho de 1998]	49
Cerimónia de Encerramento da Exposição Mundial de Lisboa — Expo'98 [30 de Setembro de 1998]	59
Sessão Solene Comemorativa do 88.º Aniversário da Implantação da República [5 de Outubro de 1998]	63
Cerimónia Comemorativa da Restauração da Independência [1 de Dezembro de 1998]	71
II DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	
Sessão Comemorativa do 25.º Aniversário do III Congresso da Oposição Democrática [4 de Abril de 1998]	77
Mensagem ao País anunciando a convocação do Referendo sobre a Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez [28 de Abril de 1998]	83
Mensagem de Apelo ao Voto no Referendo sobre a Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez [27 de Junho de 1998]	85
Mensagem ao País sobre o Referendo relativo à Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez [29 de Julho de 1998]	87

Sessão de Encerramento do Fórum Mundial da Juventude <i>[7 de Agosto de 1998]</i>	89
Sessão de Abertura do Colóquio «A Transição Democrática em Espanha» <i>[26 de Setembro de 1998]</i>	95
Mensagem de Apelo ao Voto no Referendo sobre a Regionalização <i>[8 de Novembro de 1998]</i>	99
Sessão de Abertura do I Curso Livre de História Contemporânea «Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)» <i>[23 de Novembro de 1998]</i>	101
Sessão Solene Comemorativa do Dia Internacional da Mulher <i>[7 de Março de 1999]</i>	111
 III DIREITOS HUMANOS E ESTADO DE DIREITO	
Tomada de Posse dos Juízes Cooptados para o Tribunal Constitucional <i>[16 de Março de 1998]</i>	121
Sessão de Abertura do Colóquio «Declaração Universal dos Direitos do Homem» <i>[8 de Maio de 1998]</i>	129
Sessão Comemorativa dos Cinquenta Anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem <i>[14 de Julho de 1998]</i>	133
Cerimónia de Instalação do Novo Tribunal dos Direitos do Homem <i>[3 de Novembro de 1998]</i>	137
Sessão de Abertura do V Congresso dos Magistrados do Ministério Público <i>[20 de Novembro de 1998]</i>	143
Conferência Comemorativa dos 50 Anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos 20 Anos do Estatuto do Ministério Público <i>[12 de Dezembro de 1998]</i>	147
Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial <i>[20 de Janeiro de 1999]</i>	153
 IV DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS	
Posse do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas <i>[16 de Março de 1998]</i>	171
Posse dos Chefes do Estado-Maior da Força Aérea e do Estado-Maior do Exército <i>[19 de Março de 1998]</i>	177
 V TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E COESÃO NACIONAL	
Sessão Solene de Boas-Vindas na Assembleia Legislativa Regional da Madeira <i>[21 de Março de 1998]</i>	183

Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal do Funchal [22 de Março de 1998]	191
Jantar oferecido pelo Ministro da República para a Madeira [23 de Março de 1998]	197
Reunião do Senado da Universidade da Madeira [24 de Março de 1998]	199
Sessão Solene na Câmara Municipal do Porto Santo [28 de Março de 1998]	203
Sessão de Encerramento do XI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses [28 de Março de 1998]	205
Cerimónia de Inauguração da Ponte Vasco da Gama [29 de Março de 1998]	215
Sessão Solene na Câmara Municipal de Beja [20 de Setembro de 1998]	219

VI EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Sessão de Abertura da Conferência «A Cultura Integral do Indivíduo, Hoje» [22 de Abril de 1998]	225
Sessão Solene de Abertura do Ano Académico do Instituto Politécnico de Viseu [13 de Novembro de 1998]	233
Sessão de Abertura da Conferência Internacional «Oeiras — Parque das Tecnologias» [16 de Novembro de 1998]	245
Sessão Comemorativa do Dia Nacional da Cultura Científica [24 de Novembro de 1998]	249
Sessão Comemorativa do XXV Aniversário da Universidade de Aveiro [15 de Dezembro de 1998]	251
Sessão de Abertura do Seminário «Políticas de Gestão do Ensino Superior» [6 de Janeiro de 1999]	261

VII CULTURA E IDENTIDADE

Sessão Solene de Abertura do Colóquio sobre Vasco da Gama [11 de Maio de 1998]	267
Sessão Comemorativa do V Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia [15 de Junho de 1998]	271
Saudação ao Prémio Nobel da Literatura 1998, José Saramago [14 de Novembro de 1998]	277

Sessão de Encerramento das Comemorações do 25.º Aniversário do Ar.Co [26 de Novembro de 1998]	279
Cerimónia de Agradecimento do Prémio Nobel da Literatura 1998, José Saramago [3 de Dezembro de 1998]	281
Sessão de Abertura do Congresso Internacional «Garrett — Um Romântico, Um Moderno» [3 de Fevereiro de 1999]	285
Jantar Comemorativo do XX Aniversário do PEN Clube [8 de Fevereiro de 1999]	289
VIII ECONOMIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	
Sessão Comemorativa do Dia Nacional da Segurança Social [8 de Maio de 1998]	293
Sessão Comemorativa do XX Aniversário da União Geral dos Trabalhadores [29 de Outubro de 1998]	301
Sessão de Abertura do Colóquio «O Interesse Nacional e a Globalização» [29 de Outubro de 1998]	305
Sessão de Encerramento das Jornadas Empresariais da Associação Industrial Portuense [20 de Novembro de 1998]	313
Sessão Solene de Entrega do Prémio Excelência PEX/SPQ e de Encerramento do Mês da Qualidade [27 de Novembro de 1998]	325
Sessão de Encerramento da IV Conferência do <i>Diário Económico</i> «A Globalização está em risco?» [15 de Janeiro de 1999]	329
Sessão Solene Comemorativa do XXV Aniversário da DECO [12 de Fevereiro de 1999]	335
IX AMBIENTE E CIDADANIA PLANETÁRIA	
Visita à Central Atómica de Chernobyl [15 de Abril de 1998]	341
Cerimónia de Agradecimento da Liga para a Protecção da Natureza [28 de Julho de 1998]	343
Cerimónia de Apresentação Pública do Relatório da Comissão Mundial Independente para os Oceanos [1 de Setembro de 1998]	349
X DROGA, UM COMBATE GLOBAL	
Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas [8 de Junho de 1998]	355

Sessão de Abertura do Seminário Euro-Iberoamericano «A Cooperação nas Políticas sobre as Drogas e as Toxicodependências» [8 de Outubro de 1998]	361
Sessão de Abertura do Colóquio «Droga: Que Soluções para o Século XXI?» [25 de Novembro de 1998]	367
XI TIMOR	
Cerimónia de Agradecimento do Bispo D. Ximenes Belo [6 de Agosto de 1998]	373
Sessão de Abertura da Conferência «As Mulheres Timorenses e o Direito Internacional» [22 de Janeiro de 1999]	375
XII EUROPA	
Sessão de Encerramento do Ciclo de Conferências ISEE/Público 1997-98 «O Futuro da Europa e de Portugal na Europa» [19 de Março de 1998]	381
Jantar oferecido pelo Presidente da Ucrânia [13 de Abril de 1998]	391
Conferência proferida no Instituto das Relações Internacionais da Universidade de Kiev [14 de Abril de 1998]	399
Seminário Internacional «Europa e Cultura» [4 de Maio de 1998]	407
Sessão de Abertura da Conferência «O Euro e a Política Económica Portuguesa» [5 de Maio de 1998]	419
Sessão de Abertura do Seminário «O Euro, a Competitividade e o Alargamento da Europa» [21 de Maio de 1998]	425
Sessão Solene na Câmara Municipal de Berlim [22 de Junho de 1998]	433
Jantar oferecido pelo Presidente da República Federal Alemã [22 de Junho de 1998]	437
Jantar oferecido pelo Presidente da Polónia [14 de Setembro de 1998]	445
Conferência proferida na Universidade de Varsóvia [15 de Setembro de 1998] ...	453
Sessão no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias [25 de Janeiro de 1999]	467
Sessão no Conselho Permanente da União da Europa Ocidental [26 de Janeiro de 1999]	475
Jantar em honra do Presidente da França, Jacques Chirac [4 de Fevereiro de 1999]	485
XIII COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Sessão de Abertura da II Cimeira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa [16 de Julho de 1998]	497

XIV COMUNIDADE IBERO-AMERICANA	
Jantar em honra do Presidente do Uruguai [19 de Julho de 1998]	505
Jantar aos Chefes de Estado e de Governo participantes na VIII Cimeira Ibero-Americana [17 de Outubro de 1998]	511
Sessão de Abertura da VIII Cimeira Ibero-Americana [18 de Outubro de 1998].....	515
Sessão de Encerramento da VIII Cimeira Ibero-Americana [18 de Outubro de 1998].....	525
Jantar em honra do Presidente do México [19 de Outubro de 1998].....	531
XV COMUNIDADE INTERNACIONAL	
Sessão Solene no Parlamento Marroquino [14 de Maio de 1998]	539
Jantar oferecido pelo Rei Hassan II [14 de Maio de 1998]	551
Almoço em honra do Imperador Akihito do Japão [24 de Maio de 1998]	561
Jantar em honra do Presidente da Índia [11 de Setembro de 1998].....	565
Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático [11 de Janeiro de 1999]	573
XVI HOMENAGENS	
A Fernando Fernandes [2 de Outubro de 1998]	583
A Norberto Teixeira Santos [8 de Outubro de 1998]	585
A Francisco Salgado Zenha [16 de Dezembro de 1998].....	587
CRONOLOGIA	593

PREFÁCIO

I

Ao reler agora, para proceder à sua selecção, os discursos mais significativos que fiz durante o período de tempo a que se refere este Portugueses, vol. III, pude confirmar uma ideia que já tinha implicitamente e que é esta: os textos correspondem a uma linha fundamentalmente contínua e permanente de preocupações, embora expressas de modos diversos, consoante os pretextos, as ocasiões, os objectivos, os lugares e os destinatários.

Esse conjunto de preocupações constituem um fundamento da minha acção como Presidente da República e dão sentido ao que faço e à maneira como o faço, à escolha das prioridades, à actualização e ao estilo pessoal e institucional com que a função é desempenhada.

O ano que decorreu de 9 de Março de 1998 até 9 de Março de 1999 foi um tempo cheio de realizações muito importantes e reveladoras para o País.

A entrada de Portugal no núcleo fundador do Euro, a Expo'98, a atribuição do Prémio Nobel de Literatura a José Saramago, a reunião no Porto da Cimeira Ibero-Americana, eis um conjunto de acontecimentos que foram, para nós, motivo de orgulho e nos quais os portugueses se revêem com júbilo.

Para quem, como eu, tem feito da luta contra a lamúria um desígnio prioritário, é particularmente grato ver como Portugal mudou muito nos últimos anos e de como os portugueses estão mais seguros das suas capacidades e mais confiantes das possibilidades que o futuro nos oferece, se soubermos ser determinados e nos concentrarmos nos desafios essenciais, deixando as querelas estéreis.

Por outro lado, os sinais repetidos de reconhecimento e apreço que temos recebido não podem deixar de nos responsabilizar. O que realizámos, constituindo motivo de satisfação, não pode, em caso algum, fazer-nos perder de vista que continuamos a enfrentar um atraso estrutural de décadas e que as exigências de um Mundo cada vez mais competitivo, em todos os domínios, nos obrigam a ser cada vez mais ambiciosos quanto aos nossos próprios objectivos.

Como Presidente da República tenho procurado fazer do aperfeiçoamento da qualidade da nossa democracia e da mobilização de todos os portugueses para os grandes desafios do País, prioridades da minha acção, em ordem ao desenvolvimento, à melhoria do nível educacional e profissional, ao reforço da solidariedade e da coesão nacional, à nossa participação na Europa com uma voz prestigiada.

Fiel a mim mesmo, aos compromissos eleitorais que assumi, aos princípios ético-políticos que sempre foram os meus, fiel à leitura que faço dos poderes e das responsabilidades que a Constituição me atribui e ao entendimento que tenho do interesse nacional, procuro prevenir em vez de remediar, melhorar em vez de lamentar, agir em vez de adiar, alertar em vez de ignorar, influenciar em vez de desistir, unir em vez de dividir.

A minha acção increve-se num quadro político-constitucional concreto e num tempo de grandes mudanças internas e externas. Os três anos e meio que levo de mandato ensinaram-me que o Presidente da República tem de ser uma referência de estabilidade e, ao mesmo

tempo, um impulsionador de transformações. É no equilíbrio entre estes dois papéis complementares que a função se exerce mais consequentemente.

A isenção e a independência que devem caracterizar a acção daquele que quer ser, de facto e não apenas nominalmente, o Presidente de todos os portugueses não pode, de modo nenhum, significar abstenção de dizer o que pensa sobre as grandes questões nacionais. Estou convencido de que os portugueses não apreciariam um Presidente que fizesse da independência e da formalidade distante razões para não estar próximo das pessoas e dos seus problemas, como estou certo de que não avaliariam positivamente um Presidente que perdesse o sentido arbitral e moderador da sua função, invadindo áreas de competência que não são as suas ou que se transformasse num factor de instabilidade e dissensão.

As preocupações que tenho expressado e que dão sentido à minha acção radicam na convicção de que os portugueses desejam um Presidente que os una, não por omissão, ausência ou superficialidade, mas propiciando consensos dinâmicos e debates fecundos, dando voz ao que são os anseios, as expectativas e apelando à participação.

Algumas dessas preocupações aparecem nas intervenções que fiz e que agora se reúnem neste livro, acompanhadas da cronologia fundamental da minha actividade. Julgo, todavia, útil que, neste Prefácio, retome alguns tópicos, desenvolvendo-os de um modo mais analítico e aprofundando as pistas apontadas.

II

Relativamente ao funcionamento do sistema político-constitucional, o Presidente da República tem, como lhe compete, prosseguido os

seus esforços, de forma nem sempre visível — e ainda bem que assim é —, visando o desenvolvimento de todas as virtualidades do sistema, no sentido da estabilidade, do aprofundamento da vida democrática e da superação dos bloqueios e insuficiências que pontualmente se manifestam.

Num sistema como o nosso, o alcance da actividade do Presidente da República e o uso que faz das suas competências, designadamente no que se refere às suas funções de arbitragem e de moderação, variam significativamente consoante a particular relação de forças proporcionada pelos resultados eleitorais e a natureza correspondente das soluções governativas encontradas. Assim, deste ponto de vista, serão significativamente distintas as situações em que, por exemplo, o Governo é minoritário ou em que dispõe de uma maioria absoluta na Assembleia da República, em que o Governo é formado por uma única força política ou em que se sustenta numa coligação inter-partidária.

Em qualquer dos casos, no quadro das particularidades determinadas pela escolha do eleitorado, as responsabilidades do Presidente da República, enquanto garante do regular funcionamento das instituições e da unidade do Estado, exigem-lhe invariavelmente uma atenção e intervenção permanentes, no sentido de assegurar o equilíbrio, a separação e a inter-dependência dos poderes, a preservação dos direitos fundamentais dos cidadãos e, particularmente neste domínio, dos direitos políticos das minorias e a transparência e vitalidade do funcionamento democrático do sistema.

Interessa, no entanto, ter em conta que, numa situação como a que vivemos nos últimos anos, o equilíbrio e a regularidade do funcionamento das instituições são, em grande medida, o resultado da própria actividade do Parlamento, desde que, obviamente, os deputados recorram aos mecanismos de controlo e responsabilização do

Executivo de que aí dispõem e desde que sejam observados os limites funcionais entre Governo e Assembleia da República.

Na presente situação, por exemplo, a conjunção da vontade política dos deputados das oposições na Assembleia da República pode ser de tal forma eficaz no controlo e determinação da actividade do Governo que permita, por exemplo, como já se verificou, situações tão extremas como as seguintes: o Governo fixou um certo número de vagas para entrar na Universidade e a Assembleia da República revogou essa decisão já com o ano lectivo em funcionamento; o Governo decidiu lançar uma auto-estrada com portagem, abrindo o respectivo concurso público internacional, e a Assembleia da República inviabilizou-lhe essa possibilidade; o Governo decidiu iniciar a co-incineração dos resíduos industriais perigosos e a Assembleia da República suspendeu o referido processo.

Estas ocorrências ilustram cabalmente a ampla possibilidade de determinação da actuação do Governo por parte da oposição parlamentar, o que permite relativizar o dramatismo que por vezes se coloca nos apelos a uma intervenção presidencial rectificadora, quer seja feita num ou noutro sentido.

Por outro lado, e na medida em que suscitam o problema de saber se, com tais intervenções, a Assembleia da República não está a invadir a área que a Constituição reserva ao Executivo, elas convocam igualmente a atenção do Presidente da República enquanto garante do regular funcionamento das instituições. É que o equilíbrio com que a Constituição procurou dotar o nosso sistema de governo pode ser posto em causa quando o Parlamento se vê privado, na prática, de mecanismos efectivos de controlo e responsabilização do Governo. Mas, em contrapartida, também pode ser afectado se for este último a ficar impossibilitado, por força da sua substituição por parte do Parlamento na prática de actos tipicamente governativos, de rea-

lizar o programa sob que se apresentou ao eleitorado e relativamente a cujo cumprimento será «julgado» nas eleições seguintes.

É este um conjunto delicado de problemas insusceptível de ser resolvido de forma geral e abstracta por mais pormenorizada que seja a Constituição — e daí que a principal sede da sua solução não seja, de todo, uma eventual revisão constitucional —, mas que também não pode ser integralmente confiado ao bom senso da auto-regulação dos vários poderes. Este é, sem dúvida, necessário e imprescindível, mas o dia-a-dia da conflitualidade política de uma democracia exige, inevitavelmente, a intervenção moderadora, de composição de interesses ou arbitral do Presidente da República, ou mesmo, sendo caso disso, a intervenção conformadora que a convocação do Tribunal Constitucional pode ir progressivamente proporcionando.

Por isso, no contexto como o que vivemos, a manutenção do equilíbrio, separação e inter-dependência entre os vários poderes deve constituir uma preocupação central do Presidente da República. Quanto a isto, interessa-me, designadamente, contribuir para a garantia dos limites funcionais e das condições que permitam ao Executivo, qualquer que ele seja, governar de acordo com o programa que apresentou ao eleitorado e à Assembleia da República controlar e responsabilizar politicamente o Governo. O que significa que nem a Assembleia da República se pode pretender substituir ao Executivo nas suas funções governativas, nem o Governo pode recusar ao Parlamento os mecanismos e as condições de um controlo efectivo e permanente da sua actuação. Só assim é possível as várias forças políticas apresentarem-se ao eleitorado em plena igualdade; só assim o eleitorado poderá fazer as suas escolhas, em condições de liberdade democrática.

Cumpra também ao Presidente da República garantir que a prossecução do interesse público não resulte decisivamente afectada

pela legítima, desejável e necessária competição inter-partidária. Chamando a atenção e mobilizando esforços para a resolução dos problemas reais que afectam os portugueses e a necessidade das reformas políticas tendentes a solucioná-los, o Presidente da República pode contribuir, num quadro inevitavelmente conflitual, para o apaziguamento das divergências de conjuntura das quais, muitas vezes, aliás, se obtêm contributos plurais positivos, e a preservação da prioridade do interesse nacional.

Assim, tenho apelado, em diferentes ocasiões que neste livro se registam, ao estabelecimento de pactos de coragem entre as várias forças políticas de forma a que os naturais cálculos eleitorais de conjuntura e as consequentes perspectivas imediatistas de ganhos político-partidários não percam de vista o interesse comum que a todos convoca. No plano das grandes reformas, como a da justiça, da saúde ou da fiscalidade, por exemplo, ou no plano dos mais prementes problemas sociais, como o da droga, tenho desenvolvido um esforço sistemático no sentido da convergência, da unificação de esforços, da abertura de novos caminhos e perspectivas.

No plano da revitalização do funcionamento democrático do sistema político, tenho procurado também estimular o interesse pela vida pública, a participação dos cidadãos e a aproximação entre eleitores e eleitos, sem que isso se confunda, todavia, com paralisia ou inibição da tomada das decisões urgentes ou condescendência perante a prevalência de interesses de grupo sobre o interesse público. Há, porém, que ter a consciência de que todos os esforços nesse sentido serão vãos se não houver da parte dos responsáveis políticos um esforço convergente de renovação das práticas políticas, de rigor e exigência no regular funcionamento das instituições, de dignificação do serviço público e de combate ao laxismo ou à tolerância para com o sistemático desrespeito das leis em vigor.

Ainda no plano do funcionamento do sistema político, o último ano ficou marcado pelo recurso, pela primeira vez entre nós, ao referendo. Neste domínio foi minha preocupação essencial contribuir, em primeiro lugar, para uma compreensão adequada da relevância desse instituto em democracia representativa. Significou isso que, sem prejuízo de alertar para os perigos de uma indevida utilização plebiscitária do referendo, me empenhei no apelo a uma participação activa dos cidadãos e numa pedagogia das suas virtualidades, enquanto instrumento privilegiado de exercício participado do poder político em democracia representativa. Por outro lado, no uso das competências constitucionais do Presidente da República neste domínio, tive a preocupação de garantir que as consultas pudessem ocorrer num quadro de estabilidade e tranquilidade política, num ambiente propício ao livre confronto democrático das opções em jogo e, tanto quanto foi possível, em condições de plena transparência e conhecimento público das regras e procedimentos que regem o referendo.

Embora se tenha iniciado no final de Março último e, portanto, já fora do intervalo de tempo a que este livro diz respeito, não posso deixar de referir, por serem demonstrativos do que quero dizer a propósito das responsabilidades do Presidente da República, a intervenção militar da NATO na Jugoslávia e os problemas suscitados pela participação portuguesa. No quadro das funções que lhe cabem enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas, o Presidente da República, assegurando, desde o primeiro momento, o cumprimento integral dos procedimentos constitucionais, não deixou, todavia, de chamar a atenção para as insuficiências que se revelaram no plano do enquadramento legal deste tipo de intervenções militares e para a necessidade de uma adequação desse quadro às novas circunstâncias do tempo presente, seja no que se refere à Lei de Defesa

Nacional, seja no que respeita ao próprio Regimento da Assembleia da República.

Na mais estrita observância do princípio da separação e interdependência de poderes dos vários órgãos de soberania, tenho a preocupação permanente de manter abertos os canais e as possibilidades de resolução dos problemas nacionais por parte dos órgãos responsáveis, seja através do exercício das competências que lhe são especificamente atribuídas, seja, muitas das vezes, fazendo apelo a uma magistratura de influência junto de organizações sociais, em ordem a desbloquear dificuldades de comunicação, ultrapassar conflitos pontuais e mobilizar energias nacionais para realizações de modernidade, progresso e solidariedade.

Num outro plano, embora com vista aos mesmos fins, cabe, finalmente, realçar a revitalização da competência constitucional de envio de mensagens à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas Regionais por parte do Presidente da República. Tenho-o feito sempre que entendo ser esse o melhor meio de chamar a atenção para certos problemas, cuja resolução depende da vontade dos órgãos legislativos competentes, ou de prevenir conflitos. Essa é também uma forma de sublinhar a importância e a utilidade da cooperação institucional.

Ao longo do meu mandato, tenho também procurado conferir ao Conselho de Estado uma relevância na vida política nacional consentânea com o seu estatuto constitucional. Isso manifestou-se ao longo do último ano, não apenas através da sua convocação, sempre que considere oportuno obter aconselhamento, mas também, e, sobretudo, chamando-o a acompanhar e a partilhar a decisão de questões tão importantes como as de Macau e Timor, relativamente às quais, para além de órgão de consulta do Presidente da República, o Conselho de Estado pode e deve funcionar proveitosamente como instância de consensualização e integração nacional.

III

Acompanhar de perto as transformações que ocorrem na sociedade portuguesa é também uma preocupação fundamental da minha acção como Presidente da República.

Procuro chamar a atenção da opinião pública para a amplitude e razão de ser das grandes questões sociais que temos de enfrentar colectivamente, contribuindo para criar condições favoráveis a uma cooperação frutuosa entre todos os protagonistas do campo político e da sociedade civil, com vista à consciencialização e resolução dessas mesmas questões.

Nunca será de mais salientar que, numa era de globalização não regulada dos mercados financeiros, de competição económica alargada e de inovação tecnológica acelerada, muitos têm sido os equilíbrios sociais afectados.

Assim tem acontecido na generalidade das sociedades europeias, mesmo nas que há mais tempo e mais eficazmente foram capazes de delinear e pôr em prática políticas sistemáticas de protecção social dos cidadãos. Assim aconteceu, necessariamente, em Portugal, um país que só há um quarto de século, com a reinstauração da Democracia, pôde criar as condições políticas indispensáveis à construção de um Estado de Bem-Estar com um mínimo de consistência.

Os novos contornos da questão social europeia não são independentes do predomínio que ganharam, nas décadas de 80 e 90, certas concepções que tendem a reduzir os problemas económicos a objectivos de estrita competitividade empresarial e a considerar as políticas sociais e a esfera do serviço público como domínios residuais e invariavelmente recheados de «ineficiências».

Para os defensores destas teses, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos níveis de protecção social seriam, no

quadro de modernização tecnológica e de flexibilização produtiva imposta pela globalização da economia, o preço a pagar para diminuir (ou não deixar subir a níveis insustentáveis) o desemprego.

Tenho afirmado, em múltiplas ocasiões, que um tal ponto de vista, além de ser desmentido pela investigação comparada sobre sistemas de emprego e relações industriais, revela inaceitável insensibilidade perante os problemas sociais que hoje se nos colocam.

Estou a referir-me a fenómenos tais como o desemprego de longa duração (de adultos e jovens, sobretudo os menos escolarizados), o empobrecimento de certos grupos, em especial os que têm de sobreviver com pensões baixas, a degradação das condições laborais imposta por ritmos de trabalho desumanos, a falta de oportunidades de reconversão profissional adequada e pronta para muitos trabalhadores, os círculos viciosos do subdesenvolvimento que caracterizam algumas regiões rurais, a dureza das condições de vida nos subúrbios dos grandes centros urbanos, a dificuldade de inserção social de jovens de meios desfavorecidos ou de grupos étnicos minoritários. E poderia, infelizmente, citar muitos outros exemplos.

Carece de demonstração a tese, defendida por alguns, de que a margem de actuação dos responsáveis políticos nacionais no combate a tais problemas seja, no contexto de crescente mundialização da economia, da informação e da vida social, pouco relevante ou mesmo nula.

Por mais globalizado e competitivo que seja o sistema económico, por mais instaladas e irreversíveis que nos pareçam as tendências de vulnerabilização social por ele ditadas, é indispensável mantermos o inconformismo e a abertura necessários a uma busca fundamentada das causas dos problemas e à construção de estratégias de actuação

que contrariem as injustiças do actual estado de coisas. De resto e como posso testemunhar, aí estão, em múltiplas experiências de terreno, em acções tantas vezes anónimas de cidadãos empenhados e criativos, sinais claros de que há soluções para ultrapassar as dificuldades. Se, afinal, os cidadãos se movem e conseguem, ainda que localizadamente, forçar o destino e abrir caminhos novos, por que razão hão-de os responsáveis políticos permanecer conformados e estáticos perante os obstáculos que se deparam à nossa existência colectiva, como se fossem um fatalismo? Aliás, alguns resultados obtidos, entre nós, por políticas sociais criteriosamente fundamentadas, aplicadas e avaliadas são uma demonstração expressiva de que não há impossíveis neste exigente domínio.

Se quisermos procurar um exemplo dos graves problemas sociais que hoje temos de enfrentar, encontramos-lo, sem dúvida, na toxicodependência, essa forma extrema de exclusão que atinge, directa ou indirectamente, tantos homens e mulheres, sobretudo jovens, nossos contemporâneos.

Pois bem: perante a dureza e persistência do problema, será aceitável fecharmos as consciências e cruzarmos os braços, como se estivéssemos diante de uma fatalidade do nosso tempo? Será legítimo dizermos que se trata de um problema estritamente individual ou, quando muito, do foro das famílias, e que só a estas compete resolver? A tais perguntas respondo firmemente que não!

É por isso que tenho tentado contribuir para a discussão aberta e fundamentada, em termos técnico-científicos, da questão da droga. Não para sugerir precipitadamente soluções, e muito menos soluções redutoras e pontuais; não para arvorar experiências alheias em saídas miraculosas para o caso português.

Tenho-o feito, isso sim, com a intenção de não fugir a um problema real e especialmente dramático deste fim de século e de colocar

à disposição dos interessados — cientistas, técnicos de inserção social, autoridades judiciárias, responsáveis políticos dos vários sectores e escalões envolvidos, educadores, profissionais da comunicação social, cidadãos em geral... — toda a informação indispensável para tomarem posição e contribuírem, nas suas esferas de competência, para uma abordagem realista, tolerante e eficaz do flagelo da toxicodpendência.

Vejo, com agrado, que a iniciativa tem tido ecos positivos na sociedade portuguesa e que, inclusivamente, o esforço feito parece ter contribuído para começar a colocar na agenda política a necessidade de um combate integrado, a nível da União Europeia, contra o uso de drogas. Penso ser esta uma via muito promissora, tanto mais quanto, a concretizar-se, constituirá exemplo expressivo de como é possível a Europa transformar-se progressivamente num espaço de aprofundamento da cidadania e de exercício da solidariedade, impondo-se à opinião pública como algo mais do que mero lugar alargado de trocas e movimentos de pessoas.

Idêntica preocupação com uma abordagem das grandes questões sociais, que seja teoricamente fundamentada e ao mesmo tempo atenta às realidades do País, esteve presente noutras iniciativas que entendi por bem acompanhar e dinamizar.

Assim aconteceu em todas as ocasiões em que quis trazer para o primeiro plano da discussão pública o problema das assimetrias regionais de desenvolvimento e, em particular, as dificuldades que se colocam a extensas regiões do País em matéria de reconversão do seu tecido produtivo (tantas vezes baseado numa agricultura incipientemente reconvertida e fragilizada pelo processo de integração europeia).

Espero ter contribuído, nessas oportunidades, para o apoio às estratégias de desenvolvimento apostadas na modernização e diversi-

fixação dos sistemas económicos das regiões mais desfavorecidas do País, na criação de empregos e na fixação das camadas mais jovens nas suas terras de origem, o que, como se sabe, passa ainda pela criteriosa e persistente valorização dos respectivos recursos naturais, ambientais e paisagísticos.

Não deixei, igualmente, de alertar os portugueses para a enorme importância de que se reveste o desígnio governamental de encarar como prioritários os desafios da formação escolar e profissional.

Não é crível que o País se possa afirmar, na Europa e no Mundo, com populações jovens deficientemente escolarizadas e com segmentos amplos de cidadãos activos sem reais oportunidades de reconversão das suas competências profissionais. As hesitações ou adiamentos nesta matéria, além de serem, no curto prazo, geradoras de exclusões absolutamente injustas, implicarão, a médio e longo termos, grandes dificuldades de afirmação e emancipação para sucessivas gerações de portugueses. Entretanto, o que também se perderá, se se perder o combate da educação, nomeadamente no limiar de uma era em que o acesso à informação e ao conhecimento se vai revelar crucial em todos os domínios da vida social, é a própria possibilidade de, através da escola, contribuírmos para a formação de cidadãos esclarecidos e intervenientes — sujeitos e não objectos de uma história toda feita pelos outros.

A pobreza, nas suas múltiplas expressões, deve ser e tem sido, igualmente, objecto da atenção do Presidente da República. Pude verificar, um pouco por todo o lado, e nomeadamente em intervenções associadas à aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, como se têm modificado as formas de actuação neste delicado domínio. Às práticas tradicionais de tipo caritativo e assistencialista parece estarem sucedendo, no terreno, actuações de tipo novo, mais exigentes quanto ao envolvimento e participação das próprias vítimas da

exclusão no processo de reconquista dos seus direitos e de um lugar digno na sociedade a que pertencem. Por outro lado, noto, com agrado, que essas acções se baseiam cada vez mais na mobilização integrada e sistemática quer de recursos económicos, organizacionais e institucionais, quer de energias cívicas habitualmente dispersas e subutilizadas.

Tem-se, ao mesmo tempo, difundido, entre os responsáveis pela concepção e execução das políticas sociais, a ideia — que me é cara — de que, mais importante do que actuar a posteriori sobre os efeitos mais ostensivos da precarização social, será, sem dúvida, criar redes consistentes de prevenção, isto é, autênticas infraestruturas sociais contra os riscos de marginalizações dolorosas, injustas e irreversíveis. Pergunto-me se não se estará a prefigurar, assim, um vector importante de um novo modelo de Estado-Providência, tão preocupado como o velho modelo com a protecção social dos cidadãos, mas porventura mais eficaz, porque mais próximo dos destinatários e dos seus intérpretes no terreno? Vale a pena, quanto a mim, não deixar de aprofundar este tipo de reflexão, ao pensarmos os caminhos que importa trilhar para fazer rejuvenescer e dar nova legitimidade política — e ética — ao chamado Modelo Social Europeu.

Esta preocupação com o acompanhamento dos problemas sociais — que tenho feito e continuarei a fazer, nomeadamente no que respeita a questões tão relevantes como a condição social dos mais idosos, os modos de vida nas cidades e áreas metropolitanas, as dificuldades no acesso a cuidados de saúde de qualidade, e tantas outras — tem sido concretizada, dando ao mesmo tempo permanente atenção aos problemas do crescimento económico e, muito em especial, ao esforço de modernização e requalificação do nosso sistema produtivo levado a cabo pelo sector empresarial e respectivo movimento associativo.

Estou certo de que, sem efectiva capacidade de criação de postos de trabalho — e, na medida do possível, de empregos qualificados e qualificantes —, não será possível atenuar significativamente, no futuro, o impacto das debilidades estruturais da economia e sociedade portuguesas. Por isso, entendo que é dever do Presidente da República estimular o mais possível a iniciativa empresarial responsável — que espero alie, cada vez mais, objectivos de qualidade a genuína consciência social. O dinamismo empresarial ou o «empreendedorismo», como já se diz entre as gerações mais jovens dos empresários portugueses, vai continuar a ser preocupação central da minha actuação.

A este propósito, gostaria de levantar, com clareza, uma questão que, quanto a mim, importa debater com urgência. Refiro-me à necessidade de formulação e efectivação de um compromisso ou pacto social que assuma as características de sociedades muito diferenciadas, complexas e em mutação como são as nossas.

Tenho seguido com interesse os debates e negociações realizados nos últimos anos pelo Governo e pelos parceiros sociais, visando a adaptação das políticas sobre rendimentos, educação e formação, emprego, condições de trabalho e protecção social às novas exigências postas pela nossa participação na construção europeia.

Parece-me indispensável proceder a um balanço sereno do que foi alcançado — e também do que, eventualmente, se perdeu — nesta nova fase da experiência portuguesa no domínio da concertação social, já que é indispensável prosseguir em bases seguras a procura de consensos estratégicos quanto ao modo de regular a mudança sócio-económica.

Tenho por adquirido que a coesão social, no nosso País, como na Europa, exige que se repense e reforme o contrato social característico das «décadas de ouro» pós-Segunda Grande Guerra Mundial. Mas

tal só se fará — é esta a minha convicção —, se se obtiver consenso sobre alguns tópicos fundamentais.

Refiro-me, em primeiro lugar, ao conjunto de condições que precisam ser criadas para que todos os cidadãos disponham de meios para obterem, ao longo da vida, as qualificações necessárias quer ao seu desenvolvimento pessoal, quer à salvaguarda da competitividade das empresas. A questão do acesso ao primeiro emprego, bem como a da existência, no mercado de trabalho, de cidadãos com baixo nível de formação insere-se, como é óbvio, nesta primeira linha de preocupações.

Outro ponto a considerar prende-se com a garantia de que os sistemas de protecção social respeitem princípios de equidade e de solidariedade entre gerações, sem porem em risco quer o emprego e a melhoria das condições de vida, quer a solvabilidade financeira de tais sistemas.

Importa ainda, quanto a mim, discutir em profundidade e com coragem o princípio, aceite em muitos sectores, segundo o qual a adaptação fácil dos sistemas produtivos às exigências de mudança rápida dos mercados, das tecnologias e das profissões tem de corresponder a empregos precários, à ausência de carreiras profissionais estáveis e a níveis elevados de desemprego de longa duração. Nesta discussão, é imperioso procurar avaliar com o rigor possível todos os custos — económicos e sociais — do não-emprego e da insegurança de emprego; e pensar, com ousadia, o estabelecimento de «pontes» ou «vias de passagem» entre os sectores do mercado de trabalho com melhores níveis de protecção, os segmentos mais precarizados e as próprias situações de desemprego ou inactividade.

A gestão do tempo de trabalho, na perspectiva da prioridade ao emprego e da conciliação entre os interesses das empresas e dos diferentes grupos de cidadãos que nelas trabalham, é outro tópico que

importa trazer para primeiro plano nas discussões em causa. Sem tabús, nem ideias feitas — já que, queira-se ou não, esta é uma questão que toca em aspectos da mudança social cada vez mais próximos do quotidiano das pessoas e das famílias.

Das respostas que soubermos dar, colectivamente, em Portugal, aos desafios que acabo de enunciar, dependerão, em grande medida, o presente e o futuro dos sistemas de emprego e de protecção social ao dispor dos portugueses. Não ignoro, porém, que as reformas e os pactos sociais que formos capazes de realizar não são independentes do desenvolvimento da dimensão social europeia.

É certo que, no interior da União Europeia, há objectivos, dificuldades, potencialidades e modos de actuação política muito diferenciados conforme os países. São especificidades que resultam da espessura histórica de cada um deles e de sedimentações culturais seculares que nenhum tratado poderá dissipar. Tal não impede, contudo, que, nalguns domínios da questão social, se definam (ou redefinem) direitos e objectivos comuns, metodologias de actuação e medidas concretas que, no seu conjunto, configurem um avanço para políticas sociais de âmbito europeu capazes de atenuar desigualdades injustas ou mesmo intoleráveis num espaço que soube dar corpo, ao longo dos tempos, a formas pioneiras de emancipação cívica e de protecção dos mais desfavorecidos.

Portugal não deixará, por isso, de pugnar por uma Europa que, não apenas na letra dos documentos, mas sobretudo na orientação das políticas, ponha os valores da cidadania e da solidariedade no vértice do seu projecto colectivo.

Dir-me-ão alguns que estas propostas são irrealistas e feitas contra a corrente do pensamento dominante. A verdade é que não consigo ver como, sem elas, poderemos fugir ao vazio da desesperança e à inacção. A novidade e a complexidade dos problemas não se com-

padecem com soluções passivas e rotineiras. Exigem que se ensaiem formas diferentes de compreender e de agir. O mal-estar social difuso de que todos falam é o sinal de que não há tempo a perder.

A passagem do século e do milénio é uma data simbólica que nos deve convocar para a globalização da solidariedade. Portugal, que foi pioneiro da globalização do Planeta, dará o seu contributo para que o Mundo de amanhã não seja, ainda, para tantos milhões de seres humanos, um Mundo em que a dignidade lhes é negada diariamente.

Junho de 1999.

Portugal reencontrou, com a Revolução do 25 de Abril de 1974, a democracia e o sentido de abertura, modernidade e inovação. Reencontrou-se também com a característica que melhor define a sua história e a sua cultura: isto é, o universalismo, a abertura ao exterior, a comunicação com os outros. Estamos e gostamos de estar orgulhosamente acompanhados.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO 24.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL
Assembleia da República
25 de Abril de 1998

Comemoramos a liberdade e celebramos a democracia, no 25 de Abril, lembrando, em primeiro lugar, todos aqueles que participaram na sua construção.

Das inúmeras atitudes de protesto e de revolta contra a opressão se alimentou um imenso património de resistência ao autoritarismo durante décadas e décadas de ditadura. Quando, a 25 de Abril de 1974, os militares do Movimento das Forças Armadas derrubaram o Estado Novo, esse legado das gerações anteriores legitimou o seu acto de coragem e de responsabilidade.

O sentido que a ruptura do 25 de Abril tomou é, pois, indissociável das aspirações da Resistência e da determinação dos Militares de Abril.

Mas é igualmente indissociável do movimento social de apoio, e do desejo de mudança que ele exprimiu, sob as mais diversas formas, desde as primeiras horas do dia 25 de Abril. A acção popular, por vezes tumultuosa, por vezes contraditória, mas com espontaneidade, precipitou o desmantelamento do Estado Novo e exigiu a rápida criação de novas instituições.

Coube aos partidos políticos interpretar a vontade popular, expressa em eleições livres, e definir um regime constitucional assente na representação plural da sociedade portuguesa e na legitimação eleitoral do poder político.

Envolvemos nesta homenagem, feita também de memória, que é porventura a mais sentida forma de reconhecimento, os comba-

tentes contra a Ditadura, os capitães de Abril que a derrubaram, o movimento popular que abraçou de imediato a causa da Liberdade, os partidos políticos que, com a sua pluralidade, ergueram a Democracia no nosso país.

A democracia trouxe consigo transformações profundas à sociedade e mudou o quadro das políticas nacionais. Destacarei, entre outros, três aspectos dessas mudanças em curso: a relação com os Países de Língua Oficial Portuguesa, a integração europeia, a modernização das Forças Armadas.

O 25 de Abril representou um virar de página na nossa história, um fim de ciclo. Com ele surgiram novos Estados, livres para seguirem o seu próprio caminho, e um novo conceito de relação entre Portugal e os outros países de língua portuguesa.

Os laços de fraternidade forjados numa história partilhada, baseados em vínculos culturais singulares e numa língua comum, passaram a constituir o elemento agregador de uma vastíssima comunidade reunindo países de três continentes.

A nossa política externa tem valorizado este conjunto de relações, quer no plano bilateral quer no plano da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa.

A CPLP é um projecto tão pertinente quanto ambicioso. Há um lugar, no sistema de relações internacionais, para instituições com vocação inter-regional, como é o caso, desenvolverem novos domínios de cooperação e aprofundarem identidades específicas. Temos aqui um longo caminho à nossa frente.

A Liberdade, porém, não chegou ao povo mártir de Timor-Leste, de cuja luta e sofrimento sou solidário, com todos os portugueses.

Quero dirigir neste momento uma especial saudação à Convenção Timorense, apostada em discutir um quadro de acção política consensual, e manifestar esperança nos esforços do Secretá-

rio-Geral das Nações Unidas para encontrar uma solução justa da questão de Timor-Leste.

Portugal não esquece Timor e os timorenses, e continua determinado a defender intransigentemente os seus direitos, designadamente o direito fundamental de poderem escolher o seu destino.

A nova república portuguesa associou o seu destino à Europa. A integração europeia, que a democracia projectou e conduziu, foi, por seu turno, um factor de estabilização democrática. Contribuiu para a racionalização e o enquadramento das estratégias de modernização económica e social do país. Permitiu que Portugal definisse, de forma clara e consistente, uma nova posição internacional, abandonando um largo período de isolamento. Constituiu, por tudo isto, uma oportunidade para sublinhar os traços históricos da identidade nacional numa dimensão de abertura e de diálogo, onde se exprime a nossa vocação universalista.

Foi árduo o caminho do nosso reencontro com a Europa. Os obstáculos foram vencidos graças à lucidez dos responsáveis políticos que souberam definir uma orientação firme, e preservar os consensos internos indispensáveis para manter uma linha de rumo coerente, antes e depois da adesão efectiva de Portugal às Comunidades Europeias.

Esse percurso era obrigatório para que a nossa visão sobre a evolução da Europa e as nossas posições acerca das políticas comunitárias ganhassem a autoridade e a relevância indispensáveis, tanto para a defesa efectiva dos nossos interesses nacionais, como para garantir uma participação plena na edificação comum da Europa das democracias.

A presença de Portugal entre os fundadores da moeda única marca uma viragem histórica. Pela primeira vez, Portugal está na pri-

meira linha, num momento decisivo, quando se inicia uma nova etapa, fundamental para o futuro de uma Europa livre e unida. Há por isso boas razões para ter orgulho em Portugal e nos Portugueses, que souberam reconhecer a importância deste desígnio nacional, e se empenharam na sua realização, com um profundo espírito de responsabilidade.

Do mesmo modo, merecem reconhecimento os esforços continuados de sucessivos Governos na preparação das condições indispensáveis para passarmos à terceira fase da União Económica e Monetária, num quadro de continuidade do consenso em que foram envolvidos parceiros económicos e sociais. A manifestação de legítimas correntes de opinião mais críticas não impediu que todos compreendessem os sacrifícios indispensáveis à modernização e o alcance nacional dos objectivos prosseguidos.

O mérito deste resultado deve ser sublinhado por dois motivos adicionais. Primeiro, por contrariar algumas expectativas mais pessimistas que prevaleciam interna e externamente sobre a nossa capacidade para cumprir, em tempo, os critérios de convergência que determinam o acesso à moeda única. Depois, porque Portugal alcançou os objectivos fixados pelo Tratado da União com uma margem muito respeitável, do ponto de vista macroeconómico.

Há, pois, razões para ter confiança. Sem cair em voluntarismos deslocados, vale a pena insistir na importância do espírito de confiança como uma condição de sucesso, sobretudo quando se trata de fazer face a processos de mudança profundos. Por outro lado, os factores positivos na situação económica e social são cruciais para se poder avançar rapidamente, nas mudanças prioritárias, com empenhamento generalizado de todos. Elas tornam-se ainda mais urgentes, tanto pela própria moeda única, como pelo próximo alargamento da União Europeia.

A integração europeia pôs à prova a democracia, a capacidade de resolver politicamente um grande desafio nacional, e pôs à prova a capacidade colectiva de realizar e absorver mudanças estruturais a um ritmo acelerado.

Perante a exigente negociação que está à nossa frente na União Europeia, e que nenhum dos nossos parceiros facilitará, será necessária uma assumida frente externa, da responsabilidade de todos os agentes políticos, económicos e sociais, sem prejuízo, claro está, das responsabilidades próprias do Governo. Mas em boa verdade ninguém poderá ser mero espectador perante desafio nacional desta importância, nem capitalizar sobre as dificuldades que encontraremos.

As mudanças não incidiram apenas nos planos económico e social. No plano institucional, as Forças Armadas enfrentaram, desde o fim da guerra colonial, desafios muito complexos. As opções estratégicas do país em matéria de defesa e segurança foram objecto de novas conceptualizações. Iniciou-se um debate sobre o modelo organizacional e a reestruturação das Forças Armadas portuguesas.

É importante aprofundar o debate sobre tais opções, visando um consenso nacional, condição que permitirá concretizar um corpo coerente de conceitos e princípios orientadores. A defesa nacional, em democracia, sublinho, em democracia, constitui uma tarefa essencial do Estado que deve ser partilhada por todos os portugueses. Daí que o debate e a reflexão sobre as grandes questões estratégicas que lhes estão associadas não possam ser restringidas a um pequeno núcleo de especialistas, devendo envolver os diversos sectores da sociedade portuguesa.

Entretanto, as Forças Armadas portuguesas passaram a estar presentes em importantes missões internacionais, nomeadamente na Bósnia, em Angola e em Moçambique, desenvolvendo acções de

cooperação militar, como expressão da política externa do Estado português. E fizeram-no de forma exemplar, com eficácia, disciplina e empenho, prestigiando-se e prestigiando Portugal. As reformas em curso constituirão, estou certo, um estímulo crescente para a carreira militar e para as verdadeiras consagração e assunção das finalidades nacionais das Forças Armadas numa República democrática moderna.

O exemplo das adaptações institucionais conseguidas e das realizações bem sucedidas defende-nos do cepticismo, e transmite confiança para continuar a vencer dificuldades e resistências à mudança.

Muitas dessas dificuldades e resistências correspondem a atrasos acumulados, não só de recursos como de práticas. A integração europeia acelerou algumas das transformações estruturais, mas subsistem debilidades que seria perigoso negligenciar. Não me refiro apenas às fragilidades do aparelho produtivo, mas principalmente às que respeitam ao nosso sistema social e institucional.

Uma cidadania plena não se alcança apenas através do reconhecimento de direitos, mas sobretudo pela afirmação e pela generalização das práticas sociais que reforçam a igualdade de oportunidades, a participação cívica, a autonomia individual.

Os processos de tomada de decisão, cada vez mais implicados num mundo global, exigem crescentemente exactidão, eficácia e informação. Neste ponto, muito há a mudar nos padrões e nas rotinas dos portugueses. Impõe-se uma cultura de rigor, metodologias de exigência, debates qualificados e decisões sustentadas.

Gostaria, a este propósito, de me referir a uma grande realização nacional, que nos pôs à prova, a EXPO'98, e a um desafio que nos convoca a todos, que é o do combate à droga.

A capacidade nacional de conceber e executar projectos com largo alcance internacional ficou mais uma vez demonstrada com a organização da Exposição Mundial em Lisboa.

A EXPO'98 constitui um ensejo para valorizar os temas culturais e científicos ligados ao mar, e desta forma sublinhar o espírito humanista dos descobrimentos portugueses, que foram um contributo decisivo para a unificação de um mundo fragmentado, nos alvares da Época Moderna.

Mas é como grande realização, exemplar não só nos propósitos como nos meios que convocou e na integração de múltiplas disciplinas de intervenção, que pretendo apontá-la. É certamente um motivo de orgulho, dada a complexidade dos problemas que houve a resolver e a qualidade das soluções encontradas.

A Expo não fez, por um golpe de mágica, desaparecer os problemas nacionais, apesar de ter implicado acréscimo significativo das capacidades de criação e de produção.

Mas é uma grande realização nacional, integradora, renovadora, inovadora, um marco na consolidação do prestígio internacional de Portugal. Estou certo de que todos o compreenderam e sabem, nessa medida, valorizar, agora e até ao seu termo.

As mudanças, tanto institucionais e políticas como sociais e culturais, têm de suscitar previsão e adaptação. Há um conjunto de domínios em que a estabilidade e coesão sociais, sem prejuízo do confronto de políticas, deverá caminhar para a formulação de grandes consensos que assegurem uma solidariedade entre gerações. O caso da droga, uma das realidades mais dramáticas e complexas das sociedades modernas, constitui uma situação paradigmática.

Existe hoje uma consciência, diria que espontânea, de que estamos perante um problema de dimensões globais que afecta o conjunto da vida social.

O problema das drogas já não está associado apenas às consequências físicas e psíquicas sofridas pelo consumidor e à criminalidade associada ao tráfico e à pressão do consumo. É de facto uma verdadeira ameaça a interesses fundamentais, que vão do desenvolvimento económico ao exercício da cidadania.

Trata-se de um problema para o qual não há uma resposta única. Requer, pois, uma concertação de recursos e de parceiros, uma cooperação entre instituições e Estados, uma atenção e um estudo permanentes e multidisciplinares.

Estamos perante uma questão que impõe um compromisso amplo, entre o Estado e a sociedade através das suas instituições, *um* contrato de gerações que comprometa aqueles que agora detêm a responsabilidade com a qualidade da vida dos que virão a seguir.

Esta é uma oportunidade rara que não podemos desperdiçar.

Os contratos de geração dignificam a função reguladora do Estado, tanto quanto dignificam as organizações sociais neles implicadas. Há também outros domínios, como por exemplo os da segurança social, da saúde ou da justiça, em que o diagnóstico de situação foi efectuado, o estudo e o debate das soluções está adiantado. As parcerias sociais estão disponíveis e o acordo certamente agregará vontades e criará sinergias.

Os instrumentos da solidariedade valem para os problemas concretos da sociedade portuguesa. Uma democracia de cidadãos tem de ser capaz de corrigir o que os mecanismos económicos e sociais de mercado desequilibram e repôr a equidade e a igualdade de oportunidades onde elas foram rompidas.

Não é uma responsabilidade de uns, apenas, que possa acomodar-se a privilégios corporativos ou a egoísmos de grupos instalados. Sem solidariedade não há cidadania.

Quero finalmente referir-me a duas ocasiões importantes para a democracia portuguesa: o próximo referendo nacional e as celebrações do 25 de Abril de 1999.

A democracia não é um regime imutável. A representação política tem sido questionada por novas formas de participação directa dos cidadãos. Tem reconhecido a pertinência de uma maior aproximação entre eleitores e eleitos. A democracia enriquece-se e reforça-se com as reformas que abrem a possibilidade de novas modalidades de intervenção e participação política.

Temos agora, perante nós, a oportunidade de dar concretização prática aos novos mecanismos da dimensão participativa da nossa democracia, no quadro constitucional, com a próxima realização do primeiro referendo nacional.

A circunstância de o recurso ao referendo ocorrer pela primeira vez na prática constitucional da nossa democracia não deve conferir ao acto qualquer dramatismo, seja qual for a natureza das opções a tomar pelo povo soberano.

A democracia representativa garante o quadro essencial de estabilidade política e institucional. A participação directa dos cidadãos tem de ser um factor complementar que reforce a legitimidade das escolhas e a coesão nacional.

Mas é por se tratar de uma experiência nova entre nós que a realização de referendos nacionais impõe a todos uma responsabilidade acrescida, que é a de conduzir o debate no respeito integral pelas regras da tolerância, no confronto das opiniões, e com a maior clareza de argumentos, prevenindo a formação de fracturas susceptíveis de minar a coesão social.

Estou certo de que o referendo será uma demonstração da maturidade da democracia portuguesa.

O 25 de Abril é certamente um dos acontecimentos mais marcantes da nossa história contemporânea. Introduziu grandes

e profundas transformações na sociedade portuguesa. Nele teve origem um regime democrático que tem sabido acolher essas transformações.

No próximo ano, comemorar-se-ão os vinte e cinco anos do 25 de Abril. Desejo o empenhamento de todos os órgãos de soberania nesse acto evocativo a que devemos associar especialmente as mais jovens gerações, que já se formaram no regime democrático, e são o futuro da nossa democracia.

Essa passagem de testemunho é decisiva. O legado mais valioso que oferecemos ao próximo século é precisamente a Liberdade! O 25 de Abril de 1974 foi um sinal de esperança. O seu futuro será realização da nova geração, a geração da Liberdade.

CERIMÓNIA INAUGURAL
DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LISBOA — EXPO'98
Lisboa
21 de Maio de 1998

Com este acto solene e no dia em que se cumprem quinhentos anos sobre a chegada por mar de Vasco da Gama à Índia, inaugura-se a Exposição Mundial de Lisboa, dedicada aos oceanos.

Portugal fez do mar a via para se encontrar consigo, com os outros, com o Mundo. Tem, por isso, muita honra e muita alegria em acolher este grande acontecimento cultural, científico e humano, de dimensão planetária, que recebe o seu sentido do fundo dos tempos e o projecta no futuro.

Ao abrir as suas portas, a EXPO'98 torna-se um lugar de encontro de todos os povos, na extraordinária riqueza da sua diversidade. É, assim, um símbolo do que queremos seja o próximo século: um tempo de diálogo entre civilizações, continentes, culturas e religiões, um tempo de cooperação internacional, de solidariedade entre o Norte e o Sul, entre o Leste e o Oeste.

Ao eleger os «oceanos — um património para o futuro», como seu tema fundamental, a EXPO'98 apela às novas gerações para que tenham uma consciência que, muitas vezes, nos faltou.

Essa consciência é a da responsabilidade, que não exclui nenhum ser humano, de preservarmos o planeta e defendermos o ambiente, os recursos naturais, o património, a memória. É ainda a do dever de humanizarmos a vida, de pôrmos o desenvolvimento ao serviço das pessoas, de darmos à solidariedade um conteúdo concreto e universal.

País europeu, atlântico e universalista, com uma língua falada por 200 milhões de seres humanos e uma memória cultural presente em todos os cantos da Terra, Portugal reencontrou, com a Revolução do 25 de Abril de 1974, a democracia e o sentido de abertura, modernidade e inovação. Reencontrou-se também com a característica que melhor define a sua história e a sua cultura: isto é, o universalismo, a abertura ao exterior, a comunicação com os outros. Esta Exposição realiza-se também na inspiração desses valores.

Estamos e gostamos de estar orgulhosamente acompanhados. Pude acompanhar, pelas funções que exerço e pelas que anteriormente exerci, o processo exaltante que foi conceber, planear e executar a Exposição. Tive o prazer de assistir àquela sessão em que o Bureau International d'Expositions aprovou o projecto e escolheu Lisboa. Desde então, o caminho que se percorreu e o esforço que se fez foram extraordinários.

Quero expressar, sem distinções de nenhuma ordem, o mais veemente reconhecimento a todos aqueles que, em qualquer fase, com a sua orientação, o seu trabalho, a sua competência, a sua audácia, deram a este acontecimento a grandeza que ele tem. Presto homenagem à memória dos que perderam a vida no decurso dos trabalhos realizados.

Projecto motor de recuperação e desenvolvimento de uma grande zona urbana, a Expo não acaba quando fechar as suas portas nem se limita à área em que se situa. É um projecto de grande irradiação e de abertura ao Mundo. Nesse sentido, é um projecto de unidade e coesão nacional, um instrumento de afirmação de todo o Portugal.

Ao dirigir-me a tantos convidados ilustres que quiseram estar connosco neste dia, sei que o privilégio da vossa presença traduz um privilégio maior: o da vossa amizade e da amizade dos povos

e instituições que representais. Agradeço, em nome de Portugal, esses sentimentos que tanto nos desvanecem e saúdo todos os países que nos dão a honra da sua representação nesta Exposição. Compreende-se que, neste momento refira, com intenção especial, a representação de Timor-Leste, território sob administração portuguesa que se encontra ocupado pela Indonésia e onde todos os dias são violados, de forma brutal, os mais elementares direitos humanos.

Conscientes de que realizações como esta vão muito para além do curto tempo em que são vistas, reafirmemos a nossa esperança no futuro e a responsabilidade partilhada que perante ele temos. Neste tempo de globalização, em que todos e cada um estamos e nos sentimos ligados ao destino da Humanidade, esta é a mensagem fundamental desta Exposição.

É, por isso, com muita honra e alegria, que declaro oficialmente aberta a Exposição Mundial de Lisboa, 1998.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
Lisboa
10 de Junho de 1998

Este dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas decorre no ano em que se comemoram cinco séculos sobre a chegada de Vasco da Gama à Índia. As consequências dessa extraordinária viagem fizeram dela um marco da história universal. A sua evocação adquiriu com esta Exposição Mundial uma reforçada projecção.

Estas comemorações revestem-se de uma importância acrescida. Trata-se de uma oportunidade para a sociedade portuguesa rever um momento ímpar da sua história. Importa que o faça. A percepção que temos do nosso lugar no mundo mudou nas últimas duas décadas. O regime da Ditadura procurou instrumentalizar as Descobertas ao objectivo de legitimação do conceito de império colonial. Construiu uma interpretação única da história que pretendeu fixar para sempre.

O espírito com que nós comemoramos o papel de Portugal no movimento de abertura de horizontes geográficos e de horizontes do conhecimento dos séculos XV e XVI não é o da mera exaltação de glórias passadas.

Move-nos o desejo de valorização da história junto das gerações mais jovens. Sobretudo, acreditamos que a história é sempre susceptível de novos ângulos de abordagem, e que cada época acrescenta novos temas e perspectivas ao conhecimento que sobre o passado recebeu de épocas anteriores.

Com os Descobrimentos, Portugal contribuiu para uma nova atitude da cultura europeia, marcada pela curiosidade e pela atenção ao desconhecido e diferente, pela abertura à dúvida e à experiência como condição para o progresso do conhecimento.

A riqueza das nossas comemorações reside na possibilidade que hoje existe de comparar o olhar com que vimos os outros com o olhar com que os outros nos viram, e de compreender que esse novo mundo que demos ao Mundo tem também uma memória desse encontro de civilizações. Essa memória é tão importante como património cultural e tão decisiva para a compreensão da História como a nossa própria memória. E que uma e outra é que são a história da nossa História. Esta é a visão humanista que importa preservar.

Hoje, aliás, as nossas sociedades são multiculturais e multiétnicas. Por isso, é tão importante cultivar uma visão aberta da diversidade da história como cimento de uma cultura de tolerância. O combate à intolerância, ao racismo e à xenofobia passa pela interiorização desta abertura cultural.

A democracia portuguesa criou novas e importantíssimas relações em África, no Oriente e com o Brasil que se fundam no reconhecimento recíproco das identidades históricas nacionais. A possibilidade de melhor reforçar os laços com esses países reside, também, na nossa capacidade de compreender as raízes do seu olhar histórico sobre Portugal.

A cooperação com os países de língua oficial portuguesa, uma prioridade distintiva da nossa política externa, deve, por isso, assentar, para além da vertente económica, num intercâmbio cultural e científico cada vez mais sólido. A língua portuguesa que hoje aqui é celebrada só se reforça como elo de união entre nós se ela for um veículo de conhecimento e reconhecimento recíprocos.

Não esqueço, neste dia, a luta pela liberdade dos timorenses, causa nacional que tem estado no centro das atenções internacionais. Estou certo de que a transição política na Indonésia não deixará de se reflectir sobre a questão de Timor-Leste. Pela nossa parte, continuaremos a seguir, atentamente, o processo de reformas, cuja credibilidade, designadamente perante a comunidade internacional, é inseparável de uma mudança profunda em Timor-Leste. Nesse sentido, a libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos seria um sinal importante.

Sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, Portugal continuará a seguir uma linha de flexibilidade na procura de uma solução pacífica, sem abandonar a sua posição de firmeza quanto aos princípios, nomeadamente sobre a garantia do exercício livre e democrático do direito de autodeterminação.

Estas comemorações nacionais do dia 10 de Junho decorrem num ano muito importante para Portugal. Os portugueses viram compensados a visão estratégica, a consistência na condução da política europeia, e todos os sacrifícios que permitiram ao país integrar o núcleo fundador da moeda única.

Ao alcançar este objectivo, encerrámos um ciclo iniciado com a Revolução de 25 de Abril de 1974. Virámos uma página na nossa história. De país subdesenvolvido, colonialista, isolado, passámos, no espaço de duas décadas, a um país mais moderno, respeitado internacionalmente, capaz de demonstrar a sua criatividade, capacidade técnica e cultural. É uma vitória dos portugueses, da democracia e da liberdade.

Foi notável o esforço realizado nas últimas décadas em Portugal. Não foi fácil chegar aqui. Importa, aliás, não esquecer que o próprio processo de modernização deixou muitos portugueses socialmente excluídos. Este é um problema a que temos de dedicar a maior atenção.

Simbolicamente, o dia de Portugal deste ano celebra e sintetiza a nossa capacidade de realização: a do passado, porque se comemoram os 500 anos da histórica viagem de Vasco da Gama; e a do presente, materializado quer na capacidade de integrar a moeda única e acompanhar a construção europeia, quer na realização da Exposição Mundial onde nos encontramos.

Não podemos, como outras vezes o fizemos na nossa história, contentarmo-nos com atingir um objetivo. É preciso saber e poder dar continuidade ao trabalho realizado.

Fomos capazes de estar em pé de igualdade com os grandes países europeus no início de uma mudança histórica da construção europeia. A esse futuro já chegámos e muitos foram os que duvidaram.

Mas este é um ponto de partida e não o fim do percurso. Temos, agora, de ser capazes de nos manter ao lado desses países, no novo e complexo ciclo europeu que se abre perante nós, superando, em simultâneo, as diferenças que nos separam ainda da realidade de muitas sociedades europeias.

É no momento em que a República democrática provou ser capaz de assegurar a capacidade de realização dos portugueses que mais necessário é encarar as opções inadiáveis do momento presente. Virou-se uma página. É necessário confrontar os portugueses com os desafios das próximas duas décadas, com uma nova visão para o futuro de Portugal.

Para chegar aqui foi necessário, há vinte e cinco anos, estabelecer um compromisso de geração em torno das prioridades essenciais para Portugal. As divergências e as opiniões críticas não impediram que todos compreendessem o sentido das mudanças necessárias. Este é o momento de definir o novo compromisso de geração em que se fundará o futuro de Portugal daqui a vinte anos. É preciso que a política da pequena conjuntura não nos impeça de avaliar

as opções estratégicas que há a fazer. É preciso olhar com lucidez e ambição para Portugal. Com proximidade e afecto para os portugueses.

Após o 25 de Abril, tivemos de definir as nossas prioridades no contexto conturbado de uma revolução, no rescaldo de uma complexa descolonização e com o país numa situação económica e social muito grave.

Agora, as condições são outras. Hoje, é possível e desejável que se distingam com serenidade as áreas onde o compromisso é necessário das de natural confronto e divergência de opiniões. É sempre preciso mais coragem para o compromisso do que para o confronto. É dessa coragem que Portugal agora necessita. É de um compromisso de geração para o país, para os portugueses e para o papel do Estado, circunscrito ao essencial, porque a multiplicação de propostas de consenso não passa a maior parte das vezes de conflitualidade mal disfarçada.

Gostaria que daqui a vinte anos se pudesse afirmar que tínhamos virado uma outra página da história ao assegurar: a continuidade do nosso desempenho na União Europeia; um Portugal mais coeso; portugueses mais bem preparados e um Estado mais eficaz.

A Europa é a nossa prioridade

A integração europeia pôs à prova a nossa capacidade colectiva. Mas a União Europeia está em permanente evolução e nós temos de saber desempenhar cada vez melhor o nosso papel no centro político da decisão europeia.

A negociação política que temos pela frente é difícil e exigente. Ninguém se poderá escusar a uma parte da responsabilidade.

É indispensável uma grande concertação, dos agentes económicos e sociais, dos agentes políticos, sem prejuízo das tarefas que incumbem ao governo, para fazer valer, com eficácia necessária, as nossas perspectivas legítimas.

Esse empenhamento generalizado é mais uma vez a condição fundamental perante um desafio tão complexo.

Um Portugal mais coeso

A coesão nacional está ensombrada pela percepção das assimetrias de desenvolvimento. Nalguns aspectos, o problema tem uma dimensão que reconheço preocupante. As populações têm consciência da permanência dessas assimetrias e consideram-se discriminadas pelas políticas públicas.

Aliás, é útil distinguir duas realidades. A das políticas de equidade territorial, do combate aos dualismos sociais que atravessam todas as regiões e todas as gerações de portugueses. E a da reforma administrativa do Estado.

O problema não é insolúvel. O caminho da articulação entre políticas comunitárias, políticas sectoriais e políticas de âmbito territorial não está esgotado. O caminho da participação dos agentes locais nas decisões também não se encontra bloqueado.

Portugueses mais bem preparados

Os níveis de competitividade a que Portugal está exposto aumentaram e aumentarão mais. Precisamos de portugueses com uma exigente formação escolar e uma excelente formação profissional. É preciso ter a coragem de exigir rigor. É preciso comba-

ter todos os facilitismos. O desempenho económico do país dependerá da capacidade de realização neste domínio.

É preciso um Estado mais eficaz que intervenha menos, mas regule melhor, que defina regras claras e estáveis. Um Estado que administre com maior eficácia, rapidez e justiça. Um Estado que no domínio da sua acção social seja tanto mais eficaz quanto melhor identificar os problemas a enfrentar, e mais rigoroso e justo for na afectação dos recursos que pode mobilizar.

É preciso reconstruir a partir dos problemas concretos, os instrumentos da solidariedade social. Este é um problema político de cuja solução depende a garantia e o desenvolvimento da cidadania.

Se estes podem ser os alicerces de um compromisso de geração haverá talvez que lhe acrescentar dois problemas cuja dimensão impõe a mobilização de todos.

A questão social da próxima década é consequência do envelhecimento da população. Dizia-me outro dia um amigo com a idade do século: «antigamente a velhice de uma pessoa era uma dignidade hoje é vista como um estorvo». Ele tinha infelizmente razão. A demografia, as alterações profundas nas estruturas familiares e uma sociedade que cultiva o egoísmo mais do que a generosidade trouxeram-nos o problema da «terceira idade», e a ideia cada vez mais enraizada que os mais idosos já não têm um papel social e familiar a desempenhar.

Eu não me reconheço nesses valores e entendo prioritário assegurar a dignidade da pessoa humana e reforçar o princípio essencial da solidariedade entre gerações.

O problema da droga exige de nós novas soluções. Como referi, anteontem, no meu discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, uma nova política em matéria de droga terá de ser uma política social preventiva, especialmente em relação aos

jovens, que abranja desde a educação ao emprego e à formação profissional, desde a saúde ao apoio familiar e ao planeamento urbano.

Numa perspectiva de saúde pública, essa nova política terá de encarar com rigor e seriedade os programas de redução de riscos. Terá que tratar de forma equilibrada a redução da oferta e da procura.

Uma nova política, baseada em informação objectiva e na investigação pluridisciplinar, terá que partilhar os êxitos e aprender, aprender sempre, com as boas experiências.

O dia 10 de Junho é o dia em que reafirmamos o compromisso de assegurar a continuidade de Portugal e a unidade dos portugueses. Este é um compromisso que reiteramos com prazer e orgulho. Mas a continuidade de Portugal não decorre da história como uma inexorabilidade. Portugal é construído pelos portugueses.

É para sublinhar a importância do contributo individual que cada um pode dar ao seu país que ao dia 10 de Junho é associada a condecoração de cidadãos nacionais que se destacaram nos diversos domínios da suas actividades.

Saúdo aqueles que hoje aqui foram condecorados e agradeço-vos em nome do país o contributo distintivo que deram à vida nacional desde o combate pela dignificação da política, à afirmação de valores culturais e científicos, ao mérito dos seus desempenhos profissionais.

Alguns de entre vós foram agraciados com a Ordem da Liberdade pelo contributo dado à queda de um regime iníquo e ditatorial. Muito obrigado.

Daqui a menos de um ano estaremos a comemorar os 25 anos da Revolução do 25 de Abril.

Os Órgãos de Soberania assegurarão a dignidade institucional máxima a essas comemorações para assim exprimir que estas são

comemorações do regime democrático e não de nenhuma interpretação da história.

Esta será, aliás, a oportunidade para procurar redefinir o objectivo e o formato das comemorações fundadoras do Regime Republicano e da Democracia. É preciso inovar para que a rotina não banalize a celebração e lhe diminua o significado histórico e cívico. É importante restabelecer o elo afectivo entre a celebração das datas fundadoras do regime e a população portuguesa.

Vai em breve concretizar-se a dimensão participativa do nosso regime, consagrada na Constituição. Com o referendo é uma nova modalidade de participação directa dos eleitores que se concretiza. Estes actos enriquecem a democracia.

Considero essencial incentivar a mobilização cívica em torno dos referendos e criar condições para que eles constituam um momento exemplar de debate plural e de tolerância, onde qualquer crispação deve ser evitada.

A democracia representativa não sai diminuída da consulta popular. O que está em debate num referendo é uma questão cuja natureza os órgãos de soberania competentes julgam adequado colocar aos eleitores. Não está em causa a estabilidade política, seja qual for o resultado expresso pelos portugueses.

A participação directa dos cidadãos deve constituir um factor complementar que reforce a legitimidade das escolhas e a coesão nacional.

É preciso aperfeiçoar constantemente os mecanismos de integração dos cidadãos no sistema político. Essa é uma condição necessária à estabilidade política e ao desenvolvimento do país.

Portugal precisa do contributo de todos os portugueses.

Viva Portugal.

CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO
DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LISBOA — EXPO'98
Lisboa
30 de Setembro de 1998

Com este acto assinala-se o encerramento da Exposição Mundial de Lisboa, que inaugurámos no dia em que se cumpriram quinhentos anos da chegada por mar de Vasco da Gama à Índia.

Encerra a EXPO'98, mas continuam a sua mensagem fundamental, o projecto de que ela é o motor, a memória que deixa e o seu exemplo.

Continuam a sua memória e o seu exemplo, porque a Exposição constituiu um grande acontecimento humano, cultural e científico com uma enorme projecção internacional, que contribuiu para reforçar a coesão e a identidade nacionais. Nela Portugal se revê com orgulho e com um sentimento de dever cumprido. Foi um acontecimento que buscou inspiração num momento único da nossa História, revelando a sua actualidade e mostrando o seu alcance universal. O apelo que a Exposição fez ao conhecimento e à cultura científica é também um valor que deve ser permanentemente valorizado e desenvolvido.

Quaisquer que eventualmente possam ser os reparos que se possam fazer a um ou outro aspecto de uma empresa desta dimensão e complexidade, tem de se reconhecer que o seu saldo de realização é esmagador e imensamente positivo.

Com este encerramento, também não acaba a mensagem fundamental da Exposição, pois é uma mensagem que tem a ver com o futuro do Planeta. A importância dos oceanos e da água como

uma questão de sobrevivência da humanidade foi aqui posta em evidência, revalorizada e ampliada. Portugal permanecerá activo e fiel ao dever de fazer com que ela continue presente e constitua uma preocupação fundamental.

Finalmente, o projecto de que a Expo foi o motor não acaba. Trata-se de um vasto projecto de recuperação e regeneração urbana, que ficará para sempre ligado a este acontecimento e ao seu significado, devendo ter uma grande exigência de qualidade, de visão ampla, de rigor e de transparência.

Neste momento, quero renovar solenemente o reconhecimento de Portugal a todos os que, com a sua orientação, o seu trabalho, a dedicação e o seu esforço, contribuíram para que a Exposição Mundial de Lisboa fosse uma grande realização e um êxito de que nos devemos orgulhar.

Saúdo calorosamente todos os países que aqui estiveram representados, na espantosa diversidade das suas propostas, e agradeço ao Bureau Internacional d'Expositions e ao seu Presidente a confiança e o apoio que nos prestou. Juntamente com a bandeira que lhe irá ser simbolicamente entregue, pedimos à ilustre Comissária-Geral da Exposição de Hanôver que receba os nossos sinceros votos de êxito.

Saúdo todos os cidadãos que fizeram também o quotidiano militante.

Seja-me permitido, a terminar, uma nota pessoal: quer por dever oficial, quer por gosto e interesse pessoal, fui um frequentador assíduo da EXPO'98. Vi alguma coisa do muito que havia para ver, aprendi, admirei a qualidade e a organização, desfrutei a alegria e a festa, falei com as pessoas, portugueses e estrangeiros, ouvi os jovens e apreciei o seu entusiasmo, recebi visitantes ilustres, Chefes de Estado e de Governo, personalidades da cultura, da ciência, da política, da economia. De todos recebi o testemu-

nho de profunda admiração e respeito por Portugal, pelo povo português e por esta Exposição.

Entendo dever partilhar, hoje, com todos os portugueses estes múltiplos testemunhos de apreço que nos foram dirigidos. Sei que serão recebidos como eu os recebi: com um sentimento de responsabilidade perante nós próprios e perante os outros e com a consciência de que esse é um capital precioso que temos e devemos continuar a valorizar.

Neste dia que é de festa, também de alguma nostalgia e sobretudo de confiança no futuro, guardemos a mensagem humanista da Exposição Mundial de Lisboa e renovemos a nossa vontade de construirmos um Mundo mais justo e mais pacífico.

Para isso, continuaremos a nossa acção em defesa de uma nova ética na relação do Homem com a Natureza. Sabemos que essa é uma condição indispensável da paz, do equilíbrio e da solidariedade. Sabemos que é esse o nosso dever mais urgente para com as gerações que nos sucederão, prosseguindo a aventura humana.

Foi nesse espírito que se realizou a EXPO'98. Por isso, podemos dizer que ela terá continuidade nas causas e nos objectivos que foram os seus e que continuarão a ser os nossos.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO 88.º ANIVERSÁRIO
DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA
Centro Cultural de Belém
5 de Outubro de 1998

No passado sábado tive a oportunidade e o prazer de poder prestar homenagem ao General Humberto Delgado, repetindo a histórica viagem da sua campanha eleitoral, entre o Porto e Lisboa. Para mim, é impossível desligar essa viagem, enquanto símbolo das eleições de 58, da razão pela qual tenho procurado dar um novo significado às comemorações nacionais.

A campanha de Humberto Delgado, feita nas difíceis condições da oposição à ditadura, foi para a minha geração, um sobressalto, um exemplo e um estímulo.

A ideia de que a nossa participação cívica conta e que pode mesmo ser decisiva para transformar a sociedade, marcou-me indelevelmente. Tal como desde então ficou claro que essa participação dependia da convicção em valores fundamentais.

As «Comemorações Nacionais», ao prestarem homenagem a feitos maiores da nossa história, devem servir para honrar a memória daqueles que tão nobremente serviram Portugal, mas também como exemplo de dedicação a valores que importa legar geração após geração.

Para que esse efeito pedagógico se transmita nas modernas sociedades é necessário ser capaz de encontrar formas imaginativas de romper com rotinas comemorativistas que por banalização perderam o seu efeito e significado.

Expus ao Sr. Presidente da Assembleia da República e ao Sr. Primeiro-Ministro a vantagem que haveria em procurar novos

modelos que resolvessem um problema que todos nós reconhecíamos e sobre o qual tínhamos um entendimento comum.

Quero, por isso, agradecer a ambos o estímulo e o apoio que deram à tentativa de revitalização das comemorações nacionais. Tal como quero, no que ao 5 de Outubro diz respeito, agradecer ao Dr. João Soares o entusiasmo com que aderiu à ideia, e o empenho com que toda a Câmara Municipal de Lisboa colaborou desde o início. Uma palavra de particular apreço, também, às Forças Armadas e de Segurança e aos Governadores Civis que se associaram desde o logo à iniciativa.

O dia 5 de Outubro de 1910 é a data fundadora do nosso Regime. É essa a razão porque nos reunimos hoje. Quero fazê-lo, porém, com os olhos postos no futuro. Tal como o fizeram, há 88 anos, esses homens determinados que arriscaram a sua vida em defesa de um ideal que acreditavam ser melhor para Portugal.

A República foi um regime inovador. A sua legislação foi pioneira em muitos aspectos. A República foi, também, um regime polémico que apaixonou os portugueses, como apaixonaram todos os grandes acontecimentos que marcaram uma mudança decisiva na vida nacional.

Não me compete analisar e interpretar esse período fascinante do início do século xx. Estão, felizmente, entre nós, historiadores que o fizeram de forma brilhante.

A República foi um sobressalto cívico que envolveu intensamente no quotidiano da sua vida política e social a participação dos cidadãos.

É a ideia de que a participação cívica é essencial à vida da República que entendo dever valorizar nas Comemorações Nacionais do 5 de Outubro.

É esse valor que como património importa transmitir às novas gerações que não tiveram, como tantos de nós, o estímulo da

oposição à ditadura para apreender a importância política que a participação cívica tem.

Gostava, por isso, que em cada ano o formato destas comemorações fosse diverso mas centrado em torno dessa ideia comum. Gostava que em cada ano, pudéssemos, neste dia, expor ao país a importância que tem o esforço de cidadãos que voluntariamente se organizam, ou em torno da defesa do património das suas terras, ou em apoio à humanização das condições dos hospitais, quer em defesa das populações contra as intempéries, quer em defesa da natureza contra as tentativas da sua delapidação, seja na luta pela igualdade contra o racismo, seja no apoio aos reclusos nas prisões. É aliás a esse tipo de associações, a par de grandes vultos da cultura portuguesa, que dedicarei parte da cerimónia de condecorações de hoje.

Sem essa participação cívica a República não existe como regime político. E este dia perderá o sentido e trairá a memória daqueles que queremos honrar.

Entendi este ano dedicar as Comemorações do dia 5 de Outubro ao trabalho cívico e político realizado nas Juntas e Assembleias de Freguesia.

O seu trabalho é insubstituível para as populações. Os membros das Freguesias constituem o maior número de eleitos do país e as suas eleições mobilizam dezenas de milhares de candidatos, homens e mulheres, independentes e filiados em partidos políticos que entendem dedicar-se às comunidades em que residem.

O seu interesse e disponibilidade para a participação na vida cívica das populações é um exemplo para os jovens. O seu trabalho é tantas vezes o início de uma carreira política que ao evoluir para outros patamares de responsabilidade, pelo facto de aí terem começado, não esquecerá mais que tem de existir sempre uma relação estreita entre as verdadeiras necessidades das pessoas e a actuação dos responsáveis políticos.

Era tempo de prestar homenagem a estes homens e mulheres que fazem um trabalho notável, sem a visibilidade diária dos grandes meios de comunicação social de onde hoje, errada e equivocadamente, parece depender a existência das coisas e repousar o reconhecimento da sociedade.

Em nome de todos os Órgãos de Soberania aqui presentes, muito obrigado pela vossa dedicação diária aos portugueses, à República e a Portugal.

Há uma outra razão pela qual entendi este ano chamar à atenção para a participação cívica numa componente política, como é o trabalho nas freguesias.

Olho com apreensão a ruptura crescente entre as estruturas de decisão política e a sociedade que lhes assegura a necessária e insubstituível legitimidade democrática.

Sei que este é um fenómeno comum a todas as sociedades europeias. As grandes transformações das sociedades modernas, ocorridas nas últimas duas décadas, explicam esse fenómeno. Mas a compreensão das razões parecem estar a impor-se como um anestesiante à acção política.

Há quarenta anos todos nós compreendíamos por que razão o regime era ditatorial e foi por isso que quisemos lutar pela liberdade.

É preciso voltar a não ter medo e a pôr os valores e as convicções políticas como instrumentos norteadores de uma sociedade onde nem todos os compromissos são aceitáveis, onde a tolerância não pode ser sinónimo de laxismo, onde os interesses corporativos não se podem sobrepor ao interesse nacional, nem ao respeito pelas leis em vigor. É preciso manter a determinação, mesmo quando isso represente afrontar interesses instalados, com extraordinária capacidade de utilização de meios de pressão pública sobre o poder político. Só assim se transmite segurança e sentido de justiça às sociedades.

É necessária convicção e firmeza para que as populações compreendam as opções que se nos oferecem e não pensem que existe um único caminho ditado por condicionantes externas que dispensam a sua escolha e decisão democráticas.

Olho para o futuro sempre com confiança, mas com alguma apreensão. O nosso sistema político apresenta evidentes sinais de desgaste que afectam todos os agentes políticos. Corre-se o risco de as populações perderem, em grande medida, o sentido da necessidade de participação na vida política nacional.

A abstenção eleitoral cresce. O discurso político está frequentemente desfasado da realidade que no quotidiano preocupa as pessoas. O pequeno detalhe, a pequena intriga, o episódio infrutífero ganharam o estatuto de facto relevante.

Todos nós sabemos como é que se chegou aqui. Compreendemos as razões. Conhecemos as polémicas. Os argumentos de uns e de outros. As queixas que o poder político faz da Comunicação Social. E as que a Comunicação Social faz do poder político. E uns e outros, ambos, todos têm aparentemente a sua parcela de razão. Mas isso pouco ou nada interessa ao povo português. E a parte de interesse que lhe resta traduz-se numa degradação crescente da imagem da classe política, numa desvalorização dos eleitos e do seu trabalho cívico, numa diminuição do seu estatuto.

Nenhum de nós pode assistir indiferente ao avolumar de um fosso terrível entre eleitores e eleitos.

Como Presidente da República cabe-me uma responsabilidade que não posso ignorar. É preciso tudo fazer para inverter esta tendência em Portugal.

Já toda a gente percebeu que, mundialmente, vêm aí tempos de incerteza. Nunca como hoje Portugal esteve tão bem preparado para os enfrentar. O país está, com inteira razão, confiante.

A economia cresce acima da média europeia e a nossa capacidade de realização foi testada em experiências riquíssimas.

Seria gravíssimo que alienássemos todo esse património porque o nosso sistema político não foi capaz de reagir a tempo e recuperar a confiança e o prestígio de que carece junto da população.

É preciso agir depressa. Esta é uma responsabilidade de todos, sem excepção; órgãos de soberania, e partidos, sejam eles maioritários ou da oposição.

Ao longo de quarenta anos de vida política vivi momentos de grande alegria e momentos de desilusão. Nada me custou tanto, porém, como ver a escassíssima taxa de participação eleitoral no primeiro referendo que se realizou em Portugal.

É necessário compreender os sinais do eleitorado e dar-lhes resposta atempada, caso contrário o testemunho que queremos celebrar e transmitir neste dia 5 de Outubro poderá estar perdido para a próxima geração. E haverá então um país que vive por si e com o esforço individual de pessoas como as que hoje homenageamos e um país político, eleito democraticamente por um número cada vez menor de cidadãos.

Ainda não chegámos aos níveis alarmantes de outras sociedades desenvolvidas. Pois não. E na medida das minhas responsabilidades e competências tudo farei para que nunca se chegue. Sei que não estou sozinho nesta minha determinação.

Sinto que esta é a mais difícil e longa batalha da minha vida política. Contem com a independência serena da minha magistratura para estimular um diálogo que permita avançar com medidas concretas.

Apelo a todos a que façam destes problemas questões de regime que importa ultrapassar, acima de qualquer cálculo de conjuntura partidária, e acima mesmo da opinião pública que muitas vezes

se mostra pouco receptiva a aceitar as reformas de uma classe política para a qual olha com indiscutível desconfiança.

A revisão das leis eleitorais, do financiamento dos partidos, das incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e das suas remunerações, a dignificação dos debates públicos, como forma de esclarecimento, o aumento da transparência e a celeridade dos instrumentos jurídicos têm de ser debatidas. A dedicação à causa pública tem de ser prestigiada e respeitada na sociedade como um valor.

É preciso um pacto de coragem entre todos os partidos para que se compreenda a dimensão do que está em causa e se tomem as medidas necessárias sem que ninguém queira arvorar para si a bandeira de uma vitória.

É necessário celebrar a República com a coragem de afrontar os seus problemas e com a convicção de que o país tem a capacidade de ultrapassar as dificuldades que se nos deparam.

O exemplo da vossa presença maciça nesta cerimónia é um estímulo que ninguém pode ignorar. Ao ver-vos hoje aqui sei que é possível vencer esta batalha política.

Estamos a um mês de um segundo referendo nacional, convocado nos termos constitucionais redigidos pela Assembleia da República, para recolher a opinião maioritária dos portugueses sobre a instituição em concreto de regiões administrativas.

Existem vastas e ponderosas razões em defesa do sim e do não. Espero que a campanha seja esclarecedora e que se debatam, na medida do possível, os principais argumentos de uns e de outros. Esta é uma escolha política do maior significado nacional. Qualquer que seja o resultado deste referendo o país terá mudado, porque terá feito uma escolha entre caminhos diversos de descentralização que têm de começar a ser percorridos de imediato.

É importante mobilizar os portugueses para esta escolha. Estou preocupado e deixo-vos aqui um apelo veemente a todos os por-

tugueses para que não deixem de votar no próximo dia 8 de Novembro, seja qual for a vossa opção.

Qualquer que seja o resultado do referendo é preciso ter consciência que essa será uma escolha que perdurará, porque esta não é uma matéria que todos os dias se reponha ao escrutínio do eleitorado.

A República que queremos comemorar todos os anos é aquela comunidade de cidadãos livres e iguais que tem a lucidez e a coragem de olhar de frente para os problemas e confrontar os cidadãos com as diversas soluções que para eles existam. Mesmo que esses problemas, como é o caso da questão da participação cívica e política tenham componentes civilizacionais que transcendem as fronteiras da nossa sociedade.

A República que queremos comemorar deve ser aquela em que ninguém espera que as coisas mudem por si, mas onde todos devem sentir como dever seu melhorar a sociedade em que se inserem. Mesmo que isso implique sacrifícios.

É esse o exemplo dos homens e mulheres que tudo arriscaram para fundar a República.

É a sua coragem a que hoje prestamos homenagem.

Viva a República!

Viva Portugal!

CERIMÓNIA COMEMORATIVA
DA RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA
Palácio da Independência
1 de Dezembro de 1998

Quero agradecer as palavras que o Sr. Presidente da Sociedade Histórica quis ter a amabilidade de me dirigir. Sei que ao agradecer a hospitalidade com que nos acolhe estou a exprimir não apenas o meu reconhecimento, mas também o de todos os representantes de órgãos de soberania e demais convidados, que convosco, anualmente têm ocorrido a estas salas para celebrar a Independência de Portugal.

Aproveitou V. Ex.^a para apontar, na sequência do apelo que lancei no dia 10 de Junho, a necessidade de olhar também com espírito moderno para esta comemoração do feriado nacional do dia 1 de Dezembro. As suas palavras são um estímulo à criatividade necessária à renovação da nossa tradição comemorativista. De facto essa renovação é necessária. Porquê? Não seguramente por estarem erradas as comemorações que com esforço e dedicação se têm feito nos últimos vinte e cinco anos nos feriados nacionais. Importa todavia reconhecer que as sociedades modernas socializam os seus sentimentos e interiorizam os valores colectivos de forma bem diferente de há um quarto de século atrás. A forma, ganhou uma maior relevância e é factor determinante da capacidade de atracção e de mobilização quer da «notícia» quer das camadas mais jovens da população.

As palavras de V. Ex.^a não podem deixar de encontrar, por isso, um eco claro nos titulares dos Órgãos de Soberania aqui presentes.

É necessário inovar. Abrir à sociedade de forma apelativa e explicar as novas condições políticas, à luz das quais é necessário olhar para a celebração da Independência de Portugal.

A data do 1 de Dezembro invoca historicamente um episódio específico do nosso relacionamento com os nossos vizinhos espanhóis. Esse foi sem dúvida um dos momentos em que Portugal jogou tudo na sua determinação de ser um Estado Soberano. Mas, em boa verdade, a Independência de Portugal não depende apenas deste ou daquele episódio individualmente considerado, mas sim de um longo processo de afirmação de autonomia de uma comunidade nacional.

Por isso, o que se deve celebrar hoje são as modernas condições das quais depende a continuação de Portugal como Estado Independente. Os nossos desafios, não decorrem hoje de qualquer ameaça territorial vinda da parte dos nossos vizinhos ibéricos, com os quais partilhamos um projecto europeu que se desenvolve num espaço, felizmente, cada vez mais aberto e comum.

Os desafios a que temos de prestar a maior atenção vêm precisamente dessa tendência europeia, e mundial, de integração crescente a que se chama globalização. Em si própria essa tendência é positiva. Mas ela obriga as comunidades nacionais, agora expostas aos efeitos da globalização e ao permanente desenvolvimento das condições de integração dos espaços nacionais em espaços regionais — e na Europa a moeda única é um passo histórico do maior significado — obriga, dizia eu, a um esforço cada vez maior de valorização e de afirmação dos factores de identidade das comunidades nacionais.

Já não é apenas a história que importa valorizar. São factores que antes se julgavam subsumidos na comemoração da história, mas que hoje têm de ser autonomizados como discurso identificador e distintivo da nossa comunidade nacional.

Em primeiro lugar a língua portuguesa, pelo importantíssimo papel que cada vez mais pode e deve desempenhar internacionalmente.

Em segundo lugar ao património cultural, a todo ele, por que temos de valorizar todos os seus múltiplos aspectos como forma de manter as formas identitárias das comunidades que afirmam as suas tradições distintivas ao longo do território continental e insular. Em terceiro lugar, «o conhecimento», como património que permite a uma sociedade vencer os desafios que se colocam no seu tempo. O domínio do saber, e destaque hoje em particular o saber técnico e científico, são essenciais para manter as condições de independência de um país num mundo globalizado.

Não quero ser exaustivo. Pretendo apenas ilustrar que é necessário pegar nos elementos de que efectivamente depende hoje a nossa independência como país, para centrar neles o trabalho que se faça em torno da comemoração deste dia.

Tal como julgo necessário procurar outras sedes para o fazer. Universidades, do interior e do litoral, locais que evoquem outros momentos históricos, ou sejam elementos distintivos da nossa cultura, outras formas, que atraiam a juventude, que a cativem e lhes permita debater essa diferença que corre o risco de lhes parecer cada vez imperceptível entre espaços com forte integração regional e estados nacionais com forte sentimento de identidade das suas comunidades nacionais.

Com o apelo que aqui deixou, Sr. General, creio que partimos daqui hoje, Presidente da República, Assembleia e Governo, com a responsabilidade de para o ano, dar outra perspectiva e forma às comemorações da Independência de Portugal.

Uma coisa é certa. A forma é apenas um atributo de comunicação de um valor. O que importa é que todos nós, seja a forma

aquela que for, sejamos capazes de transmitir às novas gerações o mesmo amor a Portugal que todos sentimos.

Estou certo que a esse objectivo dedicaremos o melhor dos nossos esforços.

Viva Portugal!

CAPÍTULO II

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

A adoção de mecanismos de aproximação entre representantes e representados, as garantias de visibilidade e transparência dos processos de decisão, bem como a extensão e a multiplicação das modalidades de participação política são vias de que depende a qualidade da democracia. O fortalecimento de uma opinião pública, informada e exigente está por consolidar no nosso país.

SESSÃO COMEMORATIVA DO 25.º ANIVERSÁRIO
DO III CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA
Aveiro
4 de Abril de 1998

É com profunda emoção que participo no acto comemorativo dos 25 anos do III Congresso da Oposição Democrática, em 1973, cujo significado, ajustado pela distância a que hoje nos encontramos, está tão ligado à ruptura política que o 25 de Abril originou.

É com sentida emoção que me associo à homenagem cívica que aqui se presta aos seus inspiradores e obreiros, destacando a memória daqueles que já não podem aqui celebrar connosco.

É com intensa emoção que vivo este momento. Através dele é possível evocar trajectórias e sinais, rever companheiros e lembrar atitudes, visitar os projectos que animaram combates e deram sentido à forma como participámos na vida colectiva. Por aqui, por esta história que ajudámos a fazer e que hoje de certa forma ajudamos a escrever, passam diversas gerações portadoras de uma lúcida e generosa vontade de mudar as coisas de «fazer um mundo melhor», como pedia esse nome querido de Aveiro, Mário Sacramento.

A luta política contra o autoritarismo desenvolveu-se desde cedo em duas dimensões: a da luta clandestina, arrostando corajosamente a malha policial repressiva; e da chamada luta legal que procurava explorar os pontos mais vulneráveis do aparelho jurídico-constitucional do Estado Novo.

Ocasões privilegiadas eram neste aspecto as eleições — uma farsa de eleições é certo, e que a Oposição sempre contestou, indepen-

dentemente do modo como tivesse decidido nelas participar. Os Congressos de Aveiro estão ligados a contextos preparatórios de actos eleitorais particularmente importantes para a coligação oposicionista: as eleições presidenciais de 1958, cumprem-se agora 4 décadas; as primeiras eleições do «marcelismo», em 1969, após o afastamento de Salazar; e as eleições de 1973, exactamente as últimas do Estado Novo.

Nesta evocação do III Congresso de Aveiro, permitam-me que à obra todos eles me refira. O primeiro preparou o caminho para a campanha de Humberto Delgado, quando a estabilidade do salazarismo foi questionada, num sobressalto cívico que despertou uma multiplicidade de consciências e de energias políticas. O segundo representou uma das mais vastas mobilizações intelectuais e políticas de sempre, implicando diversas correntes contestatárias da Ditadura no debate das novas perspectivas criadas com a substituição de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano à frente do regime corporativo. O terceiro funcionou como uma verdadeira campanha premonitória da queda do «marcelismo» e, com ela, do próprio Estado Novo.

É um património imenso — de ideias, de propostas, de vontades — que emprestaram dimensão e continuidade ao combate pela Liberdade, e legitimaram a construção da Democracia que a acção dos militares a 25 de Abril de 1974 tornou possível. Um património com uma pluralidade de origens e de protagonistas. Uma pluralidade rica e fecunda.

A importância do debate de ideias foi decisiva. Sem ele não teria sido possível compreendermos a verdadeira natureza do regime que a partir de 1926 tinha sido instaurado no nosso País. A importância das propostas foi igualmente decisiva. Elas permitiram congregar à volta da alternativa democrática um credível programa e um qualificado conjunto de quadros técnicos e po-

líticos. A importância das vontades foi também decisiva pois foi na convergência dos empenhamentos dos diversos grupos e personalidades que o combate democrático adquiriu força e eficácia. O 25 de Abril é uma fronteira entre a Liberdade e a Opressão. Para aqueles que o viveram foi provavelmente o acontecimento mais marcante das suas vidas. Creio que ficará também como o acontecimento mais marcante do Portugal do século XX.

O 25 de Abril inaugurou um ciclo de mudanças profundas, de que resultou a implantação da Democracia no nosso País.

A primeira mudança foi fundamental: o 25 de Abril permitiu pôr termo à guerra colonial e ao ciclo do império. Não foi aliás pequeno mérito do Congresso de 1973, que aqui comemoramos, o de ter estabelecido com clareza essa articulação entre Liberdade e Descolonização.

Toda uma geração foi tocada directa ou indirectamente pela questão colonial, na qual se jogou o destino do «marcelismo» e do Estado Novo. A guerra acabou por sincronizar todos os descontentamentos, mobilizando contra o colonialismo uma vastíssima coligação de forças em Portugal, em África, na Europa, no Mundo.

O regime democrático, corporizado no texto constitucional aprovado em 1976, mostrou uma vitalidade sem precedentes. Assegurou o funcionamento de novas instituições, nomeadamente de um poder político eleito a todos os níveis, normalizou as relações cívico-militares, garantiu o laicismo do Estado, gerou os consensos necessários a grandes reformas legislativas e administrativas, e contribuiu para uma nova projecção externa do País.

A vitalidade do regime democrático tornou possível uma relação tranquila com o passado. O debate sobre a natureza do corporativismo autoritário em Portugal, por exemplo, é hoje um tema da história e das ciências sociais. Afastámos do nosso horizonte

político as preocupações com qualquer tipo de ajuste de contas com o regime do Estado Novo.

A minha convicção é que para a solidez do regime democrático, que edificámos a partir de Abril, um dos mais importantes contributos veio precisamente da diversidade e da continuidade das formas de combate contra a opressão acumuladas anteriormente. Essa experiência de gerações conferiu-nos uma dignidade e um orgulho preciosos. A dignidade e o orgulho dos povos que nunca se vergaram à tese segundo a qual um país pobre e periférico estaria condenado à ditadura.

Ora, a nova república que erguemos procurou aliar um projecto de conquista da liberdade com um projecto de desenvolvimento do país e de abertura ao Mundo, principalmente à Europa. Apesar das dificuldades, esse tem sido o grande caminho que os resistentes dos anos 30 a 70 sonharam e em que os construtores da democracia das décadas seguintes se têm empenhado. O fim da guerra colonial permitiu-nos não só a democratização do país, como lançar as bases de um relacionamento fraterno e responsável com a África e o Mundo de língua portuguesa. Permitiu-nos ainda retomar as relações com a Europa, segundo um modelo de cooperação e da solidariedade entre nações.

A nova república portuguesa tem hoje o seu destino ligado a esse espaço, sem excluir nenhum dos novos relacionamentos tradicionais, onde se aprofunda não apenas a liberdade como a igualdade de oportunidades, tanto os direitos humanos como a promoção económica e cultural das sociedades.

Temos perante nós, certamente um destino exigente, que nos obriga a uma permanente ampliação da nossa cidadania e a uma permanente valorização das nossas capacidades e recursos. Mas é o único que vale a pena e é digno do legado combativo das gerações que nos precederam.

Aveirenses,

Não quis deixar passar esta data sem assinalar de uma forma simbólica o papel da cidade de Aveiro como pátria de liberdade. Os Congressos aqui realizados testemunham esse aspecto que sem dúvida identifica uma comunidade, as suas instituições e as suas gentes. Um olhar pelo passado de Aveiro revela outros exemplos de amor à liberdade e de capacidade de sacrifício em nome dos valores que lhe estão associados. A rebeldia aveirense marcou por diversas vezes a história contemporânea de Portugal.

Meus amigos: o que podemos felizmente dizer com serenidade é tão simples; vinte e cinco anos depois — valeu a pena.

**MENSAGEM AO PAÍS ANUNCIANDO A CONVOCAÇÃO
DO REFERENDO SOBRE A DESPENALIZAÇÃO
DA INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ**
28 de Abril de 1998

*D*ecidi convocar o referendo sobre despenalização da interrupção voluntária da gravidez para o próximo dia 28 de Junho.

Esta convocação foi feita após verificação da sua constitucionalidade e legalidade pelo Tribunal Constitucional e teve em conta a conveniência de realização de uma consulta eleitoral antes do início do tradicional período de férias.

Trata-se da primeira vez que, no Portugal democrático, os cidadãos vão ser chamados a pronunciar-se directamente sobre uma questão da maior relevância.

Significa isto que, sem pôr em causa as instituições da democracia representativa e as decisões tomadas pelos legítimos representantes dos cidadãos — até porque, como se sabe, foi a própria Assembleia da República que me propôs a realização deste referendo —, os cidadãos vão, através do seu voto, decidir, a título vinculativo, se a interrupção voluntária da gravidez deve ou não, em certas circunstâncias, ser despenalizada.

Todos os processos de referendo assumem a maior importância em regime democrático, enquanto manifestação, por excelência, da participação dos cidadãos no exercício do poder político e de compatibilização desta participação com as instituições de democracia representativa.

Mas, no caso presente, quer por se tratar da primeira vez que se recorre, entre nós, a este procedimento, quer pela delicadeza do

tema em questão, há que convocar a colaboração de todos — cidadãos, partidos políticos e movimentos cívicos, Governo e oposições — de forma a garantir que a participação dos eleitores se faça de forma massiva, mas sem fracturas, sempre desnecessárias e indesejáveis na sociedade portuguesa.

Neste aspecto há a realçar que a convocação do referendo para esta data só foi possível tendo em conta a garantia, prestada pelo Governo, do sucesso do significativo esforço que constituiu o processo extraordinário de actualização dos cadernos de recenseamento eleitoral e da sua conclusão atempada.

Este constituía, como sempre disse, nomeadamente no caso especial do referendo, um pressuposto da autenticidade da expressão da vontade popular, conhecida que era, e como se veio a comprovar, a desactualização dos anteriores cadernos eleitorais. Estão, desta forma, reunidas as condições objectivas para uma participação consciente, serena e esclarecida dos cidadãos na decisão desta questão. Sobre todos incumbe, agora, a responsabilidade de garantir a adequada utilização do instituto do referendo.

MENSAGEM DE APELO AO VOTO
NO REFERENDO SOBRE A DESPENALIZAÇÃO
DA INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ
27 de Junho de 1998

Consagrado, desde 1989, na Constituição da República, realiza-se amanhã o primeiro referendo da democracia portuguesa. Esse facto, por si só, justificaria as palavras que vos quero dirigir.

O referendo é uma nova forma de participação dos cidadãos na vida política. Perante uma questão de particular importância e sensibilidade, os órgãos eleitos do poder político entendem consultar directamente a vontade dos portugueses. Reforça-se assim, a confiança dos cidadãos nos órgãos representativos da democracia e fortalece-se, igualmente, a coesão da comunidade política nacional. A Assembleia da República decidiu, perante a natureza e delicadeza do debate sobre a interrupção voluntária da gravidez, suscitar a convocação deste referendo e definir os termos em que ele se realiza. Os eleitores são chamados a pronunciar-se directamente sobre uma questão concreta. Os eleitores vão, perante a pergunta que lhes é colocada, responder sim ou não. A campanha eleitoral envolveu partidos, mas também movimentos e grupos de cidadãos que contribuíram decisivamente para o esclarecimento dos eleitores. Quero saudar essa participação. A autonomia e motivação dos cidadãos, a sua intervenção na campanha, com correcção e respeito pela opinião de cada um, constituem uma demonstração de maturidade e vitalidade da democracia. A participação contribui para a dignificação da vida política e para a consagração do novo instrumento da democra-

cia participativa que é o referendo. Ela exprime a capacidade de organização política de uma sociedade aberta. É importante que todos participem amanhã no acto eleitoral. O exercício do direito de voto deve ser entendido como o dever de contribuir para as escolhas que definem as opções para Portugal. No momento em que, pela primeira vez, os portugueses têm o poder de decidir sobre a orientação que querem que o País adopte em relação a um problema concreto, é importante que todos votem. Apelo, por isso, à vossa participação no acto eleitoral, com serenidade e espírito cívico. O vosso contributo é decisivo.

**MENSAGEM AO PAÍS SOBRE O REFERENDO
RELATIVO À DESPENALIZAÇÃO
DA INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ**
29 de Junho de 1998

*R*ealizou-se ontem o primeiro referendo da democracia portuguesa. Pronunciei-me, em tempo, sobre o papel do referendo na vida política e apelei ao eleitorado para que nele participasse. Julgo oportuno fazer hoje dois comentários sobre os resultados da votação de ontem.

A percentagem de votantes neste referendo foi muito inferior às expectativas. Independentemente das razões que explicam tão baixa participação, quero reafirmar a minha convicção de que o instituto do referendo corresponde a uma modalidade constitucional de intervenção na política que enriquece a democracia e é um instrumento que pode e deve ser mobilizador dos cidadãos relativamente à decisão sobre as opções que sejam fundamentais para o país.

Este primeiro referendo não motivou o eleitorado. Como tive oportunidade de dizer ontem, haverá que ponderar serena e seriamente sobre esse facto. E nessa reflexão devem participar tanto os órgãos de soberania que decidiram o referendo, como os partidos políticos e os movimentos e grupos de cidadãos que nele intervieram.

Pela minha parte, continuo a achar útil e oportuno submeter à decisão dos cidadãos questões concretas que sejam de efectivo interesse nacional. Por isso, considero necessário que todos se motivem para assegurar a participação dos portugueses, garantindo, assim, a eficácia do importante instituto do referendo.

É necessário, noutros referendos que tenham lugar em Portugal, que todos se empenhem em fazer deles importantes afirmações da vitalidade da nossa cidadania. E que nunca se perca de vista que a tolerância e o respeito pela pluralidade de opiniões que asseguram que em circunstância alguma o resultado destas consultas põe em causa a coesão nacional.

Os resultados do referendo de ontem são claros e serão bem compreendidos por todos os responsáveis políticos. Em tempo oportuno, pela minha parte e no que importa ao exercício das minhas funções, tirarei da decisão dos portugueses as ilações que tenho por adequadas.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
DO FÓRUM MUNDIAL DA JUVENTUDE
Braga
7 de Agosto de 1998

É com muita alegria que estou presente neste Fórum, que reúne pessoas de todos os lugares do mundo. Sempre acreditei na necessidade de criar os meios que permitam aos jovens participarem na formação de sociedades mais livres e mais democráticas. O Encontro que agora se encerra constitui um passo importante nesta direcção, como se confirma pelas conclusões que acabámos de ouvir.

A juventude serve muitas vezes de pretexto para declarações retóricas, que não se traduzem em compromissos concretos no plano social e político. Fala-se de juventude, no singular, em vez de nos dirigirmos directamente aos jovens e à diversidade das suas situações. Ora, todos sabemos que os problemas dos jovens são muito diferentes de um país para outro e mesmo dentro de um mesmo país.

A globalização dos mercados não nos deve fazer esquecer as enormes assimetrias que existem no mundo. Felizmente, para muitos dos presentes está assegurado o acesso aos bens de consumo e de primeira necessidade. Sei que o vosso pensamento está com os jovens que vivem na pobreza, em condições precárias de higiene e de saúde, sem acesso a uma escolaridade mínima. Ninguém desconhece as evoluções positivas das últimas décadas. Mas, ao mesmo tempo, não podemos ignorar a existência, nas sociedades actuais, de novas formas de miséria e de exclusão social.

O século xx fica marcado por uma transformação sem precedentes da ciência e da tecnologia, mas também por fenómenos de violência e de intolerância. Inicia-se agora um novo século, sob o lema da comunicação, o que constitui uma oportunidade única para reinventar a ideia de democracia e de participação cívica. Mas é preciso que a revolução civilizacional em curso não se desenvolva segundo lógicas que não são controladas por processos democráticos. Sei que o caminho não é fácil, mas, pela minha parte, não renuncio a lutar por um mundo em que todos tenham direito a decidir do seu destino.

Apesar de ser complicado definir a idade jovem, há três aspectos que gostaria de realçar:

Trata-se, em primeiro lugar, de um estado provisório, de uma condição passageira. Esta situação de transitoriedade define a juventude como um tempo de experimentação, no plano individual e colectivo. Acredito, por isso, que é preciso dar espaço para que os jovens ponham em prática as suas maneiras próprias de ser e de estar, delineando novas modalidades de organização da vida cultural, social e política;

Em segundo lugar, permitam-me que lembre esse balançar constante entre «campo de experiência» e «horizonte de expectativa» que caracteriza a realidade humana. No vosso caso, o sonho tem uma dimensão maior do que a recordação. Por isso, não há nada pior para um jovem do que querer ser uma coisa e não o poder. Parece-me, pois, fundamental criar as condições, em particular no domínio da educação e do emprego, para que cada um possa exprimir a sua natureza pessoal e concretizar os seus projectos de vida;

Por último, não podemos esquecer que é na juventude que se adquire uma voz autónoma para falar dos problemas, para exprimir uma identidade pessoal e para tomar decisões que influenciam o resto da nossa vida. É preciso que os jovens tenham a possibilidade de escolher o seu caminho de forma livre e informada.

Em tudo o que vos disse, quis deixar bem marcada a necessidade de uma formação de base extremamente sólida. Num mundo em permanente mudança, que nos obriga a uma constante adaptação a novos modos de vida e a diferentes situações profissionais, a educação é o património mais importante de cada um. Ao aumentar o leque de escolhas e de opções, ele alarga as nossas margens de liberdade e torna mais conscientes as nossas decisões.

Actualmente, os fluxos — de pessoas, bens, capitais e culturas — são cada vez mais globais, o que concede uma importância renovada ao conhecimento e à comunicação. O desenvolvimento de redes internacionais, que tratem dos problemas dos jovens de forma horizontal, pode desempenhar um papel decisivo na celebração de um novo contrato de sociedade. Um contrato que tenha como objectivo reduzir as desigualdades e as assimetrias, distribuir melhor os recursos existentes.

As grandes causas começam nas pequenas coisas da vida. Um dos *slogans* principais da minha geração foi: Pensar global, Agir local. Hoje, é provável que tenhamos de inverter este *slogan*, porque é cada vez mais necessário Pensar local, isto é enraizado nas nossas culturas e comunidades, e ao mesmo tempo Agir global, uma vez que grande parte dos problemas só pode ser resolvida à escala mundial. Eis o que dá um maior significado a este Fórum Mundial da Juventude.

Cada um de nós fala a partir do seu universo de referências culturais. A minha história pessoal leva-me a valorizar o princípio da cidadania democrática.

Acredito que é este o caminho para a sociedade do futuro. A protecção do ambiente, a defesa dos direitos humanos ou a definição de processos de desenvolvimento mais justos e equilibrados são combates que devem ser travados no plano local e no plano global.

Eles só serão ganhos com um sentido forte de solidariedade e de entreaajuda.

Nunca há liberdade a mais. E não é a liberdade que nos faz esquecer as nossas responsabilidades e os nossos compromissos. Mas para mim a liberdade não é apenas o direito à palavra, é também a existência de condições económicas, de saúde, de educação e de cultura que permitam uma participação de todos na sociedade de hoje.

Digo hoje, porque no debate sobre os jovens há, por vezes, um «excesso de futuro». Antecipar e imaginar o que há-de vir é, sem dúvida, muito importante.

Desde que este pensamento não nos afaste de uma intervenção no dia-a-dia das sociedades, não nos desvie de uma acção quotidiana em prol de uma humanidade mais solidária e tolerante.

A juventude não é apenas futuro, é também presente. E esta afirmação é, talvez, a melhor maneira de pôr fim a certos discursos mistificadores, que não se cansam de glorificar as qualidades dos jovens, ao mesmo tempo que esquecem a sua situação concreta e o papel que podem desempenhar no mundo actual.

Sou, neste Fórum, um observador interessado. Quero sentir os vossos problemas e a atitude com que os enfrentam. Quero apren-

der convosco novas maneiras de pensar a sociedade e a democracia. Quero ver o que conseguem fazer, a título individual e colectivo, com aquilo que os outros quiseram fazer de vós. Sobretudo, quero dizer-vos que o Presidente de Portugal está ao vosso lado em todas as causas que contribuam para reforçar os laços de cidadania e de participação democrática, em todas as causas que contribuam para tornar a humanidade mais humana.

SESSÃO DE ABERTURA DO COLÓQUIO

«A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ESPANHA»

Lisboa

26 de Setembro de 1998

Se me permitem, minhas Senhoras e meus Senhores, Excelências, quero saudar em primeiro lugar a Fundação Mário Soares e em especial o seu ilustre Presidente e caro amigo, pela oportunidade e importância do tema «a transição democrática em Espanha», e quero saudar muito em especial todas as personalidades espanholas que vieram até nós dar o seu testemunho. Penso que Portugal lhes fica particularmente grato por esta disponibilidade, por este interesse em debater connosco momentos e factos históricos de tão grande importância.

A história ou as histórias de Portugal e Espanha quaisquer que sejam as suas leituras, têm de ser permanentemente conhecidas, discutidas para fortalecer um indispensável e sadio relacionamento entre os dois estados e os povos que os constituem. Será do conhecimento aprofundado de tudo isto que com certeza poderemos construir com forte personalidade e força um relacionamento cada vez mais decisivo.

Quero prestar aqui hoje as minhas homenagens, dizer do meu grande apreço, da minha cordialidade, e também, permitam que o diga, do meu grande afecto por todos aqueles que em momentos tão decisivos para Espanha e com serenidade, tenacidade e moderação ajudaram a construir a Espanha democrática e estando hoje a vê-los aqui entre nós devemos, como portugueses, agradecer-lhes o seu empenhamento e a sua lucidez na construção desse grande país que é a Espanha democrática moderna.

Não posso deixar também, e faço-o com grande respeito e amizade, de saudar Sua Majestade o Rei de Espanha. Sua Majestade o Rei de Espanha conhece Portugal muito bem e julgo que esse conhecimento tem permitido também consolidar uma relação entre Portugal e Espanha que é de grande importância para o futuro da Europa. As lições a extrair da experiência e do percurso da transição democrática em Portugal, de que se ocupará mais tarde uma outra conferência, foram certamente muito importantes para Espanha.

Tal como a transição em Espanha e em Portugal foram importantes para a América Latina, e depois em toda a evolução posterior na própria Europa. Mas lembrando-nos disso, quero saudar aqui hoje também com simplicidade os constituintes espanhóis, bem como os constituintes portugueses.

Permitam-me que faça uma saudação dupla. Porque uns e outros em momentos diferentes e com experiências internas também diferenciadas souberam arranjar plataformas de extrema importância para o futuro dos dois países. Porque souberam combinar a pluralidade e ao mesmo tempo a necessidade de consensos constitucionais básicos. Hoje ambos os países são sociedades democráticas, estão na Europa, chegaram ao Euro, convivem no diálogo ibero-americano, estão activos na cena internacional no quadro da cena internacional no quadro das organizações a que pertencem, e desenvolvem entre si um relacionamento aprofundado e importante.

Em momento tão importante como o do dia de hoje, aqui neste colóquio julgo que é importante também ver o que a transição trouxe para o relacionamento entre os dois países. E o que se apresenta desse relacionamento como exigência para o futuro próximo. Na actualidade sabemos bem o que permitiu a chegada de ambos à Europa democrática, digamos assim. Países centro

européus afastados do movimento europeu por ditaduras que conhecemos bem, a verdade é que este regresso à normalidade permitiu afinal de contas que nos abrísemos uns aos outros.

E ao mesmo tempo que tudo isso se solidificou nomeadamente na vertente económica e na vertente cultural, a verdade é que hoje perante nós na sequência natural dos dois processos de transição, Portugal e Espanha têm dado um contributo forte, dão, estão a dar para a construção de um verdadeiro projecto europeu na sua dimensão política, económica, social, de modo também a termos uma dimensão em matéria de política externa de defesa e salvaguardando o princípio da igualdade dos Estados em todas as discussões inclusive na reforma institucional que se irá proceder mais ano menos ano e também fundamentalmente defendendo um contexto de coesão económica e social de grande importância para a solidificação das democracias e ao mesmo tempo para que isso constitua uma força suplementar decisiva para a própria coesão europeia e para a sua dimensão da paz.

Mas ao mesmo tempo que a dimensão europeia do nosso próprio relacionamento entre Portugal e Espanha, o que é que há de fundamental e a meu ver em todos os níveis. A todos os níveis. E quero exprimir o gosto, o desejo e a força que ponho também nesse relacionamento a todos os níveis. Entre os nossos povos como coisa normal, permanente, diária. Sobretudo nas novas gerações que em Portugal e em Espanha hoje se conhecem melhor do que a minha geração conhece a idêntica geração espanhola.

Relacionamento profundo a todos os níveis das organizações não governamentais à sociedade civil em geral, às Universidades, aos programas de investigação em comum, ao conhecimento da força identitária que existe de um lado e do outro, ao desenvolvimento destas fortes culturas que existem em Portugal e em

Espanha, ao grande desenvolvimento que têm tido e que é fundamental que continuem a ter as relações entre as cidades, entre as cidades de Portugal e de Espanha nas geminações nos projectos comuns, em tudo aquilo que pode fazer conhecer, digamos assim, aquilo que é Portugal e aquilo que é a Espanha na sua diversidade. Nas cooperações trans-fronteiriças que muitas vezes levantam algumas interrogações aos mais medrosos, mas que são fontes de um aprofundamento da relação no contexto europeu de grande importância. Fala-se muito pouco delas aos níveis dos poderes centrais, mas a verdade é que as cooperações transfronteiriças são hoje de grande importância como elementos também elas próprias de coesão económica e social. Na articulação das vias de comunicação, na política da água, no êxito das cimeiras, entre os governos de Portugal e Espanha.

Há uma realidade extremamente positiva, há um longo caminho a percorrer para afastar e digo-o com muita serenidade e também com algum conhecimento, para afastar todos os complexos, todos os desconhecimentos e todos os lamentáveis saudosismos. Estamos hoje, felizmente, no mesmo barco democrático e saudando uma vez mais todos aqueles que fizeram, e que estão aqui presentes, a transição em Portugal, renovo a confiança que todos temos nos valores democráticos e civilizacionais como ponto de encontro fundamental para seguirmos com confiança nestes tempos de incerteza. Com confiança.

Muito obrigado pela vossa presença.

MENSAGEM DE APELO AO VOTO
NO REFERENDO SOBRE A REGIONALIZAÇÃO
8 de Novembro de 1998

Os portugueses decidirão amanhã, com o seu voto, o destino de uma questão da maior importância para Portugal; «a instituição em concreto das Regiões Administrativas».

Este é um referendo obrigatório. É a própria Constituição que, nesta matéria, impõe a realização de uma consulta directa ao eleitorado, como passo indispensável à posterior actuação dos órgãos representativos, designadamente, da Assembleia da República. Os cidadãos são chamados a exprimir directamente a sua opinião. Com o seu voto clarifica-se a vontade dos portugueses em relação a esta questão e reforça-se a própria democracia. A democracia enriquece-se e consolida-se com a participação directa dos eleitores em escolhas políticas decisivas para o país.

Votar num Referendo constitui uma forma de apurar a vontade da Comunidade Nacional. E uma forma, neste caso, de exprimir à Assembleia da República o sentido claro da opinião maioritária dos portugueses em relação a uma política concreta. Por isso é tão importante o seu voto.

A participação directa dos cidadãos reforça a legitimidade de escolhas de particular relevância para o país e fortalece a coesão nacional. A democracia representativa continuará a assegurar o quadro essencial de estabilidade política e institucional.

Estou certo de que este Referendo será um elemento importante para a maturidade da democracia portuguesa. O debate sobre «a instituição em concreto de Regiões Administrativas» foi longo e

permitiu a todos, partidos e grupos de cidadãos, exprimir livremente os seus pontos de vista. Os portugueses compreendem a importância da questão que se lhes coloca e definirão as suas escolhas, livremente, em consciência, tendo apenas em conta o que entendem ser melhor para o futuro de Portugal.

O resultado deste referendo, qualquer que ele seja, deve ser aceite por todos com serenidade, sem dramatizações inúteis que só podem desvirtuar o objectivo da sua realização e o sentido da escolha livremente feita.

O que está em causa neste referendo é, apenas, saber qual é o voto maioritário dos portugueses quanto à «instituição em concreto das Regiões Administrativas» e se concordam com «a Região Administrativa da sua área de recenseamento eleitoral». Os efeitos políticos do Referendo circunscrevem-se, necessariamente, às matérias a que este diz respeito. E a nada mais.

Todos os responsáveis políticos tirarão da decisão do eleitorado, as consequências políticas compatíveis com os termos em que a Constituição determina que esta consulta obrigatória se realize. O Presidente da República, neste caso, como em qualquer outro, se necessário for, não deixará de exercer as suas competências constitucionais, incluindo, claro está, o recurso ao Tribunal Constitucional, para clarificar quaisquer eventuais problemas de constitucionalidade que o futuro possa vir a colocar.

Permito-me chamar a atenção para a importância que tem para Portugal o resultado deste Referendo. O voto de cada um de nós, o voto de todos nós, é decisivo. Apelo ao vosso sentido cívico. É muito importante votar amanhã.

SESSÃO DE ABERTURA
DO I CURSO LIVRE DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
«PORTUGAL E A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA
(1974-1976)»

Lisboa

23 de Novembro de 1998

*A*gradeço aos organizadores o convite que me dirigiram para usar da palavra nesta sessão de abertura. Aceitei-o para poder dar público testemunho da importância que atribuo ao debate que aqui se vai realizar. Mas, aceitei-o também porque esta é talvez a boa sede institucional para partilhar algumas reflexões.

O tema da transição à democracia em Portugal, alvo já de uma importante bibliografia, conhecerá nos próximos anos uma redobrada atenção fruto das comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril.

Todas as comemorações constituem uma oportunidade e um risco. Uma oportunidade, porque é possível mobilizar vontades e recursos que em circunstâncias normais se revelam mais escassos. Mas um risco, também, porque o comemorativismo implica sempre uma pulsão reducionista, que tanta vezes reescreve a história, iludindo numa única narrativa o que na realidade foi um feixe de processos complexos ou conferindo ao memorialismo não o estatuto de testemunho, mas o de intérprete final dos acontecimentos

As comemorações dos vinte e cinco anos do 25 de Abril, começarão em breve. É preciso aproveitar a oportunidade que elas nos conferem para afastar os riscos que o comemorativismo tradicionalmente comporta. Por isso, muito gostaria que elas não se circunscrevessem apenas a uma mera celebração o acontecimento que se comemora.

Creio que é desejável que uma parte importante do trabalho se possa centrar no reforço dos meios de investigação futura sobre o processo do 25 de Abril. Importa dotar os arquivos, as bibliotecas e os centros de documentação de acervos documentais que recolham tanta documentação ainda dispersa e aproveitar a oportunidade para um grande projecto de recolha de testemunhos orais feitos por universidades com critérios científicos rigorosos. Mais do que procurar que seja a geração que viveu com vibrante emoção esse processo tão complexo a fixar a sua própria história, Esta é uma tarefa onde é possível conjugar parcerias múltiplas entre Estado e privados. São iniciativas como esta onde nos encontramos que me estimulam a sugerir que se olhe com grandeza e generosidade para estas comemorações.

Julgo que com um ou dois anos de trabalho intenso, juntando fundos públicos e privados num programa de comemorações oficiais concebido em moldes modernos, é possível deixar às gerações futuras um legado patrimonial, mais do que uma sequência de celebrações que se esfumam rapidamente na «bruma da memória». É, por isso, muito importante que o Estado faça uma grande campanha de sensibilização junto de financiadores privados.

Podia ficar aqui umas boas e, para mim, agradáveis horas a conversar convosco sobre o que representou para mim o 25 de Abril, não apenas o dia, esse dia inesquecível, mas todo o percurso que «A Revolução dos Cravos» permitiu.

Não o faço, porém, para não incorrer nos riscos que eu próprio enunciei. Não me compete fazer a história, sobretudo perante historiadores tão conceituados, nem é este, ainda, o momento de depositar o meu testemunho pessoal. Quero, porém, sumariar um ou outro tópico, para dele poder tirar algumas pistas sobre a forma de olhar o futuro.

Permito-me resumir uma problemática complexa num sentimento e numa ideia que me vem à memória quando penso sobre esse período: Foi possível chegar ao Futuro.

Muitos de vocês, felizmente, não viveram aquela sensação revoltante e patética de viver num país parado, vivendo em sentido contrário ao tempo do seu tempo, e com isso afastando-se cada vez mais do futuro para que toda a Europa se encaminhava.

Essa sensação de partir para trás foi particularmente marcante para a minha geração que ao ouvir a voz de marchar «para Angola e em força» assistia ao início da guerra colonial e de um percurso que tinha a sua motivação e destino no passado e não no futuro. A Campanha do Delgado ficará para todos nós como um marco num ciclo do regime caracterizado pela fuga contra o seu Tempo.

O 25 de Abril representou o fim desse ciclo.

A Liberdade, a Democracia e a Europa foram as apostas maiores do 25 de Abril. O processo de consolidação da democracia foi um dos períodos, mais interessantes e complexos do século XX português. A forma como se efectuou a transição política em Portugal constituiu um exemplo que marcou as transições políticas na América Latina e na Europa de Leste.

A República, agora democrática, associou desde então o seu destino à Europa. A integração europeia pôs à prova quer a capacidade do novo regime formular e resolver politicamente um grande desafio nacional, quer a capacidade colectiva de realizar e absorver mudanças estruturais a um ritmo acelerado.

Mas a integração europeia também foi um factor decisivo de estabilização democrática e contribuiu para a racionalização e o enquadramento das estratégias de modernização económica e social do país.

O caminho não foi fácil. Os obstáculos foram muitos. Mas foram vencidos porque os responsáveis políticos souberam definir uma orientação clara e preservar os consensos internos, parlamentarmente majoritários, indispensáveis para manter uma linha de rumo coerente.

A transição portuguesa ficará para sempre associada à independência das colónias portuguesas de África. As consequências deste facto foram múltiplas, quer no plano internacional, alterando os dados do equilíbrio da guerra fria, no continente africano, quer no plano interno, pelas transformações sociais que provocou e pela abertura de uma nova política em relação a África. Com o 25 de Abril surgiram cinco novos Estados independentes, fruto do sacrifício desses povos ao longo de uma difícil luta de libertação, mas desenvolveu-se também, no país, uma nova concepção da relação entre Portugal e os outros países de língua portuguesa.

O desenvolvimento e o equilíbrio entre estas duas políticas — a Europeia e a Africana — é um elemento importante desta transição democrática e constitui um traço marcante de Portugal que a nossa diplomacia tem sabido explorar com sucesso, mesmo que ainda se tenha aqui um longo caminho à nossa frente.

Portugal mudou de uma forma impensável para todos aqueles que tenham hoje menos de quarenta anos. Transformações profundas, na economia, na sociedade, no tecido produtivo nacional, nas atitudes, nos valores dominantes, nas rede de infra-estruturas. Em tudo. É bom que se lembre que os sacrifícios também foram muitos. E que uma parte do esforço de solidariedade necessário para os minorar está por fazer.

Uma mudança tão grande só foi possível porque, de forma mais instintiva do que racionalizada, se estabeleceu um compromisso de geração, entre todos aqueles que ao longo da transição, inde-

pendentemente dos seus pontos de partida políticos, perceberam que o sucesso da democracia portuguesa e o futuro do país dependiam desse compromisso.

Nessa altura, não foi possível nem dispor de instrumentos exaustivos de análise da nova realidade portuguesa, nem da possibilidade de racionalizar atempadamente os termos de um consenso de geração em torno das questões essenciais para o futuro de Portugal. Hoje, não só é possível como é necessário fazê-lo. E pergunto-me se essa não será uma forma nobre e útil de comemorar o 25 de Abril. Dispomos de aperfeiçoados instrumentos de análise da realidade. Dispomos de estudos aprofundados sobre os desafios e oportunidades que temos perante nós nos próximos vinte e cinco anos.

É preciso pensar o futuro. É preciso um novo compromisso de geração. O futuro não decorre apenas das condições previamente fixadas, económicas e sociais, ou outras. Essa é apenas uma parte da questão. A outra parte é representada pelas nossas motivações, pelas nossas aspirações, pelos nossos projectos. Em suma, pela nossa vontade.

Uma vez mais as próximas comemorações do 25 de Abril podem dar o pretexto — e o pretexto é a razão primeira do comemorativismo positivista — para procurar estabelecer as bases de um debate sobre o próximo compromisso de geração.

Deixo aqui um apelo às Universidades para que procurem entre si e em parceria com privados, estabelecer um programa de trabalho que no âmbito destas comemorações, permita levar a cabo um amplo projecto de investigação interdisciplinar que perspetive os grandes desafios e oportunidades com que Portugal tem de lidar nos próximos vinte e cinco anos. Porque só com base nesse diagnóstico exigente será possível estabelecer as bases de um novo compromisso de geração.

E que melhor maneira poderá haver de comemorar o 25 de Abril do que estudar a forma como se processara a transição entre o ciclo que com ele se iniciou e o novo ciclo aberto com a participação de Portugal na moeda única, pleno de incertezas e incógnitas, mas também de oportunidades, e que a uma nova geração, que não aquela que fez a Revolução dos Cravos, caberá perspectivar e gerir? Nós recolhemos o testemunho do passado entre o caos de um regime que se desagregou em poucas horas. Nós temos o dever de procurar transmitir o nosso testemunho em condições compatíveis com a sociedade moderna e preparada que somos.

São alguns os grandes desafios que estão no nosso horizonte. Em primeiro lugar, o desafio da cidadania. A adopção de mecanismos de aproximação entre representantes e representados, as garantias de visibilidade e transparência dos processos de decisão, bem como a extensão e a multiplicação das modalidades de participação política são vias de que depende a qualidade da democracia. O fortalecimento de uma opinião pública, informada e exigente está por consolidar no nosso país.

Em segundo lugar, a preocupação com a solidariedade. Solidariedade entre gerações, entre partes do território nacional, solidariedade na distribuição da riqueza. As questões sociais vão voltar a estar no centro da vida política, serão condição do desenvolvimento e vão exigir de todos visão e capacidade de compromisso. Em terceiro lugar, uma nova geração de reformas do Estado. A adopção de novos mecanismos de regulação do Estado democrático deverá supor e contribuir para a autonomia dos cidadãos. As administrações, pesadas, burocráticas, «iluminadas», não poderão continuar a deter o monopólio da acção pública e a invadir a esfera da sociedade civil. A maior eficácia da justiça tem de ser a base de reconhecimento de um regime de direitos efectivos e não apenas teóricos.

Em quarto lugar, a questão europeia. A redefinição das relações económicas entre a Europa e o resto do Mundo, o alargamento da União, a elaboração de uma nova arquitectura institucional e a prioritária redefinição do modelo social europeu serão sem dúvida questões a analisar.

Por último, convém não perder de vista a questão cultural e identitária que é para Portugal um desafio crucial. Não creio possível que os Estados possam aceitar o desenvolvimento de um espaço público comum, à custa da desagregação das sociedades respectivas. Os elementos culturais identitários, baseados na tradição, na história e no património são decisivos. Podem, também, ser factores de resistência, mas a consciência de si é sempre um factor positivo no estabelecimento de uma confiança mútua.

Creio que não faltam hoje elementos para fazer o balanço desta ampla transição, perspectivar com rigor a entrada de Portugal no terceiro Milénio e debater as bases de um compromisso de geração que permita levar o país até um novo futuro.

Não quero terminar esta minha intervenção sem deixar o meu contributo para o debate. Nem quero esquivar-me ao compromisso de um dia dar o meu testemunho de quarenta anos de vida política.

No contexto deste debate limitar-me-ei, por agora, a identificar alguns traços que são o contributo, porventura distintivo, da minha geração.

Para quem resistiu e combateu a Ditadura, poder participar na construção da Liberdade e da Democracia constituiu uma experiência de uma riqueza inigualável.

Despertámos para a vida política numa encruzilhada de situações novas, de que fomos a um tempo espectadores e actores. Destacarei desses três: a sobrevivência do salazarismo, a guerra colonial e a tentativa liberalizante do marcelismo.

Começarei por esta última, pois foi no fracasso desta tentativa que teve origem o 25 de Abril. Fui daqueles que não julgaram possível um processo de liberalização controlada do Estado Novo. Por isso recusámos qualquer tipo de compromisso, e procurámos contribuir para o fortalecimento de um campo político alternativo.

Em larga medida, essa era uma herança recebida da resistência que durante décadas lutou contra o Estado Novo. Diversas orientações político-ideológicas e fórmulas organizativas tinham convergido nesse legado de que a minha geração, tocada pelo terremoto político das eleições de 58 e nascida para a intervenção cívica nas movimentações académicas e populares de 1962, se propôs recolher.

Que contributo somou a minha geração a esse legado, com repercussões no pós-25 de Abril?

Em primeiro lugar uma inquietação de natureza teórica. A longa permanência do regime autoritário, convidava a uma análise teoricamente fundamentada da sua natureza. A preocupação com o aprofundamento dos instrumentos de análise política tornou-se uma das características do nosso modo de abordar a própria prática política.

Terá sido esta preocupação que levou muitos de nós a romper com uma visão dicotómica das soluções políticas, designadamente as inspiradas pelos projectos globais de teor ideológico.

O pendor libertário que culminou a década de 60 está presente desde o seu início e manifestou-se em valores e práticas como: o privilégio concedido à imaginação, a recusa do maniqueísmo, o gosto pelo trabalho em equipa, a interrogação permanente, o questionar das soluções feitas, a busca determinada de novas possibilidades, o gosto pela mudança, atenção ao mundo e às suas múltiplas e contraditórias manifestações, a preocupação com as pessoas.

Daí que o nosso entendimento da democracia se mostrasse desde logo insatisfeito com o mero exercício formal. O apelo a modalidades de participação cívica, complementares e revitalizadoras dos próprios procedimentos, sempre esteve presente nas nossas discussões e propostas.

Sei que esta posição, que alguns tiveram por equívoca, não era fácil na altura. Não separava águas apenas do Autoritarismo, era distinta de outras aproximações à democracia. A invasão da Checoslováquia, introduziu também aqui uma linha de fractura irreversível.

Coube à minha geração enfrentar a questão colonial, questão na qual se jogou o destino da Ditadura. A questão colonial atravessou a sociedade e as instituições, derrotou o regime e obrigou a redefinições importantes na oposição. A guerra marcou de uma forma ou de outra, directa ou indirectamente, toda uma geração.

Abordámos a questão colonial em moldes diferentes. Refiro-me à convicção de que a independência das colónias era uma condição indispensável não só para a democratização do país, como para o futuro estabelecimento de um relacionamento fraterno e responsável com a África e o Mundo de língua portuguesa. Mas refiro-me, também, a uma perspectiva moderna do diálogo Norte-Sul e da cooperação para o desenvolvimento entre países ricos e países do terceiro mundo que depois se generalizou como política dominante em toda a Europa.

Foi com empenhamento, aberta à diversidade e confiante nas possibilidades da democracia, suportada pela generosidade e sacrifício de tantos e tantos destinos pessoais, que a minha geração enfrentou a explosão de expectativas e confrontos a que o 25 de Abril abriu caminho. E, assim, deu um contributo decisivo para que o regime democrático que construímos tenha sido capaz de

dar conta, como deu, das mudanças, e chegou, como chegou, às portas do século XXI com uma implantação sólida na sociedade portuguesa.

A transição à democracia em Portugal foi um processo complexo que se estende, nos seus antecedentes, desde o período de oposição ao regime, no pós-guerra, e prolonga as suas consequências a um ciclo de modernização do país que se conclui com a participação de Portugal na moeda única.

Esse ciclo está encerrado. Hoje, graças a ele, estamos às portas do terceiro milénio, a par de toda a Europa. Do pleno uso de todas as nossas capacidades como povo depende a nossa estabilidade e a coesão das nossas relações enquanto sociedade, no futuro.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER
Leiria
7 de Março de 1999

Entendi escolher este ano Leiria como sede destas Comemorações Oficiais. Cidade calorosa, de ricas tradições históricas. Cidade dinâmica virada para o futuro e para as exigências que ele hoje nos impõe. Distrito empreendedor, com uma riquíssima actividade empresarial que tem procurado sempre encontrar as formas necessárias de reconversão e modernização do seu tecido produtivo. Onde, por isso mesmo, a temática da «Conciliação entre vida profissional e vida familiar das mulheres e dos homens» encontra exemplos tão ricos.

Quero começar por manifestar a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram para a preparação das realizações que vão ter lugar. Devo uma palavra de reconhecimento muito especial à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Leiria que, com entusiasmo e generosidade, acolheu esta iniciativa e peço-lhe que transmita a todos os trabalhadores da autarquia o meu bem haja pela sua ajuda.

Quero também louvar o conjunto de iniciativas que sobre esta temática estão a desenvolver a Alta Comissária para a Igualdade e a Família, a Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, a Presidente da Comissão de Coordenação do Fundo Social Europeu e a Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

É importante comemorar o Dia Internacional da Mulher olhando, em primeiro lugar, para o Mundo. Isso ajuda-nos a não

esquecer que milhões de mulheres vivem sem direitos cívicos nem políticos, nas mais diversas regiões do globo, sob a égide de práticas tradicionais e religiosas que consideramos inaceitáveis.

A diversidade caracteriza a Humanidade e é uma riqueza preciosa. É o reconhecimento da diversidade do outro que faz com que seja hoje possível o convívio em sociedades, como as nossas, cada vez mais multiculturais e multiétnicas.

Mas os direitos humanos fundamentais não são um dado da natureza, nem estão necessariamente pressupostos nas tradições históricas ou religiosas. Os Direitos Humanos corporizam um conjunto de valores que garantem a dignidade individual da pessoa humana. Esses valores devem ter um carácter universal e com eles se devem procurar compatibilizar evolutivamente tradições e práticas culturais. Sempre foi assim. A luta pela consagração desses valores é, por isso, um dever.

Ninguém espere que esses valores se afirmem por si. A sua transformação em direito foi fruto de uma longa e difícil luta, num percurso evolutivo que ainda não está concluído. Encontrou resistências, esbarrou em atavismos culturais. Só uma persistente pedagogia e a necessária coragem legislativa permitem a evolução dos direitos humanos.

Esta realidade é válida quer para lembrar aos Estados que os não consagram o seu dever e a nossa insistência permanente, quer para, no domínio interno, ter consciência do muito que há ainda a fazer.

Podemos, no ano em que se comemoram os vinte e cinco anos do 25 de Abril orgulhar-nos do percurso já percorrido. A lei consagra já amplos direitos. A realidade cultural e social, porém, obriga-nos a ter consciência dos desfasamentos entre a realidade do direito e a realidade social.

Esta é uma evidência que só chamo aqui para sublinhar a necessidade de olhar para estas questões não apenas pelo prisma da consagração legal dos direitos.

Práticas sociais dominantes necessitam, para evoluírem, de pedagogia pública, e estas Comemorações são um dos momentos em que a fazemos, tal como necessitam também, de educação cívica e de formação para a cidadania. As escolas, desde muito cedo, devem contribuir para despertar as crianças para os valores de que depende a mudança de atitudes no relacionamento entre os sexos. Há aqui, em Portugal, um longo caminho a percorrer. Sem ele o desfasamento entre o Direito e realidade social dificilmente diminuirá.

É a par de um trabalho feito neste domínio que o Direito deve continuar a evoluir. O acto de legislar deve ser sempre corajoso porque lhe cumpre encontrar formas inovadoras — e estas nem sempre podem ser consensuais — de consagrar no direito formas de luta contra a desigualdade entre mulheres e homens.

O tema escolhido para as Comemorações deste ano: «Conciliação entre Vida Profissional e Familiar» refere-se a uma realidade a que importa dedicar a maior atenção.»

A «conciliação» é uma nova atitude de empresários e trabalhadores que rompe com a concepção da unidade produtiva fechada sobre si própria e a abre a novas preocupações nas relações com a comunidade e a família.

Porém, não pode ter como pressuposto nem objectivo introduzir práticas que apenas contribuam para aumentar a produtividade das empresas. E deve dirigir-se em condições de igualdade quer às mulheres quer aos homens.

Ela corresponde a uma perspectiva humanista. Ao conciliar melhor a família com o trabalho e a empresa com a comunidade, essas práticas contribuem para um reforço da família, para a

possibilidade de dar melhor atenção à educação dos filhos, para novas relações entre trabalhadores e empregadores e para o desenvolvimento do papel não apenas produtivo, mas também social das empresas.

Em Portugal, são ainda poucas as empresas com práticas claras de «Conciliação». A atenção que vou dedicar ao tema ao longo deste dois dias e o trabalho que tem sido desenvolvido pelo governo, servem como estímulo ao desenvolvimento de práticas empresariais diversificadas e imaginativas que contribuam para novas atitudes nas relações de trabalho e para uma diferente forma de inserção das empresas nas comunidades.

Vivemos com estabilidade política e social e há uma nova percepção de que o desenvolvimento não depende apenas de condições objectivas de produção. Sou realista na constatação do muito que há a fazer. Mas, creio ser possível ir mais além com determinação e rasgo. É necessário aqui, lucidez de todos os membros da comunidade empresarial.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Portugal tem hoje um regime democrático amadurecido e instituições que se consolidaram nestes vinte e cinco anos. Tenho procurado chamar a atenção ao longo do meu mandato para duas realidades em que convictamente acredito. Tenho confiança nas instituições da República. Tenho confiança na capacidade de realização dos portugueses.

Entendo, por isso, que é com serenidade que devemos olhar para a conjuntura, reconhecendo, com objectividade, que as instituições estão consolidadas. Este ou aquele episódio não pode pôr em causa o balanço positivo que vinte e cinco anos depois do 25 de Abril é possível fazer.

Há sem dúvida, sempre como em tudo, a necessidade de evoluir para que melhor se estabeleça a ligação e reforce a confiança dos

cidadãos nas instituições democráticas. Mas é importante que esse saudável e necessário debate se traduza na criação efectiva de mecanismos que aperfeiçoem o já existente. A ausência de qualquer evolução terá como consequência o maior alheamento do cidadão da participação política.

A forma serena e o rigor institucional com que todos devem exercer as suas funções são condição necessária à dignificação da democracia republicana. Só assim se assegura a isenção. Só assim se dignifica o exercício de funções públicas.

A exigência de transparência em todos os actos do estado e de equidade no acesso aos meios necessários à afirmação dos ideais políticos é cada vez maior. Ainda bem.

Crescente deve ser também a exigência na gestão da informação de que se dispõe em sede de investigação ou instrução de processo. Só assim se assegura o cumprimento da lei. Só assim se salvaguardam os direitos fundamentais a que todos os portugueses, sem excepção, têm direito, sejam quais forem as funções, públicas ou privadas, que exerçam.

Aproximamo-nos de um ciclo eleitoral longo, onde os partidos, cumprindo a sua função insubstituível, procurarão afirmar programas, propostas e candidatos. Período em que naturalmente o debate político será mais intenso, cruzando-se estratégias, projectos, exigências e dúvidas. É natural que assim seja. As virtudes do debate aberto são sempre maiores do que os riscos inerentes à confrontação livre e pública de posições opostas.

Fora desse debate está o Presidente da República que não é nem nunca dele será parte. Mas podem também ter a certeza que dele não estou, nem nunca estarei, alheado. Estou atento. Tenho uma magistratura a desempenhar, apelando à serenidade. Existem instâncias próprias consagradas na Constituição e nas leis, com competências específicas para agir nessas circunstâncias. Os aper-

feições que seja necessário introduzir-lhes dependem dos partidos políticos e da Assembleia da República. E, se o entenderem necessário, haverá tempo para o fazer.

Sei que prevalecerá, como sempre tem prevalecido, a serenidade. Ao fim de vinte e cinco anos fomos capazes de realizar o que muitos então julgaram ser impossível. As nossas instituições estão consolidadas. Os problemas com que se confrontam não resultam de nenhum desfasamento específico do regime português, antes, são comuns às sociedades europeias e às democracias modernas. Isso não lhes diminui a importância. Nem torna menos urgente a necessidade de agir. Mas aconselha também a que não se dramatize desnecessariamente uma realidade que só se transforma com o contributo de todos.

Quando nos reunimos para Comemorar o Dia Internacional da Mulher celebramos uma história de coragem e actos determinados na defesa de direitos fundamentais. Mas comemoramos também o muito que já se fez, para que não se cometa a injustiça, ao sublinhar o que falta, de ignorar o balanço positivo introduzido pelo regime democrático.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Este ano, à semelhança do que tenho feito nos anteriores, distinguirei um conjunto de mulheres, através da Imposição de Insígnias das Ordens Honoríficas. Procuo, assim, dar maior visibilidade e valorizar o trabalho das mulheres portuguesas. Espero que este meu gesto sirva de estímulo a uma crescente afirmação individual das mulheres.

Este ano, a par da homenagem prestada a mulheres com carreiras já consolidadas, quis também sublinhar a importância de que se reveste a atenção que devemos prestar às gerações mais novas, aos valores que despontam, a novas áreas de actividade. No fundo, é também para isso que servem as Ordens Honoríficas, para

estimular inícios de carreira onde é notória já a afirmação de mérito, para sublinhar sucessos alcançados nacional e internacionalmente ao longo dos anos, ou para consagrar carreiras já consolidadas. Normalmente tende-se mais à consagração dos valores nacionais já afirmados. É um acto de justiça que se faz. Mas entendo que não devo deixar de estimular novos valores e de, assim, contribuir para olhar para o futuro e para aqueles que com a sua determinação e mérito o construirão.

Em nome da República, quero sublinhar o trabalho e mérito que têm evidenciado nas vossas carreiras. Sei que Portugal poderá continuar a contar convosco.

Se a crise da Justiça é uma questão de eficácia e, por via dela, de credibilidade, ela é também uma questão política essencial, porventura das mais decisivas dos últimos vinte e cinco anos.

Toda a nossa organização político-administrativa, toda a economia pública ou privada, como todas as relações estruturantes da vida social, assentam no primado do Direito e na capacidade do Estado para garantir o seu cumprimento.

Se o Estado vacila nessa missão de garantia, então é a própria coesão nacional que sai enfraquecida; e ficam abertas as vias para uma indesejável tensão entre o arbítrio e o Direito, aí onde só o império da lei pode garantir a liberdade de todos, a justiça das relações sociais e o pleno exercício da cidadania.

**TOMADA DE POSSE DOS JUÍZES COOPTADOS
PARA O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**
Palácio Nacional da Ajuda
16 de Março de 1998

Com esta tomada de posse conclui-se o processo de recomposição do Tribunal Constitucional, já à luz do novo quadro desenhado na última revisão constitucional e prosseguido com a aprovação das alterações à sua Lei Orgânica.

Cabe-me, em primeiro lugar, saudar todos os Senhores Juizes-Conselheiros, incluindo aqueles que por agora cessaram o exercício de funções. Expresso-lhes aqui o grande apreço e reconhecimento de que são credores pela forma como a jurisdição constitucional portuguesa tem contribuído para a institucionalização do Estado de Direito e a consolidação da cultura e sistema democráticos. Cumpre-me realçar, por outro lado, o alto sentido de Estado e de responsabilidade com que souberam impedir que as vicissitudes próprias de um processo de recomposição porventura demasiadamente alongado no tempo pudessem afectar o normal exercício das suas funções.

Senhores Conselheiros, Excelências,

Por todo o Mundo, nos últimos anos, a existência de uma justiça constitucional converteu-se, tendencialmente, de elemento em condição de legitimação e de existência de um Estado de Direito democrático.

Hoje, não se questiona já, seriamente, a legitimidade da existência de uma instância jurisdicional de garantia do primado da Constituição e de controlo da conformidade constitucional da actuação do poder político democraticamente constituído.

A sua instituição é, antes, e reconhecidamente, um factor de credibilização e legitimação de qualquer regime político democrático.

Também entre nós, nem a existência do Tribunal Constitucional, nem a sua legitimidade sofrem, hoje, qualquer contestação significativa.

Pelo contrário, como resulta claramente da última revisão constitucional, a tendência vai mesmo no sentido de um alargamento consensualizado das suas competências de garantia e controlo a domínios até agora não sindicados.

A esta pacificação não é seguramente alheia a forma vincadamente positiva como o Tribunal tem prosseguido a sua actividade, a prudência e equilíbrio da sua intervenção e a elevada capacidade científica demonstrada na sua jurisprudência.

A este conjunto de factores acresce, por sua vez, a serenidade e espírito democrático com que a generalidade dos titulares do poder político e os restantes tribunais têm acolhido, acatado e respeitado as suas decisões.

Tal tem permitido que, após o tão longo interregno provocado pela ditadura, a justiça constitucional seja hoje encarada, com toda a naturalidade, como elemento imprescindível à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e a um funcionamento adequado das instituições democráticas.

De forma progressiva sedimenta-se a convicção de que em Estado de Direito é indispensável que as decisões do poder político democrático, por mais ampla que seja a maioria pontual que o sustente, respeitem as garantias e liberdades individuais e se conformem ao equilíbrio, separação e interdependência dos poderes constitucionalmente consagrados.

Em última análise, aí está o Tribunal Constitucional a garantir que assim continuará a ser.

O vosso é um papel vital e absolutamente insubstituível em regime democrático. Mas nada fácil! Porque se situa num terreno em que a função de *dizer* o Direito se mescla com as consequências directamente políticas da decisão e onde a aplicação das regras puras da interpretação jurídica significa igualmente, na prática e frequentemente, a arbitragem entre as posições políticas que se confrontaram no momento de emissão da norma; e porque, também, a função jurídica de garantia da supremacia da Constituição se faz num contexto conflitual ou, no mínimo, de confronto de legitimidades, seja em face da legitimidade do legislador democrático, seja face à legitimidade própria do exercício da função jurisdicional por outros tribunais.

Num tal contexto de dificuldades, e atenta a relevância máxima das vossas funções para o normal funcionamento do Estado de Direito, cabe-nos a todos contribuir para um adequado desempenho das vossas tarefas de garantia e controlo e desenvolver na opinião pública uma atitude de proximidade e interesse pela actividade do Tribunal Constitucional.

Não há nada mais estranho à forma como entendo o exercício das funções presidenciais, designadamente no domínio da fiscalização preventiva da constitucionalidade, que essa ideia simplificadora, mas profundamente errónea, de que se suscita a intervenção do Tribunal para «ganhar» ou «perder».

Suscita-se, sim, a intervenção do Tribunal quando é caso disso, no caso de haver dúvidas de constitucionalidade a ensombrar o livre curso do processo político, pelo que com o seu esclarecimento com a autoridade que provém de uma instância jurisdicional para tal legitimada, independente e qualificada, quem «ganha» é sempre o Estado de Direito e o regime democrático. É porque faço um balanço particularmente positivo da nossa experiência de justiça constitucional e porque tenho consciência

da responsabilidade que sobre todos impende, que me permito apelar à reflexão conjunta sobre as dificuldades que marcam o eventual novo ciclo da jurisdição constitucional que aqui inauguramos.

De facto, após a fase de transição e afirmação da jurisdição constitucional e ultrapassadas que foram as incertezas e vicissitudes públicas do processo de recomposição do Tribunal, temos condições para desenvolver, em exclusivo benefício do Estado de Direito e do sistema democrático, as possibilidades abertas com a última revisão constitucional e que mereceram, na altura, aplauso generalizado, como sejam, designadamente, o prolongamento do mandato dos juízes e o seu carácter não renovável.

É certo que as reservas e objecções tradicionais à existência de uma justiça constitucional estão hoje ultrapassadas. Mas, teremos que saber viver permanentemente com os problemas inerentes à própria existência de uma jurisdição constitucional em regime democrático.

Problemas como os da legitimidade e legitimação do Tribunal Constitucional, dos limites funcionais da sua actividade e da dialéctica das suas relações com o princípio da maioria e o poder político democrático são temas que — em todo o mundo democrático — suscitam dúvidas permanentemente em aberto que carecem de respostas sempre renovadas e em aprofundamento, sem que aí se deva vislumbrar algo de dramático ou anómalo.

Entre nós, já não é tanto o problema da forma de designação dos juízes e da fonte da sua legitimidade que gera mais reservas ou suscita, agora, a maior controvérsia.

De certa forma pode dizer-se que, ao fim destes anos e não obstante as críticas que mereceu a solução inicial encontrada, a ideia de que todas as soluções têm inconvenientes que neutralizam as suas eventuais vantagens relativas fez o seu caminho: é

daquela solução que temos de partir e são as suas virtualidades que temos de saber explorar para o conseqüente reforço do Estado de Direito.

As reservas que se têm avolumado nos últimos tempos e que podem constituir os maiores perigos para a justiça constitucional respeitam, hoje, não tanto à legitimidade de título, mas mais à legitimidade de exercício.

Assistimos ultimamente a uma forte tendência para colocar o Tribunal Constitucional no centro da luta política e para revestir a interpretação das suas decisões com uma linguagem tipicamente vocacionada para a análise do trabalho das assembleias representativas, com as suas maiorias e minorias, com as suas alas ditas de «direita» e de «esquerda».

Tal facto não pode deixar de nos preocupar a todos e de nos estimular a pensar a forma de permitir que os Senhores Juizes disponham de condições plenas para um exercício de funções isento de pressões, condicionamentos ou simplificações totalmente infundadas.

De algum modo, a última revisão constitucional e a alteração conseqüente da lei orgânica criaram já as condições objectivas para um reforço das garantias de independência do Tribunal Constitucional, para uma maior estabilidade no exercício das suas funções, para uma maior racionalização e optimização das formas de processo e organização interna.

Mas, neste caminho, se todos temos responsabilidades, o impulso decisivo tem que provir do próprio interior do Tribunal. Com efeito, a continuidade de uma jurisprudência constitucional de mérito científico indiscutível, que passe incólume no crivo desejavelmente apertado e rigoroso constituído pela opinião pública e, designadamente, pelo sentir da comunidade jurídica, pode constituir o antídoto mais eficaz contra as tendências referidas.

Nem tudo se resume, todavia, à evidência científica da fundamentação das decisões do Tribunal ou à clareza e racionalidade da sua retórica argumentativa. O prestígio de uma jurisdição constitucional e a força normativa das suas decisões jogam-se também na preservação da imagem que se projecte do Tribunal na opinião pública, mas, simultaneamente, na abertura que ele próprio revele e proporcione ao meio envolvente.

Tal não se confunde, note-se, com um qualquer indesejável e não querido protagonismo mediático ou político, mas respeita sobretudo à forma como a explicação da actividade do Tribunal passa para a opinião pública e às condições que lhe permitam converter-se em objecto essencial de estudo universitário e crítica académica.

Ora, não há bondade de decisão que resista ao desconhecimento ou dificuldade em a ela aceder por parte dos eventuais interessados, pelo que, em parte, talvez residam aí, também, as razões para a relativamente incipiente crítica e acompanhamento académicos da actividade do Tribunal, com as consequências negativas que tal facto gera, não apenas num défice de projecção da jurisdição constitucional, como sobretudo na incompreensão pública dos reais mecanismos de funcionamento de um regime democrático.

A ninguém mais que a Vossas Excelências penalizará seguramente o facto de que, hoje em dia, um professor ou estudante de Direito tenha acesso, passados alguns dias e através do seu computador, às decisões constitucionais do Supremo Tribunal dos Estados Unidos ou do Tribunal Constitucional alemão, enquanto tem muitas das vezes de esperar meses para conhecer as decisões mais importantes do nosso Tribunal Constitucional.

Trata-se, portanto, de um esforço que nos envolve a todos, juízes e políticos, universitários e operadores jurídicos, mas cujos resul-

tados dependerão sempre, em primeiro lugar, do trabalho do Tribunal e, particularmente, do rigor e independência da sua jurisprudência.

No fundo, acabará por ser sempre da forma como os Senhores Juízes-Conselheiros souberem dizer a Constituição que dependerá o prestígio, o alcance e o futuro da própria jurisdição constitucional.

É na convicção segura de que Vossas Excelências Senhores Juízes-Conselheiros me acompanham na reflexão e preocupações que acabo de exprimir que vos dirijo os melhores votos de sucesso no mandato que agora se inicia.

O aprofundamento do Estado de Direito e do regime democrático dele em boa medida depende.

SESSÃO DE ABERTURA DO COLÓQUIO

«DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS DO HOMEM»

Lisboa

8 de Maio de 1998

Cinquenta anos após a sua aprovação, e também como resultado inevitável de uma certa banalização da retórica sobre os direitos do homem, a importância actual da Declaração Universal parece desvanecida ou, no mínimo, muito relativizada.

Não admira que tal aconteça, sobretudo se tivermos em conta, de um lado o facto de a Declaração não ser um documento jurídico de força vinculativa incontroversa, e, de outro, que a conjuntura política internacional da época que presidiu à sua aprovação não permitia que a Declaração fosse muito além de um tom e de um conteúdo necessariamente programáticos e, até, compromissórios.

Porém, a Declaração Universal constitui um marco decisivo na história dos direitos do homem, designadamente, no domínio da sua protecção e dimensão internacionais.

Em certa medida, a Declaração é como que o prolongamento concretizador dos princípios gerais sobre direitos do homem constantes da Carta constitutiva da Organização das Nações Unidas. Mas, ela é, também, o primeiro documento internacional de proclamação e definição específicas dos direitos do homem com uma vocação verdadeiramente universalista. Nesse aspecto, a Declaração abre decisivamente a via da superação da concepção de soberania tradicional que fazia dos direitos fundamentais um domínio absolutamente reservado aos Estados.

Os excessos cometidos pelos regimes ditatoriais no século XX e a tomada de consciência de que o desprezo dos direitos do homem constitui uma ameaça grave à paz e segurança internacionais aceleraram o movimento para a institucionalização e desenvolvimento da protecção internacional dos direitos e liberdades fundamentais e para o desenvolvimento de uma concepção universalista dos direitos do homem.

E, pese embora a delicadeza da questão e a complexidade das consequências políticas que encerra, reconheceu-se progressivamente que os direitos do homem interessam o conjunto da comunidade internacional e que a protecção contra as suas violações, sobretudo quando elas assumem um carácter sistemático, não é mais um domínio reservado do Estado em causa. Ora, o caminho deste reconhecimento foi definitivamente inaugurado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Por outro lado, e vale a pena recordá-lo, mesmo numa conjuntura marcada pelo afrontamento entre blocos, a aprovação consensualizada da Declaração Universal constituiu a consagração da vocação expansiva e universal dos direitos do homem e a demonstração de que o reconhecimento da diversidade de culturas e tradições e a diferença de regimes políticos e formas de governo não pode eximir ao seu cumprimento.

Assim, a Declaração Universal forneceu durante estes anos e continua a fornecer às instâncias internacionais e à opinião pública mundial o fundamento reconhecido e comum de condenação dos comportamentos e práticas estatais de violação dos direitos fundamentais.

Ainda neste sentido, ela constituiu um poderoso estímulo para a consequente celebração, muitas das vezes sob a égide das Nações Unidas, de uma multiplicidade de Convenções internacionais de protecção de categorias específicas de pessoas ou de direitos, bem

como dos posteriores movimentos regionais de tutela internacional dos direitos, cujo exemplo mais acabado terá sido a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

A Declaração acolheu, ainda, ao lado dos direitos e liberdades tradicionais, os chamados direitos económicos, sociais e culturais, reconhecendo-lhes a dimensão de verdadeiros direitos do homem e não apenas de normas de conteúdo programático. Nessa medida, conferiu uma dimensão universal e vinculante a uma tendência de evolução da concepção dos direitos fundamentais que, até aí, manifestava um carácter circunstancial, regional ou marcadamente ideológico.

Por último, a relevância da Declaração Universal projectou-se, directa ou indirectamente, sobre as ordens jurídicas nacionais, quer inspirando o conteúdo e sentido das respectivas declarações de direitos, quer, como acontece com a nossa Constituição, sendo recebida como fonte de interpretação e integração dos preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais.

Com um tal conteúdo e sentido histórico, a Declaração Universal dos Direitos do Homem manifesta, hoje, e também entre nós, uma actualidade e relevância sempre renovadas.

Ela dá-nos a legitimidade, o suporte e o estímulo para, no plano internacional, não permitirmos que a questão de Timor caia no esquecimento e para exigirmos da comunidade internacional uma actuação consentânea com a gravidade das violações de direitos que ali são quotidiana e sistematicamente perpetradas.

Ela confronta-nos, em contrapartida, com a necessidade de, aos mais diferentes níveis, tudo fazermos para que o nosso país deixe definitivamente de constar dos relatórios internacionais que fundadamente dêem conta de práticas sistemáticas de violação de direitos.

A Declaração convoca, por outro lado, a nossa atenção para a necessidade de internamente garantirmos a efectividade dos direitos do homem, designadamente daqueles cujo exercício é indissociável da garantia dos seus pressupostos materiais e do desenvolvimento económico.

A Declaração Universal confere-nos, por último, até por obrigação constitucional, o contexto e a dimensão globais de interpretação e vivência dos direitos fundamentais, apelando para um sentido de comum responsabilização na sua garantia internacional, particularmente no espaço cultural e político que partilhámos, e assim nos responsabilizando pela construção de uma consciência nacional e universal dos direitos do homem baseadas no respeito da dignidade da pessoa humana.

Cumpre-me, assim, saudar a Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa pela feliz iniciativa de comemoração do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem através de um conjunto de iniciativas tão estimulante, diversificado, actual e aberto à sociedade e ao futuro como o que aqui se desenrolou ao longo de toda a semana e se completa neste Colóquio.

SESSÃO COMEMORATIVA DOS CINQUENTA ANOS
DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS DO HOMEM
Palácio Galveias, Lisboa
14 de Julho de 1998

Quando se comemoram, em Portugal, os cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, há que constatar, em primeiro lugar, a enorme diferença entre o Portugal democrático e o Portugal da época da aprovação da Declaração quanto ao cumprimento dos objectivos e prossecução dos ideais que nela encontraram expressão.

Contrastando com o regime de ditadura e de sistemática violação dos direitos fundamentais que caracterizava o Portugal anterior a 1974, o regime democrático cedo acolheu a Declaração Universal como uma das fontes inspiradoras da nova ideia de Direito e de legitimação do poder político. Foi esta atitude radicalmente distinta que determinou os constituintes de 1976, e de uma forma sem paralelo no Direito comparado, a consagrarem a Declaração Universal dos Direitos do Homem como fonte de interpretação e integração dos preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais.

É com grata satisfação que assistimos, entretanto, à forma como outras Constituições dos novos países de língua portuguesa seguiram idêntico caminho no plano normativo-constitucional, para além do natural regozijo com que nos podemos congratular pela atitude comum de empenhamento no respeito e promoção dos direitos fundamentais por parte de toda a comunidade lusófona. Porém, os indiscutíveis e significativos progressos de que o Portugal democrático se pode orgulhar neste domínio, quer no pla-

no interno, quer no da cooperação internacional, não autorizam um qualquer abrandamento no que deve constituir uma preocupação permanente do nosso Estado de Direito. Há, com efeito, que ter a consciência de que no domínio da protecção e promoção dos direitos fundamentais há sempre algo mais a realizar em nome das renovadas exigências de um pleno desenvolvimento da personalidade individual e da dignidade da pessoa humana. Os ideais, objectivos e direitos proclamados na Declaração Universal confrontam-nos, desde logo, com a necessidade de, aos mais diferentes níveis, tudo fazermos para que deixe definitivamente de haver razões para que o nosso país conste dos relatórios internacionais que, justificadamente, assinalem práticas de violação de direitos. Os esforços desenvolvidos neste domínio, reflectidos, de resto, no carácter cada vez mais residual dessas situações, dão-nos fundadas esperanças de caminharmos no bom sentido.

A Declaração convoca, por outro lado, e até por exigência constitucional, a nossa atenção para a necessidade de garantirmos a efectividade dos direitos do homem, designadamente daqueles cujo exercício é indissociável da garantia dos seus pressupostos materiais e do desenvolvimento económico e que estão longe de ter obtido, entre nós, um grau satisfatório de realização.

Por último, a Declaração Universal apela ao sentido de responsabilização comum, no espaço cultural e político que partilhamos, na garantia internacional dos direitos do homem, particularmente do direito à paz, ou seja, como se diz na Declaração, na realização de «uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades» nela enunciados.

Isto significa que a própria dignidade da pessoa humana exige, à luz da consciência dos nossos dias, que o poder político se exerça em quadros constitucionais abertos, democráticos e capazes de

corresponder, através de instituições legitimadas na participação cívica das várias correntes de opinião, às aspirações populares ao bem-estar, à paz e ao progresso.

A existência de regimes políticos que preencham estes requisitos torna ilegítima, por natureza, qualquer ruptura do compromisso institucional que pretenda operar-se por meios não constitucionalmente previstos. Verificada que seja, por outro lado, uma qualquer ruptura no consenso político e social em que assenta um dado regime, o referido direito à paz requer que, na reconstrução de uma ordem política e social de respeito dos direitos fundamentais, prevaleçam as vias do diálogo e da mediação, das preocupações e da assistência humanitárias e da preservação das condições de dignidade da pessoa humana.

A Declaração Universal dá-nos, assim, a legitimidade, o suporte e o estímulo para, no plano internacional, não permitirmos que a questão de Timor caia no esquecimento e para exigirmos da comunidade internacional uma actuação consentânea com a gravidade das violações de direitos que ali são quotidiana e sistematicamente perpetradas.

É que também neste plano a Declaração Universal constituiu um marco decisivo na história dos direitos do homem.

Em certa medida, a Declaração é como que o prolongamento concretizador dos princípios gerais sobre direitos do homem constantes da Carta constitutiva da Organização das Nações Unidas. Mas, ela é, também, o primeiro documento internacional de proclamação e definição específicas dos direitos do homem com uma vocação verdadeiramente universalista.

Nesse aspecto, a Declaração abre decisivamente a via da superação da concepção de soberania tradicional que fazia dos direitos fundamentais um domínio interno absolutamente reservado aos Estados.

Incumbe-nos a todos, países de língua portuguesa que se reconhecem na fonte inspiradora da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o prosseguir deste caminho tão auspiciosamente inaugurado pela Declaração, com a consciência de que esta tarefa, sendo dos Estados, só encontrará plena realização sob estímulo, empenhamento e participação da sociedade civil e das organizações de cidadãos.

O Fórum que aqui se vai realizar é um feliz exemplo dessa participação que de novo se saúda e em cujos resultados e conclusões é legítimo depositar, atendendo à qualidade e diversidade dos diferentes contributos, as melhores expectativas.

CERIMÓNIA DE INSTALAÇÃO
DO NOVO TRIBUNAL DOS DIREITOS DO HOMEM
Estrasburgo
3 de Novembro de 1998

É com uma sentida emoção que me associo a esta cerimónia de tão grande significado.

Para além da honra que me é feita pessoalmente, e que honra sobretudo Portugal e os portugueses, não esqueço os anos que passei nesta casa, como primeiro membro português da Comissão dos Direitos do Homem. Destes anos guardo recordações e experiências indeléveis, amizades e conhecimentos pessoais que continuam a constituir, para mim, uma referência incontornável.

Como democrata, como europeu, como advogado, como cidadão e como homem político, orgulho-me de ter podido dar um contributo empenhado na aplicação concreta da Convenção dos Direitos do Homem, símbolo e quadro da vivência democrática europeia.

Compreenderão que deseje saudar, antes de mais, os membros da Comissão e do Tribunal, e os seus colaboradores respectivos — cuja competência profissional e dedicação desejo particularmente assinalar — os advogados, os representantes dos Estados, os requerentes. Todos quantos, em suma, ao longo de todos estes anos — e tantas vezes com uma inegável coragem — se empenharam tão activamente para pôr em prática a Convenção, para a vivificar, para a tornar uma prática concreta, assumida, para fazer com que os direitos plasmados nos textos pudessem, de facto, constituir um elemento de protecção eficaz dos direitos da

pessoa humana e do funcionamento democrático das nossas sociedades. São, todos eles, merecedores da nossa admiração e do nosso reconhecimento.

A Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o seu sistema de garantia constituem um marco de enorme importância na história da tutela internacional dos direitos fundamentais e do próprio Direito Internacional Público. Pela primeira vez se ultrapassou, com o sucesso hoje unanimemente reconhecido, a fase da mera proclamação dos direitos — em que se situava, por exemplo, a Declaração Universal de 1948 — para se enveredar decididamente pela institucionalização de garantias efectivas do controlo da observância dos direitos nela consagrados, incluindo garantias de natureza jurisdicional a que, não apenas os Estados, mas também os particulares passam a ter acesso.

A importância de tais factos no plano da superação das concepções tradicionais de soberania dos Estados em benefício da plenitude da tutela internacional dos direitos do homem é inestimável. O seu significado para a construção de uma identidade europeia fundada numa cultura dos direitos é tão relevante quanto o haviam sido, no plano interno, a aprovação das declarações constitucionais de direitos ou a institucionalização da justiça constitucional.

Ao longo destes anos, a actuação do Tribunal e da Comissão tem sido marcada por um dinamismo e realismo nem sempre acompanhados pelas ordens jurídicas nacionais. Isso reflete-se, particularmente, numa jurisprudência contida, mas simultaneamente inovadora e correctiva, que tem proporcionado a actualização dos padrões morais exigida por uma sociedade democrática em rápida mutação. Do alto nível técnico e da razoabilidade das decisões do Tribunal e dos órgãos da Convenção resultou, assim, a criação e solidificação de um corpo transnacional apropriado de

standards gerais de controlo capazes de constituir a base europeia de uma consciência efectiva e de um sistema vivido dos direitos do homem.

Este notável desenvolvimento colocaria inevitavelmente o sistema da Convenção perante as necessidades de uma reforma institucional capaz de assegurar a continuidade daquele elevado nível de prestações nas novas condições marcadas pela procura exponencial verificada nas últimas décadas e pelas profundas transformações políticas que se verificaram na Europa.

O novo Tribunal corresponde à resposta comum encontrada para esta fase crucial do desenvolvimento do sistema da Convenção. São enormes as novas responsabilidades que sobre ele incidem. De um lado, responder com novos mecanismos institucionais e procedimentais às insuficiências que o sistema revelara; de outro, integrar os novos juízes e garantir a continuidade de um *acquis* que a todos orgulha num quadro político e geográfico renovado, marcado por experiências, especificidades e condições objectivas muito mais diferenciadas.

As dificuldades e factores contraditórios inerentes a um tal quadro são, seguramente, não negligenciáveis. Mas o potencial de desenvolvimento que ele encerra justifica as melhores expectativas.

O novo Tribunal tem, não apenas que ultrapassar os obstáculos institucionais, como tentar obviar aos atrasos, porventura incontornáveis, que se verificavam no sistema anterior. Mas mais importante será — e é este o grande desafio que se lhe coloca — fazer progredir a jurisprudência de Estrasburgo. É o que toda a Europa espera do novo Tribunal.

A aspiração comum à construção de uma identidade europeia fundada no respeito e observância dos direitos do homem, revelada claramente na adesão dos novos Estados e no reconheci-

mento da jurisdição do Tribunal, constitui o alicerce mais sólido da nova casa comum. Há todas as razões para crer que essa aspiração encontrará resposta adequada ao sistema da Convenção em que todos nos reconhecemos.

As possíveis consequências que daí poderão resultar para o processo de reforço da integração e solidariedade europeias não podem ser ignoradas. Aí reside, também, um contributo significativo para a Paz na Europa, porque só é possível, nos dias de hoje, alcançar uma Paz que se funde no respeito da dignidade humana e nos direitos fundamentais que dela decorrem e que a todos integre no projecto da sua construção.

O Conselho da Europa soube sempre, com clareza e determinação, assumir os valores democráticos que formam a nossa herança comum e participar activamente na construção europeia.

Assim aconteceu logo na sua fundação, quando, no meio de uma Europa desfeita pela guerra, surgiu como primeiro marco institucional de uma união das democracias europeias. Depois, no reconhecimento e legitimação das democracias ibéricas, constituindo, para nós, um apoio decisivo quando se construía a democracia portuguesa. Finalmente, o Conselho tem estado presente de uma forma particularmente activa, rigorosa e inspiradora, nos processos de construção democrática no centro e no leste da Europa, estabelecendo com esses países uma cooperação a todos os títulos profícua.

Enquanto instância que, pela diversidade geográfica, cultural e económica dos seus membros, melhor espelha esta imensa e variada riqueza do nosso continente, o Conselho continua a constituir uma sede privilegiada onde se forjam as grandes concepções indispensáveis à construção europeia, e se concertam e definem orientações relativas às grandes questões que nos preocupam.

A Convenção Europeia dos Direitos do Homem constituiu, em grande medida, uma ruptura com algumas das mais enraizadas tradições do Direito internacional bloqueadoras do reconhecimento universal dos direitos do homem. O sistema por ela instituído comprovou a justeza da nova via e dele há que fazer um balanço largamente positivo. Nessa medida, ele aponta um caminho e pôde constituir-se como exemplo e modelo inspirador de experiências e projectos que se constroem noutras latitudes. O novo Tribunal estará seguramente à altura das responsabilidades que emergem desse extraordinário legado.

SESSÃO DE ABERTURA DO V CONGRESSO
DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Porto

20 de Novembro de 1998

*A*o saudar os senhores congressistas e os senhores convidados, quero sublinhar a importância decisiva do tema que orientará os trabalhos deste V Congresso do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público — a democracia, a igualdade dos cidadãos e o Ministério Público.

A democracia e a igualdade dos cidadãos constituiu, todos o sabemos, o combate de várias gerações, com a militância e a densificação que conheceu entre duas guerras, quando os fascismos pareciam triunfantes; e entre nós, que não partilhámos, nessa forma, da vitória das democracias, foram ainda necessárias mais três décadas de luta, para que a democracia e a igualdade dos cidadãos pudessem ser, finalmente, consagradas.

Foi um tempo de grande e justificada euforia colectiva — na proclamação da cidadania, na consagração constitucional dos direitos, liberdades e garantias do homem e das suas comunidades, no reordenamento e limitação dos poderes, na disciplina do uso das coisas pelas exigências da solidariedade social.

E foi ainda o tempo de receber no nosso ordenamento jurídico, como parentes próprios e legítimos, os grandes instrumentos regionais e universais de tutela dos direitos da pessoa, com natural realce para a Convenção Europeia para a Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e para o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos.

Tudo isto — que foi tanto — prolongou-se no esforço permanente dos agentes da Justiça, que se empenharam na aplicação entusiástica dos novos princípios, fazendo da lei editada direito vivo e respeitado e, a breve trecho, jurisprudência comum, como se nenhum hiato histórico tivesse separado Portugal das regras de convivência do mundo em que geograficamente se integrava. Mas operado o reencontro com a História e abertas as vias da modernidade, estava inafastavelmente colocada a questão do desenvolvimento.

Ora o desenvolvimento se é uma opção, movida e sustentada por uma magnífica vontade de progresso e de justiça, também comporta necessariamente — tem comportado sempre, em todas as latitudes — desorientação, bloqueios e intranquilidade social, que a Justiça sente de um modo peculiar.

É, por isso, num quadro de perplexidades e inquietações que a Justiça vem sendo e há-de continuar a ser questionada.

É neste quadro que o V Congresso do vosso Sindicato irá, porventura, questioná-la, agora no âmbito das correlações entre a democracia, a igualdade dos cidadãos e essa magistratura que existe para os servir.

Serviço que o Ministério Público tem realizado com assinalável esforço e dedicação, e que, por isso, lhe dá insubstituível experiência para reflectir e debater o tema que hoje lhe é proposto. Reflexão e debate que decorrerão, por certo, com a serenidade de quem está funcionalmente habituado à isenção e sem a preocupação de pôr a tónica em reflexos corporativos, que, perturbando a igualdade, inquinam a democracia.

Nesse debate e reflexão, estou certo de que já tereis compreendido que o que menos importa é assacar culpas ou estigmatizar responsáveis, umas e outros enterrados num passado sempre irrecuperável.

Numa situação que interpela os poderes, o das Leis e o dos Governos, o que importa é que todos os agentes da Justiça intervenham e colaborem nas respostas necessárias — para o futuro. É, por isso, que o debate continuado de causas e soluções, com a participação e a publicidade que os *media* proporcionam, tem de prosseguir. Debate que terá de fazer-se, não me cansarei de insistir, com porfiado abandono das abordagens tecnicistas e do vocabulário especializado, de modo a que todas as disciplinas e todas as experiências se sintam motivadas a trazer o contributo próprio — na enunciação e diagnóstico dos males, nos tipos de soluções a promover, na natureza e quantidade de meios necessários, na identificação das disfunções organizativas e dos instrumentos para as reparar.

Mais: a Justiça, vista e partilhada com o comum, pode ser um elemento decisivo de tranquilização da vida pública, sem a qual dificilmente haverá um realismo sereno quanto às expectativas de futuro — realismo tanto mais necessário quanto muitos dos fazedores de opinião e algumas das gerações no poder caldearam a sua formação num pessimismo oitocentista e tendem sempre a regressar a Tormes e ao desencanto militante que no seu reverso se esconde.

Quero terminar com uma palavra de confiança — na capacidade de todos os magistrados do Ministério Público para, doseando legítimas preocupações corporativas, e prescindindo de memórias agastadas, se manterem abertos à comunidade, e encontrarem nela, em diálogo e boa fé, novos caminhos de um direito vivo e fecundo, que só ele justifica e é razão da magistratura em que o Ministério Público está investido.

O Presidente da República continuará atento, que a única estratégia que justifica a minha função e, por via dela, o mandato que recebi, é o cuidado do Povo e a defesa da República.

CONFERÊNCIA COMEMORATIVA DOS 50 ANOS
DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS 20 ANOS
DO ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Parque das Nações, Lisboa
12 de Dezembro de 1998

*B*em hajam os promotores do ciclo de conferências agora iniciado, sob os auspícios de um tema que, pelas efemérides convocadas, é, simultaneamente, História e projecto. História milenar e conturbada, a dos direitos humanos, porventura iniciada nesse momento singular em que se passou do facto à norma, do arbítrio da vontade à regra estabelecida, abrindo caminho à magnífica proclamação de Hamurabi, 1700 anos antes de Cristo:

«[...] fazer brilhar a justiça para impedir o poderoso de fazer mal ao fraco.»

Foi longo o percurso, desde então, balizado por marcos que a memória de todos acarinha e exalta, ora nascidos dos ardores da Fé, como em Paulo de Tarso ou em Agostinho de Hipona, ora feitos bandeira da construção dos Povos — *Bill of Rights* para uns, Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão para outros, mas sempre na trincheira da emancipação do homem e das comunidades em que se completa.

É a esta luz que a proclamação de Paris, cujas bodas de ouro continuaremos a comemorar, se reveste de exemplar significado. Terminada uma das mais sangrentas guerras a que a Humanidade foi sujeita, com o seu cortejo de barbáries e de holocaustos, a Assembleia Geral das Nações Unidas, na veste representativa de

fórum universal, veio afirmar à cidade e ao mundo, nesse Palácio de Chaillot recém-inaugurado, e fronteiro — qual coincidência provocatória — ao campo de Marte e à Escola Militar, que «todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos», que «são dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros com um espírito de fraternidade». Era apenas uma proclamação, em que se vertiam direitos civis e políticos, económicos e culturais, e ainda os que ao homem são devidos como ser social.

Mas quando a Senhora Roosevelt, cuja militância e sentido da dignidade humana merece a nossa gratidão, exclamava que esta é a Magna Carta de todos os homens, em toda a parte, irmanava, assim e naquele momento, História e projecto, e com isso convocava todos para o combate que continua longe de ser cumprido.

Na verdade, os genocídios no Camboja, na ex-Jugoslávia, no Ruanda e em Timor; os massacres na Argélia; as torturas e os desaparecidos nos regimes policiais da América Latina; os acontecimentos de Tian An Men; as violências às mulheres no Irão e no Afeganistão, ou o trabalho forçado de crianças na Índia, são momentos de angustiante repúdio desta Declaração Universal de Direitos do Homem.

É que a voz poderosa dos grandes deste mundo se serviu para proclamar os direitos de todos, ainda não foi capaz de os garantir a todos.

E por isso continuaremos a ser interpelados. Interpelados pela morte, em cada dia, por subnutrição, de 35 000 crianças; interpelados pelos mil e trezentos milhões de seres humanos que vivem com menos de um dólar por dia; interpelados pelos mil milhões de homens e mulheres que não sabem ler nem escrever; interpelados ainda pelos quatro quintos da humanidade que não

ultrapassaram o limiar da miséria. E tudo isto quando apenas 4% da riqueza acumulada das 225 maiores fortunas mundiais seria suficiente para satisfazer as necessidades básicas de alimentação, saúde e educação, de toda a população do globo.

As frentes que nestes cinquenta anos se abriram e as vitórias nelas alcançadas constituem, porém, um estímulo à esperança e à vontade.

Se a Declaração Universal dos Direitos do Homem venceu nas lutas contra o colonialismo e contra o *apartheid*, contra a discriminação racial e sexual, contra a escravatura e contra a pena de morte; se pela OIT e pela UNESCO se alargaram os horizontes do trabalho digno e se ampliou o universo da cultura partilhada; se as Ligas dos Direitos do Homem e a Amnistia Internacional continuam a velar em toda a parte pelas liberdades públicas, prossigamos, então, na caminhada para um tempo em que todos os direitos de qualquer homem, em qualquer parte, conheçam, finalmente, um modo suficiente de satisfação e de guarida.

E nem nos deixemos perturbar pela inesperada reedição da controvérsia das liberdades formais e das liberdades materiais, agora enroupadas de direitos civis e políticos, de um lado, *versus* direitos económicos, sociais e culturais, do outro, controvérsia quase sempre acompanhada da invocação de especificidades regionais e de diferentes estádios de desenvolvimento.

É óbvio que tudo isso tem de ser respeitado; e que na História de cada Povo, os direitos do homem terão de ter em conta aquelas realidades. Mas a sua invocação só deixará de ser mero pretexto para a conservação de situações de poder e de opressão, quando as leis e as práticas derem tutela à integralidade dos direitos do homem, com a configuração que o tempo, o lugar e a cultura aconselhem, sem dúvida, mas em que a regulamentação assim

estabelecida ou as práticas implantadas não descaracterizem o que constitua o núcleo essencial que em cada direito do homem se contem.

Portugal, apesar dos níveis apreciáveis de fruição dos direitos humanos que o derrube da ditadura e a reinstauração da democracia vieram propiciar, tem ainda um longo percurso a percorrer.

A Revolução de Abril, cujo vigésimo quinto aniversário nos preparamos para festejar, também aqui numa irrecusável perspectiva de História e de projecto, representou para nós a proclamação sem reservas da Declaração Universal dos Direitos do Homem, sempre desdenhados pela ditadura, que confinava os padrões de comportamento societário às necessidades de uma comunidade mantida fora da História. E porque assim era, as relações interindividuais plasmavam-se em matriz e regras que constituíam um espartilho insuportável quer para as aspirações das pessoas e das famílias, quer para as exigências de disciplina dos bens e do seu comércio.

Contra esse estado de coisas, militavam os anseios de justiça e de progresso de várias gerações à espera de uma vontade.

A vontade cumpriu-se; e com ela, abriram-se para Portugal as vias da modernidade e do reencontro com a História.

Nesse reencontro, assume particular relevância a introdução na Constituição da República de tudo quanto se contém na proclamação de Paris, com os aperfeiçoamentos e a densificação que, entretanto, lhe foram sendo introduzidos pelo labor da comunidade internacional.

É neste quadro de reconhecimento e aplicação de direitos que o Ministério Público, até então parente pobre e vestibular das magistraturas, assume a função de defensor da legalidade e da independência dos tribunais, promovendo a defesa da sociedade contra o crime e a realização do princípio da igualdade no acesso

ao direito e à Justiça. E tudo isto com um estatuto de autonomia e de mera vinculação a critérios de legalidade estrita e de objectividade.

Decorridos vinte anos sobre a definição legal de tal estatuto e função, impõe-se sublinhar o contributo decisivo do Ministério Público para a promoção e tutela dos direitos humanos.

Na verdade, quando o magistrado do Ministério Público, sem qualquer subordinação aos outros poderes, promove a defesa da legalidade, em que estão inscritos todos os direitos do homem; quando usa os meios de impugnação que nas várias jurisdições lhe estão atribuídos; quando exerce a acção penal de harmonia com critérios de estrita legalidade, objectividade e isenção; ou quando assume o patrocínio dos trabalhadores e suas famílias, dos incertos, dos ausentes e dos incapazes, em cumprimento desse magnífico dever orfanológico geral que sobre ele impende, é os direitos humanos que está a promover e a garantir, porque só o homem e a tutela dos seus direitos são fundamento e última razão da lei e do Estado.

É sabido que a realização do Estado de Direito não se confina, porém, a um único modelo de organização e de intervenção do Ministério Público, sempre dependente, na sua formulação, das experiências históricas de cada comunidade e dos modos de assegurar, aí, em concreto, o equilíbrio dos poderes e a eficácia ética e pragmática das soluções.

O modelo consagrado entre nós em 1978 tem provado bem; e algumas deficiências de funcionamento que se lhe poderão apontar dificilmente se reconduzirão ao estatuto e funções do Ministério Público na formulação que vem tendo entre nós.

É que a chamada crise da Justiça nada tem que ver com os princípios informadores das magistraturas, seja a judicial, seja a do Ministério Público, nem a eles se reconduz.

E se entendo não ser este o momento de fazer uma avaliação global do estado da Justiça, as efemérides que hoje nos convocam levam-me, todavia, a sublinhar que a adequada tutela dos direitos do homem passa por uma administração da Justiça pronta, serena e eficaz.

E se é irrecusável a indispensabilidade de aperfeiçoamento do sistema, as vias que para o efeito terão de ser percorridas tenderão a ficar obstruídas se todos os agentes da Justiça não revelarem sempre, nas palavras e nos actos, uma exaustiva consciência do conteúdo e limites da função que servem, ou se a legítima crítica dos cidadãos a decisões concretas tiver como eixo fundamental circunstâncias adjectivas de tais decisões, deixando de lado a serena apreciação do bem ou mal fundado das soluções de fundo em cada caso proferidas.

O Ministério Público tem uma função essencial na defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; e nestes vinte anos, tem-na exercido com assinalável sentido ético e de serviço à comunidade. Mas porque assim é, deve continuar atento à crítica dos seus concidadãos, com a serenidade e com a humildade que tem evidenciado, para que, com todos, seja sujeito das vias de aperfeiçoamento que a administração da Justiça terá de percorrer.

Nesta dupla efeméride que hoje nos reúne, saibamos reconhecer nela o traço que lhe é comum — a luta pela liberdade e pela dignificação do homem.

Só seremos dignos da História, se porfiarmos no projecto de libertação que a justifica e a exalta.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA
DO ANO JUDICIAL

Lisboa

20 de Janeiro de 1999

A abertura do ano judicial, pela solenidade de que se reveste e pelo universo de pessoas que congrega, é o momento singularmente apropriado para que se manifestem os anseios da comunidade pela realização da Justiça. E neste ano de 1999, em que se cumprem vinte e cinco anos sobre a Revolução de Abril, mais do que em qualquer outro.

No jubileu que se aproxima, temos bem de que nos alegrar, sobretudo se pensarmos que em tão curto período de tempo instituímos e consolidámos a democracia e a liberdade, fundámos o Estado de Direito democrático, acelerámos o desenvolvimento económico e social, melhorámos, significativamente, a justiça distributiva dos bens e das oportunidades, tudo com uma clara e definitiva reintegração na convivência internacional e nos espaços de cooperação em que ela se organiza.

E é tanto maior o motivo de júbilo, quanto, à partida, nos encontrávamos isolados, política e culturalmente, do resto do mundo, sem hábitos, há várias gerações, de organização e de convivência democráticas, e com uma estrutura económico-social atrasada de muitas décadas.

No caminho então iniciado, fomos adequando a organização do Estado e da economia às necessidades e às aspirações dos cidadãos; e instituímos formas de representação política e de audição de interesses que, no essencial, permitiram aos portugueses passar de súbditos a cidadãos.

Mas neste percurso de lutas e militâncias de indesmentível valia cívica, de que modo tratámos a Justiça?

E uso este plural comum, porque se a construção de um sistema de Justiça é responsabilidade de todos os cidadãos, essa responsabilidade cabe, de um modo particularíssimo, aos detentores do poder político e aos agentes da Justiça.

Advogado de profissão, cujo exercício suspendi nos últimos dez anos para servir Lisboa e a República, partilho dessa responsabilidade por qualquer dos títulos, e assumo-a, na íntegra, não só perante Vossas Excelências, como perante os cidadãos desta República a que presido por vontade do Povo.

É por isso que estou hoje, aqui, não na atitude de quem invectiva e pede contas — a governos, a magistrados, a advogados, a oficiais de justiça, mas, ao invés, para reflectir. Reflectir com todos sobre a administração da Justiça, questão que é uma pedra angular e decisiva desta democracia, que construímos com tanto esforço e entusiasmo.

E essa reflexão, faço-a enquanto cidadão, enquanto advogado e enquanto Presidente da República.

Enquanto cidadão, porque nessa qualidade sou destinatário do sistema de Justiça e por ele co-responsável; enquanto advogado, pelos actos e omissões do tempo em que exerci, e por algum conhecimento e experiência que daí me advém; e, finalmente, enquanto Presidente da República, porque me incumbe garantir o regular funcionamento das instituições e ser instância de apelo e de revelação dos anseios da comunidade. E a comunidade exige uma justiça pronta e eficaz, e a ela tem direito.

Quando a liberdade soou, tivemos como primeira prioridade esconjurar o passado; e à luz das lições perversas que ele nos oferecia, importava assegurar independência ao poder judicial e garantir a todos os cidadãos que não seriam perseguidos, nem

julgados, pelas suas convicções. E que quando se sentassem no banco dos réus, ou quando pedissem reparação para os seus interesses ofendidos seria a tribunais independentes que caberia dizer, em cada caso, o que era de direito.

Tudo isto foi vertido, na Constituição e nas leis.

De juizes e dos então agentes do Ministério Público, dependentes do Governo na sua nomeação, colocação e transferência, ou por ele promovidos e disciplinarmente sancionados, passámos a ter magistraturas cuja administração é integralmente assegurada por Conselhos autónomos do Executivo, os quais garantem a não sujeição das magistraturas a critérios de conveniência e de oportunidade política. Também parece, às vezes, indispensável lembrá-lo. E a instituição da Ordem dos Advogados como associação pública veio assegurar, em definitivo, que a disciplina do acesso e do exercício da profissão seria feita pelos próprios, e não mais se sujeitaria a ingerências alheias, ou a tutelas impositivas.

Restituídas as magistraturas a um estatuto de exemplar preocupação com a separação dos poderes, em tribunais proclamados e reconhecidos como órgãos de soberania, a organização judiciária e as leis de processo foram porfiando num sistema de crescentes garantias, cuja malha, cada vez mais apertada, viabilizasse a justa apreciação de todo o direito ou o julgamento equitativo de qualquer crime.

A experiência dos últimos anos mostra que fomos longe de mais. Recuperámos do mal em 25 de Abril. Que não morramos da cura no dobrar do milénio.

Não está, obviamente, em causa quer a independência dos tribunais, quer o estatuto dos agentes de Justiça, ou sequer as suas formas de auto-administração. Tão-pouco a indispensabilidade de se manter um sistema em que todas as situações que mereçam a protecção dos tribunais sejam apreciadas de um modo justo.

O que está em causa é que o sistema de Justiça regule interesses e conflitos, de forma equitativa, pronta e eficaz.

O que está em causa é que o sistema de Justiça seja tal que sirva para os fins que o justificam.

De outro modo, entendamo-nos, é um luxo caro. Mais: um luxo caro, que serve, ou de que se servem, uns poucos, em detrimento de todos.

Temos, por isso, que parar para reflectir e para nos entendermos, com a modéstia necessária.

Enquanto é tempo.

Antes de mais, tenhamos por claro que a independência dos juízes, a autonomia dos magistrados do Ministério Público e o estatuto dos advogados não são fins em si mesmos. Ou são meios de realização da Justiça, ou então para pouco servem, nem mesmo para os próprios.

E por isso, no estado de carência em que a Justiça se encontra, é necessário que se abatam, em definitivo, o que tenho chamado de crispações corporativas.

Ninguém duvida que tais crispações terão sempre projecção mediática garantida, pelo mero facto de serem conflito. Mas a não se arrepiar caminho, de pouco valerá lutar por uma maior fatia de poder, porque nada haverá, no final, para dividir.

Depois, tenhamos uma percepção clara dos momentos em que a administração da Justiça bloqueia e do descrédito generalizado que isso provoca.

É habitual dizer-se que o Estado moderno não está apto a responder eficazmente às novas formas de criminalidade, nem ao aumento exponencial de litígios resultante de um crescimento, sem fronteiras, do crédito e do consumo no contexto de um individualismo ilimitado; e, por essas e outras razões, do acesso aos tribunais de um número crescente de cidadãos.

As reformas recentemente introduzidas na organização da investigação criminal mostram que alguma resposta é possível. Com custos financeiros? Obviamente. Mas não esqueçamos que continuar a tratar a Justiça como o parente pobre da democracia acaba, no limite, por pôr em risco a própria sobrevivência desta. É que são exactamente as novas formas de criminalidade, a que em grande parte se dirigem aquelas reformas, e a impunidade que aquelas têm logrado obter, que constituem motivo de maior escândalo público e de pública indignação, tudo com apreciável descrédito das instituições judiciárias.

Mas é difícil compreender e aceitar esta pública indignação, quando, ao lado, e de há muito a esta parte, está, também, uma pública omissão colectiva no encontrar de perspectivas inovadoras quer na abordagem dos temas em causa quer nas soluções. E isto é tanto mais grave, quanto as democracias modernas experimentam crescentes dificuldades em fazer coincidir a legitimidade do poder fundada no sufrágio universal, e como tal pacificamente aceite, com a legitimação derivada do exercício do poder pelo sufrágio conquistado. E daí que governos e assembleias, para não falar de outros, sejam, frequentemente, tratados com a designação «eles», numa clara fractura entre a legitimidade de origem, que ninguém contesta, e a legitimidade de exercício, por aquela designação censurada.

Como se o poder fosse exercido para benefício dos próprios. Há pessoas, algumas até com responsabilidade, que se comprazem em construir um rumor público, insistente e persistente, de que a economia dependente da actividade do Estado ou de outras entidades públicas, sejam autarquias, sejam institutos públicos, está inquinada pela corrupção. Não cuidam, essas pessoas, de apresentar as provas que conduzam a resultados. Deste modo, o investimento urgente, mas também constante, quer em organiza-

ção, quer em meios materiais e pessoais, para esclarecimento da verdade, é exigência prioritária de uma democracia em que os cidadãos respeitem tanto o sufrágio com que elegem, como os eleitos que ele escolhe.

Sem prejuízo da defesa dos direitos individuais, nessa busca incessante da verdade não poderemos ficar a meio caminho, tolhidos por tabus conceptuais que datam de outras épocas em que era bem mais fácil a defesa da Democracia, da Liberdade e da Justiça. Há também porventura que avançar na teorização e no aprofundamento doutrinários de novos métodos e procedimentos.

Ficarmo-nos pela censura política ou pela devolução das responsabilidades, serve apenas para avolumar a suspeição.

E a suspeição é o cancro das democracias.

O que fizermos para o extirpar, é continuar a cumprir Abril e abrir caminho ao projecto de futuro que encerra.

É da experiência social comum que na corrupção, no branqueamento de capitais ou no tráfico de droga, por exemplo, acaba por estar sempre em jogo a punição de poderosos. E é sabido que eles utilizam em benefício da sua impunidade um sistema processual de excessivas garantias, que acaba por deixar sem protecção o direito violado.

Como é também da mesma experiência, que quando o cidadão comum litiga com os poderosos para obter uma indemnização pelo interesse ofendido, ou para fazer cumprir um contrato quebrado, ou então para prevenir um dano eminente, de novo o sistema de garantias excessivas, agora no domínio do processo civil, permite que a resolução do litígio se prolongue por anos a fio e quando vem, já de pouco ou nada sirva.

Interrogo-me se esta incapacidade do sistema de Justiça para decidir de forma pronta, eficaz e equitativa, não exige uma inter-

venção do legislador mais restritiva, de que cito, a título de exemplos porventura muito significativos, o adiamento de actos, sobretudo das audiências de julgamento, e os recursos.

Será, na verdade, admissível que uma audiência de julgamento, quer em processo civil, quer em processo penal, seja adiada três e quatro vezes, ou mesmo mais, contra a letra e o espírito da lei em vigor? Se tantas audiências se prolongam por várias sessões, por que se não há-de iniciar de imediato um julgamento em que faltam alguns intervenientes processuais e prosseguir, noutra dia, com a presença dos faltosos?

E por que não impor esta solução por via legislativa?

Será por outro lado admissível que se mantenha um sistema de recursos, tantas vezes de duplo grau, quando não triplo, em que no limite, só quase os despachos de mero expediente é que não são sindicáveis pelas instâncias superiores?

E por que razão não poderão os tribunais, de um modo generalizado, recusar liminarmente os recursos cuja falta de fundamento seja desde logo manifesta, como acontece em muitos países e em tribunais de grande prestígio, de modo a que se firme, nos costumes e na consciência cívica, a ideia de que os recursos servem para reapreciar decisões, não servem para ganhar tempo, nem para eternizar a resolução de questões; tão-pouco para obter, afinal, num golpe de acaso, uma decisão inesperadamente favorável?

Por outro lado, bem se entende que as posições de autor e de réu, de queixoso e de arguido, gerem, naturalmente, atitudes contrapostas, mas é imperioso que isso não seja impeditivo de actuarem com uma sã ética da responsabilidade.

Ora os poderosos, sejam pessoas, sejam empresas, dispõem sempre dos meios financeiros e técnicos necessários para aproveitar um sistema de excessivas garantias e modelar o ritmo de administração da Justiça à medida dos seus interesses.

Ao invés, o cidadão comum, cujo acesso ao direito se mantém largamente dificultado, apesar das melhorias introduzidas nos últimos anos, arrisca, pela falência de meios disponíveis, uma apreciação sumária e definitiva do seu direito, ou o ingresso directo, sem recurso, nem caução, num qualquer estabelecimento prisional. Tudo isto a reboque de uma defesa oficiosa que, muitas vezes, se manteve mera espectadora do julgamento e no final se limita a pedir — «Justiça». O 25 de Abril não se fez para que tivéssemos uma Justiça censitária.

Quando instituímos os tribunais como órgãos de soberania, quando estabelecemos magistraturas livres de interferências dos outros poderes, quando vertemos nas leis de processo todas as garantias de protecção e de defesa que a ditadura deposta sempre recusara, não era para que os criminosos de «colarinho branco» ficassem impunes, os ricos colonizassem o sistema e o cidadão comum, com um justificado anseio de justiça, se visse entregue à tentação da descrença definitiva e, por essa via, ao desnorte de formas primitivas de justiça privada.

E é por isso que se torna mais urgente a resposta ao apelo que, no ano transacto e nesta sede, dirigi aos agentes de Justiça — para que, em concertação com os Conselhos Superiores das magistraturas, se constituíssem em fórum permanente de reflexão e de debate das soluções que a crise da Justiça exige.

Sei que não é tarefa fácil, tanto pela complexidade e extensão dos problemas existentes, como pela falta de hábitos de cooperação interprofissional, sobretudo quando tal cooperação for, desejavelmente, alargada a todos os agentes sociais com ligações à actividade das instituições judiciárias.

As iniciativas recentemente tomadas pelo Senhor Ministro da Justiça são encorajadoras. Que o apelo agora renovado possa ir ao encontro delas.

Mas não se pense que o poder político, ou cada associação profissional, de per si, tem capacidade para delinear esta reforma inadiável.

Ou ela se faz com a cooperação de todos, ou o quotidiano da justiça irá corroendo os fundamentos desta democracia e nunca saberemos, nem poderemos garantir, que não haja um momento em que se tenha atingido o ponto de não retorno.

E se é verdade que a plena eficácia de qualquer reforma depende de profundas alterações culturais e da inspiração que nelas colhe, não é menos verdade que temos de actuar nas condições existentes.

Ora quando há uma exaustiva consciência dos problemas que a reforma há-de de resolver e da possibilidade de para eles encontrar soluções, pela reflexão e pelo debate dos que têm informação e experiência directa das coisas, o argumento, que é verdadeiro e de boa fé, corre o risco de servir de pretexto à manutenção de alienações corporativas que a comunidade acabaria por não perdoar.

Veja-se a questão da droga.

Em poucos anos, a toxicodependência avançou como um flagelo e atingiu todos os sectores da sociedade portuguesa. Destruíram-se famílias e criaram-se novos e cada vez mais numerosos delinquentes, que progrediam no crime para alimentar a doença. Encheram-se as prisões; e a intranquilidade viajou do litoral ao interior, avassalando todo o país. Generalizou-se a angústia e o medo. E a resposta possível foi — prevenção/repressão.

Abriu-se, então, o debate e a reflexão. Confrontaram-se ideias e experiências. E, a breve trecho, a comunidade começou a entender que prevenção e repressão, concerteza, mas que o enfrentamento da toxicodependência seria bem pobre se se limitasse ao binómio da receita clássica.

E o debate e a reflexão continuam, com propostas cada vez mais diferenciadas; com avanços, recuos e incompreensões, é certo; mas com a certeza de que, por este modo, estão abertas as vias do possível.

O mesmo se terá de passar com a Justiça.

É minha convicção, que tenho partilhado com muitos, que o excesso de garantismo está a minar o sistema; e que só pela sua recondução a limites equilibrados, se poderão reduzir algumas das disfunções existentes. Mas se isso é essencial, não é seguramente o santo e a senha que resolverá todos os problemas da morosidade processual e do descrédito que ela gera.

Basta pensar na gestão e no contributo que os seus teóricos e profissionais poderão trazer à reflexão e debate sobre a Justiça. Quando instituímos o Estado de Direito democrático, o sistema judiciário, pela sua dimensão e efectivos humanos, podia ser gerido sem a aplicação das novas metodologias de gestão. E o mesmo se passava com os processos, que entre cotas e juntadas, vistos e conclusões, chegavam normal e atempadamente ao seu termo. E por isso confiámos que, restaurada a liberdade e as suas garantias, a inércia judiciária faria o resto.

Previmos mal. E o resultado está à vista.

O *boom* processual e a magnitude de meios materiais e pessoais com que se pretende responder-lhe, exige que tenhamos a clareza de perceber que saberemos de leis, de jurisprudências e de dogmáticas, mas que não temos informação nem experiência específicas na área da gestão de sistemas organizacionais complexos, ou na instauração racionalizada de procedimentos e de rotinas produtivas.

E é por isso que não podendo qualquer reforma ser pensada e instituída sem passar pelos que a hão-de executar e viabilizar directamente, impõe-se, todavia, alargar o fórum permanente de

reflexão e de debate a que venho apelando a todas as disciplinas que tenham uma palavra a dizer sobre a complexa actividade que a aplicação da Justiça vai exigindo.

Se a crise da Justiça é uma questão de eficácia e, por via dela, de credibilidade, ela é também uma questão política essencial, porventura das mais decisivas dos últimos vinte e cinco anos.

Toda a nossa organização político-administrativa, toda a economia pública ou privada, como todas as relações estruturantes da vida social, assentam no primado do Direito e na capacidade do Estado para garantir o seu cumprimento.

Se o Estado vacila nessa missão de garantia, então é a própria coesão nacional que sai enfraquecida; e ficam abertas as vias para uma indesejável tensão entre o arbítrio e o Direito, aí onde só o império da lei pode garantir a liberdade de todos, a justiça das relações sociais e o pleno exercício da cidadania.

Mas se o Estado vacila, ele que existe pelos cidadãos e para os cidadãos, de quem a responsabilidade? A quem poderão ser pedidas contas pela situação da Justiça? E delineadas as reformas necessárias, quem controla a sua bondade e os resultados da sua execução?

Dito de outro modo, como, por quem e perante quem, se efectiva a responsabilidade política pela administração da Justiça? Trata-se de questão tanto mais importante, quanto em democracia não há irresponsabilidade nem irresponsáveis.

E, no entanto, a repartição de funções e competências na área da Justiça, designadamente pela Assembleia da República, pelo Governo, pelos Conselhos Superiores das Magistraturas, pelos Tribunais, pela Ordem dos Advogados, pelo Conselho das Oficiais e Justiça, tudo órgãos autónomos entre si e responsáveis, apenas, por uma parte do todo, torna a questão de grande deli-

cadeza no quadro constitucional existente e impede a atribuição exclusiva ou predominante da responsabilidade a este ou àquele órgão.

Importa, por isso, que a reflexão e o debate sobre a actualidade da Justiça se debrucem também sobre tal questão.

Daí poderá surgir uma melhor compreensão da natureza de cada um dos poderes que na Justiça se manifesta, das funções que lhes competem e das formas de cooperação obrigatória que entre si terão de ser instituídas, em obediência ao inderrogável princípio constitucional da cooperação de poderes. Tudo a benefício da inadiável reforma, cujos caminhos seguros, nesta nova fase da civilização, ainda terão de ser trabalhosamente descobertos.

E a questão é séria, porque a não ser ela empreendida, acentuar-se-á, inevitavelmente, a inoperância das instituições judiciárias na regulação tanto dos litígios interindividuais, como da conflitualidade social que o desenvolvimento e as suas assimetrias sempre suscita. E a breve trecho, ampliar-se-ão sucedâneos autorreguladores, que fazem correr o risco de o Estado de Direito democrático se transformar em mera figura da retórica jurídico-constitucional.

O recurso a formas extorsionárias de cobrança de dívidas, a alteração violenta da ordem pública para sustentação de pretensões sociais, a prevenção da criminalidade pelo recurso a milícias ditas populares, não podem ser apenas motivo de censura e indignação cívica. Importam, sobretudo, como perigosos sinais de uma crise de autoridade das instituições judiciárias, e portanto do Estado de Direito democrático.

E essa autoridade é tanto mais posta em causa, quanto os limites e a ética dos poderes que integram as instituições judiciárias são aparentemente esquecidos, aqui e ali, em situações de grande visibilidade social e mediática.

É decisivo para a democracia que os poderes se respeitem entre si e que os cidadãos respeitem os poderes. E na disciplina que isso exige, todos deveremos estar atentos.

As decisões judiciais são criticáveis como quaisquer decisões de poder, que também são. Criticá-las não constitui, por isso, qualquer falta de respeito para com o poder judicial. Mas era bom que o fossem pelo seu mérito ou demérito intrínseco, e não por se tratar da decisão do tribunal A ou do tribunal B, ou pela simpatia ou antipatia que suscita quem a proferiu ou a pessoa nela visada.

Temos de ter consciência de que a inocência ou a culpa não dependem da cara nem da situação social de cada um. E que só o conhecimento de todos os factos que foram tidos em conta numa decisão, e das provas que sobre eles foram produzidas, nos coloca em posição de aquilatar do bem ou mal fundado de tal decisão. E isto se o conhecimento que tivermos da lei e dos seus critérios de interpretação for suficiente para avaliar se o direito foi bem ou mal aplicado. Este enunciado tão simples evidencia, desde logo, a ligeireza com que se têm feito julgamentos de opinião, umas vezes em detrimento dos acusados, outras em detrimento dos julgadores.

Mas se isto é assim, temos de ter consciência, também, de que a situação da Justiça só se agrava, quando se aproveitam decisões judiciais, cuja legitimidade é tantas vezes posta em causa por motivos, no mínimo, levianos, para comentários de clara confrontação retaliativa entre agentes políticos e agentes da Justiça, numa fronda que desprestigia quem nela participa e lança novas achas na fogueira do descrédito.

Comecei com Abril e com Abril quero terminar.

Tenho uma clara consciência do estado da Justiça e da preocupação que isso suscita nos meus concidadãos.

Tenho clara consciência dos pressupostos e limites da regulação da criminalidade e dos modos como está a ser contida.

Mas também tenho clara consciência de que não há medidas de política criminal tabu.

Quero referir-me ao perdão genérico de penas como uma das celebrações dos vinte e cinco anos de Abril.

No ano transacto, e nesta sede, chamei a atenção para o facto de Portugal se apresentar como o país da União Europeia com o mais elevado número de presos por habitante e a maior duração média de prisão efectiva. E de que isso não tinha qualquer correspondência nem no tipo de criminalidade existente, nem nas nossas taxas de criminalidade.

E apelei — com especial incidência no caso dos toxicodependentes, que constituem cerca de 60% da nossa população prisional — para que se aplicassem medidas alternativas à prisão tradicional, como é o caso do trabalho a favor da comunidade, o regime prisional aberto, ou medidas que combinem formas de tutela com acções terapêuticas.

Tem havido progressos neste domínio, mas há ainda um longo caminho a percorrer até que atinjamos níveis satisfatórios.

Ora o perdão genérico de penas, tal como a amnistia, têm sido communmente considerados medidas adequadas de política criminal para condicionalismos vários, sem prejuízo de poderem servir outros fins do Estado, como é o caso das amnistias no âmbito de tratados de paz, ou quando visam objectivos de pacificação social; ou ainda para festejar determinados eventos — as denominadas amnistias celebrativas.

Firmou-se a ideia, quer entre os cidadãos em geral quer na classe política em particular, de que — sem aliás se distinguirem os vários momentos —, se usou desta medida por forma excessiva e que as necessidades de contenção da criminalidade não eram compatíveis com tal abordagem.

Não recuso liminarmente o bem fundado desta ideia.

Mas como em todas as coisas, se o excesso é vício, a moderação é virtude.

Ora um perdão genérico de penas, em medida prudentemente limitada pela necessidade de contenção da criminalidade, permitiria que fossem regressando à convivência social apenas aqueles que foram condenados com sanções leves, ou que já se encontrassem muito próximos do cumprimento da pena, o que atenuaria duas das principais disfunções do nosso sistema — por um lado, a deficiência na aplicação prática de alternativas às medidas de prisão efectiva nas situações de menor gravidade criminal; por outro, deter o sistema a maior e injustificada duração média de prisão efectiva em toda a Europa Ocidental.

E é porque podem ocorrer situações deste tipo, ou outras, que o perdão genérico de penas tem uma inequívoca função de política criminal.

Pelo carácter singular de que se reveste, tal perdão em nada alteraria a medida legal das penas fixadas na lei, cujo juízo de necessidade e de reprovabilidade se manteria inalterado, nem interferiria com a liberdade soberana do julgador quanto às penas concretas que tenha aplicado e continuasse a aplicar a cada caso. Mas num quadro em que a exiguidade de meios disponíveis e a natural morosidade na introdução de novas práticas torna deficiente a utilização de meios alternativos à prisão, ou em que a estatística revela algum excesso de duração média da prisão efectiva, nada deveria impedir o legislador de, num acto com eficácia limitada como é o perdão genérico de penas, atenuar, por essa via, as apontadas disfunções. Com o que, repito, se manteria, obviamente, inalterada a lei penal geral e a eficácia preventiva e repressiva de que dispõe.

Tal perdão influenciaria, necessariamente, a administração prisional. Mas esse é um reflexo incontornável e não a sua razão de ser.

Tudo isto concorreria com a razoabilidade de se celebrar, nesta área, os vinte e cinco anos de Abril, mediante um perdão genérico e limitado de penas.

E concorreria de modo útil, mesmo em termos de contenção da criminalidade, sabido que os actos de clemência por ocasião das grandes celebrações são poderoso reforço dos sentimentos de solidariedade social e, por isso, contribuem tanto para a eficácia preventiva da lei penal, como as penas que pelo acto de clemência se perdoam ou se atenuam.

Entendi que deveria aproveitar esta oportunidade para, sobre esta matéria, deixar o meu contributo. O silêncio, porventura cómodo, seria certamente mal compreendido. As minhas palavras não são, por isso, contra ninguém, nem podem servir de arma de pressão ou de arremesso. Constituem um testemunho de cidadania, lícito como qualquer outro.

É certo que um perdão genérico e limitado de penas exige um amplo diálogo entre os legisladores, capaz de limar as diferenças e de fazer avançar entendimentos razoáveis.

Não posso deixar de estar esperançoso e optimista quanto ao resultado. Julgo que Abril o merece.

Termino com um voto de confiança — na capacidade de regenerarmos a administração da Justiça, com a exiguidade de meios disponíveis e com os atrasos culturais que herdámos, é certo, mas com a força de realizarmos a sociedade que queremos com a sociedade que temos.

Nunca é demais realçar o carácter nacional da Instituição Militar, a sua identificação com a Nação e a importância da preservação dos princípios e valores que dão sentido e continuidade à sua existência. Como também não é demais salientar que a existência das Forças Armadas está intimamente ligada à essência do próprio Estado e aos conceitos de soberania e de independência nacional.

O mundo vive uma nova era em que a afirmação dos Estados passa muito pelo papel que possam desempenhar na gestão internacional das crises e nas tarefas de cooperação, e as Forças Armadas Portuguesas estão já nessa era, com dignidade e dedicação, prestando mais um inestimável serviço a Portugal.

**POSSE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS
GENERAL GABRIEL ESPÍRITO SANTO**
Palácio Nacional da Ajuda
16 de Março de 1998

Começo por cumprimentar Vossa Excelência, Senhor General Espírito Santo, no momento em que toma posse como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Todos conhecem as suas distintas qualidades, que se exprimem numa brilhante carreira de Oficial ao serviço do Exército, das Forças Armadas e de Portugal. A sua superior competência profissional, demonstrada no exercício de funções de comando e estado-maior, bem como a sua larga experiência internacional, tornam Vossa Excelência uma escolha natural para o mais alto cargo da hierarquia militar.

Estou certo de que saberá desempenhar essas funções com elevado espírito de responsabilidade e com a cordialidade de relacionamento que é de seu timbre, pelo que lhe desejo os mais sinceros votos de sucesso no cumprimento da sua nova missão.

Não quero nesta oportunidade deixar igualmente de proferir a palavra de reconhecimento que é devida ao seu antecessor na chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas. As circunstâncias que levaram à sua substituição em nada impedem o Presidente da República de reconhecer os altos serviços prestados pelo Senhor Almirante Fuzeta da Ponte às Forças Armadas e a Portugal, entre os quais julgo dever realçar a meritória acção por ele desenvolvida no processo de reestruturação dos comandos da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

As circunstâncias que levaram à substituição do anterior Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas foram marcadas por sinais de controvérsia, que considero negativos. Como Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas fui obrigado a retirar a minha confiança política e funcional no seu antecessor perante atitudes de relacionamento com o poder político que considerei desajustadas em democracia e conflituantes com o nosso ordenamento constitucional. Nesse quadro, o próprio prestígio da instituição militar exigia uma decisão clara, que os responsáveis políticos assumiram em tempo oportuno.

Fique claro que nenhuma crise se verificou ou verifica, artificial que fosse. Na verdade, a substituição de altos comandos militares, mesmo quando determinada por motivos inesperados, nunca poderá ser tida como propiciadora de crises, sempre, em qualquer caso, incompatíveis com a vida das Forças Armadas em democracia. Insinuar ou pretender o contrário constituirá um inaceitável desvio à verdadeira natureza, aos fins e ao posicionamento, todos de grande mérito e importância, das Forças Armadas no quadro do nosso ordenamento político-constitucional. Ultrapassada essa situação conjuntural, é necessário continuar a trabalhar, com determinação, no processo de reforma e modernização das Forças Armadas, indispensável para as adequar às prioridades nacionais e às mudanças internacionais.

Esse processo de modernização, determinadamente definido e assumido pelo Governo, com o constante apoio do Presidente da República, implica, como se sabe, a consolidação de um novo quadro conceptual, o aprofundamento da reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas e o desenvolvimento coerente e sustentado da programação militar.

Em todas essas dimensões estão em jogo as decisões que irão moldar as estruturas de Defesa Nacional e das Forças Armadas

no futuro, o que continuará a exigir, da parte de todos os responsáveis, firmeza, empenho e abertura para a mudança.

A Defesa Nacional constitui uma função essencial do Estado, que deve ser, em democracia, um imperativo partilhado por todos os cidadãos. Neste sentido, a reflexão e o debate sobre os temas estratégicos e as políticas de segurança e defesa não podem ser apropriados por meios restritos, dominados por especialistas. Pelo contrário, devem ser tão alargados quanto possível.

Nesse contexto, assume particular relevância o tratamento das grandes orientações estratégicas de Portugal no domínio da segurança e da defesa nacional ao serviço dos objectivos nacionais permanentes e das prioridades assumidas na sede própria. Um debate aberto e participado é necessário para se formarem os consensos indispensáveis, que podem assegurar uma linha de continuidade e estabilidade das políticas nacionais neste domínio.

O principal desafio da reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas consiste em estabelecer um novo modelo organizacional, assente na prestação do serviço militar em regime de voluntariado. A gradual profissionalização das Forças Armadas representa uma mudança política e institucional complexa, com incidências a múltiplos níveis, desde a definição legislativa do novo modelo do serviço militar, até às acções de redimensionamento, quer do dispositivo, quer dos recursos humanos.

Como tem sido afirmado pelo Governo, um programa de redimensionamento coerente com o modelo organizacional adoptado é essencial para garantir tanto os equilíbrios orçamentais e um investimento preferencial na modernização qualitativa das Forças Armadas, como a dignificação das carreiras dos militares, indispensável para assegurar a sua crescente motivação profissional.

Quanto ao apetrechamento das Forças Armadas, que tem vindo a operar-se progressivamente, de acordo com as disponibilidades financeiras, está em curso — e é prioritária — a preparação da nova Lei de Programação. Para que a sua execução permita potenciar o sistema de forças e a capacidade das Forças Armadas, de acordo com as necessidades reais da defesa e da segurança nacional, a Lei de Programação — como é por todos admitido — deve respeitar, rigorosamente, as orientações e prioridades estabelecidas pelos instrumentos legislativos confirmados e definidos pelos órgãos constitucionalmente competentes.

Torna-se assim imperativo atender às necessidades mais prementes decorrentes da conjuntura, as quais requerem um emprego efectivo de meios, e conseguir um balanceamento ajustado das forças e meios pelas missões das Forças Armadas, ao mesmo tempo que se consolida a posição de Portugal como parte integrante de um espaço de alianças, designadamente da Organização do Tratado do Atlântico Norte, onde se materializa a solidariedade da defesa colectiva.

Finalmente, a modernização das Forças Armadas implica uma afirmação da continuidade dos seus valores essenciais ao serviço de Portugal, que fazem a sua grandeza e as definem como instituição nacional.

O prestígio das Forças Armadas decorre tanto do seu passado, que se confunde com a nossa história, como da forma como se integram na Nação e cumprem as suas missões, quer em acções internacionais, essenciais para assegurar a projecção externa do Estado, quer em tarefas internas de interesse público.

A prioridade atribuída à reforma das Forças Armadas é inseparável da afirmação do seu valor nacional. Pela minha parte, como Comandante Supremo das Forças Armadas, continuarei empenhado em defender o prestígio e a dignidade da instituição militar no quadro democrático português.

Os desafios são grandes e as tarefas a desenvolver complexas e de grande alcance nacional. Estou certo, Senhor General, que saberá encontrar as respostas mais adequadas para os levar a bom termo e cumprir as missões que lhe estão confiadas.

Reitero-lhe as minhas sinceras felicitações e quero que saiba que poderá continuar a contar com o meu apoio institucional e pessoal no desempenho das suas novas funções.

POSSE DOS CHEFES
DO ESTADO-MAIOR DA FORÇA AÉREA
E DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
GENERAL MANUEL JOSÉ ALVARENGA
GENERAL ANTÓNIO MARTINS BARRENTO
Palácio Nacional da Ajuda
19 de Março de 1998

Começo por cumprimentar Vossas Excelências, Senhor General Alvarenga e Senhor General Barrento, no momento em que tomam posse dos altos cargos de Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e de Chefe do Estado-Maior do Exército.

Senhor General Alvarenga,

Vossa Excelência é um Oficial altamente prestigiado e detentor de uma notável e invulgar folha de serviços, prestados à Força Aérea e a Portugal.

Conhecemos os seus atributos de militar ilustre e distinto, o seu espírito de abertura e isenção, e a determinação com que encara e exerce as missões que lhe são confiadas.

A forma eficiente e dignificante como soube desempenhar, nomeadamente, as recentes funções de Representante Militar Nacional no Quartel-General da Organização do Tratado do Atlântico Norte, sempre pautada na óptica dos superiores interesses nacionais, fazem prova dos elevados méritos que lhe são unanimemente reconhecidos e atestam que Vossa Excelência é um Oficial particularmente apto para o exercício do alto cargo de chefia da Força Aérea Portuguesa.

Apresento-lhe, pois, Senhor General, as minhas sinceras felicitações e desejo-lhe o maior êxito no cumprimento da sua nova missão.

Senhor General Barrento,

Sei que Vossa Excelência é um Oficial com provas dadas, altamente conceituado e considerado no seio da Instituição Militar,

e de reconhecidas qualidades intelectuais e profissionais reveladas ao longo de uma brilhante carreira ao serviço do Exército e do País.

A elevada experiência que possui, alicerçada no exercício de uma vasta plêiade de funções, de âmbito nacional e internacional, e o profundo conhecimento que tem das realidades do seu Ramo e das doutrinas estratégicas e militares contemporâneas, creditam-no para o desempenho da alta função em que foi investido. Estou certo que desempenhará essas funções com o espírito de missão e o saber que são seu apanágio, pelo que lhe desejo os mais sinceros votos de sucesso no cumprimento da sua missão. Na qualidade de Chefe de Estado e de Comandante Supremo das Forças Armadas tenho-me sempre empenhado na defesa do prestígio e dignificação das Forças Armadas que considero essenciais para a coesão e unidade do Estado e para a afirmação da identidade portuguesa.

Nunca é demais realçar o carácter nacional da Instituição Militar, a sua identificação com a Nação e a importância da preservação dos princípios e valores que dão sentido e continuidade à sua existência. Como também não é demais salientar que a existência das Forças Armadas está intimamente ligada à essência do próprio Estado e aos conceitos de soberania e de independência nacional. O mundo vive uma nova era em que a afirmação dos Estados passa muito pelo papel que possam desempenhar na gestão internacional das crises e nas tarefas de cooperação, e as Forças Armadas Portuguesas estão já nessa era, com dignidade e dedicação, prestando mais um inestimável serviço a Portugal.

A contribuição das Forças Armadas em tão importantes missões afigura-se como insubstituível e, por isso, sempre me tenho pronunciado em favor da sua modernização e reequipamento, sem prejuízo do seu igualmente necessário redimensionamento.

É uma tarefa essencial que temos perante nós, poder político, chefias militares e militares em geral, complexa mas ao mesmo tempo motivadora, que desafia as nossas capacidades, mas que enfrentaremos em conjunto com determinação e com o sentido de subordinação permanente aos superiores interesses do Estado. Privilegiando uma estreita cooperação institucional entre os órgãos de soberania e a instituição militar, trata-se de encontrar as soluções que melhor sirvam a prontidão e a eficiência das Forças Armadas, e que no fundo potenciem a sua capacidade global para o cumprimento das nobres e exigentes missões que lhes incumbem.

Na prossecução deste objectivo nacional, todos contamos com a capacidade e a superior competência de Vossas Excelências, Senhores Generais, não só para dar continuidade às reformas e modernização dos Ramos que agora passam a chefiar, como também para procurar as melhores opções que permitam preparar as Forças Armadas do próximo século.

Reitero-lhes, Senhores Generais, as minhas sinceras felicitações e quero que saibam que, no desempenho das vossas funções, poderão sempre contar com o meu apoio institucional e pessoal.

Não quero porém terminar sem deixar uma palavra de louvor e apreço que é devida aos vossos ilustres antecessores.

Ao Senhor General Aleixo Corbal, oficial de grande craveira e determinado na defesa dos interesses superiores da Força Aérea, com o qual sempre manteve relações de grande cordialidade pessoal e de estreita colaboração institucional. E ao Senhor General Espírito Santo, que recentemente foi investido na mais alta função de chefia das Forças Armadas.

A ambos desejo, nesta ocasião, expressar o reconhecimento que lhes é devido pelos elevados serviços prestados aos Ramos que superiormente chefiaram, às Forças Armadas e ao País.

Não tenho dúvidas que o combate às assimetrias e dualismos na sociedade portuguesa é um combate absolutamente crucial.

Tem que ser perspectivado nacionalmente, porque sem equidade territorial a coesão nacional sai ferida de morte.

Não pode ser realizado de forma avulsa, respondendo às capacidades de reivindicação episodicamente afirmadas, deste ou daquele território, porque dessa forma se poderão cometer nova injustiças. Terá ainda que atender às especificidades de cada uma das áreas, com o seu tecido social próprio, as suas raízes e as suas competências criadas ao longo da história.

SESSÃO SOLENE DE BOAS-VINDAS
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DA MADEIRA
Funchal
21 de Março de 1998

*A*gradeço sentidamente, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, a recepção que me foi prestada e as palavras de calorosas boas vindas que Vossa Excelência me dirigiu. Permita-me, Senhor Presidente, que deposite nas suas mãos e na de todos os senhores deputados que representam a população da Madeira e do Porto Santo, o testemunho da minha alegria e prazer pela detalhada visita que nos próximos dias vou ter a oportunidade de fazer a esta Região Autónoma. Entendo-a e peço-vos a todos que a entendam, não como um momento excepcional de interesse do Presidente da República pela Madeira, mas como uma ocasião de consolidação do interesse constante que dedico à evolução desta Região e uma oportunidade vibrante de contactar e ouvir a sua população. Outra poderia ser, sem dúvida, a forma de expressar o meu empenho em acompanhar o desenvolvimento da Madeira. Mas, o carácter oficial, a dimensão e solenidade que quis conferir a esta visita são intencionais. Quero que este meu gesto fique como o testemunho formal do significado nacional que o Presidente da República atribui à importantíssima realidade das Autonomias Regionais. O 25 de Abril, ao implantar o regime democrático, criou condições para consagrar na Constituição da República um Estado unitário regional, permitindo, assim, que os Arquipélagos dos Açores e da Madeira encontrassem na forma de governo autónomo as condições para o seu desenvolvimento.

Os resultados estão à vista. Quem, como eu, sempre se reconheceu na solução autonómica congratula-se redobradamente com os resultados alcançados.

A Autonomia Regional, consagrada na Constituição de 1976, foi condição imprescindível de coesão nacional. Outro Estatuto que não o da autonomia política, em territórios com descontinuidade geográfica com o Continente, teria sido um factor de gravíssimas tensões, que essas sim, minariam a coesão nacional e, no limite, a unidade do Estado.

Creio ser possível dizer que o orgulho de ser português que por todo lado sempre encontrei, quer nos Açores quer na Madeira, se consolidou com a existência de órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

É importante olhar serenamente para a história e para o futuro. É útil procurar ultrapassar o tumulto das circunstâncias, que tantas vezes nos fazem tomar o acessório pelo essencial.

Não é vantajoso confundir as vicissitudes do processo de consolidação das Autonomias Regionais com o seu valor intrínseco e com a sua importância para o futuro de Portugal. Não serei eu a iludir as tensões que, aqui e ali, por vezes desnecessariamente, pontuaram o processo de evolução das Regiões Autónomas. Todavia, olhando serenamente para a história, convém lembrar que a herança política e cultural da ditadura era a de um Estado fortemente centralizador. É ao arrepio dessa tradição e entre a complexa situação político-económica que o país viveu nas décadas de 70 e 80 que o regime autonómico teve de se impor.

Afirmo, por isso, sem hesitações: na sua essência, e é isso que importa, o processo de consolidação das Autonomias regionais e a evolução do seu Estatuto é francamente positiva.

A revisão constitucional de 1997 consagra uma nova realidade política fruto de uma evolução de vinte anos. Tal com a enten-

do, a nova Constituição marca um ponto de viragem que é preciso ser plenamente entendido e interpretado por todos.

A nova Lei Fundamental introduz o princípio da subsidiariedade, como critério orientador da repartição de competências entre o Estado e as regiões Autónomas, o reconhecimento expresso do carácter ultraperiférico dos Açores e da Madeira, o alargamento do poder legislativo regional, novas soluções em matérias de finanças regionais, a consagração do referendo regional, um novo estatuto para o Ministro da República e amplia os poderes do Presidente da República, conferindo-lhe a faculdade de dirigir mensagens às Assembleia Legislativas Regionais.

São alterações de enorme alcance e significado. A distribuição de poderes e competências é hoje mais clara e mais equilibrada. Não quero com isto dizer que esta revisão marca um ponto final de chegada. Sempre fui de opinião que os processos de articulação entre poder central e poderes regionais têm de ser flexíveis e dinâmicos, permitindo acomodar gradualmente os diversos patamares de evolução dos Estados e de desenvolvimento das sociedades. É esse carácter dinâmico e só ele, que permite amortecer as tensões regionais e preservar a coesão nacional.

Nada pior do que as perspectivas imobilistas que consideram que a resistência à evolução e à mudança são o que melhor acautela o interesse de Portugal. Mas nada pior, também, do que a perspectiva daqueles que entendem que o que melhor consolida a identidade autonómica é o seu conflito permanente com o Governo da República. Quer uns, quer outros, prestam um mau serviço ao país. Reconheço, felizmente, que são cada vez menos aqueles que assim pensam. E esse é um sinal positivo.

Entendo que a fase de consolidação das autonomias está concluída e que se iniciou uma outra, onde o novo figurino constitucional deverá ser serenamente posto em prática.

Só uma perspectiva aberta, sensatamente contratualizada, permitirá que o poder central e os poderes regionais, sem perspectivas fechadas de parte a parte, aprofundem, na prática, os grandes princípios enunciados na nova Constituição. Creio que só essa perspectiva aberta permitirá desenvolver uma nova geração jurisprudencial sobre a interpretação e extensão dos poderes agora consagrados na Constituição.

Quero saudar o Senhor Ministro da República, que há poucos meses iniciou as suas funções num novo quadro constitucional que ninguém melhor do que ele, constitucionalista exímio, conhece.

Como se tem verificado, o ponderado desempenho das importantes funções que lhe estão confiadas é factor fundador de um relacionamento moderno, assente no diálogo aberto com todos, que só poderá trazer proveito à Região e à República. Os meus sinceros votos, Senhor Ministro, do maior sucesso para o exercício da suas funções.

Quero prestar, com a solenidade que esta cerimónia permite a minha homenagem ao Povo da Madeira e do Porto Santo.

Homenagem à sua tenacidade e esforço, à persistência com que lutaram para procurar ultrapassar, nos últimos vinte anos, tantas e tantas carências que marcavam a vida destas terras à data do 25 de Abril. Era uma vida dura e sacrificada, com limitados horizontes de progresso que levou tantos madeirenses e porto-santenses a procurarem na emigração a esperança de um futuro melhor. Foram muitos milhares os portugueses que daqui foram forçados a partir, constituindo, na Venezuela, na África do Sul e noutras países, importantes Comunidades Portuguesas de que todos legitimamente nos devemos orgulhar.

Tive, aliás, a oportunidade e o prazer de poder contar com a presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente, a título pró-

prio, mas também em representação desta Assembleia, na viagem de Estado que fiz à República da Venezuela e em todos os contactos que durante ela tive com a Comunidade Portuguesa. Quero aproveitar esta oportunidade para vos dar testemunho da importância que para o Presidente da República teve a possibilidade de dispor da presença do mais alto representante dos Órgãos de Governo próprio da Região.

A emigração quase nunca é uma opção de quem pode livremente escolher. A emigração é uma condenação imposta por um país àqueles a quem esse país não é capaz de garantir horizontes de vida digna para si e para a sua família. Devemo-nos orgulhar do prestígio que as Comunidades Portuguesas grangearam pelo mundo fora, mas devemos igualmente prestar homenagem àqueles que pelo seu esforço e dedicação, contribuem para ultrapassar as condições adversas que forçaram tantos a partir.

Honra ao povo da Madeira que nas últimas décadas tanto fez para ultrapassar o precário estágio de desenvolvimento vigente antes do 25 de Abril.

Serei o último a ignorar que subsistem ainda desigualdades profundas, carências extremas, problemas por resolver e novos desequilíbrios, fruto, entre outras razões, de taxas elevadas de concentração urbana e da retracção do sector primário tradicional.

Quero, por isso, transmitir a Vossa Excelência, senhor Presidente do Governo Regional, a expressão do meu incentivo a todos os esforços que o governo esteja ou venha a desenvolver para ultrapassar os problemas que subsistem. Pelo empenhamento de Vossa Excelência fala uma obra de vinte anos, repetidamente sufragada pelo sufrágio popular, pela qual tenho a maior consideração e que transformou decisivamente a realidade económica e social da Madeira.

A vitalidade de um povo e a qualidade de um regime são também feitas da possibilidade de dispor de escolhas plurais e da capacidade de as interpretar, para melhor compreender as múltiplas opções que se podem oferecer ao desenvolvimento de uma sociedade. É aos partidos que cabe assegurar a pluralidade de perspectivas para o governo da Região e, nesse sentido, contribuir para a qualidade da democracia e para o desenvolvimento. Saúdo, por isso, todos os grupos parlamentares. Faço-o com a responsabilidade do Chefe de Estado que deve incentivar e assegurar condições de pluralismo e estimular a qualidade do debate político, como condição da preservação dos valores democráticos junto dos portugueses. A democracia é, também ela, um processo evolutivo que deve estar em aprofundamento constante, sob pena de o regime se transformar, aos olhos da população, numa liturgia onde não importa participar porque a escolha e a alternância não têm condições de livre exercício.

Mas saúdo-vos, também, com a saudade do ex-parlamentar que viveu anos vibrantes da sua vida no hemiciclo da Assembleia da República e que aqui vem encontrar hoje deputados do Parlamento nacional, a quem quero agradecer o interesse que manifestaram em acompanhar a minha visita.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

As minhas últimas palavras são para si. Para lhe agradecer, uma vez mais, a saudação que me dirigiu. Mas, sobretudo, para sublinhar a importância pessoal e política que a ela atribuo.

Vossa Excelência revelou, como sempre, uma fina sensibilidade humanista, onde tão bem me reconheço, ao chamar a atenção para o facto de que o que importa, mais do que o valor do dinheiro e da meritocracia, é a possibilidade de cada indivíduo se poder libertar, permita-me que o cite, «dos entraves ao direito de viver dignamente e em segurança, de ter trabalho, de poder ser feliz».

Esta deve ser efectivamente a preocupação de quem governa. Por isso, me associo ao alerta que Vossa Excelência aqui deixou expresso e que me permito sublinhar: «Não nos podemos quedar apenas na contemplação ou na interiorização dos ideais autonomistas» alheados das vulnerabilidades a que estamos expostos e que exigem um esforço permanente que assegure às novas gerações um desenvolvimento equilibrado e sustentado.

Confio no povo da Madeira e ofereço, no trabalho de assegurar esse futuro, o estímulo que possa representar o meu interesse empenhado e a proximidade que procurarei sempre ter em relação aos seus anseios, problemas e realizações.

Viva a Madeira!

Viva Portugal!

SESSÃO SOLENE DE BOAS-VINDAS
NA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL
Funchal
22 de Março de 1998

Quero saudar vivamente todos os Funchalenses, e manifestar a minha gratidão pela recepção com que Vossas Excelências me quiseram distinguir. Hoje sinto-me tão funchalense como vós. Para isso, não foram necessárias as palavras do Senhor Presidente da Câmara que sentidamente agradeço, nem as distinções que o município deliberou conferir-me e que tanto me sensibilizaram. A forma como desde o início fui recebido por todos fez-me sentir «em casa». É um prazer visitar esta bela cidade.

Mas as palavras e honras com que Vossa Excelência me quis distinguir têm um significado claro. Elas representam a importância que os funchalenses atribuem à proximidade entre o Chefe do Estado e as populações que as Câmaras representam ao nível local. Essa é igualmente uma preocupação minha.

Procurarei estar sempre perto das populações, compreender-lhes os anseios e conhecer as necessidades, partilhar, com elas as alegrias e as Festas que secularmente marcam a sua identidade cultural.

Quero incentivar uma permanente comunicação e interação entre os vários níveis da decisão política, e entre estes e a sociedade, na sua diversidade de grupos e de anseios.

É que a democracia não é apenas um conjunto de procedimentos: é uma corrente que deve permanentemente passar entre representantes e representados, entre instituições e comunidades, entre interesses e órgãos de decisão.

A autonomia do poder local, tornada possível pelo 25 de Abril, tornou-se ela própria elemento vital da democracia.

Este modelo surgiu em clara oposição ao centralismo histórico do Estado, que a ditadura tinha agravado. A experiência destes vinte anos forjou, em confronto com o passado, um amplo consenso sobre as virtualidades do modelo de administração descentralizada.

O insucesso de muitas das fórmulas adoptadas para a correcção de assimetrias do desenvolvimento resultou, aliás, de se ter partido do pressuposto de que o desenvolvimento podia ser concretizado através da imposição, pelos órgãos da Administração Central, de planos e investimentos, sem qualquer participação efectiva das populações interessadas.

Foi o que se verificou precisamente no nosso País.

Acredito que o reforço e o aperfeiçoamento da via descentralizadora fará mais pela harmonização e pela solidariedade do que o centralismo.

Tenho afirmado a convicção de que um sistema administrativamente descentralizado é um sistema politicamente mais justo e administrativamente mais eficaz. É importante que essa evolução do Estado prossiga com o gradualismo e consenso que as reformas profundas por vezes requerem.

O poder local tem um impacto na vida política que não pode ser menosprezado. Além da proximidade, o sistema local apela à participação das populações e nesse aspecto não pode deixar de constituir um factor de revigoração da cidadania.

A autonomia local, regida pelos procedimentos da democracia legitimados pelo voto, permite a formação de uma opinião pública mais esclarecida e credibiliza os interlocutores locais no processo de composição de interesses entre o Estado e as comunidades.

É importante que os cidadãos participem, cada vez mais, na vida das comunidades. O trabalho autárquico, que deve desenvolver-se com total autonomia em relação a outros poderes, é uma forma nobilíssima e necessária de participação do cidadão na vida política.

Os órgãos eleitos locais não podem ficar indiferentes ou à margem dos grandes desafios civilizacionais com que estamos confrontados.

O desenvolvimento não se resume à componente do crescimento, tem que ser visto numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O combate ao desenvolvimento desigual do território é provavelmente tão antigo como o próprio processo de unificação territorial. As sucessivas gerações de portugueses que se empenharam na construção da unidade de uma pátria, feita de diversidades culturais e de distintas expressões regionais, estavam também a procurar garantir, todas elas, uma maior igualdade de oportunidades.

A coesão nacional é o resultado de um combate pela composição de interesses e projectos e é também o resultado de um combate contra a discriminação e a exclusão de grupos e sectores. Um combate trava-se em simultâneo com o outro. O êxito de um depende do êxito do outro.

O combate pelo desenvolvimento exige convicção e generosidade, e exige também inteligência e coragem. Sei que na Madeira há ainda muitos problemas a resolver. Eles não podem ser nem ocultados nem desvalorizados.

Certamente que não me conformo com dualismos instalados na sociedade. Entendo que a unidade nacional exige coesão social, medidas que contrariem as assimetrias, neste caso dentro do próprio território da ilha onde nos encontramos.

Recuso-me, porém, a aceitar as dificuldades como uma fatalidade intransponível. Acredito que os problemas podem mobilizar o que os portugueses têm de melhor. É preciso aceitar com coragem os desafios, arredar querelas estéreis e mobilizar a própria sociedade para participar na procura de solução para os problemas.

É quando a sociedade está mobilizada que melhor se asseguram as oportunidades de combate às desigualdades sociais e melhor se reforça o exercício da cidadania. Por isso estou e estarei com todos os que lutam, generosa e inteligentemente, pelo desenvolvimento integrado e solidário desta terra.

Os eleitos locais têm, em Portugal, um forte protagonismo. Devem pô-lo ao serviço não apenas do diagnóstico dos problemas das populações, mas também no alerta para a necessidade de serem concebidos e postos em prática planos regional e sectorialmente integrados.

Mas o combate à desigualdade de oportunidades e às assimetrias de desenvolvimento travado pelos eleitos locais exige a nível nacional uma reforma dos instrumentos postos ao seu dispor. As competências e responsabilidades dos autarcas nesse combate não se compadecem com a persistência de um enquadramento excessivamente burocratizante, pesado, moroso, arcaico. O país tem de andar depressa para vencer a tempo os desafios que tem diante de si. A burocracia nunca foi um aliado do desenvolvimento. Estamos no limiar duma nova era. Esta não é apenas uma afirmação retórica ou de circunstância. A vontade de transformação e mudança está presente na sociedade portuguesa. Precisamos de rejuvenescer, não apenas o tecido social, repor a todo o momento a igualdade de oportunidades e a equidade. Assegurar uma efectiva liberdade de escolha. Confiar nas nossas competências e aperfeiçoá-las. Fortalecer a nossa ousadia.

Quero prestar homenagem aos funchalenses que, em condições por vezes bem duras, partilharam a construção do futuro colectivo e ajudaram a cimentar uma consciência de pertença a um todo nacional que reanima a esperança nesse futuro. Esta bela cidade ostenta com legítimo orgulho um património construído de grande valor, é bem o símbolo da capacidade de realização dos funchalenses, da sua preocupação em valorizar a herança do passado, em criar novos recursos, em animar o meio circundante e de recuperar das desvantagens da distância.

Permito-me sublinhar, a importância do trabalho feito pela Câmara na recuperação do centro histórico que em breve iremos visitar, temática que como Vossa Excelência tão bem sabe, me é particularmente grata. Faço votos para que esse trabalho continue e que a autarquia consiga reunir as condições necessárias para recuperar o importante núcleo S. Pedro/S.^{ta} Clara.

Senhor Presidente da Câmara,

Peço-lhe, na sua qualidade de Presidente da Associação de Municípios da Madeira que transmita a todos os Senhores Presidentes da Câmara a consideração e o respeito que o Presidente da República tem pelo trabalho autárquico que desempenham. Sei que todos gostariam de me ter recebido, como Vossa Excelência o fez, em sessão solene nos Paços do Conselho. Creio que todos compreendem que isso não seria possível no quadro desta visita com o intenso programa que já comporta.

Mas peço-lhe que seja formalmente portador de uma mensagem do Presidente da República a todos os autarcas da Associação de Municípios da Madeira. É que esta não é a visita do meu mandato à Madeira. Esta é uma das muitas visitas que conto fazer. Nunca me cansarei de percorrer Portugal de uma ponta à outra, contactando de perto as suas populações.

Sinto que essa é talvez uma das minhas mais importantes funções: estar perto das pessoas, contribuir para a coesão nacional, incentivá-las a assegurar o futuro de Portugal. Nunca me cansarei de o fazer.

Viva o Funchal!

JANTAR OFERECIDO

PELO MINISTRO DA REPÚBLICA PARA A MADEIRA

Palácio de São Lourenço — Funchal

23 de Março de 1998

O edifício onde nos encontramos representa um marco e uma marca na história da Madeira. Nesta fortaleza, nestes salões, sente-se o passado e sobre nós pesa a carga de todos os sentidos que a História atribuiu à função que este edifício desempenhou face a Portugal e face à Madeira.

Por exercício intelectual podemos inventariar o percurso da construção do imaginário popular sobre a Fortaleza de São Lourenço, e até as utilizações políticas que desse imaginário foram feitas. Mas a função de quem tem responsabilidades políticas não é essa. A nós cumpre-nos deixar a marca do nosso tempo, construir o Futuro e não reconstruir o passado.

Creio, Senhor Ministro, que nas suas mãos repousa a redacção do novo imaginário popular sobre o Palácio de São Lourenço, sede da representação da República na Região. A sua responsabilidade é invejável. Dispor da possibilidade de deixar uma marca na História, contribuindo para a coesão nacional, é privilégio de poucos.

Cabe a Vossa Excelência dar conteúdo a uma visão moderna do relacionamento com a Região, porque outro tem de ser o olhar da República sobre as Regiões Autónomas.

Só uma prática de diálogo, de cooperação construtiva e de ponderado rigor assegurará o interesse da Região e de Portugal.

Este é o tempo para construir uma nova página das relações entre Governo e Autonomias. Congratulo-me com o facto de serem já

evidentes os sinais desse novo relacionamento. Quer o Governo da República, quer os governos das Regiões Autónomas precisam de reunir todos os esforços e meios possíveis para garantir o desenvolvimento do país.

A Vossas Excelências, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa e Senhor Presidente do Governo Regional cabe idêntica responsabilidade. A história que ficará como História e não como episódio precisa do vosso contributo. Este é também o momento de um novo relacionamento da Região com a República.

A Madeira tem diante de si sérios desafios, nomeadamente no capítulo da sustentabilidade dos actuais patamares de desenvolvimento económico e na erradicação das carências sociais que ainda subsistem.

Esta página da História tem de ser escrita. É em nome dela que me encontro em visita oficial à Madeira. Este edifício passará então de símbolo do passado a monumento do regime que em nome da Liberdade e da Democracia consagrou as Autonomias Regionais para que elas sejam também um espaço de Liberdade e de Democracia.

Brindo, a Vossas Excelências e ao vosso compromisso com a História.

Viva Portugal.

REUNIÃO DO SENADO
DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA
Funchal
24 de Março de 1998

É com muito prazer que me encontro no Senado desta Universidade que dentro de poucos meses completará dez anos de existência. Com a minha presença, pretendo manifestar o apreço que tenho por esta instituição e pela acção que tem realizado em prol do desenvolvimento científico na Região Autónoma da Madeira.

O ensino superior tem um papel decisivo na democratização da sociedade, no desenvolvimento económico e na valorização da identidade cultural.

Ao contribuir para o reforço da autonomia regional, esta Universidade consolida-se ela própria no espaço do ensino e da ciência, reconhece-se como parte de um espaço regional, comprometendo-se no seu desenvolvimento. A sua importância é, por isso, acrescida. A criação em 1988 da Universidade da Madeira faz parte do processo de democratização do ensino superior que teve lugar nas últimas décadas. Muito se fez já no sentido de uma maior abertura social no acesso ao ensino superior, de uma redução das desigualdades regionais ou de uma presença mais significativa das mulheres no espaço universitário. São movimentos que é preciso continuar, tomando medidas que tenham em atenção a mudança do perfil sócio-económico dos estudantes.

A Acção Social Escolar é, a todos os títulos, uma área particularmente importante para a criação de condições para que todos os jovens possam frequentar o ensino superior.

Apesar das transformações recentes, Portugal possui ainda taxas relativamente baixas de escolarização no ensino superior e continua, portanto a ter um défice de qualificação académica da população trabalhadora. Importa, por isso, prolongar um esforço nacional de investimento e de expansão deste sector. O esforço do Estado nesta área tem de continuar. Mas a par deste problema, subsiste a questão de saber se as formações oferecidas pela Universidade correspondem às necessidades económicas e sociais do país. Este é um debate mais difícil, mas que não pode ser evitado.

Há sinais preocupantes sobre a forma como tem evoluído a relação entre as instituições públicas e privadas. Há situações difíceis na definição das redes do ensino politécnico e do ensino universitário. Há uma pulverização de cursos (cerca de 2000), o que acarreta problemas complicados aos estudantes e aos empregadores. Há aspectos graves no exercício da docência universitária, nomeadamente no que diz respeito à acumulação de funções em várias instituições.

Algumas destas evoluções têm facilitado uma expansão da rede do ensino superior sem critérios claros e pertinentes. E têm contribuído para uma menor identidade de muitas instituições, nomeadamente por via de uma diluição dos compromissos académicos dos seus docentes.

A Universidade não é, apenas, um lugar onde se dão e onde se recebem aulas. É uma comunidade de trabalho e de pensamento. Conheço e aprecio os esforços que têm sido feitos pelo Governo e pelas Universidades. Mas não posso deixar de vos confessar a minha preocupação e de convidar este Senado, tal como já o fiz noutras Universidades, a uma reflexão de fundo sobre o sentido do trabalho universitário.

Como é que hoje, ultrapassadas as perspectivas de perfis de formação demasiado especializados, se assegura uma formação glo-

bal, de alto nível cultural e científico, aos jovens que frequentam a Universidade?

Como é que se podem abrir as portas do ensino superior, de modo a dar uma «segunda oportunidade» a muitos adultos, melhorando assim os níveis de escolaridade dos portugueses? Como é que se reforçam as dimensões de investigação e de produção do conhecimento, numa altura em que o quotidiano universitário está invadido por um frenesim de tarefas e de actividades? Como é que se reforçam as lógicas de estudo individual, de partilha do saber, de acesso à informação e de acompanhamento pedagógico, de forma a dar respostas adequadas às novas populações estudantis?

Como é que se harmonizam as relações entre a Universidade e o mundo do trabalho, sem cair num puro «economicismo», o que obriga a mudanças no plano universitário mas também a alterações de fundo na organização das empresas e da vida económica? Estas são apenas algumas questões, entre tantas outras que é urgente não perder de vista. O contexto desta visita, não é o momento mais propício para debater um diagnóstico exaustivo. Terei muito gosto em aqui voltar, um dia, para vos ouvir detalhadamente sobre estas questões.

Hoje o regime vigente é o da autonomia universitária. Tratou-se de uma decisão histórica, que tem permitido importantes evoluções nos últimos dez anos. Mas chegou um tempo de balanço. Quero chamar a atenção para a necessidade de consolidar práticas de avaliação das Universidades. Todos sabemos que em Portugal não há uma cultura de avaliação solidamente firmada. Tradicionalmente, o controlo era exercido de forma administrativa ou burocrática por um poder estatal centralizado.

Hoje em dia, com a autonomia universitária, é urgente criar dispositivos de avaliação e de regulação que substituam os tradi-

cionais controlos administrativos. E que criem condições para uma avaliação participada, interna e externa, das Universidades. Sob pena de o desenvolvimento da rede do ensino superior se fazer ao sabor de interesses corporativos, locais ou económicos sem qualquer relação directa com estratégias de desenvolvimento do país.

Quero, aliás, aproveitar a grata oportunidade de me encontrar neste Senado para sublinhar a importância nacional que tem atribuo ao esforço realizado por esta Universidade no domínio das Matemáticas. Esse trabalho é reconhecido no país precisamente através de um processo de avaliação. Portugal tem um grave défice neste campo científico.

Permitam-me que individualize a qualidade do trabalho aqui realizado neste domínio, sem desdouro para nenhum outro departamento. Faço-o pela dimensão que atingem as nossas carências nesta área, é como estímulo ao trabalho nacional que é necessário fazer. Este é um factor acrescido de valorização desta universidade.

Termino com uma palavra muito especial de apreço para com a Universidade da Madeira. Sei que continuarão a cumprir a vossa missão científica e cultural. Sei que continuarão a ser um esteio da autonomia e a participar no desenvolvimento desta Região. Em nome do país, quero exprimir-vos o meu reconhecimento e manifestar-vos o meu apoio e a minha solidariedade.

SESSÃO SOLENE

NA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO SANTO

Porto Santo

28 de Março de 1998

Cumpro, com esta viagem, uma das minhas mais gratas tarefas como Presidente da República: estar próximo dos portugueses, conhecer as suas realizações e os seus anseios. É com particular prazer que percorro estas Ilhas e testemunho nelas a vitalidade e o empenho com que madeirenses e porto-santenses procuram olhar de frente a realidade, tirar o maior partido das condições de que dispõem, do desenvolvimento de que já desfrutaram e procuram as energias e soluções necessárias para vencer os desafios.

É emocionante verificar a coragem com que estes povos ultrapassaram os precários níveis de vida existentes à data do 25 de Abril e se esforçaram para chegar onde chegaram.

Senhor Presidente do Governo Regional, deposito nas suas mãos a expressão do estímulo e da confiança do Presidente da República na capacidade de trabalho e de realização de todos os habitantes da Madeira e do Porto Santo.

O futuro destas Ilhas depende de uma aposta na qualidade do seu desenvolvimento económico e social. Todos são necessários para assegurar o futuro desta região Autónoma e contribuir, assim, para o desenvolvimento do todo nacional. Todos são necessários. É importante que participem, que tomem consciência de que nas suas mãos repousa não apenas o esforço do trabalho necessário, mas também a participação no debate e na reflexão sobre os caminhos a trilhar.

A todos confio a minha esperança. A todos asseguro a atenção permanente do Presidente da República ao desenvolvimento desta Região.

A população da Madeira, com o calor e ternura com que tem recebido, a mim e a Maria José, conquistou o nosso coração. Brindo à Madeira e ao Porto Santo.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
DO XI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES
Vilamoura
28 de Março de 1998

*T*iveram Vossas Excelências, Senhoras e Senhores Autarcas, a amabilidade de, uma vez mais, me convidarem para estar presente no vosso Congresso.

Não escondo que o vosso gesto me sensibiliza. Sabem como é para mim gratificante acompanhar as vossas preocupações e expectativas, conhecer as vossas realizações e o balanço da vossa actividade. Seja-me permitido que, por um momento, afinal relembre a experiência autárquica a que me dediquei durante seis anos e actualizar as novas dimensões que através dela adquiri quanto à visão da vida pública do nosso País.

Este XI Congresso da ANMP decorre das eleições autárquicas de Dezembro de 1997.

Tive já ocasião de referir a forma como os portugueses então souberam valorizar a importância das escolhas democráticas ao nível local.

Quero, hoje, felicitar todos os autarcas eleitos, tanto aqueles que viram os seus mandatos renovados com nova legitimidade, como aqueles que, pela primeira vez, estão agora a iniciar funções nas respectivas autarquias. A todos desejo o melhor sucesso no desempenho dos cargos em que foram investidos.

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses elegeu neste Congresso os seus órgãos directivos. Quero saudar de forma especial os autarcas que assumiram também estes cargos de representação e coordenação, num outro plano de responsabilidade

onde o seu sentido de serviço ao País é posto à prova. Merecem a nossa homenagem por isso, dando continuidade a um património herdado de trabalho incansável e exigente pela dignificação dos autarcas e da actividade autárquica em Portugal.

Senhoras e Senhores Autarcas,

O poder local consolidou-se em Portugal na base de um modelo que, na sua estrutura essencial, permaneceu inalterado desde a aprovação da Constituição democrática de 1976. Após mais de vinte anos de exercício do governo autárquico por órgãos democraticamente legitimados, há hoje um consenso muito alargado na sociedade portuguesa quanto às virtualidades do aprofundamento dos princípios constitucionais da autonomia local e da descentralização administrativa.

Um tal consenso, quaisquer que sejam os pontos de partida de cada um, constitui um capital que tem de aproveitar à realização das reformas que, também no domínio do municipalismo, nos são exigidas pelo tempo em que vivemos.

Este tempo é marcado por uma crescente exigência de proximidade dos cidadãos em relação àqueles a quem confiaram, pela eleição, a responsabilidade de resolver os problemas do seu bem-estar e qualidade de vida. É o tempo de uma nova ambição de participação das populações nas decisões que mais directamente as afectam, no quadro democrático.

E, também, por isso mesmo, um tempo em que se reclama aos poderes públicos que se organizem efectivamente, aos diversos níveis, de acordo com o princípio da subsidiaridade, entendido no sentido de que, «o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos», tendo em conta a natureza das tarefas a desempenhar e as exigências de eficácia e economia, conforme prescreve a Carta Europeia da Autonomia Local.

Assim o souberam interpretar os legisladores constituintes na recente revisão da Lei Fundamental, ao incluírem a subsidiaridade entre os princípios fundamentais pelos quais se deve reger, na sua organização e funcionamento, o Estado unitário que é o nosso. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Portugal tem ainda hoje uma Administração Pública das mais centralizadas da Europa. Serenamente, deve dizer-se que ninguém está isento dessa responsabilidade.

Para dar o clássico exemplo que se conhece: a delimitação de actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos é profundamente desequilibrada em prejuízo das entidades locais.

Estas continuam a debater-se com insuficiência de meios financeiros para assegurar a prossecução das atribuições e competências que lhes estão actualmente cometidas. Sobretudo nos grandes centros urbanos, as autarquias portuguesas não dispõem dos instrumentos adequados à actuação que lhes é exigida em novos domínios, como o da exclusão social, da droga e da segurança, entre outros. As perspectivas anunciadas neste Congresso pelo Governo abrem para uma nova e necessária fase nesta matéria.

A sobreposição de competências entre os diferentes níveis da administração pública, a par de uma legislação anacrónica em muitos aspectos, são fonte da multiplicação de burocracias que tanto dificultam a vida aos cidadãos e aos agentes económicos, desmobilizam vontades e geram disfunções naquilo que, todos concordarão, deveria ser um sistema transparente de responsabilização democrática dos eleitos pelos seus actos de gestão.

Este diagnóstico não é novo. Baseio-o num conhecimento directo dos problemas que afectam a administração local em Portugal.

Como Presidente da República, é bem sabido, não me compete propor o conteúdo das mudanças nem tomar partido nos debates em curso noutras sedes institucionais.

Mas certamente que me cabe, fiel aos compromissos que assumi, apontar os caminhos que julgo necessários ao reforço da coesão nacional e da solidariedade entre as regiões do País, no quadro estrito dos princípios consagrados na Constituição da República. Entendo que é meu dever auscultar as opiniões em confronto, assegurar o livre curso do debate democrático e, quando necessário, procurar contribuir para facilitar os consensos úteis à concretização de reformas que melhor sirvam os portugueses.

No que respeita directamente aos municípios, creio que o momento é de mudança, justificando-se uma palavra de optimismo quanto às perspectivas de superação, num futuro próximo, de alguns dos constrangimentos estruturais que afectam o poder local.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Este vosso Congresso realiza-se num momento em que se encontra em debate na Assembleia da República, com o contributo activo de todos os quadrantes partidários e do Governo, um conjunto de iniciativas legislativas da maior relevância. para a administração local.

Destaco as questões da transferência de novas atribuições e competências para as autarquias locais, da reforma das finanças locais e da lei de bases do ordenamento do território, para além de outras matérias.

Acompanho com o maior interesse e atenção esses debates. Verifico que, apesar das vicissitudes do percurso passado, existe a vontade política necessária para que essas reformas se concretizem a curto prazo, na base de consensos desejavelmente alargados.

O sentido das mudanças preconizadas — que, nas suas linhas essenciais, acompanha muitas das preocupações justamente manifestadas ao longo dos últimos anos pela Associação Nacional dos Municípios — permitirá ao País dispor de uma administração local melhor preparada, na entrada do novo milénio, para a prossecução dos interesses das populações que representam; isto é, uma administração local modernizada no âmbito dos seus poderes e da sua autonomia administrativa e financeira.

Haverá, por outro lado, um novo quadro para a implementação das políticas de ordenamento do território, na base de um sistema coerente de instrumentos de planeamento, de iniciativa central, regional e local. Neste domínio, o desafio que se nos coloca é agora o da qualificação do desenvolvimento, defendendo o património natural e edificado, promovendo o ambiente urbano e salvaguardando as condições de vivência face aos fenómenos demográficos e ao aumento da pressão construtiva em diversas regiões do nosso País.

Julgo no entanto oportuno apresentar aqui, no vosso Congresso, três reflexões e outras tantas preocupações.

Quanto à primeira: encontra-se igualmente em apreciação em sede parlamentar um conjunto de iniciativas tendentes à criação de novos municípios, na sequência da eliminação do impedimento legal que até há pouco vigorou.

O tema, que não é novo, suscita aqui e ali acesas controvérsias e algumas abordagens mais apaixonadas, naturais sempre que se pretende mexer com a divisão administrativa do território e, conseqüentemente, com a identidade física das comunidades locais.

Nesta matéria, como se costuma dizer, «cada caso é um caso», com as suas especificidades, raízes históricas e aspirações próprias, fundadas ou não. Os órgãos competentes não deixarão, natural-

mente, de apreciar criteriosamente cada uma das pretensões agora manifestadas à luz dos critérios objectivos fixados na lei em vigor.

As dinâmicas económicas e demográficas alteraram substancialmente o País nas últimas décadas. É compreensível que se mobilizem as expectativas de autonomia, sobretudo onde se alteraram as realidades urbanas, que hoje comandam a estruturação do território.

Sou sensível à manifestação dos legítimos anseios locais mas julgo, contudo, que haveria vantagem, também aqui, em procurar garantir as condições para um debate desapaixonado do processo agora aberto, que não prescindia de uma ponderação global das implicações do tema.

Temo que a questão geográfica ande à frente da questão institucional, e que em vez de aperfeiçoarmos o sistema de atribuições e competências de municípios e freguesias, cedamos a um impulso de atomização do sistema municipal.

Haverá que evitar os riscos de degradação da sustentabilidade dos municípios portugueses, a que uma excessiva fragmentação da sua dimensão territorial poderá conduzir.

A densidade demográfica média dos nossos municípios é reduzida, quando comparada com a de outros países europeus, mesmo daqueles que já dispõem de níveis intermédios de administração, dotados de poderes significativos, à escala regional.

Creio serem estas preocupações elementares a ter em conta, que desaconselham um tratamento casuístico da questão.

Queria referir-me, em segundo lugar, à necessidade de aprofundar as modalidades de articulação entre os municípios, bem como entre as freguesias, com vista a uma mais adequada rentabilização dos recursos disponíveis e até a uma mais eficaz e harmoniosa intervenção no território.

Tem a Associação dos Municípios Portugueses reconhecido a necessidade de uma escala supramunicipal e pugnado por um novo cenário de descentralização administrativa.

Gostaria também de vos propor um balanço e uma reflexão prospectiva das experiências das associações intermunicipais e das áreas metropolitanas.

Creio que todas as experiências de coordenação, de economia de escala, todos os contributos para limitar alguns dos egoísmos que por vezes nos assaltam, todas as medidas que obstem à sobreposição de competências deverão ser prosseguidas e ampliadas. Do mesmo modo, tarda a aprovação de uma lei-quadro com vista à criação de associações de freguesias.

Há que pensar igualmente em novos modelos de governo local, de articulação de políticas e de recursos para os municípios mais populosos e interdependentes, como os municípios metropolitanos.

Acredito que a melhoria de relacionamento entre as autarquias beneficiaria a articulação de políticas sectoriais e regionais, mas pergunto: disporão os municípios em condições de aprofundar modelos institucionais de natureza intermunicipal que assegurem sistemas eficazes de saneamento, transporte, protecção ambiental, educação, cultura, solidariedade social ou emprego, em áreas de maior densidade urbana?

A perspectiva de novas transferências de competências e de meios correspondentes para os municípios certamente sublinha a actualidade deste preocupação. Existe um largo consenso político favorável a uma crescente participação das autarquias na despesa pública. Esse incremento terá de ser acompanhado igualmente de inovações no modelo de organização das autarquias que permita maior rapidez de decisão. Implicará também que os municípios apostem ainda mais na qualidade dos serviços e da gestão

dos equipamentos e no desenvolvimento de políticas de promoção económica e social das populações.

Nesse sentido, há que questionar igualmente — e creio que neste ponto o contributo da Associação Nacional de Municípios é essencial — o modelo uniforme de governo municipal. A presente igualdade teórica de responsabilidades, consagrada na lei em termos rígidos, esconde profundas desigualdades na prática.

Sei que o poder local está pronto a aceitar novas responsabilidades e projectar novos contributos para o desenvolvimento, numa perspectiva integrada.

Nos grandes desafios com que nos defrontamos a este nível — humanizar o território e a cidade, qualificar o espaço, os equipamentos e o meio ambiente — as autarquias detêm um capital de experiência que não pode deixar de ser valorizado.

É tempo, por isso, de apostar cada vez mais em novas fórmulas de actuação que potenciem a promoção do tecido económico e social das diversas regiões do País, a fixação e formação das respectivas populações e a projecção das suas identidades culturais, no quadro nacional.

Finalmente, uma terceira ordem de considerações, que tem em conta o facto de Portugal entrar, no limiar do novo milénio, numa nova e mais exigente etapa da sua integração europeia, com a concretização da última fase da união económica e monetária, e a redefinição das políticas de coesão e de desenvolvimento regional no quadro da Europa.

A generalidade dos nossos parceiros europeus alcançou o seu desenvolvimento, com níveis elevados de bem-estar e qualidade de vida das suas populações, com base em modelos de organização administrativa que, assentando numa descentralização de poderes para as entidades locais, pressupõem, como referi, uma

participação das autarquias na realização de investimentos públicos em níveis muito superiores aos nossos.

É bem tempo, pois, de Portugal caminhar nesse sentido. Devemos fazê-lo, como disse, preservando uma administração central do Estado forte e sobretudo mais eficaz nas suas tarefas indelegáveis. E é essencial que sejam assegurados sempre os mecanismos necessários para que a evolução se faça em benefício da coesão nacional e da correcção das assimetrias regionais, e nunca o seu contrário.

A par do reforço da descentralização e da modernização da administração local, afigura-se da maior importância que seja reequacionada a organização dos serviços periféricos do Estado. Temos aí, permita-se-me que o diga, um largo campo de irracionalidade e ineficiência administrativa, que foi sendo acumulado ao longo dos anos por razões históricas as mais diversas. Importa corrigir esse estado de coisas, de forma naturalmente ponderada e adequada a evitar rupturas na máquina da Administração Pública portuguesa.

Senhoras e Senhores autarcas,

O sistema autárquico local tem ainda um caminho exigente a percorrer. Exigente em coerência e em rigor, isto é, em articulação de novas competências e recursos e em qualidade de organização e gestão.

Em larga medida este caminho depende dos instrumentos legislativos e financeiros que forem criados e postos à disposição das autarquias. Mas também depende do empenhamento, da capacidade, da ousadia, do espírito de diálogo dos autarcas.

Estou convencido de que temos hoje no horizonte uma nova etapa da história do municipalismo.

Adquiridos que estão os contributos das autarquias para a consolidação da democracia e para a melhoria das condições de vida

das populações, os municípios serão chamados a colaborar numa reforma do Estado que o torne mais apto a responder aos desafios do desenvolvimento de Portugal no contexto europeu.

Se essa reforma, contra o imobilismo, não pode ser feita sem a decisão e o acompanhamento dos órgãos de soberania, é também certo que não pode prescindir do impulso vindo de baixo, do movimento animado pelos municípios portugueses.

Para isso os portugueses confiaram e confiam em Vossas Excelências.

CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO
DA PONTE VASCO DA GAMA

Lisboa

29 de Março de 1998

*A*ssinalamos solenemente a abertura de uma nova ponte sobre o Tejo, com legítima satisfação e com fundada expectativa.

É certamente obra de uma geração, onde se revêem capacidades de concepção e de execução de elevadíssimo nível, expressas nos indicadores referenciados nas intervenções precedentes.

A envergadura deste projecto mede-se em primeiro lugar pela múltipla proveniência dos que nele participaram, técnicos e trabalhadores, a cujo reconhecimento me associo, homenageando todos os que nele perderam a vida.

Os efeitos que produzirá na rede de comunicações nacional e internacional, ultrapassam uma cidade, uma região, o próprio país. Aproxima-nos ainda mais dos outros povos, sobretudo dos nossos parceiros europeus.

Trata-se, aliás, de um grande projecto de sentido europeu, de que, também por esse facto, nos devemos orgulhar. Responderam adequada e confiadamente as instâncias comunitárias ao apelo que o Governo da República lhes endereçou, em nome da coesão e da solidariedade europeias.

O entendimento que temos da integração europeia, como um processo de correcção de assimetrias de desenvolvimento e de harmonização dos espaços sociais, saiu deste modo justificado e reforçado. Nos últimos trinta anos ocorreram transformações profundas na paisagem económica e social, quer a norte quer a sul do Tejo,

mudaram as direcções e os fluxos de pessoas e de bens em ambas as margens. Uma nova ponte tornou-se indispensável.

Este é, pois, o momento para envolver no reconhecimento tanto aqueles que tomaram a decisão, e deram os primeiros passos, como aqueles que prosseguiram os trabalhos e os concluíram nos prazos fixados. O Poder Político e a Administração Pública portugueses saem prestigiados com essa continuidade assegurada. Este projecto tem implicações profundas sobre o território e sobre o desenvolvimento.

Existem garantias sólidas de que muitos dos aspectos eventualmente negativos da intervenção foram acautelados, incluindo o domínio ambiental. Até onde vai a capacidade de previsão científica e técnica, muitos dos impactes da nova ponte foram equacionados. Continuaremos a olhar e a prevenir outros efeitos desta estrutura no tecido urbanístico e social. Dispomos de uma experiência analisada, de uma capacidade técnica adquirida e um saber acumulado. Os responsáveis políticos nacionais e locais estão sensibilizados para os problemas a enfrentar.

A nova ponte representa uma oportunidade excepcional de desenvolvimento, de aumentar de forma sustentada a qualidade da vida e do ambiente, e não apenas uma possibilidade efémera de crescer.

Recebeu esta ponte o nome de Vasco da Gama, o navegador português pioneiro da aventura moderna que abriu novos horizontes à humanidade, tanto geográficos como culturais. É um simbolismo que consagra, mas que também exige. Está associado não só a uma atitude pela curiosidade e favorável à inovação, como à valorização do intercâmbio entre povos e culturas.

A ponte Vasco da Gama terá, como se sabe, um papel crucial no sistema de acessibilidades à Exposição Mundial que se iniciará no próximo mês de Maio. A EXPO'98 é outro grande projecto

representativo do modo como Portugal se empenha no conhecimento e compreensão mútua entre as culturas, como condição indispensável para a cooperação entre os países de todo o mundo. Esta inauguração, a que tenho o prazer e a honra de presidir, fica pois a assinalar o espírito com que neste final de milénio encaramos tanto as exigências de modernização do país como o relacionamento com os outros povos.

Estão de parabéns todos os portugueses.

SESSÃO SOLENE

NA CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA

Beja

20 de Setembro de 1998

*A*gradeço as palavras que o Sr. Presidente da Câmara me dirigiu e a recepção que o município de Beja acaba de me fazer, no início desta minha breve visita ao Baixo Alentejo.

Guardo desta cidade, deste concelho, das terras alentejanas em geral, uma imagem forte, feita da extraordinária beleza da paisagem e do exemplo corajoso das suas gentes. Tenho gosto em estar aqui, Sr. Presidente, confesso-o.

Como sabe, tenho o entendimento de que as funções políticas, inclusive a mais elevada representação, devem ser exercidas em contacto estreito com as situações e com as pessoas.

Procuró incentivar a comunicação e interacção não só entre os vários níveis da decisão política, mas também entre estes e a sociedade, na sua diversidade de grupos e de expectativas. De facto, a democracia não é apenas um conjunto de procedimentos: é uma corrente que passa entre representantes e representados, entre instituições e comunidades, entre interesses e órgãos de decisão. Por isso estou aqui, agora, com alguma demora mais do que visitas anteriores. Não tanta demora como seria certamente necessário e eu desejaria, mas prometo voltar em breve a esta região, para observar e avaliar directamente o estado de alguns projectos estruturantes do desenvolvimento da região.

Mas certamente com o tempo e atenção indispensáveis para mais de perto contactar com as manifestações da vossa cultura, de ouvir a voz profunda dos vossos anseios, e de vos apresentar uma pa-

lavra de estímulo e de solidariedade e, de manifestar apoio ao vosso trabalho, à vossa inteligência, ao vosso esforço pelo Alentejo e por Portugal.

Quero, em breves palavras (pretendo, nesta visita, ouvir e ver mais do que falar), aprofundar o sentido desta minha iniciativa e esclarecer um ponto para o qual a intervenção política do Presidente tem sido solicitada.

Em primeiro lugar, quero reafirmar que me não conformo com fatalismos, e que as dificuldades históricas do Alentejo, designadamente do Baixo Alentejo, também geraram determinação e capacidade para lutar contra elas.

Não tenho dúvidas que o combate às assimetrias e dualismos na sociedade portuguesa é um combate absolutamente crucial. Tem que ser conduzido em diversas frentes: na economia e no emprego, nas infra-estruturas e na educação, na saúde e no bem-estar. Tem que ser perspectivado nacionalmente, porque sem equidade territorial a coesão nacional sai ferida de morte. Mas também tem que ser equacionado no quadro europeu, pois o espaço da Europa em que participamos é um espaço que se constrói zelando pela igualdade de oportunidades de todos os seus membros. O combate às assimetrias é uma prioridade nacional. Não pode ser realizado de forma avulsa, respondendo às capacidades de reivindicação episodicamente afirmadas, deste ou daquele território, porque dessa forma se poderão cometer novas injustiças. Terá ainda que atender às especificidades de cada uma das áreas, com o seu tecido social próprio, as suas raízes e as suas competências criadas ao longo da história.

Creio que um enorme capital de conhecimento foi entretanto produzido sobre o país e as suas diversidades regionais e locais. Também uma considerável experiência de lidar com essas realidades foi acumulada. A este respeito, é justo salientar a experiên-

cia das autarquias que têm estado na primeira linha do combate ao atraso e hoje vêm ampliando as suas responsabilidades e competências efectivas.

Também a Administração Pública tem tido uma evolução, embora mais lenta, no sentido de se aproximar dos problemas no seu quadro territorial. Há, todavia, muitas adaptações ainda a efectuar. As realidades específicas exigem soluções ajustadas aos casos específicos. A eficácia das políticas públicas no combate às assimetrias e dualismos depende da capacidade de resposta da Administração, que terá de ser cada vez mais desburocratizada.

A minha terceira nota resume-se numa palavra: cidadania. É um fim, porque é a alma da democracia, mas é também uma condição, porque sem cidadãos, isto é, pessoas que participam, com o seu protesto mas também com a sua cooperação, com a sua crítica mas também com a sua capacidade de proposta e de realização, sem pessoas livres e autónomas o caminho do desenvolvimento é muito mais difícil.

As práticas da cidadania têm que ser rejuvenescidas. Não me canso de apelar à participação em todas as instâncias onde se pode afirmar sob novas formas a vontade soberana do povo relativamente às questões que lhe são postas.

No próximo dia 8 de Novembro, os portugueses decidirão pelo seu voto o destino de uma questão da maior relevância.

É importante que se debata, com profundidade e seriedade, e é importante que se vote.

Este é um referendo obrigatório. É a própria Constituição que impõe a realização de uma consulta directa e vinculativa ao eleitorado como condição indispensável para uma posterior actuação da Assembleia da República.

Cabe-me, como a todas as forças políticas e movimentos de cidadãos, tudo fazer para conseguir uma participação consciente,

massiva e informada dos cidadãos na consulta eleitoral. Essa é uma condição de legitimação de todo o processo. Mas será também uma oportunidade para valorizar uma forma de participação tão importante para a democracia representativa e participada como é o referendo.

Não incumbe ao Presidente da República tomar posição em discussões doutrinárias a propósito de dúvidas levantadas sobre implicações jurídicas da participação eleitoral no referendo da regionalização. Nem é isso que dele se espera, tanto mais que lhe compete proceder a uma avaliação política final dos respectivos resultados. Aliás, se após a realização do referendo, subsistirem dúvidas constitucionalmente fundadas sobre as suas consequências jurídicas, o nosso Estado de Direito possui mecanismos bastantes para as resolver em definitivo.

Quero nesta visita prestar homenagem aos valores históricos — culturais e patrimoniais — desta região. Refiro-me também à paisagem, esse horizonte que o olhar percorre, único na terra portuguesa. São construções do homem. Gerações e gerações ajudaram a fazer isto que vemos, sentimos, saboreamos: os monumentos, os cantares, o artesanato, os sabores, os produtos alimentares, etc. Cruzaram influências de diversas civilizações. São uma riqueza sem par. Defender essa identidade é uma necessidade e é um orgulho para nós portugueses.

Na Europa de nações onde estamos de corpo inteiro, esse orgulho pelo nosso património valoriza-nos e sem dúvida também nos justifica.

Temos absoluta necessidade de desenvolver uma atitude científica face às grandes questões relativas ao desenvolvimento da sociedade e à sua sustentabilidade, o que implica uma atenção e valorização constante dos institutos e das equipas de investigação, dos esforços que visam a divulgação e a apropriação alargada dos conceitos científicos, que promovem a educação pela ciência, que garantem uma literacia científica adequada à componente tecnológica societal contemporânea.

SESSÃO DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA
«A CULTURA INTEGRAL DO INDIVÍDUO, HOJE»
NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DA MORTE
DE BENTO DE JESUS CARAÇA
Fórum Lisboa
22 de Abril de 1998

*A*gradeço o convite que me dirigiram para estar presente nesta sessão que marca o início das comemorações dos cinquenta anos da morte prematura de Bento de Jesus Caraça. Felicito calorosamente os promotores deste ciclo de iniciativas — a CGTP-IN, a Escola Profissional e o Instituto de Investigação, Cooperação e Formação que receberam o nome do nosso homenageado — e saúdo também todos os que, com a sua participação, apoio e empenhamento tornaram possível esta comemoração. É muito feliz a ideia de a realizar com espírito inovador e aberto, recolhendo o essencial da mensagem de Bento Caraça.

A diversidade de perspectivas em que a sua personalidade, acção e obra são lembradas e analisadas, a pluralidade das pessoas convidadas a depor e a debater dão ao ciclo uma enorme riqueza e amplitude, tornando-o numa iniciativa cultural muito viva, com o maior interesse para o nosso tempo e o nosso país, num instrumento de reflexão sobre a nossa realidade, os seus problemas e desafios.

A esse propósito, é oportuno recordar as palavras com que Bento Caraça disse que «precisamos de analisar o nosso tempo e de actuar como homens dele», sublinhando que «a aquisição de cultura significa a conquista da liberdade» e que «às organizações sindicais cabe um papel enorme nesse trabalho de libertação, promovendo intensamente a cultura dos seus membros».

Ele foi, de facto, um homem do seu tempo cujas grandes questões equacionou com um rigor e uma clareza que ainda hoje nos surpreendem e encantam. Mas foi também um homem que, como poucos, possuía uma visão larga e para além do imediato, que media as consequências e os efeitos dos nossos actos, que prevenia os erros e os riscos, que convidava à grandeza e à generosidade. Por isso mesmo, tendo sido um homem do seu tempo, é-o ainda do nosso. De facto, é do nosso tempo a sua curiosidade sem limites, a vontade de saber e de alargar horizontes, o espírito crítico e anti-dogmático, a capacidade de considerar as questões de todas as áreas do saber e da acção, para, com elas, construir sínteses. É do nosso tempo a conciliação que conseguia fazer entre uma altíssima competência científica e uma concepção universalista a que nada era alheio.

É ou deve ser do nosso tempo a sua radical recusa de pactuar com a mediocridade e com a demagogia, a sua exigência de qualidade moral e intelectual, de rigor, o seu incansável devotamento às causas em que acreditava.

É, ainda do nosso tempo o entendimento que tinha da política como um serviço prestado à comunidade, exercido em nome de ideais e de princípios, com o objectivo de transformar o que está mal, de ser útil aos outros.

É do nosso tempo o impulso de justiça e a sua atitude moral de insubmissão e de resistência à arbitrariedade e à opressão, tão exemplarmente expressa na Defesa que apresentou no processo da sua iníqua expulsão da Universidade.

Homem de muitos interesses e de muitos saberes, que, para além da matemática, da economia, da estatística, da demografia, da física, iam da literatura à música, da filosofia às artes plásticas, da história à pedagogia, Caraça manteve uma constante humildade e abertura aos outros.

Foi um professor querido como poucos, apesar da sua altíssima exigência com os alunos, a qual, aliás, começava consigo mesmo. Viveu num país sem liberdade e foi preso, perseguido, humilhado, demitido. A pergunta que hoje nos ocorre é esta: numa sociedade livre, que extraordinárias possibilidades teria ele de realizar os seus projectos e de aproveitar inteiramente as suas extraordinárias capacidades?

Nas condições em que viveu, lutou por um país livre e de dignidade para todos os portugueses, por uma sociedade solidária, sem discriminações nem exclusões, por uma Escola e uma Universidade que fossem um lugar de criação de saber original, de transmissão de conhecimentos, de formação humana. Lutou por uma cultura crítica, criativa, por um Mundo de paz e de concórdia.

Nunca se rendeu nem aceitou ser derrotado, nunca desistiu. Tinha convicções e uma honradez que merecia o respeito geral. Mesmo os que dele discordavam não deixavam de reconhecer a integridade do seu carácter, a probidade intelectual, a limpidez das suas intenções.

Fiel às suas raízes populares e à memória do seu Alentejo natal, era um dos raros homens em cuja boca a palavra povo estava isenta de demagogia e tinha o puro valor da mais alta dignidade. Era tolerante e fraterno. Tinha muitos amigos que pensavam de modo diferente do seu e fez sempre dessa diversidade um motivo de enriquecimento intelectual e afectivo. Para ele, a cultura era o nosso espaço comum, onde nos reconhecemos, ao mesmo tempo, iguais e diversos.

Era ainda um homem com um carisma irradiante, com um enorme poder de sedução. Quem o via ou ouvia não o esquecia mais. O grande poeta Mário Cesariny, que, quando jovem, assistiu a uma das suas conferências, dá-nos disso um impressionante tes-

temunho: «A minha admiração pelo Prof. Caraça data, inalterada, da primeira (e última) vez que o vi e ouvi, numa conferência pronunciada, creio que em 1943, na Universidade Popular».

O sentido das suas palavras, verdadeiro banho de lucidez para quem aos 20 anos só topara, em matéria de mestres, com administradores do opaco, nada era ainda junto à impressão de força ágil, de inteligência proporcional ao corpo, que dele emanava. [...] Homens destes vivem já no futuro para que apontam, por isso a sua visão, mesmo numa simples conferência, pode ser arrebatadora». Uma parte desse futuro a que ele apontava é o nosso presente. Muito diferentes daqueles que foram os dele são o nosso tempo e o nosso Mundo. As questões são, em larga medida, outras. Mas permanece como exemplo a sua exigência de as analisarmos com lucidez, para podermos agir com consequência.

Permitam-me que, em nome da importância que Bento de Jesus Caraça dava à análise dos problemas concretos do tempo em que vivemos e ao reconhecimento de que, então como agora, cabe aos sindicatos um papel relevante na conquista da liberdade, sublinhe, também aqui, a importância central que a questão social continua a ter.

É verdade que, contrariamente à ditadura de então, os portugueses têm hoje do seu lado a liberdade individual, a liberdade sindical e a liberdade política.

São, bem o sabemos, conquistas maiores que marcam o nosso presente, permitindo que analisemos livremente os problemas e discutamos abertamente as políticas com que nos propomos enfrentá-los.

Portugal vive hoje num espaço cultural, social e económico que se distingue do resto do mundo pela importância ímpar que nele assume a questão social e pelo relevo particular que tem o sindicalismo.

Tenho-o dito em várias ocasiões e faço questão de o vincar nesta homenagem a um homem que ousou enfrentar os problemas do seu tempo: precisamos de reinventar os instrumentos da solidariedade a partir dos problemas concretos da sociedade portuguesa. E precisamos de o fazer por duas ordens de razões: porque temos hoje outros problemas e porque as velhas soluções se tornaram, em muitos casos, desajustadas ou mesmo impraticáveis.

Temos, em primeiro lugar, um problema de emprego, que atinge quer os que estão desempregados, quer os que estão em situações precárias de emprego, quer, ainda, os que vêem pairar no horizonte ameaças consistentes à estabilidade do seu emprego ou ao exercício dos direitos que a democracia lhes reconhece.

Temos, estreitamente ligado ao primeiro, um problema de desigualdade de oportunidades no acesso à educação, à qualificação profissional, à gestão do tempo de trabalho e do tempo livre, aos rendimentos e à protecção e à segurança social.

Temos, por último, uma mudança profunda nas possibilidades de intervenção perante as situações: mudou o contexto geoestratégico, alteraram-se as relações entre os espaços público e privado, mudaram os meios de intervenção dos agentes económicos e sociais.

Há trinta anos atrás, a lógica do compromisso social assentava no pleno emprego masculino e a questão social tinha a dimensão dos problemas de repartição, dentro das empresas e do Estado-Nação.

Hoje, o desemprego deixou de ser uma possibilidade remota e ocasional para se transformar numa característica persistente das sociedades europeias, as quais estão confrontadas com um dilema inaceitável: aceitar o desemprego e a marginalização social de uma parte dos cidadãos ou reduzir os níveis de protecção social. Um problema desta dimensão e desta complexidade, que corrói

há duas décadas a identidade europeia, não tem, evidentemente, uma solução fácil. Mas tem — tem de ter — uma solução. É dever de todos nós não desistirmos de a procurar.

É verdade que a sociedade portuguesa tem que aumentar a produtividade empresarial para poder melhorar duradouramente o nível e a qualidade do emprego, o nível das condições de trabalho e de protecção social da generalidade dos portugueses.

Mas tal não se fará sem aumentar as oportunidades dos portugueses, em geral, e sem os trabalhadores, em particular, melhorarem a sua qualificação e a sua motivação.

A experiência dos anos 80 mostra, aliás, que se enganam os que sustentam que a solução para o problema do desemprego assentaria na redução do espaço público, na desregulamentação e na competição sem limites.

Pelo contrário, as sociedades europeias que souberam realizar reformas audaciosas nos domínios da educação e da formação, da duração e da gestão do tempo de trabalho e da protecção social obtiveram melhores resultados económicos com muito menores custos sociais.

Fizeram-no enfrentando as questões difíceis da flexibilidade e da precariedade, combinando o diálogo social com a decisão política dos poderes públicos, democraticamente legitimados.

Julgo que se enganam quer os que, em nome da manutenção de direitos ou de privilégios, se opõem à reforma do modelo social, quer os que, em nome do reforço míope da competitividade empresarial, a resumem à desregulamentação e à redução do espaço público. Pelo contrário, entendo que a limitação das desigualdades sociais induzidas pelo funcionamento dos mercados e o respeito pelo constrangimento ambiental, constituem condições incontornáveis do desenvolvimento económico sustentado e do aprofundamento da cidadania que não são viáveis sem reformas de fundo.

Há, por isso, fundadas razões para que todos se sintam perdedores sempre que se bloqueiam ou não se concretizam as reformas de que depende a salvaguarda e o desenvolvimento da sociedade de bem-estar.

Penso, assim, que precisamos de esclarecer, de um modo aberto e aprofundado, as fronteiras, as oportunidades, os meios e as estratégias que permitem a partilha de responsabilidades entre trabalhadores, sindicalistas, empresários e poderes públicos na reforma do mercado de trabalho, da protecção social e da repartição de resultados da melhoria da eficiência económica.

Da viabilidade dos compromissos explícitos sobre essa partilha de responsabilidades e de meios depende, em boa parte, a capacidade do nosso País reduzir as desigualdades, reinventar a solidariedade e aprofundar a cidadania.

Dito de outro modo: de Portugal ser um País onde todos se sintam e saibam mais livres porque mais senhores de si e do nosso futuro colectivo. Foi por esse país que Bento Caraça trabalhou, agiu e lutou.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA
DO ANO ACADÉMICO
DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU
Viseu
13 de Novembro de 1998

É com muito prazer que me associo a esta cerimónia que marca a abertura do ano académico 1998/1999. Quero nesta ocasião felicitar o Instituto Politécnico de Viseu e as suas escolas pelo trabalho que têm realizado. Quero também sublinhar a importância que o ensino superior politécnico adquiriu no nosso país, em particular nas regiões do interior.

Habitúamo-nos durante muitos anos a considerar o ensino superior como um privilégio reservado a uma minoria. No meu tempo de estudante, nas décadas de 50/60, éramos cerca de 20 000 alunos, concentrados nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto. Hoje, este número aproxima-se dos 400 000 alunos, inseridos em 14 universidades públicas, em 15 institutos politécnicos e em mais de uma centena de instituições do ensino superior particular e cooperativo.

Estes indicadores traduzem uma evolução de enorme significado, e insere-se num quadro de transformações possibilitadas e aceleradas, é importante dizê-lo, pela Revolução do 25 de Abril de 1974, de que se começam agora a comemorar os vinte e cinco anos. A referência ao 25 de Abril de 1974, que aqui associo à reflexão sobre as perspectivas actuais do ensino superior, tem duas justificações que gostaria de enunciar.

Reside a primeira no facto tantas vezes enunciado de à maioria dos jovens portugueses, como é natural, a Revolução que nós vivemos intensamente, lhes surgir como coisa antiga, apenas

revisitada em imagens de televisão a preto e branco — o que certamente contribui para reforçar o carácter remoto dessa data do 25 de Abril. E, por isso, se perde, frequentemente, onexo essencial que existe entre essa data e a efectiva modernização, em todos os aspectos, da sociedade portuguesa contemporânea.

A segunda justificação pode resumir-se do seguinte modo: entendendo que o Ensino Superior, Universidades e Institutos Politécnicos, estão em condições de desempenhar um papel essencial na construção de uma visão moderna e aberta das Comemorações dos 25.º aniversário do 25 de Abril. E este desafio julguei oportuno deixá-lo aqui no Instituto Politécnico de Viseu.

Quero, por isso, deixar aqui um apelo a todas as instituições do ensino superior para que encarem esta comemoração como uma prioridade do seu trabalho de investigação e um instrumento pedagógico essencial para os próximos anos. Mas não ficaria bem com a minha consciência se, ao lançar aqui este apelo, não partilhasse convosco igualmente um pouco do modo como gostaria que se vivesse esta comemoração.

Gostava, em primeiro lugar, que as comemorações fossem participadas e organizadas, em grande medida, pela sociedade civil, e pelas suas organizações.

É sem dúvida ao Estado que cabe a responsabilidade maior de promover a celebração desta data. Mas deverá fazê-lo com espírito aberto, respeitando iniciativas autónomas e, sobretudo, apelando a Universidades e Politécnicos, Organizações e Parceiros Sociais, Partidos políticos, autarquias, empresas, associações cívicas, o conjunto das escolas, as Comunidades Portuguesas, para que participem na celebração dessa data, com os olhos postos no futuro, ou seja, nas novas perspectivas da democracia, dos direitos e do desenvolvimento, no quadro da transição de Portugal para o próximo milénio.

Gostava, por isso que essas Comemorações decorressem ao longo de dois anos e não se concentrassem num só dia.

Agrada-me a ideia de um ciclo amplo, que ao longo dos próximos dois anos se desdobre em inúmeras iniciativas, estudos e publicações, que contribuam para dotar o país de uma reflexão partilhada sobre os desafios que se nos colocam nos próximos vinte e cinco anos e a forma de os enfrentar.

Gostava que estas comemorações habilitassem o país a formar um olhar sobre o futuro, e não apenas a organizar um elenco de reflexões e documentos sobre esse fascinante passado de há vinte e cinco anos.

Porquê? Porque a melhor homenagem aos homens que fizeram a Revolução é criar ao país uma nova oportunidade reflexiva sobre o futuro nacional, tal como há vinte e cinco anos eles nos permitiram a nós a oportunidade de rasgar os horizontes da democracia e da modernização de Portugal.

Gostava, por último, que este fosse o momento de passagem do testemunho para as novas gerações.

Proponho que estas comemorações se debrucem sobre o tema «Portugal a Democracia e o Desenvolvimento».

E que num Mundo, abalado por incertezas e atravessado por perspectivas contraditórias sobre a globalização, nós pudéssemos, em Portugal, apurar um consenso em torno de um conjunto de valores que assegurem a qualidade da democracia, a constância do esforço de desenvolvimento e o reforço das práticas de solidariedade social. É essencial reflectir sobre os novos desafios do desenvolvimento e da democracia.

O panorama do ensino superior transformou-se profundamente nas últimas duas décadas. Mas é preciso reconhecer que estas mudanças têm trazido novos problemas para os quais é urgente encontrar as soluções mais adequadas.

Nesta minha intervenção, farei referência a três aspectos principais relativos à evolução e momento actual do tema: a expansão do ensino superior, o modo como se desenvolveram as redes do ensino universitário e do ensino politécnico e a necessidade de reforçar os dispositivos de avaliação.

Já coloquei em destaque a relevância social da expansão do ensino superior, que abriu as Universidades e os Politécnicos a novos públicos, em particular a estudantes oriundos de famílias menos favorecidas. Uma presença muito mais significativa das mulheres e a diminuição dos desequilíbrios regionais constituem elementos positivos desta mudança.

Hoje em dia, a população escolar no ensino superior corresponde a cerca de um terço dos jovens portugueses com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. Estamos perante uma realidade nova, que altera a face deste nível de ensino, o qual deixa de ter apenas objectivos de formação das elites e tende a constituir uma etapa no percurso de formação da maioria dos jovens. É um processo que importa prosseguir com determinação. Apesar das transformações recentes, Portugal possui ainda grandes défices educativos, nomeadamente em comparação com os restantes países europeus.

É indispensável continuar o esforço nacional em curso de investimento na formação de bacharéis, de licenciados, de mestres e de doutores.

O Estado tem um papel essencial a desempenhar ao nível da definição de políticas e do financiamento do ensino superior. Mas, a par do esforço do Estado, é essencial o contributo dos estudantes e das famílias.

Para além do acolhimento de alunos jovens, o ensino superior deve também receber novos públicos, proporcionando às gerações adultas uma «segunda oportunidade» educativa. É preciso

adaptar a estrutura do ensino superior à filosofia de uma «educação ao longo da vida». As conclusões da Conferência Mundial da UNESCO sobre o Ensino Superior, realizada em Paris no passado mês de Outubro, apontam claramente para uma maior abertura e flexibilidade do ensino superior.

É essencial, por isso, que se encontrem novas modalidades de organização e de funcionamento que garantam elevados níveis de exigência, mas que permitam uma maior flexibilidade na frequência dos cursos, nos percursos de formação e nos modos de ensinar e de aprender.

No nosso país, os fenómenos de repetência e de abandono têm ainda uma expressão inaceitável no ensino superior.

Torna-se, por isso, imprescindível estimular formas inovadoras de ensino, designadamente através da utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação, mas também do recurso a práticas de orientação e de enquadramento académico dos alunos, da melhoria do acesso a laboratórios, bibliotecas e centros de investigação.

Não consigo conceber a vida estudantil sem uma referência constante aos valores da humanização e sem uma participação regular em actividades associativas, artísticas e culturais. O tempo de estudante é essencial para o nosso futuro como pessoas e como cidadãos. O ensino superior é um espaço de cultura, no sentido mais amplo do termo: cultura científica e tecnológica, cultura humanista, cultura artística e literária.

As instituições estão hoje colocadas perante uma questão de fundo: como conceber uma formação de elevado nível científico e profissional, que tenha em conta os interesses, capacidades e a diversidade cultural de um número cada vez maior de estudantes?

A questão exige naturalmente de todos o maior empenhamento e o maior rigor na preparação e na execução das respostas.

Em segundo lugar, gostaria de manifestar, uma vez mais, reconhecimento pela acção realizada no âmbito do ensino politécnico em Portugal.

Nele têm ocorrido inovações de grande significado, designadamente no que diz respeito às relações entre o ensino, a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento.

Também ao nível da estruturação dos cursos é importante valorizar as experiências nele promovidas de ligação ao mundo do trabalho e de integração de estágios práticos na formação inicial. São processos que contribuem para uma formação de cariz mais prático e mais adequado ao desenvolvimento de competências profissionais.

Albergando cerca de um terço dos alunos do ensino superior público, o ensino politécnico tem contribuído, de forma muito significativa, para o alargamento da oferta de formação. Registo, em particular, as novas possibilidades que se abriram para alunos das regiões do interior, e para muitos jovens oriundos de famílias com menores recursos económicos.

No momento da sua criação, há cerca de vinte anos, o politécnico afirmava objectivos claramente distintos do universitário. A sua vocação dirigia-se para formações profissionalizantes e para uma maior ligação às regiões e ao seu desenvolvimento.

No entanto, é preciso reconhecer que estas diferenças se atenuaram consideravelmente nos últimos anos. Os objectivos iniciais do ensino politécnico tendem a ser hoje assumidos pelo ensino superior em geral.

Em Portugal com excepção da investigação científica e da pós-graduação, as Universidades e os Politécnicos aproximaram-se, no que diz respeito ao perfil dos cursos e à concessão dos graus académicos. Esta proximidade tem, por vezes, efeitos positivos, ainda que conduza a um esbatimento das fronteiras.

Na minha opinião, é muito importante que se reforce a identidade do ensino superior politécnico, no quadro de objectivos específicos designadamente através da valorização de experiências positivas e de modalidades próprias de organização.

As alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo introduzidas em 1997, contribuíram sem dúvida para a dignificação do ensino politécnico. Durante o último ano lectivo desenvolveu-se um trabalho intenso ao nível do Governo e das instituições para a aplicação dessas alterações. Importa seguir com atenção as novas soluções encontradas visando designadamente reforçar a especificidade das licenciaturas do ensino politécnico.

A definição de novos rumos exige um melhor conhecimento do ensino superior e, em particular, das inovações introduzidas pelo ensino superior politécnico. Processos como a formação em alternância, a inserção no mundo do trabalho ou a ligação às realidades regionais que fazem parte do quotidiano de muitas escolas politécnicas deveriam ser objecto de estudo e divulgação.

O tempo actual é, pois, de balanço e reflexão sobre o futuro. É importante concertar esforços para a definição da rede do ensino superior de modo a potenciar e articular recursos humanos e físicos existentes.

É urgente realizar estudos que dêem a conhecer a situação do ensino universitário e do ensino politécnico, que justifiquem a pertinência de manter o «sistema binário», que tracem um diagnóstico rigoroso do estado das instituições públicas, particulares e cooperativas e concordatárias.

Hoje, mais do que nunca, precisamos de um ensino superior de grande qualidade, actualizado, de professores dedicados e competentes, de escolas que contribuam para a formação integral dos jovens, no plano científico, cultural e cívico.

Hoje, mais do que nunca, precisamos de instituições que contribuam para um desenvolvimento equilibrado do país, diminuindo as desigualdades entre as diversas regiões, de forma a que haja uma maior igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

As referências anteriores conduzem-me ao terceiro ponto da minha intervenção, sobre a necessidade de reforçar uma cultura de avaliação no ensino superior.

Nas últimas décadas, a expansão do ensino superior obrigou a um esforço muito importante do Estado e dos portugueses. Aprecie-me salientar o investimento realizado em estruturas físicas, bem como o cuidado posto em novas construções e na recuperação de edifícios antigos. Gostaria também de chamar a atenção para os meios financeiros que foi indispensável canalizar para este nível de ensino, para o desenvolvimento da Acção Social Escolar, bem como a atenção concedida à realização de mestrados e de doutoramentos.

Agora, impõe-se consolidar uma cultura de avaliação, que permita corrigir erros e desvios, contribuindo para a definição de uma política adequada de desenvolvimento do ensino superior.

Nesta ocasião, quero referir-me à necessidade de reforçar os dispositivos de avaliação dos professores, em ligação com uma melhoria da sua formação pedagógica e científica e com uma revisão do seu estatuto que possibilite uma maior dedicação ao ensino e à pesquisa;

A avaliação dos cursos é também uma exigência inadiável, no sentido de compreender a sua pertinência, os métodos pedagógicos adoptados e as formas de acompanhamento dos alunos, pondo cobro a situações

sistemáticas de repetição e de abandono. É importante que as instituições assumam os resultados dos processos de avaliação e os integrem em dinâmicas de mudança;

A organização e o funcionamento das instituições têm de ser objecto de uma rigorosa avaliação interna e externa. Parece-me que chegou o momento de fazer um balanço do actual modelo de gestão, com quase vinte anos, bem como das leis da autonomia;

Finalmente, não podemos deixar de encontrar formas de regulação do ensino superior no seu conjunto, que contribuam para um desenvolvimento mais equilibrado das redes do universitário e do politécnico.

Entendo a avaliação como um elemento essencial de responsabilização na vida das escolas do ensino superior. É importante que ela seja assumida como um processo participado, que leve cada um a melhorar a sua acção científica, profissional e institucional.

A democratização do ensino superior é um motivo de regozijo para todos nós. Mas não podemos esquecer que, neste processo, nem sempre se respeitaram as lógicas de formação, se definiram prioridades regionais ou se adoptaram os critérios científicos mais adequados. Percorreu-se um longo caminho, talvez num tempo demasiado curto. Temos de construir o futuro tirando lições da avaliação, valorizando experiências positivas e articulando recursos.

É necessário um compromisso de todos na dignificação do ensino superior tanto público como privado.

Programada há meses, esta deslocação a Viseu ocorre poucos dias após a realização de uma importante votação popular.

Esta ocasião e este local, com a agenda que lhe está associados, constituem uma oportunidade indicada para dirigir algumas palavras a propósito do acto referendário que convoquei e cujo papel na vida política portuguesa sublinhei insistentemente. Permitam-me que o faça, por breves instantes.

Em primeiro lugar, desejo pôr em relevo que a democracia funcionou. Os portugueses entenderam a importância da questão que lhes foi posta, votaram e deram uma indicação clara sobre a sua vontade.

Os órgãos representativos tiraram da votação e do seu alcance as necessárias consequências.

Entendo que do debate intenso e plural efectuado há porém que reter duas notas de grande valor político.

A primeira é o acordo manifestado em torno da reforma do Estado, tanto no sentido da descentralização administrativa como no da desconcentração dos serviços periféricos. Essa reforma foi reclamada em nome do combate contra as desigualdades e pela aproximação entre a administração pública e as populações. Os municípios deverão preparar-se para receber novas competências, na sequência natural do fortalecimento do poder autárquico local que se tem afirmado como uma peça essencial da democracia e do desenvolvimento.

Acredito no entanto que os passos a dar o devem ser sem precipitações. Qualquer medida reformadora deve ser precedida da criação de condições indispensáveis para um largo consenso. Não podemos desperdiçar o consenso obtido. Mas também não podemos transformar estas matérias em arma de arremesso da disputa política. Não o compreenderiam as populações e os territórios que exigem mais equidade. Não seria justo para todos aqueles que todos os dias se encontram na primeira linha do esforço pela promoção das gerações e pela valorização dos recursos disponíveis.

Regresso aos temas que abordei na minha intervenção. Quis transmitir-vos algumas das minhas preocupações sobre o ensino superior. Assinalei o ciclo de expansão deste sector, iniciado há cerca de trinta anos. Procurei situar alguns problemas de articulação da rede das instituições universitárias e politécnicas, tal como se desenvolveram nas últimas duas décadas. Finalmente, interroguei-me sobre o exercício da autonomia, tal como foi aprovada há dez anos, e sobre a necessidade de consolidar uma cultura de avaliação.

São três ciclos que se fecham no ensino superior em Portugal. A hora é de reflexão e de balanço mas também de grande esperança.

Grande parte do futuro do nosso país joga-se nas decisões que tivermos a coragem de tomar quanto à concepção do ensino superior, à gestão das instituições, à definição da carreira docente e à consolidação de processos de avaliação.

SESSÃO DE ABERTURA
DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
«OEIRAS — PARQUE DAS TECNOLOGIAS»
Oeiras
16 de Novembro de 1998

Esta Conferência realiza-se numa instalações e num quadro de modernização notáveis, que merecem o conhecimento e o reconhecimento públicos. Por este motivo, tive muito gosto em visitar o Taguspark e em encontrar pessoalmente alguns dos que aqui diariamente trabalham.

A globalização da economia e dos mercados não nos deve fazer esquecer as enormes assimetrias que existem no mundo. O século XX fica marcado por uma transformação sem precedentes no domínio da ciência e da tecnologia, mas também por fenómenos de instabilidade e de exclusão social.

Poucos países poderão pretender influenciar e muito menos determinar as linhas de força da globalização. Quer isto dizer que a temos que tomar como um pressuposto, não para suportar resignadamente as suas consequências, mas para antecipar e gerir, na verdadeira acepção da palavra, os seus efeitos.

O futuro não está escrito, e a sua dimensão é essencial para encarar o presente como o cruzamento de dois processos: o do passado, histórico, e do futuro, conjectural. O futuro não acontece por fatalidade; ele decorre apenas em parte dos indicadores de natureza económica: a outra parte que o constrói resulta das visões e das determinações dos principais agentes e actores da sociedade em que vivemos.

A inovação é crucial para o nosso país. A manutenção de processos ou formas de organização caducos e a recusa em experimen-

tar e avaliar novos procedimentos paga-se caro, neste mundo de concorrência acrescida. Por isso há que apelar a todas as iniciativas que criem um clima favorável à inovação e que criem condições concretas para que a competitividade das empresas portuguesas se eleve.

No passado era principalmente ao quotidiano que se iam buscar as novas ideias, numa prática que se assemelhava a uma acumulação de conhecimentos sobre como aproveitar as forças da natureza. Foi assim até há cerca de cinquenta anos.

Porém, este mecanismo alterou-se drasticamente. A criação da indústrias de alta intensidade tecnológica, na segunda metade do nosso século, assinala a importância central das aplicações da ciência nas sociedades do mundo industrializado.

A prática empresarial e societal passou, pois, a depender fortemente de novas ideias cuja origem está intimamente associada ao esforço científico, isto é, não deriva da linguagem natural ou do saber comum. O processo de desenvolvimento tecnológico transformou-se radicalmente.

Por outras palavras, se na linguagem de todos os dias os valores, as atitudes e as expectativas de índole científica não circularem nem se afirmarem, a própria capacidade de representar e manipular a realidade fica severamente limitada. As escolhas não serão certamente as mais adequadas aos tempos e aos contextos em que vivemos.

Pensemos um pouco nas dificuldades de adopção de um modo de vida como este das sociedades desenvolvidas: é que é preciso dedicarmos mais tempo e mais espaços, para aprendermos a funcionar e a comunicar eficientemente, em termos colectivos.

Mas essa aprendizagem é apenas uma condição de acesso, de entrada: a sociedade do próximo século é uma sociedade da participação e, quem nela não participa, não existe. Ora a participa-

ção implica que se saibam falar as linguagens comuns, mais ou menos especializadas, implica que se seja um interlocutor válido, isto é, que se seja capaz de tornar os nossos problemas, as nossas questões próprias, em temas interessantes para os outros. Só se comunica o que se sabe.

Assim, temos absoluta necessidade de desenvolver uma atitude científica face às grandes questões relativas ao desenvolvimento da sociedade e à sua sustentabilidade, o que implica uma atenção e valorização constante dos institutos e das equipas de investigação, dos esforços que visam a divulgação e a apropriação alargada dos conceitos científicos, que promovem a educação pela ciência, que garantem uma literacia científica adequada à componente tecnológica societal contemporânea.

O Taguspark corresponde ao estabelecimento no nosso país de um quadro onde se favorece e se estimula a interacção entre instituições académicas, centros de novas tecnologias e empresas; onde se pretende densificar a interacção entre a universidade e a indústria de modo a obter um acréscimo significativo do potencial científico e tecnológico nacional; onde se busca um perfil inovador e demonstrador, tanto científico e técnico, como arquitectónico e urbanístico.

Evidentemente, ainda há muito que caminhar para que o projecto possa dar plenamente os seus frutos. A universidade terá que se instalar em força e experimentar os efeitos sinérgicos da sua localização no parque. Haverá que explorar competências complementares com outros centros de investigação e instituições académicas na área de Oeiras.

Mas pelo que já se conseguiu e pode observar hoje, há que estar confiante no futuro próximo. As etapas a percorrer são, a partir de agora, e como a realização deste Congresso certamente demonstra, a tradução de um caminho de modernização e inova-

ção tecnológica, de colaboração interinstitucional e internacional, de melhoria da competitividade e da cooperação entre agentes do desenvolvimento.

Quero, por isso, expressar através da minha presença nesta Conferência que é do esforço continuado face a objectivos que se assumem e se desejam que nascem as oportunidades que fazem evoluir as comunidades; pois uma sociedade que abdique de procurar os vectores da sua racionalidade é uma sociedade que vai morrer sem esperança.

Desejo as maiores felicidades para os vossos trabalhos.

SESSÃO COMEMORATIVA
DO DIA NACIONAL DA CULTURA CIENTÍFICA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade Nova de Lisboa
24 de Novembro de 1998

Quero em primeiro lugar agradecer o convite que o Senhor Ministro da Ciência e da Tecnologia me dirigiu para participar nas «Portas Abertas» do Centro de Química Fina e Biotecnologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Confesso que foi com enorme agrado que pude percorrer as suas instalações e laboratórios, observar a sua actividade, contactar com os visitantes e com os investigadores.

Parece-me esta iniciativa do maior interesse, pois permite aproximar o cidadão do investigador científico, permite mostrar aos jovens o ambiente e os passos da prática científica, permite suscitar a curiosidade e o aparecimento de novas questões.

Quero, por isso, saudar igualmente a ideia de se consagrar um Dia Nacional à Cultura Científica, com o objectivo claro de marcar a necessidade de encararmos a ciência como vector essencial da compreensão do tempo e do mundo em que vivemos.

Com efeito, o favorecimento de uma cultura científica é a melhor garantia de que se estimula na sociedade o espírito crítico e participativo, que se promove o desejo e o gosto de conhecer e de aprender.

É preciso, na linguagem que usamos todos os dias, que os valores e as atitudes de índole científica estejam presentes e se afirmem; de outro modo a nossa capacidade de representação e de interacção com a realidade ficará severamente limitada. Certamente não

saberemos fazer nesse uso as escolhas mais adequadas aos contextos e aos tempos em que hoje vivemos.

Poucos países poderão pretender influenciar e muito menos determinar as linhas de força da globalização. Quer isto dizer que a temos que tomar como um pressuposto, não para suportar resignadamente as suas consequências, mas sim para antecipar e gerir, na verdadeira acepção da palavra, os seus efeitos.

Sabemos que a globalização implica telecomunicações, computadores, satélites e transportes aéreos de massa. Sabemos também que as bases de funcionamento destes instrumentos e meios não se encontram no saber comum, mas estão intimamente associados a um esforço de criação científica que alterou radicalmente o processo de desenvolvimento tecnológico.

Torna-se, pois, imprescindível alargar o conjunto de significados e conceitos que integram o nosso saber colectivo, sendo essencial aprofundar as bases científicas do conhecimento sobre o universo e sobre a natureza, sobre a sociedade e sobre nós próprios. O papel e a intervenção de instituições e de cidadãos dedicados à divulgação e ao estímulo de uma cultura da ciência é fundamental e a todos títulos louvável. É uma tarefa de primordial importância no virar deste século.

Quero, por este motivo, neste Dia Nacional da Cultura Científica, acolhendo e assumindo o sentimento e o espírito que o inspira através da figura tutelar de Rómulo de Carvalho, ilustre professor e mestre nascido em terras portuguesas, distinguir um conjunto de cidadãos deste mundo, cuja acção exemplar no domínio da divulgação científica nos deixou a todos mais ricos, mais tolerantes, mais atentos e mais participantes.

SESSÃO COMEMORATIVA
DO XXV ANIVERSÁRIO
DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO
Lisboa
15 de Dezembro de 1998

É para mim um grato prazer participar nesta sessão comemorativa dos vinte e cinco anos da Universidade de Aveiro. O Sr. Reitor e a academia aveirense sabem o apreço que tenho por esta instituição. É ainda credora do meu reconhecimento pelo apoio que têm dado a iniciativas da Presidência da República, em particular durante a Semana da Educação.

Vinte e cinco anos é o tempo de uma geração. É o tempo certo para um balanço, para uma reflexão, não só sobre a vossa Universidade, mas sobre o Ensino Superior no seu conjunto. Permitam-me que recue, por um momento, ao ano de 1968.

No mundo inteiro, discutia-se o sentido da Universidade. Todos conhecem os acontecimentos.

Mas deixem-me recordar que datam desse ano algumas das páginas mais lúcidas escritas sobre o tema de «A Universidade na vida portuguesa».

Na revista *Análise Social*, Adérito Sedas Nunes, Miller Guerra, Jacinto Nunes, Nuno Portas, e tantos outros, não hesitam no diagnóstico que traçam da crise da Universidade, tema que será retomado em plena Assembleia Nacional.

Ao reler estes documentos, somos surpreendidos pelo espírito reformador que os anima, pela frontalidade da crítica ao ensino tradicional, pelo desejo de Universidades de «outro estilo», de «outro tipo institucional».

Neles se fala de muitos catedráticos e professores para quem o tempo ocupado na Universidade é um mero acidente, da premência das instituições se adaptarem de forma flexível ao mundo e à vida, de uma adequada formação pedagógica e científica dos seus docentes, da importância de uma investigação autêntica sem a qual não há ensino superior, de uma efectiva participação dos estudantes na vida académica, de uma mudança dos métodos de ensino e dos processos de avaliação...

Não é este o lugar para uma análise aprofundada destes textos. Mas quero partilhar convosco três exigências de que esta geração era portadora:

- 1.º Em primeiro lugar, da necessidade de uma maior abertura e expansão do ensino superior;
- 2.º Em segundo lugar, da urgência de pôr fim à rigidez das estruturas universitárias;
- 3.º Em terceiro lugar, da reivindicação de uma efectiva autonomia das Universidades.

No final da década de 60 o número de estudantes do ensino superior não ultrapassava os 40 000, concentrados nas cidades de Coimbra, Lisboa e Porto. As previsões mais radicais apontavam a possibilidade — considerada irrealista — de duplicar este número e de criar três ou quatro novas Universidades.

Hoje, este número não foi duplicado, foi multiplicado várias vezes: passou de 40 000 para cerca de 350 000 estudantes do ensino público e privado. Hoje, não existem mais três ou quatro Universidades. Existem 14 Universidades públicas, algumas delas integrando escolas universitárias e escolas politécnicas (como sucede com Aveiro), 15 Institutos Politécnicos e mais de uma centena de instituições do ensino superior particular e cooperativo. É uma

mudança de enorme significado. Nos últimos dez anos, Portugal foi, de longe, o país da OCDE que teve maior crescimento em número de alunos e de estabelecimentos do ensino superior. A população do ensino superior em Portugal corresponde hoje a perto de 30% da população portuguesa com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. Houve uma abertura notável do ensino superior a alunos provenientes de camadas sociais e regiões desfavorecidas, e às mulheres.

Todos estaremos de acordo na afirmação de que esta expansão era necessária. Mas todos reconheceremos, também, que ela trouxe problemas e dificuldades novos que é preciso agora enfrentar. Uma Universidade não surge do nada, não se estabelece através de uma mera conjugação de vontades pessoais, de interesses económicos e de apoios locais. A fundação de uma Universidade exige um tempo longo de preparação, de formação dos seus docentes, de consolidação de uma cultura científica e de um espírito académico, de projectos de formação cívica e cultural. Neste sentido, a história da Universidade de Aveiro é exemplar, até porque se desenvolveu no contexto de um crescimento planificado do ensino superior da própria instituição.

Mas, infelizmente, não podemos dizer o mesmo de outras instituições, públicas e privadas, que foram sendo criadas no nosso país nos últimos dez anos. É minha obrigação alertar para este facto. Ao fazê-lo, quero deixar um apelo a todos os responsáveis para que promovam uma reflexão sobre o ensino universitário, no sentido de fortalecer o princípio de uma rede integrada de instituições — públicas e privadas, universitárias e politécnicas — que se articulam e se completam nas suas funções.

Uma rede que valorize experiências e especificidades e se desenvolva com base numa análise realista dos recursos humanos e materiais existentes.

Neste sentido há que avaliar sem preconceitos o sistema binário existente hoje no nosso país, bem como o papel dos diferentes tipos de instituições universitárias e politécnicas.

Não será compreensível nem aceitável que se enverede pelo caminho de criação «avulsa» de novas instituições, como resposta pontual às mais diversas solicitações. E certamente que a solução não passa pela proliferação de pólos ou de extensões, um pouco por todo o lado, ao sabor de reivindicações locais ou de interesses institucionais.

A formação de um estudante não se faz apenas nas aulas. Implica uma vivência pessoal e colectiva que só pode ter lugar no seio de verdadeiras comunidades académicas e científicas. Caso contrário, estaremos a reproduzir uma visão estreita e redutora, que põe em causa a dimensão cultural da vida universitária.

Não gostaria de ser mal entendido. Parece-me indispensável continuar o esforço nacional de investimento no ensino superior. Não me ouvirão repetir um dos pensamentos que o Estado Novo obrigava a afixar nas escolas e que rezava assim:

«Advogados sem causas, médicos sem clientela, arquitectos sem trabalho, a vossa instrução nem sempre vos servirá para combater a adversidade, ao passo que um bom officio salvou sempre o operário corajoso, permitindo-lhe afrontar a inclemência da sorte.» Não. Não é esta a minha perspectiva.

É oportuno citá-lo, Prof. Júlio Pedrosa, quando afirmou que «seria um gravíssimo erro se Portugal tivesse algum receio de que o aumento da formação das pessoas ao mais alto nível gerasse problemas de desemprego». Antes pelo contrário, o nosso problema é ainda a existência de um défice de formação superior na população.

Mas, hoje, exige-se a todos uma reflexão continuada e corajosa sobre o ensino superior, de forma a que se encontrem os cami-

nhos certos para um desenvolvimento integrado e harmonioso, no plano nacional, da rede de instituições públicas e privadas. A segunda crítica que se ouviu há trinta anos era dirigida à «rigidez das estruturas universitárias perante o dinamismo e a rapidez da evolução social». A desconfiança destes autores era tal, que não se coibiram de afirmar que as Universidades não se auto-reformam. E, por isso, clamaram alto e bom som «que não era possível emprender a reforma das Universidades existentes se não se fundassem novas Universidades». Foi com este espírito que se iniciou um processo de criação de várias instituições, entre as quais a vossa própria Universidade.

Hoje, sabemos que as Universidades novas nem sempre foram novas Universidades. E que, apesar de tantas mudanças, as estruturas universitárias conservam uma grande rigidez.

Desde logo, nos modelos de gestão e de funcionamento. Por isso, parece-me essencial imaginar soluções criativas, que respondam às exigências do tempo presente e que permitam o desenvolvimento de novas funções do ensino superior. Pela minha parte, gostaria de incentivar experiências inovadoras — e muitas têm sido levadas a cabo nesta Universidade — que contribuam para uma melhoria do ensino.

Mas a rigidez manifesta-se, igualmente, na incapacidade para conceber e pôr em prática cursos com características diferentes, organizados de forma flexível e inovadora, por exemplo através da associação ao mundo da ciência, da arte e das empresas.

Finalmente, gostaria de chamar a atenção para a importância de adaptar as estruturas universitárias ao acolhimento de novos públicos. Para além dos alunos jovens, que seguem um processo de formação inicial, as instituições terão de se abrir a adultos que procuram uma segunda oportunidade educativa, a profissionais que buscam uma actualização dos seus conhecimentos, a pessoas

que querem valorizar-se culturalmente, isto é, a uma série de grupos que não se enquadram no perfil tradicional do estudante. O país necessita desse apoio do ensino superior para o seu desenvolvimento e equilíbrio social.

Ora, para responder a estas novas missões, parecem estar esgotadas as modalidades tradicionais de organização e de funcionamento.

Pede-se às Universidades que sejam capazes de abandonar uma «pedagogia da torre de marfim» e que adoptem uma «pedagogia do terreno», como escreveu o Prof. João Evangelista Loureiro, vice-reitor desta Universidade, que agraciei em 1996, manifestando assim o meu apreço pelo trabalho aqui realizado.

O futuro das Universidades depende, em larga medida, da capacidade de renovação que demonstrarem, da compreensão de que as suas finalidades só serão cumpridas se adoptarem novos meios e métodos de acção.

Uma terceira reivindicação surgiu no final da década de 60: mais autonomia para as instituições universitárias. Mas acrescentou-se, quase em jeito de profecia: «só a instituições inovadoras a autonomia servirá como instrumento de inovação».

Hoje, possuímos uma experiência de autonomia de grande significado.

E podemos confirmar que ela, por si só, não resolve todos os problemas, contribuindo mesmo, nalguns casos, para agravar erros e defeitos. É tempo, pois, de juntar ao conceito de autonomia uma cultura de avaliação, que dote as instituições, os alunos, as comunidades científicas, o Estado e a sociedade em geral de instrumentos de aferição, de regulação e de controlo das instituições de ensino superior.

A autonomia é um meio, não é um fim. Não deve servir para que as instituições fiquem reféns de interesses particulares. Deve

servir, sim, para consolidar um compromisso de todos na dignificação do ensino superior, com base em critérios de exigência científica e de qualidade pedagógica.

A autonomia é indissociável da responsabilidade, da prestação de contas, de um conhecimento mais exacto dos mecanismos de organização e de funcionamento das instituições universitárias. É por isso que se torna essencial desenvolver práticas de avaliação que não sejam meramente «retóricas» ou «corporativas» e que revelem uma nova atitude face à Universidade. A participação, a clareza e a transparência, o rigor e a divulgação pública dos resultados são condições necessárias para que os processos de avaliação contribuam, de facto, para a melhoria científica e pedagógica. Quando Miller Guerra interveio na Assembleia Nacional, Pinto Machado levantou-se e disse: «O nosso ensino superior não se distingue do nosso ensino liceal.

O método de ensino é o mesmo — repetitivo —, a demonstração de aproveitamento, a mesma — recitativa — e o resultado, igual — atrofia da razão crítica, metamorfose do cérebro em ficheiro... desarrumado.»

Seria injusto estender até aos nossos dias uma crítica tão dura para o ensino secundário e para o ensino superior. Houve mudanças muito importantes na pedagogia universitária. Mas seria estultícia ignorar os anacronismos que subsistem em muitas Escolas do nosso país.

Em Viseu, há cerca de um mês, tive a oportunidade de chamar a atenção para os fenómenos de repetência e de abandono na Universidade portuguesa.

Infelizmente, indicadores acabados de publicar pela OCDE confirmam a minha análise. Temos de pôr fim ao desperdício de dinheiro e de energias pessoais que vai pautando a vida de muitas instituições. Torna-se imprescindível estimular formas inova-

doras de ensino, designadamente através da utilização das tecnologias de informação e de comunicação e do recurso a práticas de tutoria e de orientação académica dos alunos.

O Superior está colocado perante uma questão de fundo: Como conceber uma formação de elevado nível científico e profissional, que tenha em conta os interesses e a diversidade cultural de um número cada vez maior de estudantes?

Mais do que nunca, precisamos de um ensino superior de grande qualidade, actualizado e exigente, em ligação constante com a produção do saber e do conhecimento. Precisamos de professores dedicados e competentes, de escolas que contribuam para a formação integral dos jovens, no plano científico, cultural e cívico.

Quis partilhar convosco algumas preocupações, que adquirem novos sentidos nos dias de hoje. Este deve ser um tempo de reflexão para a Universidade portuguesa. Necessitamos de estudos que dêem a conhecer a situação concreta do ensino superior, que tracem um diagnóstico das instituições e da sua evolução, que forneçam uma base sólida para a tomada de decisões no plano pessoal, institucional e político.

Temos de estabelecer critérios claros para a organização da rede de escolas públicas e privadas, consolidando dispositivos de regulação das instituições e formas de discussão (interna e externa) dos resultados da avaliação.

O respeito que tenho pelo vosso trabalho levou-me a falar-vos de forma aberta.

Em 1970, Miller Guerra escreveu: «Desagradam-me as vozes conformistas por temor ou sistema; as concordâncias passivas ou atormentadas; os embaraços causados à manifestação dos anseios, das ideias ou dos credos. Agrada-me o debate franco» — mas viu algumas destas frases cortadas pela Censura.

Apetece repetir as suas palavras, tanto mais que hoje temos pelo nosso lado a liberdade de expressão.

E para esta liberdade muito contribuiu a democratização do ensino em Portugal, nomeadamente do ensino universitário. Porque a educação é condição da liberdade, é condição da democracia, é condição do desenvolvimento.

Mas não nos podemos acomodar. Muitos são ainda os motivos de insatisfação.

Como Presidente da República não posso, nem quero, deixar de agradecer o vosso trabalho como instituição nova, que celebra agora as suas «bodas de prata». Sei que o país pode contar convosco para a tarefa de repensar, com coragem e lucidez, a Universidade portuguesa.

SESSÃO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO
«POLÍTICAS DE GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR»
Faculdade de Ciências
da Universidade de Lisboa
6 de Janeiro de 1999

A minha presença nesta sessão de abertura do Seminário «Políticas de gestão do ensino superior» tem um significado muito especial. Quero manifestar-vos o meu interesse por este tema e dizer-vos que aguardo com expectativa o resultado dos vossos trabalhos.

Estamos todos conscientes da importância das transformações recentes do ensino superior. Em poucos anos, criaram-se inúmeras instituições, públicas e privadas. Hoje em dia, há quase tantos alunos no ensino superior como no ensino primário, o que não deixa de ser surpreendente num país em que, tradicionalmente, o acesso à Universidade estava reservado a um número restrito de estudantes.

Tenho referido que estamos perante uma evolução necessária e positiva. Mas ninguém desconhece as dificuldades que este crescimento rápido tem originado. A sociedade portuguesa tem manifestado uma preocupação compreensível com a situação do ensino superior. Recentemente, eu próprio tive a oportunidade de chamar a atenção para aspectos que me parecem centrais neste debate. Não vou, agora, retomar essas considerações. Mas gostaria de sublinhar algumas perguntas que fazem parte dos temas do vosso encontro.

A mudança da Universidade não é apenas quantitativa, não diz apenas respeito ao número dos seus estudantes e professores. Bem pelo contrário, implica também uma redefinição das suas mis-

sões tradicionais em relação à formação dos alunos, à produção do saber e ao desenvolvimento social e cultural. Exige-se hoje do ensino superior que desempenhe novas funções. A gestão não é um fim em si mesmo e deve estar ao serviço de uma ideia «nova» de Universidade. A vossa iniciativa é, por isso, muito oportuna. Na verdade, impõe-se repensar o modelo de gestão que, no essencial, foi definido há mais de vinte anos.

A Universidade tende a transformar-se, em todo o mundo, num nível de ensino frequentado pela maioria dos jovens. As autoridades norte-americanas definiram mesmo como meta para os próximos anos que todos frequentem, pelo menos, o ciclo inicial de estudos universitários. Ora, é preciso reconhecer que, no caso português, as estruturas de gestão não estão ainda adaptadas a esta ideia de Universidade. Quais serão os modelos de gestão mais adequados para responder a uma mudança tão profunda no estatuto do ensino superior?

Diversos relatórios de avaliação de cursos de licenciatura e estudos da OCDE têm revelado fenómenos preocupantes de repetência e de abandono nas Universidades portuguesas. São várias as causas deste problema, nomeadamente uma certa inadaptação da organização universitária a uma população estudantil com características diferentes. Há situações de claro desperdício, económico e institucional, bem como percursos de vida prejudicados. Como conceber o governo das instituições de ensino superior de modo a ultrapassar este estado de coisas?

Um dos aspectos mais visíveis das transformações em curso é a entrada na Universidade de «novos públicos», em particular de adultos que procuram uma segunda oportunidade educativa, de profissionais que pretendem actualizar as suas competências ou de pessoas que seguem percursos de valorização cultural. São grupos que não se enquadram no perfil tradicional do estudante,

cuja presença será cada vez maior no espaço universitário. Como é possível imaginar formas de enquadramento académico e de funcionamento das instituições que respondam às necessidades destas novas populações estudantis?

A expansão da Universidade e o esforço de formação de doutores realizado nos últimos anos tem vindo a transformar, também, a composição do corpo docente. Vinte anos atrás, os doutores representavam pouco mais de 15% dos docentes. No final da década de 80, esta percentagem aumentou para cerca de 25%. Hoje, aproxima-se dos 50%. Ninguém duvida que esta realidade muda radicalmente a face de uma Universidade marcada durante muitas décadas por uma forte hierarquia e por um corpo docente maioritariamente composto por assistentes. Como podem as políticas de gestão dar conta desta realidade, reforçando práticas colectivas de decisão e uma maior presença dos docentes na vida académica?

Por último, permitam-me que manifeste, uma vez mais, a importância de uma ligação forte entre a Universidade e o mundo da ciência, da arte e das empresas. É hoje inquestionável que o ensino superior ocupa um lugar central no desenvolvimento social e económico. Mas, ao mesmo tempo, não podemos esquecer nunca que a sua missão principal é o estímulo ao espírito crítico e à criação científica. De que modo é possível definir formas de financiamento das instituições e de relacionamento com a sociedade que permitam esta articulação, sem pôr em causa a indispensável autonomia e liberdade de pensamento?

Aqui ficam cinco perguntas, entre tantas outras que gostaria de vos colocar. Sei que são questões que também vos preocupam e que constituem a razão de ser deste Seminário. Desejo que os vossos trabalhos tenham o maior sucesso e que possam contribuir para uma reflexão fundamental sobre as políticas de gestão do ensino superior.

Uma cultura só consegue dialogar com as outras culturas se, antes, for capaz de dialogar consigo mesma. Factor de identidade e de invenção do futuro, de memória e de renovação, a cultura de um povo é aquilo que, ao mesmo tempo, o torna o que ele é e o deve abrir aos outros e ao que os outros são, nesse diálogo feito de entendimentos e desentendimentos que faz de cada cultura o testemunho mais elevado de um povo e que faz das culturas, na sua diversidade, a imagem mais fidedigna da humanidade.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA
DO COLÓQUIO SOBRE VASCO DA GAMA
Universidade da Sorbonne — França
II de Maio de 1998

Esta Conferência Internacional, que nos reúne numa das Universidades mais antigas e prestigiadas do Mundo, conta com a participação de reputados especialistas, de várias nacionalidades, entre os quais muitos indianos, que tratarão temas muito diversos e fundamentais para que se possa ter uma visão actualizada do significado e alcance da viagem de Vasco da Gama. Esses temas têm a ver com a história da expansão, abordada também sob a perspectiva da história económica, militar, diplomática, das instituições, mas ligam-se ainda à geografia, às artes plásticas, à música, à arqueologia, à literatura, à cartografia. A Exposição que estará patente tem o maior interesse artístico e documental.

A viagem que levou os portugueses por mar à Índia, tão prodigiosa que quase não se acreditava que pudesse ter sido realizada, como referiu Fernand Braudel, representou o apogeu de uma aventura que tinha começado antes e que chegou à actualidade. Essa viagem de há quinhentos anos constituiu um acontecimento capital da história humana e fundou a Idade Moderna. Como todos os acontecimentos de enorme importância e consequência tornou-se num símbolo e num mito que foi apreendido com sentidos diversos e mesmo contraditórios.

Esses sentidos variaram consoante as épocas, as ideologias, as concepções, os valores. É desnecessário referir que a viagem vista da Europa é diferente da visão que dela têm os que a

olham da Ásia. Como é inútil dizer que tão anacrónico como olhar, na actualidade, a viagem com os olhos do passado é pensar que, no século XV, ela poderia ser entendida à luz das concepções de hoje.

Portugal assume a sua história e a sua identidade. Mas como país democrático e moderno, o seu Estado não tem, nem quer ter, uma historiografia oficial nem uma versão homologada do passado. Quem escreve a história são os historiadores e ela resulta, como sabemos, de leituras plurais que se sucedem ou coexistem, se corrigem e complementam.

Esta Conferência Internacional, para além de um alto valor científico e cultural, tem também um grande valor pedagógico. Mostra que a melhor maneira de celebrarmos um acontecimento histórico tão complexo é estudá-lo com maior profundidade e mais rigor, com exigência, abertura e liberdade total, reunindo, como aqui acontece, contributos ricos, múltiplos e diversos.

Celebrando a viagem que representou o encontro de culturas e civilizações distantes, queremos realizar essa celebração em espírito de diálogo e de ecumenismo, pois esse é o ensinamento fundamental que dela colhemos.

Ao unificar o planeta e ao levar a Europa ao Mundo e o Mundo à Europa, Portugal tornou-se universal e abriu o continente a essa dimensão, como é reconhecido por eminentes historiadores de vários países e escolas. Disso nos orgulhamos. Queremos renovar essa mensagem de universalidade. O próximo século terá de ser o século do encontro entre países e povos, continentes e civilizações, culturas e religiões. Esta é uma condição de paz e de desenvolvimento, ao serviço de todos os seres humanos. A Europa, sem etnocentrismos, terá de dar uma contribuição primordial a este combate pela universalização da solidariedade, da tolerância e do respeito pela diversidade cultural.

A esse propósito, seja-me permitido reafirmar, agora, aqui, a amizade entre Portugal e a Índia e a nossa admiração pela sua extraordinária cultura, que tanto nos enriqueceu.

Saúdo a Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa do seu Presidente e meu querido Amigo, Prof. Ferrer Correia, por esta iniciativa tão valiosa. Agradeço à Universidade da Sorbonne e ao seu Magnífico Reitor, por ter acolhido e apoiado a realização destas celebrações. As presenças do Presidente Jacques Chirac, na inauguração da Exposição, e do Ministro Claude Allègre, nesta sessão inaugural, são, para nós, motivo do maior reconhecimento e de muita alegria.

Para Portugal, o mar não separa: une. Os oceanos, que nos levaram e que nos trouxeram da Índia, transformados para sempre pelo encontro memorável com o Novo, são, continuam a ser, um património para o futuro. Este é o tema da EXPO'98, de Lisboa, que dentro de dias, abre a todos os povos do Mundo. A melhor maneira de lembrarmos, olhando para o futuro, a viagem de Vasco da Gama, é retermos o espírito de ousadia, de modernidade científica e de universalismo, sem o qual ela não se teria realizado.

Esta Conferência Internacional é inspirada por esse espírito. Bom trabalho! Muito obrigado.

SESSÃO COMEMORATIVA
DO V CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO
DO CAMINHO MARÍTIMO PARA A ÍNDIA
Assembleia da República
15 de Junho de 1998

Saúdo a Assembleia da República por ter decidido assinalar, nesta sessão, os quinhentos anos da chegada por mar dos portugueses à Índia, acontecimento de consequências e projecção universal, que fundou a Idade Moderna, como é reconhecido.

A melhor forma de comemorar um grande acontecimento histórico é torná-lo mais conhecido em todas as suas implicações. É fazê-lo mais presente pelo interesse científico que suscita, pela reflexão a que induz, pelos ensinamentos que contém, pelas novas investigações que provoca.

À luz desta concepção, comemorar o passado não nos torna passadistas nem essa comemoração é feita em conflito com as responsabilidades do presente. Pelo contrário, esclarece-nos sobre o que fomos e que somos, ajuda-nos a compreender melhor a actualidade e a preparar o futuro. Estudando o passado com espírito crítico, vemos também o que foi o futuro desse passado, avaliando os efeitos dos acontecimentos e dos actos.

A Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia é um daqueles acontecimentos tão grandiosos e tão complexos que foi sendo interpretado com sentidos diversos. Acresce ainda que se tornou um mito e um símbolo. Faz parte do inconsciente colectivo, mexe com sentimentos e preconceitos. A história desta viagem é também a história da sua história, da sua mitologia, das suas representações culturais, da sua recepção.

Sabemos que são, naturalmente, diferentes os modos como ela foi e é vista da Europa e da Ásia. Olhá-la agora como ela foi tida em 1498 seria tão anacrónico como querer que ela, no século XV, fosse entendida como a entendemos em 1998. As leituras que a viagem teve variaram consoante as épocas, as ideologias, as filosofias da história, os valores culturais e políticos.

O Portugal livre e democrático que somos assume a sua identidade e a sua história de acordo com os valores que são os seus. Comemoramos esta viagem com espírito ecuménico e de diálogo, celebrando o encontro de culturas e de civilizações que ela representou. Nesse sentido é justo pôr em destaque o trabalho que a Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses tem produzido. As recentes exposições que inaugurei, em Lisboa e no Porto, em resultado de uma investigação e de uma dedicação notáveis, colocam os descobrimentos em geral e a viagem do Gama em especial sob nova luz.

Estou certo que a percepção que hoje temos dos homens e das circunstâncias de há cinco séculos se enriquece com os novos elementos e perspectivas que a Comissão tem posto à disposição da comunidade. Com esse enriquecimento é a cultura portuguesa que se revigora. Esta palavra de apreço e de incentivo é-lhe devida, Senhor Comissário-Geral, Prof. António Hespanha.

Tive ocasião de dizer, recentemente, que, sendo Portugal um país democrático e moderno, o seu Estado não tem — nem quer ter — uma historiografia oficial ou uma visão homologada do passado. Quem escreve a história são os historiadores e ela faz-se de leituras plurais e, às vezes, divergentes, que se sucedem ou coexistem, se corrigem ou complementam. Mas isso não significa que, como comunidade nacional, não tenhamos identidade, memória, símbolos, referências colectivas. A viagem de Vasco da Gama é uma delas — e das maiores.

A Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia levou a Europa ao Mundo e trouxe o Mundo à Europa. Com ela, Portugal tornou-se universal e deu ao continente europeu essa dimensão, fundando a Idade Moderna.

Essa prodigiosa viagem, de que nos orgulhamos, contém indicações para o nosso tempo que, em breves seis tópicos, gostaria de resumir:

- Em primeiro lugar, a empresa cumpriu-se com êxito, não devido a qualquer golpe de sorte imediatista, voluntarismo ocasional ou predestinação. Foi fruto de um esforço colectivo duradouro, de décadas de navegações contínuas e constituiu uma empresa persistente e organizada que se foi realizando com preparação, estudo, método, meios com audácia, inteligência e ambição;
- Em segundo lugar, representou um projecto nacional coeso e mobilizador, que contou com a participação plural e empenhada de portugueses de várias origens, condições sociais e religiões. Por isso mesmo, Luís de Camões deu aos *Lusíadas*, não um herói individual, como era dos cânones clássicos, mas um herói colectivo: o Povo Português;
- Em terceiro lugar, esta viagem marca o triunfo do espírito experimental, prático e de observação, representando um contributo pioneiro de maior importância para o desenvolvimento da ciência moderna e para a criação de novos saberes;
- Em quarto lugar, a viagem constituiu um acontecimento capital de comunicação de culturas, povos e civilizações. Foi um projecto de abertura, de curiosi-

- dade pelo desconhecido. Os portugueses foram encontrar um outro Mundo, com as suas culturas antigas, sofisticadas e riquíssimas. Nesse sentido, constituiu uma antecipação da era de globalização em que vivemos, como, aliás, tem sido amplamente referido;
- Em quinto lugar, importa acentuar que esta viagem modificou-nos e marcou-nos para sempre. Mudou a imagem de nós próprios e teve consequências fundamentais para o nosso futuro como Nação e como Povo, para a identidade portuguesa. A nossa cultura, a nossa literatura, a nossa língua nunca mais foram as mesmas. Tal foi sintetizado, no nosso tempo, por Vergílio Ferreira, quando disse: «Da minha língua vê-se o mar»;
 - Em sexto lugar, devemos dizer que, como acontece com todas as aventuras humanas, esta teve luzes e sombras. De entre estas, não foi das menores, para nós, esse efeito perverso que teve de nos criar ilusões e fazer descansar, de nos desresponsabilizar, pensando que tudo vinha da Índia e que isso substituíra o trabalho que não fazíamos. O próprio Camões fez eco desse mal em *Os Lusíadas* e Fernando Pessoa expressa a persistência dessa atitude mental nos versos «Pertença a um género de portugueses / Que depois de estar a Índia descoberta / Ficaram sem trabalho.»

Estas comemorações contêm, pois, uma lição, que tem actualidade para o nosso tempo. Devemos meditá-la, sobretudo as gerações mais jovens, e fazer dessa meditação um meio de melhor nos conhecermos para melhor agirmos.

A chegada dos portugueses a Calecut, nesse dia do fim de Maio de 1498, abriu novos horizontes ao Mundo. Queremos, com orgulho, renovar a mensagem do universalismo português. Na história portuguesa cruzam-se povos, culturas, mares, viagens, influências, civilizações. Essa é a sua marca mais original. Neste momento e neste lugar, reafirmo a amizade secular entre Portugal e a Índia e o nosso apreço pela sua extraordinária cultura que, desde o encontro memorável que tivemos, nos marcou para sempre. Estas comemorações realizam-se neste espírito de abertura e a mensagem ecuménica que encerram sobrepõe-se a qualquer reflexo nacionalista deslocado.

Dentro de dois anos os cinco séculos que celebraremos serão os da viagem para o Brasil. Também estas comemorações nos deverão merecer um grande empenho e uma grande dedicação. Por outro lado, há especificidades a que importa dar o devido destaque. Em primeiro lugar, de ambos os lados converge o interesse pela evocação da data, que é reconhecida pelas duas culturas, brasileira e portuguesa, como uma data fundadora. Em segundo lugar, porque há uma disponibilidade manifesta por parte, quer do poder político, quer do mundo intelectual, para fazer da celebração do V centenário da viagem de Cabral um ponto de viragem nas relações entre os dois países.

Não podemos desperdiçar tal ocasião, naquilo que pode representar de excepcional capacidade de mobilização, e de apelo singular ao reconhecimento mútuo de duas culturas com uma língua comum.

Para não perdemos a oportunidade, também não podemos perder tempo.

O próximo século terá de ser o tempo da comunicação e do diálogo entre países, continentes, civilizações, povos e religiões. Esta é uma condição da paz e do progresso, ao serviço de todos os

seres humanos. Sem etnocentrismos, a Europa a que pertencemos e da qual fomos a vanguarda nesta aventura, terá de prestar um contributo essencial à globalização, que não pode ser apenas da economia, e terá de ser também da solidariedade, da tolerância, da liberdade, da justiça, do respeito pela diversidade cultural, da defesa do planeta, da preservação da terra e dos mares.

A Exposição Mundial de Lisboa é o símbolo dessa consciência, que tanto nos responsabiliza, da universalidade do ser humano, que encontrou na viagem de Vasco da Gama, há quinhentos anos, uma das suas grandes afirmações.

SAUDAÇÃO AO PRÉMIO NOBEL
DA LITERATURA 1998, JOSÉ SARAMAGO
Palácio de Belém
14 de Outubro de 1998

*A*gradeço muito a José Saramago este Prémio Nobel da Literatura que, com tanta justiça, lhe foi atribuído. Dele é o Prémio. Nosso é o orgulho por Saramago ser um grande escritor português que, com a sua obra, tem dado à nossa literatura e à língua portuguesa uma projecção extraordinária e um enorme prestígio. Nossa é a alegria por o termos connosco e nosso é o reconhecimento que lhe devemos e que, em nome de Portugal, lhe expresse calorosamente nesta hora de regozijo nacional. Em sinal desse reconhecimento e em testemunho da homenagem nacional que lhe prestamos, decidi atribuir a José Saramago a Ordem de Santiago da Espada, no seu grau máximo e excepcional de Grande-Colar, cujas insígnias terei o gosto de lhe entregar em cerimónia próxima. Expresso-lhe, como seu amigo, seu leitor e seu admirador, a minha muita estima e apreço. Como Presidente da República, digo-lhe: muito obrigado, José Saramago. Portugal tem orgulho em si, na sua obra e neste Prémio Nobel.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES
DO 25.º ANIVERSÁRIO DO AR.CO

Lisboa

26 de Novembro de 1998

A minha presença aqui não é um mero gesto formal. Encontro-me nesta Sessão Comemorativa do 25.º Aniversário do Centro de Arte e Comunicação Visual (Ar.Co), num acto de reconhecimento e apreço por uma instituição que é um marco em Portugal, no ensino, divulgação e experimentação nas artes plásticas e que manteve, ao longo deste quarto de século, um notável nível de qualidade e exigência, de que é sinal, na actualidade, a elevada procura dos seus cursos e actividades.

Esta situação de prestígio tão justa foi alcançada pelo Ar.Co graças a um esforço permanente, a uma articulação eficaz de vontades e, sobretudo, a uma elevada dose de criatividade e de ambição pedagógica e artística. Neste momento, quero saudar os seus fundadores — entre os quais Graça Costa Cabral e Manuel Costa Cabral — pelo seu sentido de futuro e a sua largueza de visão. Este projecto nasceu como centro cultural, escola e *atelier* de arte independente, e desenvolveu-se no intuito de experimentar novos métodos, práticas de formação e experimentação. Este programa deu assinaláveis resultados.

De facto, o Ar.Co, nascido antes da Revolução de Abril, foi, verdadeiramente portador, «avant-la-lettre», dessa vontade de renovação, irreverência e espírito de aventura, que são apanágio de democracia.

Foi graças a essa atitude que conseguiu vencer, afirmar-se e constituir-se como um marco do ensino artístico, uma escola de re-

ferência, com uma actividade cultural que ultrapassa muitíssimo o tradicional âmbito escolar e tem contribuído para a renovação e dinamização das nossas artes plásticas. Nesse sentido é um símbolo e a sua lição deve ser apreendida.

De facto, torna-se necessário, cada vez mais, a promoção do ensino artístico de forma sistemática, desde os primeiros anos do ensino básico, como meio de desenvolvimento da criatividade, da autonomia, do espírito crítico, do equilíbrio emocional dos alunos e como processo de orientação vocacional. Quantas vocações se perdem por falta de oportunidades de aprendizagem artística? É importante também reforçar a vida cultural e artística das escolas e a sua ligação à comunidade, no quadro de uma autonomia crescente que todos desejamos.

Neste dia de festa, saúdo todos os que contribuíram para fazer, consolidar e prestigiar esta Escola e digo-lhes que o esforço e o trabalho desenvolvidos deram frutos valiosos. A obra está à vista, sólida e com capacidade de aumentar e enriquecer.

O Grau de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique que atribuo, com muito gosto e justiça, à Ar.Co representa o reconhecimento do papel pioneiro que teve e do seu trabalho. Traduz ainda o voto de que este Centro prossiga, com o mérito e o brilho que nos tem habituado, uma actividade tão necessária e útil para a nossa educação e a nossa cultura.

CERIMÓNIA DE AGRACIAMENTO
DO PRÉMIO NOBEL DA LITERATURA 1998,
JOSÉ SARAMAGO
Palácio Nacional da Ajuda
3 de Dezembro de 1998

Este acto que nos reúne aqui e nos faz partilhar os mesmos sentimentos de congratulação e de louvor constitui a homenagem nacional que prestamos a José Saramago, Prémio Nobel da Literatura de 1998.

Ao agraciá-lo com o grau máximo e excepcional da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, o Grande-Colar, testemunho-lhe reiteradamente, em nome de Portugal, o mais vivo reconhecimento por este Prémio, que é seu, e que nos enche de alegria, pois consagra universalmente um grande escritor português e uma obra que tem dado à nossa literatura e à língua que falamos uma projecção ímpar e um grande prestígio.

Meu Caro José Saramago:

Estamos aqui todos para o homenagear: representantes dos órgãos de soberania, dos partidos políticos, das autarquias, das instituições culturais, da sociedade em geral. Mulheres e homens de cultura, de todos os domínios de actividade, jornalistas, também a sua família e muitos dos seus amigos e dos seus admiradores, entre os quais, como sabe, eu me conto. A solenidade deste acto é, por isso, envolvida pelo calor da amizade, do apreço, da afeição.

Uma obra literária constrói-se numa dupla e paradoxal situação, feita, ao mesmo tempo, de solidão e de comunicação, do que é individual e do que é colectivo. A voz do escritor é, muitas vezes, a voz de todos e a voz de todos está, tantas vezes, na voz do escritor.

Os livros de José Saramago têm muitos leitores, atravessaram fronteiras, estão presentes em todo o lado. Estou certo de que, de alguma maneira, esses leitores estão também aqui para o saudar. Meus Amigos,

Temos o grande contentamento de poder contar com a presença, tão cheia de significado, de escritores distinguidos com o Prémio Camões. Aqueles que, pela idade ou por motivos de saúde, não puderam fazer uma longa viagem, pediram, expressamente, para que, em espírito e em intenção, os considerássemos aqui entre nós, associados a esta homenagem.

A defesa, a divulgação e a valorização da língua portuguesa, que é comum a 200 milhões de pessoas e que tem no Prémio Camões um dos seus símbolos maiores, assume para nós o valor de um compromisso, que agora renovamos.

Disse José Saramago, no Brasil, exactamente no momento em que recebeu o Prémio Camões: «Quero pensar que, num futuro próximo, já que não poderá ser imediato, todos esses países — Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal —, consoante as disponibilidades humanas e financeiras de cada um, possam elaborar e pôr em funcionamento um plano de trabalho conjunto, atento, naturalmente, às circunstâncias e exigências nacionais, mas visando, com um espírito generoso e aberto, a preservação equilibrada e a difusão eficaz da língua portuguesa no mundo, mas também, e sobretudo, no próprio interior dos países que a falam, os nossos.»

De facto, uma política de língua é, na actualidade, um instrumento fundamental de reforço das identidades, de defesa da diversidade cultural e linguística, de afirmação no Mundo. Precisa ser realizada com ambições, com meios, com persistência e com a convicção de que se trata de um investimento que, a prazo, dá frutos em progressão geométrica. Este Prémio Nobel veio refor-

çar visivelmente em todos os que falam a língua portuguesa um sentimento de comunidade e de pertença.

A cultura portuguesa tem alcançado um reconhecimento internacional crescente de que o Nobel é um sinal culminante. Disso são responsáveis, em primeiro lugar, os que a fazem. Quero, neste momento, agradecer a todos os que criam, acrescentam, divulgam e enriquecem a nossa cultura, com as suas obras, o seu trabalho, o seu esforço, a sua acção.

Uma cultura só consegue dialogar com as outras culturas se, antes, for capaz de dialogar consigo mesma. Factor de identidade e de invenção do futuro, de memória e de renovação, a cultura de um povo é aquilo que, ao mesmo tempo, o torna o que ele é e o deve abrir aos outros e ao que os outros são, nesse diálogo feito de entendimentos e desentendimentos que faz de cada cultura o testemunho mais elevado de um povo e que faz das culturas, na sua diversidade, a imagem mais fidedigna da humanidade.

Neste tempo tão cheio de perplexidades e de desafios, em que, na floresta de sinais contraditórios e complexos, procuramos os caminhos do futuro, é na coragem do pensamento, da criação, da crítica, da liberdade que podemos encontrar, se nem sempre as respostas, ao menos as perguntas. Aquelas que esclarecem, que ajudam a mudar o que está mal, que orientam a acção e a construção de um Mundo mais livre, mais humano, mais tolerante, mais justo, mais solidário — não apenas nas grandes e abstractas proclamações, mas concreta e quotidianamente.

Termino, como comecei: agradecendo. Agradeço a José Saramago este Prémio Nobel. Agradeço-lhe os livros que nos dá, o talento, a originalidade, a dedicação ao ofício da escrita, a seriedade com que o exerce. O Grande Colar da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada que lhe entrego é o símbolo dessa nossa gratidão — e também do nosso orgulho e da nossa alegria.

SESSÃO DE ABERTURA
DO CONGRESSO INTERNACIONAL
«GARRETT — UM ROMÂNTICO, UM MODERNO»
Universidade de Coimbra
3 de Fevereiro de 1999

Com a abertura do Congresso Internacional «Garrett — Um Romântico, um Moderno» iniciam-se as comemorações dos duzentos anos do nascimento deste grande português.

Penso que não haveria melhor maneira de o fazer. Reunir, na Universidade em que ele estudou, os mais eminentes especialistas, portugueses e estrangeiros, da sua obra, da sua acção e da sua época para reavaliarem as múltiplas facetas do seu legado é, com efeito, pôr em evidência a espantosa actualidade de Almeida Garrett, a sua modernidade, como refere o lema sob o qual decorre este Congresso.

Ao olharmos, a dois séculos de distância, para a figura do autor das «Viagens na Minha Terra», o sentimento que nos invade é o de admiração, no duplo sentido de espanto e de apreço. É, de facto, espantoso que um homem que viveu apenas 55 anos tenha deixado uma obra tão variada e tão ampla, tão profundamente inovadora, tão cheia de consequências para o futuro. E quando falo de obra refiro-me, naturalmente, à sua obra literária, mas também à sua obra como doutrinário, político, pedagogo, jurista, legislador, jornalista, estadista e reformador.

Depois, a este sentimento de espanto, junta-se o sentimento de apreço e respeito pela extraordinária abundância e versatilidade dos seus talentos e aptidões, pela proficuidade do seu trabalho, pela universalidade dos seus interesses, pelo poder visionário do seu génio.

Quase tudo o que foi fundador, transformador e reformador da mentalidade e da sociedade portuguesa do seu tempo, que foi um tempo fulcral de mudança, teve a sua colaboração ou a marca das suas ideias.

Garrett foi, como nos melhores momentos aconteceu na nossa história, o exemplo de um grande homem de letras e de um grande homem de acção, de um grande escritor e de um cidadão exemplar, de um português excepcional, de um europeu de grande visão, de um homem do Mundo. Agiu em nome de um pensamento, de uma concepção, da vida, do homem e da sociedade, de uma doutrina. Esse pensamento, essa concepção e essa doutrina não eram, porém, nem dogmáticas, nem rígidas, nem fechadas. Ele próprio os submeteu à crítica, ao confronto com a realidade e com as opiniões contrárias, à evolução do próprio Mundo. Percorrer a produção doutrinária, política e autobiográfica de Garrett é assistir ao percurso de um pensamento que ousa enfrentar as suas próprias contradições, que não teme mudar de opinião para não mudar de princípios, que se organiza em íntimo contacto com a vida, com a experiência e com a observação. Toda a sua obra, toda a sua acção são unificadas por uma ideia fundamental de renovação, regeneração e renascimento de Portugal, que tinha na liberdade, na identidade e no regresso às fontes criadoras da cultura popular as suas traves mestras. Na política, na sociedade, na literatura, o autor de Frei Luís de Sousa foi um dos grandes protagonistas da passagem de um tempo antigo a um tempo novo, de um Mundo a outro Mundo.

Como escritor, renovou profundamente a língua e as formas literárias. O seu trabalho de pesquisa, de recolha, de teoria foi imenso. As suas criações literárias mais marcantes têm uma vitalidade e uma originalidade que mantêm intacto o poder de sedução.

Como homem de teatro, refundou o teatro português quer como grande dramaturgo, quer como fundador do Teatro Nacional e do Conservatório.

Como homem de cultura, entre tantas causas que defendeu, instituiu e organizou o ensino artístico, lutou pela democratização da cultura, pela valorização das fontes da nossa identidade e das formas populares de cultura, pela defesa do património e dos direitos da propriedade literária, pela independência dos intelectuais.

Como legislador, foi fundamental o seu contributo na configuração do constitucionalismo liberal, na elaboração da Constituição de 1838, nas novas leis eleitorais e de liberdade de imprensa, na reforma do Código Administrativo e nas reformas fundamentais de Mouzinho da Silveira e de Passos Manuel, que mudaram o País.

Como cidadão, político, deputado e homem de Estado foi um combatente heróico pela liberdade, combate que lhe valeu a Torre e Espada, um tribuno ímpar, um diplomata de visão ampla. As suas reflexões sobre a Europa («reequilibrar Portugal na balança da Europa», como ele dizia) são de um acutilante sentido de futuro e os seus projectos sobre educação e ensino público são ainda hoje do maior interesse. Já então ele classificou a educação como «a mais difícil e a mais importante de todas as reformas». Lutador pela liberdade foi ainda um homem preocupado com a dignidade cívica de todos e com a injustiça social. Não se furtando, quando as circunstâncias o exigiam, a ser um polemista notável e um adversário temível, pautou, todavia, a sua intervenção na vida pública pela moderação e por um apurado sentido do interesse do País e do Povo, da causa da democracia e do liberalismo. Muito mais se poderia enumerar do que Garrett fez e das marcas que deixou, da poderosa influência que exerceu. Há textos seus

que poderiam ter sido escritos hoje, sem que, para tanto, lhe precisássemos de alterar uma vírgula.

Aquele que fundou o romantismo português sob a égide de Camões, soube como poucos — e entre esses poucos está, naturalmente, a grande figura moral e intelectual de Alexandre Herculano — ser fiel ao seu tempo e às suas preocupações, ao que nesse tempo era já abertura, energia e impulso transformador virado ao futuro. Por isso, o sentimos tão nosso, tão contemporâneo das nossas perplexidades e das nossas aspirações.

Hoje, como há dois séculos, temos de enfrentar os desafios de um tempo em mudança ainda mais radical e acelerada. Hoje, como há dois séculos, temos de saber fazer as reformas que preparem o País para estar à altura das responsabilidades que lhe cabem na Europa e no Mundo.

Duzentos anos passados sobre o seu nascimento, comemorar Garrett é fazer nossas as causas que foram as suas: a da liberdade, a do reforço da identidade portuguesa, a da Europa, a da educação, a da modernização do país e da democratização da cultura, a do combate por um Portugal mais confiante nas suas capacidades.

Agradeço, muito reconhecido, o convite que me fizeram para estar aqui hoje, convosco. Saúdo todos os participantes e convidados, felicitando a Comissão Organizadora do Congresso e a sua Presidente, Prof.^a Doutora Ofélia Paiva Monteiro, que tem dedicado a sua vida, a sua inteligência, a sua competência científica ao estudo da obra e da vida de Almeida Garrett. Desejo o maior êxito aos trabalhos desta magna reunião garrettiana, na qual, estou certo disso, o nosso grande escritor, se lhe fosse possível, muito gostaria de participar, com o fulgor do seu verbo e com aquela disposição que o levava a dizer, sobre si e sobre os outros, o que pensava.

JANTAR COMEMORATIVO
DO XX ANIVERSÁRIO DO PEN CLUBE
Palácio de Belém
8 de Fevereiro de 1999

É com muita alegria e muito gosto que vos recebo hoje, aqui. Como sabem, tenho estado presente na cerimónia anual de entrega dos Prémios do Pen Clube, respondendo ao vossos amáveis convites. No final do ano passado, quando um novo convite me chegou, tive a ideia de, desta vez, ser eu a convidar-vos, para assinalar, assim, a passagem dos vinte anos da criação do Pen Clube Português.

Quero dizer-vos — e este convite tem também esse significado — que o Palácio de Belém é uma casa sempre aberta aos escritores, aos homens e mulheres de cultura.

Felicito o Pen Clube por estas duas décadas de actividade em defesa da dignidade, da liberdade, da independência e dos direitos da criação intelectual.

A melhor maneira dos criadores serem úteis à sociedade é, exactamente, criando, exercendo o espírito crítico, apontando alternativas ao que parece não as ter, reflectindo e debatendo os problemas, inovando e renovando, procurando soluções, preservando a memória, imaginando o futuro, com sentido de aventura, inconformismo, audácia.

Em todo o Mundo, o Pen Internacional tem levantado a voz em defesa dos escritores perseguidos ou censurados pelos regimes totalitários. O Portugal democrático e do 25 de Abril, cujos vinte e cinco anos se comemoram este ano, está também empenhado nesse combate pela liberdade e pelos direitos humanos.

Saúdo todos os sócios do Pen Clube e aqueles que foram seus Presidentes nestes vinte anos. Um deles, David Mourão Ferreira, já não está entre nós. Presto saudosa homenagem à sua memória. Felicito calorosamente os escritores que vão receber hoje os seus prémios. Trata-se de autores de obras notáveis, que muito têm enriquecido a nossa cultura. Agradeço-lhes por isso. Desejo ao Pen e aos seus membros as maiores felicidades.

É necessário reafirmar que o exercício de direitos sociais não é um luxo que deva ser guardado para épocas de desafogo económico.

No meu entender, a reinvenção de um modelo social adaptado aos problemas dos nossos dias não é apenas — e já não seria pouco! — um problema económico e social fundamental.

É, em sentido estrito, um problema político, de cuja solução, depende a garantia e o desenvolvimento da cidadania.

SESSÃO COMEMORATIVA
DO DIA NACIONAL DA SEGURANÇA SOCIAL
Lisboa
8 de Maio de 1998

*F*oi com muito gosto que aceitei o convite para presidir a esta sessão comemorativa do Dia Nacional da Segurança Social.

Para além do prazer de me encontrar com os principais responsáveis pela definição e aplicação das políticas de protecção e segurança social — o que já seria, em si mesmo, gratificante —, o meu gosto em aqui estar radica numa outra razão, tão ou mesmo mais importante.

Tenho dito repetidas vezes ao longo da minha vida política, e em particular desde o início do meu mandato como Presidente da República, que atribuo a maior importância à questão social, que considero um dos problemas políticos mais importantes dos nossos dias.

Quero, na presença de pessoas que têm a noção clara de que o seu labor se prende directamente com a concepção, a aplicação e a avaliação dos instrumentos da igualdade de oportunidades e da solidariedade social, explicitar os motivos porque assim penso.

Abordarei, brevemente embora, duas questões: primeiro, o modo como entendo a questão social; depois, os motivos porque julgo que a situação social portuguesa tem características particulares que nos obrigam a encontrar, no plano nacional como no plano europeu, soluções adequadas para podermos almejar o êxito na resolução dos problemas.

Permitam-me quanto à primeira questão, que explicito o meu entendimento: a questão social é o nome que atribuímos ao problema da universalidade da cidadania nas sociedades democráticas desenvolvidas.

Dir-me-ão, com razão, que há muito que assim é e que a Europa é precisamente um espaço em que, desde o pós-guerra, tal foi mais nítido.

Creio, porém, que é hoje necessário reafirmar que o exercício de direitos sociais não é um luxo que deva ser guardado para épocas de desafogo económico.

Durante décadas, nas democracias europeias e num contexto de pleno emprego masculino, a absorção relativamente fácil do trabalho pouco qualificado pela indústria, tornou a repartição entre a remuneração do investimento e do trabalho assalariado o principal ponto da conflitualidade laboral e levou a que a protecção social visasse, sobretudo, garantir os rendimentos das famílias quando o trabalho dos homens adultos não lograva esse objectivo. Embora estejamos ainda demasiado habituados a pensar a questão social em geral e os problemas da segurança social nesses mesmos termos, os especialistas mostraram que ambas as questões têm de ser colocadas de modo diferente.

Primeiro, porque a globalização dos mercados financeiros e o desenvolvimento da indústria em países antes subdesenvolvidos, retirou às sociedades europeias muita da capacidade que estas tinham para criar e manter empregos estáveis e crescentemente bem remunerados de baixa qualificação.

Em segundo lugar, porque, face à crise do emprego e ao crescimento do desemprego de longa duração, alguns estudiosos e líderes de opinião sustentaram a tese de que as sociedades europeias desenvolvidas não teriam, quer por razões de competitividade empresarial, quer por razões fiscais, outra alternativa senão acei-

tar a redução dos níveis de protecção social e a desregulamentação dos mercados de trabalho.

O rigor e o respeito pelos factos obrigam-nos a reconhecer que Portugal tem, como as outras sociedades europeias, um problema de emprego, que se traduz no desemprego de longa duração, no aumento do emprego precário e na vulnerabilidade de muitos empregos existentes.

Está, pois, posta em causa a lógica do pacto social tradicional. Mas não creio que a desregulamentação e a redução da protecção social constituam as fronteiras de um caminho sem alternativas que haveria que prosseguir para garantir às empresas e à maioria dos trabalhadores a justa paga pelo seu esforço.

Na verdade há mais a fazer e é indispensável que o façamos. Em meu entender, o verdadeiro desafio e a nossa responsabilidade colectiva estão, pelo contrário, em metermos ombros à tarefa de reconstruir, a partir dos problemas concretos, os instrumentos da solidariedade social.

Perante o desajustamento ou a insustentabilidade das soluções tradicionais, estamos confrontados com o dever de repensar e de pôr a funcionar novos modos de regular os mercados de trabalho e de garantir o exercício dos direitos sociais.

Não o fazer, seria condenar ao desemprego, à pobreza e à marginalização social uma parte dos nossos concidadãos.

Seria fertilizar o terreno do populismo e convidar à desmotivação política os cidadãos que a sociedade declara iguais perante a lei mas a quem a democracia não assegura os meios de que carecem para enfrentarem com êxito a desigualdade social de oportunidades induzida pelo mercado.

No meu entender, a reinvenção de um modelo social adaptado aos problemas dos nossos dias não é apenas — e já não seria pouco! — um problema económico e social fundamental.

É, em sentido estrito, um problema político, de cuja solução, depende a garantia e o desenvolvimento da cidadania.

Por isso, me venho batendo para que lhe seja reconhecido o lugar que lhe pertence: o de questão essencial da agenda política, que envolve todos os que têm a responsabilidade de representar interesses e, por maioria de razão, todos aqueles a quem o voto atribuiu a legitimidade de decidir em nome do interesse comum e do bem público.

É nestes termos que abordarei a segunda questão, isto é, a dos problemas especiais que se põem neste domínio em Portugal. Há quase um quarto de século, Portugal optou por uma república democrática, fechou o ciclo do império e ligou o seu futuro ao da Europa.

Ao fazê-lo, escolheu um caminho exigente que obrigou os dirigentes políticos a opções difíceis, que impôs sacrifícios mas deu novas oportunidades aos cidadãos em geral, e aos empresários e trabalhadores em particular.

A existência, evidentemente legítima, de expressivos movimentos de opinião críticos de algumas opções não impediu que se verificasse um alto grau de consenso social e político ao longo deste caminho de mudança política, social e económica que vimos percorrendo.

A presença de Portugal entre os fundadores da moeda única europeia, mostra que o nosso País é capaz de enfrentar os desafios da modernização económica e social.

Importa, pois, que o orgulho pelos sucessos alcançados nos motive a enfrentar, com igual resolução, os problemas com que a nova fase da construção do nosso futuro colectivo nos confronta na União Europeia.

Trata-se de uma tarefa exigente, que ninguém realizará por nós: a de criar condições favoráveis para que Portugal possa trilhar,

numa Europa monetariamente unificada e em vias de alargamento, os caminhos da convergência real das economias e das sociedades europeias.

Devo, por isso, usar de total franqueza: não creio que seja possível levar a bom porto tal tarefa sem custos sociais insuportáveis sem que se melhore a capacidade nacional de responder, de forma inovadora, aos desafios sociais com que a sociedade portuguesa se confronta.

A meu ver, Portugal não pode ignorar que tem um dos mais baixos níveis de protecção social da Europa, que é um País com altos níveis de pobreza, com altos graus de incumprimento da lei vigente em domínios tão relevantes como a fiscalidade, a segurança social e a legislação laboral.

É certamente verdade que o País disporá de tanto mais recursos e poderá fazer tanto melhor uso deles quanto mais rigorosa e socialmente equitativa for a aplicação da lei. Por isso me congratulo com os progressos já realizados.

Mas, se devemos prosseguir nessa via, não creio que possamos enfrentar os desafios da coesão social em Portugal se concebermos a questão social como um simples problema de cumprimento da lei ou de mero atraso em relação aos padrões médios europeus. A meu ver, precisamos de identificar bem os nossos problemas específicos, precisamos de tornar compreensíveis essa singularidade e precisamos de encontrar para eles, no plano nacional como no plano europeu, respostas adequadas.

Sei bem que a tarefa é imensa e que ela põe em causa hábitos, privilégios e interesses, que ela motivará divergências, talvez conflitos.

Mas estou igualmente certo que o progresso económico sustentado e a solidariedade social exigem de todos nós, quaisquer que sejam as responsabilidades que cabem a cada um, que enfrente-

mos o desafio de debater e de decidir sobre as alternativas que permitam a construção de mais e melhores pontes entre a baixa e a alta qualificação, entre o desemprego, a precariedade e o emprego protegido, entre a pobreza e a independência económica. Portugal precisa de continuar a melhorar as possibilidades de acesso dos jovens à educação, à formação profissional e ao emprego. Mas precisamos também, talvez ainda mais, de fazer tudo o que o conhecimento científico e os recursos humanos e financeiros nos permitirem para oferecer aos adultos de baixa qualificação novas oportunidades para manterem ou voltarem a ter um emprego socialmente útil que lhes assegure, tanto quanto possível, a independência económica.

E precisamos, seguramente, de garantir que as dificuldades de percurso que alguns grupos de cidadãos enfrentam não se prolongam no tempo ou, pior ainda, se transmitem aos seus descendentes.

A meu ver, estamos, como afirmei recentemente perante a Assembleia da República, diante da necessidade de debater e de estabelecer um compromisso em que o Estado e as instituições se vinculam no que chamei um «contrato de gerações».

Refiro-me a um compromisso, certamente baseado no conhecimento e na avaliação dos estudos disponíveis, mas, sobretudo, assente no debate, até público, das decisões políticas já tomadas e das alternativas políticas que venham a estar disponíveis, dos respectivos objectivos e dos meios que pressupõem.

Dispomos hoje, em virtude dos estudos realizados e da experiência acumulada na aplicação de políticas sociais inovadoras, que saúdo, de melhores condições para metermos ombros à tarefa de decidir sobre as prioridades, os métodos e os recursos necessários para conjugar melhor o desenvolvimento económico com a qualidade das condições de trabalho e de protecção social.

Uma democracia de cidadãos não pode ignorar os seus deveres perante aqueles a quem o passado negou as oportunidades de acederem à qualificação de que eles e o País carecem. Nem pode sacrificar o futuro das gerações vindouras com o fardo das responsabilidades que as gerações no poder não assumiram.

Uma democracia de cidadãos não pode ignorar que, no domínio da segurança social, há certamente decisões com impacto imediato mas há, também, decisões que envolvem compromissos, se que prolongam para além dos ciclos eleitorais e, por isso, recomendam especiais cuidados.

Uma democracia de cidadãos exige, também, que saibamos definir novas fronteiras entre o espaço público e o espaço privado, entre a legitimidade eleitoral e o reforço da participação das organizações de interesses na preparação e na execução das políticas públicas.

Uma democracia de cidadãos exige, por último, o desenvolvimento de uma cultura da responsabilidade social assente na responsabilidade individual e colectiva perante o futuro comum. Portugal tem que conseguir congregar inteligências, saberes, vontades e meios para desenvolver a cultura da responsabilidade social, para alargar as vias do desenvolvimento social solidário.

Porque há no nosso País pessoas cujo exemplo de dedicação ao bem comum merece o apreço de todos, decidi distinguir, de entre os cidadãos a quem Portugal deve um reconhecimento público, algumas personalidades que agraciarei a seguir.

SESSÃO COMEMORATIVA DO XX ANIVERSÁRIO
DA UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Lisboa

29 de Outubro de 1998

*D*ecidi participar na celebração dos primeiros vinte anos de existência da UGT por duas razões principais.

Em primeiro lugar, porque quero sublinhar a importância que atribuo ao sindicalismo na construção da democracia portuguesa. Em segundo lugar, porque os sindicatos continuam a ter um papel insubstituível na conjugação dos valores democráticos com as exigências da competitividade económica das sociedades europeias.

Desfazamos, desde já, quaisquer hipóteses de equívoco: nem como cidadão, nem, muito menos, como Presidente da República, estive ou estou sempre de acordo com as opiniões e as atitudes dos sindicatos como, aliás, de outros agentes sociais e económicos. Não quero, até porque entendo que não me compete, julgar o comportamento dos sindicatos ou, menos ainda, pronunciar-me sobre questões concretas do relacionamento entre as confederações sindicais ou sobre as relações que uma e outra mantêm com as associações empresariais e patronais.

Mas, qualquer que seja a avaliação que façamos do sindicalismo, julgo que é justo salientar que os sindicalistas portugueses cumpriram sempre, antes como depois de Abril, uma função de inegável importância social, económica e política: fazer ouvir a voz dos trabalhadores.

Fizeram-no de diversas maneiras e, por vezes, estiveram longe de ser consensuais.

Não escondo, sequer, que o passado dos sindicatos portugueses não está, a meu ver, isento de erros e de omissões relevantes como acontece quanto a todos os agentes políticos em Portugal. Por outro lado os sindicatos manifestaram e manifestam, por vezes, algumas dificuldades em enfrentar os desafios com que me parecem estar confrontados, e nem sempre me parece evidente a sua capacidade de interpretar as esperanças dos sectores sociais que representam. Ninguém está imune a esse comentário, verdade se diga.

Não é, também, o momento de discutir as vantagens e os inconvenientes do que poderiam ter sido as outras vias de desenvolvimento da relação entre trabalhadores e sindicatos, entre sindicatos e associações patronais e empresas, entre sindicatos e partidos políticos.

Mas seria um erro e uma injustiça não sublinhar com a devida ênfase que a chamada «questão sindical» constituiu um momento decisivo da institucionalização da democracia portuguesa com repercussões nos tempos em que vivemos.

A minha presença nesta sala testemunha, pois, antes do mais, um sinal da importância que atribuo à liberdade sindical, ao sindicalismo e à participação dos trabalhadores na construção da democracia e na modernização da sociedade portuguesa.

A UGT constitui uma das mais importantes manifestações desse traço essencial da democracia portuguesa que é a liberdade sindical.

Representa, também, uma tentativa séria de agir em favor de uma sociedade mais moderna e é, reconhecidamente, uma organização militante em favor da integração europeia e um dos centros de reflexão sobre os desafios do sindicalismo contemporâneo.

Merece, portanto, que as suas tomadas de posição sejam ouvidas com atenção e que a sua identidade seja reconhecida como um dos agentes relevantes da construção do nosso futuro colectivo.

Como cidadão e como Presidente da República, bati-me sempre para que se reconheça que a questão social constitui um dos pontos essenciais da agenda política contemporânea.

Constato, com agrado, que é cada vez maior e mais relevante o conjunto de estudiosos, de líderes de opinião, de decisores económicos, sociais e políticos que assim pensam.

Mas verifico, também, que, apesar dos progressos verificados na luta contra a pobreza e a exclusão social, continuamos a manifestar grandes dificuldades em responder de modo inovador à crise do pacto social tradicional, aos dramas do desemprego juvenil e do desemprego de longa duração.

Não ignoro que são questões de grande dificuldade, que Portugal partilha com as outras sociedades europeias.

Mas precisamente porque assim é, entendo que devo contribuir para que a reinvenção dos instrumentos da solidariedade social seja procurada com a contribuição de todos os que dela queiram e possam participar.

A solidariedade é um instrumento insubstituível na compatibilização dos indesmentíveis desafios da competitividade económica e do individualismo induzidos pelo mercado com as exigências da democracia.

É nosso dever tornar claro que se trata de um problema incontornável, que obriga a todos e que a todos nos convoca.

Obriga, certamente, aqueles a quem o voto conferiu a legitimidade para decidir sobre o bem comum, porque sem direitos sociais os que são vítimas do desemprego, da desigualdade de oportunidades e da marginalização social não podem exercer plenamente os direitos políticos que as democracias lhes reconhecem.

Mas obriga, e convoca também, todos os que têm um papel relevante na procura de novos equilíbrios entre direitos e deveres

económicos e sociais a que o pacto social tradicional não responde com eficiência bastante.

Como tenho dito, julgo que a adaptação dos mercados de trabalho às exigências de qualificação dos trabalhadores e da eficiência das empresas e o ajustamento dos sistemas de protecção social à necessidade de inserção social dos grupos desfavorecidos e aos constrangimentos da crise financeira do Estado Providência são incontornáveis.

Espero, por isso, que Portugal continue a contar com a presença activa da UGT nessa tarefa imensa em que partilha das responsabilidades que as sociedades reconhecem a um pequeno número de organizações sociais e económicas.

Que os primeiros vinte anos de uma central sindical portuguesa se cumpram no ano em que celebramos o 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Convenção da OIT sobre a Liberdade sindical é para mim um motivo de reflexão e uma razão adicional para este testemunho que aqui deixo.

SESSÃO DE ABERTURA DO COLÓQUIO

«O INTERESSE NACIONAL E A GLOBALIZAÇÃO»

Lisboa

29 de Outubro de 1998

Quero começar por agradecer o amável convite que me foi dirigido para participar neste colóquio sobre o Interesse Nacional e a Globalização, um tema cuja oportunidade me parece evidente e em torno do qual o Instituto da Defesa Nacional soube organizar um programa coerente e reunir um conjunto plural de personalidades da mais alta qualidade, como, de resto, é seu timbre. Está, pois, de parabéns, o Instituto da Defesa Nacional. Como podem imaginar, não posso, nem devo tentar tratar uma problemática tão densa e polémica como as tendências de globalização e os seus efeitos para a posição internacional e para os interesses nacionais de Portugal.

Pela minha parte, gostaria tão-só de partilhar convosco problemas que reputo relevantes na definição das prioridades nacionais, a propósito dos imperativos externos e das condições internas de cuja articulação depende uma avaliação realista das nossas possibilidades de acção numa sociedade internacional em crise desde o fim da guerra fria.

Creio ser legítimo entender o conceito de globalização de uma forma aberta, sem excessivas preocupações de rigor. Nessa perspectiva, essa tendência das relações internacionais corresponde a um conjunto de processos políticos, económicos, societários e culturais, cujo sentido geral se traduz numa redução acelerada das distâncias que separam os indivíduos, os agentes sociais, os Estados e os grandes espaços regionais, criando novas formas de

interacção estratégica, de interdependência económica e de interpenetração social e cultural.

Nesse sentido, trata-se de um fenómeno complexo e pluridimensional, onde se podem incluir quer uma crescente transnacionalização dos capitais, das trocas económicas, da informação e da tecnologia, quer as transformações na divisão internacional do trabalho, quer a emergência de uma comunidade cosmo política de defesa dos direitos, de valores e de «bens comuns» universais, quer o desenvolvimento das instituições de regulação internacionais, dentro de uma dinâmica de difusão, de desconcentração e de descentralização do poder nas relações internacionais.

A controvérsia sobre as virtudes e os vícios da globalização é bem conhecida. Naturalmente, os seus efeitos podem representar benefícios para uns e malefícios para outros, embora nem sempre os mesmos. Os movimentos de capitais, tantas vezes erráticos e súbitos, acentuam as percepções de vulnerabilidade nas economias mais expostas e os sentimentos de impotência dos Estados nacionais para se defender, sem por isso se deixar de reconhecer a importância da liberdade de circulação dos fluxos financeiros para o desenvolvimento.

As dificuldades de acesso à tecnologia contribuem para acentuar atrasos acumulados, embora as mudanças na localização das estruturas produtivas incluam numerosas oportunidades de progresso mesmo para as economias mais periféricas. Os movimentos ecológicos são um perturbador irritante para Estados permissivos e para indústrias antiquadas, se bem que a sua acção contribua para a inovação tecnológica e para a modernização económica. Os regimes despóticos detestam ser postos em causa pelas organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, mas a pressão destas pode representar uma forma importante de acelerar os processos de abertura e reforma de estruturas políticas arcaicas e corruptas.

Mais importante, na minha opinião, é a previsão que surge, frequentemente, associada a teorias da globalização, sobre o declínio irreversível dos Estados nacionais, submetidos à dupla pressão de movimentos supranacionais e infranacionais, os quais tendem a fortalecer-se reciprocamente.

Por certo, a emergência e a institucionalização de uma pluralidade de pólos de poder internacionais e regionais, impõem limites à autonomia e ao domínio dos Estados na política internacional. Todavia, não creio que as tendências de difusão e descentralização implícitas, nomeadamente, nos processos de globalização possam ou devam pôr em causa a centralidade dos Estados nacionais no ordenamento internacional. Não o podem fazer, na medida em que não têm consistência como modelo alternativo de estruturação dos equilíbrios internacionais. E não o devem fazer, pois não preenchem as funções essenciais dos Estados como o modo electivo de organização dos projectos nacionais, nem como um quadro único de legitimação das instituições representativas das comunidades políticas, nem como o lugar próprio de realização do primado do direito e de defesa dos direitos, liberdades e garantias, que caracterizam as modernas sociedades civilizadas.

Nesses vários sentidos, parece-me pertinente e actual a questão posta sobre a globalização e o interesse nacional. Sem a consolidação dos Estados nacionais, as tendências de criação dos espaços regionais e de internacionalização representam riscos de instabilidade nas relações internacionais. Por outro lado, essa consolidação implica uma capacidade acrescida de definição rigorosa das prioridades nacionais, que a incerteza e a opacidade típicas da crise internacional tomam cada vez mais difícil. Além disso, os fenómenos da globalização alteram os próprios conceitos de tempo e de espaço, que são o ponto de partida natural para a formulação do interesse nacional.

Creio ser útil, neste contexto, colocar três problemas distintos. Em primeiro lugar, gostaria de me referir aos processos de decisão internos, que são cruciais, quer para traduzir os consensos políticos sobre as prioridades nacionais, quer para garantir uma flexibilidade indispensável na sua realização, tendo em conta o ritmo de aceleração das mudanças externas.

Todos reconhecem que os mecanismos de formação da decisão na política portuguesa são por vezes excessivamente complexos, morosos e fechados e, nessas circunstâncias, resistem mal à inércia imposta pelas burocracias e são potencialmente vulneráveis à acção de grupos de pressão. A apropriação corporativa dos processos de decisão estratégica prejudica a sua racionalidade. A necessária contratualização com os agentes económicos e sociais para a realização das principais políticas, que devem sempre ser legitimadas pelas instituições representativas, torna mais complexa a formação da decisão.

Estes constrangimentos tendem, como se sabe, a coarctar o espírito de inovação e a reprimir a originalidade, o que se traduz, normalmente, numa perda de capacidade para reconhecer, em tempo, novas situações, novos riscos e novas oportunidades. Do mesmo modo, aqueles constrangimentos, podem condicionar, tanto a forma como deve ser formulada a definição das prioridades nacionais numa sociedade democrática e pluralista, como a capacidade de adaptação do Estado e das estratégias nacionais às circunstâncias da crise internacional e aos efeitos da globalização. Este é um problema que deve merecer a maior atenção por parte de todos os responsáveis e, desde logo, dos responsáveis políticos. Em segundo lugar, quero sublinhar a importância decisiva das políticas externas, de segurança e defesa para uma resposta articulada às novas condições internacionais, na medida em que se pode constatar uma constante desvalorização dessas políticas, nomeadamente na opinião pública.

A centralidade das políticas externas e de defesa em nada diminuiu no pós-guerra fria. Por um lado, na ausência da estabilidade imposta, no passado, pela rivalidade bipolar, as relações entre os Estados, incluindo as relações entre Portugal e os seus principais aliados e parceiros no quadro da União Europeia, da Aliança Atlântica ou da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tendem a tornar-se cada vez mais fluidas e mesmo vulneráveis a numerosas contingências, difíceis de antecipar. Essa situação exige, obviamente, um trabalho diplomático permanente, decisivo para a defesa dos nossos interesses na política internacional, que está longe de dispor de todos os meios necessários.

Por outro lado, se bem que o fim do confronto bipolar tenha criado um quadro de segurança excepcional para Portugal e o conjunto das democracias europeias, não é menos certo que o fim da guerra fria significou o regresso de guerras locais na Europa, uma multiplicação de conflitos em áreas relevantes para os interesses portugueses e, paralelamente, tornou mais exigente a nossa participação plena na comunidade de defesa europeia e transatlântica.

Ninguém duvida da importância do desempenho exemplar das Forças Armadas portuguesas nas missões internacionais na Bósnia-Herzegovina, em Moçambique ou em Angola, ou da sua intervenção humanitária na Guiné-Bissau, que se revelaram cruciais para a projecção internacional de Portugal. Porém, a experiência dessas missões e as qualidades demonstradas pelos militares portugueses também servem para constatar e reforçar a urgência de reformas profundas na instituição militar.

O grande desafio, neste domínio, é dar concretização ao conceito já definido ao nível político, de umas Forças Armadas progressivamente mais profissionalizadas, de dimensão adequada às nossas possibilidades, mas modernas e adaptadas às funções que,

cada vez mais, as forças armadas de países democráticos e internacionalmente activos, como o nosso, têm que desempenhar no quadro internacional.

Apesar dos esforços já desenvolvidos nesse sentido, é indispensável melhorar conceitos estratégicos e actualizar doutrinas, por forma a que sirvam, de facto, como orientação e fundamentação objectiva para o dimensionamento e reequipamento da nossa componente militar. Como é igualmente óbvia a necessidade de aprofundar as acções de reorganização e redimensionamento das Forças Armadas, cuja modernização, em todos os domínios, é indispensável para assegurar uma efectiva capacidade para cumprir as suas missões nacionais e internacionais.

A modernização das Forças Armadas contribui decisivamente para a projecção internacional de Portugal. Não redimensionar nem reequipar prejudica a possibilidade de se poder contar com esse contributo e o País não pode, em circunstância alguma, prescindir dele.

Como Comandante Supremo das Forças Armadas continuarei a incentivar que se dêem os passos necessários no sentido de dar concretização a esse grande objectivo nacional, que consiste, no fundo, em tornar as Forças Armadas portuguesas mais aptas para responder às exigências do mundo contemporâneo.

Em terceiro lugar, penso ser obrigatório abordar o tema da integração europeia, que continua a ser a prioridade das prioridades externas na hierarquia dos interesses nacionais. Para Portugal, a vinculação às instituições comunitárias europeias e transatlânticas representou uma estratégia insubstituível para a reconstituição do seu estatuto internacional como um Estado democrático, solidariamente empenhado na consolidação da segurança regional e da aliança entre as democracias europeias, bem como na edificação de uma sociedade internacional, assente nos princípios do direito.

Essa orientação clara continua a ser a nossa linha de rumo na crise aberta pelo fim da guerra fria, e exige, para as próximas etapas da construção europeia, uma reafirmação dos consensos nacionais, nomeadamente na consolidação das nossas políticas perante o próximo alargamento comunitário às democracias da Europa central e oriental, bem como quanto às posições portuguesas sobre a reforma política e institucional da União Europeia, decisiva para o seu futuro.

Na minha opinião, para Portugal, a integração regional é uma forma indispensável de articular as relações entre o nível nacional e o nível internacional, tanto no sentido de moderar os efeitos mais imprevisíveis da globalização, como para responder às suas oportunidades de mudança. Além disso, a par da emergência de outras entidades regionais, a consolidação da União Europeia como uma entidade política e económica alargada a todas as democracias europeias, é necessária para ultrapassar a crise do pós-guerra fria e reestruturar os equilíbrios internacionais de um modo estável e duradouro.

Para terminar, gostaria de partilhar convosco um sentimento de confiança. Portugal é uma Nação, o mais antigo Estado da Europa e uma comunidade de vocação universalista, que demonstrou, em inúmeras crises, uma excepcional capacidade para se transformar, sem nunca perder o sentido essencial de um destino nacional.

A minha convicção profunda é que os nossos valores não podem deixar de encontrar no novo mundo o melhor terreno para reafirmar Portugal.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
DAS JORNADAS EMPRESARIAIS
DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE
Santa Maria da Feira
*20 de Novembro de 1998**

No encerramento destas Jornadas Empresariais Portuguesas gostaria, em primeiro lugar, de felicitar a Associação Industrial Portuense e o seu Presidente pela iniciativa que em tão boa hora decidiu efectivar e também pelo patente êxito que esta realização obteve.

A minha presença neste evento deve ser vista num contexto de normal exercício das minhas funções, uma vez que estas jornadas abordam um tema que tem constituído uma das preocupações do meu mandato.

Neste quadro, gostaria de saudar todos os presentes, nomeadamente aqueles que são responsáveis pelo significativo tecido empresarial presente nesta sala e, mais uma vez, realçar o importante papel que desempenham e continuarão a desempenhar na sociedade portuguesa. Gostaria também de saudar o organizador ou, pelo menos, o incentivador destas jornadas, o Senhor Professor Valente de Oliveira e aproveitar para, sem nenhuma segunda intenção, o saudar igualmente pelo esforço pedagógico que desenvolveu nestes últimos meses em torno de um tema muito complexo.

Neste fórum, tiveram lugar debates de elevado nível com peritos nacionais e estrangeiros de grande qualidade e, o que infelizmen-

* Texto reconstituído a partir do improvisado.

te não é regra no nosso País, houve tempo suficiente para se amadurecerem ideias de forma a que os debates finais pudessem beneficiar do intenso trabalho realizado durante os meses anteriores.

Enquanto Presidente da República não posso deixar de me regozijar com a constatação, que mais uma vez faço, de que os empresários portugueses estão bem conscientes dos desafios que enfrentamos e das oportunidades que se nos oferecem. Estamos hoje efectivamente num momento histórico de grande significado para o futuro do nosso desenvolvimento económico. Por razões externas e internas.

Do ponto de vista externo, convém recordar as enormes mudanças realizadas desde a nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia, há pouco mais de doze anos atrás. O impacto que no imediato terá sido o mais significativo foi o que se fez sentir nas nossas relações económicas com a Espanha.

Até aí vizinhos mantendo excelentes relações mas de costas voltadas neste domínio, passámos a ter um relacionamento económico muito mais estreito e normal entre países vizinhos: a Espanha passou a ser o nosso maior fornecedor e um dos nossos maiores clientes. Empresas e grupos portugueses investiram significativamente em Espanha e o mesmo sucedeu, em muito maior número, com empresas e grupos espanhóis.

O caminho foi aberto e os resultados quase imediatos. No entanto, doze anos é um período curto na história dos povos, o que significa que temos à frente ainda muito mais oportunidades de intensificação das nossas relações económicas com Espanha e, espero, um forte incremento do nosso investimento e da nossa capacidade empresarial naquele país.

Mas não foram só as relações bilaterais com Espanha que sofreram uma transformação profunda. Basta lembrar o que aconte-

ceu nas nossas relações com o Brasil, onde — quem o diria há alguns anos atrás —, por exemplo, participamos no pacote financeiro organizado pelo Tesouro americano, dando assim um sinal de confiança aos nossos investimentos nessa área do mundo. E, desde há doze anos, que caminho não foi percorrido pela Comunidade Económica Europeia e pela nascente União Europeia. Foi a realização do mercado interno, com as liberdades de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais que, especialmente esta última, obrigaram a transformações de grande significado no nosso sistema financeiro e na própria forma de conceber e executar a política económica em geral.

Foi a criação da União Europeia com objectivos de grande alcance a nível político sustentados pela realização de uma verdadeira união económica e monetária baseada numa moeda única europeia.

Foi, finalmente, o processo de convergência que permitiu a decisão final sobre a moeda única e a nossa entrada no primeiro grupo de países que a vão adoptar já a partir de Janeiro próximo. Mas as mudanças não se fizeram sentir apenas no espaço europeu. A globalização da economia deu passos acelerados na última década e os acordos do Uruguay Round e a criação da Organização Mundial do Comércio consagraram definitivamente a liberdade do comércio a nível mundial. Tudo isto sucedendo num contexto político internacional completamente transformado pelo fim da guerra fria e pelo desagregar do bloco soviético.

Raramente se encontra um período histórico em que as mudanças sejam tão rápidas e tão profundas, pondo em causa não só o modo de funcionamento das economias, como levantando questões de âmbito mais vasto, de política geral, como sejam a redefinição do papel dos Estados-Nação e dos processos de integração regional na nova arquitectura política que se pretende construir a nível mundial.

E como sempre sucede quando as mudanças são rápidas, surgem situações de instabilidade e naturais perplexidades a nível dos agentes económicos e dos cidadãos em geral.

No curto prazo, esperamos que seja curto o prazo, atravessamos uma dessas situações instáveis. Tenho, no entanto para mim, que um reforço da cooperação entre os países da União Europeia e destes com os restantes países mais prósperos, permitirá encontrar um conjunto de acções concertadas que possibilitará a reposição da estabilidade necessária para um bom desempenho das economias. As palavras-chave são concerteza e serão cada vez mais: relançamento, formação, inovação, coordenação, concertação, reforma e desenvolvimento social.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Detive-me até agora nas mudanças externas que criaram, para o nosso País, uma envolvente nova. Mas também a nível interno atravessamos hoje um período particularmente significativo. Atingimos, com efeito, uma situação também ela nova, no que respeita às nossas potencialidades.

O desenvolvimento operado no País nas duas últimas décadas permitiu um salto qualitativo de grande importância na transformação da nossa posição competitiva. Esgotámos as vantagens que decorriam da nossa condição de país subdesenvolvido. Não mais podemos confiar num crescimento baseado em mão de obra barata e pouco qualificada. E ainda bem!

Começamos hoje a dispor, principalmente a nível das novas gerações, de trabalhadores qualificados e mais aptos a poderem aprender durante a sua vida activa, característica essencial no período de grande mutação tecnológica que atravessamos.

Os nossos sistemas de ensino e formação profissional são frequentemente criticados e algumas vezes, porventura, as críticas serão justificadas. Mas isso não nos pode levar a criar uma pers-

pectiva errada, esquecendo o enorme progresso que representou atingir taxas de escolaridade próximas do nível médio europeu ou omitindo o intenso esforço de formação profissional, sendo certo que ainda num passado recente a maior parte da nossa mão de obra era analfabeta ou quase e que a formação profissional era praticamente inexistente.

Basta recordar que quando estava na Universidade éramos mais ou menos 20 000 e que hoje os estudantes universitários, compreendendo as faculdades e os politécnicos, são perto de 400 000. É uma mudança decisiva, mantendo-se praticamente constante a população

Julgo ser também patente uma enorme mudança a nível da nossa classe empresarial. E não falo apenas de acontecimentos como estes, que tão bem expressam essa mudança. Desde que exerço estas funções tenho, como sabem, percorrido incessantemente o País e não deixo, em cada zona que visito, de avaliar o estado da actividade empresarial. É uma norma que a mim próprio me impus e que tenho seguido à risca.

Pois tenho verificado que mesmo em zonas supostamente mais deprimidas ou isoladas existe hoje uma abertura para a inovação empresarial e uma consciência da necessidade de mudança que constitui, a meu ver uma enorme transformação de atitudes e um trunfo que devemos aproveitar.

Temos, portanto, condições para encontrar e desenvolver novas vantagens competitivas que substituam as que se esgotaram devido ao nosso próprio êxito no processo de desenvolvimento.

Senhor Presidente da Associação Industrial Portuense
Senhores Empresários

Julgo que também já vai sendo tempo de olhar, com a vossa iniciativa e com a vossa capacidade, para todo o território nacional e a partir daí reforçar a dimensão da nossa competitividade externa.

Se alguma lição, me atrevo a tirar dos acontecimentos e da consulta eleitoral do passado dia 8 de Novembro, é a do grande esforço, da grande dimensão que teve o desejo da manutenção da unidade nacional. Qualquer que seja a coloração que se dê a esta afirmação, e pode haver várias, julgo que terá desempenhado um grande papel nos resultados, o desejo de a dimensão histórica e tradicional do país se manter, independentemente de saber se esse era o melhor caminho para um determinado tipo de objetivos. Pois bem, peguemos então na conclusão do referendo, porque não vale a pena fazer referendos, só para saber se naquele momento é assim ou não, eles servem também para se tirar ilações das suas respostas, através de interpretações razoáveis, não delirantes nem utópicas.

Pela forma como votaram no dia 8, as pessoas foram, sem dúvida, a favor de um país uno, necessariamente desenvolvido, e definitivamente contra a concentração e a favor da descentralização. Tudo isso foi dito de uma forma inequívoca. Julgo poder interpretar o desejo de que a polémica não fique reduzida a duas áreas metropolitanas, passando ao lado de todos os outros portugueses que estão fora deste litoral desenvolvido, e que são muitos.

É por isso, Senhores Empresários, que estando aqui com a vossa hospitalidade e gostando aliás bastante de estar aqui, pela possibilidade que nos dá a todos de exprimirmos as nossas ideias, entendo que é preciso passarmos agora para um outro patamar da nossa competição. E ela não é entre nós, ela não é entre as duas principais cidades, que serão sempre pólos de desenvolvimento e de competição numa fronteira mais alargada. A nossa competitividade tem de se exprimir e ser avaliada num horizonte muitíssimo mais vasto, e não há lugar de facto para alguns tipos de bairrismos. Não há de todo!

O ritmo da modernização da nossa formação profissional e da modernização das nossas empresas, significa procurar novas capacidades produtivas, procurar diferenciações produtivas que permitam precisamente termos novas dimensões de capacidades. A possibilidade e a capacidade de termos uma internacionalização cada vez mais acelerada da nossa economia, sem desprezarmos, obviamente, aquilo que somos e em que é que se traduz a nossa convivência diária, são os novos desafios com que nos confrontamos.

Mas isso comporta, que todos, e é por isso que tenho apelado nos últimos dias a um necessário consenso neste sentido, vejamos calmamente como é que, afinal de contas, se podem concretizar aspirações tão generalizadas como são a descentralização, a simplificação, a desburocratização. E é por isso que tenho dito que, independentemente das reivindicações de tipo regional ou municipal que agora se perfilam no horizonte, não devemos assumir essas reivindicações de uma forma casuística, sem um estudo apropriado. Não podemos mais ter a visão de que é saltando para a frente sem consolidarmos o terreno que podemos avançar.

E é por isso que urge dar resposta à aspiração tão profunda, sentida quer por cidadãos anónimos, quer por empresários qualificados, que é afinal de contas perceber, como efectivar os seus direitos, como exigir, como ter respostas e como obter a salvaguarda das suas expectativas. Isso é um trabalho profundo, que a nossa cultura política e administrativa em geral têm particularmente ignorado. Não tenhamos ilusões, não se ergue um novo edifício jurídico com as nossas décadas de teorização administrativa, constitucional, e não é por acaso que a nossa visão sobre o país, a nossa concepção ideológica do ponto de vista do Estado, e a nossa capacidade de legislar têm sido o que têm sido.

E por isso há, não tenham dúvidas, uma contradição cada vez mais evidente, em relação a essas referências que eu diria tradicionalistas, e aquilo que é o ritmo do novo desenvolvimento, aquilo que é o ritmo da competitividade. E nenhum de nós encontrou ainda o equilíbrio para isso, um equilíbrio dinâmico, um equilíbrio capaz de albergar rupturas mas também relançamentos. É perante esta situação que estamos hoje confrontados. E foi nesse sentido, da nossa perspectiva nacional, que convidei o Senhor Presidente da Associação Industrial Portuense para me acompanhar numa visita que vou fazer, nos próximos dias 4, 5 e 6 de Dezembro, ao Alqueva, a Sines e à Base de Beja, no Alentejo, numa perspectiva do que é possível realizar, num contexto nacional e porventura internacional.

Em meu entender este gesto tem uma simbologia, porque não nos pode ser indiferente, quando estamos na ponta do Algarve o que se passa em Viana do Castelo ou em Trás-os-Montes, ou em qualquer outro sítio do território nacional e vice-versa. E esta unidade é indispensável para podermos ter a nível nacional uma batalha contra as assimetrias, contra as exclusões, contra os que ficam para trás e ajudando todos, afinal de contas, a avançar. Agradeço-lhe, Senhor Presidente, a disponibilidade para me acompanhar.

Senhor Presidente da Associação Industrial Portuense
Senhores Empresários

Um outro aspecto digno de realce na mudança de atitudes empresariais tem a ver com o número crescente de empresas que desenvolvem iniciativas que decorrem das responsabilidades que assumem na área social.

Longe de ser um factor inibidor da melhoria da produtividade, a adopção pelas empresas de práticas de solidariedade social a nível interno será certamente indutora de estabilidade e, portanto, de benefícios evidentes no domínio da competitividade.

A cidadania empresarial é, por isso, um tema que merece uma atenção renovada de todos: autoridades, empresários e trabalhadores.

Mas é necessário ver, ao mesmo tempo, qual é afinal de contas a responsabilidade de cada um de nós perante o Estado, seja ele mais forte, seja ele mais residual conforme as concepções de cada um. O debate dura há muitas décadas, e vai continuar. Eu dou um pequeno exemplo: estamos todos de acordo que é preciso que a justiça seja eficaz, e que ande mais depressa, mas ela não pode ser unilateralmente eficaz. O que é que eu quero dizer com isto? A justiça não pode andar mais depressa quando somos nós que pomos as acções, ou seja quando somos os autores, e andar mais devagar quando somos réus. Não podemos ser eficazes e ter a possibilidade de responder às expectativas da opinião pública quando o sistema é um sistema de garantias de tal maneira revestido que já não garante coisa nenhuma, e ao mesmo tempo assegura o distanciamento do que se vai fazendo em relação ao Estado.

O mesmo se passa com a reforma fiscal. Porque em Portugal, desde que me lembro que se fala da necessidade de uma reforma fiscal, mas nunca vi ninguém em lado nenhum, indivíduo ou sociedade, interessado num reajustamento da sua carga fiscal, ou numa carga fiscal distribuída de uma forma mais equitativa, e mais estimulante, do ponto de vista da produtividade dos sectores em causa.

Isto apenas para ilustrar, que o caminho que temos de fazer em busca dos consensos ou das posições relativas, se quiserem, capazes de introduzirem as mudanças muito justamente reclamadas é um caminho difícil, mas é um caminho sem dúvida necessário. Por outro lado, não ignoro que persistem factores negativos que urge ultrapassar. Com efeito, apesar dos esforços realizados — e

que encaro com muito apreço — não conseguimos ainda modernizar e descentralizar o nosso Estado de modo a ele poder realizar de forma eficaz as funções que constitucionalmente lhe cabem.

Não podemos ter ilusões sobre esta matéria: as formas anacrónicas de actuação em alguns aspectos cruciais da acção estatal, em particular as que afectam a actividade económica, são hoje um factor que nos dificulta a criação das novas vantagens competitivas que a evolução da sociedade permite e exige.

As transformações no Estado como aquelas que necessitamos, tenhamos também isto presente, não se fazem de um momento para o outro nem são tarefa apenas do Governo.

Exigem uma orientação de médio ou até de longo prazo e um amplo consenso político que permita dar gradual, mas seguramente, os passos necessários, sem que a pressão dos grupos de interesse ou a luta política conjuntural afectem a necessária coerência de um processo que se exige continuado para ser eficaz. Estou convicto que saberemos encontrar esses consensos e que, modernizando e descentralizando o nosso Estado, nos tornaremos mais aptos para aproveitar as grandes oportunidades que as transformações externas e internas a que fiz referência nos oferecem. E com isto também quero dizer mais duas coisas: a primeira, é a necessidade de uma nova vitalidade da iniciativa e da actividade política. Por uma razão, porque vejo com alguma preocupação que os vários sucessos ou insucessos políticos, factos políticos como se diz de há uns anos a esta parte, têm para muitos observadores produzido um distanciamento em relação à vida política no seu conjunto. Penso que é um mau caminho! Porque, Senhoras e Senhores Empresários, os políticos nos quais me incluo, não são nem melhores nem piores do que os outros grupos da sociedade portuguesa. Eu sou advogado de profissão — é essa a

profissão que indico sempre em qualquer formulário —, e entre os advogados, sabemos bem que na grande maioria há gente magnífica, mas também há sólidas excepções. E podemos ir por aí fora com outros exemplos.

Não podemos pensar que um país neutraliza a actividade política, ou que afasta a actividade política para longe, porque ela estará eventualmente para alguns tocada de elementos nefastos, ou que ela em si mesma produz efeitos negativos na orientação do país. É um caminho impossível, numa democracia moderna e europeia. O que temos de fazer e essa é a nossa responsabilidade, é pugnar-mos todos, políticos, empresários, professores, universidades, sindicatos e sociedade civil em geral, por uma actividade política mais transparente e mais capaz de prestar contas. Mas, também capaz de ouvir as coisas que lhe pedem, porque as pessoas querem participar, querem, em suma, ser uma sociedade que pela participação constante, pela aferição constante dos destinos nacionais, consegue ter em relação a cada tema uma posição efectiva e capaz.

Não é pelo distanciamento dos cidadãos relativamente ao quotidiano que os países melhoram, nunca foi assim. O distanciamento produz, aliás, populísmos estéreis do pior quilate. É pela participação e pela presença, pela responsabilização que poderemos chegar a bom porto. E se vos digo isto aqui, é porque sei da vossa compreensão e da vossa atenção, é porque cada vez me parece mais que não pode haver corpos completamente separados, numa determinada sociedade, nomeadamente neste final do século XX. É este o sentido que quero dar às minhas palavras.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Terminando, gostaria de salientar que, pelo que me foi dado ler nas comunicações e discussões havidas nos debates destas Jornadas muitas das vossas preocupações são também preocupações do Presidente da República.

Ressaltam igualmente desse trabalho análises e sugestões de grande interesse que, estou certo, não deixarão de ser ponderadas pelos órgãos competentes.

Renovo por isso as minhas felicitações à Associação Industrial Portuense na pessoa do seu Presidente, Eng. Ludgero Marques, por todo o trabalho desenvolvido nestas Jornadas, que para mim são bem a demonstração dos novos rumos que os empresários portugueses estão determinados a seguir.

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA
DO PRÉMIO EXCELÊNCIA PEX/SPQ
E DE ENCERRAMENTO DO MÊS DA QUALIDADE
Museu de Electricidade, Lisboa
27 de Novembro de 1998

Gostaria em primeiro lugar de manifestar a minha satisfação por poder testemunhar este acto de tão grande significado no que se refere à promoção da qualidade nas nossas organizações.

A atribuição do Prémio de Excelência e a realização do «Mês da Qualidade» que agora chega ao seu termo simbolizam bem a importância que este domínio vem adquirindo entre nós.

E a justo título.

Trata-se efectivamente de uma preocupação essencial nos dias de hoje, em que a intensificação da concorrência a nível mundial, as exigências dos consumidores e a própria inovação tecnológica pressionam permanentemente as actividades produtivas no sentido da melhoria da qualidade dos seus produtos e da sua própria gestão. Desde sempre, naturalmente, que em economias de mercado a qualidade se constituiu em factor actuante e impulsionador do progresso.

Mas é legítimo afirmar que foi nas últimas décadas que ganhou o papel decisivo que hoje lhe reconhecemos na competitividade das empresas e da própria economia em geral.

À medida que as economias se tornaram mais prósperas e os cidadãos mais informados, a finalidade essencial da produção deixa de ser a ultrapassagem da escassez de produtos essenciais — em que a quantidade, mais que a qualidade é prioritária — para se centrar na satisfação de necessidades de mais alto nível manifes-

tadas por consumidores exigentes, pouco dispostos a tolerarem falhas ao nível da qualidade dos produtos.

Mas a qualidade não é só um problema da procura de produtos. É também uma questão que se relaciona directamente com as condições em que se efectua a produção.

Não é por acaso que as economias mais prósperas são também aquelas que sabem realizar produções de mais elevada qualidade. Podemos até dizer que um critério seguro de avaliação do nível de desenvolvimento de um país é a sua capacidade de produzir produtos de elevada qualidade.

A qualificação da mão-de-obra e o nível dos métodos de gestão são, neste particular, essenciais.

A qualidade transcende, contudo consumidores e empresas. Existe também uma componente de grande importância que tem a ver com os serviços que o Estado fornece para que se possa processar com eficiência a actividade das organizações.

Não é possível ter um desenvolvimento económico baseado na qualidade se os serviços públicos funcionarem deficientemente e não acompanharem a evolução geral.

A avaliação da qualidade dos serviços públicos, que deve sempre centrada no utente, é assim uma tarefa de importância vital para a prosperidade de um país como ao próprio estímulo à qualidade empresarial.

Consumidores exigentes e informados, empresas bem geridas e dotadas de mão-de-obra qualificada, serviços públicos eficientes e centrados no utente são, pois as três componentes necessárias para um crescimento económico baseado na qualidade, único que nos tempos de hoje tem viabilidade.

O nosso País encontra-se justamente numa fase crucial nesta matéria. O nosso modelo tradicional de crescimento económico baseado em mão-de-obra barata e de baixa qualificação esgotou-se.

Não é mais possível competir no espaço europeu com uma estrutura produtiva maioritariamente assente nesse tipo de actividades.

É pois de vital importância para a nossa economia saber mudar para um crescimento apoiado na qualidade.

Passos importantes têm sido dados, em particular no que respeita à formação da mão-de-obra e à introdução de novas técnicas de gestão nas organizações.

Mas estamos ainda claramente numa fase de transição, pelo que continuam a existir grandes deficiências a todos os níveis e principalmente, como é sabido, no que se refere à qualidade de prestação do serviço público.

A promoção e estímulo da qualidade através de iniciativas como aquelas que aqui hoje presenciamos, que premeiam a Excelência neste domínio são certamente oportunas em qualquer sociedade moderna.

Mas são especialmente necessárias numa economia como a nossa nesta fase de mudança de modelo de crescimento.

Felicito pois a Empresa DHL — Transportes Internacionais, L.^{da}, pelo galardão alcançado e manifesto o meu apreço ao Instituto Português da Qualidade e à Associação Portuguesa da Qualidade pelas realizações que tão oportunamente têm promovido neste âmbito, em particular o «Mês da Qualidade» que agora chega ao seu termo.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
DA IV CONFERÊNCIA DO *DIÁRIO ECONÓMICO*
«A GLOBALIZAÇÃO ESTÁ EM RISCO?»
Santa Maria da Feira
15 de Janeiro de 1999

Gostaria em primeiro lugar de prestar a minha homenagem à memória de Leonardo Ferraz de Carvalho, grande impulsionador destas conferências, pelo papel estimulante que desempenhou na abordagem das grandes questões que se põem à sociedade portuguesa neste final de milénio.

Gostaria também de felicitar o *Diário Económico* por mais uma vez abrir este fórum de debate em que, como já vem sendo tradicional, participaram personalidades do mais alto nível.

O título da conferência deste ano, «A globalização está em risco?» é só por si um incentivo aliciante à troca de ideias e à afirmação de convicções.

Longe de mim tentar dar a resposta a esta questão, que pertence a um futuro que neste momento se apresenta como especialmente incerto.

Mas julgo oportuno transmitir a minha opinião sobre algumas das condicionantes que a resposta que o futuro nos vai dar, qualquer que ela seja, irá provavelmente respeitar.

Claro que a questão terá de ser determinada, em primeiro lugar, por saber de que globalização é que estamos a falar.

São inegáveis os avanços da globalização a nível económico e financeiro.

A completa liberalização do comércio mundial de mercadorias que estará concluída em 2005, bem como os imensos fluxos fi-

nanceiros que hoje percorrem o Globo a qualquer hora do dia aí estão para o demonstrar.

No entanto, do ponto de vista político, não se pode falar de uma globalização nem sequer, muitas vezes de um maior nível de cooperação internacional.

Na realidade, o que hoje sucede é que o nível de decisão político sediado nos estados-nação não acompanhou — nem provavelmente existem condições para que acompanhe no imediato — o desenvolvimento da globalização económica e financeira.

Daí a instabilidade que a ausência de regras tuteladas pelo poder político permite, principalmente no domínio financeiro.

Instabilidade que, a nível mundial, tem sido responsável por perturbações graves de todos conhecidas.

Este é um aspecto crucial para o futuro da economia mundial. Em meu entender, se os Estados não forem capazes de cooperar e de acordar num conjunto de regras mínimas — em particular no que se refere ao sistema monetário internacional — que permitam um crescimento económico estável, será a própria liberalização económica e financeira que pode estar em causa, como o título desta conferência tão oportunamente interroga. A liberalização plena dos fluxos financeiros é um fenómeno ainda recente. Mas já durou o tempo suficiente para nos permitir reconhecer a necessidade de regras e de instituições estabilizadoras a nível mundial.

Porque não é possível ao mundo viver com o clima de instabilidade que se tem registado nos últimos anos, em que importantes regiões do globo como o Extremo Oriente, a Rússia, certos países da América Latina e a África são particularmente afectadas sem que esteja à vista uma recuperação rápida e sustentada.

Julgo que o caminho indicado para permitir uma reacção positiva passa, no imediato, pelo reforço da integração regional como

passo importante para permitir ao poder político alcançar o nível adequado de resposta aos desafios que a globalização económica e financeira nos tem trazido.

A União Europeia, ao constituir a União Económica e Monetária, deu um passo de grande importância nesta via, garantindo a estabilidade monetária interna, factor que será certamente essencial para o crescimento económico.

Mas — devemos reconhecê-lo — a própria Europa não assegurou ainda todas as condições políticas necessárias à sustentação da união económica e monetária.

Porque também aqui a concertação política se tem, infelizmente, revelado insuficiente, conforme se tornou patente nos últimos anos. Se a Europa não realizar um enorme esforço de convergência política em todos os domínios, mas em particular no que se refere ao reforço da Coesão Económica e Social dentro do espaço europeu, será a própria união económica e monetária que poderá estar em causa.

É do interesse de todos que o reforço dos laços políticos se faça rapidamente e se ponham entre parênteses interesses imediatos da conjuntura política, que acabam por não ter futuro, face a esse grande objectivo que deverá ser o de garantir que, no nosso espaço europeu, poder político e integração económica e monetária se harmonizem integralmente.

Mas esta harmonização, se é necessária para a Europa, é-o também para o mundo pois a necessária concertação política global a que há pouco fiz referência só será exequível se a Europa aparecer como um parceiro privilegiado, apoiado num espaço economicamente integrado mas também politicamente coerente. Por todas estas razões estou convicto que é possível conceber uma globalização que traga à Humanidade mais progresso e mais justiça social entre países e dentro dos países.

Assim a Europa queira efectivamente afirmar-se em termos políticos como se afirma já hoje em termos económicos.

A nível interno entretanto, não podemos ter grandes dúvidas sobre o que importa fazer.

Qualquer que seja o evoluir da situação mundial e europeia, as grandes transformações que é necessário realizar na sociedade portuguesa estão claramente identificadas e a sua urgência é sentida por todos: a Administração Pública, a Justiça, a Segurança Social, a Saúde, a Educação acumularam atrasos de décadas que só recentemente têm começado a ser verdadeiramente atacados. Todos reconhecemos também as deficiências que ainda persistem na ligação entre domínios essenciais ao nosso desenvolvimento, como o das ligações entre ensino e formação profissional ou entre ciência e mundo empresarial.

É necessário, em particular, aproximar os cientistas das empresas, e as empresas dos cientistas, mostrando à actividade produtiva que o País dispõe já hoje de competência científica em muitos sectores e que esta pode ser posta ao serviço da competitividade e da inovação. A evolução dos últimos anos vai no bom sentido e é certamente animadora, mas há ainda muito a fazer.

A urgência do que é necessário realizar nestes domínios impõe um grande consenso nacional que não basta que se fique pelas palavras mas que exige formas concretas de cooperação entre as forças políticas.

Não é este o único domínio, porém onde se exige uma ampla convergência de esforços.

Necessitamos também de um fio condutor geral sobre o que queremos ser dentro da Europa.

E nada mais oportuno que a preparação do Plano de Desenvolvimento e do próximo Quadro Comunitário de Apoio para que este conceito surja e seja assumido pelo País.

Tivemos até este ano um objectivo nacional claramente definido, que obteve um largo apoio da sociedade portuguesa, que foi a adesão à União Económica e Monetária.

Conseguimos alcançar esse objectivo com pleno êxito, provando, mais uma vez a nossa capacidade de realização quando nos empenhamos verdadeiramente num objectivo comum.

Importa agora definir, como grande objectivo nacional, um novo conceito, sobre o que queremos que seja a Europa e sobre o que queremos ser dentro do espaço europeu unificado.

Unificação no espaço europeu que cria grandes possibilidades de progresso mas exige da nossa parte ideias claras e verdadeiramente assumidas por um largo apoio de forças políticas, económicas e sociais.

Só conseguiremos obter esta adesão com uma discussão profunda, alargada e intensamente participada sobre o rumo que queremos seguir na nossa inserção na Europa e sobre o papel que podemos representar na estruturação do espaço europeu.

Não devemos naturalmente atrasar as transformações mais urgentes.

Elas encontram-se diagnosticadas e há que avançar mesmo sem esperar que esse novo conceito venha a ser estabelecido.

Mas este será necessário por outras razões.

Porque será ele que poderá informar a estratégia de longo prazo da nossa inserção na Europa integrada e numa economia globalizada.

Porque será dele que podemos esperar um reforço da coesão nacional em que os particularismos de capela ou de bairro se abatam perante os interesses do País.

Porque será dele, enfim, que podemos extrair a confiança num Portugal livre, próspero e solidário que queremos deixar às gerações futuras.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO XXV ANIVERSÁRIO DA DECO

Lisboa

12 de Fevereiro de 1999

Neste dia em que se celebram os primeiros vinte e cinco anos de actividade da DECO, mais importante do que falar sobre a sua enorme contribuição para o progresso da defesa do consumidor em Portugal, pareceu-me oportuno aproveitar a comemoração do aniversário desta associação para prestar uma homenagem e fazer um duplo apelo quanto ao papel das organizações cívicas na sociedade portuguesa.

A primeira palavra é de homenagem.

A DECO tem sensivelmente a idade da democracia portuguesa. É bem o exemplo de uma associação que foi capaz de criar um novo espaço de intervenção cívica.

Criou meios para avaliar os produtos e os serviços sobre que se pronuncia; identificou problemas e omissões da legislação; denunciou práticas lesivas dos direitos dos cidadãos; combateu abusos dos agentes económicos; propôs soluções alternativas, mobilizou e desenvolveu a consciência cívica e interventiva dos cidadãos. Contribuiu decisivamente para que a administração central e a local sentissem a necessidade de passar a responder melhor à reclamação de direitos de cidadania que, antes, eram por vezes encarados com menosprezo, indiferença ou distanciamento.

Portugal deve-lhe um reconhecimento público pela contribuição que deu para que o País disponha hoje de um Direito do Consumidor evoluído como o que temos.

Fez tudo isto e conseguiu a credibilidade que hoje todos reconhecemos. Ao longo destes vinte e cinco anos, privilegiou o rigor à facilidade da demagogia ou do sensacionalismo, afirmou a sua independência relativamente aos agentes públicos e privados com que a sua actividade se relaciona, fundamentou as suas tomadas de posição em estudos detalhados e tecnicamente credíveis.

Por tudo isto, a DECO conseguiu que as suas críticas sejam consideradas com atenção e com cuidado, e consegue habitualmente que as suas propostas de solução, porque são responsáveis e fortemente fundamentadas, sejam tidas em consideração.

De algum modo, a DECO credibilizou a reivindicação consumista entre nós. Olhada primeiro como proveniente de utopistas vistos como ignorantes da «realidade» (a tal identidade difusa que tudo parece justificar) a DECO é hoje uma parte activa para um quotidiano mais saudável, mais exigente e também mais verdadeiro.

A minha segunda palavra é um apelo, que dirijo quer aos cidadãos e às associações cívicas, quer à administração pública.

A democracia precisa que os cidadãos se empenhem crítica e construtivamente no funcionamento diário da sociedade. Exige que esse empenhamento não se reduza à denúncia empolgada em casos pontuais ou possa ser confundido com a manipulação por grupos de pressão do mais diverso tipo.

A participação cívica pressupõe quase sempre uma forte motivação e, nalguns casos, não excluirá sequer uma paixão que se fundamenta na relevância das opiniões ou dos interesses em causa. Mas, para que possa ser consistente, tem de ser uma actividade diária, voluntária e cada vez mais generalizada de todos os cidadãos, em todos os domínios, com mais informação e mais conhecimento.

Daí que o meu apelo se dirija em primeiro lugar aos cidadãos, para que se manifestem e se organizem em permanência em torno de objectivos claramente assumidos. E que não o façam apenas nas situações extremas em que consideram existirem motivos para questionar decisões concretas ou para criticar os agentes económicos ou a administração pública por decisões já tomadas. Uma democracia adulta pode e deve beneficiar da crítica a soluções que estão a ser encaradas. Pode e deve enriquecer-se com o debate de alternativas que visam minorar inconvenientes e que resultam da mobilização dos interessados e da sua cooperação com os especialistas. O aperfeiçoamento da democracia e a modernização de Portugal só ganharão com isso.

Apelo também aos agentes económicos e à administração pública para que não se refugiem em atitudes autistas e reconheçam o papel incontornável que têm os movimentos e as associações cívicas. Sem o seu empenhamento na melhoria do acesso dos cidadãos à informação, sem que sejam activamente promovidos genuínos processos de consulta e participação, abre-se, mesmo quando se está perante decisões devidamente fundamentadas, o campo para a dúvida e para o equívoco.

O aperfeiçoamento dos sistemas de decisão exige que as críticas e as propostas dos cidadãos sejam séria e atempadamente consideradas, e isso ajudará a impedir que a demagogia fácil, a violência gratuita ou a pressão ilegítima minem a credibilidade das decisões e das instituições.

Precisamos que a democracia portuguesa seja cada vez mais capaz de integrar a crítica que vai de par com a proposta alternativa.

Precisamos que os poderes fácticos articulem cada vez melhor a defesa dos seus pontos de vista e dos seus interesses, com a responsabilidade, que também têm, perante o nosso futuro colectivo.

Portugal tem de ser, cada vez mais, um País solidariamente responsável, onde se é tanto mais cidadão quanto mais se intervém e se participa.

Portugal não é só o Estado ou a administração. Portugal são os Portugueses, todos os Portugueses. Sem eles, sem a sua intervenção activa diária, crítica e construtiva não haverá progresso e a nossa Democracia não poderá progredir.

A DECO merece o respeito e a estima dos portugueses.

CAPÍTULO IX

AMBIENTE
E CIDADANIA
PLANETÁRIA

Impõe-se, em suma, generalizar uma cultura, uma ética individual e política equacionada no longo prazo, em termos de custos e de benefícios e do princípio de que a herança que recebemos tem de ser transmitida, valorizada, às gerações que nos sucederão.

Aos cidadãos coloca-se o desafio de saberem ultrapassar os seus interesses individuais e de, construtivamente, se entreatudarem na procura das melhores soluções para o uso dos escassos recursos do nosso Planeta.

VISITA À CENTRAL ATÓMICA DE CHERNOBYL
(VISITA DE ESTADO À UCRÂNIA)

Chernobyl

15 de Abril de 1998

Alguns de vós poderão interrogar-se sobre as razões desta minha visita a Chernobyl.

De uma forma sucinta, direi que esta minha visita prossegue as seguintes finalidades:

Em primeiro lugar, testemunhar a nossa solidariedade face ao drama humano que aqui teve a sua origem, às vítimas de um acidente para sempre marcado na nossa memória de europeus, e a todos os que têm trabalhado para minorar as consequências e resolver os problemas que se levantaram.

Em segundo lugar, assumindo a questão nuclear um tão importante papel na cooperação que se estabelece entre a Ucrânia e os outros países europeus, e um papel também tão decisivo no seu próprio desenvolvimento económico e social, é natural que desejasse conhecer, em maior detalhe, as perspectivas das autoridades ucranianas relativamente a esta questão central.

De facto, Chernobyl coloca questões da maior importância não apenas em termos das soluções tecnológicas eficazes — nos planos da produção energética e da resolução definitiva das sequelas do desastre —, como das condições do próprio desenvolvimento da Ucrânia e, por conseguinte, da sua plena afirmação no quadro regional onde se encontra inserida.

Finalmente, é necessário sublinhar que, num mundo crescentemente globalizado, a afirmação legítima das nossas identidades passa também pelo desenvolvimento de uma capacidade nacio-

nal em termos científicos e tecnológicos e pelo reforço constante da cooperação internacional.

Só um desígnio, um projecto, é capaz de dar aos homens uma visão optimista de si próprios e do seu relacionamento com os outros.

Nenhum de nós tem à partida as soluções miraculosas que nos garantirão um futuro seguro.

Mas temos o dever de encontrar as soluções adequadas à nossa sobrevivência colectiva, no decurso de um processo participativo, partilhado, solidário, em que todos sejamos interlocutores válidos, capazes de tornar as questões que nos são próprias em temas interessantes e relevantes para toda a humanidade.

Vivemos uma época em que de uma forma aguda se colocam os problemas da sustentabilidade, envolvendo questões que têm a ver também com o nível de utilização dos recursos naturais e da energia, e com a relação com o meio ambiente que nos rodeia e nos acolhe. Chernobyl é um exemplo desse vector primordial do esforço de cooperação.

Desejo frisar aqui, hoje, a importância da ciência e da tecnologia como bases constitutivas essenciais do esforço de cooperação internacional, pela universalidade dos problemas, pela identidade da linguagem, pelos benefícios comuns da procura de novas soluções. É preciso favorecer uma atitude científica face aos grandes problemas do quotidiano. Uma sociedade que abdica de procurar os vectores da sua racionalidade é uma sociedade que vai morrendo sem esperança.

No limiar do III milénio não há soluções reais que não sejam partilhadas.

O futuro constrói-se todos os dias na cooperação e no diálogo, criando e verificando ideias, propondo acções possuidoras de fôlego capaz de nos fazer sobreviver colectivamente e em paz sobre o nosso planeta.

CERIMÓNIA DE AGRACIAMENTO

DA LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA

Palácio de Belém

28 de Julho de 1998

*F*alar de Ambiente e Natureza corresponde, na realidade, a falar na postura cívica do Homem face aos seus co-habitantes da Terra e, em última análise, face a si próprio, como Espécie. Falar de Ambiente é falar do bem-estar dos seres humanos, é falar de eficácia dos seus sistemas produtivos, é falar de equidade dos seus sistemas sociais, é falar da preservação e promoção da capacidade do meio natural para satisfazer plenamente essas necessidades. O Ambiente é hoje, como aliás sempre o foi, um factor de custo e de benefício que temos de enquadrar claramente nos nossos orçamentos individuais, nacionais e globais.

O Ambiente é, para todos os efeitos, a globalidade em que estamos inseridos e de que a nossa existência, como Espécie, como Sociedade e como Cultura dependem.

Não podemos mais aceitar que o benefício de alguns se baseie na socialização dos custos por ele originados, como também não podemos aceitar mais que a alegada preservação do Ambiente se materialize na restrição arbitrária ou na interdição inadequadamente compensada do direito à propriedade e ao uso do solo. Torna-se urgente, no domínio ambiental, ultrapassar os preconceitos e os oportunismos demagógicos para, urgentemente encararmos de frente os imensos problemas que a questão ambiental nos coloca, de modo a encontrar a síntese que permita o desenvolvimento equilibrado da qualidade de vida das sociedades humanas.

Num contexto construtivo, importa reconhecer as limitações do nosso conhecimento e identificar as medidas para a sua correcção. E elas são conhecidas:

- Planeamento prospectivo;
- Horizontalidade na consideração das interacções ambientais, económicas e sociais;
- Transparência e envolvimento público e do cidadão;
- Eficácia e eficiência na produção e utilização dos recursos;
- Solidariedade activa e inventiva;
- Conhecimento crescente do nosso meio e das suas funções e processos;
- Criatividade.

Temos pois, de caminhar no sentido de uma nova cultura, de uma nova jurisprudência, de uma nova prática sócio-económica, em suma, de uma nova ética, em que o respeito pela capacidade do nosso Meio seja tão óbvio como o respeito pelo direito à Vida Humana.

Num universo crescentemente globalizante, onde o indivíduo e mesmo os governos parecem perder cada vez mais poder, um dos grandes desafios da Democracia de hoje é o de encontrar novas formas de concretizar as relações entre os indivíduos e destes com o seu Meio.

Trabalhem, pois, para que a evolução vá no sentido de:

- Generalizar e horizontalizar o planeamento, colaborar inter-institucionalmente no sentido da busca atempada e concertada das melhores soluções para os diferentes planos e projectos;

- Integrar a avaliação ambiental nos processos de planeamento e concepção e não, como agora acontece, quando todas as decisões estão tomadas, envolvendo custos crescentemente inaceitáveis;
- Desenvolver normativos claros que permitam uma jurisprudência eficaz e fundamentada liberta de interesses ou pressões conjunturais;
- Integrar no processo de licenciamento a consideração de todas as variáveis ambientais, não como factores de custo, mas crescentemente como factores de eficácia;
- Desenvolver, cada vez mais o conhecimento do nosso território, das suas potencialidades e limitações de modo a terminar a sua depredação, mas também a limitação infundada do seu uso devido a preconceitos decorrentes da ignorância.

Impõe-se, em suma, generalizar uma cultura, uma ética individual e política equacionada no longo prazo, em termos de custos e de benefícios e do princípio de que a herança que recebemos tem de ser transmitida, valorizada, às gerações que nos sucederão. Aos cidadãos coloca-se o desafio de saberem ultrapassar os seus interesses individuais e de, construtivamente, se entreejudarem na procura das melhores soluções para o uso dos escassos recursos do nosso Planeta. Têm de ter presente que os valores e potencialidades que o nosso meio actualmente nos disponibiliza são como que uma «garantia bancária» do nosso futuro e do dos nossos filhos.

Temos de compreender a necessidade de abandonar os preconceitos individuais e colectivos, de ouvir os argumentos contrários, de, às convicções, saber sobrepor a capacidade de aceitar as

argumentações fundamentadas, enfim, de aprender que nenhum de nós detém a verdade ou o interesse absoluto, mas apenas parcelas deles e que apenas a concertação, num plano não de cedência, mas de construção de novas mais valias, permitirá construir o futuro equilibrado, concertado e sustentável que todos desejamos.

Conflitos existirão sempre, mas a história da Vida é a da construção na ultrapassagem das contradições, no desaparecimento das soluções inadequadas, na permanente criação de novos caminhos e soluções, mesmo quando eles pareciam catastróficos para o *status-quo* existente. A história do Homem é semelhante.

A lição que os fundadores da Liga nos deram há 50 anos mantém-se: temos de aprender a viver num mundo onde à Liberdade, à Igualdade, à Fraternidade se impõe que acrescentemos a eficácia e o respeito pela capacidade de sustentação do nosso Meio. Estamos a conseguir vencer o desafio da produtividade na economia, lutamos pela equidade nos domínios sociais e pela igualdade na diferença nos domínios culturais. Temos agora de aprender a vencer o desafio da eficácia e do respeito pela capacidade no domínio da utilização e transmissão às gerações vindouras dos recursos da nossa Terra.

As convicções fortes e o radicalismo contribuíram inegavelmente para a mudança do mundo, o preconceito nunca. O preconceito destrói a inteligência e a consciência individual e colectiva e como tal, questiona a essência da Democracia no que ela tem de mais profundo e concreto.

O ambientalismo e a sua expressão política, têm de saber ultrapassar este risco ou essa fase da evolução natural de cada nova visão global do mundo, se querem realmente contribuir para criar um mundo verdadeiramente novo e um futuro efectivamente profícuo.

Por isso, ao atribuir a Ordem do Mérito à Liga Para a Protecção da Natureza pretende-se homenagear todos os cidadãos públicos e anónimos que contribuem, em Organizações Não Governamentais no domínio do Ambiente e em todos os domínios dos valores cívicos, para a construção de um nova cultura eticamente mais diversificada, afirmando a nossa identidade humana, pela capacidade de ultrapassar o nosso interesse egoísta do dia-a-dia no sentido de construção de um melhor futuro para as gerações que nos seguirão. Aí está o fulcro da Liberdade e da afirmação da Cidadania consciente, que tem de constituir o fundamento da nossa prática quotidiana.

Homenageamos também aqueles que na Protecção da Natureza do seu País e do Globo sabem reconhecer a sua Nacionalidade e a sua Humanidade. Porque é o reconhecimento e a transmissão da herança da nossa Terra que, simultaneamente nos dá identidade cultural e nos une como habitantes de um mundo global concretizado e apenas viabilizado pela riqueza da sua diversidade humana, cultural, biológica e física.

Homenageamos enfim, todos aqueles que, em momentos e conjunturas muitas vezes difíceis, nos fizeram ver que, ao falar de Ambiente o que está em causa é a saúde e o bem-estar actual e futuro da humanidade, o objecto, desde sempre, da «Polis» — «a coisa pública».

CERIMÓNIA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA
DO RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL
INDEPENDENTE PARA OS OCEANOS
EXPO'98, Lisboa
1 de Setembro de 1998

Sendo o Oceano algo de absolutamente vital para os nossos equilíbrios globais, e estando Portugal e o Oceano habituados a viver em conjunto e a partilhar um destino comum — e assim é por via da Geografia, da História, da memória colectiva e até do nosso sentir mais simples, mais genuíno, mais básico ou fundamental, como o é o dos nossos poetas, sonhadores e gentes do mar — era pois inevitável reencontrarmos um dia o caminho que leva ao mar e a ele dedicarmos todo o nosso empenho.

Para Portugal e para os Portugueses, tal como, aliás, para todos os Estados e Povos do Mundo, empenhar-se na salvaguarda e valorização do Oceano não é um acto meramente altruísta e desinteressado. A natureza profunda desse acto é mais do foro do bom senso e do puro e simples instinto humano de sobrevivência como espécie. É por estas razões que saúdo, calorosamente, todas as individualidades aqui presentes, congratulando-me com a realização desta importante cerimónia.

Quero saudar, em especial, os vice-Presidentes e os Membros da Comissão Mundial Independente para os Oceanos e, muito em particular, o seu Presidente, Dr. Mário Soares, pela enorme importância do trabalho realizado.

O Relatório da Comissão — «O Oceano — Nosso Futuro», agora publicamente apresentado, abre, não tenho sobre isso qualquer dúvida, novos horizontes em matéria do relacionamento futuro da Humanidade com a efectiva perspectiva tridimensional do

imenso espaço oceânico, bem como com as potencialidades, também elas imensas — mas, implacavelmente finitas — dos seus recursos vivos e não vivos, dos seus múltiplos usos e dos tão diversos quão fundamentais serviços prestados, que vão do seu papel decisivo na regulação climática à contribuição vital para a diversidade biológica do Globo.

A compatibilização — se não mesmo a criação de novas e talvez inesperadas sinergias — entre tantos e tão díspares usos e serviços e entre estes e a exploração racional e sustentável dos seus recursos é hoje, seguramente, o grande desafio colectivo que urge enfrentar. Este Relatório, constitui uma contribuição relevante para tal desígnio. Como aí é mencionado, são fundamentais no que respeita ao futuro do grande espaço oceânico, as questões da Paz e Segurança, considerada esta no seu mais amplo sentido, e da Equidade e da Democracia.

Começamos hoje a ter uma clara percepção de que as grandes questões que respeitam aos Oceanos, não deixando de ter uma forte, e até por vezes decisiva, componente técnica e científica, são, no fundamental, eminentemente políticas — e como tal deverão por todos ser assumidas.

A Ciência, o conhecimento científico e a sua difusão entre os jovens são hoje instrumentos fundamentais de um pleno exercício de cidadania. A intervenção cívica dos cidadãos na preservação dos Oceanos tem que ser, em termos técnico-científicos, absolutamente rigorosa — pois só assim se tornará responsável, credível e, em última instância, eficaz.

Não é possível preservar o que se desconhece, sendo, por essa razão, o papel da investigação científica mais do que nunca condição básica de qualquer política dos Oceanos.

Este Relatório dá-nos pistas sólidas que nos permitem vir a articular no futuro o Desenvolvimento (que se quer, obviamente,

sustentável) e a Segurança, em paz e seguindo princípios de equidade, confluindo todas estas vertentes para um ponto de facto crucial — o da Governação do Oceano no Século XXI, tendo como base uma opinião pública informada e responsável, motor de qualquer mudança ou ruptura, de que, notoriamente, carecemos. Portugal assumirá as suas responsabilidades históricas neste contexto. Antes de mim, o Senhor Primeiro-Ministro António Guterres já vos deu conta das intenções que animam o Governo português e das medidas que ele tenciona adoptar com este objectivo.

Mas à Europa, no seu conjunto, cabe igualmente uma particular responsabilidade no sentido de tornar possível essa mudança, incentivando uma maior solidariedade na esfera da cooperação internacional.

Essa cooperação é indispensável no que toca, nomeadamente, à partilha de meios, tecnologias e recursos, contribuindo, assim, para uma efectiva Governação dos Oceanos.

A Declaração de Lisboa de 1998 sobre a «Governação do Oceano no Século XXI: Democracia, Equidade e Paz no Oceano», de que acabamos de ver a apresentação, espelha bem todas estas preocupações. Elas emergem hoje como imperativos cívicos e políticos e, em simultâneo, como vectores estratégicos de actuação, cruciais para assegurar a segurança colectiva, no seu mais amplo sentido, em 71% da superfície do Globo.

Sem qualquer tipo de paternalismos ou descabida presunção, penso, realmente, que, no actual contexto, o mundo espera da Europa um gesto decisivo e pioneiro nesta matéria — o qual, tomemos disso consciência, terá de ser necessária e urgentemente feito, para já à escala regional.

É este o meu desejo, é este o meu apelo pessoal como Português, como Europeu, como cidadão de um Mundo que se quer solidário.

CAPÍTULO X

DROGA,
UM COMBATE
GLOBAL

Não haverá um combate eficaz ao fenómeno da droga sem uma firme e determinada vontade política. Para tal teremos de identificar a droga, com seriedade e coragem, como um dos grandes males dos nossos dias. Um mal a que todos deveremos fazer face apelando a uma hoje inequívoca e assumida responsabilidade partilhada.

SESSÃO ESPECIAL
DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS
SOBRE DROGAS
Nova Iorque
8 de Junho de 1998

A importância do fenómeno das drogas, que aqui abordamos nas suas múltiplas facetas, impõem uma séria e profunda reflexão.

Portugal esteve activamente empenhado, desde a primeira hora, na preparação desta Sessão Especial, tendo presidido ao seu Comité Preparatório. Aproveito, de resto, para expressar, aqui, a minha gratidão pela franca colaboração que todos os países prestaram a este Comité.

O meu País está igualmente envolvido em várias das organizações internacionais que se preocupam com a problemática da droga, o que contribui para nos dar uma visão global deste tema. As últimas décadas demonstram que o problema das drogas se coloca cada vez com maior acuidade, deixando de fora poucos países do mundo.

Sendo cada vez mais de cada um, é cada vez mais de todos. Estamos pois perante um problema mundial.

Na Europa e noutros países ocidentais tendemos durante muito tempo a considerarmo-nos apenas países consumidores de drogas, enquanto que a outros chamávamos produtores. Havia uma ideia errada subjacente a esta separação algo maniqueísta: se não houvesse países onde as drogas fossem produzidas, o problema deixaria de existir. Hoje, ninguém pode sustentar com rigor esta separação. Todos somos países produtores, todos somos países consumidores, todos somos países de trânsito.

As drogas sintéticas e a venda dos precursores que permitem elaborar certas drogas, tornam os países ocidentais tão responsáveis quanto os outros.

Perante este quadro, a nossa resposta conjunta terá de reflectir uma autêntica solidariedade internacional, baseada na assunção de uma responsabilidade partilhada, para enfrentar uma questão tão decisiva para o desenvolvimento harmonioso das nossas sociedades.

Os terríveis efeitos do fenómeno das drogas fazem-se sentir em vários planos.

A droga gera dependência física e psíquica e lesa a saúde pública das comunidades. A propagação de doenças infecto-contagiosas graves é disso um exemplo dramático.

A droga é também origem de um preocupante aumento de criminalidade associada ao consumo, com as repercussões por todos conhecidas; promove o aparecimento de poderosas organizações de traficantes, estimula a corrupção e põem em risco, nalguns casos, a própria estabilidade política e social.

O fenómeno da droga, é ainda, responsável pelo aparecimento de perigosas manifestações de marginalização e de segregação dos cidadãos consumidores.

Calcular os elevadíssimos custos em termos de despesa pública relacionados com este problema será um exercício tão recomendável quanto esclarecedor.

O problema é, pois, fundamentalmente, de segurança, de estabilidade democrática, mas também de saúde.

Torna-se, assim, imperioso que as políticas que procuram enfrentar este fenómeno reflectam um justo equilíbrio, evitando que aumente o fosso que separa os toxicodependentes do resto da sociedade e maiores dificuldades nos seus processos de recuperação e de integração social.

É preciso uma nova política. Julgo que todos partilhamos desta convicção.

Uma nova política que tem de actuar, no essencial, sobre os factores que levam ao desaparecimento e desenvolvimento dos chamados comportamentos desviantes.

Uma nova política em matéria de droga terá de ser uma política social preventiva, especialmente em relação aos jovens, que envolva e vá de par com a educação, o emprego, a formação profissional, a saúde, o planeamento urbano, o apoio familiar.

Uma nova política deverá, em suma, tratar com equilíbrio a redução da oferta e a procura.

Temos que partilhar cada vez mais os nossos êxitos e aprender, aprender sempre, com as boas experiências.

Temos que desenvolver cada vez mais a cooperação no combate à troca de informação, na redução da procura.

A experiência tem ensinado que os programas mais eficazes para reduzir a criminalidade urbana e a procura são desenvolvidos e apoiados, a nível local, pelas cidades, pelas escolas, pelas organizações não governamentais, pela própria comunicação social. Neste sentido, na Europa vamos certamente desenvolver projectos de criação de redes, de partilha de experiências, estendendo-se igualmente à América Latina.

Pouco antes da próxima Cimeira Ibero-Americana do Porto, eu próprio irei promover, no mês de Outubro, com o apoio do Governo Português e de entidades europeias, a realização de um Seminário com peritos europeus e latino-americanos.

O objectivo central será, naturalmente, o de intensificar a cooperação no domínio das drogas entre estes dois espaços regionais, em especial nos temas da informação e da redução da procura. Tenho legítimas esperanças de que constituirá um contributo válido para combater este flagelo comum.

Temos nesta Assembleia uma ocasião única para tomar decisões que marquem um rumo forte no sentido de limitar drasticamente a dimensão deste problema nos nosso países.

Os objectivos que nos propomos atingir nos próximos dez anos são ambiciosos, mas são indispensáveis.

A continuação da erradicação das culturas ilícitas, a intensificação da cooperação internacional em todas as áreas, a redução da procura — o objectivo que é pela primeira enunciado pelas Nações Unidas —, um melhor controlo dos mecanismos de branqueamento de capitais, reforçando a cooperação judicial nesta matéria, e o controlo dos precursores e das drogas sintéticas, são pontos fortes que deverão sair desta Assembleia.

A declaração política que aprovaremos depois de amanhã é, antes de mais, expressão clara da determinação política de encarar frontalmente este problema.

Temos agora, todos, de assegurar que a nossa vontade política não se esgota nos consensos aqui estabelecidos.

As Nações Unidas terão um papel de primeiro plano em todos os esforços de coordenação e apoio, demonstrando a importância e o carácter insubstituível da sua actuação.

Quero referir também a questão dos recursos financeiros, essenciais para o auxílio aos países que estão empenhados na erradicação das culturas ilícitas e na sua substituição, no quadro de um desenvolvimento económico integrado.

Portugal aumentou recentemente a sua contribuição para o UNDCP. Traduziremos, em breve, também financeiramente, a nossa vontade política de reforçar a cooperação com as Nações Unidas neste domínio.

Não haverá um combate eficaz ao fenómeno da droga sem uma firme e determinada vontade política. Para tal teremos de identificar a droga, com seriedade e coragem, como um dos grandes

males dos nossos dias. Um mal a que todos deveremos fazer face apelando a uma hoje inequívoca e assumida responsabilidade partilhada.

Mais do que nunca, deveremos fazer jus ao lema desta Sessão Especial:

«Together we can do it.»

SESSÃO DE ABERTURA
DO SEMINÁRIO EURO-IBERO-AMERICANO
«A COOPERAÇÃO NAS POLÍTICAS
SOBRE AS DROGAS E AS TOXICODEPENDÊNCIAS»
Palácio da Bolsa — Porto
8 de Outubro de 1998

Quero, em primeiro lugar, dar as boas-vindas a todos os que nos concederam a honra de aceitar o nosso convite para participar neste seminário euro-ibero-americano.

E permitam-me que sublinhe o privilégio de contarmos com a presença de representantes pessoais dos Chefes de Estado dos países ibero-americanos e de prestigiados peritos de vários continentes. Quero, ainda, saudar as organizações internacionais aqui representadas, que têm desempenhado um persistente e valioso trabalho neste domínio.

A todos agradeço e faço votos para que encontrem aqui o ambiente necessário para cumprir o nosso objectivo comum: melhor cooperar no domínio das políticas sobre as drogas na América Latina e na Europa.

Quando há cerca de um ano, no encerramento da Cimeira Ibero-Americana, na Venezuela, propus que encetássemos um trabalho conjunto neste domínio, a ideia foi aceite por todos os países presentes. Estava certo de que a tarefa que nos propúnhamos realizar, iria contribuir para uma melhor compreensão do problema e para limitar as dramáticas consequências das drogas e das toxicodependências.

O projecto recolheu, de imediato, a colaboração empenhada do Governo Português e foi apoiado, também de uma forma entusiástica, pela Comissão Europeia e pelo Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência. Estas diversas con-

tribuições foram determinantes para a concretização deste seminário e por isso quero, aqui, agradecer penhoradamente o seu concurso.

O problema da droga é, todos o sabemos, um problema mundial. E este entendimento teve especial tradução nos documentos aprovados na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas, em Junho deste ano.

Quero salientar que a declaração aprovada em Nova Iorque tem um conteúdo promissor na responsabilização de todos os países visando a redução da toxicodependência.

Ao ultrapassar o entendimento de que os países ou são produtores ou são consumidores de drogas, ao propor o controlo dos percursos necessários às drogas sintéticas, ao reforçar a cooperação no combate ao tráfico, ao incrementar o papel da prevenção na redução da procura, ao apoiar as políticas de redução de riscos, ao melhorar os mecanismos de controlo do branqueamento de capitais, os países presentes na Assembleia Geral quiseram reforçar o seu empenho político face ao problema das drogas.

Este mesmo empenho político tem excelente tradução na assunção de uma responsabilidade partilhada, na cooperação e na solidariedade internacionais e está presente, de uma forma muito nítida, no espírito que preside a este seminário: desenvolver projectos de partilha de experiências entre espaços regionais que tanto têm em comum: a América Latina e a Europa.

Torna-se necessário, agora, colocar o problema das drogas como prioritário no relacionamento entre os nossos países. O diálogo e a cooperação políticas aprofundaram-se, mas este relacionamento deve ter um novo alcance, pois o problema da droga representa uma ameaça real ao bem-estar das populações e à estabilidade democrática de alguns Estados da América Latina. Os países

européus e da América Latina podem cooperar para o estabelecimento de novas estratégias com um entendimento mais amplo e plural deste problema.

Disse em Nova Iorque que era necessário uma nova política no domínio das drogas, sentimento este partilhado por tantos responsáveis políticos e técnicos.

Uma nova política que actue sobre os factores que levam ao aparecimento e desenvolvimento dos chamados comportamentos desviantes.

Uma nova política social, especialmente preventiva em relação aos jovens, envolvendo a educação, o emprego, a formação profissional, a saúde, o planeamento urbano, o apoio familiar. A realidade dos problemas associados às drogas resulta, em regra, de factores de exclusão social, económica ou cultural.

Uma nova política que promova um debate prévio na sociedade em relação aos objectivos a atingir, que discuta os programas de redução de riscos, numa perspectiva de saúde pública e que actue equilibradamente entre o controlo da oferta e a redução da procura.

Uma nova política que utilize informação objectiva e investigação pluridisciplinar e que promova o diálogo entre investigadores e técnicos.

Uma nova política que permita ouvir as famílias e os consumidores de drogas e que privilegie o nível local, em especial para os programas de prevenção. É nas cidades que nos confrontamos com problemas mais agudos e em que as particularidades sociais, étnicas e culturais exigem estratégias concertadas. Ouvir a cidade, os seus cidadãos, os seus representantes eleitos, comparar metodologias e resultados alcançados, representa, seguramente, um caminho de grande utilidade.

Uma nova política que promova a colaboração das organizações não governamentais, que se têm demonstrado tão impor-

tantes para o desenvolvimento dos projectos nacionais e internacionais. A intervenção das ONG's tende a ser marcada por uma forte participação social, com intervenção de agentes locais, não impondo modelos exteriores ao contexto social, económico e político.

A droga não conhece fronteiras, já o disse, e atravessa todas as culturas e todo o tipo de famílias.

É responsável por gravíssimos problemas de saúde pública, por uma preocupante criminalidade associada ao consumo e pelo aparecimento de organizações criminosas de traficantes que promovem a corrupção e põem em causa a própria estabilidade democrática dos Estados.

Preocupam-me, ainda, algumas manifestações de marginalização de cidadãos consumidores, como me preocupam os crescentes encargos públicos relacionados com o problema da droga.

E apesar da penalização do consumo ser, em muitas legislações, meramente simbólica, as nossas prisões transformaram-se em locais de concentração de consumidores de drogas, muitos deles portadores de doenças infecto-contagiosas, condenados a prisão efectiva por simples consumo ou como traficantes consumidores. Ou seja, a lei que pretendia, sobretudo, reprimir o tráfico atinge fundamentalmente o consumidor traficante que comete repetidamente furtos ou outros crimes contra o património.

Esta situação é, obviamente, do vosso conhecimento: identificamo-la em todos os vastos espaços regionais que aqui representamos, com as conhecidas particularidades existentes em cada um dos nossos países.

Mas, estas particularidades tendem a esbater-se, como o dissemos, com o fim da separação maniqueísta entre os países produtores, responsáveis por todos os males e os países consumidores, vítimas dos primeiros.

E esta nova concepção obriga-nos, cada vez mais, ao desenho de uma estratégia comum.

Durante estes dois dias vamos ouvir o testemunho de cada um dos representantes oficiais dos países da Cimeira Ibero-Americana, com as suas principais preocupações e iniciativas neste campo. Aos peritos e aos nossos convidados vamos solicitar uma especial reflexão sobre os temas em debate: a informação sobre as drogas, a redução da procura e dos riscos, a cooperação entre cidades da América Latina e da Europa.

Aos técnicos aqui presentes quero deixar uma palavra de grande reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem e afirmar que conto com a sua motivação, tão necessária num contexto de forte fragilidade e vulnerabilidade sociais.

Estou certo que iremos construir, em conjunto, os alicerces de um amplo projecto de colaboração que reforce a resposta política e técnica a este dramático problema.

SESSÃO DE ABERTURA DO COLÓQUIO

«DROGA: QUE SOLUÇÕES PARA O SÉCULO XXI?»

Lisboa

25 de Novembro de 1998

Começo por felicitar o Supremo Tribunal de Justiça e, em particular, o seu Presidente, pela realização deste colóquio sobre as drogas.

As toxicodependências têm sido observadas, ao longo dos tempos, sob diversos olhares.

Não é minha intenção, naturalmente, percorrer aqui a história mais recente do discurso ideológico, das abordagens científicas ou dos modelos culturais que se sucederam na sociedade portuguesa a propósito das drogas.

Penso, porém, que o paradigma actual acentua a doença, ou seja, os toxicodependentes são, antes de mais, compreendidos e identificados como doentes. Ainda que alguns apresentem comportamentos delinquentes.

Porém, uma das dificuldades desta compreensão reside em como cruzar os paradigmas da doença e da lei, em especial quando se identificam na mesma pessoa.

A sociedade portuguesa está hoje evidentemente mais desperta para este complexo problema.

Estamos hoje, de igual modo, em melhores condições para discutir abertamente a dimensão do problema, as várias áreas em que ele se coloca e as diversas alternativas para limitar as suas consequências.

Efectivamente, foram dados passos decisivos, nos últimos anos, na sociedade portuguesa e também no plano internacional para

melhor reflectir, compreender e medir a eficácia das medidas que tomamos.

A Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas, em que Portugal esteve fortemente empenhado, colocou claramente a droga como um problema mundial, para o qual a resposta se deve basear na ideia da responsabilidade partilhada e da verdadeira solidariedade internacional.

Este passo, aparentemente tão simples, só foi possível graças a um prolongado esforço pedagógico e diplomático, que uniu todos os Estados representados na ONU.

Afirmei em Nova Iorque que era necessária uma nova política que actuasse sobre os factores que levam ao aparecimento e ao desenvolvimento dos chamados comportamentos desviantes, que fosse uma política social preventiva, que encarasse os programas de redução de riscos numa perspectiva de saúde pública, que se baseasse em informação objectiva e na investigação pluridisciplinar, em suma, que tratasse com equilíbrio as políticas de redução da oferta e da procura.

Desejo, em segundo lugar, sublinhar a qualidade do trabalho desenvolvido pela Comissão nomeada pelo Governo para propor uma estratégia nacional de combate à droga.

Independentemente do maior ou menor consenso à volta de algumas das suas propostas, não quero deixar de registar publicamente que se trata de um valioso contributo para dar maior consistência técnica e política a uma estratégia sobre drogas.

Aliás esta é uma metodologia que me parece francamente positiva e reaplicável em outras áreas sociais relevantes.

Fomentar o debate em torno das grandes questões que se colocam à sociedade, incentivar a participação dos variados agentes deste processo, da comunidade científica, das famílias e dos pró-

prios cidadãos dependentes de drogas é, seguramente, a forma mais eficaz de se procurar um consenso nacional numa área que é reconhecidamente melindrosa.

Esta situação inquieta-nos a todos, sem excepção, e por isso permitam-me que vos apele, enquanto face visível da Justiça, para que ponderem com a serenidade, independência e isenção que vos caracteriza, sobre a adequação e eficácia das leis, dos tribunais, das autoridades policiais e das instituições prisionais perante a complexa realidade das drogas.

Penso que é chegada a altura do sistema judicial ter um papel ainda mais relevante nas políticas de redução dos efeitos nocivos das toxicodependências.

A constatação, por exemplo, de que mais de 25% da população prisional é constituída por condenados ou arguidos por crimes conexos com as drogas dá-nos uma dimensão aproximada do problema e obriga-nos a agir.

Dos tribunais espera-se que atentem nesta tão complexa realidade e que interpretem a lei de forma a contribuir para uma política coerente face às drogas.

As sugestões de alterações legislativas e organizativas referidas no relatório da Comissão para a Estratégia Nacional de Luta contra a Droga visando incentivar a aplicação de medidas não privativas de liberdade, para que se coloque a possibilidade efectiva de o tratamento do toxicodependente constituir uma alternativa às sanções penais, devem merecer a vossa ponderação.

Provavelmente, necessitamos de um maior esforço na organização e na coordenação dos recursos existentes do que em alterações normativas.

A necessidade de uma melhor articulação entre os serviços de saúde e os serviços prisionais constitui um só exemplo do que pretendo demonstrar.

Constato que, por vezes, políticas generosas e consensuais fracassam por práticas autistas na administração pública e pelo peso dos interesses instalados.

A saúde e a segurança dos Portugueses, a credibilidade do próprio Estado, afectadas pelo problema das drogas, exigem um grande esforço de compreensão e de participação numa tarefa que é colectiva e que é permanente.

Os desafios que temos perante nós não são fáceis e não podemos perder tempo com conflitualidades acessórias nem desanimar face às dificuldades, que se colocam em todo este processo.

Conto, como sempre, com a vossa experiência e o vosso saber.

CAPÍTULO XI | TIMOR

A posição portuguesa continuará a ser construtiva, com a flexibilidade indispensável para encontrar os pontos de convergência possíveis, mas sem comprometer os princípios, nem a nossa liberdade de avaliar permanentemente a evolução do processo. O único propósito que nos move é garantir uma solução digna e honrosa da questão timorense, com a garantia do exercício, livre e democrático, do direito de autodeterminação.

CERIMÓNIA DE AGRACIAMENTO
DO BISPO D. XIMENES BELO

Palácio de Belém

6 de Agosto de 1998

É, para mim, uma subida honra atribuir a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade a Vossa Excelência Reverendíssima.

D. Carlos Ximenes Belo, Prémio Nobel da Paz, tornou-se um símbolo universal de coragem e abnegação na luta pela liberdade. O seu testemunho do sofrimento da comunidade mártir de Timor-Leste, a presença constante ao lado do seu povo perseguido, o seu apostolado pela Paz, pela justiça e pelos direitos humanos tornaram o Bispo de Díli um exemplo para todos os que defendem os valores supremos da liberdade e da dignidade da pessoa humana.

O Bispo Ximenes Belo representa, sobretudo para os Timorenses e para os Portugueses, a esperança num futuro de paz e liberdade para Timor-Leste. Essa expectativa tornou-se mais premente com as mudanças políticas na Indonésia, que podem criar novas condições na procura de uma resolução honrosa e pacífica para a questão de Timor-Leste, com o exercício livre e democrático do direito de autodeterminação, nos termos da Carta das Nações Unidas.

No respeito por esses princípios essenciais Portugal está, como sempre empenhado em trabalhar com todas as partes interessadas, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, no sentido de encontrar fórmulas intercalares de transição que possam garantir a defesa dos direitos, da identidade e dos valores da comunidade timorense, para pôr fim à opressão e restaurar a paz

em Timor-Leste. Creio, de resto, que os resultados da última reunião ministerial de Nova Iorque representam um passo no bom sentido.

Estou certo que Vossa Excelência Reverendíssima continuará a ter, nesse processo, uma intervenção decisiva e que todos poderemos contar com a sua orientação esclarecida para levar a bom porto a causa comum de Timor-Leste.

SESSÃO DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA

«AS MULHERES TIMORENSES

E O DIREITO INTERNACIONAL»

Assembleia da República

22 de Janeiro de 1999

Quero começar por agradecer o convite da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas e da Plataforma Internacional de Juristas por Timor-Leste, que, em boa hora, tomaram a iniciativa de organizar esta Conferência sobre as mulheres timorenses e o direito internacional.

O tema escolhido evoca, desde logo, o exemplo de coragem e abnegação das mulheres timorenses, às quais devo prestar a minha sentida homenagem. Melhor do que ninguém, elas são o símbolo do sofrimento e da determinação de uma comunidade mártir, cuja luta pela liberdade é um apelo permanente à solidariedade de todos os que sempre combateram em defesa da dignidade da pessoa humana e da universalidade dos seus direitos cívicos e políticos.

Nenhum de nós pode esquecer a dor profunda das mães das vítimas do massacre de Santa Cruz. Nenhum de nós pode ignorar a tragédia das mulheres vítimas de violação. Nenhum de nós pode deixar de reconhecer a importância decisiva da participação das mulheres na resistência timorense. Somos, todos, testemunhas da nobreza admirável das mulheres timorenses, que nos convoca para a causa de um povo heróico.

Depois de mais de vinte anos de guerra e ocupação, a comunidade timorense está a viver momentos cruciais na sua história. A profunda crise política e económica na Indonésia abriu uma fase de transição, marcada por uma crescente instabilidade, que

pode representar uma oportunidade para fazer avançar o processo de autodeterminação e melhorar, substancialmente, as condições em Timor-Leste.

As mudanças na Indonésia são, naturalmente, difíceis de prever. Como é próprio dos processos de transição, prevalece, neste período, uma forte incerteza quanto ao sentido último da crise que levou à destituição do regime de Suharto e aos primeiros passos de uma abertura política.

Os efeitos da mudança indonésia sobre a situação em Timor-Leste são, no mínimo, ambíguos. Durante os primeiros meses da transição, foram claros os sinais de uma maior contenção indonésia, que levaram a um decréscimo da violência e a uma diminuição das tensões internas no Território. Porém, na ausência de uma efectiva pacificação e desmilitarização de Timor-Leste, mantêm-se intactas as causas da violência, de certo modo acentuadas pelas próprias expectativas de uma rápida mudança, que tornam ainda mais volátil a situação no Território.

Parece claro, para todas as partes, que só um processo de autodeterminação pode criar as condições elementares para a restauração da paz e da tranquilidade em Timor-Leste. Não é possível continuar a ignorar, por mais tempo, a vontade dos Timorenses. Nesse quadro, Portugal manifestou-se disponível para iniciar, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, conversações sobre uma proposta das Nações Unidas para obter, como uma etapa intermédia do processo de autodeterminação, um estatuto especial para Timor-Leste.

Esse projecto deve ter como linha mestra a constituição de instituições timorenses autónomas, incluindo a formação de instituições políticas representativas da comunidade timorense, eleitas por sufrágio livre e universal, e responsáveis pelo autogoverno de Timor-Leste.

Por outro lado, considero essencial, para a conclusão de um acordo sobre o projecto das Nações Unidas, a participação activa dos principais dirigentes da comunidade timorense nas conversações, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas. Creio, de resto, que o elevado sentido de responsabilidade demonstrado pelos principais dirigentes timorenses, reconhecido por todos, não só reforça esta necessidade política, como tornará inevitável a sua participação.

Paralelamente, creio serem indispensáveis sinais claros de mudança da parte indonésia, de modo a criar condições apropriadas para a evolução das conversações dirigidas pelas Nações Unidas. Os passos necessários são bem conhecidos e têm sido reiterados, designadamente pela parte portuguesa, bem como por numerosos dirigentes timorenses. É urgente um empenho real por parte da Indonésia na pacificação do Território, com uma efectiva e gradual redução da presença militar. É urgente garantir uma presença das Nações Unidas no Território. É indispensável a libertação de todos os presos políticos timorenses e, em primeiro lugar, do comandante Xanana Gusmão.

Sem esses sinais de mudança, será sempre muito difícil assegurar uma situação controlada em Timor-Leste, e evitar que confrontos violentos prejudiquem a posição de todos os que estão, verdadeiramente, empenhados em encontrar as fórmulas intermédias possíveis nesta etapa do processo de autodeterminação. Mas, como é óbvio, não está nas nossas mãos assegurar a concretização desses sinais.

Pela minha parte, penso não dever criar falsas expectativas. Num processo de transição são sempre possíveis mudanças bruscas e imprevistas. Creio, todavia, que não temos o direito de negar a existência de oportunidades relevantes, reconhecidas pelos próprios dirigentes timorenses. É nossa obrigação colaborar, como

sempre fizemos, com o Secretário-Geral das Nações Unidas, com lealdade e firmeza. A posição portuguesa continuará a ser construtiva, com a flexibilidade indispensável para encontrar os pontos de convergência possíveis, mas sem comprometer os princípios, nem a nossa liberdade de avaliar permanentemente a evolução do processo.

Tal como no passado, o único propósito que nos move é garantir uma solução digna e honrosa da questão timorense, com a garantia do exercício, livre e democrático, do direito de autodeterminação.

Tal como no passado, para lá das contingências do momento, a nossa confiança num futuro de liberdade para Timor-Leste permanece intacta e constantemente reforçada pela multiplicação dos apoios a essa grande causa.

Tal como no passado, por maiores que se revelem os obstáculos no seu caminho, os Timorenses continuarão a lutar pela sua dignidade e pela liberdade de Timor-Leste.

Estou certo que, um dia, as mães timorenses poderão reconhecer que as suas lágrimas e o seu sofrimento não foram em vão.

Desejo aos organizadores e a todos os distintos participantes o maior sucesso nos trabalhos da Conferência, que constitui uma clara indicação da força cada vez maior do movimento internacional de solidariedade para com Timor-Leste.

CAPÍTULO XII | EUROPA

A Europa não tem de ter complexos em afirmar os seus valores culturais próprios face aos que elegem o mercado como valor absoluto. Para nós, europeus, o mercado é fundamental como instrumento impulsionador, dinamizador e regulador da vida económica e do bem-estar material, mas terá de estar sempre subordinado aos valores que constituem e dão sentido à civilização europeia, fundada na cidadania consciente e responsável.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CICLO
DE CONFERÊNCIAS ISEE/PÚBLICO 1997-98
«O FUTURO DA EUROPA E DE PORTUGAL
NA EUROPA»

Porto

19 de Março de 1998

*P*ara falar de Portugal na Europa do futuro é, em primeiro lugar, necessário situar esse mesmo futuro europeu na evolução do processo iniciado com a aprovação do Tratado de Roma. Será talvez um lugar comum — mas nem por isso passa a ser menos verdade — dizer que temos o privilégio e ao mesmo tempo a responsabilidade de viver hoje um dos momentos decisivos da Europa. Momento decisivo que, como todos os pontos de viragem, tem os seus riscos mas que abre perspectivas aliantes em particular para o nosso País.

Deixem-me, em primeiro lugar, olhar um pouco para trás e abranger o caminho percorrido pela Europa desde o momento da nossa adesão às comunidades europeias.

O que mais impressiona neste exercício de história é constatar a extensão do caminho percorrido e as transformações a que obrigou esse percurso.

Com efeito, nestes últimos doze anos o que era a então Comunidade Económica Europeia alargou-se a mais cinco países, entre os quais o nosso; Embora com imperfeições, realizou o mercado interno com as liberdades de circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais.

Processo de consequências extraordinárias e sem paralelo na história moderna, mudou profundamente o modo de funcionamento das economias e constituiu-se, através da liberdade de circulação de pessoas, num elemento fundamental da cidadania.

Através do Tratado da União Europeia preparou-se para a criação da moeda única que está aí à porta e apontou claramente para um reforço da cooperação, na Política e na Justiça, entre os estados membros.

Foi parte integrante nas últimas negociações do GATT e assumiu compromissos, que está a cumprir, porventura com excesso de zelo em alguns domínios, no processo final de abertura ao comércio do resto do mundo.

E por último, mas certamente não menos importante, soube adaptar-se ao desafio que constituiu a queda do mundo de Berlim e das condições de equilíbrio internacional até aí prevalentes e transformar esse desafio em factor importante de novos avanços e principalmente de confiança num futuro reforço do papel da Europa no Mundo.

Grandes transformações, certamente. Porém, e como não podia deixar de ser, atendendo à complexidade dos fenómenos em causa, surgiram concomitantemente desequilíbrios profundos a merecer a atenção de todos.

Em primeiro lugar, os avanços estão longe de ser equivalentes em todas as componentes desta profunda transformação. Se a Europa avançou decisivamente no mercado interno e na moeda única, a verdade é que na convergência política e na construção de uma cidadania europeia se ficou aquém do esperado e desejável.

Em segundo lugar, e em ligação com essa mesma cidadania, não se reduziu e ter-se-á até porventura alargado o défice democrático, ou seja o conjunto de dificuldades que cidadãos dos estados europeus enfrentam para acompanhar com rigor e participar activamente nas grandes decisões sobre o presente e o futuro da Europa.

Em terceiro lugar, é patente que a situação social da Europa se degradou acentuadamente nos últimos sete anos em virtude do

aumento do desemprego e da exclusão social e do agravamento das desigualdades numa dimensão que faz temer pelo futuro do chamado modelo social europeu.

Modelo social que atravessa uma crise indesmentível mas não fatal para a sua manutenção.

Finalmente, o próprio ambiente psicológico se deteriorou visivelmente, relançando um certo europessimismo e prejudicando alguns dos eixos de colaboração entre estados que têm sido fundamentais para o avanço da Europa. Face à complexidade da situação duas posições seriam, à partida, possíveis.

Uns dirão que as enormes transformações por que a Europa tem passado, a juntar ao impacto das mudanças a nível mundial, exigem alguma pausa para consolidar o já obtido, e em particular para a criação de condições de avanço na integração política. Avanços que até agora têm sido insuficientes para garantir um espaço económico e monetário estável e para reduzir o mencionado défice democrático.

Outros, entre os quais me incluo, consideram, pelo contrário, que o processo de integração europeia deve avançar, como aliás tem sido tradição dos últimos quarenta anos, em todos os domínios que, por assim dizer, estejam maduros para os permitir. Ou seja, domínios em que seja possível encontrar formas sólidas de articular os interesses comuns com os interesses nacionais. Esta forma de encarar o processo de integração europeia não é uma fuga para a frente nem esquece as legítimas preocupações decorrentes dos atrasos em alguns domínios.

Mas reconhece que a forma de recuperar esses atrasos é tornar mais necessária a sua superação através de avanços em outros domínios que exigem e tornam prioritária essa mesma superação. O avanço mais recente, ou seja o caminho para a moeda única ilustra, a meu ver, de forma exemplar este processo.

Estou seguro que a própria realização da moeda única irá criar as condições para uma nova articulação de interesses no domínio político, consensualmente considerado retardatário em todo este processo.

Por esta razão entendo que a Europa não deve fechar os olhos aos desafios do futuro próximo nem bloquear as transformações que sejam necessárias sob o pretexto do não avanço simultâneo em todas as frentes.

Esses desafios impõem-se hoje de forma inelutável. Como tenho afirmado, três deles devem ser considerados como principais: o alargamento da União, o modelo da construção europeia e a necessidade de fazer face aos sinais de crise que atravessam as nossas sociedades.

A resposta a este desafios terá que estar à altura da sua dimensão e poderá exigir não menos que uma autêntica reinvenção do contrato social em que têm baseado as democracias europeias. Temos, porém de ter consciência que existem factores de incerteza e que ninguém pode prever com rigor, neste momento, como a Europa irá reagir a estes desafios.

Mas é possível, desde já, enunciar um conjunto de princípios que a meu ver é essencial respeitar se queremos que a Europa avance e se consolide.

Em primeiro lugar, a Europa é e deve continuar a ser uma associação de estados soberanos, uma comunidade de iguais onde se mantenha a posição relativa de cada Estado-membro.

Em segundo lugar, a Europa tem de continuar a ser um espaço de solidariedade social. Enganam-se os que julgam que o processo de integração europeia se pode reduzir a um processo de alargamento de mercado permitindo a melhoria da eficiência económica à custa do agravamento das desigualdades e da marginalização de grupos sociais significativos.

A Europa é certamente um grande mercado e até o maior mercado mundial. Mas é, tem que ser, muito mais do que isso. O chamado modelo social europeu, necessariamente reformado e adaptado às condições actuais, tem de se manter e desenvolver. Não tenhamos ilusões: uma Europa que só seja mercado não será nem Europa nem sequer mercado. A evolução recente aí está para o demonstrar. Bastaram alguns anos de dificuldades sociais para fazer renascer de forma preocupante os nacionalismos xenófobos e as concepções proteccionistas.

Um terceiro princípio é, evidentemente, o da Coesão Económica e Social.

Princípio dos mais importantes da União Europeia, consagrado como tal no respectivo tratado, o princípio do reforço da coesão económica e social aponta, sem possibilidade de outras interpretações, para a convergência do nível de vida entre as várias regiões comunitárias.

E aponta para esse resultado não de uma forma passiva mas de modo activo, ou seja, exigindo da União os meios, financeiros e outros que permitam promover e levar à prática aquele princípio. Também a este propósito poderemos afirmar que sem coesão económica e social não haverá uma Europa estável e que garanta a necessária colaboração entre os estados que a compõem.

São estas em linhas gerais as principais condicionantes do futuro da Europa que considerarei útil recordar. É agora a altura de encararmos a posição de Portugal em todo este processo.

Portugal tem seguido a opção de participar activamente na primeira linha dos avanços da integração europeia. A meu ver esta é uma opção correcta e a que melhor defende os interesses nacionais.

Sofrendo de um atraso de séculos em termos económicos e culturais e estando situados numa zona geograficamente periférica é

da maior importância para o nosso futuro que nos libertemos dessas desvantagens seculares através de uma participação activa, ainda que necessariamente de grande exigência, na primeira linha da integração europeia.

É essa opção que justifica que nos encontremos aptos a participar a partir do próximo ano na terceira fase da União Económica e Monetária.

O processo de convergência que foi necessário prosseguir para nos possibilitar essa participação foi indubitavelmente custoso quer em termos de redução do crescimento económico quer em termos de agravamento das condições sociais de alguns estratos da nossa população.

Mas não é menos certo que esse processo de convergência nos permitiu criar as condições de desenvolvimento futuro a que de outra forma não poderíamos aspirar.

Todos temos certamente a consciência de que a entrada na moeda única nos cria novos patamares de exigência. A disciplina monetária e financeira que a Europa do euro vai certamente prosseguir exige das nossas empresas e do Estado uma nova atitude face à competitividade de cada unidade produtiva individualmente considerada e do País como um todo.

Não poderemos mais no futuro compensar as nossas deficiências na gestão, no ensino e na formação profissional através de uma política monetária e cambial que, embora minorando os problemas no curto prazo, não permitiria assentar o nosso desenvolvimento em bases sólidas e sustentáveis.

Se as empresas se vão ter de adaptar a este novo condicionalismo, o mesmo terá que suceder — e talvez ainda em maior medida — no que respeita à actuação do Estado.

Desde logo enquanto principal financiador e orientador dos sistemas de ensino e de formação profissional.

E neste domínio nunca se insistirá demasiado na necessidade de afectar com rigor e eficiência os recursos públicos e de procurar complementaridades entre responsabilidades do Estado e do mundo empresarial.

Mas também em outros domínios essenciais da sua actuação como a Administração Pública, a Justiça e a cobrança de impostos. Não é exagero dizer que uma boa parte da nossa posição na Europa do futuro se joga na forma como formos capazes de reformar rapidamente — porque o tempo já escasseia — toda a actuação do nosso Estado.

Conheço as dificuldades que esta reforma enfrenta, a menor das quais não será certamente a pressão contrária exercida por grupos de interesses que por ela se sentirão atingidos.

Mas como sempre tenho dito, na nossa situação actual, os interesses de grupo particulares, por legítimos que possam ser, têm de subordinar ao interesse nacional, que exige uma actuação do Estado mais eficiente e mais justa.

Enquanto Presidente da República e dentro das minhas competências, não deixarei de prestar todo o apoio que venha a ser necessário para levar a cabo esta grande tarefa nacional, que é, ela própria, uma condição do reforço da coesão entre os portugueses. Se temos pela frente uma exigente agenda de reformas a realizar, não é menos necessário acentuar que não dispensamos os auxílios comunitários para as realizar. Não aceitamos a visão daqueles que consideram que os fundos estruturais comunitários são uma esmola a que estendemos a mão ou mesmo dos que apontam a estes fundos a responsabilidade da chamada subsídio-dependência.

Pelo contrário. Os fundos estruturais são um direito de que não devemos abdicar e são um auxílio precioso que não podemos dispensar.

Seria uma total falta de responsabilidade pensar que nesta fase do nosso desenvolvimento e face aos desafios que se aproximam alguma vez estaríamos em condições de os rejeitar.

A questão dos fundos estruturais não sendo a única é, contudo, uma das mais importantes da chamada Agenda 2000 e simultaneamente aquela onde é mais nítida a concretização ou a sua ausência do princípio do reforço da coesão económica e social de que há pouco falei.

As negociações da Agenda 2000 revestem-se pois de uma enorme importância para o nosso país.

Conforme já tem sido salientado e a meu ver com inteira razão não faz sentido que os custos do previsível alargamento venham a ser suportados pelas regiões menos prósperas da Comunidade. Portugal tem sido sempre — e bem — um apoiante claro das aspirações de entrada na União Europeia dos países que a ela se candidataram.

Mas é toda a União Europeia que irá beneficiar do alargamento. Mais: se regiões da União haverá onde esse alargamento poderá causar problemas de adaptação a curto prazo serão justamente as regiões menos prósperas que os irão enfrentar.

Por isso, sendo consequência de um processo de que toda a União beneficia, os custos do alargamento não devem ser financiados à custa de outros objectivos comunitários e em particular do reforço da coesão económica e social.

Os países que entrarem têm toda a legitimidade para, tal como nós, receberem um auxílio financeiro adequado antes e depois da adesão. Mas não podem as regiões menos prósperas da União ver o apoio financeiro comunitário reduzido para permitir o financiamento deste auxílio.

Além de profundamente injusta e contrária ao princípio da coesão económica e social esta situação, se viesse a acontecer contri-

buiria para o enfraquecimento da indispensável solidariedade entre os Estados-membros.

Gostaria também de chamar a atenção para um domínio onde serão crescentes — e a justo título — as exigências comunitárias. Trata-se do Ambiente, que nos vai exigir um grande esforço de adaptação principalmente devido aos graves problemas de poluição e de desordenamento que são hoje claramente perceptíveis. Temos de transformar este desafio, também ele, numa fonte de desenvolvimento pois ao nos tornarmos mais exigentes do ponto de vista ambiental seremos também mais exigentes no que respeita à qualidade da produção.

Chegou definitivamente para Portugal o fim do crescimento assente na mão-de-obra pouco qualificada e na degradação ambiental.

Se, como espero, conseguirmos levar a bom termo as reformas internas necessárias com o indispensável apoio comunitário estaremos em condições de ultrapassar a nossa condição secular de país atrasado e periférico.

Simultaneamente a nossa opção de participantes na primeira linha da integração europeia dá-nos em outros continentes um peso e uma voz que de outra forma não conseguiríamos obter. Está ao nosso alcance aquilo que foi o sonho de muitas gerações antes da nossa. Estou convicto que não vamos desperdiçar esta oportunidade.

JANTAR OFERECIDO

PELO PRESIDENTE DA UCRÂNIA

(Visita de Estado à Ucrânia)

Kiev

13 de Abril de 1998

*A*gradeço-lhe as palavras tão amáveis que teve para comigo e para com Portugal e, sobretudo, o acolhimento tão caloroso que nos tem sido dispensado desde a nossa chega esta tarde a Kiev.

Guardava as mais gratas recordações do nosso encontro em Lisboa, quando Vossa Excelência presidiu à delegação do seu país à Cimeira da OSCE, e Vossa Excelência sabe com que empenho aceitei de imediato o seu amável convite para visitar a Ucrânia. Esta visita reveste-se, para todos nós, de um simbolismo muito especial.

Trata-se da primeira visita que um responsável político português efectua à Ucrânia e, para mim, pessoalmente, a primeira visita que faço a um país da Europa Oriental desde a minha eleição.

Como tive ocasião de referir, logo após a minha chegada, estou certo de que esta visita marcará muito positivamente o desenvolvimento das relações entre a Ucrânia e Portugal.

A minha visita inscreve-se numa linha de continuidade no nosso relacionamento, já que nos temos empenhado, desde 1991, no reforço das nossas relações bilaterais e no estreitamento dos laços entre a Ucrânia e as instituições europeias e euro-atlânticas.

Mas a minha visita — à qual quis associar uma significativa comitiva que inclui personalidades do maior relevo na vida política, científica, cultural e económica portuguesa — exprime certa-

mente o nosso compromisso e a nossa aposta no seu crescente desenvolvimento em todas as áreas de interesse mútuo.

Radica-se este nosso compromisso na visão que temos da Europa, enquanto espaço comum de progresso, de estabilidade e de paz, de liberdade e de democracia. Um espaço em que a solidariedade entre Estados e Nações tem de encontrar constantemente novas formas e onde se afirme a diversidade que caracteriza a realidade europeia e que constitui a nossa grande riqueza.

Quer seja nas trocas comerciais, na parceria entre empresas, no investimento, nas relações humanas e culturais, no direito e na cooperação judiciária, na cooperação científica e tecnológica, existe um largo espaço para o aprofundamento de um relacionamento mutuamente benéfico que contribua para o reforço da prosperidade e do entendimento nesse espaço europeu comum.

É esse o sentido essencial desta minha visita.

Vivemos, nos últimos dez anos, uma mudança histórica na Europa, uma mudança tão profunda quanto inesperada.

A Ucrânia, bem entendido, esteve no centro dessa extraordinária viragem e os seus cidadãos exprimiram, de forma clara e democrática, a vontade de se constituírem como um Estado soberano. As consequências da mudança são, porém, igualmente importantes para todos os Estados europeus, e nenhum responsável político pode deixar de se empenhar na construção da nova Europa, assente nos valores comuns que definem a sua identidade.

A invenção desta nova Europa tem exigido um trabalho árduo, persistente, um trabalho que permita realizar as promessas de liberdade e de desenvolvimento económico e social num quadro de estabilidade e de segurança. Não nego as dificuldades da tarefa, mas regozijo-me pelo facto de ter sido possível caminhar de uma forma positiva, contrariando as expectativas mais pessimistas.

De entre os elementos positivos que temos que registar, distinguiria:

O sucesso da transição dos países da Europa Central e Oriental para a democracia pluralista e para a economia de mercado, mesmo que se possam estabelecer distinções de ritmo nesses processos complexos e difíceis;

A dinâmica do processo de integração europeia, que conseguiu avançar com uma dupla estratégia de aprofundamento, com a criação da moeda única, e de alargamento gradual aos Estados europeus que reivindicam, legitimamente, partilhar o mesmo espaço de democracia e de progresso que é a união Europeia;

O facto de a Organização do Tratado do Atlântico Norte ter sabido articular um processo de alargamento às novas democracias da Europa central com a conclusão de acordos bilaterais com a Ucrânia e com a Rússia e a criação do Conselho de Parceria Euro-Atlântico, confirmando o seu papel indispensável na formação de uma nova arquitectura de segurança regional;

Finalmente, gostaria de salientar que foi possível evitar crises potenciais nas relações entre os Estados, assim como retrocessos significativos nos processos de transição política e económica.

A excepção trágica a esta tendência foi a guerra na ex-Jugoslávia. Mas creio que aprendemos certas lições. Na Bósnia e Herzegovina, soldados ucranianos e portugueses encontram-se integrados numa missão de paz constituída no quadro da OTAN que inclui contingentes de tantos outros membros da parceria euro-atlântica.

Continuaremos todos empenhados, estou certo, na criação de condições que permitam, não apenas a continuada cessação de hostilidades naquele martirizado país, mas a convivência verdadeiramente pacífica entre as diferentes comunidades e culturas, a

reconstrução económica, o regresso dos refugiados, a estabilidade política, em suma, as condições da paz.

É evidente a necessidade dos Estados europeus assumirem uma crescente e efectiva responsabilidade na garantia da segurança regional, assim como definirem de forma mais precisa os interesses europeus. Só assim poderemos antecipar riscos e ameaças e agir preventivamente.

Neste sentido deverá ser prosseguido, com a União da Europa Ocidental e no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, o desenvolvimento da Identidade Europeia de Defesa e Segurança, que encaramos como um factor indispensável e acrescido de estabilidade e de reforço da cooperação europeia.

Todos reconhecem a importância decisiva da Ucrânia para a construção da nova Europa, assim como a forma responsável e esclarecida como os seus dirigentes souberam combinar a defesa dos interesses nacionais com os imperativos da segurança regional.

Neste contexto, quero sublinhar a relevância do programa de desnuclearização militar. A renúncia da Ucrânia às armas nucleares é um caso exemplar, que merece o respeito de toda a comunidade internacional, e ao qual terá de corresponder um empenho recíproco na garantia da sua independência e integridade territorial.

De igual modo desejo realçar o alcance dos acordos concluídos entre a Ucrânia e a Rússia, que constituem parte integrante do quadro emergente de segurança regional. A resolução dos problemas bilaterais e o desenvolvimento das relações entre os dois países são, efectivamente, uma das chaves da estabilidade europeia, e não posso deixar, neste sentido, de me regozijar pelo sucesso da visita que Vossa Excelência efectuou recentemente a Moscovo.

Como dizia, Senhor Presidente, a importância política da Ucrânia para a construção da nova Europa é, para todos, evidente. Esse facto tem de ser traduzido, de modo eficaz, em termos do relacionamento da União Europeia e das restantes organizações europeias e euro-atlânticas com a Ucrânia, assim como no reforço das suas relações bilaterais com os restantes Estados europeus, incluindo, naturalmente, o relacionamento entre os nossos dois países.

É necessário consolidar os instrumentos de cooperação existentes, aprofundar o entendimento recíproco, abrir novas vias, novas formas e novas áreas para o reforço dessas relações, demonstrar capacidade política e visão estratégica.

Será este, seguramente, o caminho da Europa que desejamos; uma Europa que não se circunscreve nem se esgota em visões tecnocráticas e economicistas, mas que é, antes de mais, um projecto político aglutinador, baseado em valores e em princípios. Entre esses valores que partilhamos avulta o respeito pelos direitos humanos.

O respeito pela pessoa humana, pela vida, pela dignidade de cada um, pelos seus direitos inalienáveis, a rejeição da violência individual ou organizada, são princípios essenciais da nossa maneira de estar no Mundo, do nosso humanismo.

São princípios e direitos que têm de ser defendidos sem transigências, procurando-se incessantemente a sua valorização e protecção tanto no enquadramento legal das nossas sociedades como nas práticas das nossas administrações.

A defesa dos direitos humanos e do direito internacional são, certamente, um marco da nossa identidade internacional, e como tal têm de ser valorizados.

Neste contexto, permita-me que refira a questão de Timor-Leste, onde uma comunidade mártir, submetida a um regime de ocupa-

ção ilegal e brutal, luta há tantos anos pelo reconhecimento dos seus direitos fundamentais.

Nesta trágica questão, Portugal move-se apenas pela defesa dos direitos dos timorenses, pelo seu direito à autodeterminação, exercido em condições livres e democráticas.

No respeito por estes princípios, continuamos empenhados na procura de uma solução justa e pacífica para a questão timorense, no quadro das conversações que decorrem sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Referia há pouco o nosso empenho no reforço da cooperação bilateral entre os nossos dois países.

Os empresários que me acompanham, responsáveis por sectores importantes e diversificados da economia portuguesa, terão, durante esta visita, ocasião para estabelecer contactos, para reforçar conhecimentos e concretizar novos projectos, para trocar experiências, para apontar, em suma, vias de uma mais alargada cooperação futura.

De igual modo acompanham-me personalidades eminentes da ciência e da investigação portuguesas, expressão concreta da nossa disponibilidade e interesse para reforçarmos as nossas relações neste sector tão importante para o progresso das nossas sociedades.

Existem já manifestações concretas da cooperação nesta área, que é nosso desejo desenvolver e aprofundar. É neste contexto que terá de ser vista a minha visita a Chernobyl e a decisão do Governo Português de contribuir para o fundo internacional de apoio à reconversão do sector nuclear ucraniano.

Poder-se-ia dizer, à partida, que tudo pareceria separar a Ucrânia e Portugal, excepto as afinidades que resultam do facto de sermos, respectivamente, a fronteira oriental e ocidental da Europa. Unem-nos, todavia, os valores essenciais de defesa da paz e da liberdade, o nosso firme empenho na construção de uma nova

Europa, cujas fronteiras devem coincidir com as fronteiras da democracia.

Gostaria, Senhor Presidente, que este nosso encontro marcasse um passo na superação das velhas divisões históricas e simbolizasse a aliança das democracias europeias.

É com a sincera esperança de poder acolher Vossa Excelência a breve trecho em Portugal que peço a todos que me acompanhem num brinde pelo bem-estar pessoal do Presidente e da Senhora Kuchma, pela prosperidade crescente da Ucrânia, e pelo estreitamento das relações entre os nossos dois países.

CONFERÊNCIA PROFERIDA
NO INSTITUTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DA UNIVERSIDADE DE KIEV
(*Visita de Estado à Ucrânia*)
Kiev
14 de Abril de 1998

*T*enho sempre o maior prazer em estar entre os estudantes.

No meu país, durante o regime autoritário, as universidades foram, para a minha geração, escolas de democracia. Eu próprio fui dirigente do movimento estudantil de oposição ao regime autoritário e, desde essa altura, fiquei com o gosto pelo debate vivo e aceso.

Espero, pois, que as minhas palavras de abertura possam ser o ponto de partida para uma discussão animada.

Os temas que vos proponho para o nosso debate são a transição democrática em Portugal e o que chamaria a «invenção» de uma nova Europa. Por último, gostaria de vos falar da questão de Timor-Leste.

Portugal viveu metade do século, entre 1926 e 1974, sob um regime autoritário, que acentuou profundamente o atraso do seu desenvolvimento político e económico e, a partir de 1945, a marginalização crescente de Portugal em relação à Europa das democracias.

Esse isolamento tornou-se ainda maior com a resistência do regime face à vaga de descolonização, resistência essa condenada pela comunidade internacional.

Numa tentativa desesperada para prolongar a sua sobrevivência, o regime autoritário travou, durante mais de uma década, uma guerra colonial em três frentes, contra os movimentos naciona-

listas na Guiné-Bissau, em Angola e em Moçambique que, obviamente, não podia ganhar. Essa estratégia, de resto, ditou o seu fim, com o golpe militar de 25 de Abril de 1974.

O golpe de Estado militar abriu um período revolucionário, durante o qual se realizou, em condições de forte instabilidade, uma dupla transição na natureza do Estado e do regime político. Com a descolonização, Portugal perdeu a sua dimensão imperial e ficou reduzido aos seus territórios europeus. Com a democratização, Portugal criou as condições para superar o seu isolamento e recuperar o seu lugar na Europa das democracias.

A transição portuguesa foi a primeira a revelar a força profunda de uma vaga de democratização, que se prolongou, logo a seguir, na Grécia e em Espanha e, nos anos seguintes, na América Latina. Foi também a primeira vez que, numa situação revolucionária, os socialistas democráticos prevaleceram contra os comunistas ortodoxos. Nesse sentido, na medida em que marca uma inversão de tendência, a transição democrática em Portugal antecipa a deposição dos regimes comunistas na Europa Central e Oriental.

Por outro lado, Portugal foi o primeiro país a ligar a sua democratização a uma estratégia de adesão às Comunidades Europeias. O fim do isolamento imposto pelo regime autoritário, a descolonização e a institucionalização de uma democracia pluralista marcam o regresso de Portugal à Europa.

O processo de negociação da nossa adesão foi demorado; Portugal só pôde passar a ser membro de pleno direito das Comunidades Europeias em 1986, oito anos após o pedido de adesão. A adesão teve efeitos decisivos para Portugal, quer para estabilizar a sua posição internacional, quer para consolidar a democracia, quer para criar melhores condições de modernização económica e social. Mas, sobretudo, tornou possível neutralizar os riscos

de marginalização, de certo modo implícitos na nossa posição periférica — uma condição comum a Portugal e à Ucrânia —, tal como nos obrigou a assumir novas responsabilidades na construção da Europa.

Essas responsabilidades tornaram-se ainda maiores com o fim, tão súbito como inesperado, da guerra fria.

Por certo, muitos de vós têm uma experiência directa da extraordinária mudança iniciada com a revolução europeia de 1989 que levou à emergência de novos Estados, designadamente na Europa oriental.

A Ucrânia, como é óbvio, esteve no centro dessa viragem histórica, que alterou, profundamente, o mapa da Europa.

O fim da guerra fria fechou um ciclo da história europeia e encerrou um século terrível de guerras e de revoluções totalitárias. As divisões políticas e ideológicas que separavam duas Europas tornaram-se supérfluas. A competição bipolar, que impunha aos Estados europeus um estatuto de subordinação estratégica, deixou de existir. A trégua armada, que subsistia na Europa desde o fim da II Guerra Mundial, deu lugar a uma desmilitarização gradual nas relações entre os Estados da região.

Porém, o fim desse ciclo não significou, por si mesmo, o início de uma nova ordem europeia. Muito estava por fazer para conseguir realizar as possibilidades abertas na fase eufórica que caracterizou, naturalmente, o fim da guerra fria.

É preciso inventar uma nova Europa, cujo nome seja sinónimo de paz e de democracia, uma Europa inteira e livre que supere uma longa divisão histórica entre as duas Europas.

É esse o sentido fundamental da política externa portuguesa, e estou convencido de que é esse o grande desígnio comum que pode aproximar todos os europeus e mobilizar a sua vontade, no difícil processo de transição que ainda estamos a atravessar.

O molde dessa nova Europa é o «triângulo mágico» da democracia, da economia de mercado e do Estado de direito, que resume o melhor da identidade europeia neste fim de século, e contém em si a promessa de um futuro de paz para todos os Estados da Europa.

Para o tornar uma realidade, temos de nos empenhar, solidariamente, na conclusão das transições democráticas, defender a dinâmica dos processos de integração regional e transformar a Europa num modelo de paz e estabilidade nas relações internacionais.

Nos últimos anos, foram dados passos importantes nessa direcção. Citaria como exemplos:

- Os resultados positivos da mudança política e económica nos países da Europa Central e Oriental;
- O facto das tendências de integração se terem revelado mais fortes dos que as forças de fragmentação, neste período de transição;
- A dupla estratégia de aprofundamento, com a moeda única, e de alargamento da União Europeia, que, após a adesão da Áustria, Finlândia e Suécia, iniciou as negociações de acesso das novas democracias europeias;
- A adaptação da doutrina e das estruturas da Aliança Atlântica às novas condições, ao mesmo tempo que conjugava o alargamento com a conclusão de acordos especiais com a Ucrânia e a Rússia, a par da constituição do Conselho de Parceria Euro-Atlântico.

Nesse contexto, creio poder afirmar que a transição pós-guerra fria tem avançado no bom sentido.

A principal exceção a essa linha geral foi a guerra brutal na antiga Jugoslávia onde, justamente, falharam os processos de transição democrática e prevaleceram as tendências de fragmentação, que levaram a uma trágica explosão de violência.

Temos, todos, de tirar as devidas lições dessa guerra dramática. As primeiras estão implícitas na missão de paz da Organização do Tratado do Atlântico Norte, com a participação de numerosos membros do Conselho de Parceria Euro-Atlântico. Nesse quadro, os soldados ucranianos e portugueses, entre outros, têm na Bósnia-Herzegovina uma experiência inédita de cooperação militar, que traduz, concretamente, um novo espírito de responsabilidade.

Por outro lado, creio ser urgente definir, em conjunto, nos quadros multilaterais mais adequados, as normas e as estratégias de longo prazo que possam antecipar e prevenir conflitos regionais. Devemos tornar claro o nosso empenho na formação de regimes constitucionais de democracia pluralista e assegurar o desenvolvimento de comunidades nacionais assentes nos valores republicanos da liberdade, da tolerância e do espírito cívico.

Essas são condições prévias para garantir que a nova Europa será um espaço de progresso económico e social, de solidariedade, de estabilidade e de paz, cujo exemplo se possa projectar para lá das suas fronteiras. São também os pressupostos elementares de uma Europa livre e unida, onde as fronteiras entre os Estados deixem de ser linhas divisórias para se tornarem traços de união. E são ainda o critério essencial para fixar os limites da Europa, cujas fronteiras devem coincidir com as fronteiras da democracia.

A Europa, porém, não é senão uma pequena parte nas relações internacionais. Para lá das suas fronteiras, os espectros da violência, da guerra e dos despotismos continuam a ser uma realidade incontornável.

A esse propósito, gostaria de vos falar sobre a questão de Timor-Leste, um pequeno território, isolado no extremo da Ásia oriental, submetido a uma ocupação ilegítima e brutal da Indonésia, mau grado a condenação da comunidade internacional.

Quando estava em curso o seu processo de descolonização, Timor-Leste foi invadido, bruscamente, pelo exército indonésio, nos finais de 1975. Portugal, potência administrante, não tinha quaisquer meios para evitar ou conter essa invasão, repudiada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. A consequência da invasão foi um autêntico genocídio de uma comunidade indefesa, que causou a morte de mais de duzentas mil pessoas, cerca de um terço da população recenseada de Timor-Leste.

Os timorenses nunca aceitaram a invasão, nem a posterior anexação indonésia e, contra todas as probabilidades, continuaram a lutar contra a ocupação, numa resistência tão heróica como solitária. Portugal, que continua a ser a potência administrante de Timor-Leste, empenhou-se, desde a primeira hora, na defesa dos timorenses e dos seus direitos, designadamente nas Nações Unidas, cuja Assembleia Geral mandatou o Secretário-Geral para procurar, com todas as partes interessadas, uma solução pacífica, justa e aceitável para a questão de Timor-Leste.

Durante longos anos, a causa timorense foi praticamente ignorada pela opinião pública internacional, e não merecia qualquer atenção relevante dos Estados, presos no contexto da guerra fria.

Essa situação mudou a partir de 1989. Um bárbaro massacre no cemitério de Díli, onde as forças militares indonésias assassinaram estudantes e jovens timorenses, emocionou a opinião pública e levou à condenação da Indonésia, designadamente na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Nos parla-

mentos, nas universidades, nas igrejas, o movimento internacional de apoio a Timor-Leste começou a crescer a um ritmo impressionante.

Em 1996, com a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo de Dili, D. Carlos Ximenes Belo, e a José Ramos Horta, representante da resistência timorense, a causa timorense tornou-se, finalmente, uma grande causa internacional.

Portugal não tem quaisquer interesses egoístas em relação a Timor-Leste.

O único propósito da nossa acção é, e continuará a ser, a defesa intransigente do direito de autodeterminação do povo de Timor-Leste, um direito imprescritível, que é reconhecido aos Timorenses pelas Nações Unidas. Do mesmo modo, lutamos pela defesa dos direitos humanos em Timor-Leste, contra um regime de ocupação militar ilegal, que persiste em perseguir, implacavelmente, uma comunidade martirizada.

Estou certo que a causa timorense encontrará, cada vez mais, um profundo eco na Ucrânia e, nomeadamente, entre os estudantes, sempre os mais disponíveis e capazes de se mobilizar por uma causa justa.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

«EUROPA E CULTURA»

Fundação Calouste Gulbenkian

4 de Maio de 1998

*A*o agradecer o convite tão amável para participar nesta sessão de abertura, renovo as minhas felicitações à Fundação Calouste Gulbenkian por continuar assim uma iniciativa tão valiosa, que, nos dois anos anteriores em que se realizou, teve o maior interesse e projecção.

Cumprimento o Prof. Ferrer Correia, expressando-lhe o meu grande apreço, e saúdo os organizadores, convidados e participantes neste Seminário Internacional, sublinhando que ele representa um contributo do mais alto nível para um debate que é vital seja prosseguido e aprofundado. A qualidade, diversidade e representatividade cultural das personalidades convidadas são, só por si, garantias do seu interesse ímpar. Mas acontece que os temas foram muito bem escolhidos e reflectem as grandes preocupações e os grandes desafios desta hora da Europa e do Mundo. Depois da Europa política, da Europa económica e social, trata-se agora da Europa da cultura, tema que, ao mesmo tempo, antecede, segue e envolve os outros dois.

Permitam-me que, antes de mais, ponha em realce dois factos significativos. O primeiro é que este Seminário Internacional sobre a cultura e a Europa ocorre no momento da instituição do euro como moeda única, iniciando uma nova fase no processo de construção europeia. O segundo é que ele se realiza a poucos dias da abertura da EXPO'98, de Lisboa, que, como é sabido, tem os oceanos como seu tema.

O mar é, de facto, uma das matrizes fundamentais da identidade europeia. É-o no plano do mito, da geografia, da história, da economia, da cultura. Hegel sintetizou essa dependência.

Foi através dos oceanos que a Europa chegou ao Mundo e o Mundo chegou à Europa. Foi pelo mar que a Europa unificou o Mundo e se tornou aquilo que é: universal. Portugal orgulha-se de ter iniciado essa aventura capital da história humana, que fundou a idade moderna, e que teve o seu apogeu na chegada por via marítima de Vasco da Gama à Índia, cujos cinco séculos comemoramos este ano.

Espaço aberto e múltiplo, espaço de diversas geografias e histórias, de muitas culturas e várias línguas, de muitas influências e muitos caminhos no Mundo, a Europa soube fazer da pluralidade que a constitui — e mesmo dos conflitos, das tensões, das rupturas em que ela se expressou — o motor do seu movimento criador e transformador.

A Europa que vai de Camões a Eisenstein, de Shakespeare a Kant, de Madame Curie a Mozart, de Aristóteles a Rimbaud, de Colombo a Bartolomeu de Las Casas, de Pessoa a Keynes, de Galileu a Ane Frank, de Amália aos Beatles, de Lutero a Inácio de Loyola, de Picasso a Dante, de Marx a Corbusier, soube sempre fazer da esplêndida diversidade das suas culturas e criações uma razão para se acrescentar e não para se diminuir.

Uma cultura é afirmação e contradição. Uma história tem períodos de luz e de sombra. A Europa da paz e da guerra, do dogma e da razão, do classicismo e do romantismo, foi capaz do melhor e do pior. Foi capaz de criar a Teoria da Relatividade e de construir Auschwitz, de erguer a Catedral de Colónia e de instaurar a Inquisição, de inventar a democracia e de impor a escravatura. Por isso mesmo, uma cultura, uma história e uma tradição recebem-se e submetem-se à crítica — essa outra grande criação eu-

ropeia. Só assim, colhemos, para o presente, as lições do passado e garantimos a possibilidade de imaginarmos o futuro, não repetindo os erros e prevenindo os riscos.

Neste momento em que a União Europeia, que não esgota a Europa mas constitui o seu espaço motor e institucionalmente estruturado, está confrontada com transformações tais que constituem uma verdadeira refundação, sabemos que só uma ideia cultural e política da Europa pode firmar um projecto de longo alcance. A Europa terá de ser fruto da vontade, da lucidez e da cultura e não de uma mão invisível, de um fatalismo ou de um automatismo.

Tentando dar um contributo modesto, que não será exaustivo nem sequer sistemático, para o debate que aqui se fará, tocaria agora em quatro tópicos que me têm parecido fundamentais para a consolidação e o desenvolvimento do projecto europeu como grande projecto de civilização e de cultura. Dizem eles respeito, em primeiro lugar, à herança de uma cultura de direitos fundamentais e de construção do Estado de Direito democrático; em segundo lugar, à relação entre a economia de mercado e os valores que constituem a civilização europeia; e em terceiro lugar, à educação como meio fundamental de formação de uma cidadania europeia; finalmente, à política do audiovisual como questão central das nossas sociedades.

No que se refere ao primeiro destes tópicos, sabemos que, apesar das diferenças entre sistemas e formas de governo dos Estados europeus e da diversidade das suas histórias e experiências, há um filão comum que se constituiu como pressuposto de legitimação do poder e como alicerce da cultura política europeia.

Nesse filão, hoje assumido, simultaneamente, como legado e ideal orientador da construção da unidade europeia, a garantia dos

direitos fundamentais e a institucionalização do regime democrático desempenharam um papel capital.

O conceito de Estado de Direito democrático procura, justamente, dar conta dessa confluência que inspira toda a vida política na Europa e que deriva da conversão de um ideal originário, difuso e parcelar, de liberdade, não apenas em exigência de vocação universalista, mas, sobretudo, em padrão normativo reforçado e garantido por uma natureza de sistema constitucional e de regra de Direito.

É evidente que a Europa não detém o exclusivo da criação dos direitos do homem como direitos individuais, fundados na natureza de pessoa humana e de que o Estado não pode dispor. A Revolução americana e as suas Declarações de Direitos também reconheceram aí a legitimidade do poder político.

A história europeia dos últimos duzentos anos revelou, porém, mais do que em qualquer outro lugar, não só a importância, mas também a fragilidade destes conceitos e institutos.

Por um lado, desde o seu surgimento, nos finais do século XVIII, até aos nossos dias, o Estado de Direito europeu, independentemente das designações que revestiu e dos desenvolvimentos de transição gradual ou de ruptura que experimentou, conheceu o progressivo reconhecimento dos direitos e liberdades individuais, o alargamento dos direitos civis e políticos a todas as camadas da população independentemente do sexo, religião, raça ou condição social, a consequente transição de regimes políticos de governo simplesmente representativo para verdadeiras democracias políticas, a consagração dos direitos sociais e dos chamados direitos de terceira e quarta geração.

Por outro lado, aí estão as amargas e trágicas experiências totalitárias que a Europa conheceu no século XX para nos revelar a fragilidade de institutos e sistemas aparentemente adquiridos e inabaláveis.

É esta consciência e as lições que devemos colher da história recente que nos confrontam com a necessidade de permanente renovação dos sistemas políticos. A Europa é depositária de uma cultura de liberdade e dos ensinamentos de uma evolução, ao mesmo tempo comum e variada, por vezes atribulada e dramática, mas sempre rica de contributos nacionais particulares e de uma diversidade de experiências, entre as quais se conta a portuguesa.

A aprovação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a tantos títulos precursora de documentos análogos posteriormente aprovados na América e na África, é um momento particularmente feliz que consagra e sintetiza essa evolução, na via da plenitude da garantia jurídica dos direitos fundamentais, incluindo a sua tutela internacional face a eventuais violações cometidas pelos Estados nacionais.

A consolidação de uma tal cultura de direitos e o aprofundamento do Estado de Direito são indispensáveis ao desenvolvimento ambicioso do projecto europeu e condição para a Europa assumir, em toda a sua plenitude, o papel cultural e político que advêm da vocação cada vez mais reconhecidamente universalista dos direitos fundamentais e do regime democrático.

Na sequência desta reflexão, surge o segundo tópico que gostaria de tratar. Como sabemos, a integração moderna da Europa tem-se realizado, fundamentalmente, através da integração económica e agora, também, da integração monetária. Não será, por isso, exagero dizer-se que a integração política se tem feito apenas na medida do estritamente necessário para corresponder às necessidades de um espaço económico comum.

Não existindo, como acabei de referir, diferenças significativas em relação ao entendimento que os povos europeus têm do regime político mais desejável — a democracia liberal — esta au-

sência da integração política é, sobretudo, reflexo das fortes identidades nacionais. O reforço da Europa política é desejável e necessário. É mesmo vital. Mas não pode ser confundido com a uniformidade cultural.

A União Europeia deve reforçar a sua unidade política e os laços culturais que constituem o património comum da Europa, fundado no humanismo e na liberdade, mas deve constituir-se também como defensora da diversidade cultural, opondo-se às tentativas de colonização e uniformização, por parte das ideologias que deíficam o consumismo e a massificação. A Europa não tem de ter complexos em afirmar os seus valores culturais próprios face aos que elegem o mercado como valor absoluto. Para nós, europeus, o mercado é fundamental como instrumento impulsionador, dinamizador e regulador da vida económica e do bem-estar material, mas terá de estar sempre subordinado aos valores que constituem e dão sentido à civilização europeia, fundada na cidadania consciente e responsável.

Ao consagrar o princípio da cidadania europeia, o Tratado de Maastricht abriu, aliás, um debate essencial para o futuro da Europa e da Educação europeia — e este é o terceiro tema que abordo. A escola desempenhou, com efeito, um papel fundamental na consolidação das identidades nacionais. Agora, é chamada a trabalhar na construção de uma cidadania europeia. Há quem defenda que estas duas missões são contraditórias. Não é esta a minha opinião.

As questões da cidadania não devem ser pensadas através de raciocínios maniqueístas: ser mais europeu significaria ser menos nacional e reciprocamente. Estou convencido do contrário: quanto mais forte for a ligação às nossas comunidades de origem, mais forte será a nossa identidade como cidadãos europeus. Devemos falar, por isso, em cidadanias, no plural, para marcar a diversidade de filiações, desde o local ao global.

O princípio de cidadania é, hoje, portador de uma concepção multicultural dos direitos humanos — dos direitos cívicos globais —, que não se esgota no interior das fronteiras nacionais. Esta concepção tem dado importantes contributos no domínio da educação. Mas há, por vezes, tendência para valorizar uma visão economicista. Creio que é preciso ir mais além, e inscrever a educação como uma prioridade europeia, atendendo desde já a três aspectos.

O primeiro diz respeito ao reforço das práticas de cooperação e de mobilidade, assegurando, porém, que elas não privilegiam os grupos sociais e os países mais favorecidos.

O segundo tem a ver com a criação de dispositivos de partilha da informação e de incentivo à inovação e à qualidade do ensino, procurando, no entanto, que as lógicas da eficácia e da rentabilidade não se sobreponham aos princípios da igualdade e da equidade.

O terceiro refere-se ao desenvolvimento de programas de ensino que valorizem as línguas, a história, a geografia e o debate sobre os países europeus e o mundo actual, respeitando, todavia, a diversidade das culturas e das regiões.

Sabemos ainda que, na Europa de hoje, é decisiva a posição de cada um no espaço do saber e da competência. E existe o risco de a sociedade europeia se cindir entre os que interpretam e os que apenas utilizam, isto é, entre os que sabem e os que não sabem. É fundamental que esta cisão não se verifique.

Em momentos de crise, a Europa repetiu sempre: Não há tarefa mais urgente do que a educação. Porque é neste espaço que se podem criar as condições para uma participação de todos na vida económica, política, cultural e social.

Estou de acordo com Jacques Delors quando defende que uma instituição como a escola cumpre tanto melhor o seu papel no

reforço da coesão social quanto mais implantada estiver no espaço local. O mesmo se poderia dizer do papel da escola na consolidação da identidade nacional ou na abertura às realidades europeias.

O apelo à Europa do saber e da educação, à dimensão europeia da cultura, não pode ser meramente retórico. A Europa da cultura e da educação passa, antes de mais, por uma Escola, onde seja possível estudar e aprender com rigor e criatividade. As nossas responsabilidades face à Europa e à sua cultura começam nas escolas de cada uma das aldeias, vilas e cidades de cada país europeu.

Refiro-me, por último, ao tema tão importante do audiovisual, que é central na definição de uma política de cultura. O nosso século foi marcado pelo acesso generalizado, nas sociedades ocidentais, à cidadania e à cultura. Não é, pois, de estranhar que a expansão das sociedades democráticas tivesse trazido consigo, também no campo das artes, uma enorme revolução. Como não é de surpreender que a grande arte do nosso século tenha sido a das imagens em movimento e que a televisão, entretanto, se tenha tornado o grande meio popular de comunicação.

Como sabemos, o cinema encarnou essa grande revolução que consistiu no advento das massas ao consumo cultural. Um filme — e os americanos perceberam-no melhor do que os europeus — passou a ser um sonho colectivo e simultâneo, capaz de ser partilhado ao mesmo tempo por milhões de espectadores nas várias salas do planeta. Aos europeus — muitos deles exerceram, aliás, a sua arte no novo continente — fica o cinema a dever um extraordinário contributo: o grau de sofisticação e complexidade que deu à sétima arte as suas cartas de nobreza. Mas a compreensão de que era possível fabricar industrialmente os produtos

que apelam e mobilizam o sentimento colectivo, tiveram-na os americanos e, por isso, dominam hoje o imaginário popular a nível planetário. Isto teve como resultado a hegemonia duma certa concepção de cinema, que veio beneficiar também do alargamento do comércio internacional e da mundialização da economia.

Ao cinema, acrescentou-se, na segunda metade do século, a televisão, que tornou a comunicação audiovisual omnipresente e planetária, sobretudo depois da revolução do satélite e do digital, provocando uma enorme transformação de consequências incalculáveis. A televisão não é, ao contrário do que algumas vezes quer parecer, um instrumento inocente e muito menos inócuo. Manejando informação e espectáculo, distração e mensagem, ela é, quer se queira quer não, um instrumento de comunicação como o homem jamais teve ao seu dispor.

Assistimos, hoje, também a uma proliferação das emissões transnacionais como nunca foi imaginado, situação que reforça, de modo crescente e tantas vezes sem controlo, o poder imenso de quem detém os meios de comunicação de massas. Ao impor-se sob a forma de um modelo único e massificador e ao querer actuar apenas em nome do mercado, a televisão acabou por se tornar num sintoma da crise de identidade do homem moderno, como tem sido amplamente reconhecido.

Penso que o grande desafio que se põe à Europa, no próximo século, é o de restabelecer um equilíbrio cultural face à universalidade e à simultaneidade da comunicação: não deixar, por um lado, que qualquer hegemonia se imponha, sem réplica, ao mundo inteiro; evitar, por outro, que as Nações e as comunidades, que têm longas tradições e assentam sobre valores fundadores, fiquem privadas da expressão, neste meio, das suas línguas e culturas.

O poder da comunicação audiovisual não pode, ainda, ser ilimitado e discricionário, impondo-se mesmo às formas de democracia representativa e passando por cima do pacto de solidariedade em que os cidadãos aceitam limitar os seus direitos em troca da igualdade de direitos e, sobretudo, da protecção contra todas as formas de violência. É preciso que os Estados e as comunidades em que eles se inserem, como é o caso da União Europeia, e, para Portugal, também a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, não abduquem das suas responsabilidades em relação aos meios de comunicação audiovisuais.

O serviço público de televisão pode a esse propósito ter um papel decisivo na garantia do pluralismo, na preservação dos direitos das minorias, na formação do espírito crítico, na democratização da cultura, no estabelecimento de padrões de qualidade e de inovação, de que não devemos nem queremos abdicar. Como disse, ainda ontem, Benard Pivot em entrevista a um jornal português «Só é possível fazer cultura no serviço público.»

Os Estados-membros e a União Europeia têm igualmente que se reservar o direito de regular o mercado, que para ser livre terá que ser justo, de prevenir os excessos de concentração, que facilmente conduzem a formas de abuso de posição dominante, de fiscalizar a acção dos operadores, por forma a garantir os equilíbrios e prevenir os excessos, e de lhes impor obrigações, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades, a concorrência e a convivência equilibrada das línguas e das culturas. A questão do audiovisual é uma das quais depende verdadeiramente o nosso futuro como sociedade e como cultura. Merece, por isso, ser discutida pelo Estado e pela sociedade, sem preconceitos e sem que a defesa apaixonada dos interesses distorça o debate.

Feito este caminho, posso pois, dizer, a terminar e em síntese, que o projecto europeu terá de ser um projecto de cultura e de culturas, um projecto que afirme, defenda e lute sem ambiguidades por:

- Uma cultura de liberdade, de cidadania, de participação, de defesa e aprofundamento dos direitos políticos, económicos e sociais, de descentralização e de aproximação dos eleitos e dos eleitores;
- Por uma cultura de modernidade, desenvolvimento e de progresso, de solidariedade, de igualdade de oportunidade, contra a exclusão;
- Por uma cultura universalista, contra os nacionalismos agressivos, de respeito pelas minorias e pelos seus direitos, de tolerância, multiculturalismo, contra o racismo, a xenofobia, a discriminação;
- Por uma cultura de humanização da cidade, de defesa do ambiente, do património natural e construído, de preservação da memória, e da identidade;
- Por uma cultura do pensamento crítico, da razão, do laicismo, contra o fanatismo, o medo, o irracionalismo, a superstição;
- Por uma cultura integral, que dê um lugar central à educação. à investigação, à criação e que não exclua, em nome dos saberes humanísticos, os saberes científicos, e, em nome dos saberes científicos, os saberes humanísticos;
- Por uma cultura de consciencialização e responsabilidade, que não dilua a pessoa pela massificação, pela droga, pelo amorfismo, pela passividade;
- Por uma cultura de exigência que não pactue com o desperdício e com o consumismo sem valores, que

- não sacrifique a qualidade à quantidade e que garanta ambas;
- Por uma cultura de defesa dos direitos da mulher e do seu papel na sociedade;
 - Por uma cultura política de seriedade e de transparência, que combata a corrupção e que afirme princípios, valores, ideais, contra o populismo, a demagogia, o imediatismo, o facilitismo;
 - Por uma cultura de mediação, de cooperação, de paz, que rejeite o etnocentrismo e seja um factor de diálogo entre continentes, civilizações, culturas, religiões, povos;
 - Por uma cultura, enfim, que seja capaz de encontrar um novo acordo, embora sempre instável e provisório, do homem consigo mesmo, com os outros e com a natureza.

Dito isto, em temor de proposições que entendi fazer-lhes, termino afirmando ainda: uma cultura é uma comunidade de conceitos, costumes, crenças, objectos. Também de imagens, memórias, aspirações, sentimentos. Mas uma comunidade plural, livre, diversa, aberta e em evolução constante. É um lugar de encontro, de diálogo, de tensão, de criação original. A cultura europeia foi e será sempre essa pluralidade que é vida, contra a uniformidade que é a morte.

Como disse Eduardo Lourenço: «A Europa como cultura só merecerá esse nome se se converter no espaço de intercomunicação que reactiva em permanência o que houve e o que há de mais exigente, enigmático, inventivo e grandioso na cultura europeia concebida como cultura de diferenças ao longo da sua História e vivendo da busca do conhecimento de qualquer coisa que possa chamar-se 'sabedoria'. Em suma, da invenção de um caminho e de uma saída que ninguém nos deu nem pode descobrir em vez de nós.»

SESSÃO DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA
«O EURO E A POLÍTICA ECONÓMICA
PORTUGUESA»
Feira Internacional de Lisboa
5 de Maio de 1998

Esta Conferência não pode deixar de ser, para além dos seus méritos e propósitos específicos, um momento de congratulação. Pela criação da União Económica e Monetária, que nasceu formalmente nas importantes reuniões europeias do último fim-de-semana, e pela forma como Portugal soube construir as condições para se tornar, de pleno direito, um dos países fundadores do Euro.

Gostaria de envolver, nesta palavra de congratulação, não apenas os que sempre se bateram pela moeda única e pela plena participação portuguesa, mas também os que puseram em evidência os seus riscos e os que defenderam outros caminhos. Esses contributos foram fundamentais para enriquecer o debate e enobrecem o resultado positivo que hoje celebramos, porque a contradição é um elemento essencial da democracia e da livre escolha que a fundamenta. Sem essa riqueza de pontos de vista, que devemos continuar a encorajar e proteger, estaremos a minar a nossa capacidade colectiva para compreender e preparar o futuro.

Há vários elementos nesta caminhada para o Euro que me parece especialmente adequado sublinhar aqui, numa perspectiva estritamente nacional. Em primeiro lugar, é importante recordar que se tratava de um objectivo muito exigente, de modo algum adquirido à partida. Portugal cumpriu os objectivos e cumpriu-os com uma margem considerável, que passa a constituir uma reserva de grande importância para o próximo futuro. O êxito

do processo de ajustamento nominal, traduzido no cumprimento dos chamados critérios de convergência e na conseqüente participação no Euro, não impediu um elevado grau de convergência real em relação à média das economias europeias e deixou o País mais preparado para se adaptar às condições de gestão da política económica que, mais tarde ou mais cedo, teria de enfrentar no âmbito da União. E permitiu-lhe chegar a este período crucial da vida europeia numa posição de afirmação plena, essencial para manter o País no núcleo central do processo de integração. O esforço valeu, portanto, a pena e espero que o tempo se encarregue de tornar este juízo cada vez mais evidente.

É certo que se verificaram condições conjunturais favoráveis, que permitiram minimizar os custos previstos, mas o essencial ficou a dever-se a um factor que também quero agora evidenciar: a visão estratégica, a perseverança, a determinação com que vários governos e duas maiorias distintas mantiveram este objectivo como primeira prioridade nacional. A continuidade estratégica que tem marcado o projecto europeu de Portugal é um sinal de maturidade do regime democrático e um património político de inestimável valor, que temos a obrigação de saber preservar no complexo quadro de negociações que irá marcar a evolução da União Europeia no próximo quinquénio.

A criação da União Económica e Monetária não é um simples fenómeno regional: representa uma profunda mudança histórica, com repercussões planetárias, cuja extensão está ainda por determinar. É um facto novo, que irá mudar estruturalmente a Europa e a sua relação com o Mundo. O Euro é o símbolo de um novo ciclo da construção europeia, iniciado com a segunda unificação da Alemanha. Esse ciclo está apenas no início.

E a combinação da União Monetária com o alargamento a Leste vai alterar definitivamente a natureza, os objectivos, a organização institucional e as políticas da União Europeia.

Está em curso um verdadeiro programa de refundação da Europa comunitária, cuja negociação, iniciada com a apresentação da chamada «Agenda 2000», irá marcar os anos mais próximos. A organização e desenvolvimento desta negociação global é provavelmente a mais importante questão estratégica que se coloca de imediato aos Portugueses, porque irá fixar por muitos anos os termos da relação de Portugal com a União Europeia e, por consequência, algumas das condições básicas do desenvolvimento do País a longo prazo.

Parece-me oportuno repetir aqui um ponto que nos deve merecer reflexão: para todos os Estados-membros, mas sobretudo para os de menor dimensão, este é um momento decisivo, irrepetível, em que o poder relativo herdado do passado representa ainda um activo disponível para negociar as condições de integração futura.

Temos o dever de organizar esta negociação com os nossos melhores recursos e o mais elevado sentido nacional, o que impõe, entre outras condições, uma permanente concertação de esforços entre os agentes políticos, económicos e sociais, no âmbito da sua esfera própria de responsabilidades. Como tive ocasião de afirmar recentemente, perante o que está em causa ninguém deverá constituir-se em mero espectador ou pretender capitalizar sobre as dificuldades que seguramente iremos encontrar.

Esta ideia é, a meu ver, essencial para o futuro. Porque, como todos sabemos, o nascimento do Euro é apenas, para a Europa e para cada um dos seus Estados, o início de um longo e difícil processo. Está a fechar-se o ciclo da convergência nominal. Vai iniciar-se o ciclo da credibilização e sustentação de uma União

Económica e Monetária que não tem, com estas características, qualquer precedente histórico. O Euro não é, por isso, o fim de nada, mas o princípio de tudo. A partir de agora, as regras da disciplina macro-económica ficam traçadas como um pressuposto, consagrado no exigente Pacto de Estabilidade e Crescimento. Cabe-nos a enorme responsabilidade de criar condições para as cumprir sem rupturas perigosas e com o espírito de ajustamento positivo que caracterizou a convergência nominal.

Esse espírito conduz-nos, uma vez mais, à inseparável relação entre a mudança induzida do exterior, representada, simplificadamente, no chamado desafio europeu, e a mudança interna que esse desafio implica.

O próximo ciclo de mudança continuará a exigir ao conjunto da sociedade civil um importante esforço de adaptação. Mas creio que é hoje consensual reconhecer, como faz o senhor Ministro das Finanças no próprio texto que convoca esta Conferência, que a grande pressão de ajustamento, decorrente da união monetária, recairá agora sobre a gestão das Finanças Públicas e, portanto, sobre o Estado e os seus grandes sistemas administrativos: a Saúde, a Educação, a Justiça, a Segurança Social e, obviamente, o Sistema Fiscal, para citar apenas os mais óbvios.

Sei — sabemos todos — que se trata de reformas muito difíceis. Não será razoável encará-las sem um consenso político básico, indispensável para assegurar a sua viabilidade imediata e, tão importante como isso, a continuidade e estabilidade do seu conteúdo essencial. Estou à disposição para tudo fazer, no que for julgado útil, para facilitar esse consenso. Mas é preciso, sobretudo, não desistir de mudar, em tempo útil e com o nosso próprio ritmo, aproveitando os graus de liberdade que justamente soube-mos conquistar na gestão da convergência nominal. Sejamos uma vez mais, positivos.

Estas reformas não devem ser encaradas como um incómodo constrangimento, mas como uma oportunidade. Uma grande oportunidade de satisfazer algumas das maiores e mais antigas aspirações de mudança dos Portugueses, em áreas decisivas para a construção de um Estado moderno e que envolvem directamente a justiça social e a qualidade de vida dos cidadãos.

O mérito com que acaba de se atingir um importante objectivo nacional não pode impedir-nos de encarar com urgência e realismo o exigente programa que nos espera. Os bons momentos, como o que agora celebramos, são as melhores ocasiões para pensar e preparar o futuro. O que há a fazer, interna e externamente, é difícil e requer trabalho árduo. Temos hoje o tempo, as capacidades e os recursos essenciais para chegar, uma vez mais a bom porto, com a necessária tranquilidade. Toda a esperança é, pois, legítima. Estou seguro de que o futuro próximo nos trará novas razões para ter orgulho na capacidade de realização de Portugal e dos Portugueses.

SESSÃO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO
«O EURO, A COMPETITIVIDADE
E O ALARGAMENTO DA EUROPA»
Centro Cultural de Belém, Lisboa
21 de Maio de 1998

Ao aceitar o convite, que agradeço, para participar nesta iniciativa do *Diário Económico*, decidi abordar três problemas que, no meu entender, assumem especial importância na Europa do Euro.

Referir-me-ei, primeiro, às implicações para o modo de funcionamento das economias europeias derivadas da decisão de concretizar a moeda única, em segundo lugar, ao que entendo serem os critérios de avaliação do sucesso desta nova etapa da construção europeia e, por último, a alguns aspectos do relacionamento de Portugal com as instituições europeias.

Passado o período em que foi necessário assegurar a convergência nominal temos de encarar as profundas alterações que a adopção do Euro vai introduzir no modo de funcionamento da economia europeia e em cada uma das economias dos diversos Estados-membros.

No que nos diz respeito, a criação do euro vai traduzir-se na entrada do nosso país num regime de estabilidade cambial e de disciplina monetária que, sendo indubitavelmente exigente, constitui, ao mesmo tempo, um quadro propício à adopção de comportamentos verdadeiramente indutores de uma modernização sólida e durável.

A competitividade externa não vai poder ser mais assegurada através da forma fácil, mas enganadora, das depreciações cambiais.

Terá de ser conquistada, dia-a-dia, através de esforços sérios e persistentes de melhoria das nossas infra-estruturas, das nossas qualificações, da nossa organização e, talvez o mais urgente de tudo, da actuação do nosso Estado.

É um programa de transformações que é bem conhecido e está diagnosticado. Infelizmente, temos sido sempre ao longo da nossa história mais hábeis em diagnosticar as nossas deficiências do que temos sido decididos em as ultrapassar.

Julgo, porém, que nos encontramos num momento histórico em que, pelo contrário, temos de provar que também somos capazes de entender o alcance e a urgência das grandes transformações a realizar, por mais complexas que se nos apresentem.

Em moeda única não há mais lugar para adiamentos nem indecisões naquilo que, neste domínio, é necessário fazer.

Nem pode haver lugar para, em nome da luta política conjuntural, negar o consenso partidário e social que, sem pôr em causa a saudável diversidade democrática, se torne necessário assegurar para que as transformações se possam realizar com êxito e em tempo útil. Ao olhar para o tempo que gastamos muitas vezes em querelas menores e de consequências incertas, chego a interrogar-me se estamos sempre conscientes das profundas mudanças que o Euro nos impõe.

Conto-me entre os que entendem que a solução dos desafios que temos perante nós exige que prossigamos o desenvolvimento de uma cultura do rigor e do respeito pelos factos, que promova o debate sério das alternativas viáveis para a concretização das mudanças necessárias. E não creio, de facto, que tenhamos qualquer vantagem em fazer concessões a essa tendência, às vezes tão presente em alguns dos nossos líderes de opinião, para oscilar entre o catastrofismo das previsões e a lamúria quanto à dificuldade das mudanças que se consideram absolutamente imperativas.

Pelo contrário, desejo contribuir para uma melhor identificação dos problemas, para a procura e a concretização das respostas encontradas.

Permitam-me, pois, a frontalidade de reafirmar — e, com isto, entro directamente na segunda questão — que entendo que Portugal tem, como aliás as outras sociedades europeias, um problema de emprego e que teremos de reconhecer um grave insucesso na nova fase da integração comunitária se não formos capazes de construir uma solução para esse problema.

É certo que fomos capazes de realizar grandes progressos no domínio da escolarização dos portugueses, que continuamos a dar alguns passos importantes no domínio da formação inicial, que conseguimos reduzir o desemprego conjuntural e que temos hoje uma taxa de desemprego global relativamente baixa, quando comparada com a média europeia.

Mas ninguém desconhece que a globalização dos mercados financeiros e até agora o desenvolvimento da indústria nos chamados tigres asiáticos retirou às sociedades europeias muita da capacidade que estas revelaram, durante décadas, para criar e manter empregos estáveis e bem remunerados de baixa qualificação, quer nos serviços, quer na indústria.

Mas Portugal tem também problemas específicos, que têm de ser reconhecidos como tal, dentro e fora do País.

Todos os decisores relevantes sabem que na taxa de desemprego oficial se inclui um alto nível de desemprego de longa duração, que atinge cerca de metade dos portugueses desempregados, e que os empregos criados não têm absorvido uma parte relevante dos jovens com níveis elevados de qualificação.

Do mesmo modo, é sabido que Portugal tem ainda um dos maiores níveis de pobreza, e alguns dos mais baixos índices que se conhecem na União Europeia, de formação escolar, de

qualificação profissional, e de protecção social da população activa.

A pertença ao grupo dos fundadores da moeda única europeia justifica, como já disse, uma confiança renovada na capacidade do nosso País enfrentar os desafios exigentes que a modernização económica e social nos coloca e, designadamente, para a solução dos problemas a que me referi.

No meu entender, é fundamental que os Portugueses enfrentem essa exigência que é a de medirmos o sucesso da nossa integração na Europa monetariamente unificada e em vias de alargamento de que somos membros de pleno direito pela capacidade que revelarmos de aumentar a competitividade das empresas portuguesas, de limitar o desemprego estrutural e de melhorar o nível de vida da generalidade dos portugueses.

Sei bem que falo de um caminho muito exigente, de rigor no uso dos recursos disponíveis, que supõe decisões complexas, que mexem com hábitos, privilégios, interesses e talvez mesmo com algumas expectativas, quiçá legítimas.

Mas entendo que devo fazer tudo o que estiver ao meu alcance para que seja cada vez mais partilhada pelos Portugueses a consciência de que ninguém travará por nós as batalhas que nos permitirão integrar melhor a escola, a formação inicial e a formação contínua, que nos possibilitarão ligar o reforço da competitividade empresarial à regulação do mercado do trabalho e à protecção social. Seria inaceitável que Portugal não fosse capaz de oferecer aos adultos de baixa qualificação novas oportunidades para obterem os conhecimentos de que carecem para manterem ou voltarem a ter o trabalho ou o emprego de que depende a sua independência económica para que possam cumprir as responsabilidades que têm consigo próprios, com as suas famílias e com a sociedade portuguesa.

Mas seria intolerável que não fizéssemos tudo o que podemos para garantir que este caminho de progresso que queremos colectivamente trilhar implicasse para alguns cidadãos dificuldades de tal modo fortes ou prolongadas que daí resulte uma dependência durável da protecção social ou, pior ainda, a limitação das oportunidades dos seus descendentes.

No meu entender, Portugal enfrentará estes desafios com tanto maior sucesso quanto mais rapidamente for capaz de concretizar as medidas que dão corpo ao que chamei recentemente, na Assembleia da República, um «contrato de gerações».

Refiro-me a um compromisso, baseado no conhecimento rigoroso e especificado dos problemas, que permita condicionar menos aos ciclos eleitorais a continuação dos processos de modernização cultural, social e económica.

Falo dum compromisso de gerações, no sentido de que a luta política democrática, a que permaneço inteiramente fiel, entre as gerações no poder e oposição se compatibilize com o assumir de responsabilidades pela resolução dos problemas em vez de os transferir para as gerações vindouras.

Porque estou certo de que seremos capazes de vencer esse desafio nacional, quero, para terminar, abordar a terceira questão, isto é, alguns aspectos da posição do nosso País perante o futuro da construção europeia.

Muitos, entre os quais me incluo, consideram que, para poder vingar, a união monetária da Europa exige um muito maior grau de cooperação política entre os Estados-membros. E isto para que os processos de decisão possam tornar-se eficientes e, ao mesmo tempo, respeitadores das regras democráticas e dos interesses dos Estados-membros.

Temos constatado, porém, que muito pouco se tem avançado nesta matéria e a sensação que se tem é a de um défice de inte-

gração política face aos avanços rápidos da integração económica e da integração monetária.

Por isso, é para mim claro que necessitamos de ideias novas sobre a Europa. Necessitamos que surjam reflexões inovadoras, mas ao mesmo tempo realistas, que nos esclareçam sobre os caminhos viáveis da criação de uma Europa política, mais solidária e mais coesa.

Trata-se de um grande debate a realizar, não só em Portugal mas em toda a Europa.

A integração económica e monetária não pode, com efeito, ser um processo cego e dirigido exclusivamente pelos mecanismos de mercado.

A cidadania europeia, para a qual o Tratado da União Europeia tão claramente aponta, passa também pelos europeus reflectirem sobre a Europa que querem construir e por tomarem nas suas mãos essa construção.

O comércio livre, a concorrência e a moeda são, sem dúvida, as bases essenciais da criação de uma sociedade mais próspera.

Mas será uma prosperidade ilusória e temporária se a Europa não criar a sua própria coerência política e institucional.

Coerência que se traduz designadamente em saber assumir os objectivos comuns e em utilizar os meios adequados para os realizar.

E neste particular não posso deixar de me referir à Agenda 2000. A Europa assumiu, para os próximos anos, tarefas da mais alta importância, como sejam a solidificação da união económica e monetária, o alargamento e a reforma da política agrícola comum.

Mas estas tarefas têm de se realizar de forma a dar corpo aos objectivos permanentes da União Europeia e, designadamente, à coesão económica e social.

Objectivos e tarefas, portanto, de grande alcance e de grande complexidade de realização. Mas para poderem ser realizados, os meios a utilizar têm de estar na proporção da dimensão dos fins que a União se propõe.

E, neste particular, é legítimo questionar se os meios propostos nestes primeiros passos da negociação da Agenda 2000 e o destino que lhes é sugerido serão os mais adequados à realização daquelas tarefas no pressuposto do respeito integral dos grandes objectivos da União.

Esta questão assume uma importância vital para o nosso País que, para poder obter a satisfação dos seus legítimos interesses neste complexo processo negocial necessita de criar uma grande unidade em torno dos trabalhos da Agenda 2000.

Com o natural respeito pelos interesses legítimos de cada um, precisamos de estruturar esta «frente externa» de defesa dos interesses comuns dos Portugueses.

Da capacidade que revelarmos para fazer funcionar tal «frente externa» depende alguma do sucesso que Portugal virá a ter de vir a dispor dos meios financeiros e outros que não pode dispensar para continuar o seu caminho progressivo dentro da união monetária europeia.

SESSÃO SOLENE

NA CÂMARA MUNICIPAL DE BERLIM

(Visita de Estado à Alemanha)

Berlim

22 de Junho de 1998

*D*esejo agradecer-lhe, antes de mais, Senhor Burgomestre, esta tão calorosa recepção que tanto honra Portugal e os portugueses.

Regozijo-me por me encontrar novamente nesta grande cidade, sempre hospitaleira, sempre surpreendente pela sua pujança criativa e pelo seu dinamismo humano e cultural.

Berlim evoca em mim recordações muito pessoais. A primeira visita ao estrangeiro que efectuei com minha Mulher, trouxe-nos justamente a Berlim, onde tivemos o privilégio de escutar as nove sinfonias de Beethoven, executadas pela Orquestra Filarmónica sob a batuta de Karajan. Escassos meses volvidos, era derrubada a ditadura em Portugal e os portugueses reencontravam-se com a liberdade e com a democracia que durante quase meio século lhes tinham sido negadas.

Atravessar a pé a Porta de Brandeburgo, como o fiz há pouco na companhia de Vossa Excelência, constituirá para mim uma outra recordação inolvidável.

Ex-libris desta grande metrópole, esse monumento testemunha dos momentos felizes e menos felizes da vida de Berlim.

Marca emblemática, por tanto tempo, de uma cidade dividida por uma lógica inaceitável, a Porta de Brandeburgo ressurgue hoje como símbolo de uma cidade que se prepara para assumir a tarefa de ser a capital da Alemanha unida em paz e em liberdade.

Os projectos em torno da «Alexanderplatz», que terei a grata oportunidade de ver esta tarde, assim como o conjunto dos empreendimentos urbanísticos que estão a ser levados a cabo, constituem um exemplo das formas de conciliar as exigências da administração pública, do sector privado e da população em geral, integrando escritórios, habitações, zonas de lazer e espaços culturais.

Admiramos a forma como estão a readaptar a vossa cidade às novas exigências, integrando o seu património histórico e artístico, modernizando as infra-estruturas, recuperando as zonas mais antigas, protegendo o ambiente, humanizando os espaços urbanos, visando, em suma, melhorar o quotidiano dos seus habitantes.

Conheço, pelas funções que anteriormente exerci, quão exaltante é tal tarefa.

Berlim nunca deixou de ser uma capital de cultura na Europa deste século e um grande centro da modernidade artística. Atestam-no, hoje as três salas de ópera, os inúmeros teatros, as centenas de museus e de galerias de arte, e, naturalmente, as suas orquestras, paradigmas de qualidade musical. Atestam-no também anualmente o Festival de Berlim e o grande festival cinematográfico, que gozam de um justificado prestígio internacional. No campo da investigação, dos conhecimentos humanísticos, das letras, das ciências exactas, as suas universidades disfrutaram de um justificado prestígio e tornaram-se um pólo de irradiação do saber europeu, atraindo estudantes de todos os cantos do continente.

Personalidades marcantes das artes e das letras portuguesas aqui viveram e trabalharam, ou aqui iniciaram as suas carreiras. Um notável exemplo foi Carolina Michaëllis de Vasconcelos, cidadã alemã, tradutora de português nesta mesma Câmara de Berlim, que se fixou em Portugal onde se tornou, porventura, a maior autoridade em filologia portuguesa do seu tempo.

Em Berlim viveu, durante mais de trinta anos, Vianna da Mota; pianista, compositor, pedagogo, divulgador incansável das obras de poetas e compositores alemães, a sua obra espelha bem a riqueza de uma simbiose entre as nossas culturas. Também Mário Eloy, um dos nossos grandes pintores deste século, se estabeleceu durante alguns anos em Berlim, aqui trabalhando e aqui expondo, tal como acontecera antes com Amadeo de Sousa Cardoso. Mas muitos outros portugueses, artistas, escritores, cientistas e investigadores passaram por Berlim, atraídos pela sua extraordinária riqueza cultural e pela sua pujança criativa.

Senhor Burgomestre-Governador,

Como Vossa Excelência escreveu num texto que tive o prazer de ler, «Berlim é o laboratório da unidade alemã.»

Pelo que já me foi dado ver, pelo que verei esta tarde, estou certo de que a vossa experiência constituirá um exemplo bem sucedido em termos urbanos e humanos, e um contributo inestimável para consolidar a Europa, toda a Europa, como um espaço de democracia, de progresso, de paz e de solidariedade.

Desejo a Vossa Excelência e ao Senado desta nobre cidade as maiores venturas nesta vossa ingente tarefa.

JANTAR OFERECIDO

PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ

(Visita de Estado à Alemanha)

Berlim

22 de Junho de 1998

*D*esejo agradecer a Vossa Excelência as suas tão amáveis palavras, assim como o caloroso acolhimento dispensado a minha Mulher, à minha comitiva e a mim próprio desde que chegámos a esta magnífica cidade, no início de uma visita de Estado à República Federal da Alemanha.

Foi com um grato prazer que aceitei o convite de Vossa Excelência para efectuar esta visita que não deixará de reforçar os laços que unem os nossos dois países, e de realçar o nosso comum empenhamento na construção europeia.

Não esqueço o gesto, tão amável, de Vossa Excelência, ao deslocar-se a Lisboa para assistir à minha tomada de posse como Presidente da República, tal como nos calou fundo a sua disponibilidade para participar na inauguração oficial da EXPO'98, não apenas enquanto Chefe de Estado de um grande país estreitamente ligado ao meu, mas também como o Amigo que Vossa Excelência é de Portugal e dos portugueses.

São gestos, Excelência, que assinalam bem as relações particulares que se estabeleceram entre a Alemanha e Portugal, especialmente no seguimento da revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974, cujo sentido profundo foi tão bem compreendido pelos responsáveis políticos alemães, que não nos regatearam apoios morais e materiais para a consolidação da nossa democracia nem a solidariedade política que permitiu a nossa reintegração completa na Europa.

São memórias e reconhecimentos que perduram entre nós. Conhecemo-nos, alemães e portugueses, de há muito, e a Alemanha constitui uma presença constante na nossa História. Cruzados alemães participaram na conquista de Lisboa pelo nosso primeiro rei, dos quais Henrique de Bona, imortalizado por Camões nos *Lusíadas*, jaz na igreja lisboeta de São Vicente; a expansão marítima portuguesa encontrou nas cidades hanseáticas o parceiro indispensável para um intercâmbio mutuamente profícuo, não apenas comercial, mas também cultural, como o atesta o conhecimento de Dürer e de outros mestres alemães no Portugal de quinhentos; portugueses estabeleceram-se então em Hamburgo, constituindo a activa «Natio Lusitana», tal como comerciantes alemães se instalaram em Lisboa.

O Conde de Lippe reorganizou o exército português no século XVIII, Johann Ludwig traçou o convento de Mafra, D. Fernando de Saxe-Coburgo marcou o panorama artístico português da segunda metade do século passado, Carolina Michaëlis dedicou a sua vida à filologia portuguesa.

Viana da Motta, discípulo dilecto de Lutz e grande musicólogo e pedagogo, teve a sua residência principal em Berlim durante cerca de vinte e cinco anos, assim como o pintor Mário Eloy aqui viveu e aqui expôs as suas obras no final dos anos vinte, juntamente com os melhores pintores europeus da sua época, tal como o fez Sousa Cardoso.

Cito apenas alguns, Senhor Presidente, de tantos alemães ilustres que se interessaram por Portugal, e de tantos portugueses que se interessaram pela Alemanha. Apesar da distância geográfica, das conjunturas políticas, dos circunstancialismos da mais diversa natureza, da nacionalidade, creio que todos eles tinham em comum a consciência de partilharem um mesmo espaço, os mesmos valores, uma mesma matriz cultural.

Conhecemos, alemães e portugueses, as perversões totalitárias, a negação da liberdade e da justiça, o partido único e a opressão. Soubemos, naturalmente em momentos históricos bem diferentes, reencontrarmo-nos com a democracia e suplantando as consequências desses nefastos períodos das nossas Histórias, restabelecendo o primado dos valores, da liberdade, da Justiça, da paz e da solidariedade.

São estes os valores perenes que nos norteiam, alemães e portugueses, na prossecução do projecto europeu em que nos encontramos todos empenhados.

Um projecto que visa garantir aos europeus um espaço de prosperidade crescente, de desenvolvimento harmónico das diferentes regiões da Europa, de paz, de estabilidade democrática, de solidariedade, de afirmação constante da diversidade cultural e humana que constitui uma das suas inegáveis riquezas.

Mau grado todas as profecias contrárias, respeitamos os calendários previstos para a terceira fase da União Económica e Monetária e lançámos, com sucesso, a moeda única europeia.

Portugal orgulha-se de ter cumprido, escrupulosamente, todos os critérios necessários, o que lhe permitirá participar, de forma activa, neste novo ciclo da construção europeia, e estamos apostados, com idêntico rigor, em garantir o sucesso de uma moeda europeia forte.

Somos hoje um país moderno que conseguiu, em larga medida, ultrapassar os atrasos estruturais herdados do passado. Beneficiámos, é certo, das políticas estruturais comunitárias, mas o processo de modernização da nossa economia não teria sido possível sem os nossos próprios esforços, sem a mobilização considerável das nossas capacidades nacionais. Tal como não teria sido possível sem um largo consenso político, o apoio — mesmo por vezes crítico — das correntes de opinião, o empenho dos agentes eco-

nómicos e sociais e a sua disponibilidade para compreender e aceitar os sacrifícios necessários.

Não atingimos ainda os níveis de prosperidade comparáveis aos dos países mais desenvolvidos da Europa. Continuamos a ter deficiências em termos de infra-estruturas, de educação, de formação profissional e de produtividade nalguns sectores.

Mas vamos continuar a trabalhar, com a mesma seriedade e rigor, confiantes de que se manterão, como até aqui, as condições indispensáveis para que possamos prosseguir o nosso esforço de convergência efectiva com as economias mais desenvolvidas do espaço europeu.

Apoiados no sólido consenso político que existe em Portugal relativamente à construção europeia e com a solidariedade dos nossos parceiros, estou certo que encontraremos as soluções eficazes que nos permitirão fazer face, com sucesso, aos desafios deste nova fase do processo de integração europeia.

A Europa encontra-se, hoje, numa encruzilhada, confrontada com a necessidade imperativa de alargar as suas fronteiras institucionais às fronteiras da liberdade e da democracia e com a exigência de aprofundar constantemente o seu processo de integração. Tratam-se de duas vertentes inseparáveis de um mesmo projecto. Vivemos, nesta década, transformações tão rápidas quanto impensáveis alguns anos antes, alterando as nossas concepções e os nossos pressupostos. A unificação da Alemanha marcou, simbolicamente, o fim de uma era de afrontamentos ideológicos sucessivos entre a democracia e os totalitarismos, abrindo caminho para a criação de um grande espaço de liberdade, de desenvolvimento e de realização do ideal europeu.

Portugal apoiou sempre, sem hesitações, as legítimas aspirações dos países democráticos da Europa central e oriental que desejam partilhar esse espaço. Por razões históricas, compreendemos par-

ticularmente bem tais aspirações; também para Portugal, a adesão à Comunidade Europeia foi um factor insubstituível de convergência entre a estabilização do regime democrático e o nosso reencontro com a Europa. É, assim, para nós evidente que os países candidatos terão de beneficiar da mesma solidariedade que nos foi manifestada a partir de 1974.

Mas o alargamento não se poderá transformar num elemento de dissolução do projecto europeu, fragilizando o nível de integração já atingido ou afectando o grau de coesão económica e social entre os Estados da União. Se assim acontecesse, seriam os novos Estados-membros que se sentiriam desiludidos, já que teriam aderido a uma Europa diferente daquela a que sentiram vocação para pertencer.

Temos o dever de analisar as vias conducentes a um aumento da nossa integração política, sobretudo após a criação da moeda única, por forma a garantir as condições de coesão no espaço europeu, o reforço da transparência democrática, assim como uma melhor projecção da nossa identidade própria na cena internacional.

A Europa tem de assumir responsabilidades acrescidas na defesa dos seus interesses comuns, reforçando a paz e a estabilidade internacionais. Temos responsabilidade específicas relativamente à Rússia, à Ucrânia, ao Mediterrâneo, ao Médio Oriente, parceiros e vizinhos próximos, de cujo progresso e estabilidade depende, em larga medida, a nossa própria segurança.

Temos igualmente responsabilidades particulares em relação à África e à América Latina, e só me posso regozijar pelo facto de se avançar na realização das cimeiras entre a Europa e esses continentes, a que nos unem laços tão antigos como profundos. Do estreitamento consequente das nossas relações com os espaços que nos circundam depende, afinal, a própria credibilidade

do projecto europeu. Essa credibilidade depende igualmente da constante valorização do direito internacional e dos direitos humanos na consolidação da nossa política externa comum.

Permita-me, Excelência, que refira, neste contexto, a questão de Timor-Leste e a necessidade do empenho activo da União na defesa dos direitos de uma comunidade mártir, submetida a um regime de ocupação ilegal e brutal.

Move-nos, apenas, a defesa dos direitos dos Timorenses, de todos os seus direitos. Continuaremos empenhados, com o apoio dos nossos amigos, parceiros e aliados, na procura de uma solução pacífica e democrática para a questão timorense, no quadro das conversações que decorrem sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Terei a grata oportunidade, com os que me acompanham, de visitar vários Estados deste grande país, finalmente unido após décadas de separação artificial, que estão na memória de todos nós.

As relações entre os nossos dois países têm-se desenvolvido constantemente nos últimos anos, nos mais variados domínios.

A Alemanha é o primeiro destino das exportações portuguesas e o nosso segundo fornecedor, assumindo um papel particularmente destacado em termos do investimento estrangeiro no meu país. Os nossos laços culturais, o conhecimento recíproco entre os nossos povos, têm-se reforçado de forma crescente.

Esta minha visita à Alemanha, acompanhado por uma delegação tão significativa, que inclui vários membros do Governo, representantes de todos os partidos políticos com assento no nosso Parlamento, personalidades destacadas do mundo cultural e artístico, responsáveis de algumas das maiores empresas portuguesas, atesta o nosso empenho no aprofundamento das nossas relações, a todos os níveis e em todas as áreas.

Sei que este desejo é partilhado por Vossa Excelência e pelos responsáveis alemães.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais do Presidente e da Senhora Herzog, pelo progresso crescente do povo alemão e por uma Europa cada vez mais próspera, solidária e coesa.

JANTAR OFERECIDO
PELO PRESIDENTE DA POLÓNIA
(Visita de Estado à Polónia)
Varsóvia
14 de Setembro de 1998

*P*ermita-me, antes de mais, dizer-lhe o meu profundo agrado por me encontrar na Polónia, no seguimento do convite tão amável de Vossa Excelência.

Um agrado pessoal que é também feito de uma grande curiosidade, de um desejo muito sincero de melhor conhecer as realidades deste grande país, a sua cultura tão rica, as suas gentes, as suas preocupações, a forma como encaram os desafios que se colocam à Europa neste final de milénio.

No reforço crescente do nosso conhecimento mútuo, da nossa solidariedade, do aprofundamento de formas concretas e cada vez mais diversificadas da nossa cooperação, encontraremos as vias seguras para fazer face a esses desafios e para lançar os alicerces de um vasto espaço europeu democrático, de progresso e de paz.

Agradeço-lhe, senhor Presidente, em nome de minha Mulher, de todos que me acompanham nesta visita, e no meu próprio, as suas palavras tão amáveis. Conhecemos bem a sua estima particular por Portugal e pelos portugueses e o impulso pessoal que tem dado ao estreitamento das nossas relações bilaterais.

Esta minha visita, a primeira que efectuo a um país candidato à União Europeia, testemunha, de igual forma, o nosso empenho em reforçarmos o relacionamento entre os nossos dois países e em prosseguirmos, em estreita cooperação com a Polónia, as vias da construção da nova Europa.

Acompanha-me uma delegação particularmente significativa, que inclui vários membros do Governo, representantes de todos os partidos políticos com assento no nosso Parlamento, altos responsáveis da Administração Pública, universitários e personalidades destacadas do mundo cultural, representantes de importantes meios de comunicação social, e uma muito expressiva delegação económica, que demonstra bem o nosso empenho em reforçarmos constantemente as nossas relações e explorar novas áreas de cooperação entre polacos e portugueses.

Sei que é este um desejo partilhado por Vossa Excelência e pelos responsáveis polacos.

Senhor Presidente,

A Polónia e Portugal foram sempre lugar de encontro de influências diversas, que moldaram a nossa maneira de ser e a nossa forma de encarar o mundo, que marcaram as nossas culturas respectivas e lhes concederam a sua originalidade particular.

Celebramos este ano o quinto centenário da viagem de Vasco da Gama, a aventura das descobertas marítimas dos portugueses, o encontro mutuamente enriquecedor de povos e culturas, a insaciável curiosidade do Homem, o saber científico, o humanismo e o universalismo dos europeus.

Celebramos Copérnico, que revolucionou o conhecimento do Universo, e Damião de Góis, que por estas paragens andou e estabeleceu amizades com figuras marcantes da cultura polaca. Nestas duas figuras ínclitas do Renascimento, encontramos o que de melhor simboliza o espírito europeu: o saber, a abertura, a tolerância, a solidariedade humana, a busca constante das condições do progresso, o apego à liberdade.

Conhecemos, polacos e portugueses, longos períodos de ditadura e de negação dos direitos mais elementares da pessoa humana, de marginalização relativamente às grandes transformações através-

sadas pelo nosso continente no pós-guerra que reforçaram a nossa situação periférica, privando-nos das condições do progresso político, económico e social.

Mas soubemos manter bem vivo, mau grado todo o peso do aparelho repressivo, o nosso apego à liberdade e à democracia, o nosso desejo de construir sociedades mais justas e mais prósperas, de partilharmos um mesmo espaço de prosperidade e de solidariedade com Estados que partilhavam os mesmos valores fundamentais.

Nenhum democrata europeu pode esquecer as históricas eleições de 1989 e o papel decisivo assumido pela Polónia no reencontro dos países da Europa central e oriental com a liberdade, tornando possível prosseguir o projecto de construção de um vasto espaço de paz, de progresso, de democracia e de justiça; um espaço em que a solidariedade entre Estados e Nações tem de encontrar novas formas e onde se afirme a diversidade que caracteriza a realidade europeia e que constitui, sem dúvida, uma das nossas maiores riquezas.

Conhecemos, por experiência própria, as dificuldades inerentes aos processos de transição democrática, a sua complexidade, as legítimas expectativas geradas e as tão frequentes frustrações a que a própria transição dá origem.

Admiramos, por isso, a maturidade política, a firmeza e a coragem demonstradas pela Polónia nesse processo de transição que decorreu, aliás, num quadro internacional particularmente difícil. A Polónia tornar-se-á a muito breve trecho membro da Aliança Atlântica, elemento indispensável de estabilidade estratégica da segurança regional; preside actualmente à Organização de Segurança e Cooperação na Europa e continua a prestar um importante contributo ao Conselho da Europa; tem desenvolvido um papel muito activo na promoção do diálogo com o leste euro-

peu, com a Ucrânia e com a Rússia, reforçando a compreensão mútua e as condições de estabilidade e de segurança em momentos particularmente delicados como são os que vivemos presentemente; iniciou o processo negocial que conduzirá à sua integração na União Europeia.

O mérito destes inegáveis sucessos deve-se aos polacos e aos seus dirigentes, que souberam manter de forma decidida, a sua orientação estratégica, no decurso de sucessivas alternâncias democráticas. O significado deste sucesso, a par de idênticos processos de transição nos países da Europa central e oriental parece inequívoco: a «outra» Europa deixou de existir, para dar lugar a uma Europa unida pelo valores essenciais da paz, da liberdade e do direito.

Não duvidamos, Senhor Presidente, do papel positivo que a Polónia assumirá quer na Aliança Atlântica quer na União Europeia, nem do seu contributo para a prossecução dos ideais democráticos e europeus que nos são comuns.

A nova Europa, a nossa Europa, encontra-se, porém, numa encruzilhada em que se joga provavelmente o seu destino.

A par do desafio do alargamento das fronteiras institucionais da União Europeia a todo o espaço democrático europeu — porventura a tarefa mais complexa que se nos coloca, uma vez criada a moeda única e cumpridos os calendários previstos para a terceira fase da União Económica e Monetária — surge a necessidade imperativa de aprofundar constantemente o próprio processo de integração europeia.

Tratam-se de duas vertentes inseparáveis de um mesmo projecto. Como Vossa Excelência bem sabe, Portugal sempre apoiou, sem hesitações e de uma forma empenhada, o alargamento da União. Somos a favor do alargamento por coerência e solidariedade democrática, porque reconhecemos, por experiência própria, a

importância decisiva da nossa própria adesão às Comunidades Europeias para a consolidação da democracia política, para a modernização da economia e para a estabilidade da nossa posição internacional.

Mas somos a favor do alargamento, sobretudo, porque acreditamos numa Europa livre e unida, num projecto que é, antes de mais, um projecto político, que exige a consolidação da nossa comunidade de valores, o fortalecimento das instituições comunitárias e uma esperança decidida num destino comum de paz, de progresso e de liberdade.

Os países candidatos deverão beneficiar, obviamente, como nós próprios beneficiámos no processo que conduziu à nossa integração nas então Comunidades Europeias, dos apoios estruturais indispensáveis à modernização das suas economias. Este esforço tem de ser acompanhado de um aprofundamento de um corpo de políticas comuns que mantenha o curso do processo integrador numa rota, pelo menos tendencialmente, convergente.

Por outras palavras, o alargamento não se poderá transformar num elemento ou num pretexto de dissolução do projecto europeu, afectando negativamente o grau de integração já conseguido e o grau de coesão económica e social entre os Estados da União. A secundarização do conceito de coesão intracomunitária não só vai contra o espírito dos Tratados como colocaria em risco a aceitabilidade do próprio projecto europeu no seio das nossas opiniões públicas, como certamente constituiria uma clara frustração para todos os países que, como a Polónia, se empenham no processo de integração europeia, na expectativa legítima de que este continuará a basear-se na solidariedade e na progressiva aproximação dos níveis de desenvolvimento dos seus membros. É esta uma questão que a União Europeia terá de resolver, a curto trecho e de forma satisfatória, contemplando medidas con-

sequentes de pré-adesão a favor dos Estados candidatos, e mantendo a coesão económica e social como objectivo central das políticas europeias, em conformidade com os Tratados e com os objectivos do projecto europeu.

É esta uma questão em que, estou seguro, partilhamos uma perspectiva idêntica.

Senhor Presidente,

Gostaria de reiterar o nosso reconhecimento pelo apoio constante que a Polónia tem concedido à causa do povo de Timor-Leste; uma outra atitude não seria de esperar de um Estado que, como Portugal, defende intransigentemente o primado do Direito Internacional e o respeito pelos Direitos Humanos.

Vossa Excelência conhece bem a resistência heróica mantida, desde há mais de vinte anos, pela comunidade timorense contra um regime brutal de ocupação; essa luta desigual parecia não ter fim. Todavia, as mudanças políticas na Indonésia criaram novas expectativas na procura de uma resolução pacífica para a questão de Timor-Leste, com o exercício livre e democrático do direito de autodeterminação, nos termos da Carta das Nações Unidas.

No respeito estrito por esses princípios essenciais, Portugal está, como sempre esteve, empenhado em trabalhar com todas as partes interessadas, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, no sentido de encontrar fórmulas intercalares e de transição que possam merecer o consentimento dos Timorenses e garantir a defesa dos seus direitos, da sua identidade e dos seus valores, para pôr fim à opressão e restaurar a paz em Timor-Leste. Nesse quadro, é crucial redobrar a solidariedade de todos os que lutam pela liberdade, e nomeadamente das democracias europeias, para com a causa timorense.

Senhor Presidente,

As nossas relações bilaterais têm-se desenvolvido de uma forma particularmente significativa nos últimos anos.

Durante um curto espaço de ano e meio tive a honra e o prazer de acolher Vossa Excelência três vezes em Portugal; durante praticamente o mesmo período visitaram a Polónia o Primeiro-Ministro e vários membros do Governo português; mais recentemente estiveram aqui o Presidente do nosso Parlamento e o Ministro da Defesa Nacional; as visitas de membros do Governo Polaco a Portugal assumem uma regularidade de que nos devemos congratular; quer o Presidente do Sijm, quer o Senhor Primeiro-Ministro Buzek visitaram-nos este ano.

Refiro este aspecto porque creio que ele espelha bem a intensidade, a qualidade, a naturalidade que adquiriu o nosso relacionamento político.

Os investimentos portugueses na Polónia assumiram já uma inegável expressão, e as nossas trocas comerciais têm conhecido uma certa expansão. Muito haverá ainda por fazer, certamente, nestas áreas e nas parcerias entre empresários dos nossos dois países, na cooperação cultural e científica, nos intercâmbios entre universitários, investigadores e criadores culturais, por forma a aprofundar e a consolidar de forma crescente o nosso conhecimento e entendimento mútuos.

Amanhã terei o prazer de presidir com Vossa Excelência à abertura de dois importantes seminários luso-polacos, dedicados, respectivamente, à cooperação económica e à política regional no contexto europeu.

Estou certo de que o seminário económico constituirá um quadro particularmente propício para os empresários dos nossos dois países conhecerem melhor a situação e as oportunidades em cada um deles e de encontrarem novas vias para reforçar a nossa cooperação económica e comercial.

O encontro entre especialistas portugueses e polacos dedicado às questões do desenvolvimento regional e à experiência adquirida

pelo meu país nos doze anos desde que aderimos à Comunidade Europeia, assim como outros encontros sobre temáticas europeias já previstos até ao final do presente ano, traduzem a nossa total disponibilidade para partilharmos com a Polónia conhecimentos e experiências numa área central para o futuro dos nossos dois países.

São estas manifestações concretas das vias que seguiremos, buscando complementaridades e explorando convergências em todas as áreas, com vista ao aprofundamento do projecto europeu a que os nossos dois países estão indissociavelmente ligados, reforçando o seu sentido político, a sua dimensão solidária, a sua intrínseca coesão económica e social, por forma a podermos responder com maior eficácia às legítimas aspirações de progresso e de estabilidade democrática que são de todos nós.

É este o barco que temos de levar a bom porto, para que as gerações futuras de polacos e portugueses, de todos os europeus, possam disfrutar das condições indispensáveis para a consolidação de sociedades mais desenvolvidas e mais justas, num quadro de segurança e de paz.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais do Presidente e da Senhora Kwasniewski, pelo progresso crescente da Polónia, por uma Europa de paz, cada vez mais unida e solidária.

CONFERÊNCIA PROFERIDA
NA UNIVERSIDADE DE VARSÓVIA
(*Visita de Estado à Polónia*)
Varsóvia
15 de Setembro de 1998

Agradeço-lhe muito sinceramente, Senhor Vice-Reitor, esta oportunidade que o Reitorado da tão prestigiada Universidade de Varsóvia me oferece para me dirigir a um conjunto de especialistas e de personalidades interessadas e empenhadas no processo europeu.

É um privilégio que muito me honra, assim como o país que aqui represento.

Não esqueço também o papel determinante das Universidades como escolas essenciais de democracia, centros insubstituíveis para a disseminação de uma cultura democrática, baseada no livre confronto de ideias e de perspectivas, na tolerância e no respeito pelas opiniões dos outros valores perenes da liberdade, da tolerância e da justiça, têm de ser constantemente defendidos contra as tendências antidemocráticas, as manifestações criminosas de racismo e de xenofobia, o sectarismo e o integrismo religiosos, a violência.

Só uma constante pedagogia da liberdade, dos direitos inalienáveis da pessoa humana, do Estado de Direito, nos permitirá fazer eficazmente face a esses profetas da desgraça, garantir a paz e a segurança democráticas, reunir as condições do progresso e de um maior bem-estar para todos.

Não se trata de uma questão «académica», se me permitem a expressão nesta sala, mas de uma questão que está no centro do tema que vos proponho, já que a paz, a democracia, o Estado de Direito, o progresso económico e social, são os fundamentos e os

valores essenciais do projecto europeu a que estamos indissociavelmente ligados.

Há quase dez anos a Polónia dava o primeiro e decisivo passo que abriu as portas de uma nova Europa, nas históricas eleições de 1989.

Lembro-me bem desses dias exaltantes que vivi intensamente, como todos aqueles que pautam a sua intervenção cívica e política pelos valores da liberdade e da dignidade.

Testemunho de coragem e lucidez, o voto dos eleitores polacos, impondo o princípio da legitimidade democrática, revelou que quarenta anos de opressão não tinham conseguido cortar os profundos vínculos políticos, históricos e culturais entre as duas partes da Europa dividida.

Quase dez anos volvidos sobre esses acontecimentos históricos, creio que nos podemos todos regozijar pelos resultados obtidos nos domínios essenciais:

Apesar do drama na ex-Jugoslávia, conseguimos manter a paz e fortalecer as garantias regionais de segurança, recusando o recurso à guerra e à ameaça da guerra no relacionamento entre Estados democráticos;

O segundo resultado foi o sucesso das transições democráticas: a generalidade dos países da Europa central e oriental encontrou as formas e os ritmos mais apropriados para completar a institucionalização de regimes democráticos pluralistas, avançar na edificação de um Estado de Direito e no desenvolvimento de uma economia aberta.

Conhecemos, por experiência própria, as dificuldades inerentes a estes profundos processos de transformação política e económica

ca, as tantas e legítimas expectativas que lhes estão associadas, e também as inevitáveis frustrações que tantas vezes acarretam. Mas o que é fundamental, e os países da Europa central e oriental têm-no demonstrado, no decurso de sucessivas alternâncias democráticas, é a manutenção dessa orientação estratégica.

O exemplo da Polónia é, neste sentido, eloquente.

O mérito dessa mudança pertence aos próprios — aos responsáveis, aos agentes políticos, à sociedade civil dos países da Europa central e oriental, e o significado do seu sucesso é inequívoco: pela primeira vez na História, existem condições para criar uma nova Europa unida em torno dos valores essenciais da paz, da democracia, da justiça e do progresso económico e social.

Os processos de alargamento da União Europeia e da Aliança Atlântica são os primeiros passos nesse caminho que nos conduzirá à fixação de uma nova geografia política no continente europeu, assente numa cultura comum de segurança e em modelos políticos de natureza idêntica.

A Aliança Atlântica representa um quadro indispensável de garantia da segurança e da estabilidade estratégicas para o conjunto dos seus membros. Mas a União Europeia tem um papel particularmente importante para assegurar a continuidade democrática, estimular a modernização das economias e das administrações e reforçar as condições do desenvolvimento, bem como uma capacidade única para institucionalizar a aliança do conjunto das democracias europeias.

Portugal sempre apoiou, sem hesitações, o processo de alargamento da União Europeia.

Sempre defendemos o alargamento em todas as instâncias da União, por coerência e solidariedade, porque reconhecemos, pela nossa própria experiência, a importância decisiva que esse processo acarretará em termos de consolidação democrática e de

modernização económica das novas democracias europeias, porque o consideramos um passo essencial para garantir a paz e a estabilidade no continente.

Tudo isto me parece de uma clareza linear.

A questão que se me afigura mais complexa, neste momento de encruzilhada em que a Europa joga, de algum modo, o seu futuro, é saber que União Europeia pretendemos.

Tenho para mim que queremos uma União que preserve a sua natureza essencial de associação de Estados soberanos, vinculados por interesses comuns, uma comunidade de iguais assente na solidariedade e na coesão, na perspectiva de uma convergência efectiva das suas economias.

Queremos uma União cujas fronteiras coincidam com as fronteiras da democracia na Europa, uma União com instituições mais fortes e uma maior participação dos cidadãos na construção europeia, uma comunidade de direito e de direitos.

Queremos uma União aberta ao exterior, com condições efectivas de acção internacional, que assuma a vocação universalista dos europeus, atenta ao agravamento dos desequilíbrios e desigualdades, intransigente na defesa dos primados do direito internacional e dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Com estes objectivos em vista, queria propor-vos três temas de reflexão sobre o que considero como dimensões essenciais do projecto europeu, indispensáveis, quanto a mim, para garantir a adesão dos cidadãos e o continuado sucesso da construção europeia:

1. A Europa tem de ser um espaço de progresso económico e social crescente, tendendo para uma convergência real das economias e do nível de vida das regiões que a compõem;

2. A Europa tem de ser um espaço de paz e de segurança, gerador de estabilidade nas regiões que lhe estão adjacentes;
3. A Europa tem de aprofundar constantemente o seu processo integrador, sob pena de perder o seu sentido último.

Pegando no primeiro tema — o progresso económico e social — creio que nos devemos todos regozijar com o facto de a União ter cumprido com rigor o calendário da União Económica e Monetária e garantido a participação da maior parte dos seus Estados-membros na criação da moeda única, instrumento indispensável de competição económica internacional.

No entanto, a moeda única não poderá circunscrever-se a esta função; a integração económica e monetária não pode ser um processo cego, dirigido exclusivamente pelos mecanismos de mercado; a moeda única tem de ser uma alavanca de progresso, de progresso económico e social, de progresso político da Europa. A construção europeia exige não apenas consumidores, mas sobretudo cidadãos.

Uma questão é a convergência nominal das economias europeias, outra é a sua convergência real.

Existem conhecidas diferenças entre os níveis de prosperidade dos actuais Estados-membros e fortes assimetrias de desenvolvimento dentro da maioria destes, a que se acrescentam problemas de exclusão e de marginalização sérios na totalidade desses mesmo Estados.

Existem diferenças significativas entre sistemas educativos e de formação profissional, entre sistemas de emprego, entre níveis de informação e de participação dos trabalhadores nas decisões empresariais, entre graus e modalidades de protecção social.

É também evidente que o modelo social europeu está a atravessar uma crise de mutação, atingindo todos os Estados da União Europeia, embora, naturalmente, em fases diferentes. Esta crise, que é europeia, exige estratégias de reforma nacionais, sem dúvida, mas, sobretudo, respostas conjuntas.

Se a diferença entre as opções nacionais em matéria de protecção social e de regulação do mercado de trabalho se acentuarem, não só será impossível responder a este desafio, como teremos introduzido um factor adicional de tensão entre os Estados-membros, ou seja, dentro da própria União.

Dispomos de uma ocasião única para completar o processo de unificação monetária com o desenvolvimento de uma política económica coordenada, convergente, capaz de transformar a moeda única numa alavanca de modernização económica e social da Europa.

A União Económica e Monetária tem de se construir de forma estável e tranquila, tem de ser compatibilizada constantemente com a realidade social, constituir um verdadeiro factor de progresso, garantindo que os benefícios decorrentes da moeda única venham a ser partilhados, de forma equitativa, por todos os Estados-membros.

Para que isto aconteça, será essencial reforçar o princípio da coesão, preservá-lo no centro das políticas comunitárias, por forma a permitir a aproximação dos níveis de vida entre as diversas regiões da Europa, corrigindo as assimetrias, garantindo o progresso constante e harmonioso do espaço europeu no seu conjunto. A UEM exigirá, assim, meios, e meios importantes, nomeadamente orçamentais.

É esta uma questão central que se discute presentemente no quadro da chamada «Agenda 2000», na sua vertente de perspectivas financeiras a vigorarem entre 2000 e 2006.

Tendo em conta a indisponibilidade da maioria dos Estados-membros para aumentar o actual tecto de recursos próprios da União, surgem interrogações legítimas sobre se existirão condições para a concretização de um espaço alargado de articulação político-económica entre um conjunto tão heterogéneo de países e que seja susceptível de garantir, simultâneamente, o aprofundamento de um corpo de políticas comuns que mantenha esses Estados num curso de integração tendencialmente convergente. Gostaria, relativamente a esta questão, que ficasse claro que as negociações sobre a «Agenda 2000», nas quais Portugal tem vindo a lutar por uma revisão que garanta a sua maior equidade, terão de ficar concluídas até ao final de 1999, não tendo, assim, a menor influência no calendário do processo de alargamento. A contabilidade não é tudo, e não substitui, obviamente, uma visão e um desígnio político.

Mas mesmo numa perspectiva puramente contabilística, se se fizerem seriamente as contas da política regional suportada pelos fundos estruturais, verificar-se-á que aqueles fluxos financeiros não são unívocos, e que os financiamentos aos países menos desenvolvidos beneficiam também as economias europeias mais prósperas.

Não tenhamos ilusões.

Se a Europa não for capaz de ser solidária, se não trabalhar constantemente para permitir a convergência, pelo menos tendencial, das economias que a compõem, será o próprio processo de integração que estará em causa, e, muito provavelmente, a própria União.

O desígnio político tem de continuar a existir, baseado na solidariedade, no progresso e na paz.

O desejo de paz, a garantia da paz, as condições da segurança europeia permitem-me passar para o segundo tema que vos proponho.

Garantir a paz entre os Estados da Europa, num quadro de consolidação das democracias, constituiu, sem dúvida, a primeira razão de ser do projecto europeu.

Tornar impensável a guerra foi, e continuará a ser, para todos nós, o propósito constante.

Vivemos mais de quarenta anos num quadro de paz armada, numa Europa dividida, sujeita a uma lógica bipolar que nos foi, em grande medida, imposta.

Esse quadro alterou-se profundamente.

Transformaram-se radicalmente os equilíbrios estratégicos e os termos de referência das relações internacionais.

De um dia para o outro surgiu uma grande vaga de esperança na paz enfim conseguida pelo milagre do reencontro da «outra» Europa com a democracia.

No entanto, o trágico conflito na ex-Jugoslávia cedo nos obrigou a tomar consciência de outras ameaças, assim como das limitações de um sistema de segurança baseado em premissas que tinham deixado de ser pertinentes.

Acordámos subitamente para a ressurgência de velhos problemas de fronteiras, de minorias e de refugiados, para a força crescente de tendências nacionalistas violentas e de movimentos separatistas, para a multiplicação de factores de tensão e de conflito na nossa própria casa.

Fomos apanhados desprevenidos e com estruturas e mecanismos largamente impreparados para responder a estas novas situações. Aprendemos certamente com estas trágicas experiências, mas teremos tirado delas todas as consequências, em termos de comportamentos futuros?

Para assegurar a paz e a segurança no nosso continente, a Europa tem de assumir responsabilidades acrescidas na defesa dos seus interesses comuns, reforçando a paz e a estabi-

lidade internacionais, antecipando riscos e agindo preventivamente.

A Aliança Atlântica soube adaptar a sua filosofia, a sua doutrina e as suas estruturas ao novo mapa da Europa e aos novos equilíbrios surgidos do final da guerra fria; continua a desempenhar um papel decisivo como garante da estabilidade regional e pode confirmar a sua posição indispensável na arquitectura de segurança europeia; conseguiu articular eficazmente um processo de alargamento gradual às democracias da Europa central com a conclusão de acordos bilaterais com a Rússia e com a Ucrânia e a criação do Conselho de Parceria Euro-Atlântico

Mas é indispensável desenvolver a Identidade Europeia de Defesa e de Segurança, que constitui um factor indispensável e acrescido de estabilidade, de reforço da cooperação europeia, de institucionalização dos novos equilíbrios da nossa relação com os nossos aliados norte-americanos e canadianos.

Que papel, que competências, que funções específicas deverá assumir a UEO, num cenário de progressivo alargamento da União Europeia e da NATO?

A OSCE e o Conselho da Europa constituem também estruturas essenciais para «organizar» a nova Europa, para criar esferas de integração diferenciadas, evitando a marginalização de Estados cuja presença e acção são indispensáveis para a estabilidade e a segurança do continente. Assumem um papel particularmente destacado em matéria de direitos humanos, na prática e na pedagogia da democracia e do Estado de Direito.

O problema das organizações que existem no espaço europeu não é o seu número, mas a necessidade de uma articulação eficaz entre elas, que evite redundâncias e sobreposições e que respeite a especificidade de cada uma.

A importância do relacionamento com a Rússia e a Ucrânia obriga a que devamos reforçar uma abordagem comum neste domínio, consolidando um clima de confiança recíproco e mecanismos de cooperação que permitam um relacionamento estável e sem tensões.

De igual modo, é indispensável que a União Europeia alargada solidifique uma abordagem comum e coerente face à instabilidade balcânica, por forma a se constituir como um elemento central para a estabilidade daquela região.

Em suma, como me dizia recentemente uma destacada figura política europeia, «é preciso mais Europa».

A estabilidade dos nossos vizinhos, o seu desenvolvimento económico e social, interessam-nos directamente; a sua instabilidade repercute-se na nossa própria segurança, as suas carências avolumam tensões no espaço europeu.

Isto é válido quer em relação aos nossos vizinhos do Leste, como em relação ao Sul, ao Mediterrâneo, não podendo ser o processo de Barcelona um projecto cujo conteúdo se vai esvaziando paulatinamente, ao sabor das conjunturas.

A tragédia argelina ilustra dramaticamente a necessidade de entendermos uma solidariedade efectiva a todos os nossos parceiros mediterrânicos.

Precisamos de uma doutrina eficaz de «vizinhança solidária», bem entendida e totalmente assumida.

Precisamos também de valorizar constantemente o primado do direito internacional e a defesa dos direitos humanos, que constituem um marco fundamental na definição da identidade internacional da União Europeia e da Europa.

Precisamos manter aberta uma perspectiva europeia para os países cuja integração nas estruturas institucionais da Europa se efectuará necessariamente de uma forma mais dilatada, para garantir

o rumo das reformas, para congregar a adesão dos cidadãos, para evitar frustrações e desilusões, geradoras de instabilidade e de tensão.

Permitam-se que conte uma pequena história ocorrida aquando da minha visita à Ucrânia em Abril passado, que ilustra bem o que acabo de dizer. Durante a conferência de imprensa que se seguiu às conversações entre as delegações ucraniana e portuguesa, o correspondente em Lisboa de um importante jornal londrino, que acompanhava a minha visita, perguntou ao Presidente Kuchma que mensagem gostaria de transmitir aos países da União Europeia. O Presidente da Ucrânia respondeu, com uma dramática singeleza: «que somos europeus»!

O desenvolvimento da uma política externa europeia terá, pela força das coisas, um desenvolvimento lento. Daí a necessidade de um empenho persistente de todos para a fazer avançar.

Mas da prossecução deste desígnio depende a própria credibilidade do projecto europeu, um projecto que tem de garantir a paz no seu próprio espaço, mas que tem também de ser gerador de segurança e de estabilidade nas regiões que lhe são adjacentes.

O último tema que gostaria de referir tem a ver com o aprofundamento do processo de integração europeia, sobretudo tendo em conta o enorme salto qualitativo operado pela criação da moeda única e as consequências do alargamento em termos de reformas institucionais.

Trata-se de uma questão que nos interessa a todos, presentes e futuros Estados-membros da União Europeia.

É um tema que abarca o reforço da integração política da União, a reforma institucional, a legitimidade democrática das instituições, a criação de uma verdadeira opinião pública europeia, o exercício efectivo da cidadania, a valorização da tão rica diversidade cultural dos povos da Europa.

Tenho para mim claro que temos de caminhar para uma Europa política, prosseguindo o trajecto lógico que nos conduziu primeiro à integração económica e depois à monetária.

Pouco se tem avançado neste domínio. Creio que existe um défice de ideias novas, de reflexões inovadoras que apontem pistas realistas para a criação de uma Europa política, mais coesa e mais solidária, capaz de fazer face, com eficácia, ao conjunto de desafios que se colocam à construção europeia.

A União Económica e Monetária, para poder vingar, exige um grau muito mais elevado de cooperação política entre os Estados que a integram, consentânea com a partilha de soberania que ela própria encerra.

A Europa não se pode consumir num debate sobre a sua organização, e parece-me indispensável esclarecer as falácias que se instalaram num debate que confunde modelos federais com «super-Estados».

É para todos óbvio que uma expansão da União tem de conduzir a um repensar das instituições.

Temos consciência de que este debate constitui um elemento de tensão permanente dentro da União e abarca questões — e perspectivas diferentes — sobre a legitimidade e responsabilidade das instituições, o equilíbrio interinstitucional, o modo como a diferenciada realidade que são os Estados-membros se deve projectar no processo de decisão e controlo.

São questões que, para além de afectarem interesses próprios que cada Estado tem legitimamente que defender, assumem uma dimensão simbólica incontornável, que não concede, nesta fase da vida da União e no quadro em que o debate se coloca presentemente, grande espaço de manobra às instâncias nacionais.

Creio que a experiência da última Conferência Intergovernamental terá demonstrado cabalmente este problema.

Pergunto-me se o actual formato destas conferências não se encontrará já esgotado e se, face à magnitude das questões a resolver, não deveríamos avançar, com coragem, para um processo de reforma institucional muito mais profundo, que envolva obviamente todos os Governos dos Estados-membros, mas também os Parlamentos Nacionais.

Não se aproximará o momento de cortar com as tentativas de reformas gradualistas e de colocar, com franqueza, a questão do próprio formato futuro da União?

Independentemente da metodologia e do quadro global de uma futura discussão sobre estas matérias, considero que qualquer reforma institucional deverá preservar o princípio da igualdade entre os Estados, trave-mestra do modelo original que é a União Europeia.

Qualquer reforma institucional tem igualmente de reforçar a transparência democrática e a legitimidade e responsabilidade das instituições.

Qualquer reforma institucional tem de garantir a manutenção das condições de coesão no conjunto da União.

Mas tenho para mim que qualquer reforma só será também viável se se traduzir no fortalecimento de cada um dos Estados-membros, garantindo a cada uma uma adequada representação e uma possibilidade eficaz para defender os seus interesses legítimos, justificando, assim, uma partilha colectiva totalmente assumida das respectivas soberanias.

O que me parece necessário serão, porventura, outras formas e outros modelos de representação dos Estados, que garantam que nenhum será subalternizado, que respeitem o princípio essencial da igualdade entre eles, independentemente da sua força económica ou da sua expressão populacional, que se reflectem já, de forma equilibrada, no actual processo decisório.

A experiência constitucional de outros espaços que conheceram experiências históricas de integração económica e política poderá revelar-se, nesta matéria, de alguma utilidade.

Teorias em voga há alguns meses atrás sobre «círculos concêntricos» ou «núcleos duros», não contribuem certamente de forma útil para este debate, antes criam divisões desnecessárias e podem provocar fracturas irreversíveis.

Mais do que nunca nos últimos anos, tem de ser reafirmada claramente a natureza política e a importância estratégica da construção europeia. A Europa tem de avançar, de uma forma realista mas determinada, para uma união política.

Só assim poderemos definir com clareza o significado do projecto europeu, tão frequentemente submerso em debates irrelevantes. A prossecução deste projecto exige a participação activa dos cidadãos, valorizando a solidariedade que a todos deve beneficiar, fazendo com que sintam a Europa como um espaço de realização pessoal.

Se assim não for, a cidadania europeia não passará de uma intenção bondosa.

Concluiria como comecei: o projecto europeu terá de sempre um projecto político, baseado em valores e em princípios, um projecto que visa garantir a paz e a estabilidade e uma maior prosperidade económica e social para os europeus.

Trata-se de um desígnio fundamental para os séculos futuros, que a todos nós respeita e no qual teremos todos de nos empenhar.

Muito obrigado pela vossa atenção e estou à vossa disposição para quaisquer perguntas que me desejarem colocar.

SESSÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DAS COMUNIDADES EUROPEIAS
Luxemburgo
25 de Janeiro de 1999

É para mim um privilégio poder dirigir-me às instâncias jurisdicionais das Comunidades, instituição exemplar que representa um pilar fundamental da União Europeia enquanto comunidade democrática, e a defesa dos seus valores perenes, do Direito e da Justiça como base essencial do processo de integração europeia, projecto dinâmico e original no qual Portugal está activamente empenhado.

Agradeço-vos, pois, esta oportunidade que honra o país que aqui represento, e desejaria, antes de mais, saudar os membros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de 1.^a Instância, assim como todos quantos trabalham nestas instâncias, expressando-lhes o meu reconhecimento pelo importante trabalho que desenvolvem em prol dos ideais europeus.

O papel determinante do Tribunal de Justiça no processo de construção e integração europeia é unanimemente reconhecido e tem sido, a diversos títulos, justamente salientado.

A União Europeia, tal como a conhecemos, seria seguramente diferente, ou, pelo menos, seriam significativamente diversos os ritmos e os inerentes custos da sua construção, sem o contributo estabilizador, harmonizador, mas não menos gerador de estímulos e impulsos decisivos que lhe foi proporcionado pelo Tribunal.

Designadamente pela elevada qualidade da sua jurisprudência, mas também através da forma como tem sabido combinar con-

tenção e ousadia, gradualismo e inovação, o Tribunal é largamente responsável pela solidificação dos alicerces de uma verdadeira carta constitucional europeia e pela afirmação progressiva, mas constante, da Comunidade Europeia enquanto comunidade de direito.

O contributo decisivo do Tribunal na construção da unidade europeia tem-se desenvolvido nos mais diversos domínios, desde a livre circulação à liberdade de estabelecimento, da proibição de discriminações no trabalho à igualdade entre sexos, da preservação do equilíbrio institucional interno à garantia da legalidade comunitária, desde a política agrícola comum à política social e ao direito da concorrência.

Por sua vez, os seus resultados positivos mais evidentes reflectem-se na forma como o Tribunal de Justiça tem contribuído para uma repartição harmoniosa de competências entre os Estados-membros e a Comunidade e para a garantia do equilíbrio institucional interno. Reflectem-se, de igual modo, na eficácia com que, sem prejuízo do acolhimento e recepção dos princípios e tradições jurídicas fundamentais das ordens jurídicas nacionais, tem desenvolvido a autonomia e especificidade do direito comunitário, assegurado a sua interpretação e aplicação uniformes e coerentes e garantido o seu primado e efeito directo.

Pretendo, todavia, salientar aqui a importância de um domínio — o da protecção dos direitos fundamentais — onde a jurisprudência do Tribunal se revelou determinante e onde se abrem perspectivas renovadas de desenvolvimento.

Embora os tratados fundadores não referissem os direitos fundamentais como fonte de direito, o Tribunal de Justiça, em diálogo constante com os órgãos jurisdicionais dos Estados-membros e, em particular, com alguns dos seus Tribunais constitucionais, soube assumir a respectiva tutela.

Para tanto, considerou os direitos fundamentais como princípios gerais de direito comunitário mediante o reconhecimento da sua integração no património comum da tradição jurídica europeia, igual e especialmente reflectida, entre outros textos de direito internacional, na Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Nesse sentido, os direitos fundamentais puderam ser integrados no direito comunitário e os actos das instituições valorados e controlados em função desse parâmetro. E isso ocorreu nas diferentes dimensões em que o reconhecimento dos direitos fundamentais se traduz, desde a garantia da propriedade à proibição da discriminação, à liberdade de circulação ou à tutela dos direitos de personalidade, à medida da correspondente expansão extensiva do direito comunitário.

Quaisquer que sejam as dúvidas e incertezas que um tal modo de inclusão dos direitos fundamentais possa ter suscitado, pelo menos quando comparado com outras soluções possíveis, a verdade é que foi a vasta elaboração jurisdicional prosseguida pelo Tribunal de Justiça que abriu o caminho do actual reconhecimento institucional da tutela dos direitos fundamentais na União Europeia.

No fundo, foi a jurisprudência neste domínio do mais alto tribunal comunitário que confrontou os Estados-membros com a necessidade de suprirem, a partir do Acto Único Europeu, o silêncio dos textos iniciais.

Um passo importante nesta direcção foi dado pelo Tratado da União Europeia, quando consagrou a necessidade de observância dos direitos fundamentais tal como os garante a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e resultam das tradições constitucionais comuns aos Estados-membros.

Todavia, uma escolha política que, na altura, colocava a tónica mais nas exigências de segurança do que no terreno dos direitos

determinou que aquela declaração, cujo alcance não deve ser menorizado, fosse contrabalançada por uma restrição que, em alguma medida, lhe retirava significado.

É que, para o Tratado da União, as competências jurisdicionais do Tribunal de Justiça não se exerciam no domínio do chamado terceiro pilar, relativo à cooperação nos assuntos internos e da justiça. Então, a ausência do controlo jurisdicional impedia que o Tribunal pudesse introduzir, aí, as formas de tutela a que recorria no domínio da integração comunitária e, nesse sentido, marcava a diferença entre o pilar comunitário e o terceiro pilar. A verdade é que esta diferenciação era paradoxal, pois é neste último pilar que se concentram as competências atribuídas pelos Estados à União que, pela sua natureza, mais susceptíveis são de afectar as liberdades individuais fundamentais. De facto, a articulação das políticas comunitárias em matéria de, por exemplo, imigração e de acesso ao território, mesmo que feita sob a protecção das ordens jurídicas nacionais, pode traduzir-se em consequências delicadas.

O Tratado de Amesterdão procura responder a este tipo de preocupações, designadamente quando retira, no plano jurisdicional, significativas consequências do estabelecimento de um espaço europeu de liberdade, segurança e justiça como objectivo da União. No fundo, este objectivo não significa mais que a ideia de realização plena do princípio do Estado de Direito no espaço comunitário, o que, tendencialmente, obriga à superação dos anteriores défices de sindicabilidade e controlo jurisdicionais.

Nesta perspectiva, as alterações introduzidas pelo Tratado de Amesterdão, repercutindo significativamente na atribuição de novas competências e responsabilidades ao Tribunal de Justiça, reflectem-se, nessa exacta medida, num reforço da tutela dos direitos fundamentais dos cidadãos europeus.

Isso não deriva tanto da atribuição expressa de competência ao Tribunal de Justiça para efeitos do controlo dos actos das Instituições atinentes aos direitos fundamentais, uma vez que o Tribunal entendia já poder fazer este controlo em tudo o que respeitava aos domínios sobre que tinha competência, nem da redefinição do âmbito, designação e conteúdo do terceiro pilar e das competências que, condicionalmente, nele pode passar a exercer o Tribunal de Justiça.

Referi-me, sobretudo, às verificadas absorção do acervo de Schengen pela União Europeia e transferência de parte das matérias que, no Tratado da União, integravam o terceiro pilar para o âmbito da esfera comunitária.

Desta forma, questões tão sensíveis para as liberdades individuais como são as que respeitam às consequências jurídico-civis e administrativas de matérias como vistos, asilo, imigração e outras políticas relativas à circulação de pessoas passam a estar sujeitas à jurisdição do Tribunal de Justiça.

Assim, o percurso iniciado pelo próprio Tribunal de Justiça ao declarar-se, há mais de duas décadas, vinculado pelo património comum do direito europeu na interpretação e aplicação dos actos comunitários conhece mais uma etapa, a que não se teria, porventura, chegado sem o impulso decisivo do Tribunal.

As competências que no Tratado da União Europeia os Estados-membros decidiram articular entre si em termos de pura cooperação integram-se, agora, num domínio em que o controlo jurisdicional é pleno.

Em termos substantivos, há aqui um claro sentido de remissão do desenvolvimento da construção europeia para um quadro balizado pela observância e tutela dos direitos fundamentais.

Ora, esta evolução qualitativa não deixará, por certo, de se reflectir nos planos organizativo e procedimental de forma tanto mais

complexa quanto tivermos igualmente em conta, não apenas o crescimento quantitativo esperado, como também a especialização de regimes e a modulação das competências atribuídas ao Tribunal de Justiça consoante os diferentes domínios em que são exercidas.

De tudo o que resulta, mesmo sem considerar o alargamento da União Europeia — cujas possíveis consequências foram objecto do interessantíssimo debate que me acabou de ser proporcionado e que sinceramente agradeço — de tudo o que resulta, dizia, uma evidente necessidade de adaptação das estruturas do sistema jurisdicional comunitário às novas circunstâncias.

Senhor Presidente do Tribunal de Justiça,
Senhor Presidente do Tribunal de 1.^a Instância,
Meritíssimos Juízes,

A qualidade do desempenho do Tribunal de Justiça e a fina sensibilidade como tem sabido lidar com os problemas mais delicados têm sido, sem dúvida, factores que lhe têm permitido assumir-se progressivamente como tribunal supremo responsável pela realização da justiça constitucional da União Europeia.

De facto, o Tribunal de Justiça é merecedor das mais elevadas expectativas em poder continuar a desempenhar, com o sucesso unanimemente reconhecido, as suas anteriores e renovadas funções de revelação dos limites da repartição de competências entre a Comunidade e os Estados-membros, de garantia do equilíbrio institucional interno, de salvaguarda dos princípios fundamentais dos Tratados, de protecção dos direitos fundamentais e de desenvolvimento do direito comunitário.

Os planos organizativo, estatutário e processual devem poder corresponder à continuação da excelência qualitativa do desempenho que tem sido assegurado pelo Tribunal de Justiça.

Mas, essa é já uma responsabilidade e uma tarefa, não apenas do Tribunal de Justiça, mas que a todos apela e mobiliza, conscientes que estamos que, cada vez mais, a organização jurisdicional é um factor essencial de afirmação da Comunidade enquanto comunidade de direito e, conseqüentemente, de realização do princípio do Estado de Direito no espaço comunitário.

SESSÃO NO CONSELHO PERMANENTE
DA UNIÃO DA EUROPA OCIDENTAL
Bruxelas
26 de Janeiro de 1999

É com particular agrado que me dirijo ao Conselho Permanente, reunido em sessão especial, no quadro da primeira visita de um Chefe de Estado português à União da Europa Ocidental.

Portugal honra-se por ser a primeira vez que um português exerce o lugar de Secretário-Geral de uma organização europeia e por o fazer na pessoa do Embaixador José Cutileiro; este facto reveste-se para mim de uma satisfação pessoal suplementar, já que estamos ligados por antigos e profundos laços de amizade.

Esta minha presença hoje, aqui, testemunha o apoio constante de Portugal a esta organização e a tudo aquilo que ela representa. A presença de 28 Estados europeus reunidos à volta desta mesa sublinha, de forma particularmente eloquente, o papel que a UEO tem assumido para reforçar a estabilidade europeia.

E é a este facto, por si só exemplificativo da nova Europa que estamos a construir, que gostaria primeiro de me referir.

Há dez anos, os países da Europa Central e Oriental iniciaram os seus processos de reencontro com a democracia e o Estado de Direito, demonstrando que, quarenta anos de opressão não tinham conseguido cortar os profundos laços políticos, históricos e culturais entre as duas partes da Europa dividida.

Tratou-se certamente de um processo difícil e complexo. Por experiência própria, conhecemos as dificuldades inerentes a estes processos de profunda transformação política e económica, as

legítimas expectativas que os acompanham e também as frustrações inevitáveis que tantas vezes suscitam.

O que é importante é que, mau grado todas as dificuldades, os nossos parceiros associados demonstraram, no decurso de sucessivas alternâncias democráticas, que essa orientação estratégica se mantinha, avançando na consolidação de regimes democráticos pluralistas, na edificação de Estados de Direito e no desenvolvimento de economias abertas.

O que é igualmente importante é que, mau grado a tragédia na ex-Jugoslávia, conseguimos manter a paz e fortalecer as garantias regionais de segurança, recusando o recurso à guerra e à ameaça da guerra nas nossas relações.

Pela primeira vez existem condições para construir uma nova Europa unida em torno dos valores da paz, da justiça e do progresso económico e social.

Iniciámos já os primeiros passos nesse caminho que nos conduzirá à fixação de uma nova geografia política no nosso continente, assente numa cultura comum de segurança e com modelos políticos de natureza idêntica. Atestam-no a decisão de criar o estatuto de parceiro associado da UEO e o início dos processos de alargamento da União Europeia e da Aliança Atlântica.

A Aliança Atlântica continua a representar um quadro indispensável para garantir a segurança e a estabilidade estratégicas dos seus membros. Passou a incluir, a partir deste ano, três novos Estados. Consideramos que este processo de alargamento deve ser prosseguido por forma a fortalecer a estabilidade democrática na Europa e o reforço da cooperação euro-atlântica, estabilizando paralelamente as nossas relações com o Mediterrâneo, a Rússia e a Ucrânia.

À União Europeia incumbe o papel essencial de assegurar a continuidade democrática, estimular a modernização das economias,

reforçar as condições do desenvolvimento económico e social, e institucionalizar a aliança dos conjuntos das democracias europeias.

O processo de integração europeia conheceu este ano, um enorme salto qualitativo operado pela criação da moeda única. Mas, para poder vingar, a União Económica e Monetária exige um grau muito mais elevado de cooperação política entre os Estados que a integram, consentânea com a partilha de soberania que ela própria encerra.

Creio que é para todos claro que temos de caminhar para uma Europa política, na trajectória lógica que nos conduziu, primeiro, à integração económica e depois à monetária. Só assim poderemos definir com clareza o significado do projecto europeu, tão frequentemente submerso em debates irrelevantes ou querelas obscuras.

A Europa não se pode consumir num debate sobre a sua organização. Tem de avançar, de uma forma realista e determinada, para uma união política.

Mais do que nunca, tem de ser claramente reafirmada a natureza política e a importância estratégica do projecto inovador e dinâmico que é a construção europeia.

É no contexto desta Europa política que urge aprofundar que gostaria de vos falar das nossas perspectivas sobre a UEO, o seu papel e o seu futuro.

Através dos anos, a UEO foi o veículo dos esforços europeus para assumirem uma maior responsabilidade colectiva nos domínios da segurança e da defesa e para conseguirem um maior grau de integração no domínio militar.

Consideramos que este objectivo é, hoje, mais do que nunca, uma tarefa necessária e urgente. A Europa tem de assumir uma maior quota-parte de responsabilidades na sua própria defesa e,

em particular, chegou a hora de os europeus disporem de uma capacidade própria e eficaz em termos de gestão de crises, permitindo-lhes assegurar a condução de operações na defesa dos seus interesses próprios.

Um valioso trabalho tem sido desenvolvido neste sentido pela UEO durante esta década, e esta experiência servir-nos-á, estou certo, como base para fazer face, de uma forma eficaz, às exigências futuras.

De facto, a UEO não apenas reforçou o seu papel e desenvolveu as suas capacidades operacionais, como esteve presente em missões na ex-Jugoslávia, no Danúbio, no Adriático e mais recentemente na Albânia.

Que me seja permitido, neste contexto, prestar uma sincera homenagem à competência profissional, à dedicação e ao sentido do dever de todos quantos participaram nessas missões.

Quanto às capacidades operacionais, um progresso considerável foi já conseguido: consolidou-se o seu Estado-Maior militar, desenvolveram-se os procedimentos de gestão de crises, lançou-se um programa de exercícios, as ligações da UEO à NATO e à União Europeia fortaleceram-se, permitindo um trabalho conjunto e profícuo.

A presença no seu seio de 28 países contribui com valiosas experiências, capacidades e meios, para as tarefas que temos diante de nós, e reflecte a complexidade dos mecanismos necessários para que este largo conjunto de países europeus possa abordar, debater e decidir sobre as questões que afectam a estabilidade, a segurança e a defesa do nosso continente.

Existe, pois, toda uma experiência e um acervo político-militar adquirido pela UEO e pelas suas instâncias que não pode ser desperdiçado, antes tem de ser valorizado no debate sobre a segurança e a defesa europeia, para o qual este Conselho Perma-

nente tem um importante mandato resultante da reunião ministerial de Roma

Entendo esta minha intervenção como mais uma contribuição para esse debate, salientando as linhas de orientação que nos parecem essenciais.

Creio que o edifício que pretendemos construir deve assentar em dois princípios:

Por um lado, a Europa deve estar ou tem de estar preparada para agir política e militarmente com autonomia. Se os acontecimentos na ex-Jugoslávia demonstraram a actualidade do papel da NATO, não me parece curial que os europeus estejam dependentes dos Estados Unidos cada vez que se torna necessário utilizar meios militares na gestão de crises.

Por outro, este facto não contradiz, antes deve reforçar, o contributo europeu na NATO e reflectir o desejo de manter o empenho norte-americano no tocante às questões vitais de defesa e de segurança da Europa.

Creio que estão reunidas as condições políticas para dar início a um debate que deverá ter o objectivo final de, simultâneamente, reforçar o papel da Europa na cena internacional, desenvolvendo progressivamente uma política de defesa comum no quadro da Política Externa e de Segurança Comum e contribuir para a vitalidade de uma Aliança Atlântica renovada que deverá continuar a constituir o fundamento da defesa colectiva dos seus membros. Como já disse, a experiência acumulada pelas instâncias da UEO, o seu conhecimento específico das diversas sensibilidades envolvidas, deve ser utilizado por todos nós no processo de dotação da União Europeia de estruturas que a permitam tomar decisões com implicações militares.

Decisões baseadas numa capacidade de análise, de planeamento e de «inteligence» de qualidade, e no aprofundamento dos ar-

ranjos políticos com a NATO que permitirão aos europeus, dentro de pouco tempo, utilizarem meios e capacidades da Aliança Atlântica, evitando-se duplicações desnecessárias.

O que se visa é reforçar a solidariedade europeia. Trata-se de um debate que envolve a Europa no seu conjunto, um debate que se enriquece pela diversidade de sensibilidades, de experiências e de situações específicas, e do qual os nossos aliados transatlânticos não podem nem devem estar excluídos.

Partimos de geometrias variáveis de participações e de solidariedades. Tal facto impõem-nos que caminhemos com particulares cautelas, para podermos atingir um horizonte que deverá permitir consolidar uma igualdade de compromissos, de direitos mas também de deveres, para todos os europeus.

Uma política de segurança e de defesa implica certamente disponibilidades políticas e militares para a participação em missões de paz, como aquelas decididas em Petersberg.

Mas uma política de defesa comum implica certamente muito mais e, nomeadamente uma solidariedade política e militar. É por isso que importa caminhar com prudência e discernimento, no quadro de uma clara determinação política, na elaboração de uma defesa comum europeia, aproveitando devidamente o património que a UEO representa em si mesma.

Senhor Secretário-Geral,

Senhores Embaixadores,

Este ano terão lugar dois acontecimentos de importância particular para o debate que nos convoca, e dos quais deveremos saber tirar todas as potencialidades.

Refiro-me à entrada em vigor do Tratado de Amesterdão e à Cimeira da Aliança em Washington.

O novo Tratado permitirá um decisivo reforço da cooperação entre a UEO e a UE. Regozijamo-nos com o facto, que não

resulta naturalmente de uma mera coincidência de calendários, de que um Estado-membro da União Europeia e da UE assume a presidência simultânea das duas organizações, traduzindo a vontade política de uma maior aproximação institucional entre elas. Como sabem, Portugal apoia a integração da UEO na União Europeia, e creio que há razões para nos congratularmos com o facto de o Reino Unido se mostrar disposto a discutir questões de segurança no âmbito da União Europeia e a Declaração de Saint-Malo constitui um marco significativo desta nova abordagem.

Quanto à Cimeira da Aliança Atlântica em Washington, esta deverá, por seu lado, definir na prática os importantes objectivos da Identidade Europeia de Segurança e de Defesa, regulando a cedência aos europeus de meios e capacidades da NATO essenciais para o desenrolar de operações militares. Estamos todos bem recordados da decisão da Aliança, em Berlim, quanto à cedência de tais meios e capacidades para integrarem operações a realizar sob o controlo político e a direcção estratégica da UEO, o que tornará a edificação da IEDS numa realidade operacional.

De igual modo, o novo conceito estratégico da Aliança a adoptar em Washington deverá reflectir os resultados já conseguidos na edificação da IEDS e incorporar orientações para o seu desenvolvimento futuro.

A UEO, além de pilar europeu da NATO, é cada vez mais um elemento essencial para a concretização, no futuro, de uma Política Externa e de Segurança Comum, aspecto este que deverá ser tido em devida consideração no quadro do relacionamento entre a NATO e a UEO.

Portugal atribui uma grande importância ao desenvolvimento de forças multinacionais europeias; estas forças traduzirão, em suma, no plano militar, os ideais da integração europeia. Temos de re-

conhecer, porém, que até agora, essas forças têm assumido um papel essencialmente simbólico e que chegou o momento de as transformar em efectivos instrumentos operacionais.

O novo conceito estratégico da Aliança deverá orientar as autoridades militares da NATO para utilizarem o seu ciclo de planeamento de defesa para fortalecer as forças europeias multinacionais, garantindo a sua coordenação e interoperabilidade, no quadro das Forças Conjuntas e Combinadas.

Julgo importante que todo este processo seja acompanhado de uma profunda análise sobre a forma de melhor aproveitar e valorizar o conjunto de meios e capacidades de que os países dispõem, num quadro de contenção orçamental que nos atinge a todos.

Devemos reflectir, por exemplo, sobre a cooperação multinacional das forças armadas dos diferentes países; sobre o desenvolvimento das nossas capacidades de «intelligence»; sobre o *interface* civil e militar em operações de cariz humanitário; sobre a necessidade de uma revisão efectiva da indústria de armamentos europeia por forma a torná-la competitiva face aos nossos parceiros americanos.

Senhores Embaixadores,

Como referiu recentemente o Secretário-Geral Cutileiro perante a Assembleia Parlamentar da UEO, as questões algo obscuras e os debates institucionais, por mais interessantes que sejam, já não impressionam ninguém. Os nossos países serão julgados, não pelas declarações de intenção, mas pelas acções que forem capazes de empreender.

Os arranjos institucionais são certamente importantes, mas não garantirão, por eles, respostas eficazes.

O que é essencial é uma efectiva vontade política, um propósito comum, apoiados em meios e capacidades concretas.

Tenho para mim que a construção europeia avançará sempre, nas suas diferentes vertentes, desde que prevaleça o projecto, a visão política e solidária que a enforma.

Creio que vivemos um momento histórico único que devemos saber não desperdiçar.

E é este o desafio que se nos coloca e que todos deve convocar. Muito obrigado pela vossa atenção e estou naturalmente à vossa disposição para as perguntas que me desejarem colocar.

JANTAR EM HONRA
DO PRESIDENTE DA FRANÇA,
JACQUES CHIRAC
Palácio Nacional da Ajuda
4 de Fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Vossa Excelência costuma qualificar, de uma forma particularmente feliz, as relações entre os nossos dois países: elas são «sólidas e confiantes».

Partilho inteiramente este sentimento, que se radica na linha multissecular de laços, de afectos e de cumplicidades que unem duas das mais antigas nações da Europa.

Entre a França e Portugal existe uma amizade exemplar que vem de longe, desde as origens da nossa nacionalidade, assente em idênticas raízes culturais e em múltiplos e renovados intercâmbios humanos que, ao longo dos tempos, ajudaram a forjar as estreitas afinidades inspiradoras do nosso presente relacionamento. É animado deste espírito que lhe desejo, Senhor Presidente, em nome de Portugal e dos portugueses, as mais calorosas boas-vindas, a si pessoalmente e a todos os que o acompanham.

Permita-me que lhe diga que o recebemos, antes de mais, como um amigo, um amigo a quem a expressão democrática do povo francês confiou as mais altas responsabilidades da República e a defesa dos valores perenes que ela representa: a Liberdade, a Justiça, a solidariedade, a tolerância, o respeito pelos direitos da pessoa humana.

Valores estes que carecem de ser constantemente afirmados e firmemente defendidos, tanto mais que assistimos a tentativas, ora declaradas, ora subreptícias, de minar os fundamentos de-

mocráticos em que assentam as nossas sociedades, a pretexto, tantas vezes, das tensões entre a modernização económica e a coesão social, ou, noutras, de inaceitáveis preconceitos étnicos e raciais.

Esta visita do Presidente da República francesa, que muito nos honra, reveste-se de um particular valor pelo impulso que dará ao nosso relacionamento tradicional num momento novo e crucial da vida da Europa e de profundas transformações da sociedade internacional.

Partilhamos, franceses e portugueses, memórias históricas, experiências e valores comuns, de que nos podemos orgulhar e que nos aproximam no trabalho apaixonante de repensar a Europa do próximo milénio.

E soubemos, em períodos difíceis do nosso viver deste século, dar corpo concreto ao conceito de solidariedade; assim foi durante o primeiro conflito mundial, como bem o ilustra o comovente cemitério militar português de Richebourg, perto de Lille; assim foi também, em alturas várias, quando a França acolheu exilados políticos portugueses ou, nos anos 60, serviu de segunda pátria para centenas de milhares de portugueses em busca de um futuro que aqui lhes era negado.

A presença lado a lado de soldados franceses e portugueses na Bósnia, constitui a mais recente manifestação desta solidariedade comum, em defesa dos ideais que nos norteiam, da paz e da Justiça.

E, se me permite uma nota mais pessoal, gostaria de lhe dizer, Senhor Presidente, que não esquecemos também o apoio concedido pela França, pelos seus partidos políticos e organizações cívicas, por tantas individualidades, escritores, artistas e jornalistas, à causa da democracia em Portugal, durante o longo período ditatorial a que fomos sujeitados.

A este propósito, recordaria o grande escritor português Almeida Garrett, cujo nascimento, há duzentos anos, comemoramos neste dia exacto.

Almeida Garrett foi também um heróico combatente pela liberdade, e este combate levou-o a exilar-se em França e a afirmar, num célebre texto intitulado «Portugal na balança da Europa», que o destino da liberdade estava intimamente ligado ao povo francês, à sua generosidade e devoção.

Mas tantos outros portugueses houve e há, para quem a França é um território privilegiado de afectos, de exigentes expectativas, de permanente diálogo intelectual. De André de Gouveia, amigo de Montaigne, a Vieira da Silva; de Herculano a Amadeo de Sousa Cardoso; de Eça de Queiroz a todos quantos, intelectuais e artistas portugueses por ali andaram, como dizia Antero de Quental, em busca da «totale compréhension de ce qu'est la grande vérité humaine, individuelle, sociale, rationnelle et affective».

Falava, Senhor Presidente, da importância da sua visita no quadro deste momento novo da vida da Europa e do mundo que estamos a viver.

Não temos, entre nós, quaisquer contenciosos e é visível a dinamização dos intercâmbios nos mais diversos domínios, ilustrando bem o elevado nível do nosso relacionamento. A França é o nosso terceiro parceiro comercial e investidor, e o primeiro mercado para vários produtos portugueses. Somos já o décimo destino das exportações francesas e esta dimensão apreciável do nosso relacionamento económico encerra novas e acrescidas potencialidades comerciais e tecnológicas a nível bilateral e também em direcção a terceiros mercados. Estou certo de que o seminário que reunirá amanhã empresários dos nossos dois países contribuirá para um ainda maior aprofundamento destas questões.

Existe, hoje, em França, uma melhor percepção da modernidade de Portugal, corrigindo a imagem desfocada que existiu noutro tempo. Regozijamo-nos, todos, com o crescente interesse dos franceses pela cultura portuguesa, nomeadamente pela nossa literatura e pelo nosso cinema, mas caber-nos-á mostrar ainda mais aquilo que somos.

No reforço constante das nossas relações tem assumido um papel destacado a presença singular em França de uma numerosa comunidade de origem portuguesa, presente em todo o território; uma comunidade que demonstrou uma capacidade exemplar de integração mas que mantém bem vivas raízes e ligações a Portugal. Uma comunidade a quem o estatuto de cidadania europeia atribui doravante direitos e deveres cívicos na vida política francesa.

Parceiros activos na União Europeia, cabe-nos colaborar, na medida das nossas capacidades e identidades, no estabelecimento de um ordenamento internacional onde seja mais firme a paz, mais sustentada a prosperidade e menores as desigualdades entre os Povos.

Torna-se necessário reforçar o mundo multipolar em que vivemos como base de maiores equilíbrios na sociedade internacional. Estamos perante a necessidade imperativa de adoptar, como Vossa Excelência propôs, uma «Agenda para a mundialização», com novas regras de conduta, baseadas na equidade, na solidariedade, na diversidade das identidades, na liberdade, na protecção do ambiente, na complementaridade internacional, na gestão eficaz de riscos ameaças.

A criação da moeda única europeia constituiu um marco singular do aprofundamento do processo europeu. O Euro é um poderoso instrumento de integração, de afirmação externa da nossa comunidade, e um desejável pólo de estabilização monetária internacional.

Mas o sucesso da união monetária dependerá de uma convergência crescente entre as políticas económicas e sociais dos Estados-membros, do reforço constante das condições de coesão do espaço europeu e da redução das disparidades entre as regiões que o compõem. Só assim poderá a moeda única assumir o seu papel, não apenas de instrumento de competição económica internacional, mas também de alavanca de modernização e de reforço da coesão na Europa, permitindo o crescimento sustentado e garantindo a estabilidade democrática.

Trata-se de uma questão fundamental, tanto mais que as disfunções na economia de mercado, com o desemprego e a reprodução de fenómenos de exclusão, de desigualdade e de pobreza, criam tensões inevitáveis no seio das nossas sociedades.

A crise do modelo social europeu, que atinge todos os nossos Estados, exige não apenas estratégias específicas de reforma em cada um deles, mas, e sobretudo, respostas comuns europeias. Permitam-me que saúde, neste contexto, a acção empenhada da França no processo que conduziu à aprovação do Pacto do Emprego no Conselho Europeu de Viena.

A Europa terá de ser social e não apenas económica e monetária; terá de ser de cidadãos e não apenas de consumidores; terá de assumir-se cada vez mais como um projecto político, em todas as suas dimensões; terá de constituir permanentemente um projecto de todos e para todos, sob pena de trair os valores e os ideais que sustentam o próprio processo integrador.

Alargar a União constitui o passo seguinte da construção europeia e nele se joga, em grande parte, a sua própria credibilidade política. Apoiamos esse processo sem hesitações nem reservas, desde logo pela nossa própria experiência em que a solidariedade europeia foi essencial para a consolidação da democracia e do nosso desenvolvimento económico.

Não minimizamos, no entanto, a complexidade do próximo alargamento, tal como não poderemos aceitar que ele se transforme num pretexto ou num elemento de dissolução do projecto europeu, nem que afecte o nível de integração já conseguido ou o grau de coesão económica e social entre os Estados da União. O alargamento tem de constituir um esforço comum de todos, num quadro em que se reforce a solidariedade em que se baseia a construção europeia.

Senhor Presidente,

Urge, hoje mais do que nunca, reafirmar com clareza a natureza política do projecto europeu, a necessidade de aumentar a nossa integração política, retirando todas as consequências lógicas da criação da moeda única.

A Europa tem de assumir responsabilidades acrescidas na defesa dos seus interesses comuns próprios, designadamente na estabilização das suas relações com a Rússia e a Ucrânia, em relação ao Médio Oriente, na consolidação do relacionamento com os parceiros mediterrânicos, na África e na América Latina; tem de poder agir, de forma eficaz, com uma só voz, quer seja na Bósnia, no Kosovo ou em relação ao Iraque.

Relativamente ao Mediterrâneo, temos responsabilidades particulares. Do progresso económico e social dos países da sua orla sul depende, em larga medida, a estabilidade de toda esta vasta região, e, porque não dizê-lo, a nossa própria segurança. O processo de Barcelona tem de avançar de forma decidida, evitando a acumulação de frustrações e ressentimentos que minam a nossa própria credibilidade. Temos de dar corpo a uma efectiva relação de vizinhança e de parceria, claramente assumidas, baseadas na solidariedade e no diálogo franco sobre todas as questões de interesse comum.

O impasse que se verifica no processo de paz no Médio Oriente justifica igualmente a preocupação legítima de quantos defen-

dem o direito à paz e ao progresso de todos os povos da região, baseada no cumprimento escrupuloso dos acordos livremente consentidos e no respeito pelas decisões das Nações Unidas.

É indispensável, também, ultrapassar um certo «afro-pessimismo» e avançar, de forma decidida, no reforço da nossa cooperação com todo um continente a que estamos ligados por tantos laços. Temos de contribuir, de forma empenhada, apoiando nomeadamente as Nações Unidas e as organizações de âmbito regional, para fazer face de forma eficaz aos sinais ameaçadores de conflitos que prenunciam já uma crise de mais vastas e perigosas proporções. Não queremos, certamente, nesta viragem de século, que a África continue a ser um continente adiado.

A cimeira com a América Latina constitui igualmente um desafio à nossa capacidade e à nossa vontade política. A declaração da VIII Cimeira Ibero-Americana que se reuniu em Outubro no Porto, sobre a situação financeira internacional, sublinha, de uma forma particularmente eloquente, a necessidade de um reforço da solidariedade que deve prevalecer na abordagem e resolução de tão graves problemas que afectam a sociedade internacional no seu conjunto. A defesa do direito internacional e a valorização dos direitos humanos na construção da política externa da União são um marco fundamental da nossa identidade internacional.

Gostaria, neste contexto, de referir a situação em Timor-Leste. A nossa posição é bem conhecida; não temos quaisquer interesses egoístas mas o dever de defender os direitos dos timorenses, para garantir a sua liberdade e dignidade, no cumprimento das obrigações resultantes do mandato como potência administrante do Território.

As mudanças na Indonésia, com o início de uma transição cujo objectivo é uma profunda reforma das instituições políticas, tem, naturalmente, profundos efeitos naquela questão.

Pela nossa parte, quisemos assinalar o nosso reconhecimento por aquelas mudanças políticas, designadamente com o acordo sobre a abertura de secções de interesses dos dois Estados. Por outro lado, mantemos uma total disponibilidade para continuar a procurar, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, uma solução digna e honrosa para a questão de Timor-Leste, que abra o caminho para um quadro democrático de autogoverno e para o livre exercício do direito à autodeterminação.

Senhor Presidente,

Quer no que diz respeito à Política Externa e de Segurança quer no que concerne uma política europeia de defesa, o importante é que haja uma clara vontade política, um propósito comum, um efectivo desejo de criação das condições indispensáveis para a sua prossecução. São estes os elementos fundamentais para dotar a Europa de uma política externa eficaz, coerente e credível.

A visão política do futuro europeu é igualmente imperativa nas negociações sobre a Agenda 2000, na qual a França detém responsabilidades especiais. Esta visão tem de impôr-se necessariamente a uma rigidez contabilística que constitui um risco maior para as políticas comunitárias que forjaram, afinal, a força da Europa. Não duvidamos que as autoridades francesas estão conscientes das especificidades de Portugal e da necessidade de preservarmos as condições do nosso desenvolvimento, após os sucessos já registados e os sacrifícios consentidos, reafirmando com clareza a solidariedade que está na essência do projecto europeu.

Um projecto europeu que tem de ser de todos e para todos; um espaço em que os cidadãos se revejam e que sintam como solidário e susceptível de permitir a sua efectiva realização pessoal; uma comunidade de destinos dos povos que o integram.

Se me permite, Senhor Presidente, citarei a este propósito uma frase do seu ilustre predecessor, o Presidente de Gaulle: «quand

vient le moment de décider, il faut regarder vers les sommets — la lumière y est plus vive»!

Senhor Presidente,

Na nossa concepção comum, a sede de todo o poder reside no cidadão, no Homem que pensa, que se expressa, que escolhe livremente. A evolução das nossas sociedades democráticas terá de visar, sempre, o reforço das condições do exercício da cidadania, da liberdade e da dignidade do Homem, libertando-o do medo; do medo não apenas do seu semelhante ou do medo da guerra, mas também libertá-lo dos espectros da rejeição social, da exclusão económica, da intolerância e da xenofobia, de todas as formas de marginalização que minam as nossas sociedades.

É por isso que permanece válida e actual a defesa dos ideais republicanos da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Significam eles que estamos activamente empenhados na construção de uma sociedade em que o aprofundamento da democracia, a igual dignidade de todos e a sua participação na «res publica», constituem a condição do dinamismo social.

É esta, também, a essência do projecto europeu.

Monsieur le Président,

Le grand historien portugais Alexandre Herculano disait de la France que «c'est là qui vivent les écrivains que nous allons jusqu'à aimer comme s'ils étaient les nôtres». Je crois que cette phrase exprime bien la richesse et la densité de nos relations ainsi que notre confiance dans le rôle solidaire de la France dans les débats qui nous préoccupent aujourd'hui, auxquels elle doit apporter, comme dirait Claudel, «toujours l'harmonie et l'équilibre».

Je demande à tous de porter un toast au bonheur personnel du Président Jacques Chirac, à la prospérité du Peuple français et à l'amitié entre nos deux pays.

Importa sobretudo termos sempre presente que uma Comunidade, que se queira viva e actuante, não se poderá limitar a ser apenas um edifício jurídico-institucional. Antes pelo contrário, deverá apelar sempre ao interesse e empenho das sociedades civis dos seus respectivos Estados.

Somos uma Comunidade que se caracteriza pela descontinuidade em termos geográficos, mas em que o vínculo histórico da língua que partilhamos se revela um cimento indestrutível, mais forte do que todas as distâncias.

SESSÃO DE ABERTURA DA II CIMEIRA
DA COMUNIDADE DE PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA
Cidade da Praia — Cabo Verde
16 de Julho de 1998

Quero antes de mais exprimir — e permitam-me que o faça em nome de todos os presentes — os mais sinceros agradecimentos a Sua Excelência o Presidente António Mascarenhas Monteiro, assim como ao Governo de Cabo Verde, pela organização desta II Cimeira da CPLP.

Agradecimentos que naturalmente faço extensivos à população da Cidade da Praia pela cordialidade e calor humano que dispensou às Delegações participantes neste importante evento.

Ao passar o testemunho como Presidente em exercício da CPLP, quero ainda manifestar o meu sentimento de satisfação pelo inegável dinamismo demonstrado pela nossa Comunidade no decorrer dos seus dois primeiros anos de existência. Estou certo de que o relatório que o Senhor Secretário Executivo nos vai transmitir no decurso da presente Cimeira irá seguramente fundamentar este meu sentimento.

Simultaneamente, porém, não posso deixar de sublinhar que a institucionalização de uma Comunidade de Estados livres e soberanos, como é a nossa, constitui forçosamente um processo lento e por vezes até difícil, exigindo o empenho e a perseverança de todos nós, num clima de diálogo constante e num exercício permanente de capacidade criativa.

Estamos de resto todos conscientes que nos encontramos ainda no início de uma longa caminhada que terá de ser feita passo a passo. Mas também sabemos que, mais importante do que a

rapidez da marcha, é estar-se efectivamente na boa direcção e no caminho certo.

A nossa Comunidade tem características singulares que importa aprendermos a valorizar em todo o seu alcance e dimensão.

Importa sobretudo termos sempre presente que uma Comunidade, que se queira viva e actuante, não se poderá limitar a ser apenas um edifício jurídico-institucional. Antes pelo contrário, deverá apelar sempre ao interesse e empenho das sociedades civis dos seus respectivos Estados. E neste aspecto temos sinais claros de estarmos no caminho certo.

Não aos saudosismos! Não às visões ultrapassadas!

Somos uma Comunidade que se caracteriza pela descontinuidade em termos geográficos, mas em que o vínculo histórico da língua que partilhamos se revela um cimento indestrutível, mais forte do que todas as distâncias.

Comunidade que une três continentes entre si, num abraço fraterno feito de um imenso repositório de valores comuns, e que, na cena política internacional, vem reforçar a projecção da identidade própria de cada um de nós, nos diferenciados contextos regionais em que nos inserimos.

Uma Comunidade que conta entre os seus membros com o Brasil, nação com o tamanho de todo um continente; com Angola e com Moçambique, países destinados a desempenhar um papel insubstituível na sub-região da África Austral; com a Guiné-Bissau e com os Estados insulares de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe que têm todas as condições para desfrutar dos benefícios da sua estratégica situação geográfica. E todos contam com as conhecidas capacidades das suas gentes.

Face às imensas potencialidades da nossa Comunidade, ninguém se deverá admirar com a dimensão das expectativas que a CPLP tem vindo a suscitar junto das sociedades dos nossos países, ex-

pectativas essas que, por vezes, entram em contradição com os desafios do momento que passa.

A presente Cimeira, aliás, ocorre precisamente num momento em que é perceptível a existência de uma certa tensão entre as expectativas criadas pela CPLP e as preocupações decorrentes dos acontecimentos na Guiné-Bissau.

Quero desde logo sublinhar a oportunidade única de aproveitarmos o presente momento para, com serenidade e clarividência, fazermos avançar, na medida do possível, o processo de desenvolvimento e aprofundamento da nossa Comunidade, por forma a corresponder às expectativas e dar resposta às preocupações. Neste contexto, permitam-me referir que, à luz da consciência dos nossos dias, tal como reflectida na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a dignidade da pessoa humana exige que o poder político se exerça em quadros constitucionais abertos, democráticos e capazes de corresponder, através de instituições democraticamente legitimadas, às aspirações populares ao bem-estar, à paz e ao progresso.

É ilegítimo e condenável qualquer ruptura do compromisso institucional que pretenda operar-se por meios não constitucionalmente previstos.

Todavia, verificada que seja uma qualquer ruptura no consenso político e social em que assenta um dado regime, o Direito à Paz, tal como consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, requer que, na necessária reposição da legalidade constitucional e na reconstrução de uma ordem política que respeite aqueles direitos fundamentais, prevaleçam as vias do diálogo e da mediação, assim como as preocupações de carácter humanitário e a preservação da dignidade humana.

É neste quadro que se insere a convergência de bons ofícios recentemente levada a cabo por Angola e Portugal, e que teve como

objectivo procurar pôr termo à guerra fratricida que grassa na Guiné-Bissau, dando por essa forma, não só expressão aos laços de solidariedade que ligam os Sete, como também dando cumprimento aos princípios de concertação político-diplomática exarados no Acto Constitutivo da CPLP.

Bons ofícios que não procuram qualquer tipo de exclusividade, reiterando sempre que a via do diálogo, com base em princípios aceitáveis — designadamente a legitimidade do Poder democraticamente instituído e o respeito pelos direitos humanos — é a via mais adequada para se encontrar uma solução perdurável para a grave crise da Guiné-Bissau e se pôr termo ao sofrimento das suas populações.

Não posso aqui deixar de exprimir a minha mais sentida consternação pela perda de vidas humanas, assim como a minha profunda preocupação pela situação humanitária das populações civis, apelando veementemente a todas as partes envolvidas no conflito no sentido de urgentemente permitirem a livre circulação de auxílio de emergência, a ser canalizado pelas organizações humanitárias presentes no país.

Neste contexto, quero manifestar o maior apreço e reconhecimento pelo desinteressado e precioso apoio prestado por Cabo Verde nas operações de evacuação de refugiados da Guiné-Bissau. Excelências,

Agora que se encontra consolidada a fase da construção da estrutura jurídico-institucional da CPLP, importa reflectirmos em conjunto sobre os melhores meios de se fazer avançar a conceptualização política do escopo de actuação da nossa Comunidade.

Nessa perspectiva, afiguram-se-me particularmente relevantes alguns dos pontos da nossa agenda de trabalhos. Sublinho, desde logo, a aprovação do Acordo Geral de Cooperação, acordo este

que vem abrir novas perspectivas de reforço dos laços de cooperação entre os Sete.

Sobre esta matéria, gostaria de propor que se avançasse com o estudo da criação de uma Câmara de Comércio da CPLP, integrando as diversas câmaras bilaterais já existentes entre os países membros, por forma a reforçar o intercâmbio comercial e a viabilizar a formulação de parcerias de geometria variável entre os Sete.

Estrutura esta que poderia vir a ser complementada por um Fórum onde os representantes da iniciativa privada e da administração pública dos Sete articulassem políticas de estímulo ao desenvolvimento económico.

Um outro ponto da agenda de trabalhos de grande importância política é a adopção do Estatuto de Observador.

A admissão de Timor-Leste na CPLP como Observador Convidado irá seguramente constituir um passo de extrema importância no sentido do mais amplo reconhecimento internacional do particular estatuto daquele território.

O facto de uma missão da *Troika* de representantes da União Europeia se ter recentemente deslocado a Timor-Leste, no sentido de avaliar a situação «in loco», incita-me a veicular a opinião de que julgo poder ter chegado o momento adequado para que a CPLP se debruce sobre a oportunidade de protagonizar uma iniciativa semelhante, ideia esta que deixo à vossa consideração. Impõe-se efectivamente sabermos aproveitar as novas janelas de oportunidades que se abrem, sem nunca perdermos de vista os princípios fundamentais por que nos norteamos, designadamente o do livre exercício ao direito à autodeterminação do Povo Timorense.

Não quereria terminar esta minha intervenção sem antes exprimir a minha séria inquietação quanto à situação em Angola e

reiterar a inteira disponibilidade de Portugal em continuar a tudo fazer, como membro da *Troika* de Observadores, no sentido de se alcançar rapidamente a conclusão do processo de paz angolano. Todavia, face à ameaça de recrudescimento da guerra, não se poderá deixar de chamar a atenção da Comunidade Internacional para as responsabilidades decorrentes do não acatamento pela UNITA dos Acordos de Lusaka e das pertinentes Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Termino, tal como comecei, reiterando a minha inquebrantável confiança na nossa Comunidade e no êxito da II Cimeira da CPLP, encarando-a, não como mais um mero exercício de retórica, mas como um verdadeiro passo na direcção certa, num porventura longo mas aliciante caminho que se abre diante de nós e das gerações que se nos seguirão.

Partilhamos ademais a perspectiva de que a Comunidade Ibero-Americana, com base na identidade cultural que lhe é própria, deverá rasgar caminhos no sentido de uma cooperação mutuamente frutuosa nos planos político e económico, envolvendo o empenho da sociedade civil em acções que tenham reflexos directos sobre os cidadãos dos seus países.

JANTAR EM HONRA
DO PRESIDENTE DO URUGUAI,
JULIO MARIA SANGUINETTI
Palácio Nacional da Ajuda
19 de Julho de 1998

No momento em que nos honra com esta sua visita de Estado, é-me particularmente grato, em nome do Povo Português, apresentar a Vossa Excelência, bem como à comitiva que o acompanha, os mais calorosos votos de boas-vindas.

Ao acolher entre nós o Presidente da República Oriental do Uruguai saúdo também o eminente estadista, homem de cultura e ilustre democrata que personifica um exemplo de coragem na luta em defesa dos direitos humanos, da democracia e da liberdade. As elevadas qualidades humanas de Vossa Excelência, o seu indefectível espírito democrático e a sua notável lucidez política, de há muito lhe granjearam o respeito e a admiração do Povo Uruguaio e da Comunidade Internacional.

Seja-me igualmente permitido realçar o especial apreço que os portugueses nutrem pelo Uruguai; sentimento que resulta não só de uma genuína admiração pelo país amigo, como também decorre do rescaldo, sempre mutuamente enriquecedor, de uma parcela de História vivida em comum.

No Uruguai, com efeito, entrecruzaram-se os caminhos de portugueses e de espanhóis, numa experiência singular que o converteu no país do Novo Mundo que porventura melhor reflecte, na sua génese moderna, as indeléveis marcas das duas matrizes ibéricas, numa síntese civilizacional de que uruguaio e portugueses tão justamente se orgulham.

Marca desde logo iniciada em princípios de 1502, quando Fernão de Noronha aporta à bela zona de Punta del Este a que chama Cabo do Bom Desejo. Logo se seguem numerosas outras expedições, designadamente as de João de Lisboa, de Estevão Froes e de João Dias de Solis, assim como a daquela grande figura de navegador português ao serviço da coroa espanhola, Fernão de Magalhães. Em 1521, Cristovão Jacques e Pero Lopes de Sousa levam a cabo a exploração da Bacia Oriental até à foz do rio Negro.

Desde então sucedem-se ininterruptamente os exploradores portugueses que introduzem na região a economia ganadeira, misturam sangues e fundam povoações. Disso é bem vivo testemunho a Colónia do Sacramento, fundada em 1680 pelo português Manuel Lobo, venerada como berço da pátria uruguaia e presentemente património da humanidade.

Neste ano em que se comemora o quinto centenário da viagem de Vasco da Gama à Índia, apogeu da gesta dos descobrimentos portugueses, e em que Vossa Excelência nos dá a subida honra de visitar a EXPO'98, torna-se acrescidamente compreensível esta minha breve evocação de algumas das figuras daqueles que, tendo enformado a nossa História comum, continuam a projectar no futuro a garantia da perenidade das relações entre os nossos dois Povos e Países.

Mas os laços que nos ligam não se circunscrevem tão-somente à História e ao passado. Pelo contrário; tendo sabido encontrar no funcionamento de sociedades abertas e pluralistas o caminho adequado para o progresso dos seus Povos, o Uruguai e Portugal orgulham-se de assumir os seus compromissos com a modernidade, empenhando esforços em favor da cooperação, da justiça e da paz entre as nações. A nossa participação em diferentes missões de paz das Nações Unidas, nomeadamente em Angola e Moçambique, são disso um bem expressivo exemplo.

Por outro lado, irmanados no âmbito da Comunidade Ibero-Americana, o Uruguai e Portugal dão um importante contributo para o desenvolvimento das relações entre os países que integram aquela Comunidade e para o reforço da sua projecção internacional.

Partilhamos ademais a perspectiva de que a Comunidade Ibero-Americana, com base na identidade cultural que lhe é própria, deverá rasgar caminhos no sentido de uma cooperação mutuamente frutuosa nos planos político e económico, envolvendo o empenho da sociedade civil em acções que tenham reflexos directos sobre os cidadãos dos seus países.

Estou persuadido de que a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se em Outubro na cidade do Porto, irá dar um importante contributo para o reforço e aprofundamento da Comunidade Ibero-Americana, tanto mais que a análise da temática em debate, «Os desafios da Globalização e a Integração Regional», irá permitir uma reflexão conjunta sobre alguns temas relacionados com preocupações comuns.

Vivemos com efeito um processo de acelerada globalização económica e financeira à escala mundial. Importa por conseguinte que se reforcem as nossas capacidades de resposta aos novos desafios que defrontamos, ampliando as formas de cooperação entre os nossos espaços situados em diversos continentes.

Nesta perspectiva, tanto o Uruguai como Portugal têm um papel importante a desempenhar nos diferentes enquadramentos regionais em que se inserem, respectivamente o Mercosul e a União Europeia.

Desde logo, ambos os nossos países estão empenhados, quer no alargamento do âmbito geográfico dos seus respectivos enquadramentos regionais, como também no desenvolvimento dos mecanismos de diálogo e de cooperação entre eles.

Como país com uma longa vivência histórica na América Latina, Portugal defende, com veemência, o aprofundamento do diálogo e da cooperação entre as nossas duas regiões, assim como entre a União Europeia e os Grupos do Rio e de São José. Estamos persuadidos do sucesso que, nesse sentido, irá representar a Cimeira da União Europeia/América Latina e Caraíbas, a realizar-se no Rio de Janeiro em Junho do próximo ano.

Idêntico interesse e empenho temos também relativamente ao Continente Africano; continente que, mau grado os anos já decorridos sobre o fim da era colonial, ainda não logrou alcançar definitivamente a estabilidade e os níveis de progresso e desenvolvimento a que tem pleno direito.

Acreditamos que se impõe colocar o continente africano no tabuleiro do interesse e da atenção da comunidade internacional. Daí que tenhamos proposto a realização de uma Cimeira UE/África, a ser concretizada no ano 2000, tendo como principal objectivo a articulação de uma relação político/económica mais efectiva, integrada e sistemática entre a União Europeia e a África. Estamos todos de resto conscientes de que o mundo multipolar do nosso tempo se caracteriza pela formação de grandes conjuntos, tanto políticos e económicos, como linguísticos e culturais, sendo hoje em dia cada vez mais evidente que, no contexto internacional, os países se impõem sobretudo pela afirmação da sua língua e pela riqueza da sua cultura.

A esta luz, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Comunidade entre Estados livres e soberanos, alheia a modelos pré-concebidos e a congeminações hegemónicas, constitui um importante fórum de concertação político-diplomática e um privilegiado instrumento de expressão da identidade cultural dos seus sete Estados-membros espalhados nas sete partidas do Mundo.

Senhor Presidente,

A comunhão dos valores e ideais da Liberdade e da Democracia, partilhados por ambos os nossos países, incita-me a evocar aqui o drama de Timor-Leste.

Desde logo quero sublinhar que Portugal acompanha atentamente a situação na Indonésia, a qual não deixará de ter repercussões naquele território. Como em todos os processos de mudança, a transição política na Indonésia caracteriza-se por uma forte incerteza quanto ao seu sentido último, o que de nós exige, em igual medida, flexibilidade e rigor.

Flexibilidade na avaliação das propostas que possam contribuir para criar um clima de paz e de estabilidade em Timor-Leste, pondo fim à violência, às violações dos direitos cívicos e políticos, e ao sofrimento das suas populações. Entre outras medidas, urge assim uma gradual redução dos contingentes militares indonésios em Timor-Leste e a libertação de todos os prisioneiros políticos, designadamente de Xanana Gusmão.

Rigor no que diz respeito aos princípios essenciais e indispensáveis para se encontrar uma solução pacífica, digna e internacionalmente aceitável da questão timorense, assente no exercício, livre e democrático, do direito à autodeterminação do seu Povo. Neste quadro, Portugal continuará a apoiar os esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas, empenhando-se, com espírito construtivo, nas conversações que decorrem sob a égide. Simultaneamente não hesitará em redobrar a sua solidariedade para com o Povo de Timor-Leste, o qual deverá poder participar, sem restrições, na procura das fórmulas políticas mais adequadas para o seu futuro em liberdade.

Senhor Presidente,

No decurso da presente visita Estado que efectua ao meu país poderá Vossa Excelência constatar, pela observação directa das

potencialidades que se oferecem, um largo campo aberto à intensificação das nossas relações bilaterais.

Aos convénios já existentes, vieram-se juntar outras iniciativas decorrentes da visita ao Uruguai de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, em Julho de 1997, designadamente a assinatura do Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos. Prosseguem entretanto as consultas para a celebração de outros instrumentos de cooperação, nomeadamente nas áreas do turismo, da economia, da indústria, dos transportes aéreos e da ciência e tecnologia, assim como um Acordo para se evitar a dupla tributação.

No contexto do nosso relacionamento bilateral faço uso desta oportunidade para agradecer de viva voz a Vossa Excelência o apoio dado pelo Uruguai a Portugal em diversas Organizações Internacionais, nomeadamente em Nova Iorque e Genebra, assim como para manifestar o nosso sincero reconhecimento pela hospitalidade e carinho do Povo Oriental para com a Comunidade Portuguesa que vive e labuta no Uruguai.

Como testemunho da sua gratidão, deliberou essa Comunidade erigir em Lisboa, na Avenida do Uruguai, uma estátua ao prócer da Nação Oriental, José Gervásio Artigas, monumento esse que Vossa Excelência nos concede a subida honra de amanhã inaugurar.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais do Presidente da República Oriental do Uruguai e da Senhora D. Marta Sanguinetti, pela amizade entre os Povos Uruguaio e Português e pelo perene fortalecimento dos laços que a História cimentou entre os nossos dois países.

**JANTAR AOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
PARTICIPANTES NA VIII CIMEIRA**

IBERO-AMERICANA

Porto

17 de Outubro de 1998

Em nome do Povo Português e em meu próprio nome, quero exprimir a Vossas Excelências e às Delegações que vos acompanham as mais cordiais saudações de boas-vindas e sublinhar quanto nos honra e gratifica acolher-vos nesta bela cidade do Porto, capital europeia de cultura do ano 2001 e património da Humanidade, e agora orgulhosa e feliz anfitriã deste nosso encontro. Cidade que, pela sua longa história de coragem, patriotismo e amor à liberdade, ostenta o merecido título de «mui nobre, sempre leal e invicta» e que, com a sua vizinha Gaia, está na própria origem do nome de Portugal. Cidade onde, em 1394, nasceu o Infante D. Henrique, genial iniciador da gesta dos navegadores portugueses, verdadeiros precursores da visão global que hoje temos da Humanidade e do Mundo. Cidade laboriosa que, com entusiasmo e afincado, trabalhou na preparação da VIII Cimeira Ibero-Americana, e que, estou certo, irá uma vez mais corroborar os seus nunca desmentidos pergaminhos de calor humano e de franca hospitalidade.

Excelências,

1998 foi um ano fértil em acontecimentos carregados do mais profundo significado e simbolismo para o meu país. Desde logo a Expo'98, integrada nas comemorações do V Centenário de um momento alto da História Universal, a chegada de Vasco da Gama à Índia. Depois, a confirmação da entrada de Portugal na terceira fase da União Económica e Monetária que, com o lançamen-

to do Euro, marcou o início de um novo ciclo do processo de construção europeia. De seguida, a realização, em Cabo Verde, da II Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que veio definitivamente confirmar a vitalidade daquela instituição que congrega os sete Estados lusófonos em terras de África, da América e da Europa. E, finalmente, esta VIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que irá seguramente testemunhar o nosso colectivo empenho em fortalecermos cada vez mais a nossa Comunidade de mais de seiscentos milhões de seres humanos que se exprimem, pensam e sonham em castelhano e português.

Constituindo um acto político da mais alta relevância, as Cimeiras Ibero-Americanas como que simbolizam o grande encontro que teve lugar há meio milénio entre os Povos, Culturas e Civilizações dos nossos dois continentes. Um encontro que, tanto nas suas luzes, como nas suas sombras, moldou definitivamente a nossa identidade em ambos os lados do oceano que partilhámos. Com efeito, ao atravessar o Mar a partir desta sua jangada de pedra, os mareantes das duas matrizes ibéricas deram ao Homem uma nova visão de si próprio e do Universo que o rodeia, já que o Mar — como um dia escreveu José Saramago, Premio Nobel de Literatura de 1998 e hoje aqui conosco — é o próprio Universo perto de nós.

Quando amanhã, no cais da Ribeira, dermos o sinal de largada à regata transatlântica entre a cidade do Porto e a cidade do Recife, irá seguramente perpassar pelo nosso espírito a aventura daquele grande encontro e a perene afinidade dos laços históricos, culturais e Linguísticos que ligam os nossos Povos e Países. Excelências,

As Cimeiras Ibero-Americanas — em boa hora institucionalizadas há sete anos em Guadalajara — foram progressivamente desenvolvendo uma rede de cooperação entre os nossos Estados, abran-

gendo sectores tão vitais como os da educação, da cultura, da saúde e da ciência, por essa forma assumindo-se como um cada vez mais activo Fórum de debate e intercâmbio de ideias e experiências, no sentido do reforço da identidade e da solidariedade Ibero-Americana.

Tive a honra e o privilégio de participar nas duas últimas Cimeiras de Santiago do Chile e da Ilha Margarita que analisaram questões tão relevantes para todos nós como a da governabilidade em democracia e a dimensão ética dos sistemas democráticos. Também o tema sobre o qual nos iremos amanhã debruçar se reveste da maior importância e actualidade, já que, efectivamente, o irreversível fenómeno da globalização e os processos de integração regional constituem questões complementares com profundíssimos reflexos em todas as áreas das actividades política, social e económica dos nossos países.

Estou certo que todos nós, quer os veteranos destas cimeiras, quer aqueles que nela participam pela primeira vez — e permitam-me que aqui calorosamente saúdo os Presidentes da Colômbia, da Costa Rica, do Equador, das Honduras e do Paraguai, assim como congratule afectuosamente o Presidente Fernando Henrique Cardoso pela sua recente reeleição para um novo mandato presidencial — todos nós, dizia eu, saberemos seguramente olhar de frente para o futuro, enfrentando solidariamente tanto os desafios, como as oportunidades a que somos convocados por este dobrar de século e de milénio. E vamos com certeza sair daqui reforçados com a Declaração do Porto, que representará uma forte e substantiva vontade, a partir desta plataforma ibero-latino-americana, de afirmarmos o nosso propósito de contribuir, à escala internacional, para o desenvolvimento sustentado, justo e solidário e por uma sociedade internacional de paz e de progresso.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelo êxito da VIII Cimeira Ibero-Americana, pela amizade e cooperação entre os nossos Povos e Países e pela cada vez maior projecção internacional e coesão interna da nossa Comunidade.

SESSÃO DE ABERTURA
DA VIII CIMEIRA IBERO-AMERICANA
Porto
18 de Outubro de 1998

*D*esejo-vos calorosamente as boas-vindas a Portugal, na certeza de que este nosso encontro constituirá uma nova e importante oportunidade para reafirmarmos a solidariedade que nos une, projectando-a de uma forma mais eficaz na cena internacional.

É para nós uma grande honra acolhermos a VIII Cimeira Ibero-Americana e creio que existe uma legítima expectativa quanto aos nossos trabalhos, tendo em conta a relevância particular do tema que vamos discutir.

Quando propus, na Ilha Margarita, em nome de Portugal, o tema da cimeira que aqui nos reúne, fi-lo na certeza de que a nossa discussão teria um ponto de partida muito actual; mas não podia naturalmente prever que ela estivesse, de uma forma tão brutal, na ordem do dia de hoje, por via da situação de grande instabilidade financeira que vivemos à escala mundial e das crises preocupantes que afectam várias regiões do Globo.

Não creio necessário descrever uma realidade que a todos afecta, embora, naturalmente, com consequências variáveis consoante os países.

Nos tempos que vivemos, a turbulência gerada numa zona facilmente se propaga a todo o mundo, ampliando, muitas vezes, os seus efeitos neste processo de transmissão.

Mas temos necessariamente de ter uma visão positiva e construtiva do nosso tempo. A época em que vivemos é caracterizada

pela mundialização dos desafios e dos problemas, mas deverá sê-lo também das oportunidades e das soluções.

A construção do mundo global tem de ser norteada, cada vez mais, por formas solidárias de relacionamento entre os Estados, estruturando a sua interdependência.

E o processo de globalização tem evidentemente de respeitar os valores comuns que defendemos da democracia, do desenvolvimento sustentado, da coesão social e da solidariedade.

É uma responsabilidade política que não podemos enjeitar.

São necessárias respostas novas, audazes e imaginativas.

Reconhecer a realidade de um mundo global em construção não significa, porém, aceitar de forma passiva todos os seus efeitos, ou pactuar com a pressão que estes exercem sobre as nossas sociedades, constituindo tantas vezes um factor de agravamento de desigualdades e de alargamento da exclusão social.

Permitam-me que o repita: temos de assumir a globalização como fenómeno do nosso tempo, mas ao mesmo tempo actuar de forma a que ela não ponha em causa os valores da democracia, da solidariedade e de coesão social em que firmemente acreditamos. No contexto em que vivemos parece-me indispensável valorizar três aspectos, que são, para mim essenciais no quadro de uma «actuação positiva» face à globalização.

Em primeiro lugar, é preciso estabelecer regras mínimas de conduta no que respeita aos grandes fluxos mundiais relacionados com a actividade económica e financeira.

Em segundo lugar, é preciso avançar no reforço e aprofundamento dos processos de integração, assim como na cooperação acrescida entre os diferentes espaços regionais.

Por último, parece-me fundamental acentuar o papel que cabe às organizações ligadas ao auxílio ao desenvolvimento e ao acompanhamento do sistema monetário internacional.

São estes alguns dos tópicos que proponho para a nossa discussão, face aos desafios não apenas económicos, mas também políticos, que a globalização convoca.

As nossas sociedades querem colher os benefícios que o mundo global lhes promete.

Querem maior progresso económico, maior segurança, equidade e justiça social; pedem-nos respostas conjuntas para problemas comuns, como a droga, o terrorismo, a criminalidade internacional.

O nosso dever é impedir que essas aspirações legítimas não se tornem em quimeras cada dia mais longínquas.

É este o desafio essencial que se nos coloca.

Referi, como primeiro tópico, a necessidade de estabelecimento de regras de conduta a nível dos grandes fluxos mundiais relacionados com a actividade económica e financeira.

Isto é válido tanto no que diz respeito ao comércio mundial que, para ser livre tem de ser justo, como no que respeita aos fluxos financeiros que devem assentar em bases sólidas para desincentivar a especulação aventureira que faz perigar o equilíbrio de todas as economias. Neste sentido, a excessiva volatilidade dos capitais a curto prazo constitui, hoje, um elemento altamente desestabilizador.

São igualmente necessárias regras para combater eficazmente os processos de branqueamento de capitais, relacionados com o crime organizado.

É necessário reforçar a solidez e a transparência do sistema financeiro internacional, fazer com que a liberalização internacional dos movimentos de capitais se processe de uma forma ordenada, respeitando os regulamentos internacionais, adoptando regras de prudência e aplicando «códigos de conduta» claros que reforcem a previsibilidade das actuações.

É também indispensável promover uma melhor coordenação dos sectores público e privado, associando este último à resolução das dificuldades com que nos defrontamos, no quadro de soluções mutuamente acordadas.

Em segundo lugar, o reforço e aprofundamento dos processos de integração, a par de uma maior cooperação entre os espaços regionais, parecem-se indispensáveis.

Os processos da globalização e da integração regional são compatíveis e têm que se apoiar mutuamente, potenciando as condições do desenvolvimento económico e social das nossas sociedades. Os exemplos existentes demonstram-no claramente, na União Europeia, no Mercosul, na Comunidade Andina, na NAFTA, ou no Mercado Comum Centro-Americano.

A minha perspectiva parte, naturalmente, do balanço extraordinariamente positivo da nossa própria experiência no processo de construção europeia, que acarretou profundas transformações em todo o país, afectando, pela positiva, o tecido económico e social, assim como as próprias mentalidades.

Habitúamo-nos a viver numa Comunidade dotada com um conjunto de regras consubstanciadas quer nos Tratados, quer na própria prática. Aprendemos a saber medir o alcance político de decisões tomadas com os olhos postos no futuro, mesmo quando supõem sacrifícios e dificuldades no presente. Alargámos com os nossos parceiros a nossa cooperação às mais diversas áreas e reforçámos o sentimento de pertença a um todo solidário e de participação num projecto político ambicioso.

É certo que, apesar de todos os progressos alcançados, a construção europeia não é naturalmente uma obra acabada.

Continua a ser preciso um esforço quotidiano para levar, cada vez mais, a União Europeia até aos cidadãos, comungando das

suas preocupações maiores, indo ao encontro das suas dúvidas, das suas incertezas, das suas angústias.

Para tal, temos que caminhar para uma Europa política, prosseguindo o caminho lógico que nos levou, primeiro, à união económica e agora, à monetária.

Se me permiti aqui evocar e deter-me na integração europeia e na experiência que dela tem o meu país é por me parecer que nos fornecem importantes referências para a discussão que aqui nos ocupa.

Ambas nos ajudam a perceber que só tem possibilidades de sucesso um espaço regional integrado, coeso, solidário, assente num corpo de regras e com objectivos claros e ambiciosos, que tenha o cidadão no centro das suas preocupações. E que mesmo assim sendo, a sua construção e aprofundamento têm de ser constantes.

O meu terceiro e último tópico diz respeito ao papel que deve continuar a caber às organizações vocacionadas para apoiarem o desenvolvimento.

Esse papel não tem sido isento de críticas, algumas vezes justificadas.

Mas o que não oferece dúvidas é que essas organizações são indispensáveis para garantir as condições de um desenvolvimento económico e social sustentado à escala mundial e que devem ser dotadas dos meios e das doutrinas de actuação adequados aos tempos actuais.

Parece-me necessário garantir um nível elevado de ajuda pública ao desenvolvimento, por forma a evitar as consequências negativas da volatilidade dos capitais privados e para permitir que os países mais pobres reúnem as condições necessárias ao desenvolvimento do investimento privado.

O Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais vocacionadas para o apoio ao desenvolvimento têm de assumir o

seu papel sem hesitações, contribuindo para a concretização de estratégias coerentes de desenvolvimento económico, de luta contra a pobreza e a exclusão, e que tenham em conta os efeitos sociais negativos da instabilidade financeira.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Meus Amigos,

Como referi, o desafio que se nos coloca reside fundamentalmente na necessidade de assumir a globalização como um fenómeno do nosso tempo, actuando por forma a que ele constitua efectivamente um elemento poderoso do desenvolvimento económico e social, de consolidação democrática, de estabilidade internacional e de paz.

Aproveitar as economias de maior dimensão e aumentar a produtividade pelo efeito da concorrência aparece como mais possível a nível de espaços regionalmente integrados, tal como estes surgem como respostas indispensáveis às incertezas e fragilidades causadas pela mundialização a nível nacional.

Vivemos em sociedades de economia de mercado em que a esfera política tem de conservar a sua autonomia e o seu papel, e não em sociedades de mercado em que este se sobreponha às exigências da democracia.

Os Estados conservam funções relevantes na preparação de infra-estruturas essenciais ao crescimento, nas políticas educativas e de formação, no estímulo à investigação e à inovação tecnológica, na gestão do direitos sociais.

Existem exigências de segurança e de coesão a nível das sociedades, a que os Estados não se podem eximir.

Os Estados têm de preservar a identidade cultural dos povos que não se pode perder na uniformização geral, antes valorizando a diversidade de culturas que constitui uma riqueza da Humanidade, como é claramente demonstrado na Europa e na América

Latina; têm de zelar por uma constante valorização dos direitos humanos, da cidadania e da solidariedade.

Desde o nosso último encontro na Ilha Margarita tive a oportunidade de visitar oficialmente a Ucrânia, Marrocos e a Polónia. Perguntar-me-ão qual a relevância destas minhas visitas para esta nossa reunião.

Creio que a relevância reside no facto destes países terem a clara consciência da necessidade de se integrarem em espaços mais vastos de solidariedade e de articulação política e institucional para poderem garantir não apenas as condições do seu progresso económico e social, mas também a paz e a segurança regionais e a consolidação do seus regimes democráticos num contexto de globalização económica e financeira acelerada que, se encerra grandes oportunidades de progresso, contém também ameaças claras para os países com economias mais frágeis e com estruturas e práticas democráticas menos enraizadas.

São estes os desafios que temos de vencer.

Antes de concluir gostaria de referir dois outros temas que têm sempre merecido uma atenção e um estímulo particular por parte das nossas Cimeiras Ibero-Americanas.

Reunimos este ano, em Cabo Verde, a II Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e é com particular agrado que vos dou conta dos progressos registados em termos da sua capacidade de actuação política e diplomática, tanto mais que tiveram lugar num contexto difícil.

Estou certo de que, à medida em que se reforcem as suas estruturas e se aprofundem os seus mecanismos de actuação, a CPLP continuará a estreitar os seus laços de cooperação com a Comunidade Ibero-Americana, contribuindo para a consolidação de uma vasto espaço de solidariedade intercontinental. A presença

entre nós do Secretário Executivo da CPLP sublinha essa vontade que nos anima.

O segundo tema que quero mencionar diz respeito a Timor-Leste, e aproveito para agradecer o apoio constante da Comunidade Ibero-Americana à causa heróica deste povo mártir que há mais de vinte anos luta pelo reconhecimento dos seus direitos fundamentais.

As mudanças políticas na Indonésia criaram novas expectativas na procura de uma resolução pacífica para esta questão, com o exercício livre e democrático do direito de autodeterminação do povo timorense.

No respeito por esses princípios, Portugal continuará a trabalhar com todas as partes interessadas, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, no sentido de encontrar fórmulas intercalares de transição que mereçam o consentimento dos Timorenses e que garantam a defesa dos seus direitos, da sua identidade e dos seus valores, pondo fim à opressão e restaurando a paz em Timor-Leste.

A solidariedade dos nossos amigos, dos nossos parceiros, de todos quantos lutam pela liberdade, pelo progresso e pelo respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana e dos povos, continua a ser crucial para conseguir uma solução pacífica e democrática, internacionalmente reconhecida, para esta tão dramática questão.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,
Senhores Ministros,

O conjunto de iniciativas que se desenrolaram à margem desta nossa Cimeira testemunham do nosso empenho em aprofundarmos, num conjunto crescente de áreas importantes para o futuro dos nossos povos, as nossas relações de amizade, de compreensão mútua, de cooperação profícua.

Permitam-me que saliente uma iniciativa que propus à vossa consideração na Ilha Margarita e que mereceu de todos vós um apoio muito encorajador: o seminário euro-ibero-americano sobre as políticas das drogas e das toxicodependências.

As conclusões deste tão útil seminário serão apensas à declaração final da Cimeira e constituem uma demonstração clara da nossa vontade comum de avançarmos num tratamento conjunto de uma questão tão delicada e de tão grande importância para o futuro das nossas sociedades e para o bem-estar e progresso dos nossos povos. Ao reiterar-vos a todos as boas-vindas a Portugal, não posso deixar de dirigir uma palavra particular de saudação aos representantes de um conjunto tão significativo de organizações internacionais; a sua presença é para todos nós um estímulo, já que testemunha do seu empenho na procura constante das condições que permitem reforçar a paz e o desenvolvimento económico e social dos nossos povos.

Os desafios com que nos defrontamos são prementes.

Exigem-se de nós, legitimamente, soluções eficazes, portadoras de confiança e de esperança.

A especificidade de cada um dos nossos países, as experiências tão diversificadas e por isso tão enriquecedoras que se espelham na nossa Cimeira, no quadro da solidariedade fraterna que nos une, constituem um elemento fundamental para utilidade dos nossos trabalhos e para a busca de soluções para as importantíssimas questões que vamos debater.

Meus amigos,

Assistimos à globalização das nossas economias; é altura de globalizarmos também a nossa solidariedade.

Mis amigos,

Assitimos a la globalización de nuestras economias; ya es tiempo de globalizar también nuestra solidariedad.

Señores Jefes de Estado y de Gobierno,
Hay un acontecimiento especial para celebrar en esta cumbre de Oporto.

Hace una hora, los Presidentes Mahuad y Fujimori han depositado en manos de los Presidentes de los países garantes del Protocolo de Río — que son los Presidentes Menem, Cardoso y Frei —, y del delegado especial del Presidente Clinton, Señor Enaudí, la autorización de los Congresos de Perú y Ecuador para que sean los garantes quienes de manera obligatoria establezcan la línea de frontera terrestre común.

Los garantes, a su vez, han anunciado hace treinta minutos que esperan entregar su pronunciamiento en plazo muy breve, de ser posible esta misma semana.

La decisión de construir juntos el futuro desarrollo de Perú y Ecuador y la de resolver una vieja y dolorosa cuestión que dura ya cincuenta y seis años, son motivos para expresar la felicitación de todos los Jefes de Estado e de Gobierno de Iberoamérica a los Presidentes Mahuad y Fujimori por su formidable liderazgo y valentía e por su amor por la paz.

Esta Cumbre Iberoamericana, gracias a esta decisión, se recordará en la Historia como la Cumbre de la Paz.

Muito obrigado a todos pela vossa presença.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
DA VIII CIMEIRA IBERO-AMERICANA
Porto
18 de Outubro de 1998

Chegámos ao termo desta nossa VIII Cimeira Ibero-Americana.

Reunimo-nos num ambiente fraterno e solidário. Acima das perspectivas diferenciadas que necessariamente existem, apesar dos circunstancialismos específicos que legitimamente moldam a abordagem individual das questões concretas, prevaleceu e reforçou-se a amizade que nos une e o esforço comum para encontrar respostas para as grandes questões que preocupam as nossas sociedades. É com esta mesma amizade que vos acolhemos em Portugal, nesta bela cidade do Porto, que se orgulha de ter sido, hoje, capital ibero-americana; e a minha primeira obrigação é agradecer-vos o facto de terem aceite o nosso convite, contribuindo, com a vossa presença, para um debate franco e enriquecedor, garantindo o sucesso dos nossos trabalhos.

Vivemos numa sociedade internacional que, em muitos aspectos, assume as características de uma «vida quotidiana mundial» dada, nomeadamente, a rapidez dos fluxos informativos.

Uma sociedade em que a integração mundial dos mercados financeiros e cambiais constitui uma realidade sem precedente histórico e com profundas consequências a nível das sociedades nacionais nos mais variados domínios, no económico, no cultural, no social e no político.

Alguns defendem até que é o próprio papel do Estado — enquanto actor político fundamental — que é alterado ou mes-

mo reduzido, num sistema que se torna cada vez mais policêntrico.

Não creio, todavia, que possamos aceitar uma tal perspectiva. Há funções, há tarefas, há responsabilidades que os Estados têm de continuara a assumir, sob pena de porem em risco a solidez e a coesão das nossas sociedades e o seu desenvolvimento económico e social.

O que me parece importante, o que nos parece a todos essencial, é que a globalização financeira e económica constitua um efectivo factor de progresso crescente para os nossos países, que não podem ficar sujeitos a turbulências externas que fragilizem as suas economias.

É preciso evitar que os efeitos da globalização ponham em causa o desenvolvimento das economias nacionais, acentuando fenómenos de exclusão social e de pobreza, aumentando a desigualdade e comprometendo a consolidação de processos de integração regional que são fundamentais para a estabilidade e a paz no mundo.

A marcha da globalização é, todos o sabemos, irreversível, mas terá de ser um processo em que todos possam participar, assumindo os custos e os desafios, mas colhendo igualmente os benefícios e as oportunidades.

Este é, sem dúvida, um dos grandes desafios políticos da era em que vivemos.

Falámos aqui da complementaridade entre os processos de globalização e os de integração regional. É uma complementaridade que os vários espaços regionais aqui representados querem crescentemente afirmar.

A experiência portuguesa de integração europeia, que aqui evoquei esta manhã, consequência natural do restabelecimento de um regime democrático no meu país, disse-nos da importância de saber que não estamos sós perante os problemas com que nos

defrontamos, de que existe uma procura de soluções comuns, colectivamente decididas e assumidas.

Se evoquei esta cultura política solidária é porque creio que ela nos aponta os caminhos para um relacionamento e um diálogo frutíferos entre espaços regionais. Um diálogo que será tanto mais efectivo quanto maior for o grau de coesão e desenvolvimento de cada um deles.

Os avanços verificados na América Latina no que respeita aos vários processos de integração regional são um sinal muito positivo de que temos boas razões para encarar o futuro com justificada confiança.

Não creio que haja processos de integração bem sucedidos se não tiverem uma dimensão política, claramente assumida, baseada em princípios e em valores comuns, e desde logo na dimensão ética da própria democracia, que no ano passado abordámos, na Cimeira da Ilha Margarita.

O reforço dos regimes democráticos, o fortalecimento da sua credibilidade, a defesa das liberdades e das garantias, o compromisso permanente com a salvaguarda dos direitos humanos são premissas essenciais que não basta enunciar, mas que é preciso sobretudo assegurar.

A globalização terá de ser também um processo de mundialização de valores e de princípios, terá de ser igualmente uma aposta política no futuro da nossa aldeia global. Não queremos com certeza que ela se traduza apenas no conjunto de efeitos provocados pela liberdade de circulação de capitais, pela internacionalização da produção ou pela modernização dos meios de comunicação. Não é, com certeza, apenas isso que queremos. Temos pois de agir para que assim não seja.

Para além do riquíssimo conjunto de intervenções feitas ao longo deste dia de trabalhos, a declaração final que aqui aprovámos

é o documento que permanecerá como o nosso compromisso colectivo relativamente ao tão importante tema que abordámos. Nela se condensa a mensagem que deixamos aos nossos povos, uma mensagem que é de esperança, de solidariedade, de confiança no futuro e nas nossas capacidades para o enfrentar procurando respostas conjuntas, porque comuns são também os desafios. Os trabalhos da nossa Cimeira foram acompanhados de um conjunto de iniciativas, de debates, de encontros entre especialistas de vários domínios, todos eles indispensáveis para aprofundar o nosso entendimento e cooperação, para buscar respostas conjuntas para os problemas com que as nossas sociedades se defrontam.

Esta dimensão essencial do envolvimento da sociedade civil nas nossas Cimeiras é um fermento indispensável da nossa Comunidade.

Não posso, por último, deixar de me congratular com a importante decisão que tomámos no sentido de conferir um carácter institucional à nossa cooperação, ao criarmos a Secretaria de Cooperação Ibero-Americana. Julgo tratar-se de uma solução funcional susceptível de melhorar a eficácia das acções e programas que levamos a cabo nesta área.

De igual modo quero salientar a aprovação de uma declaração sobre a situação financeira internacional, anexa à Declaração do Porto, que sublinha de uma forma particularmente oportuna, a nossa determinação na defesa das condições que permitirão o crescente desenvolvimento económico e social dos nossos povos, assim como sublinha a solidariedade essencial que deve prevalecer na abordagem e resolução dos problemas decorrentes da presente crise financeira

Por último, gostaria de voltar a referir o acordo a que chegaram esta manhã os Presidentes do Equador e do Perú, que pôs

fim a um diferendo doloroso que persistia desde há cinquenta e seis anos. Trata-se efectivamente, de um acordo histórico, abrindo caminho para uma nova era de entendimento e de progresso para estes dois povos irmãos. Reitero as sinceras felicitações de todos os Chefes de Estado e de Governo aos Presidentes Fujimori e Mahuad por esta decisão corajosa e portadora de paz.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhores Ministros,

Excelências,

Meus Amigos,

Caberá a Cuba a responsabilidade de organizar a nossa próxima Cimeira, que assim em 1999 regressa a terras americanas. É uma tarefa a que o Governo e o povo cubanos saberão corresponder com empenho e entusiasmo.

Comemora-se este ano o centenário do Tratado de Madrid. O Povo cubano sempre fez jus à sua independência, afirmando poderosamente a sua identidade, não vergando nunca perante as dificuldades, lutando pelos seus direitos e liberdades. 1998 foi assim para Cuba, tal como aconteceu em Portugal, um ano de encontro com um momento particularmente significativo da sua História.

Julgo interpretar o sentimento de todos nós ao expressar o nosso profundo respeito e admiração pelo Povo cubano. Permitam-me que lhe dirija aqui uma calorosa palavra de saudação e os votos sinceros de um futuro de paz, de liberdade e de progresso.

Quero igualmente expressar ao Presidente Fidel Castro os desejos de maior sucesso na organização da IX Cimeira Ibero-Americana, nesta altura em que, em nome de Portugal, lhe passo o testemunho e lhe peço que nos fale do tema que então iremos abordar.

JANTAR EM HONRA
DO PRESIDENTE DO MÉXICO,
ERNESTO ZEDILLO
Palácio Nacional da Ajuda
19 de Outubro de 1998

É com o maior prazer que, em nome do Povo português e em meu nome pessoal, apresento a Vossa Excelência os mais sinceros e calorosos votos de boas-vindas; votos estes que naturalmente faço extensivos a sua excelentíssima Esposa, assim como às individualidades que o acompanham nesta sua visita de Estado a Portugal.

Quero exprimir também a minha profunda satisfação pela oportunidade de, na pessoa de Vossa Excelência, acolher entre nós o estadista que está a impulsionar no seu país um processo de reformas políticas e de cariz jurídico-administrativo, tendo como objectivo o reforço da democracia e o pleno funcionamento das suas instituições.

O seu compromisso, assumido em 1994, de pugnar pela descentralização e pela transparência democrática é fruto de uma visão humanista e republicana da política, assim como da determinação em facultar ao Povo mexicano o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e mais equitativa. As alterações introduzidas tanto na Constituição como nas leis eleitorais são bem comprovativas da filosofia de vida e do espírito democrático que anima o Presidente Ernesto Zedillo; espírito esse que, traduzindo-se no natural exercício do Poder em conformidade com a vontade expressa pela maioria, não perde de vista o respeito pelas minorias e a defesa dos seus legítimos anseios e direitos.

Senhor Presidente

As nossas duas Nações comungam dos mesmos ideais de Paz e de Progresso, de Liberdade e Democracia. Irmanados no seio da Comunidade Ibero-Americana a que nos orgulhamos pertencer, México e Portugal dão um importante contributo para o desenvolvimento das relações entre os países que integram aquela Comunidade e para a sua cada vez maior projecção internacional.

Partilhamos ademais a perspectiva de que a Comunidade Ibero-Americana, com base na identidade cultural que lhe é própria, está vocacionada para continuar a abrir caminhos conducentes a uma cooperação frutuosa nos planos político e económico, procurando envolver o interesse e empenho de todos os cidadãos em acções que tenham reflexos directos sobre a sociedade civil dos seus respectivos países.

A VIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que ontem encerrámos na cidade do Porto, saldou-se num êxito por todos reconhecido. Com efeito, num ambiente fraterno e solidário, em que prevaleceu sempre um diálogo vivo, franco e aberto, chegámos a uma notável convergência de pontos de vista e de linhas de orientação sobre o tão importante tema que ali nos reuniu, «Os Desafios da Globalização e a Integração Regional».

A Declaração do Porto constitui uma mensagem de esperança e de solidariedade, assim como de confiança no futuro e na nossa capacidade conjunta para fazer face a um desafio que a presente crise económica e financeira tornou incontornável. A Declaração Sobre a Situação Financeira Internacional que lhe é anexa — em cuja elaboração, aliás, México e Portugal tiveram um papel tão importante — evidencia de forma clara a nossa determinação e empenho na defesa das condições indispensáveis para permitir o crescente

desenvolvimento económico e social dos nossos Povos, sublinhando a solidariedade essencial que deve nortear a abordagem e a resolução deste problema, de que a América Latina está a sofrer tão fortemente os efeitos.

A carta que, com base nessa Declaração, eu próprio e o Senhor Primeiro-Ministro de Portugal fomos mandatados para enviar aos dirigentes dos Países com maior capacidade de intervenção na economia mundial, assim como à União Europeia e aos organismos financeiros internacionais, designadamente ao FMI e ao Banco Mundial, constitui um passo concreto e operativo da maior importância, quer para a acrescida identidade e projecção internacional da Comunidade Ibero-Americana, como também na procura efectiva de uma urgente solução para a crise económica e financeira que vivemos.

Senhor Presidente,

Escusado será dizer que Portugal — protagonista activo no processo de construção europeia — continuará a advogar com veemência o incremento das relações de cooperação entre a Europa e a América Latina — assim como com outros continentes e regiões — numa postura que lhe advém da sua história de país europeu pioneiro das descobertas e da abertura ao Mundo. Por outro lado, a complementaridade dos processos de globalização e os de integração regional deverá ser cada vez mais assumida por todos nós.

A Cimeira da União Europeia/América Latina e Caraíbas, a ter lugar no Rio de Janeiro em Junho do próximo ano, irá constituir — estou certo — uma excelente oportunidade para um ainda maior estreitamento das relações de cooperação política, económica e cultural entre nós. A Europa e a América Latina — no conjunto dos seus Estados e espaços regionais — têm um papel insubstituível a desempenhar na procura dos caminhos que con-

tribuem para atenuar os desequilíbrios e as desigualdades que subsistem em cada um dos nossos países e no mundo global em que vivemos.

Deveremos procurar responder conjuntamente aos desafios que nos são comuns. A luta contra a pobreza e a exclusão social, o combate ao racismo e à xenofobia, ao terrorismo, à droga e ao narcotráfico são desafios que só poderemos superar através de uma efectiva cooperação entre os espaços regionais, a par de esforços convergentes no domínio do fortalecimento das instituições democráticas, da intensificação da cooperação institucional e da vivificação das iniciativas da sociedade civil.

Neste contexto, não posso deixar de saudar a feliz iniciativa do México que conduziu à Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas, na qual eu próprio participei, e de que resultou a tão importante assunção da responsabilidade entre todos partilhada nesta matéria, pondo fim à artificial e maniqueísta divisão entre produtores e consumidores.

Senhor Presidente,

Ainda no domínio multilateral, mas agora no âmbito das organizações internacionais sediadas em Nova Iorque e Genebra, seja-me permitido evocar a problemática de Timor-Leste e a importância que, em todas as circunstâncias, atribuímos às questões de princípio em matéria de defesa dos direitos humanos e do direito à autodeterminação.

Os progressos registados na última ronda de negociações sobre aquele território, levadas a cabo sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, não nos podem fazer esquecer que o actual processo de transição política na Indonésia se caracteriza por uma forte componente de incerteza quanto ao seu sentido último, o que torna imprescindível, simultaneamente, uma postura de grande rigor e flexibilidade da nossa parte.

Flexibilidade na avaliação das propostas que possam contribuir para um clima de paz e estabilidade em Timor-Leste, e rigor quanto aos princípios essenciais onde terá de assentar a solução da questão timorense, solução essa necessariamente pacífica, digna e internacionalmente aceitável, e que resulte do exercício, livre e democrático, do direito do Povo timorense à autodeterminação.

Senhor Presidente,

No domínio do relacionamento bilateral, apraz-me sobremaneira assinalar que as relações entre os nossos dois países atravessam um momento francamente positivo; momento em larga medida propiciado pela visita do Senhor Primeiro-Ministro de Portugal ao México, em Novembro de 1996, e agora amplamente confirmado pela presente visita de Estado de Vossa Excelência ao nosso país.

Estas visitas, aliás, constituem tão-somente a expressão mais visível do efectivo estreitamento das nossas relações bilaterais, com base no aproveitamento das potencialidades das nossas economias, na afinidade das nossas culturas e no aprofundamento do diálogo construtivo entre os nossos dois países.

A par da concertação política, consagrada num Memorando de Entendimento, abrem-se hoje em dia perspectivas de uma cooperação alargada ao domínio económico, onde, de resto, gostaríamos de ver aumentado o volume das trocas comerciais, bem como o montante dos investimentos recíprocos. Importa assim continuarmos a promover e incrementar a realização de seminários e a troca de missões empresariais com vista à localização de áreas complementares e nichos de mercado que estimulem a indispensável cooperação empresarial privada.

Refira-se, neste contexto, que o investimento português no exterior superou, no ano em curso e pela primeira vez, o investimento estrangeiro em Portugal, ocupando o nosso país a quinta

posição dos investimentos externos no Brasil e o sexto lugar dos investimentos dos países membros da União Europeia na América Latina, o que é também uma demonstração de que temos confiança no desenvolvimento estável da região, como nos foi salientado na Cimeira Ibero-Americana do Porto.

Abre-se assim perante nós, neste dealbar de um novo milénio, um vastíssimo campo de acção para o reforço das nossas relações bilaterais a todos os níveis, cabendo-nos saber aproveitar, com ousadia e pragmatismo, todo o imenso potencial contido no património de afectividade recíproca e de mútuas convergências e complementaridades que caracterizam o relacionamento entre o México e Portugal.

Relacionamento caloroso que se manifesta tanto ao nível institucional, como ao nível da afectividade das relações humanas. Não faltariam exemplos; mas permitam-me que aqui saliente o prestígio que usufrui entre nós Octávio Paz, nome ilustre da cultura mexicana e grande amigo de Portugal. A ele se deve muito do que foi a divulgação de Fernando Pessoa no Mundo de língua castelhana, quando o genial poeta português não desfrutava ainda a aura da justa fama internacional de que hoje é rodeado. De igual forma, a simpatia que Vossa Excelência sempre demonstrou nutrir para com o meu país vem reforçar a minha convicção de que a presente Visita de Estado irá seguramente dar frutos no sentido de uma cada vez maior aproximação e mútuo entendimento entre o México e Portugal.

É nessa convicção — direi mesmo, é nessa certeza — que convidando todos os presentes a acompanhar-me num brinde pelas felicidades pessoais do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e da Senhora Nilda Patrícia Zedillo, pela prosperidade da grande Nação Mexicana e pela amizade e cooperação entre os nossos dois Povos e Países.

Reconhecer a realidade de um mundo global em construção, fenómeno inelutável do nosso tempo, não significa nem pode significar que aceitemos, passivamente, todos os seus efeitos, nem permitir que, à sombra da globalização dos mercados, os grandes fluxos económicos e financeiros se desenvolvam sem um conjunto de regras mínimas e possam pôr em causa os valores da democracia, da solidariedade, do progresso e da coesão social em que firmemente acreditamos.

SESSÃO SOLENE
NO PARLAMENTO MARROQUINO
(*Visita de Estado a Marrocos*)
Rabat
14 de Maio de 1998

É com particular emoção que me dirijo a vós, representantes do povo marroquino.

É uma emoção que resulta do altíssimo privilégio que me é concedido, da honra que é feita a Portugal e aos Portugueses.

É uma distinção que marca bem o carácter particular do nosso relacionamento, a sólida amizade que une marroquinos e portugueses, assim como o nosso comum compromisso no desenvolvimento das nossas relações, no estreitamento crescente da nossa cooperação nas mais variadas áreas.

Desejou Sua Majestade o Rei Hassan II que efectuasse a minha primeira visita oficial a Marrocos num momento particularmente importante para a sua História, um momento em que se concretiza uma alternância democrática em termos governamentais, num quadro de pluralismo político e partidário, de debate livre e enriquecedor de ideias e de projectos, no seguimento de eleições em que se empenhou, de forma tão expressiva, o povo marroquino no seu conjunto.

Momento particularmente significativo porque se mobilizam novas forças e novas capacidades para fazer face aos desafios que se colocam à sociedade marroquina, para assegurar o progresso económico e social crescente deste grande povo.

Momento, pois, de esperança confiante. De esperança e de confiança nas potencialidades deste país, nas capacidades das suas Mulheres e Homens, no seu apego aos valores da democracia e

da tolerância, no desejo comum de um maior bem-estar para todos, de combate decidido contra a pobreza, contra as assimetrias, contra a exclusão económica e social.

As minhas primeiras palavras são de homenagem.

De homenagem a Sua Majestade o Rei Hassan II, estadista clarividente por todos respeitado pela sua tenaz defesa da paz e da convivência harmoniosa entre os povos, impulsionador corajoso das reformas indispensáveis para propulsionar Marrocos no próximo milénio e permitir-lhe enfrentar, de forma eficaz, os desafios da modernidade.

Homenagem às Mulheres e Homens deste país, às suas tradições democráticas e pluralistas; aos partidos políticos que têm sabido enquadrar as aspirações populares e que se encontram legitimamente representados neste Parlamento; às organizações de interesses a quem cabe um papel fundamental na expansão do progresso económico e social; a todos quantos se mobilizam generosamente para ocorrer às necessidades mais diversas; àquelles que, em sectores tão variados, prosseguem, abnegadamente, uma verdadeira missão formativa indispensável à convivência tolerante e à construção do futuro colectivo.

Homenagem ao Parlamento marroquino, espelho da diversidade e da pluralidade tão rica deste grande país, local privilegiado para a discussão das ideias e das propostas que moldarão o seu destino, suporte indispensável da pedagogia democrática e do reforço da consciência cívica tão necessárias para o progresso e a estabilidade das nossas sociedades.

Homenagem enfim à História e à Cultura deste país milenário, pátria de escritores e de artistas, de Ibn Khaldun a Tahar Ben Jelloun, terra de adopção de Averroes e de tantos outros que aqui se acolheram e aqui puderam prosseguir, em paz, o seu labor, para benefício da Humanidade. Também portugueses encontra-

ram em Marrocos o refúgio e o pão durante os tempos não muito distantes em que Portugal se encontrava submetido a um regime ditatorial.

Marroquinos e portugueses forjaram laços indissolúveis nas encruzilhadas da História. Outro tanto não poderia acontecer entre dois povos que apenas têm entre eles um braço de mar. Combatemo-nos, guerreámo-nos, ocupámos cada um de nós largos troços do território do outro, semeámos, uns e outros, desventuras e tragédias. Mas esse mar, matriz da nossa vivência comum, que antes nos dividia, ressurge hoje como elo natural de aproximação e espaço onde temos que constantemente reforçar a nossa solidariedade. Na presença árabe no vocabulário português, no imaginário e na nossa memória colectiva, assim como nos testemunhos históricos portugueses em Marrocos, neste nosso permanente encontro ao longo dos séculos, construímos os alicerces perenes de um relacionamento moderno e aberto entre os nossos povos, tanto mais natural quanto a convivência é fácil e que não existem entre nós quaisquer contenciosos.

Senhoras e Senhores Membros dos Parlamentos,

Com a institucionalização da democracia, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal quebrou definitivamente o seu isolamento, recuperando o seu lugar natural entre os Estados europeus e a sua genuína tradição universalista.

A democracia permitiu integrar na vida pública as diferentes perspectivas políticas, criar um quadro de direitos e deveres dos cidadãos e dos grupos de interesses, mobilizar a criatividade e as vontades.

A democracia permitiu-nos igualmente uma nova abertura ao Mundo, baseada no respeito pela soberania e pela identidade própria dos outros Estados, no primado do direito internacional e da solidariedade entre os povos.

Onze anos após a nossa adesão às Comunidades Europeias, Portugal encontra-se hoje entre os países fundadores da moeda única e é um parceiro constantemente empenhado no reforço do processo de integração da Europa.

Hoje, esquecemos por vezes o longo caminho que foi necessário percorrer e as consequências e custos que inevitavelmente acarretou.

Herdámos um atraso estrutural resultante de uma economia fechada sobre si própria, um sector produtivo que foi necessário modernizar; tivemos que levar a cabo uma reconversão económica sob a pressão de uma globalização internacional crescente, congregar esforços e consentir sacrifícios, prosseguir reformas com seriedade e rigor. Mas soubemos abrir-nos ao progresso e à modernidade.

Tivemos de enfrentar, e enfrentamos ainda, as carências acumuladas nos planos da educação, da formação profissional, da investigação científica e tecnológica, que não são apenas fontes de desigualdade e de injustiça social, mas também travões ao próprio desenvolvimento económico.

Beneficiámos, é certo, do apoio e da solidariedade dos nossos parceiros. Mas a modernização da nossa economia não teria sido possível sem o empenho colectivo, sem o esforço e a criatividade dos portugueses, sem uma procura constante dos consensos em torno do nosso desenvolvimento económico, buscando sempre preservar a indispensável coesão social que é também uma dimensão do progresso.

Muito há ainda, certamente, que fazer, para que possamos, em Portugal, atingir os níveis de prosperidade económica e social que desejamos e que legitimamente ambicionamos. Mas estou certo de que, com o empenho de todos os portugueses, prosseguiremos as vias do progresso que vimos trilhando.

A revolução do 25 de Abril permitiu-nos igualmente que fizéssemos a nossa aprendizagem da convivência e da responsabilidade democráticas.

Essa responsabilidade exige uma atenção constante por parte dos responsáveis políticos e por parte das instituições representativas, já que o sucesso da democracia dependerá, em larga medida, da resposta que as instituições puderem dar aos anseios legítimos da população. Não necessito de sublinhar, aqui, a responsabilidade particular que cabe, neste contexto, aos Parlamentos, onde, a par da afirmação da identidade própria de cada sector político e partidário, da representação da sensibilidade dos eleitores que os elegeram, os seus membros têm de procurar, constantemente, os compromissos políticos necessários para garantir a estabilidade governamental, a viabilização do desenvolvimento económico e o aprofundamento da própria democracia.

Trata-se de um exercício complexo, até porque, tantas vezes, não é bem compreendido pelas opiniões públicas. Mas é neste equilíbrio entre o confronto de opiniões e de perspectivas e o compromisso político que assenta a vida parlamentar democrática e o progresso das nações.

Vivemos tempos em que a mundialização dos desafios e a massificação das informações e das atitudes, o ritmo cada vez mais acelerado em que vivem as nossas sociedades, parecem sacrificar tantas vezes os princípios e os valores.

É uma situação que se repercute naturalmente nas atitudes individuais, gerando descrenças e desconfianças.

Creio que a via mais eficaz para lhes fazer face passa pelo reforço da dimensão ética intrínseca à democracia, pelo aprofundamento constante do Estado de Direito, pelo fortalecimento da solidariedade e da coesão nacionais, por uma constante pedagogia dos valores democráticos.

Só assim poderemos mobilizar as vontades e as capacidades necessárias para dar resposta às exigências cada vez mais complexas da nossa era.

Só assim poderemos dar uma resposta cabal às tendências anti-democráticas, às manifestações criminosas de racismo e de xenofobia, à intolerância e à violência.

Senhoras e Senhores Deputados e Conselheiros,

A última década foi portadora de acontecimentos de inegável alcance e significado na cena internacional.

Assistimos ao fim da divisão do continente europeu, até então imposta pela lógica e pelas rivalidades entre os dois grandes blocos, encerrando uma era de afrontamentos ideológicos sucessivos entre os totalitarismos e a democracia.

As transformações ocorridas na Europa, com a reunificação da Alemanha, o reencontro dos países da Europa Central e Oriental com a democracia, a dissolução da União Soviética, tiveram consequências importantes em termos mundiais, alterando equilíbrios, pressupostos e concepções.

É encorajador ver a determinação com que, na Europa Central e Oriental, na América Latina, em África, os povos de tantos países prosseguem as grandes reformas das suas sociedades, possibilitadas pelo fim dos regimes ditatoriais, ancorando-as definitivamente em modelos de progresso assentes na democracia e no Estado de Direito.

Mas o Mundo continua infelizmente a ser também palco de conflitos que se arrastam há décadas, de violação sistemática dos direitos humanos, de desrespeito continuado pela legalidade internacional, de fome e de miséria, dos horrores do fanatismo.

Em Timor-Leste perdura a ocupação brutal de um território e a violação sistemática dos direitos mais elementares da sua população, sem que os apelos insistentes da comunidade internacional

sejam minimamente escutados no que se refere a uma melhoria das condições de vida da população timorense, à cessação das prepotências, à libertação dos presos políticos, às condições indispensáveis para a criação de um clima propício ao estabelecimento de um verdadeiro diálogo entre todas as partes envolvidas.

Portugal tem um único interesse na questão de Timor: a defesa dos direitos desta população martirizada.

Continuaremos empenhados, de forma construtiva, nas conversações que decorrem sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, procurando uma resolução pacífica e internacionalmente aceite desta questão que envolve a comunidade internacional no seu conjunto. E esperamos, apenas, que os nossos amigos utilizem a sua influência junto da Indonésia para que se empenhem igualmente na procura dessa solução.

Também o processo de paz no Médio Oriente se encontra num impasse, o que justifica a preocupação legítima de quantos defendem o direito à paz de todos os povos daquela região.

A fórmula fundamental dos Acordos de Oslo, «terra por paz», é o princípio no qual se deverá basear uma negociação séria entre as partes envolvidas.

Esta negociação tem de ser prosseguida de boa fé, sem subterfúgios nem tácticas dilatórias, sem exigências tantas vezes descabidas e que apenas traduzem a ausência de uma vontade política. Não pomos em dúvida as preocupações inteiramente legítimas de Israel em termos da sua segurança; trata-se de uma preocupação que tem de ser encarada com toda a seriedade e que tem de ser rodeada de todas as garantias, nomeadamente contra aqueles que apostam, sinistramente, no exacerbamento da situação, que matam e mutilam, os fanáticos do ódio e da guerra.

Mas igual preocupação devem suscitar-nos o atraso no reposicionamento do aparelho militar israelita, a prossecução da instala-

ção de novos colonatos, o cerceamento injustificado da liberdade de movimento das populações, todo um conjunto de acções que atingem a população palestiniana não apenas no seu ganha pão mas na sua própria dignidade.

Tais acções não são compreensíveis por parte de uma nação apegada aos direitos do Homem, de um povo que sofreu as piores perseguições e atrocidades, de um Estado democrático e de Direito como Israel.

Há que reconhecer que se quebrou a confiança, e sem que a confiança se restabeleça, não será possível prosseguir a paz.

Todos conhecemos os efeitos nefastos das quebras de confiança, de um futuro sem perspectivas, da frustração das esperanças legítimas, da negação de promessas solene e livremente consentidas. Tem sido esta a mensagem de Sua Majestade, o Rei Hassan II, que tanto se tem empenhado na criação de condições de paz e de estabilidade no Médio Oriente.

O contributo de Sua Majestade, como estadista e personalidade experiente do maior relevo na cena internacional, é justificadamente apreciado e os seus conselhos são escutados por todos aqueles que verdadeiramente desejam a paz e a convivência entre todos os povos da região. Só posso esperar que os seus apelos sejam seguidos com a atenção que merecem.

Foi esta, também, a mensagem tão eloquentemente deixada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas na sua recente visita à região.

O processo de Oslo é irreversível. Há que retomar, com toda a urgência necessária, as negociações, com boa fé, acatando na sua integralidade os acordos concluídos, no respeito pelas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Espero que esta seja uma realidade que se imporá, finalmente, a israelitas e palestinianos.

A comunidade internacional tem de zelar permanentemente pelo respeito do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, sem subterfúgios nem ambiguidades, nem utilizando critérios distintos na apreciação de situações em tudo similares.

A estabilidade e o progresso da Bacia Mediterrânica interessam, por igual, a todos os Estados circundantes. Estão as duas margens deste mar comum indissociavelmente ligadas pela História, pela Geografia, pela Cultura, pelas Mulheres e Homens dos nossos dias, e a instabilidade de uma reflecte-se directamente sobre a outra.

A tragédia argelina ilustra dramaticamente a necessidade de estendermos uma solidariedade efectiva a todos os nossos parceiros mediterrânicos, na prossecução do seu progresso económico e social, na criação de condições para uma efectiva estabilidade política, na compreensão dos seus problemas específicos.

Acreditamos firmemente na necessidade de construir, paralelamente ao alargamento das fronteiras institucionais da Europa a todas as democracias do nosso continente, uma efectiva parceria com os nossos vizinhos.

Portugal tem-se empenhado neste desígnio, que não é apenas económico, mas sobretudo político.

Creio que esta perspectiva deve impor-se a todos os europeus enquanto corolário de uma relação de vizinhança bem entendida e integralmente assumida.

Da prossecução deste desígnio depende a própria credibilidade do projecto europeu, e a União Europeia tem aqui responsabilidades particulares e o dever de corresponder às legítimas aspirações dos nosso parceiros e vizinhos.

O processo de Barcelona não pode ser um projecto de que o conteúdo se vai paulatinamente esvaziando, ao sabor das conjunturas.

Cabe-nos a todos contribuir, de forma decidida, para a consolidação de um espaço de crescente entendimento mútuo, de compromisso conjunto no desenvolvimento económico e social, de ataque decidido aos novos e antigos problemas com que se debatem as nossas sociedades, de cooperação estreita no combate a todas as formas de miséria e de exclusão.

Senhoras e Senhores Deputados e Conselheiros,
Ligado pela História e pela Cultura ao Mundo Árabe, Portugal quer hoje revalorizar essa proximidade, desenvolvendo-a nos planos político, económico e cultural.

Entre Marrocos e Portugal não existe qualquer contencioso; a excelência das nossas relações políticas é para todos evidente. A nossa cooperação cultural desenvolve-se a ritmo crescente, congregando instituições públicas, municipalidades e universidades. O dinamismo da nossa cooperação económica é encorajador, mas tem de continuar a ser estimulado para que corresponda, de forma crescente, às potencialidades dos nossos dois países e à singularidade da nossa vizinhança.

Portugal foi desde sempre lugar de encontro de influências diversas. A nossa aventura marítima, a nossa abertura ao mundo, obrigou-nos a conviver com diferentes maneiras de ser, de pensar e de sentir, uma convivência que nos enriqueceu e que moldou a forma como encaramos esse mesmo mundo.

Só o diálogo franco entre culturas, países, povos e religiões pode abrir um futuro de esperança à Humanidade. Este diálogo tem de respeitar a identidade própria de cada uma e de todas as culturas e tem de ter consciência de que a diversidade e a pluralidade são a riqueza da nossa condição. Esse diálogo é condição da luta pelo desenvolvimento, pela democracia, pela solidariedade, pela paz, contra todos aqueles que defendem o isolamento e a intolerância e buscam impor uma organização

da sociedade que não repita nem a liberdade nem a dignidade dos seres humanos.

Acredito profundamente na capacidade humana de aprender, de corrigir o que está mal, de aperfeiçoar. É sempre um caminho difícil, gradual, marcado por obstáculos e contradições. Mas é o caminho do progresso.

Trouxe-me a Marrocos o desejo sincero de melhor conhecer as suas gentes, a sua cultura, os seus problemas, as suas aspirações. Somos dois países vizinhos e amigos, unidos por laços muito particulares, e que olham o futuro com confiança. A minha visita a Marrocos reitera o nosso compromisso solidário de procurarmos constantemente novas vias para aprofundar essa vizinhança e essa amizade.

É com este espírito que vos agradeço, sinceramente penhorado, a grande honra que hoje foi concedida a Portugal.

JANTAR OFERECIDO

PELO REI HASSAN II

(Visita de Estado a Marrocos)

Rabat

14 de Maio de 1998

*D*esejo, antes de mais, agradecer a Vossa Majestade as palavras tão amáveis que teve para comigo e para com o país que aqui represento.

Agradeço-lhe, também, e às autoridades marroquinas, o acolhimento caloroso com que nos têm rodeado desde a nossa chegada a Marrocos. Um agradecimento sentido que é partilhado por todos quantos me acompanham: membros do Governo, parlamentares, personalidades políticas, investigadores e empresários.

A minha visita, por sugestão pessoal de Vossa Majestade, ocorre num momento particularmente importante para a História desta grande nação, um momento em que, num quadro de pluralismo ideológico e partidário, se concretiza uma alternância democrática em termos governamentais e se mobilizam novas forças e novas capacidades para fazer face aos desafios que se colocam à sociedade marroquina.

Desafios estes que nós próprios temos também, em Portugal, que enfrentar: promover o desenvolvimento económico e social num contexto internacional marcado pela globalização, aumentar a competitividade do sector produtivo, atacar as raízes do desemprego estrutural, diminuir as assimetrias regionais, fazer face, de forma eficaz, ao drama da toxicod dependência e às novas e antigas formas de marginalização social, em suma, garantir as condições do progresso e da estabilidade democrática.

O tão amável convite de Vossa Majestade para que efectuasse esta minha visita neste momento, formulado aquando Vossa

Majestade me recebeu em Setembro passado, reveste-se de um particular simbolismo no contexto das relações sólidas e confiantes que existem entre o Reino de Marrocos e Portugal.

O gesto de Vossa Majestade, e a distinção que me foi feita esta tarde, quando me dirigi aos membros do Parlamento marroquino, calaram-nos fundo e constituem uma honra muito particular para Portugal e para os portugueses.

Permita-me que refira igualmente quão honroso é para nós o facto de Vossa Majestade ter acedido ao meu convite para participar, dentro de alguns dias, na inauguração da EXPO'98 em Lisboa, dedicada aos Oceanos, património comum da Humanidade.

Mas a EXPO será, sobretudo, um vasto espaço de encontro e de diálogo, de reforço do conhecimento mútuo, do entendimento entre os povos e da solidariedade entre as nações, neste ano em que comemoramos a epopeia dos descobrimentos.

Conhecemo-nos, marroquinos e portugueses, há longos séculos e em Marrocos e Portugal perduram as manifestações dessa presença recíproca. Encontrámo-nos constantemente nas encruzilhadas da História, mas não vivemos, em tantas delas, a proximidade que a nossa vizinhança certamente aconselhava.

Tudo isto é bem conhecido, como conhecidas são as razões do distanciamento mútuo e até do antagonismo do passado.

Que me seja permitida uma palavra de admiração e estímulo para todos quantos, historiadores marroquinos e portugueses, investigadores da realidade política, cultural e social do encontro das nossas civilizações, têm permitido que tenhamos hoje uma visão mais esclarecida sobre o assunto, uma visão informada e livre de preconceitos.

Ligados pela História e pela cultura, pela proximidade geográfica, por este mar que é matriz da nossa vivência comum,

marroquinos e portugueses reencontram-se hoje de uma forma aberta, fazendo jus ao relacionamento estreito que a nossa vizinhança determina.

Reunir-se-á este ano, pela quarta vez, a Cimeira Luso-Marroquina, poderoso instrumento de dinamização de uma cooperação profícua e multifacetada entre os nossos dois países. O facto de os Chefes de Governo dos dois países se encontrarem anualmente, rodeados dos responsáveis pelos principais departamentos ministeriais, sublinha a singularidade das nossas relações e o nosso comum empenho no seu constante desenvolvimento.

A minha visita, acompanhado de uma delegação tão significativa de personalidades do maior relevo na vida política, cultural e económica portuguesa, atesta, antes de mais, esse compromisso e esse empenhamento de Portugal no reforço constante das nossas relações bilaterais e da nossa concertação mútua em todos as áreas de interesse para os nossos dois países.

Terei a grata oportunidade, durante esta minha estadia, de visitar alguns projectos económicos luso-marroquinos que demonstram bem as potencialidades conjuntas e o dinamismo dos empresários de um e outro país, que nos cabe promover e constantemente encorajar.

Embora não tenhamos ainda atingido as possibilidades que um e outro país oferecem, as nossas trocas comerciais continuam a aumentar de modo animador.

Temos certamente que fazer um esforço acrescido no domínio cultural, na preservação do património histórico comum, no reforço da cooperação científica e tecnológica, no conhecimento mútuo mais estreito entre os nossos investigadores, cientistas e criadores culturais, entre os nossos autarcas, as nossas associações de interesses, numa palavra, entre as nossas sociedades civis.

Num mundo marcado por dramáticos conflitos e rivalidades, por desequilíbrios e antagonismos, só o diálogo entre culturas, países, povos e religiões, pode preparar e abrir um futuro de esperança à Humanidade. Só um verdadeiro diálogo entre civilizações poderá permitir pôr fim à intolerância, à exclusão, ao fanatismo e à ignorância.

Um diálogo que respeite a identidade própria de cada uma e de todas as culturas, que ponha em evidência o conjunto de valores, expressos em direitos fundamentais, que são universais e invioláveis por inerentes à condição humana.

Só esse conhecimento mútuo, despido de preconceitos, permitirá combater eficazmente a xenofobia e o racismo, manifestações inaceitáveis e intrinsecamente violentas de um espírito de intolerância retrógrado.

Portugal é um país europeu cuja situação geográfica ímpar lhe permitiu ser lugar de encontro de culturas e influências, de abertura ao Mundo. Por estas razões, recusaremos sempre uma Europa fechada sobre si mesma, uma Europa que não seja espaço de solidariedade e de abertura às outras regiões do globo.

Majestade,

O reforço natural da cooperação entre os nossos dois países foi apenas possível por Portugal se ter reencontrado com a democracia após 25 de Abril de 1974. Com a liberdade, retomámos a nossa genuína tradição humanista e universalista.

A democracia abriu-nos novamente ao Mundo e permitiu a nossa plena inserção no continente que é o nosso, nesse espaço de democracia e de progresso representado pela União Europeia. Conseguimos nestes últimos onze anos ultrapassar largamente um atraso estrutural herdado de uma economia fechada. A abertura da nossa economia, a sua reconversão sob a pressão da globalização, têm tido, naturalmente os seus custos e acarretaram sacrifícios.

Mas soubemos cumprir, dentro dos prazos estipulados, todas as condições para estarmos entre os fundadores da moeda única e iniciarmos, com confiança, este novo ciclo da integração europeia. O alargamento da União constitui, sem dúvida, o passo seguinte e indispensável da construção europeia. Sempre defendemos, sem hesitações, as legítimas aspirações de quantos desejavam partilhar este mesmo espaço de liberdade e de democracia, de progresso, de paz e de segurança.

A nossa própria experiência não nos teria permitido outra atitude. Mas o alargamento necessário e inevitável das fronteiras institucionais da União Europeia não nos faz esquecer as responsabilidades particulares que temos para com os nossos vizinhos directos, e a necessidade de promovermos o desenvolvimento harmonioso e equilibrado de um espaço que transcende as fronteiras da União.

A Europa está indissociavelmente ligada à Bacia Mediterrânica, mar comum e ponto de encontro de civilizações. A sua estabilidade, o seu progresso interessam, por igual, às duas margens. É indispensável dar corpo a uma solidariedade multifacetada e sempre renovada nesta vasta área, sob pena de aumentarmos frustrações compreensíveis e de afectarmos a nossa própria credibilidade externa.

Portugal, como Vossa Majestade bem sabe, permanece fiel a estes objectivos e continuaremos a propugnar activamente, nas instâncias apropriadas, por um aprofundamento constante destas relações.

O processo de Barcelona tem de ser desenvolvido, dinamizado, tem de corresponder às expectativas legítimas dos nossos parceiros, consolidando um espaço de estabilidade, de desenvolvimento sustentado, de progresso económico e social, de bem-estar crescente.

A efectiva parceria que desejamos com os nosso parceiros mediterrânicos não pode ficar refém de factores exógenos, de critérios de mera oportunidade, de abordagens burocráticas, de circunstancialismos.

Trata-se de um desígnio político e como tal tem de ser encarado e tratado.

Temos também de lamentar o continuado impasse que se verifica no processo de paz no Médio Oriente, após as esperanças que depositámos todos nos acordos concluídos em Oslo quanto ao dealbar de uma nova era de paz e de prosperidade para todos os povos da região.

Vossa Majestade tem dado um contributo ímpar para este processo e o seu conselho, baseado num conhecimento único das circunstâncias, na sua experiência e sabedoria, é universalmente respeitado. Espero que a sua palavra de paz se continue a fazer ouvir e que seja escutada como deve.

Não podemos deixar esmorecer a esperança nem poderão recuar os esforços para construir a paz.

O processo de Oslo é irreversível. Trata-se de realidade que tem de ser integralmente compreendida por todos os responsáveis políticos do Médio Oriente, que têm de retomar, com o sentimento de urgência exigido, as vias da cooperação e da convivência pacífica, no respeito pelos acordos concluídos, sem subterfúgios nem dilações.

Na África sub-sahariana assistimos a profundas transformações que, todos o desejamos, se espera venham conduzir ao fortalecimento da paz, da estabilidade e do progresso.

Que me seja permitida aqui uma palavra de apreço sincero pela acção pessoal de Vossa Majestade em prol da paz e do entendimento entre irmãos desavindos na África Austral, região a que o meu país está tão intimamente ligado.

Portugal continua activamente empenhado na implementação do processo de paz em Angola e esperamos que a tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, a que tive o privilégio de assistir em Luanda, corresponda a um virar de página definitivo, fazendo jus a todas as esperanças depositadas num acto de tão particular significado.

É, no entanto, indispensável e urgente que todas as disposições dos acordos de Lusaca sejam cumpridas, permitindo, assim, que a paz e a concórdia venham a ser finalmente uma realidade.

Vossa Majestade conhece, como poucos, as complexidades deste processo e sei que poderemos continuar a contar com o seu conselho avisado junto das partes directamente envolvidas a favor de uma efectiva reconciliação nacional neste tão martirizado país. Majestade,

Continuamos a assistir a conflitos que se arrastam há décadas, aos horrores do fanatismo, à miséria e à fome, à violação dos mais elementares direitos do Homem em tantas regiões do globo.

Temos de valorizar, constantemente, a defesa do direito internacional e dos direitos humanos como marco intransponível da convivência internacional.

Como Vossa Majestade tão bem expressou no discurso da Festa do Trono, a legalidade internacional terá de se impor, já que dela depende, afinal, a paz e a estabilidade das relações entre os povos.

Gostaria, neste contexto, de referir a situação em Timor-Leste. Portugal tem apenas um único interesse nesta questão: a defesa dos direitos dos Timorenses, a cessação da opressão e das intoleráveis violações dos direitos humanos que se continuam a verificar no Território. No respeito por estes princípios, continuamos

empenhados, de forma construtiva, na procura de uma solução pacífica e democrática da questão timorense, no quadro das conversações que decorrem sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Aos nossos amigos, a todos aqueles que partilham connosco dos mesmos ideias de Justiça e de Liberdade, aqueles Estados que têm relações mais estreitas com a Indonésia, pedimos apenas o seu apoio para a resolução de uma causa que responsabiliza a Comunidade Internacional no seu conjunto.

Majestade,

Como já referi, visito Marrocos num momento particularmente significativo para a sua História.

Esta visita permite-me conhecer melhor a sua realidade, tão rica e diversa, fortalecer laços pessoais e estabelecer novos conhecimentos, partilhar experiências e esperanças, tratar, com a franqueza que a verdadeira amizade permite, problemas e preocupações comuns, em suma, reiterar o nosso empenho no reforço permanente das nossas relações.

Vossa Majestade terá sempre em mim um sincero defensor deste objectivo.

Marrocos é um país aberto à modernidade, ao progresso, um exemplo de tolerância e de debate de ideias e de projectos, de pluralismo político e partidário.

Durante os últimos anos, verificaram-se em Marrocos progressos assinaláveis: o controlo do défice orçamental, a consolidação dos equilíbrios internos e externos, uma evolução positiva das trocas comerciais, um aumento apreciável do investimento estrangeiro, uma inflexão positiva da dívida externa. Estou certo de que esta tendência continuará a consolidar.

Os marroquinos têm no seu Rei uma figura internacional prestigiada e respeitada, cujo empenhado trabalho em prol da recon-

ciliação internacional e do progresso do seu país é reconhecido por todos e de todos merece um expressivo louvor.

É com estes sentimentos sinceros que peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais de Sua Majestade o Rei Hassan II, pela prosperidade crescente do povo marroquino, e pelo reforço permanente da amizade luso-marroquina.

ALMOÇO EM HONRA
DO IMPERADOR AKIHITO DO JAPÃO
Palácio Nacional da Ajuda
24 de Maio de 1998

É com o maior prazer que, em nome do Povo Português, em meu nome pessoal e no de minha Mulher, exprimo a Vossa Majestade e a Sua Majestade a Imperatriz as minhas mais sinceras e calorosas saudações de boas-vindas.

A presença entre nós de Vossas Majestades é bem demonstrativa da vitalidade dos seculares laços de amizade que ligam as nossas duas velhas nações. Laços que remontam ao longínquo ano de 1543, quando uma nau portuguesa, acossada por mares tempestuosos, encontrou um providencial refúgio na legendária ilha de Tanegashima.

Fernão Mendes Pinto, nessa obra ímpar da literatura europeia do século XVI que é a *Peregrinação*, logrou imortalizar o fascínio desse primeiro encontro da Europa com a civilização japonesa. A mútua descoberta de duas visões do Mundo e o diálogo, então encetado, entre duas culturas distintas, marcado pela curiosidade quanto ao que é diferente, pela tolerância e pela abertura de espírito constitui deveras um momento singular da História da Humanidade.

Aquele primeiro contacto entre duas civilizações geograficamente tão distantes foi, como se sabe, um dos resultados da histórica viagem de Vasco da Gama, cujo meio milénio se comemora este ano. A EXPO'98, que Vossas Majestades nos dão a subida honra de amanhã visitar, tendo como lema «Os Oceanos — um património para o futuro», é também evocativa da odisseia marítima

dos navegadores portugueses que, dando novos mundos ao Mundo, abriram as portas à presente era da globalização em que vivemos.

O facto de o Japão estar representado com um dos maiores pavilhões na EXPO'98 enche-nos de compreensível regozijo, pois é demonstrativo do interesse japonês pela temática da preservação do meio ambiente e da natureza, temática que, aliás, irá ser retomada por ocasião da exposição mundial a realizar-se em 2005 na cidade de Aichi e à qual Portugal deu prontamente too o seu apoio. Iguamente o facto de na EXPO'98 se exhibir, em primeiríssima estreia mundial a preciosa colecção de conchas marinhas de seu augusto Pai, o Imperador Hiroito, constitui para todos nós, Majestade, motivo de particular reconhecimento, pois testemunha um apreço pelo nosso país que muito nos sensibiliza.

Majestade,

Portugal, país que se orgulha da sua longa história, faz hoje em dia parte integrante da União Europeia, um dos pólos de maior desenvolvimento mundial que recentemente deu um passo decisivo no sentido da sua união económica e monetária. Por sua vez, o Japão, país cujas legítimas aspirações no quadro do sistema das Nações Unidas são apoiadas por Portugal, é uma grande potência no contexto internacional, desempenhando um papel da máxima relevância numa área em profundo e acelerado processo de transformação.

Tendo como base o nosso secular relacionamento, estou seguro de que os nosso dois países saberão encontrar as melhores vias para levar a cabo o reforço das suas relações bilaterais em todos os domínios, nomeadamente o político, o económico, o cultural e o científico. Acresce que, partilhando ambos os mesmos ideais de Paz, Democracia, Liberdade e de respeito pelos Direitos do Homem, os nosso dois países dão efectivamente contributo im-

portante para o estreitamento das relações, por todas as formas e em todos os níveis, entre os dois grandes espaços regionais em que se inserem.

Essa comunhão de valores e ideais incita-me, majestade, a evocar a dramática situação prevaemente em Timor-Leste, certo da compreensão dos países que se norteiam pelo primado da Lei e na expectativa da influência que possam exercer sobre a Indonésia. Quer, por conseguinte, sublinhar que as permanentes violações dos direitos humanos em Timor-Leste estão na origem de um clima cada dia mais insuportável para as suas martirizadas populações. Não temos quaisquer interesses egoístas em relação àquele Território. Por isso, no âmbito das Nações Unidas, continuaremos, serena e perseverantemente, a envidar todos os esforços e a apelar à Comunidade Internacional, particularmente aos países que conosco compartilham dos mesmo ideais, no sentido de se garantir o exercício, livre e democrático, do direito à autodeterminação e o respeito pelos direitos humanos do Povo Timorense. Majestade,

Neste dealbar do terceiro milénio, a Humanidade terá necessariamente de intensificar os seus esforços na procura de novas formas de organizar o Mundo, em termos que garantam o progresso, a justiça, a estabilidade e a paz.

Neste contexto, não será de mais referir que os nosso dois países partilham idênticas preocupações no respeitante à problemática da proliferação de testes nucleares, armas estas de que o Japão, aliás, foi a vítima dos seus efeitos devastadores.

Ambos os nosso países estão conscientes de que só no aprofundamento dos ideais e valores humanistas, na paz e na liberdade, na tolerância e no diálogo solidário entre povos e culturas, se poderão encontrar os caminhos seguros para fazer face aos novos desafios que se nos colocam.

A nossa época exige sentido do universal e consciência da unidade do Mundo, mas exige também capacidade de preservar o que distingue, assim como a percepção da riqueza da diversidade. O Japão e Portugal, países que se orgulham da sua história secular e da sua cultura riquíssima, saberão prosseguir o seu diálogo encetado em Tanegashima, em benefício, não só do reforço das suas relações bilaterais, como também da própria Comunidade Internacional.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pela saúde e felicidades pessoais de Sua Majestade o Imperador Akihito, de Sua Majestade a Imperatriz Michiko, pela prosperidade do Povo Japonês e pela amizade entre os nossos dois Povos, de que foi tão eloquente intérprete Wenceslau de Moraes, o grande escritor português apaixonado pelo Japão.

JANTAR EM HONRA
DO PRESIDENTE DA ÍNDIA,
KOCHERIL RAMAN NARAYANAN
Palácio Nacional da Ajuda
II de Setembro de 1998

Em nome do Povo Português, e em meu nome pessoal, apresento a Vossa Excelência, a sua Mulher, e às personalidades que o acompanham nesta sua Visita de Estado a Portugal, os mais sinceros e calorosos votos de boas-vindas. Votos estes que não se limitam a exprimir uma mera formalidade de cortesia protocolar, antes traduzem o reconhecimento da velha relação existente entre os nossos dois Povos e Países, desde o século XV até aos nossos dias.

O facto de Vossa Excelência se encontrar entre nós no ano em que se comemora o quinto centenário da histórica viagem de Vasco da Gama à Índia, consubstancia um gesto que muito nos sensibiliza, e cujo alto significado quero aqui publicamente realçar, tanto mais porque reflecte a percepção — por nós inteiramente partilhada — de que não será abstraindo do passado, tanto nas suas claridades, como nas suas sombras, que melhor poderemos delinear conjuntamente os caminhos do Futuro.

Uma relação de cinco séculos, que reciprocamente tanto nos influenciou, não se pode, nem deve apagar. Antes pelo contrário, constitui um precioso património sobre o qual deveremos saber alicerçar um novo relacionamento, livre de falsas nostalgias ou de sentimentos de há muito ultrapassados, amplamente aberto à modernidade e capaz de dar resposta aos desafios com que nos confrontamos.

A concepção global do mundo iniciada com as viagens dos navegadores portugueses de há cinco séculos, unindo de perto a Europa à Ásia e tornando pela primeira vez perceptível, não só a dimensão geográfica do planeta, como também a enorme riqueza e diversidade cultural da família humana, é hoje em dia uma condicionante básica da convivência internacional.

O espírito de abertura ao mundo que caracteriza a Nação portuguesa, assim como os laços históricos que nos ligam à América Latina, à África e à Ásia, tornam Portugal, no contexto regional de que faz parte, um interlocutor privilegiado para o desenvolvimento do diálogo entre os mais diversos Povos e Culturas. Capacidade de diálogo essa que, aliás, constitui um dos nossos contributos específicos no âmbito da União Europeia, tanto mais importante quanto é certo que, neste dobrar de milénio, não existe qualquer alternativa ao diálogo e à compreensão recíproca para se garantir a paz e o progresso da humanidade.

Senhor Presidente,

Do nosso ponto de vista, os nossos dois países têm todas as condições para poderem desenvolver, quer a nível bilateral, como nos «fora» multilaterais a que pertencem, um relacionamento verdadeiramente actual e moderno.

Reconhecemos na Índia um parceiro global, indispensável ao equilíbrio da vasta região em que se insere, sentindo-nos particularmente aptos a compreender, tanto as suas eventuais apreensões, como as suas razoáveis expectativas.

No que diz respeito às nossas relações bilaterais, estamos inteiramente persuadidos de que existe um vastíssimo campo de acção para que elas sejam devidamente aprofundadas e desenvolvidas, designadamente nas áreas da cooperação económica e comercial. Teremos que saber dar um decidido impulso às nossas relações naquelas áreas, através de projectos mutuamente vanta-

josos em sectores tão vastos como o da energia e o das infra-estruturas, designadamente no âmbito da construção de estradas, portos e caminhos-de-ferro, assim como no da construção naval.

Na realidade, tão-somente através de uma cooperação afirmativa e multifacetada em áreas e sectores vitais para a economia dos nossos dois países é que lograremos encontrar os meios adequados para, conjuntamente, levarmos a cabo a necessária modernização e valorização do nosso velho relacionamento.

Muito me apraz por consequência registar que a presença entre nós de Vossa Excelência representa um passo importante para o reforço e dinamização das relações entre os nossos dois países, passo esse que se manifesta, quer nos programados encontros de Vossa Excelência com representantes do empresariado português — muitos deles hoje aqui presentes — como também na prevista assinatura de uma importante convenção sobre Dupla Tributação.

Senhor Presidente,

Nos domínios científico e tecnológico — veículo privilegiado para uma cooperação industrial activa e geradora de efeitos multiplicadores — há igualmente projectos que, mau grado ambiciosos, são de concretização perfeitamente exequível, podendo vir a incidir em áreas tão cruciais como a da informática, da biotecnologia e da oceanografia.

A participação da Índia na EXPO'98, dedicada aos Oceanos, e que Vossa Excelência nos dá a subida honra de visitar, comprova de resto a viabilidade do nosso empenho comum numa empresa vital, a da salvaguarda dos Mares, a qual terá de ser, nos dias de hoje, uma das preocupações prioritárias da Humanidade.

No que se refere ao plano cultural, permito-me referir que tanto a presença portuguesa na Índia, como a presença indiana em

Portugal, não se afiguram, infelizmente, estar a concitar toda a atenção e destaque que deveriam ter e de que são inteiramente merecedoras.

A verdade, porém, é que a História já se encarregou de regular definitivamente os desencontros que, no passado, os nossos Estados protagonizaram, em nome de percepções e de valores políticos que só podem ser avaliados, quer positiva, como negativamente, à luz dos condicionalismos então vigentes.

O presente e o futuro dos Povos, o presente e o futuro do relacionamento entre a Índia e Portugal, não pode ser hoje condicionado pela memória de valores, percepções políticas e de acontecimentos em que, indianos e portugueses, de há muito se não revêem.

Pelo que nos toca — e digo isto sem quaisquer laivos de sentimentos passadistas — orgulhamo-nos do património civilizacional que deixámos em Goa, Damão e Diu, exponentes de cruzamento de culturas, assim como nos orgulhamos das profundas marcas que a Índia deixou na nossa cultura, na nossa História, e até na nossa própria vivência como Nação.

Identicamente nos orgulhamos da laboriosa Comunidade indiana, dos mais diversos credos religiosos, que escolheu Portugal como terra de acolhimento, e que, pelas suas qualidades de trabalho e de seriedade, assim como pelo seu apego às suas veneráveis tradições, contribui, não só para o desenvolvimento económico, como também para o enriquecimento e pluralismo cultural do nosso país. A iniciativa da construção de um Templo e de um Centro Social da Comunidade Hindu em Lisboa é bem demonstrativa do arrojo e capacidade de realização daquela Comunidade, a qual, aliás, tem sempre contado com os merecidos apoios do Governo português e da autarquia de Lisboa.

Senhor Presidente,

O desenvolvimento harmonioso das nossas relações bilaterais, assim como das que podem e devem existir entre a União Europeia e a Índia, carece da manutenção de equilíbrios globais que, nos dias de hoje, são cada vez mais delicados — encerrado que foi o modelo bipolar em que vivíamos até há poucos anos — mas que acrescidamente têm que continuar a suscitar toda a nossa atenção e cuidado.

A garantia da segurança e estabilidade internacionais, que passa por um sustentado desenvolvimento económico e social, pela intransigente defesa e respeito dos Direitos do Homem, pelo controlo dos armamentos e pela não proliferação de armas de destruição maciça, são tarefas nas quais nos devemos todos empenhar, não esquecendo, é certo, os imperativos geopolíticos de cada um, mas sempre com uma reforçada determinação e vontade de legar às gerações futuras um mundo melhor e mais seguro.

O apego da Índia e de Portugal aos valores da Liberdade e da Democracia torna-nos parceiros privilegiados no tabuleiro internacional, com um idêntico empenho na manutenção da paz e estabilidade mundiais, traduzido numa forte participação e envolvimento em operações internacionais de manutenção da paz. Neste contexto, não posso deixar de manifestar a Vossa Excelência o nosso profundo apreço e reconhecimento pelo apoio da Índia à candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

A comunhão dos valores e ideais da Liberdade e Democracia, veementemente partilhados por ambos os nossos países, incita-me a fazer uso desta ocasião para evocar a questão de Timor-Leste.

Desde logo, gostaria de assinalar os progressos que se verificaram na última ronda de negociações, levada a cabo em Nova Iorque sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Todavia, tais progressos não nos podem fazer esquecer que o actual processo de transição política a decorrer na Indonésia se continua a caracterizar por uma forte componente de incerteza quanto ao seu sentido último, o que de nós exigirá, em igual medida, extremo rigor e flexibilidade.

Flexibilidade na avaliação das propostas que contribuam para a criação de um clima de paz e de estabilidade em Timor-Leste, pondo fim à violência, às violações dos direitos cívicos e políticos, e ao sofrimento das suas martirizadas populações.

Rigor no que diz respeito aos princípios essenciais para se encontrar uma solução pacífica, digna e internacionalmente aceitável da questão timorense, assente no exercício, livre e democrático, do inalienável direito do seu Povo à autodeterminação.

Senhor Presidente,

No decurso da presente Visita de Estado poderá Vossa Excelência seguramente constatar que Portugal — participante de corpo e alma no processo de construção europeia — é um País dinâmico, onde, a par de um considerável surto de progresso, se regista um salutar espírito de competição e de capacidade inovadora. Por sua vez, a maior democracia do mundo, a Índia, pela imensidão da sua área geográfica e da sua população, pela riqueza e diversidade das suas milenárias culturas, pela dimensão moral de figuras que marcaram a história universal, como a de Mahatma Ghandi, e também pela modernidade dos seus avanços tecnológicos, é um País que suscita da nossa parte uma compreensível admiração e interesse.

Oferece-se assim perante nós um largo campo de acção aberto ao reforço das nossas relações bilaterais, espaço esse que teremos que

saber aproveitar, simultaneamente com ousadia e pragmatismo, por forma a concretizarmos um verdadeiro reencontro entre os nossos dois países.

E — pergunto-me a mim próprio! — que melhor ocasião para tal reencontro do que a presente Visita de Estado de Vossa Excelência a Portugal, precisamente no ano em que, a par do quinto centenário da epopeia de Vasco da Gama, igualmente se celebraram os cinquenta anos da proclamação da independência da Índia?!

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais do Presidente da Índia, pelas felicidades da Senhora Shrimati Usha Narayanan e de sua Família, pela amizade entre os Povos indiano e português, e pela frutuosa amizade entre os nossos dois países.

APRESENTAÇÃO
DE CUMPRIMENTOS DE ANO NOVO
PELO CORPO DIPLOMÁTICO
Palácio Nacional de Queluz
II de Janeiro de 1999

*A*gradeço-lhe, Excelência Reverendíssima, os votos tão amáveis que me transmitiu em nome do Corpo Diplomático.

São votos que gratamente retribuo, pedindo-vos, Senhores Embaixadores, que transmitais aos vossos Chefes de Estado, aos vossos Governos e aos vossos povos, os votos sinceros que formulo pelo seu bem-estar e progresso crescentes neste novo ano que acabamos de iniciar. Ano este que, na consciência generalizada, assinalará o final do século e do milénio, revestindo-se, assim, de uma carga simbólica particular.

O ano que se concluiu ficou assinalado por alguns acontecimentos particularmente importantes à escala mundial. Uns de sinal positivo, outros, infelizmente, de efeitos preocupantes e tantas vezes negativos.

Quanto aos primeiros, lembro a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, dedicada à droga, e a clara determinação política, então evidenciada, de encarar frontalmente e de forma solidária uma questão que mina, tão dramaticamente, todas as nossas sociedades.

Entre os fenómenos de sinal particularmente negativo, gostaria de referir a crise económica e a turbulência financeira que, a partir da Ásia, se propagaram a outras regiões, com consequências igualmente preocupantes, ameaçando a estabilidade e o desenvolvimento de vários países.

Num e noutro caso ficou patente a necessidade de reforçarmos constantemente a nossa cooperação, por forma a encontrar soluções comumente aceites e eficazes, portadoras de confiança e de esperança, que nos permitam fazer face, solidariamente, aos novos e antigos desafios.

Soluções que garantam o desenvolvimento económico e social, que diminuam as disparidades existentes, que combatam a pobreza e a exclusão, que sejam factores de consolidação democrática, de estabilidade internacional e de paz.

Reconhecer a realidade de um mundo global em construção, fenómeno inelutável do nosso tempo, não significa nem pode significar que aceitemos, passivamente, todos os seus efeitos, nem permitir que, à sombra da globalização dos mercados, os grandes fluxos económicos e financeiros se desenvolvam sem um conjunto de regras mínimas e possam pôr em causa os valores da democracia, da solidariedade, do progresso e da coesão social em que firmemente acreditamos.

Entre os desenvolvimentos de carácter positivo que ocorreram no ano passado, gostaria igualmente de assinalar a decisão de estabelecer um Tribunal Penal Internacional, assim como a criação da Moeda Única europeia, que constituirá, estou certo, um elemento poderoso de estabilidade financeira e de progresso económico à escala mundial.

Para Portugal, 1998 foi um ano particularmente significativo, marcado por acontecimentos de tão grande alcance como a nossa integração no grupo de países fundadores da Moeda Única europeia, a realização da EXPO'98, a reunião da VIII Cimeira Ibero-Americana no Porto, a atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago.

A EXPO'98 constituiu um grande acontecimento humano no qual nós, portugueses, nos revemos com orgulho. Em torno dos

mares e da nossa aventura marítima, festejámos o encontro sempre renovado e enriquecedor entre povos e culturas, a criatividade científica e cultural, a paz e o progresso.

Orgulhamo-nos do apoio caloroso e tão expressivo que a Comunidade Internacional nos concedeu e que muito contribuiu para o seu sucesso; agradeço muito sinceramente o empenho de todos os países e organizações representadas, assim como a diversidade tão rica das propostas que trouxeram a Lisboa.

Os trabalhos da VIII Cimeira Ibero-Americana demonstraram mais uma vez a utilidade de um espaço de concertação e de entendimento estreito entre povos que partilham as mesmas línguas e culturas, aprofundando a sua cooperação mútua e reforçando as relações entre a Europa e a América Latina.

Creio que as conclusões desta Cimeira e particularmente a declaração sobre a situação financeira internacional sublinham, justamente, a solidariedade essencial que deve prevalecer na abordagem e resolução dos problemas que afligem as nossas sociedades.

De igual modo, a Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, reunida em Cabo Verde, marcou uma nova etapa no estreitamento dos laços e da cooperação entre os sete países que a compõem. Valorizámos a solidariedade que nos une, reforçámos a nossa projecção na cena internacional e nos diferentes contextos regionais em que cada um dos nossos países se insere, avançámos com novas iniciativas concretas destinadas a aprofundar a nossa cooperação multifacetada.

Neste contexto, gostaria de mencionar a atribuição do Prémio Nobel da Literatura a um escritor português, prémio este que, honrando o escritor, é motivo de legítimo orgulho para todos quantos, nos diferentes continentes, pensam e se exprimem nesta nossa língua comum.

Quero igualmente referir, com particular agrado, a forma empenhada e eficaz como a CPLP contribuiu para a superação pacífica da crise na Guiné-Bissau, que se espera tenha encontrado a sua definitiva resolução no acordo que conduziu à formação de um Governo de Unidade Nacional.

Mas não posso deixar, por outro lado, de manifestar a minha mais viva preocupação pela situação que se vive em Angola, preocupação tanto maior quanto não podem ser hoje ignorados vários indícios da sua envolvimento por uma mais vasta e perigosa crise regional.

A Comunidade Internacional, que já tanto investiu na procura da reconciliação definitiva dos angolanos, não pode permitir que prevaleça uma situação em que são sistematicamente desrespeitadas as resoluções do Conselho de Segurança e violados os acordos livremente aceites.

Na Europa, Portugal participou, com o mesmo empenho e rigor que sempre consagramos ao processo de integração europeia, em novas etapas decisivas para o aprofundamento deste projecto original e dinâmico: a concretização da União Económica e Monetária e o início das negociações que conduzirão ao alargamento progressivo da União aos países da Europa central e oriental.

O sucesso da união monetária dependerá de uma convergência crescente entre as políticas económicas e sociais dos Estados-membros da União, do reforço constante das condições de coesão no espaço europeu e da redução das disparidades entre as diversas regiões que o compõem.

São estes os desafios com que a Europa se defronta e aos quais terá de dar uma resposta cabal, sob pena de se perder o sentido e a razão de ser de um projecto que tem de continuar a ser de todos e para todos, assumindo, com coragem, a solidariedade e

o esforço de coesão económica e social que constituem os seus fundamentos essenciais.

São estes os princípios e os valores que continuaremos a defender, nomeadamente no quadro das negociações relativas à chamada Agenda 2000.

A Aliança Atlântica passou a incluir, no ano transacto, três novos Estados, reforçando as suas condições de elemento fundamental para a estabilidade e a segurança do nosso continente.

Defendemos que este processo seja prosseguido, na base de considerações objectivas e por forma a fortalecer a estabilidade democrática na Europa e o reforço da cooperação euro-atlântica, estabilizando paralelamente as nossas relações com o Mediterrâneo, a Rússia e a Ucrânia.

De igual modo, e com os mesmos propósitos, consideramos indispensável prosseguir o desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa, dotando a Europa de meios operacionais eficazes que lhe permitam agir na defesa dos seus interesses próprios.

Novas propostas têm surgido relativamente à forma de garantir estes objectivos. Mas, quer no que diz respeito à PESC quer no que se refere a uma política europeia de defesa, o fundamental será a existência de uma vontade política, de um propósito comum, de um claro desejo de criação das condições indispensáveis para a sua prossecução.

Tenho para mim que a construção europeia avançará sempre desde que prevaleça o projecto, a visão política e solidária que a enforma. No final do ano terá lugar a transferência de poderes no Território de Macau, nos termos acordados entre Portugal e a República Popular da China na Declaração Conjunta.

É um momento importante para todas as partes. Portugal tem orgulho na sua História e boas razões para se sentir orgulhoso

com Macau, uma cidade com características únicas, com uma administração moderna, uma economia desenvolvida e uma sociedade tolerante, empenhada na construção do seu futuro colectivo. Partilhamos com Macau a sua confiança, certos de que o quadro de autonomia, previsto pela Declaração Conjunta, assegurará a continuidade das suas instituições, do seu direito próprio, do seu modelo económico e do seu modo de vida.

As relações entre Portugal e a China, as mais antigas entre um Estado europeu e a grande potência da Ásia oriental, entram numa nova fase, que ficará marcada pela sua cooperação, que sempre desejámos exemplar, no processo de transição de Macau. Pela minha parte, estou certo de que o respeito mútuo e o espírito construtivo, demonstrados nesse processo complexo, antecipam um fortalecimento das nossas relações bilaterais e das relações entre a União Europeia e a China.

Senhores Embaixadores,

Celebrámos, no ano que passou, o quinquagésimo aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que traduziu, em 1948, a imensa aspiração à liberdade, à justiça e à paz suscitada pelos horrores vividos por milhões de seres humanos durante o conflito mundial.

Esta proclamação convocava todos para um combate que está longe de ter terminado: basta olharmos à nossa volta, para os conflitos étnicos que perduram, para as guerras endémicas, para os processos de paz que se ficam pelas palavras na ausência de uma verdadeira vontade política, para tantos seres submetidos à tortura e a tratamentos degradantes, para os massacres, a violência sobre as mulheres e as crianças, para a fome, a miséria e a exclusão que não só continuam a existir por todo o lado como se agravaram em muitas regiões.

Estamos, pois, longe de termos cumprido os objectivos da Declaração e temos todos, nisso, alguma responsabilidade.

O estabelecimento do Tribunal Penal Internacional constitui, sem dúvida, um passo importante para melhor garantir uma mais eficaz protecção dos Direitos Humanos à escala internacional, e faço votos para que a sua efectiva criação seja, rapidamente, uma realidade.

Mas nenhum Tribunal, por melhor e mais efectiva que seja a jurisdição que estabelece, será suficiente, por si só, para garantir a protecção dos Direitos Humanos; cabe-nos a todos nós zelar pelo seu constante respeito e pelo aprofundamento permanente dos objectivos enunciados, há cinquenta anos, em Paris.

Compreenderão, Excelências, que aborde neste contexto a questão de Timor-Leste, onde os direitos cívicos e políticos só podem passar a ser uma realidade quando se restaurar uma situação de paz no Território e os Timorenses poderem livremente conduzir os seus destinos.

A nossa posição é bem conhecida. Portugal não tem quaisquer interesses egoístas na questão de Timor-Leste. Tem o dever de defender os direitos dos Timorenses e, designadamente, o seu direito à autodeterminação, nos termos previstos pela Carta das Nações Unidas.

Nesse quadro estamos empenhados em trabalhar, com todas as partes interessadas, sobre as propostas das Nações Unidas que prevêem a criação de um estatuto especial para o Território, como uma etapa significativa num processo de transição que possa tornar possível o exercício livre e democrático do direito de autodeterminação que a comunidade internacional reconhece como um direito inalienável dos Timorenses.

Neste momento, é particularmente importante assegurar a plena participação dos Timorenses, designadamente através dos bons

ofícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, nas conversações sobre as propostas apresentadas, que deveriam, nomeadamente, assegurar a constituição de instituições políticas representativas da comunidade timorense. Paralelamente, parece urgente garantir a libertação dos presos políticos timorenses, uma efectiva presença das Nações Unidas e as condições mínimas de estabilidade do Território.

Excelência Reverendíssima,

Senhores Embaixadores e Chefes de Missão,

A ordem internacional tem de assentar no primado e no respeito pelo Direito Internacional, no empenho sincero na resolução pacífica dos diferendos, na boa fé e na confiança mútua entre os Estados, na coerência das atitudes.

A estabilidade internacional e a paz não se compadecem com atitudes imediatistas; requerem coragem e perseverança, concertação e diálogo; requerem também o respeito escrupuloso pela legalidade internacional, pelas competências próprias das instâncias internacionais; requerem sempre que prevaleçam a Razão, a Justiça e a solidariedade.

Como disse, este ano que iniciamos reveste-se de um simbolismo particular.

Será, para todos, estou certo, um ano exigente.

Desejo-vos que seja também um ano de paz e de progresso para os vossos povos, e de bem-estar para os Chefes de Estado que aqui representais.

Pedirei especialmente aos Embaixadores dos países que tive o prazer e a honra de visitar no ano passado que transmitam os meus reiterados agradecimentos a Sua Majestade o Rei de Marrocos, e a Suas Excelências os Presidentes Herzog, Kwasniewski e Kuchma pela forma tão cordial como me acolheram e de que guardo recordações indeléveis.

CAPÍTULO XVI

HOMENAGENS

*A Democracia Portuguesa deve-lhes inspiração,
dádiva pessoal de talento e coragem, clarividência
e exemplo.*

A FERNANDO FERNANDES

(No acto de agradecimento)

Câmara Municipal do Porto

2 de Outubro de 1998

*A*ssocio-me com todo o gosto, nesta oportunidade de uma deslocação à região, à homenagem que a Câmara Municipal do Porto e a cidade quiseram prestar a Fernando Fernandes.

Homenageamos um homem que iniciou uma carreira profissional, inteiramente ligada à actividade livreira, há 46 anos. Como foi referido, Fernando Fernandes foi um dos fundadores e principal responsável da Livraria Divulgação e, posteriormente, da Livraria Leitura (cuja gerência vai agora deixar).

As suas livrarias, tanto a Divulgação como a Leitura, nunca foram apenas lugares de compra e venda de livros.

No tempo da ditadura, forma locais de animação cultural e tertúlia de estudiosos, intelectuais e artistas — uns já consagrados, outros em início de carreira. Por isso, Fernando Fernandes teve de enfrentar perseguições da polícia política e das forças mais obscurantistas da cidade, com grande prejuízo pessoal e profissional.

Graças a um profundo e sempre actualizado conhecimento do panorama editorial nacional e internacional, Fernando Fernandes tornou-se um conselheiro incontornável para alunos e professores e outros criadores — uma espécie de caçador de «livros impossíveis».

Ainda há bem pouco tempo, um dos seus gratos clientes, Vasco Graça Moura, o recordava num texto de jornal, em palavras de gratidão inesquecíveis.

Referência de enorme utilidade para estudiosos e instituições culturais quer do Porto, quer do resto do País.

Sem a Livraria Leitura e o apoio persistente de Fernando Fernandes na descoberta das rotas bibliográficas mais complicadas, muitas pesquisas literárias e científicas, porventura alguns romances, pinturas ou projectos de arquitectura teriam demorado mais tempo a ver a luz do dia.

E quem sabe se um ou outro não teriam mesmo ficado na gaveta. A complexidade das tarefas de acompanhamento do mundo da edição livreira e as necessidades de dinamizar o apoio aos clientes levaram Fernando Fernandes a lutar tenazmente pelo alargamento e instalações e do corpo de colaboradores qualificados.

Entretanto, a Livraria Leitura cresceu, modernizou-se e está hoje mais apta do que nunca para servir a vida cultural da cidade do Porto, tanto mais quanto é certo ter voltado a uma actividade regular de animação e promoção literária e artística.

Fernando Fernandes mostrou vontade de se retirar. Tem de compreender-se que o cansaço provocado por uma carreira vivida com incedível profissionalismo tenha levado este benévolo e pacífico guerreiro dos livros a desejar algum descanso.

Espera-se, contudo, que a cidade lhe exija que continue a difundir, porventura em *part-time*, o amor dos livros e da cultura, ou seja, afinal, o amor da descoberta livre e inconformista do mundo.

Estou certo de que assim será.

A NORBERTO TEIXEIRA SANTOS

(No acto de agradecimento)

Hospital de São João, Porto

8 de Outubro de 1998

É com muito gosto que me associo à homenagem ao Professor Norberto Teixeira Santos porque acredito vivamente que devo contribuir para que sejam mais conhecidos e apreciados os bons resultados em saúde.

O trabalho desenvolvido no âmbito da saúde materna e infantil constitui um exemplo de que no sector da saúde se poderá trabalhar de uma forma mais organizada, mais efectiva e mais solidária com os cidadãos carecidos de cuidados.

Passada uma década, os documentos da então Comissão Nacional de Saúde Materna e Infantil levam-nos à identificação das principais causas — a mortalidade infantil e em particular a perinatal situava-se em níveis muito elevados — das principais dificuldades, da selecção dos principais problemas e da identificação de algumas soluções possíveis para melhorar a assistência pré-concepcional e pré-natal, materna e infantil.

Sem grandes e desnecessárias intervenções normativas, com um forte trabalho organizativo e de liderança, com o empenho de vários peritos e de tantos profissionais, foi possível chegar a resultados não imagináveis algumas décadas atrás.

Por isso, se me permitem, esta é uma homenagem, também, a Albino Aroso, a António Baptista Pereira, a António Torrado da Silva, a João Nóbrega Dória, a José Manuel Palminha, a Luís de Carvalho, a Luís Pereira Leite, a Maria da Purificação Araújo, a Octávio Cunha, a Vicente Souto e a tantos outros militantes

cívicos desta causa, nos Hospitais, Maternidades, Centros de Saúde e centros de investigação do nosso País.

Apesar de tantas dificuldades — a pesada burocracia do Estado, a centralização administrativa, a ausência de incentivos aos prestadores, alguma conflitualidade de interesses — foi possível o empenho político e técnico traduzido na reformulação de programas, na rentabilização de recursos, na garantia de funcionamento de um sistema.

Todos sabemos que os resultados em saúde dependem de circunstâncias que ultrapassam, em tantos casos, o próprio sector. Mas conhecemos, hoje, com suficiente clareza, quais os principais problemas que não permitem a utilização adequada do sistema de saúde por muitos Portugueses, para quem o principal problema de qualidade se traduz no próprio acesso aos cuidados de saúde.

E conhecemos, também, as causas de uma subida acentuada dos encargos, públicos e privados, com a saúde.

É tempo, portanto, de desenvolver, ainda mais, as intervenções políticas e técnicas necessárias para que os cidadãos encontrem no seu sistema de saúde as respostas que legitimamente esperam. É tempo, também de sublinhar que a garantia do direito à saúde por parte dos cidadãos não pode ficar dependente de condições impostas por profissionais, por mais legítimas que elas sejam. O Professor Norberto Teixeira Santos compreende sabiamente estas afirmações, porque, nas suas variadas e complexas intervenções profissionais, sempre colocou, no centro das suas preocupações, as crianças.

Por tudo isto o condecoro com o grau de Grande Oficial da Ordem de Mérito.

A FRANCISCO SALGADO ZENHA

(Por ocasião da Homenagem Nacional)

Universidade do Minho, Braga

16 de Dezembro de 1998

Começo por manifestar um sentimento de gratidão: pela iniciativa da Universidade do Minho em homenagear um dos mais brilhantes políticos e estadistas da Democracia portuguesa; e pelas intervenções anteriores, profundas, emotivas e com grandeza, que evocaram as diversas facetas da personalidade de Salgado Zenha duma forma tão impressionante.

Não é por acaso que recorro a este termo, gratidão, para iniciar as minhas breves palavras. O próprio Salgado Zenha afastava das virtudes democráticas o agradecimento: as democracias não são, nem têm que ser, agradecidas, disse por diversas vezes. Compreende-se a afirmação.

Mas creio que nos compete contrariá-la, a nós cidadãos de uma democracia que reconhece os contributos dos seus fundadores e a nós instituições que asseguram a continuidade das práticas sociais e reconhecem os valores de referência. É em favor desse reconhecimento, devido a Francisco Salgado Zenha, e aliás até hoje insuficientemente manifestado, que aqui estamos.

Pela acção e pelo pensamento marcou a vida portuguesa da segunda metade do século. Como dirigente estudantil, foi pioneiro no desassombro e na independência. Como militante das liberdades contra a Ditadura e o Autoritarismo, foi abnegado, sem deixar de ser lúcido. Como profissional, foi um dos expoentes mais qualificados da advocacia portuguesa, atento à carreira e formação dos mais jovens colegas.

Como dirigente de partido esteve sempre na primeira linha dos combates mais difíceis e exigentes, sempre colocando os objectivos estratégicos acima de quaisquer cálculos pessoais. Foi um estadista de visão, sem deixar de ser eficaz, nas condições mais complexas em que foi chamado a governar, nas pastas da Justiça e das Finanças.

Político de convicções e princípios, a fortaleza moral que o caracterizava impô-lo ao respeito dos seus adversários, ainda na mais polémica das suas atitudes. Algumas delas foram dolorosas para amigos e companheiros. Para ele em primeiro lugar, certamente. Como é sabido, nem sempre pude estar com Francisco Salgado Zenha, embora tenham sido muito mais expressivos os momentos de aprendizagem e de comunhão do que os de divergência. Para mim, permita-se-me esta nota pessoal, ter convivido e aprendido com Salgado Zenha, no *Tempo e o Modo*, no combate político contra o Estado Novo de Salazar e Marcelo Caetano, na barra do tribunal do julgamento do assalto ao quartel de Beja e na impugnação da expulsão de Medeiros Ferreira, na actividade partidária depois de 1975, ter beneficiado do seu conselho profissional, constitui um dos mais altos privilégios que posso invocar.

A Democracia Portuguesa deve-lhe inspiração, dádiva pessoal de talento e coragem, deve-lhe clarividência e exemplo.

Gostaria de pôr em destaque quatro dos múltiplos aspectos em que o contributo de Salgado Zenha foi decisivo para moldar a Democracia Portuguesa tal como hoje a vivemos.

Refiro-me às suas intervenções na revisão da Concordata que possibilitou o divórcio dos casamentos católicos, e em defesa da liberdade sindical. Refiro-me também às suas posições sobre a reforma do Estado Democrático, tanto no tocante à descentralização como à transparência da actividade pública.

Saliento em primeiro lugar o entendimento que lhe coube estabelecer sobre as relações entre o Estado Democrático e a Igreja católica. Salgado Zenha conduziu as negociações que permitiram firmar um acordo entre o Governo e a Santa Sé para a revisão da Concordata. Fê-lo de forma não apenas a evitar a abertura de uma questão religiosa em Portugal, de consequências imprevisíveis para a democracia, mas também a criar um ambiente favorável à discussão serena dos problemas. Salgado Zenha não tinha dúvidas de que a religião católica era, pela história e pelas convicções dominantes na sociedade portuguesa, na sua própria expressão, «uma religião nacional».

Mas estava igualmente certo de que o Estado democrático só podia ser um estado laico.

Procurou reforçar esse laicismo, mostrando que o laicismo não equivale a anticlericalismo, nem é anti-religioso. A neutralidade do Estado, que só o laicismo garante, não implica desrespeito pelos modos de ser e de sentir dos portugueses.

Outra das intervenções cruciais de Salgado Zenha na formação do Estado Democrático foi a propósito da liberdade sindical. Numa altura em que a tese da unicidade sindical, fazia curso, ele empenhou-se, como nenhum outro dirigente político da época, em reinscrever a liberdade sindical no leque das liberdades que definem a democracia. «Liberdade implica liberdade de escolha e de caminho», proclamou então com uma veemência jamais esquecida. «A definição das liberdades democráticas não é monopólio de nenhuma corrente política ou sindical.

As liberdades pertencem ao povo. Ninguém pode delas dispor em seu nome. E muito menos imolá-las ou sacrificá-las», afirmou, no contexto desse combate pela liberdade sindical, em Janeiro de 1975.

Francisco Salgado Zenha, protagonista e analista da vida política, apercebeu-se rapidamente que «o 25 de Abril não era apenas», para utilizar termos seus, «uma revolução política e social». De facto ele tinha verificado a existência de um nexo essencial entre a ruptura do 25 de Abril e o fim da era colonial. O 25 de Abril «representa uma crise existencial, de todo um país, que se despede de 500 anos de colonialismo agravados ao mesmo tempo por 50 anos de fascismo» — escreveu em Abril de 1975.

Compreendeu assim, que, num primeiro momento, importava sobretudo consolidar liberdades democráticas e um regime pluralista, para, numa segunda fase, introduzir reformas fundamentais do Estado Democrático.

O confronto de pontos de vista não divide, o que divide é a exclusão de um deles, seja a que pretexto for — é o princípio incessantemente vincado por Zenha em 1974 e 1975. A unidade nacional só pode ser salvaguardada plenamente pela democracia, isto é, pelo diálogo. O monólogo pelo contrário é que desune, menoriza, impede a assunção de objectivos comuns. Recusa, em consequência, a alternativa fascismo/comunismo, à qual contrapõe a alternativa fascismo/democracia.

A partir de princípios de 1976, Salgado Zenha passa a ocupar-se sobretudo do Estado. Considerava que «É tempo de deixar de fazer a revolução para passar a fazer o Estado.» Aplicou-se, ainda no Governo, e mais tarde na imprensa e na actividade militante, nesse combate igualmente essencial. Também aqui a Democracia portuguesa inscreve contributos absolutamente essenciais. Gostaria de destacar sobretudo dois.

Respeita o primeiro ao reforço da autoridade democrática. Salgado Zenha, com outros responsáveis políticos nacionais, ajudou a estabelecer um consenso em torno da prioridade a dar à ordem

democrática, condição de afirmação das próprias liberdades democráticas.

Uma segunda linha de proposta centrou-se na questão da iniciativa privada. Salgado Zenha, antecipando consensos posteriores, reivindicou a definição de um quadro claro e renovado para a iniciativa privada, que entendia poder e dever desempenhar um papel fundamental na vida económica do país.

Francisco Salgado Zenha sabia que o Estado Democrático tem que ser renovado e que a Democracia deve associar-se a um projecto nacional. Também nesse campo, as suas propostas e combates deixaram um lastro profundo, fazem parte do património de desígnios da democracia portuguesa, ainda que muitos deles não estejam plenamente cumpridos.

Ponho em destaque duas dessas propostas de reforma do Estado Democrática. A primeira é da descentralização, sobre a qual escreveu páginas muito incisivas, condenando a esclerose do centralismo e a resistência à mudança que ele representa. A segunda é a daquilo a que chamou «administração aberta», ou seja o direito de acesso de todos os cidadãos à informação sobre os actos do Governo e da Administração. Salgado Zenha entendia que a participação política tinha que ser encorajada e só o podia ser com mais proximidade entre cidadãos e órgãos de decisão e com mais informação pública sobre a vida do Estado.

Finalmente, o tema, sempre complexo, da associação entre projecto de realização nacional e democracia. Zenha enunciou-o em vários momentos, nomeadamente quando, em 1976, se referiu à necessidade de, terminado o ciclo colonial, reencontrar um projecto de «Unidade e Grandeza Nacional.»

O projecto que a geração de Salgado Zenha formulou e nos transmitiu passou pela integração europeia e pela redefinição do lugar

de Portugal no mundo. Ele sabia que era um projecto de longo prazo, que exigia múltiplas mudanças nas nossas estruturas e comportamentos. Não sendo um optimista exacerbado, Zenha transmitia o sentido da esperança. Tenho uma «grande esperança», escreveu, «num Portugal independente, num Portugal grande, num Portugal livre, num Portugal para todos os portugueses».

CRONOLOGIA

MARÇO 1998

A MARÇO 1999

CRONOLOGIA

MARÇO 1998

Dia **10**

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- do Paquistão, Akhtar Ali G. Kazi
- dos Estados Unidos da América, Gerald Macgowan
- do Japão, Motohiko Nishimura

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com os Líderes dos partidos com representação parlamentar

¶ Conferiu Posse ao Vogal do Conselho das Ordens Honoríficas, Manuel Alegre

¶ Inaugurou a Exposição «Da Cruz de Cristo ao Sol Nascente», na Torre do Tombo

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Conselho Português do Movimento Europeu, Diogo Freitas do Amaral
- o Deputado à Assembleia Nacional Popular da China, Edmund Ho

Dia **11**

¶ Concedeu uma entrevista à Revista francesa *Le Point*

¶ Conferiu Posse, no Palácio Nacional da Ajuda, aos membros do Tribunal Constitucional

Recebeu em audiência:

- o Ministro da Defesa da Tunísia, Habib Bem Yahia

MARÇO 1998

Dia 12

- ¶ Visitou a Escola Prática da GNR — Guarda Nacional Republicana, em Queluz
- ¶ Assistiu ao espectáculo «Quadrofonía no Tempo», no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Teerão, José Costa Arsénio

Dia 13

- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra dos Atletas que participaram no Campeonato Europeu de Atletismo

Dia 14

- ¶ Assistiu ao espectáculo da Orquestra Lincoln Center Jazz Band, no Centro Cultural de Belém

Dia 15

- ¶ Presidiu, no Mosteiro dos Jerónimos, à cerimónia de atribuição dos prémios da prova «EXPO'98 — 8.ª Meia Maratona de Lisboa»

Dia 16

- ¶ Conferiu Posse, no Palácio Nacional da Ajuda aos membros do Tribunal Constitucional
- ¶ Conferiu Posse, no Palácio Nacional da Ajuda, ao Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, General Gabriel Espírito Santo

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Comissão do Livro Branco da Segurança Social, António Correia de Campos

Dia 17

- ¶ Assistiu ao Open Portugal de Golfe, na Penina.

MARÇO 1998

Dia 18

- ¶ Assistiu ao Open Portugal de Golfe, na Penina
- ¶ Presidiu à Cerimónia de Entrega do Prémio Pessoa 97, a José Cardoso Pires, no Palácio Nacional de Queluz

Dia 19

em Santarém:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do Dia da Cidade
- ¶ Presidiu à Inauguração da Expo Bombeiro
- ¶ Conferiu Posse, no Palácio de Belém, ao Secretário de Estado do Orçamento, João Carlos Silva
- ¶ Conferiu Posse, no Palácio Nacional da Ajuda, ao Chefe de Estado-Maior do Exército, General António Martins Barrento e ao Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General Manuel José Alvarenga

no Porto:

- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Ciclo de Conferências ISEE/Público 1997-98, subordinado ao tema «O Futuro da Europa e de Portugal na Europa»

Dia 20

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, João Soares
 - o Embaixador do Brasil em Lisboa, Jorge Bornhausen
 - o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, General Gabriel Espírito Santo.
 - o Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, Luís Filipe Castro Mendes
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos Presidentes dos Parlamentos dos Países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa — CPLP

MARÇO 1998

Dias **21** a **24**

No âmbito da sua visita à Região Autónoma da Madeira:

Dia **21**

no Funchal:

¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas na Assembleia Legislativa Regional

Dia **22**

no Funchal:

¶ Participou numa reunião de trabalho com o Governo Regional

¶ Teve um almoço de trabalho com o Ministro da República, no Palácio de São Lourenço

¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal do Funchal

¶ Presidiu à Inauguração do Centro de Informações e Turismo da Câmara Municipal do Funchal

¶ Visitou o Museu da Electricidade

¶ Visitou a Praça Colombo, recentemente recuperada com passagem pelo Núcleo Museológico do Açúcar

¶ Visitou o Museu de Arte Sacra

Dia **23**

em São Vicente:

¶ Visitou as Grutas de São Vicente

¶ Presidiu à Inauguração da Exposição «Artesãos de São Vicente», na Casa da Cultura

em Porto Moniz:

¶ Visitou as obras do túnel de São Vicente/Seixal, em Porto Moniz

¶ Visitou o Miradouro da Santinha, onde ouviu uma breve explicação sobre o Plano de Desenvolvimento de Porto Moniz

MARÇO 1998

¶ Fez um percurso a pé pela Estação de Tratamento de Água e pela Lagoa dos Lamaceiros, na Levada do Galhano

na Calheta:

¶ Visitou o Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Calheta

¶ Visitou a Casa da Cultura da Calheta/ «Casa das Mudanças» e a exposição de pintura e escultura «Diálogos a Oeste»

no Funchal:

¶ Foi o convidado de honra no jantar oferecido pelo Ministro da República da Madeira, no Palácio de São Lourenço

Dia 24

no Funchal:

¶ Foi o convidado de honra do pequeno-almoço oferecido pela Associação Comercial e Industrial do Funchal

¶ Visitou o Centro de Floricultura

¶ Visitou o Comando Operacional da Madeira

¶ Presidiu à Entrega do Prémio de Arquitectura da Câmara Municipal do Funchal, nas instalações da creche da Associação de Jovens Empresários

¶ Presidiu à reunião do Senado da Universidade da Madeira, no Tecnopolo

¶ Visitou a Biblioteca e o Departamento de Matemática da Universidade da Madeira

¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pelo Presidente do Governo Regional da Madeira, na Quinta da Vigia

na Ribeira Brava:

¶ Efectuou um percurso a pé com breves paragens no Centro Social de São Bento e na Sala de Pratas da Igreja Matriz

¶ Visitou o Museu Etnográfico da Madeira

Dia 25

¶ Esteve presente nas Solenes Exéquias do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, em Lisboa

MARÇO 1998

Dias **26** a **28**

¶ Continuação da visita à Região Autónoma da Madeira

Dia **26**

em Santana:

- ¶ Visitou a Casa Típica de Santana e entregou os diplomas do Curso de Artesanato
- ¶ Visitou o Centro de Saúde

em Câmara de Lobos:

- ¶ Visitou o Miradouro do Pico da Torre
- ¶ Visitou a Cooperativa de Habitação Coolobos, no Serrado do Mar
- ¶ Visitou o Bairro da Palmeira

Dia **27**

na Camacha:

- ¶ Foi recebido pelo Grupo Folclórico da Camacha, no âmbito das comemorações do seu 50.º aniversário
- ¶ Visitou a exposição de Vimes e Bordados da Camacha e a exposição «Cinquenta Anos em Medalhas» do rancho folclórico da Camacha, na Casa do Povo da Camacha
- ¶ Visitou a Biofábrica
- ¶ Visitou o Museu da Baleia, no Caniçal

no Machico:

- ¶ Desembarcou no Cais do Machico, no mesmo local onde desembarcou Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira
- ¶ Em percurso a pé, visitou o centro da cidade

no Funchal:

*Recebeu em audiência, no Palácio de São Lourenço,
os partidos regionais:*

- a União Democrática Popular
- a Coligação Democrática Unitária

MARÇO 1998

- o CDS — Partido Popular
- o Partido Socialista
- o Partido Social-Democrata

Dia 28

em Porto Santo:

- ¶ Presidiu à Inauguração do novo sistema de radar da Torre de Controlo do Aeroporto de Porto Santo
- ¶ Efectuou um percurso pela ilha com paragem nos miradouros da Portela e do Pico do Castelo
- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas, na Câmara Municipal de Porto Santo
- ¶ Visitou a Casa de Colombo
- ¶ Visitou a Central Dessalinizadora
- ¶ Presidiu, à Sessão de Encerramento do XI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Vilamoura

Dia 29

- ¶ Presidiu à Inauguração da Ponte Vasco da Gama, em Lisboa

Dia 30

- ¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional
- ¶ Esteve presente no jantar de homenagem ao advogado Sá Borges, no Grémio Literário

Recebeu em audiência:

- o Presidente do CEDREL — Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Local, António Montalvo
- o Reitor da Universidade de Coimbra, Rui Alarcão
- o Chefe de Estado-Maior da Armada, Almirante Nuno Vieira Matias
- o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General Manuel José Alvarenga
- o Chefe de Estado-Maior do Exército, General António Martins Barrento

MARÇO 1998

Dia 31

¶ Esteve presente na Sessão de Lançamento do livro *História da Expansão Portuguesa*, de Kirti Chaudhuri e Francisco Bettencourt, no Círculo de Leitores

Recebeu em audiência:

- o Presidente e Direcção do CDS — Partido Popular
- o Presidente da Editorial Verbo, Fernando Guedes
- a Direcção da Associação Comercial do Porto
- o Governador do Banco de Portugal, António de Sousa
- o Primeiro-Ministro de Marrocos, Abderrahmane Yousoufi

ABRIL 1998

Dia 1

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 7.º Fórum Euroformação/ Eurotraining 98, na Feira Internacional de Lisboa

¶ Assistiu ao concerto da Orquestra Sinfónica de Londres, no Coliseu dos Recreios

Recebeu em audiência:

- o cientista, António Damásio
- o Patriarca de Lisboa, D. José da Cruz Policarpo
- o Vice-Presidente do Governo Regional da Catalunha, Josef Duran Lleida

Dia 3

¶ Visitou a Base Aérea n.º 1, em Sintra

em Vila Real:

¶ Assistiu ao concerto da Orquestra do Norte, sob a direcção do Maestro José Ferreira Lobo

ABRIL 1998**Dia 4***em Vila Real:*

- ¶ Assistiu à inauguração da Residência de Artistas da Casa de Mateus
- ¶ Presidiu, na Casa de Mateus, à Sessão Solene de entrega do Prémio D. Diniz a José Cardoso Pires
- ¶ Inaugurou a Exposição de Desenhos de Jorge Martins Pires

em Aveiro:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do 25.º Aniversário do Congresso da Oposição Democrática
- ¶ Assistiu à actuação do Coro Polifónico de Aveiro
- ¶ Impôs no estandarte do Município de Aveiro as insígnias de membro honorário da Ordem da Liberdade

Dias 13 a 16*Visita de Estado à República da Ucrânia*

- ¶ Efectuou uma Visita de Estado à República da Ucrânia, a convite do Presidente Leonid Kuchma, que incluiu, para além da capital ucraniana, Chernobyl e Odessa, onde foi recebido na Câmara Municipal. Em Kiev, manteve reuniões de trabalho com o Presidente, o Primeiro-Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros ucranianos, tendo o Presidente Kuchma oferecido um jantar em sua honra no Palácio Mariinsky. Proferiu uma alocução no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Kiev e encontrou-se com Deputados dos diferentes grupos, no Parlamento.

Dia 20

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do VI Congresso das Associações Internacionais das Jurisdições Administrativas, na Culturgest

Dia 21

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio «Comparação», na Biblioteca Nacional

ABRIL 1998

¶ Presidiu à VII Grande Gala dos Prémios Bordalo da Imprensa, seguida de jantar no Casino do Estoril

Recebeu em audiência:

- o correspondente português do jornal belga *Le Soir*, José Alves
- o Reitor e dirigentes da Universidade Autónoma de Lisboa
- o Governador Civil de Braga, Pedro Bacelar de Vasconcelos
- o Presidente do Supremo Tribunal Militar, General João de Almeida Bruno

Dia 22

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência «A Cultura Integral do Indivíduo, Hoje», no Fórum Lisboa
- ¶ Visitou o Serviço de Medicina Nuclear do Hospital da Força Aérea, em Lisboa
- ¶ Visitou o Instituto Hidrográfico, em Lisboa
- ¶ Esteve presente na Sessão de Lançamento do livro *Vivermos Livres Numa Prisão*, de Daniel Sampaio, em Lisboa

Dia 23

- ¶ Visitou o Instituto Geográfico do Exército, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Sevilha, Juan António Salcedo

Dia 24

- ¶ Almoçou, em Sintra, com o Ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa e o Comissário Geral da EXPO'98, António Torres Campos, tendo em seguida efectuado a viagem de comboio de Sintra à EXPO'98, onde visitou a área da exposição

Recebeu em audiência:

- a Associação dos Jornalistas Europeus da Catalunha

ABRIL 1998**Dia 25**

No âmbito das cerimónias do 24.º Aniversário do Dia da Liberdade, em Lisboa:

- ¶ Presidiu ao Desfile Militar, na Avenida da Liberdade
- ¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do 24.º aniversário do Dia da Liberdade, na Assembleia da República

Dia 27

- ¶ Visitou o Posto Móvel do Recenseamento Eleitoral, no Centro Cultural de Belém
- ¶ Assistiu ao Concerto da Orquestra Sinfónica de Viena, no Coliseu dos Recreios

Recebeu em audiência:

- a Confederação da Indústria Portuguesa
- a Confederação do Comércio Português
- a Confederação dos Agricultores de Portugal
- a Comissão Científica do Seminário Euro-Ibero-Americano «A Cooperação no Domínio das Drogas»

Dia 28

Recebeu em audiência:

- a Comissão Instaladora do Museu D. Afonso Henriques
- a União Geral dos Trabalhadores
- a Confederação Geral dos Trabalhadores

Dia 29

- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço a Jovens Investigadores
- ¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

Dia 30

- ¶ Visitou o Comando Naval, no Alfeite

MAIO 1998

Dia 1

¶ Presidiu à Abertura do 1.º Campeonato da Europa de Atletismo para Deficientes, no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa

Dia 3

¶ Visitou o Parque de Monserrate, em Sintra

¶ Assistiu, no Estádio José de Alvalade, ao jogo entre o Sporting e o Rio Ave

¶ Foi o convidado de honra, no jantar, oferecido ao Prémio Nobel da Paz 86, Elie Wiesel, na residência do Embaixador dos Estados Unidos da América, em Lisboa

Dia 4

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário Internacional «Europa e Cultura», seguida de almoço, na Fundação Calouste Gulbenkian

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da Venezuela, Rafel Huizi Clavier
- do Brasil, Synesio Sampaio Goes Filho

Dia 5

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência «O Euro e a Política Económica Portuguesa», na Feira Internacional de Lisboa

¶ Concedeu uma entrevista à Revista *US News*

Recebeu em audiência:

- a Comissão para as Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas
- o Delegado do Instituto do Comércio Externo Português para o Brasil, José Carlos Megre

na Madeira:

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Médicos de Clínica Geral, no Tecnopolo

MAIO 1998

Dia 6

Recebeu em audiência:

- o Director da «Associate Research in Economy and Society», Stuart Holland

Dia 7

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário «Credibilidade em Comunicação e Marketing», no Centro Cultural de Belém

em Coimbra:

¶ Visitou o Convento de Santa Clara-a-Velha

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção, às Confederações Sindicais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa — CPLP

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra do escritor Gore Vidal

Dia 8

em Lisboa:

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio «Declaração Universal dos Direitos do Homem: 1948-1998», na Universidade Católica

¶ Presidiu à Sessão Solene do Dia Nacional da Segurança Social, no Convento das Grilas

em Santa Maria da Feira:

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura das Comemorações dos 150 anos da Associação Industrial Portuense

Dia 9

Concedeu entrevistas:

- à Rádio Televisão Marroquina
- ao jornal espanhol, *ABC*

MAIO 1998

- ao Canal de televisão espanhola, SUR
- à Televisão Espanhola, TVE

em Évora:

- ¶ Presidiu à Conferência do Rotary Clube «Solidariedade e Desenvolvimento — Caminhos para a Paz»
- ¶ Presidiu ao Concerto Inaugural da Orquestra Juvenil da Cidade de Évora

Dias 10 a 12

Deslocação a Paris para as Comemorações do 500.º Aniversário da Viagem de Vasco da Gama

- ¶ Em Paris, na Sorbonne, participou no Colóquio sobre Vasco da Gama, tendo na ocasião proferido um discurso. Encontrou-se com o Presidente Jacques Chirac, que lhe ofereceu um almoço no Palácio do Eliseu e com ele inaugurou uma exposição sobre Vasco da Gama e a Índia.

Dias 13 a 18

Visita de Estado ao Reino de Marrocos

- ¶ Efectuou uma Visita de Estado ao Reino de Marrocos, a convite de Sua Majestade o Rei Hassan II, que incluiu, para além da capital marroquina, Casablanca, Fez, El Jadida e Marraquexe. Em Rabat, encontrou-se com o Rei Hassan II, que ofereceu um jantar em sua honra no Palácio Real, o Primeiro-Ministro e o Príncipe Herdeiro. Visitou o Mausoléu Mohammed V, discursou perante o Parlamento marroquino em sessão plenária, e inaugurou o Centro Cultural Português.
- ¶ Em Casablanca, ofereceu uma recepção em honra da Comunidade portuguesa residente em Marrocos, almoçou com empresários e visitou a Mesquita Hassan II. Efectuou visitas de trabalho à «Assement de Temara», à «Comatral» em Skhirat, à «TecnoSoudure» em Bouskoura e à cidadela portuguesa em El-Jadida. Em Fez, visitou a Medina e encontrou-se com

MAIO 1998

as autoridades locais e, em Marraquexe, encontrou-se com o Governador e visitou o Instituto Nacional de Investigação Agrícola de Menara e os locais históricos da cidade

Dia 19

¶ Conferiu Posse ao Presidente do Supremo Tribunal Militar, General Evandro Botelho do Amaral, no Palácio de Belém

Dia 20

¶ Ofereceu, um jantar em honra dos Chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no Museu dos Coches

Dia 21

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário «O Euro, a Competitividade e o Alargamento da Europa», no Centro Cultural de Belém

¶ Presidiu à Abertura Oficial da Exposição Mundial de 1998 — EXPO'98

Dia 22

¶ Ofereceu, um pequeno-almoço aos Directores de Informação das Televisões Espanholas, no Hotel Meridien, em Lisboa

¶ Ofereceu um almoço aos Chefes de Estado presentes na Cerimónia de Inauguração da EXPO'98, na Torre Vasco da Gama

¶ Presidiu à Cerimónia de Encerramento do V Fórum Euro-Latino-Americano, no Centro Cultural de Belém

¶ Presidiu ao Concerto Comemorativo da Abertura Oficial da EXPO'98, oferecido pelo Parlamento Europeu, Comissão Europeia e EXPO'98, no Teatro Camões, na EXPO'98

MAIO 1998

Dia 24

- ¶ Por ocasião da sua Visita de Estado a Portugal, encontrou-se, no Palácio Nacional da Ajuda, com o Imperador Akihito do Japão tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra
- ¶ Assistiu à Final da Taça de Portugal entre o Futebol Clube do Porto e o Sporting de Braga, no Estádio Nacional

Dia 25

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro da Eslovénia, Janez Drnovsek
- ¶ Apresentou cumprimentos de despedida ao Imperador Akihito do Japão, no Palácio Nacional de Queluz.
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra do advogado Fernando Valle

Dia 26

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do I Encontro Internacional sobre Paleobiologia dos Dinossauros, na Fundação Calouste Gulbenkian

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Grupo BPI, Artur Santos Silva e o Presidente do banco espanhol La Caixa, José Villarasau
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pelo Presidente do Banco Europeu de Investimento, Sir Brian Unwin, no Palácio Nacional de Queluz

Dia 27

- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Presidente da Generalitat da Catalunha, Jordi Pujol
- ¶ Esteve presente na Sessão de Lançamento do livro *Saber e Poder*, de José Rebelo, em Lisboa
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar a personalidades ligadas à área da Administração da Justiça

MAIO 1998

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Generalitat da Catalunha, Jordi Pujol
- a Cimeira Sindical Ibero-Americana, acompanhada da União Geral dos Trabalhadores
- o Professor Catedrático, Rui Penha
- o Presidente do Tribunal Constitucional, José Cardoso da Costa

Dia 28

¶ Presidiu à Abertura do Colóquio «Maio de 68: Trinta Anos depois. Os Movimentos Estudantis em Portugal», na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com a Rainha Beatriz dos Países Baixos, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Recebeu em audiência:

- uma Delegação do Secretariado Nacional da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil
- o Embaixador de Portugal em Copenhaga, José Moya Ribera

Dia 29

¶ Foi o convidado de honra no Concerto oferecido pela Rainha Beatriz dos Países Baixos, no Teatro Camões

Dia 30

¶ Presidiu à Cerimónia Comemorativa do 75.º Aniversário do Corpo Nacional de Escutas, em Barcelos

JUNHO 1998

Dia 1

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança

¶ Promoveu uma visita à EXPO'98 a crianças de todo o país, tendo de seguida oferecido-lhes um almoço no Palácio de Belém

JUNHO 1998

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da Polónia, Jolanta Kwasniewska, tendo de seguido oferecido um jantar em sua honra

Dia 2

¶ Presidiu, no Palácio de Belém, ao lançamento do livro «Droga — Situação e Novas Estratégias», da colecção «Debates» da Presidência da República.

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com os Reis Carlos e Sílvia da Suécia, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Recebeu em audiência:

- a Comissão para a Estratégia Nacional Contra a Droga
- o Presidente do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, Gil Rodriguez Iglesias
- o Comissário-Geral da EXPO'98, José Torres Campos

Dia 3

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos participantes na «Terceira Conferência Ministerial para a Protecção das Florestas na Europa»

¶ Assistiu ao espectáculo de Ópera da Suécia, oferecido pelos Reis da Suécia, no Teatro Camões

Dia 4

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos participantes na Conferência Ministerial sobre os Oceanos e as Novas Dimensões do Turismo

Dia 5

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 2.º Fórum Ciência Viva, no Forum Picoas

¶ Presidiu à Sessão Inaugural da Exposição «As Culturas do Índico», no Museu Nacional de Arte Antiga

JUNHO 1998

Recebeu em audiência:

- o advogado, Manuel Costa e Melo
- a Direcção da Academia Nacional de Belas Artes

Dia 6

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da Croácia, Franjo Tudjman, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Grão-Mestre da Ordem de Malta, Fra Andrew Berie, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Dias 7 e 8

Deslocação a Nova Iorque por ocasião da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas Sobre Drogas

¶ Em Nova Iorque, participou na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas, tendo na ocasião feito uma intervenção. Encontrou-se com os Presidentes do México, da Costa Rica e do Chile, com o Presidente da Assembleia Geral e com o Secretário-Geral da ONU

Dia 9

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro francês, Lionel Jospin

No âmbito das comemorações do Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Lisboa:

¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na Estufa Fria

¶ Depôs uma coroa de flores na estátua de Luís de Camões, em Lisboa

¶ Presidiu, nos Paços do Concelho, à Sessão Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

JUNHO 1998

- ¶ Ofereceu um jantar em honra do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Palácio Nacional da Ajuda
- ¶ Assistiu ao espectáculo da Escola Portuguesa de Arte Equestre, no Terreiro do Paço

Dia 10

No âmbito das comemorações do Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Lisboa:

- ¶ Recebeu Honras Militares, dos três ramos das Forças Armadas, na Praça do Império
- ¶ Depôs uma flor no Túmulo de Luís de Camões, no Mosteiro dos Jerónimos

Na EXPO'98:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, na Praça do Cerimonial
- ¶ Passou revista aos Navios das Armadas estrangeiras fundeados no Rio Tejo
- ¶ Ofereceu, no Navio Escola *Sagres*, um almoço a jovens velejadores
- ¶ Presidiu à Cerimónia de Entrega do Prémio Francisco de Holanda, a três alunos do Instituto Superior Técnico, no Pavilhão do Território.
- ¶ Encontrou-se, no Vídeo Estádio, com 10 mil convidados de todo o país
- ¶ Visitou a Fragata *D. Fernando e Glória*
- ¶ Foi o convidado de honra da recepção oferecida pelo Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações, pelo Comissário-Geral da EXPO'98 e pela Comissária-Geral do pavilhão português, no Pavilhão de Portugal
- ¶ Assistiu ao espectáculo comemorativo do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no Teatro Luís de Camões

JUNHO 1998

Dia 11

¶ Visitou a 35.^a Feira Nacional de Agricultura, em Santarém

Dia 12

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da Filândia, Martti Ahtisaari, tendo oferecido em seguida um almoço em sua honra

Recebeu em audiência:

- o Alcade de Barcelona, Juan Clos

¶ Presidiu à Sessão Inaugural das Exposições «Os Construtores do Oriente Português» e «A Arte do Marfim», no Edifício da Alfândega, no Porto

Dia 13

¶ Concedeu uma entrevista ao jornal alemão *Der Spiegel*

Recebeu em audiência:

- o Vice-Presidente do Brasil, Marco Maciel
- uma Delegação de Senadores dos EUA

Dia 15

¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do V Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, seguida de almoço, na Assembleia da República

¶ Encontrou-se no Palácio de Belém, com o Príncipe Henrik da Dinamarca

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

¶ Presidiu, no Palácio de Belém, ao lançamento do livro *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, da colecção «Debates» da Presidência da República

JUNHO 1998

Dia 16

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Câmara Municipal da Praia, Jacinto Ramos
- a Direcção do Movimento Portugal Único
- o Movimento das Beiras
- o Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César

Dia 17

¶ Presidiu à Inauguração do Museu da Pólvora Negra e visitou as antigas instalações da Fábrica de Pólvora de Barcarena, em Oeiras

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção a várias entidades de Macau

Recebeu em audiência:

- a Presidente da Assembleia Legislativa de Macau, Anabela Ritchie
- os Presidentes do Leal Senado e da Câmara das Ilhas
- a Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Monetária e Cambial de Macau, Manuela Morgado

Dia 18

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da XXVI Assembleia Geral da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, na Feira Internacional de Lisboa

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma almoço em honra da Comissária Europeia, Wulf Mathies

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da Confederação Hevética, Flávio Cotti, tendo de seguida oferecido um jantar em sua honra

JUNHO 1998

Recebeu em audiência:

- a Union de la Presse Economique et Financière Européenne
- o Ministro Presidente do Governo Flamengo, Luc Van Den Brande

Dia 19

- ¶ Concedeu uma entrevista à rádio alemã «ARD»
- ¶ Presidiu, na EXPO'98, às cerimónias comemorativas do Dia de Honra de Macau

Recebeu em audiência:

- o Governador de Macau, General Rocha Vieira

Dia 20

- ¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Príncipe Filipe da Bélgica

Dias 21 a 26

Visita de Estado à República Federal da Alemanha

- ¶ Efectuou uma Visita de Estado à República Federal da Alemanha, a convite do Presidente Roman Herzog, que incluiu, para além da capital alemã, Bona, Hamburgo e os Estados da Turíngia e da Baviera. Em Berlim, encontrou-se com o Presidente Herzog, que ofereceu um jantar em sua honra no Castelo Charlottenburg e foi recebido na Câmara Municipal
- ¶ Em Bona, encontrou-se com o Chanceler Federal Helmut Kohl, que ofereceu um almoço em sua honra. Foi recebido no Bundestag e na Câmara Municipal e visitou a Casa Beethoven
- ¶ Em Hamburgo, encontrou-se com o Presidente do Senado de Hamburgo, que ofereceu um jantar em sua honra na Câmara Municipal, foi recebido no Dresdner Bank e na Câmara de Comércio e visitou a Estação de Resíduos Abfall-Verwertungs-Gesellschaft, a obra do 4.º túnel do rio Elbe e as instalações da Daimler-Benz Aerospace

JUNHO 1998

¶ No Estado Livre da Turíngia, encontrou-se com o Primeiro-Ministro da Turíngia, que ofereceu um almoço em sua honra. Em Jena, foi recebido na Câmara Municipal e na Universidade de Friedrich-Schiller e visitou a Carl Zeiss e, em Weimar, visitou a «Herzogin-Anna-Amalia-Bibliothek» e a Casa de Goethe

¶ No Estado da Baviera, em Munique, encontrou-se com o Primeiro-Ministro Bávaro, que ofereceu um almoço em sua honra, foi recebido na Câmara Municipal e visitou a Siemens e a «Neue Pinakothek»

Dia 27

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos participantes no Congresso da Vinha e Confrarias Báuicas

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Príncipe Haakon da Noruega

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Príncipe Carlos do Reino Unido

¶ Ofereceu um jantar, em honra do Príncipe Carlos do Reino Unido, no Museu dos Coches

Recebeu em audiência:

- o Representante da ONU para Timor-Leste, Embaixador Jamsheed Marker
- a Comissária Europeia, Ema Bonino

Dia 28

Assistiu ao espectáculo comemorativo do Dia Nacional do Reino Unido na EXPO'98, e foi o convidado de honra no jantar oferecido pelo Príncipe Carlos do Reino Unido a bordo do Navio *HSM Chatham*

Dia 29

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral da Santa Sé, Cardeal Angelo Sodano

JUNHO 1998

na Póvoa do Varzim:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas, na Câmara Municipal da Póvoa do Varzim
- ¶ Assistiu ao início das obras de recuperação dos Torreões do antigo edifício do Mercado
- ¶ Descerrou a placa toponímica da Avenida do Mar
- ¶ Presidiu à Cerimónia de Inauguração do Pavilhão Desportivo Municipal
- ¶ Descerrou a placa toponímica da Via General Humberto Delgado
- ¶ Visitou as novas instalações do Complexo Desportivo do Clube Desportivo da Póvoa
- ¶ Presidiu à inauguração das novas instalações do Clube Desportivo do Póvoa
- ¶ Foi o convidado de honra, no jantar oferecido pela Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição
- ¶ Visitou a unidade fabril «Fábrica de Cordoaria e Redes» e a unidade fabril de «Condutores Eléctricos»

Dia 30

em Paredes:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Paredes
- ¶ Presidiu à inauguração da ampliação do Edifício dos Paços do Concelho
- ¶ Visitou as obras de recuperação urbanística do Bairro «O Sonho»
- ¶ Visitou as obras de transformação urbanística da área frontal ao Palácio da Justiça
- ¶ Visitou as instalações da Casa da Cultura, onde assistiu a um Concerto pelo «Opus Ensemble» em sua honra

no Porto:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do 94.º aniversário do Clube Fenianos Portuenses

JULHO 1998

Dia 1

¶ Presidiu às Cerimónias Comemorativas do Dia das Forças Armadas e da Força Aérea, na Maia

Dia 2

¶ Condecorou a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por ocasião da comemoração do V Centenário da instituição, no Museu de São Roque

¶ Presidiu à Inauguração da Galeria dos Retratos dos Presidentes da Assembleia da República, seguida de almoço, na Assembleia da República

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da Conferência dos Ministros da Justiça de Países de Língua Portuguesa, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Comissão Permanente da Plataforma das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento
- o Ministro Presidente do Governo da Valónia, Robert Collignon

Dia 3

¶ Visitou a Sede do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Príncipe Filipe das Astúrias, tendo oferecido de seguida um almoço em sua honra

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção em honra da Federação Portuguesa de Golfe

em Lamego:

¶ Presidiu à Sessão Inaugural da 11.^a Edição da «EXPODOURO» — Feira da Região do Douro

¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela Câmara Municipal de Lamego, no recinto da Feira da Região do Douro

JULHO 1998

Dia 4

em Baião:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene, em sua honra, na Câmara Municipal de Baião
- ¶ Visitou a Escola E. B. 2.3, de Santa Marinha do Zêzere
- ¶ Presidiu à Inauguração da Ponte da Ermida

em Resende:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene, em sua honra, nos Paços do Concelho
- ¶ Presidiu à Inauguração do «Vintage House Hotel», em Pinhão
- ¶ Foi o convidado de honra no jantar oferecido pela Administração da Taylors Fonseca, no «Vintage House Hotel»

Dia 5

em Peso da Régua:

- ¶ Assistiu, em Bagaúste ao Campeonato Nacional de Velocidade de Remo
- ¶ Presidiu à Inauguração do Mural Cerâmico «Linha do Douro», da autoria do pintor Casal Aguiar
- ¶ Presidiu à Sessão Solene, em sua honra, na Câmara Municipal de Peso da Régua
- ¶ Presidiu à Sessão de Homenagem ao escritor João Araújo Correia

no Porto:

- ¶ Recebeu a Direcção da ANJE — Associação Nacional de Jovens Empresários
- ¶ Foi entronizado pela Confraria do Vinho do Porto, no Palácio da Bolsa

Dia 6

- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra da tripulação do navio *Ponta de Sagres*, tendo na ocasião agraciado o seu Comandante

JULHO 1998

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro da Argélia, Ahmed Ouyahia
- o Comissário Europeu, Karel Van Miert
- a Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau
- o Primeiro-Ministro da Grécia, Constantinos Simitis

Dia 7

- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço, em honra do Presidente da Xunta da Galícia, Fraga Iribarne
- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Fórum para a Comunicação Social, na Assembleia da República
- ¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Grão-Duque Jean do Luxemburgo, tendo oferecido em seguida um jantar em sua honra

Recebeu em audiência:

- o organizador das Jornadas sobre Timor-Leste, António Barbedo de Magalhães
- os Membros da Missão para a Sociedade de Informação
- o Presidente do Senado da Argentina, Eduardo Menem
- o Primeiro-Ministro da Polónia, Jerszy Buzek

Dia 8

- ¶ Presidiu ao jantar de Entrega dos Prémios Gazeta, no Pavilhão de Portugal, na EXPO'98

Dia 9

- ¶ Visitou os Pavilhões da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, na EXPO'98

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Câmara Municipal de Pádua, Flávio Zononato
- o Vice-Ministro da República Popular da China, Bangzhu Chen

JULHO 1998

Dia 10

- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portugueses
- ¶ Presidiu, no Palácio de Belém, à cerimónia de agradecimento do Príncipe Aga Khan tendo em seguida oferecido, um jantar em sua honra

Dia 11

- ¶ Presidiu à Inauguração do Centro Ismaelita de Lisboa

Dia 13

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Encontro de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos, no Centro Cultural de Belém
- ¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com a jornalista Maria João Avilez
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos Ministros da Justiça Ibero-Americanos
- ¶ Condecorou, no Palácio de Belém, o tenor Plácido Domingo

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, António Cluny
- a Direcção da ANAFRE — Associação Nacional de Freguesias

Dia 14

- ¶ Presidiu à Sessão Comemorativa dos 50 Anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, no Palácio Galveias

em Alter do Chão:

- ¶ Visitou a Coudelaria de Alter do Chão

Dia 15

Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da Colômbia, Ernesto Samper, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

JULHO 1998

Dias 15 a 17

No âmbito da II Cimeira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa — CPLP

¶ Participou na II Cimeira da CPLP, que se realizou na Praia, capital de Cabo Verde, tendo, na sua qualidade de Presidente em exercício da CPLP, proferido o discurso de abertura da Cimeira. Manteve reuniões com os Presidentes de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e com o Vice-Presidente do Brasil.

Dia 18

¶ Por ocasião da Visita de Estado a Portugal, assistiu à Cerimónia de Honras Militares ao Presidente da República Oriental do Uruguai, Julio Sanguinetti, na Praça do Império.

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém com o Presidente da República Oriental do Uruguai, Julio Sanguinetti.

¶ Presidiu à Cerimónia de Entrega do Grande Prémio do Romance e da Novela da Associação Portuguesa de Escritores, a Rui Nunes, seguido de almoço, em Tróia.

Dia 19

¶ Ofereceu um jantar em honra do Presidente da República Oriental do Uruguai, Julio Sanguinetti, no Palácio Nacional da Ajuda.

Dia 20

¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, no Forte de Santo Amaro.

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional.

¶ Foi o convidado de honra na recepção oferecida pelo Presidente da República Oriental do Uruguai, no Palácio Nacional de Queluz.

JULHO 1998

Recebeu em audiência:

- o Ministro do Ambiente da Dinamarca, Svend Auken
- os Ministro da Defesa dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Dia 21

¶ Apresentou cumprimentos de despedida ao Presidente da República Oriental do Uruguai, Julio Sanguinetti, no Palácio Nacional de Queluz

Dia 22

¶ Visitou, na EXPO'98, os pavilhões da União Europeia, Áustria, Reino Unido e Espanha

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Congresso Extraordinário e Mundial das Misericórdias em comemoração dos 500 Anos das Misericórdias, na Igreja de São Roque, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Governador do Banco de Portugal, António de Sousa
- o Embaixador da Rússia, Alexander Smirnov
- o Adido Cultural de Portugal em Paris, Eduardo Prado Coelho

Dia 23

¶ Assisti à Corrida de Touros comemorativa dos 500 Anos das Misericórdias, no Campo Pequeno

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro da Tunísia, Hamed Karoui
- o Arcebispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto
- o Vice-Primeiro Ministro Britânico, Jonh Prescott
- o Reitor da Universidade de Lisboa, José Barata Moura

Dia 24

Presidiu à Sessão Solene do Ano Académico de 1998 da Academia Portuguesa de Medicina, em Lisboa

JULHO 1998

Recebeu em audiência:

- uma Delegação do Partido Comunista Português
- uma Delegação de Organizações Empresariais Ibero-Americanas

Dia 26

em Ovar:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Ovar
- ¶ Presidiu à Inauguração da exposição «Fotonomia» de João Cunha e Sabine Tausch-Koerth, na Biblioteca Municipal
- ¶ Recebeu cumprimentos dos responsáveis dos sete municípios geminados com Ovar, no Parque da Senhora da Graça
- ¶ Presidiu à Cerimónia de Outorga de Cartas de Geminação entre Ovar e Pernik (Bulgária) e Ovar e São Nicolau (Cabo Verde)
- ¶ Presidiu à cerimónia de descerramento de um aplaca alusiva ao início da distribuição de gás natural ao domicílio, no concelho
- ¶ Presidiu à cerimónia de lançamento da Primeira Pedra da segunda fase da obra de reconversão urbanística da Praia do Furadouro

em Loures:

- ¶ Presidiu à Inauguração do Museu Municipal de Loures

Dia 27

- ¶ Visitou os Pavilhões dos Países Ibero-Americanos na EXPO'98, tendo sido o convidado de honra do almoço oferecido em seguida pelos Embaixadores e Comissários dos respectivos países e pavilhões

Recebeu em audiência:

- o neto do diplomata Aristides de Sousa Mendes, António de Sousa Mendes
- a Associação SOS — Solidariedade, Cruzada de Acção Social
- o Reitor da Universidade Aberta, Rocha Trindade

JULHO 1998

Dia 28

- ¶ Condecorou, no Palácio de Belém, a Liga de Protecção da Natureza
- ¶ Presidiu à cerimónia de apresentação do «Coche dos Oceanos», no Museu dos Coches
- ¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente Italiano, Luigi Scalfaro, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Recebeu em audiência:

- a Associação Nacional de Municípios Portugueses

Dia 29

nos Açores:

- ¶ Visitou, nas Ilhas do Faial e do Pico, as zonas sinistradas pelo terramoto e manteve contactos com a população desalojada

Dia 30

- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço a Investigadores da área das Ciências Sociais
- ¶ Presidiu, no Palácio de Belém, à cerimónia de lançamento do livro *Portugueses II*
- ¶ Ofereceu um jantar, no Clube dos Jornalistas, aos jornalistas acreditados no Palácio de Belém

Dia 31

- ¶ Presidiu ao Conselho de Estado
- ¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Príncipe Rainier III do Mónaco, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Fundação Oriente, Carlos Monjardino

AGOSTO 1998

Dia 2

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos Comandantes da Regata Vasco da Gama

Dia 3

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da II Conferência Internacional sobre «Política Tecnológica», na Fundação Calouste Gulbenkian

¶ Assistiu à Parada Naval da Regata Vasco da Gama, na Torre de Belém

Recebeu em audiência:

- o Embaixador do Luxemburgo, Paul Faber
- a Confederação da Indústria Portuguesa
- a Direcção do Centro de Investigação dos Média e Jornalismo

Dia 4

¶ Presidiu às cerimónias comemorativas do Dia dos Açores, na EXPO'98

Recebeu em audiência:

- o Embaixador da Tunísia, Ali Tekaia
- o Presidente da Junta da Andaluzia, Manuel Chaves
- a Embaixadora do Canadá, Patrícia Marsden-Dole

Dia 5

¶ Presidiu à Gala comemorativa do Dia de Timor-Leste, na EXPO'98

Recebeu em audiência:

- o Embaixador cessante da República Popular da China, Wei Dong
- a Direcção do Sindicato de Jornalistas
- o Embaixador de Portugal em Dublin, João Varella

AGOSTO 1998

Dia 6

- ¶ Presidiu, no Palácio de Belém, à cerimónia de agraciamento do Prémio Nobel da Paz 97, D. Ximenes Belo
- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Festival Mundial da Juventude «Europa — Direitos Humanos», na Costa da Caparica

Recebeu em audiência:

- o Prémio Nobel da Paz 97, D. Ximenes Belo

Dia 7

em Braga:

- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Fórum Mundial de Juventude e manteve um encontro privado com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan

Dia 8

- ¶ Gravou depoimentos para o «Europeu de Futebol» e para a «Campanha de Solidariedade da Guiné»
- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura da 1.ª Conferência de Ministros da Juventude, na Feira Internacional de Lisboa
- ¶ Encontrou-se com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, no Pavilhão de Portugal na EXPO'98
- ¶ No âmbito da 1.ª Conferência Mundial de Ministros da Juventude, ofereceu no Pavilhão de Portugal, na EXPO'98, um jantar aos membros da Delegações, aos membros das Organizações Intergovernamentais, aos representantes das Organizações Não Governamentais e aos Jornalistas

Dia 9

em Ílhavo:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas, na Câmara Municipal de Ílhavo
- ¶ A bordo do Navio *Creoula*, encontrou-se com jovens portugueses e canadianos descendentes de antigos pescadores do bacalhau da Terra Nova, assistindo da barra à sua partida para o Canadá

AGOSTO 1998

Dia 21

¶ Visitou a FATACIL — Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa

Dia 31

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção, em honra da Comissão Mundial Independente para os Oceanos

SETEMBRO 1998

Dia 1

¶ Inaugurou a Exposição de Fotografia de Carlos Gil, no Museu da Resistência, em Lisboa

¶ Presidiu à cerimónia de apresentação pública do Relatório da Comissão Mundial Independente para os Oceanos, na EXPO'98

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém com o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, tendo de seguida oferecido um jantar em sua honra

Dia 2

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

¶ No âmbito do Dia de Honra da Fundação Oriente na EXPO'98, visitou a Exposição «Caminhos da Porcelana»

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Câmara Municipal de Tanegashima, Hirohide Ochiai

SETEMBRO 1998

Dia 3

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente do Parlamento Europeu, Gil Robles, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

Recebeu em audiência:

- a Associação Nacional de Municípios Portugueses
- o Representante de Portugal junto da OCDE, Embaixador José Lemos Godinho
- o Secretário-Geral da NATO, Javier Solana

¶ Deslocou-se ao Garrão, em Almancil, onde ofereceu um jantar em honra da Selecção Portuguesa de Futebol

Dia 4

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da Macedónia, Kiro Gligorov, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

¶ Presidiu à Inauguração da Exposição Internacional de Filatelia Portugal'98, no Centro Cultural de Belém

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da Bulgária, Petar Stoianov, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Recebeu em audiência:

- o Embaixador designado para o Cairo, Nuno Tavares de Sousa
- o Marechal da Dieta Polaca, Maciej Ptaszynski
- o Presidente do Comité das Regiões, Manfred Danmeyer

Dia 6

¶ Presidiu à cerimónia comemorativa do Dia da Região Autónoma da Madeira, na EXPO'98

Dia 8

Encontrou-se com o Presidente da República do Panamá, Pérez Balladares

SETEMBRO 1998

¶ Concedeu uma entrevista à revista polaca *W Prost*

Recebeu em audiência:

- o Movimento «Portugal Plural»

Dia 10

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César

Dia 11

¶ Por ocasião da Visita de Estado a Portugal, assistiu às Honras Militares ao Presidente da Índia, Kocheril Narayanan, na Praça Império

¶ Encontrou-se no Palácio de Belém com o Presidente da Índia, Kocheril Narayanan, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar em honra do Presidente da Índia, Kocheril Narayanan

Recebeu em audiência:

- o Grupo Socialista do Parlamento Europeu
- o Embaixador de Portugal em Nova Delhi, Manuel Marcelo Curto

Dia 12

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência «A Mulher e o Mar», no Padrão dos Descobrimentos

¶ Assistiu ao jantar que o Presidente da Índia, Kocheril Narayanan, ofereceu em sua honra, no Palácio Nacional de Queluz

SETEMBRO 1998

Dia 13

- ¶ Presidiu às cerimónias de despedida ao Presidente da Índia, Kocheril Narayanan, no Palácio Nacional de Queluz
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra dos participantes na Conferência Sindical Ibero-Americana

Recebeu em audiência:

- uma Delegação de Sindicalistas Ibero-Americanos

Dias 14 a 17

Visita de Estado à República da Polónia

- ¶ Efectuou uma Visita de Estado à República da Polónia, a convite do Presidente Aleksander Kwasniewski, que incluiu, para além da capital polaca, Gdansk e Cracóvia. Em Varsóvia, manteve encontros com com o Presidente Kwasniewski, que ofereceu um jantar em sua honra no Palácio Presidencial, com representantes dos partidos políticos e com os Presidentes do Sejm e do Senado. Proferiu uma conferência na Universidade de Varsóvia, visitou o «Office for Democratic Institutions and Human Rights» da OSCE e proferiu uma alocução na Abertura dos Seminários sobre Cooperação Económica e Política
- ¶ Em Gdansk, encontrou-se com o Governador, foi recebido na Câmara Municipal e visitou os Estaleiros «Remontowej» e, em Cracóvia, encontrou-se com as autoridades e visitou os campos de Auschwitz e Birkenau

Dias 20 a 22

No âmbito da sua visita ao Baixo Alentejo

Dia 20

em Beja:

- ¶ Visitou o Regimento de Infantaria n.º 3
- ¶ Presidiu à Sessão Solene na Câmara Municipal de Beja

SETEMBRO 1998

- ¶ Visitou, na Pousada de São Francisco, a Exposição de Arte Sacra «Entre o Céu e a Terra»
- ¶ Foi o convidado de honra no jantar oferecido pelo Presidente da Câmara Municipal de Beja

em Aljustrel:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene, em sua honra, na Câmara Municipal de Aljustrel
- ¶ Visitou o Centro de Saúde

Dia 21

em Castro Verde:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Castro Verde
- ¶ Presidiu à Inauguração do Edifício dos Serviços Públicos
- ¶ Presidiu à Inauguração do Monumento à Actividade Mineira
- ¶ Visitou o Centro Cultural Manuel da Fonseca, onde presidiu à assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Liga de Protecção da Natureza, relativo à Zona de Protecção Especial da Área do Campo Branco e Centro de Formação Ambiental
- ¶ Visitou a Somincor — Sociedade Mineira das Neves

em Beja:

- ¶ Visitou o Museu Jorge Vieira — Casa das Artes
- ¶ No Governo Civil de Beja, manteve um breve encontro com os médicos luso-americanos participantes na 5.^a Convenção Anual da Portuguese American Health Professional Association
- ¶ Ofereceu um jantar, na Pousada de São Francisco, a agentes culturais do Baixo Alentejo

Dia 22

em Beja:

- ¶ Visitou as obras do Complexo Desportivo de Beja

SETEMBRO 1998

em Ferreira do Alentejo:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
- ¶ Presidiu à Inauguração das Piscinas Municipais
- ¶ Visitou a Associação dos Beneficiários das Obras de Rega de Odivelas
- ¶ Visitou a TOMSIL — Fábrica de Concentrado de Tomate
- ¶ Visitou o Centro Social «Associação de Bem-Estar Social de Idosos e Reformados de Canhestros», onde homenageou o Prof. Mariano Feio

em Moura:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal
- ¶ Observou as obras de recuperação do Edifício dos Quartéis
- ¶ Visitou o Campo Maria Vitória, onde ouviu a explicação e demonstração do projecto de ocupação dos tempos livres através do desporto, do Moura Atlético Clube
- ¶ Visitou a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos

Dia 23

em Beja:

- ¶ Encontrou-se, durante o pequeno-almoço, com os Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito de Beja, na Pousada de São Francisco
- ¶ Encontrou-se, na Escola Superior de Educação, com Agentes Económicos e Sociais
- ¶ Presidiu à cerimónia comemorativa do 165.º Aniversário da Instalação do Tribunal de Justiça, em Lisboa

Dia 24

- ¶ Visitou os Pavilhões da Ucrânia, República Federal da Alemanha, França, Polónia, Marrocos e do Conselho da Europa, na EXPO'98

SETEMBRO 1998

Recebeu em audiência:

- a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

Dia 25

¶ Presidiu, no Palácio de Belém, à cerimónia de condecoração do Comandante do AT1, Coronel Roque da Silva, tendo-lhe oferecido em seguida um almoço, no Palácio de Belém

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Rei dos Belgas, Alberto II

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Deutsche Vermögensberatung, Reinfried Pohl
- o Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau, Henriques da Silva
- a União Geral dos Trabalhadores

Dia 26

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio «A Transição Democrática em Espanha», na Torre do Tombo

¶ Assistiu à Estreia da Peça «O Corvo Branco» de Philips Glass, no Teatro Júlio Verne

Dia 28

Recebeu em audiência:

- o Partido Socialista
- o Partido Social-Democrata
- o Conselho de Administração do Banco Bilbao Viscaya
- o Director do Serviço de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, Vasco da Graça Moura
- o Director da Antena 2 (RDP), João Pereira Bastos
- o Embaixador do Reino da Tailândia, Visoot Tuvayanond

Dia 29

Recebeu em audiência:

- o CDS-Partido Popular
- o Partido Comunista Português
- o Partido Ecologista «Os Verdes»

SETEMBRO 1998

Dia 30

- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da EXPO'98

OUTUBRO 1998

Dia 1

- ¶ Assistiu, na área de Tancos e Santa Margarida, às actividades planeadas para o Vipday do Exercício Lusíada
- ¶ Assistiu a um recital de estudantes do Colégio de Música Real, na Embaixada Britânica
- ¶ Concedeu uma entrevista sobre Timor-Leste à Independent Television Network

Recebeu em audiência:

- o jornalista do jornal espanhol *ABC*, José Moreira

Dia 2

no Porto:

- ¶ Presidiu à Sessão de Homenagem ao livreiro Fernando Fernandes, na Câmara Municipal do Porto

em Vila Nova de Gaia:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
- ¶ Presidiu à Inauguração das novas instalações da Fundação Conservatório Regional de Gaia
- ¶ Presidiu à Inauguração da Escola E. B. n.º 1
- ¶ Presidiu à Cerimónia de Lançamento da Primeira Pedra do Complexo Desportivo de Pedroso, em Grijó
- ¶ Visitou o novo bairro Vila d'Este, em Pedroso, onde entregou simbolicamente a chave de um dos apartamentos

OUTUBRO 1998

¶ Visitou a exposição de pintura «António Joaquim/Artistas de Gaia», integrada no IV Festival de Arte-Gaia 98, no Mosteiro da Serra do Pilar

¶ Foi o convidado de honra, no jantar oferecido pela Câmara Municipal de Vila Gaia, nas Caves Taylor

Dia 3

¶ Efectuou a viagem do Porto para Lisboa, no Comboio da Liberdade

Dias 4 e 5

No âmbito das cerimónias comemorativas do 88.º Aniversário da Implantação da República, em Lisboa

Dia 4

¶ Visitou o Navio-Escola «Sagres»

¶ Inaugurou a exposição «5 de Outubro, Apontamentos», nos Paços do Concelho de Lisboa

Dia 5

¶ Depôs uma coroa de flores na estátua de António José de Almeida, em Lisboa

¶ Presidiu à sessão comemorativa do «5 de Outubro», nos Paços do Concelho de Lisboa

¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa da República no Centro Cultural de Belém

¶ Assistiu à Festa da República que teve lugar na zona envolvente da Torre de Belém

Dia 6

Recebeu Cartas Credenciais:

- do Embaixador da Líbia, Omar Jadallah Alokly
- do Embaixador do Luxemburgo, Paul Duhr
- do Embaixador do Canadá, Robert Vanderloo

OUTUBRO 1998

- ¶ Foi o convidado de honra, de um almoço oferecido pela Federação Portuguesa de Atletismo, em Seteais
- ¶ Concedeu uma entrevista à Revista Imenso Sul

Recebeu em audiência:

- a Ordem dos Médicos

Dia 8

no Porto:

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário Euro-Iberoamericano «A Cooperação nas Políticas sobre as Drogas e as Toxicodependências», no Palácio da Bolsa
- ¶ Presidiu à Sessão de Homenagem e de Agradecimento a Norberto Teixeira dos Santos, no Hospital de São João, tendo em seguida visitado a Unidade de Cuidados Intensivos de Adultos e a Unidade de Doentes Coronários do Hospital

Dia 9

no Porto:

- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal do Porto, nas Caves Taylor
- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Seminário Euro-Iberoamericano «A Cooperação nas Políticas sobre as Drogas e as Toxicodependências», tendo em seguida oferecido uma recepção a todos os participantes, no Palácio da Bolsa

Dia 12

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Cimeira de Jornalistas Ibero-Americanos, na Póvoa do Varzim
- ¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

OUTUBRO 1998

Dia 13

Recebeu em audiência:

- o Membro do Conselho Consultivo do Parlamento Indonésio, Mário Carrascalão
- o Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues

Dia 14

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Prémio Nobel da Literatura 98, José Saramago

Dia 15

¶ Visitou o Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa, no Castelo de São Jorge

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Tribunal Constitucional, José Manuel Cardoso da Costa

Dias 16 a 18

Deslocação ao Porto no âmbito da VIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

¶ Participou na VIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, na Cidade do Porto, tendo proferido um discurso na Sessão de Abertura na sua qualidade de Presidente em exercício daquela Cimeira

¶ Co-presidiu à entronização, na Confraria do Vinho do Porto, dos Chefes de Estado e de Governo visitantes, tendo em seguida oferecido um banquete no Palácio da Bolsa, ocasião em que, na sua qualidade de anfitrião, proferiu um discurso de boas-vindas

Dia 19

¶ Por ocasião da sua Visita de Estado a Portugal, assistiu às Honras Militares em honra do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Ernesto Zedillo

OUTUBRO 1998

- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Presidente do México, Ernesto Zedillo
- ¶ Presidiu à Sessão Inaugural da Exposição de Arqueologia Mexicana no Museu Nacional de Arte Antiga
- ¶ Ofereceu um jantar em honra do Presidente do México, Ernesto Zedillo, no Palácio Nacional da Ajuda

Dia 20

- ¶ Concedeu uma entrevista ao jornal *Financial Times*
- ¶ Presidiu às Honras Militares de despedida ao Presidente do México, no Palácio Nacional de Queluz

Dia 21

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
- a Direcção da Juventude Social-Democrata

Dia 23

- ¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do 50.º Aniversário da Organização Mundial de Saúde, no Centro Cultural de Belém
- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega dos Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa, na Assembleia da República
- ¶ Presidiu à Inauguração da Exposição Antológica do pintor Bernardo Marques, no Museu do Chiado
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela Câmara do Comércio Luso-Holandesa, no Palácio Foz

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Lloyd Ayworthy

OUTUBRO 1998

Dia 24

em Barcelos:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento do Congresso Histórico e Cultural de Barcelos «Barcelos Terra Condal: 7 Séculos de História»
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal de Barcelos
- ¶ Assistiu à Abertura da Feira Medieval, no Centro Histórico.

em Matosinhos:

- ¶ Inaugurou a Exposição «Frederico Garcia Lorca – Fragmentos de um Universo»
- ¶ Visitou a Casa da Juventude

Dia 25

- ¶ Assistiu, no Coliseu dos Recreios, ao Espectáculo da Companhia «Béjart Ballet Lausanne», de homenagem a Freddie Mercury e Jorge Donn

Dia 26

- ¶ Condecorou, no Palácio de Belém, o coreógrafo francês, Maurice Béjart
- ¶ Ofereceu uma Recepção, no Palácio de Belém, ao Comité Director do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa.

Recebeu em audiência:

- o ex-Presidente da França, Valérie Giscard D'Estaing
- o Ministro da Defesa de Espanha, Eduardo Serra

em Estremoz:

- ¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do 40.º Aniversário do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo na ocasião proferido uma Conferência subordinada ao tema: «os livros da minha vida»

OUTUBRO 1998

- ¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela Câmara Municipal de Estremoz
- ¶ Presidiu à Inauguração da Exposição de Fotografias de Maria José Palla, «Retratos de Poetas»
- ¶ Assistiu, no Teatro Bernardim Ribeiro a um Concerto pelo Coro Gulbenkian

Dia 27

- ¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do 85.º Aniversário da Faculdade de Direito de Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Carlos Carvalhas
- o Presidente da Omega, Michele Sofisti

Dia 29

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário Internacional «O Interesse Nacional e a Globalização», no Instituto de Defesa Nacional
- ¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do 20.º Aniversário da União Geral dos Trabalhadores

Recebeu em audiência:

- a União Democrática Timorense
- a Direcção do Sporting Clube de Portugal

Dia 30

Recebeu Cartas Credenciais:

- do Embaixador da Eritreia, Andebrhan Weldegiorgis
- do Embaixador do Sudão, El Tigani Salih Fedail
- do Embaixador da República das Filipinas, Hector K. Villarroel
- do Embaixador da República da Guiné (Conacry), IbrahimSYlla
- da Embaixadora da República do Níger, Mariama Hima

OUTUBRO 1998

Dia 31

- ¶ Presidiu à Inauguração do Lar de São José, em Lisboa

NOVEMBRO 1998

Dias 2 a 4

No âmbito da sua deslocação a Estrasburgo:

- ¶ Em Estrasburgo, no Palácio da Europa, assistiu à instalação do novo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, tendo na ocasião proferido uma intervenção. Encontrou-se com o Secretário-Geral do Conselho da Europa, o Presidente da Comissão Europeia dos Direitos do Homem, a Presidente da Assembleia Parlamentar e o Presidente do Comité de Ministros do Conselho da Europa, e esteve presente na recepção oferecida pela Câmara Municipal de Estrasburgo.

Dia 4

- ¶ Presidiu à Inauguração da Estátua de Mahatma Gandhi e do Templo da Comunidade Hindu, em Lisboa

Dia 5

- ¶ Presidiu ao Congresso Internacional «Vasco da Gama, Viagens e Culturas», no Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra do representante das Nações Unidas para Timor-Leste, Embaixador Jamsheed Marker

Recebeu em audiência:

- a Comissão para a Estratégia Nacional Contra a Droga
- o Vice-Presidente da Fretilin, António João da Costa «Ma'Huno»

NOVEMBRO 1998

Dia 6

¶ Presidiu à Cerimónia Comemorativa do 1.º Aniversário da Foot-Escola, em Monsanto

Dia 7

¶ Presidiu ao Jantar Comemorativo do Dia do Comerciante de Lisboa, em Lisboa

Dia 9

¶ Assisti ao 1.º Festival Internacional de Músicas Contemporâneas, no Centro Cultural de Belém

Dia 10

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Câmara Municipal de Silves, Maria Isabel Soares
- os autores da obra «Guerra Colonial», Coronel Aniceto Afonso e Coronel Matos Gomes
- o ex-futebolista, Eusébio da Silva Ferreira

Dia 11

Recebeu em audiência:

- o Ministro das Minas e Energia do Brasil, Raimundo Brito
- e o Presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó

Dia 12

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do VII Congresso Nacional das Mutualidades «O Mutualismo e as Reformas da Segurança Social», no Centro Cultural de Belém

Recebeu Cartas Credencias:

- do Embaixador da Rússia, Guennadi Trasov
- da Embaixador da Croácia, Darko Bekic
- da Embaixadora da Tunísia, Arbia Bem Ajmia

NOVEMBRO 1998

Dia 13

em Viseu:

- ¶ Visitou a Escola Superior de Tecnologia de Viseu, onde presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Académico
- ¶ Visitou o Serviço de Imagiologia e Pediatria do Hospital de São Teotónio

em Castro Daire:

- ¶ Visitou o Centro Regional de Artesanato de Montemuro, onde foi o convidado de honra no almoço oferecido pela Câmara de Castro de Daire
- ¶ Visitou a Exposição sobre os trabalhos das Capuchinhas e o Teatro Regional da Serra de Montemuro
- ¶ Visitou a Aldeia de Campo Benfeito

em Arouca:

- ¶ Visitou o Museu de Arte Sacra, no Convento de Santa Mafalda
- ¶ Jantou e reuniu-se com os representantes das organizações com responsabilidade e intervenção nas Serras de Montemuro, Arada e Freita

Dia 14

em Arouca:

- ¶ Visitou a Associação de Defesa da Cultura Arouquense
- ¶ Visitou a Aldeia da Pena, em S. Pedro do Sul

em Mortágua:

- ¶ Visitou as obras da Central Termoeléctrica de Aproveitamento de Resíduos Florestais
- ¶ Presidiu às Inaugurações do Centro de Animação Infantil, do Pavilhão Gimnodesportivo e do Complexo de Piscinas
- ¶ Visitou o Bairro de Habitação Social, o Lar da Santa Casa da Misericórdia e o Jardim Escola João de Deus
- ¶ Presidiu à Sessão Solene em sua honra na Câmara Municipal

NOVEMBRO 1998

Dia 15

em Rio Maior:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene em sua honra na Câmara Municipal
- ¶ Visitou a Exposição de António Maia, «20 Anos de Cartoonismo»
- ¶ Visitou o Complexo Desportivo e a Escola Profissional de Rio Maior
- ¶ Almoçou com Idosos e Jovens do Concelho

Dia 16

- ¶ Visitou o Taguspark — Parque de Ciência e Tecnologia, em Oeiras
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Presidente da Carnagie Corporation of New York, Vartan Gregorian

Recebeu em audiência:

- o ex-Presidente, Marechal Francisco da Costa Gomes
- a Associação dos Dentistas Portugueses
- o Provedor da Justiça, José Menéres Pimentel

Dia 17

- ¶ Almoçou no Palácio de Belém com o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos participantes na 44.^a Assembleia Geral da Associação do Tratado do Atlântico Norte
- ¶ Esteve presente no jantar de Gala Comemorativo do 25.º aniversário do Hotel Altis, em Lisboa

Dia 19

Recebeu em audiência:

- o Membro da Comissão Executiva do Partido Ecologista «Os Verdes», Isabel Castro
- o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Carlos Carvalhas

NOVEMBRO 1998

- o Presidente do CDS — Partido Popular, Paulo Portas
- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
- o Secretário-Geral do Partido Socialista, António Guterres

Dia 20

no Porto:

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Congresso do Ministério Público sob o tema «A Democracia, a Igualdade dos Cidadãos e o Ministério Público»

em Santa Maria da Feira:

¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento das Jornadas Empresariais Portuguesas, no Europarque

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Feira do Empreendedor, na EXPONOR

Dia 21

¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento das Comemorações do XXX Aniversário da Comunidade Islâmica de Lisboa

Dia 23

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do I Curso Livre de História Contemporânea «Portugal e a Transição para a Democracia (1674-1976)», na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Dia 24

¶ Presidiu ao Dia Nacional da Cultura Científica, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Recebeu em audiência:

- a viúva de Carl Sagan, Ann Druyen

NOVEMBRO 1998

Dia 25

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio «Droga — Que soluções para o século XXI?», no Supremo Tribunal de Justiça
- ¶ Assistiu ao concerto da Staatskapelle de Berlim, no Coliseu dos Recreios

Recebeu em audiência:

- o Embaixador cessante do Uruguai, Alfredo Giró
- o ex-Embaixador do Brasil em Portugal, Senador Jorge Bornhausen
- a Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional
- o Maestro da Orquestra Nacional do Porto, Ivo Cruz

Dia 26

no Porto:

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Assembleia Geral da European Anti Poverty Network
- ¶ Esteve presente no lançamento do livro *A Terceira Rosa*, de Manuel Alegre, no Palácio Galveias
- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Comemorações do 25.º aniversário do Centro de Arte e Comunicações — Ar.Co, em Lisboa

Dia 27

- ¶ Concedeu um Depoimento à RTP sobre Direitos Humanos
- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento do Mês da Qualidade, no Museu da Electricidade
- ¶ Visitou a Escola Naval, no Alfeite

em Felgueiras:

- ¶ Visitou o Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado, onde foi o convidado de honra de um jantar com empresários, oferecido pela Câmara Municipal de Felgueiras

NOVEMBRO 1998

Dia 28

em Felgueiras:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene, em sua honra, na Câmara Municipal de Felgueiras
- ¶ Visitou a Biblioteca Municipal Dr. Miguel Mota
- ¶ Presidiu à Inauguração da ampliação do Complexo das Piscinas Municipais — 1.^a Fase
- ¶ Presidiu à Inauguração da Exposição Comemorativa do Centenário dos Bombeiros Voluntários de Felgueiras
- ¶ Presidiu à Assinatura do Protocolo entre a Federação Portuguesa de Natação e a Câmara Municipal de Felgueiras
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal de Felgueiras

- ¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa dos 150 Anos da «Incrível Almadense», em Almada

Dia 30

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Pedro Santana Lopes
- a Deputada ao Parlamento Europeu, Helena Torres Marques
- o Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Joaquim Couto
- o Comandante da Guarda Nacional Republicana, General Manuel da Silva Viegas

DEZEMBRO 1998

Dia 1

¶ Presidiu à Cerimónia Comemorativa da Restauração da Independência Nacional, na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em Lisboa

em Óbidos:

¶ Almoçou com os Capitães do 25 de Abril, no Solar da Praça de Santa Maria de Óbidos

¶ Presidiu à Sessão Solene, evocativa do Movimento dos Capitães do 25 de Abril de 75, no Auditório Municipal da Casa da Música

¶ Visitou a exposição de fotografia sobre o 25 de Abril, na Galeria Municipal da Casa da Música

¶ Assitiu ao Lançamento da 4.^a edição, revista e aumentada, do livro *Sete Poemas a Carlos Paredes*, na Galeria Municipal da Casa da Música

Dia 2

¶ Presidiu ao III Congresso Internacional do Conselho Português para os Refugiados, subordinado ao tema «Refugiados e Direitos Humanos», na Fundação Calouste Gulbenkian

¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do 150.^o aniversário da *Revista Militar*, na Sociedade de Geografia, em Lisboa

Dia 3

Recebeu Cartas Credenciais:

- do Embaixador da Gâmbia, N'Jogou Saer
- do Embaixador de Omã, Mohammed Al Bussaidi
- do Embaixador da Albânia, Luan S. Rama
- do Embaixador da Nova Zelândia, Peter Robert Bennet
- do Embaixador da Ucrânia, Anatoli Zlenko
- do Embaixador do Gana, Harry Osei Blavo
- do Embaixador do Nepal, Indra Bahadur Singh

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço à Comissão de Honra do 25.^o Aniversário do 25 de Abril

DEZEMBRO 1998

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Congresso dos Médicos Dentistas, no Centro de Congressos da Feira Internacional de Lisboa
- ¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional
- ¶ Agraciou o Prémio Nobel da Literatura 98, José Saramago tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra, no Palácio Nacional da Ajuda

Dia 4

em Leiria:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Pintor Lino António e inaugurou a respectiva Exposição Comemorativa, na Câmara Municipal de Leiria

Dia 5

em Beja:

- ¶ Visitou à Base Aérea de Beja

em Sines:

- ¶ Visitou as instalações do Porto de Sines

Dia 6

- ¶ Visitou a Barragem do Alqueva e a aldeia da Luz, onde foi apresentado o projecto da nova aldeia, após o que almoçou com a respectiva população

Dias 9 a 11

Deslocação a Estocolmo por ocasião da Entrega dos Prémios Nobel 1998

- ¶ Em Estocolmo, no Concertuset, assistiu à cerimónia de entrega dos Prémios Nobel 1998. Encontrou-se com o Rei Gustavo XVI da Suécia e participou no banquete oficial e no baile de gala por ele oferecido na Câmara Municipal de Estocolmo. Ofereceu, na companhia do Prémio Nobel da Literatura 1998, José Saramago, uma recepção à Comunidade Portuguesa radicada na Suécia

DEZEMBRO 1998

Dia 11

no Porto:

¶ Presidiu à Sessão Comemorativa dos 90 anos do cineasta Manoel de Oliveira, no Teatro Rivoli

Dia 12

¶ Presidiu à Conferência Comemorativa do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, no Parque das Nações

Dia 13

na Marinha Grande:

¶ Presidiu à Sessão Solene, em sua honra, na Câmara Municipal da Marinha Grande

¶ Inaugurou o Museu do Vidro

¶ Assistiu ao Concerto de Fim de Ano, pela Orquestra Sinfónica Juvenil, no Centro Cultural de Belém

Dia 14

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência Internacional sobre Policiamento de Proximidade, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil

¶ Presidiu à reunião do Conselho de Estado

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra dos Conselheiros de Estado

Dia 15

¶ Concedeu uma entrevista ao programa da RTP 2 «Portugalmente»

em Aveiro:

¶ Presidiu à cerimónia de Doutoramento *Honoris Causa* de Fernando Gil, Sophia de Mello Breyner e Nuno Portas, na Universidade de Aveiro

DEZEMBRO 1998

¶ Presidiu à Sessão comemorativa do XXV Aniversário da Universidade de Aveiro

Dia 16

Presidiu à Sessão Solene da Homenagem Nacional a Francisco Salgado Zenha, na Universidade do Minho, em Braga

Dias 17 a 19

No âmbito da sua visita a Projectos de Luta Conta a Pobreza

Dia 17

em Espinho:

- ¶ Visitou a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho
- ¶ Visitou a Ludoteca e o espaço desportivo da Escola da Marinha II
- ¶ Visitou o Centro de Actividades Comunitárias

em Sever do Vouga:

¶ Visitou a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, onde assistiu à apresentação do projecto «Cooperar para Crescer» e visitou a exposição dos trabalhos realizados no âmbito dos cursos de formação

em Aveiro:

- ¶ Visitou a Casa de Acolhimento no Bairro de Santiago
- ¶ Visitou o Meniarte
- ¶ Visitou o Pólo de Leitura do Bairro de Santiago

Dia 18

em Pampilhosa da Serra:

- ¶ Visitou o Centro Comunitário, onde assistiu à apresentação do projecto «Gente Serrana pelo desafio da Mudança»
- ¶ Visitou o Centro de Dia da aldeia de Fajão, onde ouviu uma explicação sobre o Curso de Alfabetização
- ¶ Visitou a Biblioteca e Ludoteca de Fajão

DEZEMBRO 1998

em Góis:

- ¶ Visitou o Centro de Formação e Valorização Profissional, onde assistiu à apresentação do projecto «Intervenção em Meio Rural Desfavorecido», tendo em seguida visitado uma aula do Curso de Agentes de Desenvolvimento das Aldeias Rurais
- ¶ Visitou o Centro Municipal de Saúde e Acção Social
- ¶ Inaugurou o Centro de Dia de Alagoa

Dia 19

- ¶ Participou num debate sobre iniciativas de Luta Contra a Pobreza, no Hotel Astória, em Coimbra
- ¶ Presidiu à Inauguração da Exposição de Natal, «Uma Estrela a Oriente», no Palácio de Belém

Dia 21

- ¶ Presidiu à Inauguração da Exposição «José Viana da Mota — 50 Anos Depois da Sua Morte», no Museu da Música, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Comissão Executiva das Comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril
- o Embaixador a Turquia, Ahmet Banguoglu

Dia 22

- ¶ Procedeu à concessão anual de Indultos

Recebeu os cumprimentos de Boas-Festas e Ano Novo:

- do Governo

Dia 23

Recebeu os cumprimentos de Boas-Festas e Ano Novo:

- do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
- do Procurador-Geral da República

DEZEMBRO 1998

- da Mesa da Assembleia da República
- do Tribunal Constitucional
- das Chefias Militares
- do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo
- do Presidente do Tribunal de Contas

JANEIRO 1999

Dia 4

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Paris, José Palouro das Neves
- o Embaixador de Portugal em Bruxelas, João Rocha Páris
- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polónia, Bronislaw Geremek

Dia 5

Recebeu em audiência:

- o Presidente do CDS — Partido Popular, Paulo Portas
- o Embaixador Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia, Vasco Valente
- o Embaixador de Portugal em Harare, Carlos Neves Ferreira
- o Embaixador de Portugal em Moscovo, José Luís Gomes
- o Embaixador de Portugal em Argel, Manuel Farinha Fernandes

Dia 6

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário «Políticas de Gestão de Ensino», na Faculdade de Ciências de Lisboa

¶ Recebeu, no Palácio de Belém, vários grupos que lhe foram «Cantar as Janeiras»

Recebeu em audiência:

- o Consul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, Luís Filipe Castro Mendes
- o Embaixador de Portugal em Pretória, Manuel Fernandes Pereira

JANEIRO 1999

Dia 7

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Budapeste, José Queiróz de Barros
- o Embaixador de Portugal junto das Nações Unidas, António Monteiro
- o Embaixador de Portugal em Bucareste, José Augusto Seabra

Dia 8

¶ Condecorou, no Palácio de Belém, o Embaixador de Espanha em Portugal, Raul Morodo, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

¶ Assistiu ao Concerto de Reis, com a Orquestra Metropolitana de Lisboa, na Igreja da Cartuxa, em Caxias

Dia 9

¶ Promoveu um concerto comemorativo do Ano Internacional das Pessoas Idosas, no Coliseu dos Recreios de Lisboa

Dia 11

¶ Recebeu os cumprimentos do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Palácio Nacional de Queluz

¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar de gala em honra do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Humberto Melo

Dia 12

¶ Presidiu à Inauguração do Museu da Carris, em Lisboa

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar a cientistas

Recebeu em audiência:

- a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Mata Cáceres
- o Presidente da Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor — DECO, Ataíde Ferreira

JANEIRO 1999

Dia 13

Recebeu em audiência:

- o Congressista dos EUA, Robert Weygand
- a Direcção do Conselho Nacional da Juventude
- o Maestro da Orquestra Metropolitana de Lisboa, Miguel Graça Moura

Dia 14

¶ Presidiu à Sessão de Abertura das I Jornadas de Direito Internacional Público, na Fundação Calouste Gulbenkian
¶ Almoçou, em Lisboa, com a Diplomata Ana Gomes, responsável pela Sessão de Interesses de Portugal em Jacarta

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Cruz Vermelha Internacional, Cornelio Sommaruga
- o Bastonário da Ordem dos Advogados, António Pires de Lima

Dia 15

em Santa Maria da Feira:

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da IV Conferência do *Diário Económico* «A Globalização está em Risco?»
¶ Visitou a III Bienal de Arte da Associação Industrial Portuense
Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela Direcção da Associação Industrial Portuense
¶ Assistiu ao concerto com a Orquestra e Coro da Gulbenkian «9.^a Sinfonia de Beethoven»

Dia 17

¶ Esteve presente na Gala do 25.º aniversário do jornal *Expresso*, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa

Dia 18

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Associação IN LOCO, Alberto de Melo

JANEIRO 1999

Dia 19

- ¶ Concedeu uma entrevista à «Rádio Latina» do Luxemburgo
- ¶ Esteve presente no lançamento do livro de Fernando Fonseca Santos *O Tempo do Meio*, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Vítor Sá Machado
- o Director-Geral dos Assuntos Bilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador José da Costa Pereira
- o Embaixador dos Países Baixos, Herman du Marchie Sarvaas
- o Vice-Presidente Municipal da Philips, Dudley Eustace

Dia 20

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial, no Supremo Tribunal de Justiça

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Juventude Socialista

Dia 22

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência Internacional «As Mulheres Timorenses e o Direito Internacional», na Assembleia da República

em Viana do Castelo, no âmbito das comemorações dos 150 anos de elevação a Cidade:

- ¶ Esteve presente na apresentação de novos projectos para Viana do Castelo
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, na Pousada de Santa Luzia
- ¶ Assistiu ao concerto de homenagem à Cidade de Viana do Castelo pela Orquestra Sinfónica da Escola Profissional de Música/ Academia de Música de Viana do Castelo, no Convento de São Domingos

JANEIRO 1999

Dia 23

em Viana do Castelo, no âmbito das comemorações dos 150 anos de elevação a Cidade

¶ Presidiu à Inauguração da exposição «Memórias de Viana», comemorativa do 1.º centenário do nascimento da pintora Sarah Afonso, no Museu Municipal de Viana do Castelo

¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento das Comemorações no edifício dos Antigos Paços do Concelho

Dias 24 a 27

No âmbito da sua deslocação ao Luxemburgo e a Bruxelas:

¶ No Luxemburgo, encontrou-se com a Comunidade Portuguesa, com o Primeiro-Ministro e com o Grão-Duque, Jean I. Visitou oficialmente o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, onde proferiu uma alocução.

¶ Em Bruxelas, visitou oficialmente a UEO — União da Europa Ocidental, onde proferiu um discurso, teve contactos com a Comunidade Portuguesa e encontrou-se com o Rei dos Belgas, Alberto II.

Dia 28

Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra do Professor Lucyen Pye, Presidente da Associação de Ciência Política Americana e Vice-Presidente do Comité Nacional das Relações entre os Estados Unidos e a China

Dia 29

Assisti ao concerto «A Criação» de Joseph Haydn, pela Orquestra Metropolitana e Coro Gulbenkian, na Fundação Calouste Gulbenkian

JANEIRO 1999

Dia 30

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do IX Congresso de Educação Médica, na Faculdade de Medicina de Lisboa, no Hospital de Santa Maria

FEVEREIRO 1999

Dia 1

¶ Visitou as Instalações do Metropolitano de Lisboa

Dia 2

Recebeu em audiência:

- o Núcleo de Epidermólise Bulhosa
- o Presidente da Rádio Televisão Portuguesa, Brandão Brito
- o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Agostinho de Castro Martins
- o Juiz Conselheiro, Armindo Leitão Cardoso

Dia 3

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Congresso Internacional «Garrett — Um Romântico, um Moderno», em Coimbra

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Paris, José Palouro das Neves

Dia 4

¶ Por ocasião da sua Visita de Estado a Portugal, assistiu à Cerimónia de Honras Militares ao Presidente da República Francesa, Jacques Chirac, na Praça do Império

¶ Agraciou, no Palácio de Belém, o Presidente da República Francesa, Jacques Chirac, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

FEVEREIRO 1999

- ¶ Visitou, com o Presidente da República Francesa, Jacques Chirac, o Observatório Europeu da Droga, em Lisboa
- ¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar em honra do Presidente da República Francesa, Jacques Chirac

Recebeu em audiência:

- o Bispo de Baucau, D. Basílio do Nascimento

Dias **5** e **6**

No âmbito da Visita de Estado do Presidente da República Francesa, Jacques Chirac a Portugal

Dia **5**

no Porto:

- ¶ Esteve presente na Conferência de Imprensa do Presidente da República Francesa, no Teatro de São João
- ¶ Foi o convidado de honra da recepção que o Presidente da República Francesa, Jacques Chirac, ofereceu no Palácio da Bolsa
- ¶ Jantou com o Presidente da República Francesa, Jacques Chirac, no Palácio da Bolsa

Dia **6**

no Porto:

- ¶ Presidiu à cerimónia de cumprimentos de despedida ao Presidente da República Francesa, Jacques Chirac, no Aeroporto de Pedras Rubras

Dia **8**

- ¶ Presidiu, no Palácio de Belém, à Cerimónia de entrega dos Prémios do PEN Clube Português, tendo em seguida oferecido um jantar em honra dos homenageados

FEVEREIRO 1999

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César
- o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Jerónimo Matins, Alexandre Soares dos Santos e Nogueira de Brito

Dia 9

¶ Presidiu, no Palácio Nacional da Ajuda, ao Jantar de Beneficência da Associação dos Cônjuges dos Diplomatas Portugueses

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Brasília, Francisco Knopfli
- o Embaixador de Portugal em Cabo Verde, Rui Quartim Santos
- a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Bulgária, Nadejda Mihaylova
- o Secretário Adjunto do Governo de Macau para a Segurança, Brigadeiro Manuel Monge

Dia 11

¶ Presidiu às Comemorações do Dia Oficial da Cruz Vermelha Portuguesa, em Évora

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da I Conferência do Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas — FIEP, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Representante de Xanana Gusmão e Vice-Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, José Ramos Horta

Dia 12

¶ Agraciou, no Palácio de Belém, o Embaixador de França em Lisboa, René Ala, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento das Comemorações do 25.º Aniversário da DECO, em Lisboa

FEVEREIRO 1999

Dia 17

¶ Foi o convido de honra do programa da RTP 2 «Acontece», comemorativo da sua milésima edição

Recebeu em audiência:

- o Chefe do Protocolo de Estado, Embaixador Rui Goulart Ávila
- o Bispo do Huambo, D. Francisco Viti

Dia 18

¶ Presidiu à Cerimónia de Lançamento da campanha de angariação de fundos para ajuda humanitária às populações do Huambo e de Malanje, patrocinada pela OIKOS, em Lisboa

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da Turquia, Ahmet Deniz Bilokbasi
- de Singapura, Thambynathan Jasudasen
- do Sri Lanka, Nallathamby Navaratnarajah
- da Malásia, Rajmah Hussain
- da Bolívia, Gonnannzalo Campero Paz
- do Equador, Oswaldo Ramirez Landazuri

Dia 20

¶ Recebeu em audiência o Presidente da Fundação «Notre Europe», Jacques Delors, tendo em seguida oferecido, no Palácio de Belém, um jantar em sua honra

Dia 22

¶ Presidiu à Inauguração do complexo da Quinta do Leme, na Madeira

Recebeu em audiência:

- o Skal Clube de Lisboa

FEVEREIRO 1999

Dia 23

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro da Tunísia, Ahmed Karoui
- o Embaixador de Portugal em Tóquio, Manuel Gervásio Leite

No âmbito da jornada subordinada ao tema «Qualidade nas Empresas»:

- ¶ Visitou a Makro, em Palmela
- ¶ Visitou a Indelma (Siemens), no Casal do Marco

Dias 24 e 25

No âmbito da jornada subordinada ao tema «Qualidade nas Empresas»

Dia 24

- ¶ Presidiu ao encontro com professores e alunos sobre o tema «Consumir com Qualidade», na Escola de Ensino Básico de Pedras Rubras
- ¶ Visitou as unidades fabris Frezite e Ricon, em Trofa
- ¶ Visitou a empresa Milaneza, em Águas Santas, na Maia
- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Seminário «Fazer Bem para Viver Bem», na Exponor

Dia 25

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 1.º Congresso Empresarial da Região de Viseu «Consolidar e Desenvolver para Competir», em Viseu
- ¶ Visitou a Tipografia Guerra, em Viseu
- ¶ Visitou a Malhacila, em Mangualde
- ¶ Visitou a Marcovil, no Parque Industrial de Viseu
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Associação Industrial da Região de Viseu, no Palácio de Congressos de Viseu
- ¶ Visitou as novas instalações da Labesfal, em Campo de Besteiros, Tondela

FEVEREIRO 1999

Dia 26

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com os Chanceleres das Ordens Honoríficas Portuguesas

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Comissão Executiva do Grupo Solvay, Alois Michielsen
- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
- o Senado dos Liurais de Timor-Leste

Dia 27

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do VII Congresso Nacional de Radiodifusão, em Óbidos

Dia 28

*No âmbito da sua deslocação ao Algarve:
em Tavira:*

¶ Presidiu à Sessão de Homenagem ao Prof. Doutor César de Oliveira, na Fuzeta

¶ Presidiu à Inauguração da Exposição dos Projectos Estratégicos de Tavira, no Edifício dos Paços do Conselho

¶ Visitou o Campo Arqueológico do Alto de Santa Maria, o Palácio da Galeria e o Convento da Graça

¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal de Tavira, em Pedras D'El-Rei

¶ Visitou as novas instalações do futuro Mercado Municipal

¶ Visitou os locais da nova Biblioteca Municipal e do Quartel da Atalaia

¶ Visitou as obras das futuras instalações das Piscinas Municipais

¶ Presidiu à Inauguração das novas instalações da Junta de Freguesia de Santa Maria

MARÇO 1999

Dia 1

No âmbito da sua deslocação ao Algarve em Portimão:

- ¶ Assistiu à apresentação do «Plano de Requalificação do Rio Arade», na Biblioteca Teixeira Gomes, em Portimão
- ¶ Efectuou a subida do Rio Arade a bordo da *Barca-Arade*, de Portimão a Silves

em Évora:

- ¶ Presidiu à Sessão de Entrega do Prémio Vergílio Ferreira, na Universidade de Évora

Dia 4

Recebeu em audiência:

- o Presidente do CDS — Partido Popular, Paulo Portas
- o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Armando Pinto Bastos

- ¶ Presidiu à Inauguração da Exposição «Os Espaços de um Império», no Edifício da Alfândega, no Porto

em Guimarães:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura das Comemorações Centenárias de Francisco Sarmento e do Congresso de Pro-História Europeia
- ¶ Presidiu à Inauguração da Exposição Bio-Biblo-Iconográfica sobre Martins Sarmento

Dia 5

- ¶ Presidiu ao Conselho de Estado

Dia 6

- ¶ Presidiu à Inauguração da Exposição «Reflexos — Uma Homenagem a Vieira da Silva», no Museu da Água, em Lisboa

MARÇO 1999

Dias 7 e 8

No âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher

Dia 7

em Leiria:

- ¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do Dia Internacional da Mulher, onde agraciou algumas mulheres que se distinguiram em diversas áreas, no Teatro José Lúcio da Silva
- ¶ Presidiu à Inauguração da Exposição «Rostos e Percursos», no Castelo de Leiria
- ¶ Ofereceu um jantar em honra das agraciadas e convidados, no Castelo de Leiria

Dia 8

- ¶ Visitou a Fábrica ICEL Benedita, em Alcobaça
- ¶ Visitou a Fábrica SPAL, em Alcobaça
- ¶ Visitou a Fábrica FAMARI, na Marinha Grande
- ¶ Almoçou com empresários e empresárias do Distrito de Leiria, no Núcleo Empresarial de Leiria, tendo em seguida presidido à mesa redonda do NERLEI sobre «Conciliação entre Vida Profissional e Familiar»

Nota: No âmbito do seu relacionamento institucional com o Governo, recebeu semanalmente, às quintas-feiras, o Primeiro-Ministro, António Guterres, bem como, regularmente e quando tal se justificou, Membros do Governo, Deputados à Assembleia da República e Membros do Conselho de Estado.

Coordenação: Alberto Laplaine Guimarães
José Manuel dos Santos

Colaboração: Clara Chambel

Orientação gráfica: José Brandão

Fotografias: Orlando Teixeira
Jorge Brillhante

Capa: José Brandão

Da presente edição fez-se
uma tiragem normal de 3100 exemplares
em papel *IOR* de 80 grs./m²

Acabou de imprimir-se
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda
aos 19 de Outubro de 1999

EDIÇÃO 130 000 1076
CÓDIGO 290 387 000
ISBN 972-27-0966-6

DEP. LEGAL N.º 141 541/98